



**Renato Cesar Ribeiro Casimiro Lopes
Machado de Assis e o pugilato das ideias
(1858-1878).**

Tese de Doutorado

Tese apresentada como requisito parcial para obtenção do grau de Doutor pelo Programa de Pós-Graduação em Literatura, Cultura e Contemporaneidade do Departamento de Letras da PUC-Rio.

Orientadora: Profa. Vera Lucia Follain de Figueiredo

volume I

Rio de Janeiro
Março de 2013



Renato Cesar Ribeiro Casimiro Lopes

MACHADO DE ASSIS E O PUGILATO DAS IDEIAS (1858-1878)

Defesa de Tese apresentada como requisito parcial para obtenção do grau de Doutor pelo Programa de Pós-Graduação em Literatura, Cultura e Contemporaneidade do Departamento de Letras do Centro de Teologia e Ciências Humanas da PUC-Rio. Aprovada pela Comissão Examinadora abaixo assinada.

Profa. Vera Lucia Follain de Figueiredo

Orientadora

Departamento de Letras – PUC-Rio

Prof. Júlio Cesar Valladão Diniz

Departamento de Letras – PUC-Rio

Prof. Alexandre Montauray Baptista Coutinho

Departamento de Letras – PUC-Rio

Profa. Maria Helena Vicente Werneck

UNIRIO

Profa. Lucia Granja

Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho

Profa. Denise Berruezo Portinari

Coordenadora Setorial do Centro de Teologia
e Ciências Humanas – PUC-Rio

Rio de Janeiro, 22 de março de 2013.

Todos os direitos reservados. É proibida a reprodução total ou parcial do trabalho sem autorização do autor, do orientador e da universidade.

Renato Cesar Ribeiro Casimiro Lopes

Graduou-se em Letras na UERJ - Universidade do Estado do Rio de Janeiro em 1988, mestre em Comunicação Social e defendeu tese de doutoramento em Letras na Pontifícia Universidade Católica – PUC – Rio. Atualmente, é coordenador de Publicações da editora da UERJ, membro da comissão de implantação da Casa de Leitura professora Dirce Cortes Riedel e pesquisador da Fundação Biblioteca Nacional.

Ficha Catalográfica

Lopes, Renato Cesar Ribeiro Casimiro

Machado de Assis e o pugilato das ideias (1858-1878) / Renato Cesar Ribeiro Casimiro Lopes; orientadora: Vera Lucia Follain de Figueiredo. – 2013.

319 f. 2v. ; 30 cm

Tese (doutorado)–Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Departamento de Letras, 2013.

Inclui bibliografia.

1. Letras – Teses. 2. Machado de Assis. 3. Crônica. 4. Comunidade letrada. 5. Imprensa. 6. Intelectual. 7. Crítica. I. Figueiredo, Vera Lucia Follain de. II. Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Departamento de Letras. III. Título.

CDD: 800

Para Rosângela, nem rosa, nem anjo: mulher.

Agradecimentos

À professora Vera Follain. Mais que orientadora e mestra, uma amiga que resolve em mim tantos enigmas.

A Rosângela Nair, sempre: a fenda necessária; onde o diabo joga dama com o destino.

À memória de minha mãe, pensamentos idos e vividos.

À presença de meu pai e meus irmãos, que não foram feitos para ciumentos.

Aos amigos de todas as horas, minha maneira de amar e de compor os ministérios.

Aos meus professores de sempre, sem exceções, pela generosidade infinita: alguns leram da vida um capítulo; outros, o livro inteiro.

Aos meus colegas da PUC-Rio, todos com olhos dotados de um mover particular.

Aos funcionários da PUC-Rio, em especial à secretaria de Pós-Graduação de Letras: eu sempre a ocupá-los, interrogando o céu e a noite.

À UERJ, pelo incentivo e apoio, em especial aos colegas da editora, nossa sala trajestada com simplicidade onde se faz a cocaína moral dos bons livros.

A todos que, de formas distintas, me ajudaram a concluir este pugilato de ideias, com a polida e minuciosa curiosidade de quem saboreia por tabela.

À PUC-Rio, pelos auxílios concedidos, sem os quais este trabalho não poderia ter se realizado.

Resumo

Lopes, Renato Cesar Ribeiro Casimiro; Figueiredo, Vera Lucia Follain. **Machado de Assis e o pugilato das ideias (1858 – 1878)**. Rio de Janeiro, 2013. 319p. Tese de Doutorado – Departamento de Letras, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

Este estudo é uma tentativa de compreender Machado de Assis como um escritor engajado no debate em torno das questões que ocupavam o restrito círculo letrado do Brasil, que, na segunda metade do século XIX, tinha nos jornais seu principal espaço de atuação. Além disso, pretende-se verificar em que medida esse engajamento no debate público de ideias contribuiu para o amadurecimento intelectual e artístico do autor que, na década seguinte, seria reconhecido como um dos principais escritores de seu tempo. Com esse objetivo, realizou-se um levantamento da colaboração de Machado de Assis nas colunas por ele assinadas nos jornais do Rio de Janeiro, entre os anos de 1858 e 1878, período aqui considerado como de sua formação intelectual e artística. A leitura desses textos, em cotejo com as matérias noticiosas inseridas nos jornais da época, permitiu perceber que Machado de Assis se manteve atento aos acontecimentos, manifestando opiniões e juízos sobre a política do Império e também sobre as artes, sobretudo o teatro e a literatura, envolvendo-se em polêmicas com outros intelectuais, alguns mais influentes e mais experientes que ele. Esses textos revelam, ainda, que Machado de Assis refletiu de forma crítica sobre o ambiente cultural em que estava inserido, percebendo suas fragilidades e contradições, por ele atribuídas a uma tradição que contrastava com os projetos de modernização e com a atualização das conquistas de uma modernidade europeia. As colaborações periódicas nos jornais do Rio de Janeiro tornaram-se também espaço de experimentações e de arranjos retóricos, muitas vezes utilizados como recurso para superar as incompreensões e censuras a que estava exposta a atividade crítica. Nesse sentido, este estudo pretende ser uma contribuição para as reflexões em torno dos impasses e das possibilidades vivenciadas pelo intelectual e pelo artista face às limitações impostas à sua autonomia de pensar, criar e interferir na realidade.

Palavras chave

Machado de Assis; crônica; comunidade letrada; imprensa; intelectual; crítica.

Resume

Lopes, Renato Cesar Ribeiro Casimiro; Figueiredo, Vera Lucia Follain (directeur). **Machado de Assis et le combat des idées (1858-1878)**. Rio de Janeiro, 2013. 319p. Thèse de Doctorat – Departamento de Letras, Pontificia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

Cette étude est une tentative de comprendre Machado de Assis comme un écrivain engagé dans le débat autour des questions qui ont occupé le cercle restreint des lettrés brésiliens, dans la seconde moitié du XIXe siècle, qui ont eu dans les journaux sa principale place d'action. En outre, nous avons l'intention de vérifier dans quelle mesure cet engagement dans le débat public d'idées ont contribué à la maturation intellectuelle et artistique de l'auteur que, dans la prochaine décennie, serait reconnu comme l'un des grands écrivains de son temps. Avec cet objectif, une enquête sur la collaboration de Machado de Assis dans les colonnes signés par lui dans les journaux de Rio de Janeiro, entre les années 1858 et 1878, une période considérée ici comme de sa formation intellectuelle et artistique. La lecture de ces textes, par rapport les reportages insérés dans les journaux de l'époque, a permis rendre compte que Machado de Assis est resté attentive aux événements, exprimant des opinions et des jugements sur la politique de l'Empire et aussi sur les arts, en particulier le théâtre et la littérature, s'engageant dans des polémiques avec d'autres intellectuels, quelques-uns plus influentes et plus expérimentés que lui. Ces textes montrent en outre que Machado de Assis a fait une réflexion critique sur l'environnement culturel dans lequel Il s'est inséré, s'apercevant de leurs faiblesses et leurs contradictions, qu'il attribuait à une tradition qui contrastait avec les projets de mise à niveau et de modernisation avec les réalisations de la modernité européenne. Les collaborations périodiques avec des journaux du Rio de Janeiro sont également devenus des expériences et des arrangements rhétoriques, souvent utilisés comme une ressource pour surmonter les malentendus et la censure à qui l'activité critique a été exposé. Ainsi, cette étude est une contribution au débat sur les possibilités et les impasses rencontrées par l'artiste et par l'intellectuel faces aux limitations imposées à leur autonomie de penser, de créer et d'interférer dans la réalité.

Mots-clés

Machado de Assis; chronique; communauté lettrée; presse; intellectuel; critique.

Abstract

Lopes, Renato Cesar Ribeiro Casimiro; Figueiredo, Vera Lucia Follain (Advisor). **Machado de Assis and the pugilism of Ideas (1858-1878)**. Rio de Janeiro, 2013. 319 p. Doctoral Thesis – Departamento de Letras, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

This study attempts to comprehend Machado de Assis as a writer engaged in the debate about issues highlighted in the restricted Brazilian literate group that used newspapers as its main sphere of action in the second half of the nineteenth century. And moreover the study intends to verify to what extent this engagement in public debate of ideas contributed to the artistic and intellectual maturation of the author that in the following decade was recognized as one of the main writers of his time. With this goal, the research analyses the columns that Machado de Assis wrote to newspapers in Rio de Janeiro, between 1858 and 1878, a time period here considered as of his intellectual and artistic formation. The reading of those texts in comparison with the news published by newspapers from that period shows that Machado de Assis kept a close watch on events, expressing opinions and judgment about the politics of the Brazilian Empire, and also about the arts, mainly theater and literature. He engaged in polemics with other intellectuals, some of them more influential and experienced than Machado de Assis. Those texts also show that Machado de Assis thought critically about the cultural environment in which he lived, perceiving its fragilities and contradictions which he attributed to a certain tradition contrasted with modernization and renewal projects emerged with the achievements of a European modernity. His regular articles published in newspapers of Rio de Janeiro gave him a place to experiment and make rhetorical arrangements that was frequently used as a way to overcome misunderstandings and censorship which critical activities were subjected to. Thus, this study intends to contribute to reflections about the impasses and possibilities experienced by the intellectual and artist considering the limitations imposed to his autonomy to think, create and interfere in reality.

Keywords

Machado de Assis; chronicle; literate group; press; intellectual; criticism.

Sumário

Introdução	11
Capítulo I. Machado de Assis: o passado, o presente e o futuro	32
Uma comunidade literária: Paula Brito e a Sociedade Petalógica	32
Estreia nas letras	40
Imprensa e Independência	52
Machado de Assis e o Jornal	61
Capítulo II. Machado de Assis e a organização da cultura	76
A página, o palco e a política	76
O Homem de Letras entre a cena e o público	96
O diário político de Machado de Assis	111
Capítulo III. De Machadinho a Machado de Assis	133
Contribuição para <i>O Futuro</i>	133
Entre o crítico e o censor	161
Machado de Assis, o anjo das donzelas	179
Capítulo IV. Ímpetos, alvoroços e alguma melancolia	207
A escrita ao acaso ou, conforme o caso, a escrita	207
O incerto instinto do autor	233
Entre histórias e a história	265
Conclusão	298
Referências Bibliográficas	313

[...] não há raciocínio nem documento que nos explique melhor a intenção de um ato do que o próprio autor do ato. Machado de Assis, “Uma visita de Alcibíades”

Introdução

Palavra puxa palavra, uma ideia traz outra, e assim se faz um livro, um governo, ou uma revolução.

Machado de Assis, “Primas de Sapucaia”

Este estudo é sobre Machado de Assis, mas, embora ele aqui possa ser tantas vezes lembrado, não é sobre o autor de *Memórias póstumas de Brás Cubas*, tampouco sobre seus romances anteriores ou seguintes. Este estudo é sobre um Machado de Assis que tantas vezes escapou aos grandes olhos, o cronista do cotidiano, do mínimo, do escondido, das coisas miúdas, onde o diabo joga dama com o destino e que, tantas vezes, foram logo esquecidas ou apagadas, mas que, de forma incerta, podem resolver alguns persistentes enigmas.

A curiosidade que me move é a possibilidade de entender o escritor Machado de Assis como um intelectual. Para alguns de meus futuros leitores (suponho que possa vir a tê-los), isso pode soar como algo sem sentido, uma falsa questão, uma vez que sua vasta obra mais do que justifica sua condição de intelectual. De fato, o escritor carrega em si certo timbre que o distingue como intelectual e, nesse caso, não há dúvida alguma de que Machado de Assis foi um escritor e, entre nós, um dos maiores prosadores.

Sartre acreditava que, quando escreve, o prosador esclarece sentimentos, diferente do poeta, que não é obrigado a fazê-lo. Isso porque, enquanto a poesia é feita de palavras, a prosa é feita de ideias e apenas se alimenta das palavras. Ainda de acordo com Sartre, a prosa seria um gênero utilitário que, necessariamente, informa, esclarece, persuade o leitor. O escritor que assim não procede não se tornaria um poeta: “É um prosador que fala para não dizer nada” (SARTRE, 2006, p. 18).

Não é necessário concordar com Sartre, já que a questão proposta é saber se Machado de Assis foi um escritor que apenas cultivou o belo da palavra, um virtuose da escrita ou se, além disso, teria produzido uma prosa que busca informar, esclarecer, persuadir o leitor. No primeiro caso, ele seria um intelectual tradicional, definido por Gramsci como um indivíduo que, revestido de certos conhecimentos e características próprias, faz parte de um grupo que se considera autônomo e independente do corpo

social, ocupando-se mais das questões universais do que dos assuntos públicos (GRAMSCI, 1982, p. 6). Nessa acepção, ele seria esgrimista, mas não combatente.

No segundo, ainda conforme definição de Gramsci, ele seria um intelectual moderno. Gramsci dizia assim do indivíduo que, a partir de sua especialidade, de seu talento, de seus conhecimentos, atua no corpo social, contribuindo para manter ou transformar certa realidade, certa concepção de realidade. Minha indagação, portanto, remete à possibilidade de pensar Machado de Assis como um literato, um jornalista, um artista que, a despeito da universalidade conferida à sua obra ficcional, fez de sua escrita um instrumento de intervenção na realidade, participando das discussões que ocupavam parte da intelectualidade do século XIX. Segundo essa acepção, Machado de Assis seria um intelectual moderno, ou seja, aquele que, mais do que a pura eloquência, exerce um “imiscuir-se ativamente na vida prática, como construtor, organizador, persuasor permanente”, unindo uma técnica em que é um especialista à “concepção humanista histórica” (Gramsci, 1982, p. 8).

Antes, deve-se considerar, contudo, se, no Brasil do século XIX, seria possível existir um intelectual moderno desse porte, um escritor, um jornalista, um literato interessado no cotidiano que assombra, deslumbra e encanta. Digo de certo tipo de indivíduo que, de forma organizada, se insere ou acredita estar inserido num grupo supostamente distinto do público, mas não de todo dele afastado e que, ao mesmo tempo, se distingue da esfera de poder, podendo, no entanto, estar a serviço dela.

Pois bem, no Brasil do século XIX, o termo *intelectual* não era sequer utilizado, preferindo-se expressões como: *homem de espírito*, *homem de letras* ou, simplesmente, *letrados*. É sabido, contudo, que, em sentido amplo, toda sociedade sempre produziu seus intelectuais. Assim foram os pajés, os sacerdotes, os escribas e os clérigos. Gramsci também dizia que todos os homens são intelectuais, mas nem todos desempenham na sociedade a função de intelectual. Do mesmo modo, muitos dos contemporâneos de Machado de Assis foram escritores, mas boa parte não desempenhava a tarefa de informar, esclarecer, persuadir o leitor, ou seja, não exerceu a função de intelectual.

Em vista disso, exponho minha questão em outros termos: *Machado de Assis faria parte de um grupo de indivíduos que, dividindo o mesmo espaço em que atuam o poder econômico, o poder político e o poder militar (este, invariavelmente, respaldando os outros dois), sobreviveria em outra esfera de poder, mais identificada com as questões ideológicas?* Estou falando de um tipo de poder que age mais sobre a mente do

que sobre o corpo. Um tipo de poder que, necessariamente, não controla a produção, nem a burocracia ou a violência, mas que pode influir sobre todas estas, uma vez que, através da palavra, atua sobre a concepção de ideias, a formulação de juízo, a elaboração de visões de mundo, e sobre as práticas definidas pela cultura, o que inclui arte e política, as formas de pensar e de agir, afirmando ou negando tradições, modismos e tendências.

Num artigo de 1954, Norberto Bobbio (1997, pp. 31-36) percebe que os debates em torno da figura do intelectual apontavam quatro possibilidades. Em primeiro lugar, o intelectual tem uma tarefa eminentemente espiritual. Tal posicionamento tem origem em Julien Benda e em seu conhecido ensaio de 1927, *Le trahison des clercs*. Em resposta à indagação de quais deveriam ser os deveres dos intelectuais, Julien Benda acreditava que deveriam defender e promover os valores da civilização contra o irracionalismo da política (Benda, 2007). A segunda possibilidade se baseava em Karl Mannheim, que sustentava que, ao intelectual, cabia, além da reflexão teórica, uma ação mediadora das disputas ideológicas travadas na sociedade. A terceira, apontada por Ortega y Gasset, incumbe o intelectual da tarefa de educar as massas. Finalmente, Benedetto Croce defendia que a tarefa do intelectual é também política, mas não uma política tal qual a dos governantes, e sim uma política identificada com a cultura, com os valores universais.

Penso não ser possível a existência de nenhuma dessas quatro ou outras tantas tipificações do intelectual em estado de pureza. Para que isso ocorresse, seria necessário que tal indivíduo dito intelectual não se visse diante de contradições, impasses ou urgências da vida individual e coletiva. Penso ainda que, em menor ou maior grau, todo intelectual exerce uma função política, não lhe sendo possível, portanto, manter-se alheio aos interesses do público ou das instituições a partir das quais se organiza a sociedade. Assim, também não seria possível imaginar que o espaço social ocupado pelos intelectuais mantenha qualquer uniformidade. No mesmo espaço, coexistem áreas de interesse que transcendem a especialidade de cada um dos indivíduos nele inserido e que definem alianças e conflitos no interior do próprio campo intelectual e mesmo ultrapassando seus limites. Isso porque, na medida em que o corpo social se organiza a partir de critérios que se situam na história, o intelectual se associa a um ou outro grupo, a uma ou outra classe social, contribuindo, de alguma forma, para a definição dos critérios e dos mecanismos de classificação e hierarquização dos indivíduos e grupos, interferindo, assim, na própria história. Os intelectuais, portanto, diferenciam-se, ainda,

pela forma como ocorre sua atuação no meio social, seus arranjos, suas filiações e seus interesses.

Para Gramsci, o intelectual moderno se diferencia do tradicional por estar organicamente envolvido com as disputas no interior da sociedade. Desse modo, diferente de se considerar autônomo e independente do corpo social, o intelectual moderno estaria orgânica e institucionalmente inserido num setor da sociedade, numa classe social que visa à manutenção ou à tomada do poder. Assim, numa sociedade fragmentada em classes, o intelectual moderno descrito por Gramsci, no uso de suas diferentes especialidades, manteria ativa participação na burocracia estatal, nos partidos políticos, nos sindicatos, no parlamento, nos órgãos legislativos e fiscalizadores, no judiciário e, ainda, na administração e nos centros de decisão, de planejamento, de desenvolvimento e de controle da produção material e simbólica, o que garantiria a hegemonia de determinada classe social ou alimentaria os sonhos, as utopias, o projeto de poder das classes subalternas (GRAMSCI, 1982).

Mesmo em sociedades politicamente mais fechadas e economicamente menos dinâmicas, sobrevivem espaços dos mais diversos, no interior dos quais o intelectual pode exercer sua influência e ter efetiva ação política. Ou seja, as escolas, universidades e academias, as organizações religiosas, os meios de comunicação, o espaço da arte, da ciência, o próprio meio social, lugares de entretenimento ou de conversação e debate que podem ser, em determinadas condições, mais eficazes do que aqueles mais institucionalizados e, tradicionalmente, considerados específicos da luta política. De todo modo, a existência do intelectual moderno pressupõe a existência de um público composto por grupos diversificados e com interesses distintos, e, também, de um lugar que torne possível sua voz alcançar esse público ou parte representativa dele.

No Brasil do século XIX, não eram tantas as opções. Seriam quase nulas as chances de sobrevivência de espaços destinados ao exercício intelectual, quando não subordinados à proteção e ao controle do poder econômico ou político, normalmente exercido pelo mesmo grupo de indivíduos. Ao proclamar sua independência de Portugal, o Brasil não teve como romper com a estrutura consolidada em três séculos de colonização. A uma população, em sua maior parte, analfabeta, somava-se uma economia assentada no trabalho escravo, no latifúndio e na produção de *commodities* agrícolas voltadas à exportação.

Por sua vez, a organização do Estado segundo a Constituição de 1824 inspirou-se no modelo liberal de três poderes: Executivo, Legislativo e Judiciário. Ao lado

destes, no entanto, o Poder Moderador preservava, em grande medida, a herança absolutista de Portugal, a despeito do direito de voto. O censo de 1872 revelou que 13% da população eram votantes, obviamente um índice que excluía os escravos e as mulheres, que também não votavam. Em termos comparativos, esses índices poderiam ser motivo de regozijo, uma vez que, na Inglaterra, os eleitores representavam 7% da população e, em Portugal, 9%. Os números, no entanto, escondiam uma realidade menos favorável, uma vez que “o voto tinha um sentido completamente diverso daquele imaginado pelos legisladores” (Carvalho, 2006, p. 35). O eleitor não participava da vida política do país, mas tão somente das disputas locais, como dependente de um chefe local. Em crônica de 1876, comentando os Algarismos do Censo, Machado de Assis diria que as “instituições existem, mas por e para 30% dos cidadãos”.

Por outro lado, sobretudo no Rio de Janeiro, na segunda metade do século XIX, desenvolvia-se uma razoável atividade econômica, ligada, principalmente ao comércio, que, em alguma medida, permitiu o surgimento de camadas médias da população. A seu lado, o setor público serviu de abrigo, ainda, para muitos dos homens de letras, ocupando cargos políticos da alta administração ou na burocracia do Estado. Por sua vez, a atividade impressora, trazida pela corte joanina junto com outras modernizações, encontrava-se em amplo desenvolvimento, tanto em seus aspectos tecnológicos quanto econômicos. Dessa forma, os jornais tornaram-se empreendimentos capitalistas, alguns com circulação diária e veiculando uma variedade de matérias, o que permitia que, de um lado, se atendessem às preferências e, por outro, houvesse influência no gosto dos leitores.

Por conta disso, como indicam inúmeras pesquisas em torno da imprensa brasileira do século XIX, não seria exagero afirmar que, no Brasil, aquele foi o século do jornal (SODRÉ, 1982; RIBEIRO, 2004; MOREL, 2005; BARBOSA, 2010). Obviamente, isso não é o mesmo que afirmar que foi o século dos leitores de jornal, pois, como se sabe, os iletrados formavam a maioria da população. Apesar disso, foi nos jornais que, desde o pioneiro *Correio Brasiliense* de Hipólito da Costa, organizou-se uma esfera pública, ainda que se considerem suas precariedades. Assim, conforme aponta Antonio Candido, “do refúgio de Londres, encastelado na cidadania inglesa, Hipólito educou as elites brasileiras segundo princípios do liberalismo *ilustrado*, moderado, mas firme” (Candido, 2007, p. 264). Diante disso, é possível concluir que, desde os anos que marcaram o processo de Independência, os jornais impressos, de

forma geral, reivindicavam para si a condição de lugar de debate dos assuntos de interesse público.

Seria ingenuidade, no entanto, supor que aquele mundo de prelos pudesse representar um espaço autônomo e independente da esfera de poder. Havia subvenções do governo, patrocínios de empresas de indivíduos pertencentes aos grupos hegemônicos, o que, em grande medida, compensava a insuficiência da venda de exemplares ou de assinaturas ao fragilizado e insuficiente setor médio da população. De todo modo, na segunda metade do século, além do debate dos temas políticos, econômicos e administrativos, quase sempre em tom mais doutrinário, as páginas dos jornais abrigariam, ainda, assuntos relacionados à literatura, ao teatro e ao puro entretenimento (Meyer, 1996). Também em torno dos jornais é que se reuniam os homens de letras, formando um grupo que se pretendia dotado de algum prestígio junto ao corpo social e político e, como tal, capaz de mediar as relações entre ambos e, ao mesmo tempo, educar, informar, instruir e influenciar o gosto e as ações dos indivíduos.

Foi a partir de seus primeiros contatos com membros desse grupo, em 1858, que Machado de Assis enviou as primeiras colaborações para a imprensa periódica, nutrindo imensas perspectivas em relação àquele lugar de fala para um público que, se não incluía a maior parte da população, tinha abrangência suficiente para alcançar a parcela letrada da sociedade que, em maior ou menor grau, detinha alguma influência nos assuntos públicos. Era ainda um jovem, amante das letras e com curiosidade suficiente para frequentar as bibliotecas e esforçar-se para dominar o idioma francês. Seus biógrafos não chegaram a um acordo de como aquele menino recém-chegado dos subúrbios, com escassos recursos financeiros, logo conquistou o respeito de homens bem mais experientes que ele, mas é sabido que, logo, conseguiu emprego na redação de um importante jornal da cidade – o *Diário do Rio de Janeiro* – e que permaneceu atuante na imprensa periódica, ali publicando, inclusive, a maior parte de sua obra, à exceção de *Memorial de Aires*, seu último romance.

Desse modo, os jornais, alguns organizados como empresas capitalistas, recrutavam e também formavam seus intelectuais. Em grande medida, Machado de Assis foi recrutado por essas empresas, o que permitiu que, na ausência de um diploma de bacharel, pudesse exercitar sua escrita e adquirir conhecimentos que lhe confeririam lugar de destaque entre os homens de letras. Também o serviço público, do qual Machado de Assis passou a fazer parte em fins da década de 1860, recrutava muitos daqueles homens de letras para reforçar seus quadros. Isso não significa que todos

aqueles indivíduos tenham sido cooptados e se vissem na obrigação de cumprir toda e qualquer determinação sem o necessário sentido crítico inerente ao intelectual. Também não significa que se tenham tornado – todos – *pena de aluguel*, subordinando seu talento e sua especialidade à ordem hegemônica. Não há dúvida de que o peso institucional impõe limites, mas não impossibilita a criação e o pensamento crítico. É possível ao intelectual, ainda, omitir-se em relação às questões que dizem respeito ao meio social, abrigando-se na suposição de autonomia e independência. É possível também, no entanto, que, em defesa dessa mesma autonomia e independência, ele enfrente questões mais controversas, fazendo uso, para tanto, de seu talento, sua especialização e sua disposição ao pensamento crítico.

Nesse sentido, é minha intenção seguir os passos de Machado de Assis nos jornais do Rio de Janeiro e, a partir disso, verificar até que ponto é possível incluí-lo como membro de um grupo composto por homens que apostavam na escrita impressa, para, através dela, atuar sobre a concepção de ideias e a formulação de juízo, a elaboração de visões de mundo, e em que medida imiscuiu-se nos assuntos da sociedade em que viveu e escreveu sua obra. Para seguir esses passos, priorizei as crônicas escritas no período que se estende de 1858 a 1878. As razões para essa escolha são inúmeras. Por ora, adianto que me interessa, sobretudo, a escrita de Machado de Assis antes de se tornar escritor consagrado. Um momento em que, no percurso do anonimato ao reconhecimento, ele teve a possibilidade de entrar para a vida política partidária, tornar-se um pacato funcionário público ou, diferente disso, prosseguir na atividade de escritor e, como tal, escrever e esclarecer sentimentos; informar e persuadir o leitor.

No Brasil do século XIX, fora da esfera do governo, restava ao escritor, ao homem de letras, apenas o jornal, como lugar possível ao exercício de sua especialidade e de sua função social. Não se deve esquecer ainda que, aos que não possuíam outra fonte de renda, as empresas jornalísticas e a burocracia do serviço público eram também uma das poucas possibilidades de o escritor sobreviver com o fruto de seu trabalho. Assim, ao intelectual moderno, restaria escrever e tornar pública sua escrita, suas impressões, suas reflexões, seus sentimentos, expondo seu ponto de vista, sobre questões locais ou universais, com certo “instinto de nacionalidade”.

Nesse aspecto, Machado de Assis se aproximaria do intelectual apontado por Sartre, um escritor que “sabe que a palavra é ação: sabe que desvendar é mudar e que não se pode desvendar senão tencionando mudar” (SARTRE, 2006, p. 21). Caberia, então, indagar sobre as tensões vivenciadas e explicitadas pelo escritor Machado de

Assis. Quais mudanças pretendeu operar a partir de sua escrita, de sua ação de escritor? Quais questões podem ser percebidas na escrita de Machado de Assis? E ainda, sabendo-se que o escritor é também um profissional que depende de seu ofício para sobreviver, que outras motivações moviam a pena de Machado de Assis? O que existe de específico no exercício de seu ofício, de sua especialidade e de seu talento que permite conferir a Machado de Assis a condição de intelectual público?

Quanto à opção pelas crônicas, deve-se à diversidade de temas que o autor pode abordar: do ambiente cultural à cena política, das questões locais ou de países distantes às experiências vividas por cidadãos comuns ou por homens ilustres. Isso não significa que outros gêneros cultivados pelo autor serão de todo esquecidos. Ao contrário, pretendo observar de que forma suas crônicas se tornaram lugar de experimentações para sua escrita ficcional e, ao mesmo tempo, indagar até que ponto a ficção fez parte de um projeto, de uma estratégia de dizer de um mundo real dominado por aqueles que controlam a produção, a burocracia e a violência.

Antes de dar início a tal tarefa, devo admitir que a reflexão sobre a obra de Machado de Assis apresenta inúmeros desafios ao pesquisador. Um deles é, sem dúvida, a imensa fortuna crítica que, destacando aspectos dos mais diversos, pode fazer supor que tudo já foi dito sobre o autor. Não é minha intenção revisitar cada um desses estudos ou mesmo aqueles considerados mais representativos. Penso, no entanto, que é fundamental destacar alguns autores, dentre os quais, Silvio Romero, que, como se sabe, não nutria grande simpatia pelo autor de *Memórias póstumas de Brás Cubas*.

Em sua *História da literatura brasileira*, de 1888, Romero dedicou a Machado de Assis todo um capítulo. Para o crítico, antes de *Memórias póstumas de Brás Cubas*, a obra machadiana teria sido de pouco valor, convicção que persistiria, ainda hoje, em boa parte da crítica. Segundo Silvio Romero, foi naquele romance que o talento do autor “achou o filão mais fecundo, e seu espírito tomou a atitude significativa que o distinguiu” (ROMERO, 1960, v. 5. p. 1.500). Não obstante o aperfeiçoamento de seu talento, o romancista se teria mantido “fundamentalmente o mesmo eclético (...): meio clássico, meio romântico, meio realista, uma espécie *dejuste-milieu* literário, um homem de meias tintas, de meias palavras, de meias ideias, de meios sistemas”. Assim, não haveria desencontro entre um Machado antes e outro depois de 1879: “A nova maneira de Machado de Assis não estava em completa antinomia com o seu passado, sendo apenas o desenvolvimento normal de bons germes que ele nativamente possuía” (ROMERO, 1960, v. 5, p. 1.510).

Em outro viés que não considerava tanto os determinismos da natureza, José Veríssimo entendeu o “progresso” na obra de Machado de Assis como consequência não apenas de seu talento, mas também de sua aplicação e dos estudos realizados, somados à interlocução com outros homens de letras, “cada obra sua é um progresso sobre a anterior. Ou de própria intuição do seu claro gênio, ou por influência de [...] seus amigos e companheiros alguns portugueses escritores ou amadores das boas letras” (VERÍSSIMO, 1963, p. 309).

Sobre a trajetória de Machado de Assis – seu amadurecimento, progresso ou evolução –, vale citar, ainda, Astrojildo Pereira, para quem, num ensaio de 1939, “existe uma consonância íntima e profunda entre o labor literário de Machado de Assis e o sentido da evolução política e social do Brasil” (PEREIRA, 1991, p. 14). Nesse sentido, para além dos aspectos individuais – os caprichos da natureza, o talento pessoal, as relações de amizade e o estudo apurado –, havia a história, e eu acrescentaria: as incertezas, as imprevisibilidades, as indeterminações da história. Astrojildo Pereira foi também um dos primeiros críticos a rechaçar a ideia, então predominante, de que Machado de Assis manteve profunda indiferença aos temas políticos, sociais e históricos de seu tempo.

Penso que mais importante do que isso foi a contribuição de Astrojildo Pereira para situar a obra de Machado de Assis na história, afastando a ideia de um gênio fora do lugar, como se, num ambiente cultural de periferia, seu aparecimento apenas fosse possível graças à superação alicerçada no esforço individual. Situado à margem do centro de produção intelectual, o Brasil de Machado de Assis seria pouco mais que um arrabalde, um terreno inóspito que não reunia condições materiais mínimas para o surgimento de uma literatura de valor universal.

De fato, a precariedade do sistema escolar, os enormes índices de analfabetismo, a manutenção do trabalho servil, a condição de dependência dos setores médios da população, muitas vezes vivendo como agregados de uma classe senhorial forjada no latifúndio – tudo isso conspirava contra qualquer argumento em prol da existência de um ambiente capaz de fazer brotar um autor como Machado de Assis. Por outro lado, para grande parte da crítica, o criador de *Brás Cubas* só se teria materializado quando o sistema monárquico e o regime escravista contavam nas mãos seus últimos anos de existência. Até então, tudo que ele produzira estaria na vala comum de uma literatura provinciana ao lado de Alencares, Almeidas, Macedos e outros menos cotados.

Nesse sentido, acredito que a contribuição de Silvio Romero, a despeito de seus inúmeros equívocos, foi indicar que não existiriam dois Machados de Assis, um antes e um depois, e, se houve visíveis transformações em sua escrita, tratava-se apenas de um processo de amadurecimento que alcançou seu momento decisivo na publicação das *Memórias de Brás Cubas*. Quanto a José Veríssimo, no meu entender, seu maior acerto foi apontar a interlocução com outros homens de letras como fator decisivo na trajetória do autor. Ressalto, no entanto, que as relações do jovem Machado de Assis se operaram numa dimensão bem mais ampla do que aquela citada pelo crítico. Para Veríssimo, uma roda de amigos composta por “alguns portugueses escritores ou amadores das boas letras” teria permitido que, em Machado de Assis, “a língua [se conservasse] mais estreme das corrupções americanas” (Veríssimo, 1963, p. 309).

Longe de mim a pretensão de verificar a pureza ou contaminação da língua portuguesa na obra de Machado de Assis. Isso é assunto para outros especialistas. Pretendo, sim, verificar a inserção de Machado de Assis no ambiente cultural brasileiro, desde as suas primeiras colaborações na imprensa fluminense. Dessa forma, no primeiro capítulo deste estudo, meu olhar se volta para as relações que o jovem Machado de Assis pôde estabelecer com seus contemporâneos, no restrito círculo de homens de letras dos primeiros anos da segunda metade do século XIX.

O primeiro capítulo tem por finalidade, ainda, verificar respostas possíveis a uma questão que, já há algum tempo, tem-me incomodado. “O que pensar do imenso desnível entre as *Memórias póstumas de Brás Cubas* e nossa ficção anterior, incluídas aí as obras iniciais do mesmo Machado de Assis”? (SCHWARZ, 1990, p. 9). A indagação de Roberto Schwarz sempre me fez pensar se, de fato, trata-se de um desnível. Tantas vezes me tenho indagado se, diferente de desnível, não seria um desvio: um atalho, uma picada aberta que, às vezes, pelo pouco uso, esteve encoberta e, outras vezes, reaberta, e que se andou em círculos, num labirinto entrelaçado por idas e vindas, o que é próprio da história.

Por conta disso, ainda nesse primeiro capítulo, pretendo indagar sobre seus antecessores, ou seja, em que medida aquele jovem pôde herdar uma tradição que, no Brasil, tem como lugar de origem os jornais impressos nos dias que marcaram o processo de independência do país. Isso porque, durante os 10 primeiros anos de sua atividade como escritor, Machado de Assis foi, essencialmente, jornalista. É certo que cultivou os versos, como, aliás, quase todos os jovens de sucessivas gerações do século XIX. O teatro também ocupou boa parte de seus interesses, como crítico ou como autor

de alguns textos escritos para subir aos palcos, embora a maioria tenha chegado a público apenas sob a forma impressa ou apresentada em pequenos saraus. Foi como jornalista que ele exercitou os mais diversos gêneros de escrita, redigindo de pequenos anúncios a comentários políticos, matérias de fundo a artigos de crítica. Apesar disso, essa importante etapa do processo de amadurecimento do escritor Machado de Assis tem sido negligenciada.

Schwarz, assim como os demais críticos antes citados, refere-se aos romances de Machado de Assis, que, como é sabido, tem sua primeira expressão em 1872, com *Ressurreição*. Sabe-se também que, quando da aparição desse primeiro romance, Machado de Assis possuía uma longa trajetória como autor de poesia, teatro, crítica, crônicas, além de inúmeros contos, a maioria publicada, a partir de 1864, no *Jornal das Famílias*.

O que pensar desse vasto material produzido antes de 1870? Silvio Romero, sobretudo em seu *Machado de Assis – estudo comparativo de literatura brasileira*, originalmente publicado em 1897, ainda faz algumas considerações sobre os primeiros livros de poesias do autor, *Crisálidas*, de 1864; *Falenas*, de 1869, e *Americanas*, de 1875 (ROMERO, 1992, pp. 69-84). Excetuando-se os romances e alguns contos publicados depois em livro – *Contos Fluminenses* –, pouco se tem dito sobre a prosa de Machado de Assis produzida antes de *Brás Cubas*. Refiro-me, aqui, especialmente às crônicas, à sua apreciação dos fatos e acontecimentos.

Não considerando os biógrafos do autor, com destaque para Jean-Michel Massa (1971) e sua biografia intelectual de Machado de Assis, e alguns estudos mais esporádicos realizados, entre outros, por Alfredo Pujol, em 1917 (2007) e Brito Broca (1983), em 1957, pouco existe sobre aqueles primeiros escritos. Mais recentemente, a pesquisa de Lucia Granja (2000) em torno das séries “Comentários da Semana” e “Ao Acaso”, ambas publicadas no *Diário do Rio de Janeiro* entre os anos de 1861 e 1865, é uma notável contribuição para o entendimento do processo de formação de Machado de Assis. Os “Comentários da Semana” também mereceram uma edição crítica organizada pela mesma autora, em conjunto com Jefferson Cano (ASSIS, 2008a). Também mereceram edições críticas as séries publicadas originalmente em *O Espelho*, de 1859 (ASSIS, 2009 a), *Ilustração Brasileira*, de 1876 (ASSIS, 2009b), e *Notas semanais*, de 1878 (ASSIS, 2008b, e Assis, 2011). Sem dúvida, o esforço desses pesquisadores permitiu que o leitor atual tenha melhor compreensão de uma vasta parcela da produção machadiana que, até então, vinha sendo desprezada pela crítica.

Essas crônicas e também as publicadas em *O Futuro*, em 1862, além de outros escritos de crítica e alguns de difícil classificação, todos datados de antes de 1880, permitem-me indagar sobre os caminhos e descaminhos, as rotas de fuga e os enfrentamentos, os impasses e as descobertas, as experiências e experimentações que puderam ser operadas no percurso de Machado de Assis nas páginas dos jornais fluminenses no período de 1858 a 1878. Em minhas reflexões, interessa-me, fundamentalmente, indagar sobre a inserção de Machado de Assis num ambiente cultural, seus esforços para definir um lugar próprio para sua escrita e, ao mesmo tempo, sua ação nesse ambiente, como escritor, como artista, como intelectual.

Parte de minhas indagações tem origem em Antonio Candido, quando, no preâmbulo de sua *Formação da literatura brasileira*, distingue *manifestações literárias* de *literatura*. No primeiro caso, pode haver obras de valor, como resultado de esforço isolado e, muitas vezes, produzidas sob a influência de literaturas estrangeiras ou de outro ambiente cultural. A ideia de um Machado de Assis desconectado do ambiente cultural de seu tempo tem alimentado a crítica que entende sua obra como *manifestação literária de um gênio*. Diferente disso é entender sua obra como parte de uma *literatura*, de um *sistema literário*, ou seja, ainda de acordo com Antonio Candido, “um sistema de obras ligadas por [...] características internas (língua temas, imagens), certos elementos da natureza social e psíquica [...]” (CANDIDO, 2007, p. 25).

Candido acrescenta que, quando “a atividade dos escritores de um dado período se integra em tal sistema, ocorre [...] a formação da continuidade literária [...] que assegura no tempo o movimento conjunto, definindo os lineamentos de um todo”. Para Antonio Candido, essa continuidade caracteriza-se como uma “tradição”, uma vez que se trata da transmissão de um conjunto de valores e padrões que se impõem “ao pensamento ou ao comportamento, e aos quais somos obrigados a nos referir, para aceitar ou rejeitar”. Assim, conclui Candido, “sem esta tradição, não há literatura, como fenômeno de civilização” (CANDIDO, 2007, pp. 25-27).

Visto isso, recoloco minha questão nos seguintes termos: em que medida e em que condições a obra de Machado de Assis se insere nessa tradição? Até que ponto esse Machado de Assis, em sua trajetória, buscou desvios, atalhos, picadas, não para se afastar, mas, ao contrário, para se inserir nessa tradição?

Ao menos em parte, a resposta à minha primeira indagação poderia ser encontrada no mesmo Antonio Candido, para quem Machado de Assis “se embebeu meticulosamente da obra dos predecessores”, compreendendo “o que havia de certo, de

definitivo, na orientação de Macedo [...], de Manuel Antonio, [...] e de José de Alencar”, aplicando “o seu gênio em assimilar, aprofundar, fecundar o legado positivo das experiências anteriores” (IDEM, pp. 436-437).

Isso explicaria a razão da superioridade de *Brás Cubas* em relação a seus antecessores, incluídos, aí, os primeiros romances do próprio Machado de Assis. Ao promover o diálogo de sua escrita com a de seus predecessores, Machado de Assis teria acumulado cabedal suficiente para promover uma verdadeira transformação no processo de desenvolvimento do romance e do próprio “sistema literário” brasileiro.

Em artigo publicado originalmente em 2003, Roberto Schwarz é ainda mais enfático e aponta aspectos da obra machadiana que, no seu entender, permitem dividi-la em dois momentos: “A partir de 1880, a ousadia se torna abrangente e espetacular, desacatando os pressupostos da ficção realista”. Assim, inicialmente seus romances seriam mais provincianos, uma espécie de realismo bem-comportado. A partir de 1880, Machado se teria tornado mais ousado, e sua obra, mais universal, no contraponto de uma narrativa que pretende confundir-se com a própria realidade (Schwarz, 2012, pp. 248-249).

Discutir os romances de Machado de Assis fugiria em muito de meus objetivos. No entanto, interessa-me discutir, sim, até que ponto suas crônicas anteriores a 1880 possuíam um tanto de ousadia, abrangência e desacato. Não quero dizer com isso que, ao iniciar sua trajetória como escritor, ele já tivesse pronta uma estratégia ou mesmo a intenção de promover uma escrita ousada, abrangente e desabusada. A partir desses primeiros escritos, inseridos entre os anos de 1858 e 1878, pretendo identificar momentos decisivos, linhas fronteiriças, tomadas de atitude, experimentos, inquietações, alumbramentos e dúvidas.

Pode ser bastante didático estabelecer um marco divisório, estabelecendo duas fases na obra machadiana: uma antes e outra depois de 1880. Como procurei demonstrar, esse critério persiste desde Silvio Romero. Penso, no entanto, que muitos são os marcos na trajetória do escritor Machado de Assis e muitas suas fases. De alguma forma, a divisão de capítulos estabelecida para este estudo indica momentos que julgo decisivos na escrita de suas crônicas. Assim procedendo, se no primeiro capítulo tenho a intenção de identificar até que ponto o menino é pai do homem, nos demais pretendo observar mais de perto esse processo de amadurecimento, as soluções encontradas ou não para os desafios colocados à sua escrita, ao seu talento, aos seus esforços, ao seu engajamento no tempo e no texto.

Segundo esse roteiro previamente traçado, no segundo capítulo meu olhar se volta para um jovem cronista que aposta na intervenção política através da cultura, da arte, mais precisamente no teatro. Em *O espelho*, atuando como crítico das encenações nos palcos da cidade, o cronista supõe a capacidade do homem de letras de organizar a cultura, colocando-se entre o palco e a plateia e, dessa forma, organizar uma sociedade que ainda vive sua infância.

Da mesma forma, observam-se alguns dos primeiros textos de Machado de Assis escritos para o teatro, tentando identificar em que medida o autor dramático dialogava com o crítico, buscando, ambos, exercer a tarefa de educar o público e influir em seu gosto. Assim procedendo, pretendo pensar em que medida o escritor, o homem de letras Machado de Assis, poderia ser considerado um tipo de intelectual que tinha como tarefa exercer uma ação no interior da sociedade, através da cultura.

Ainda nesse segundo capítulo, observam-se os escritos de Machado de Assis para a coluna “Comentários da Semana”, publicada no *Diário do Rio de Janeiro*, um jornal comandado pela fração mais combativa do Partido Liberal, à época em oposição ao Gabinete, de maioria conservadora. Daquele lugar de fala, o comentarista acreditava poder exercer uma função mediadora das disputas ideológicas travadas na sociedade. A partir desses escritos, é minha intenção verificar as proximidades e os distanciamentos entre o homem de teatro e aquele mais dedicado aos acontecimentos políticos, aos atos de governo, aos debates no parlamento.

Também o intelectual idealizado por Julien Benda estaria contemplado, ao menos em parte, nesse intelectual híbrido, a partir do qual Machado de Assis projetava suas expectativas. Benda (2007, p. 144) dizia de um intelectual que não se deixava seduzir pelas exigências da vida mundana, mais especificamente referindo-se às paixões da política, e indicava duas possibilidades de se opor a elas. A primeira seria o afastamento por completo dessas paixões e o apego “a atividades puramente desinteressadas do espírito [criando] a crença no valor supremo desta forma de existência”. Essa opção passava longe do homem de letras do século XIX brasileiro, fosse literato, cientista ou filósofo. Todos tinham em mente uma missão: romper com o passado colonial e criar a nação brasileira autônoma e definitivamente independente, embora isso pudesse assumir múltiplos significados, inclusive a manutenção do trabalho escravo e a segregação de muitos homens e mulheres.

A outra possibilidade de se opor aos valores mesquinhos, à objetividade fácil e, ainda, aos modismos, às exigências do mundo mercantilizado, seria a dos “moralistas

[que] debruçados sobre o conflito dos egoísmos humanos, pregavam, sob os nomes de humanidade ou justiça, a adoção de um princípio abstrato, superior e diretamente oposto a essas paixões”. Como exemplo, Julien Benda cita Erasmo, Kant e Renan. Este último, Ernest Renan, exerceu, inclusive, alguma influência sobre Machado de Assis, de quem leu *A vida de Jesus*, de 1863, polemizando, numa crônica datada de 25 de julho de 1864, com o jornal católico *A Cruz*, por se ter manifestado contra o autor.

Assim, o capítulo terceiro se volta mais para o crítico Machado de Assis e para seu ideal de crítica, tentando identificar alguns aspectos que o aproximariam desse modelo de intelectual sugerido por Julien Benda, ou seja, um crítico em defesa dos valores mais universais da arte em oposição ao sucesso fácil, às exigências do gosto do público e do lucro mercantil. Por outro lado, o cotidiano da vida política não era mais o centro dos interesses do autor, uma vez que, com o fim de seus comentários políticos no *Diário do Rio de Janeiro*, ele buscara abrigo para sua pena de cronista em *O futuro*, que será examinado na primeira parte desse terceiro capítulo. Naquele modesto periódico literário, de vida efêmera, além de algumas resenhas literárias ou sobre as encenações teatrais, Machado publicou “O país das quimeras”, uma narrativa de pura imaginação. Minha intenção é observar até que ponto *O futuro* representou um momento de mudança na trajetória de Machado de Assis, buscando, com mais frequência, elementos da imaginação que pudessem dizer da realidade.

Naquele mesmo ano de 1862, ele também exerceria a função de censor no Conservatório Dramático, apreciando textos que seriam encenados com a subvenção do governo nos teatros do Rio de Janeiro. Desse modo, pretendo compreender melhor a atuação do crítico diante da tarefa de censurar ou autorizar a encenação daqueles textos. Pretendo identificar as contradições, os impasses e as soluções que puderam ser experimentados por um homem de letras que defendia a independência e a autonomia do crítico e do escritor.

Nesse capítulo, busco também observar em que medida a experiência em *O futuro* representou uma tomada de posição pela escrita ficcional, fosse por considerá-la mais universal do que a crônica dos acontecimentos, fosse como um meio de driblar os entraves que ameaçavam sua autonomia de crítico, fosse, ainda, uma forma de entreter e, ao mesmo tempo, informar, esclarecer e persuadir o leitor. Com esse fim, serão estudados seus contos e suas novelas escritas para o *Jornal das famílias*, uma publicação voltada a um público que, supunha-se, era formado, prioritariamente, por mulheres jovens e filhas das “melhores famílias”, todas preocupadas em ser bem

recebidas na vida social e, principalmente, bem-sucedidas no casamento e nas obrigações de mãe e esposa.

Escrita ao correr da pena, ao acaso, fazendo crer que se tratava de uma conversa entre cronista e leitor, uma conversa entre velhos conhecidos, a marca mais característica da crônica seria a informalidade, a amenidade, a despreensão. Para José de Alencar, diferente do registro ficcional, a crônica não seria o lugar para o exercício de sua imaginação, uma vez que deveria tratar dos acontecimentos da vida social, política e cultural, acontecimentos que seriam de conhecimento público, muitos estampados nas outras seções do jornal. A invenção excederia os limites da crônica; cabia ao cronista, porém, tomar emprestada a pena do artista, do romancista, do contador de histórias, e narrar o mundo real com cores mais leves do que aquelas do noticiário. Ou seja, para Alencar, o cronista seria um escritor obrigado “a percorrer todos os acontecimentos, a passar do gracejo ao assunto sério [...] com toda a finura e graça” (ALENCAR, 2004, p. 25).

Também Machado de Assis, em diversas ocasiões, tentou definir esse gênero de escrita. Cronista já experiente, em “A Semana” ele explicava ao leitor: “Não peças lógica a uma triste pena hebdomadária. A regra é deixá-la ir, papel abaixo, pingando as letras e as palavras, e, se for possível, as ideias” (*OC*, iv, 1023).¹ Passadas algumas semanas, ele diria que a crônica era, no “banquete dos acontecimentos, a mesa dos meninos” (*OC*, iv, 1120).

Muito antes disso, quando ainda era um aprendiz, ele se dizia um beija-flor que “salta, esvoaça, brinca, tremula, paira, espanja-se sobre todos os caules suculentos, sobre todas as seivas vigorosas”. Logo percebeu, no entanto, que escrevia para ser lido e que, por conseguinte, teria de adaptar sua escrita à desenvoltura do leitor. Assim, em *O Espelho* ele escrevia às leitoras, comentando as estreias nos palcos da cidade, fazendo o possível para não cansá-las: “Desculpem as leitoras esta relação sutil que encontro aqui, mas é que eu tenho a bossa do filosofismo” (Assis, 2009a, p. 68), ou ainda: “Domingo passado a minha revista foi larga e volumosa; a leitora, desculpe, esta será magra e minguada. Eterna lei das compensações!” (Idem, p. 71).

No *Diário do Rio de Janeiro*, seus leitores seriam mais sisudos, uma vez que escrevia sobre o cotidiano da política, os debates no parlamento, os atos do governo. Seu tom era bem mais eloquente e desabusado, queixando-se, em várias oportunidades,

¹ ASSIS, Machado. *Obras completas*. Organização de Aluizio Leite Neto, Ana Lima Cecílio, Heloísa Jahn. 2. ed. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 2008, 4v.

da falta de assunto, resultado da inação dos governantes. Por outro lado, o cronista buscava cumplicidade com o eleitor, entendendo que ambos estavam do mesmo lado e cultivavam opiniões semelhantes: “Não se admire, portanto, o leitor se não lhe dou notícias políticas. Política, como eu e o meu leitor entendemos, não há” (Assis, 2008a, p. 78).

Em sua passagem por *O futuro*, sua crônica se voltava a leitores supostamente interessados nos debates literários em torno dos livros, do teatro e, em alguma medida, da política. Naquele periódico, colaboravam literatos e articulistas que gozavam de algum prestígio junto ao público mais ilustrado, o que levava a crer que seus leitores eram mais experientes. Além disso, ao que tudo indica, sua coluna no *Diário do Rio de Janeiro* lhe causara algum transtorno, por conta do excesso de veemência ou por algum desacordo em relação às posições dos editores ou proprietários do jornal. Assim, em *O futuro*, Machado de Assis teria buscado uma escrita mais comedida, mesclando suas opiniões e ideias com alguma dissimulação: “Comenta os fatos com reserva, louva ou censura, como te ditar a consciência, sem cair na exageração dos extremos” (OC, iv, 75).

Em seu retorno a um lugar de destaque no *Diário do Rio de Janeiro*, com a série “Ao Acaso”, em 1864 Machado de Assis já seria conhecido do público, escrevendo para diversificados leitores. Nessa condição, ele dava pistas de que possuía certo poder de influência junto àqueles que frequentavam suas páginas. Além disso, a estada em *O futuro* e o convívio com escritores mais experientes teriam tornado sua pena mais hábil. Dessa forma, ele tratou de temas dos mais diversos. Alguns, como a guerra na região do rio da Prata, durante os primeiros combates, eram acompanhados de perto pelos leitores e não suscitavam maiores polêmicas. Outros, contudo, principalmente por conta do prolongamento do confronto entre Brasil e Paraguai, geravam alguma controvérsia. Diante disso, Machado de Assis indicava as tintas com que pretendia imprimir suas ideias e opiniões: “Também o folhetim tem cargo de almas. É apóstolo e converte. Fácil apostolado, é certo. Não há terras inóspitas ou áridos desertos, aonde levar a palavra da verdade; nem se corre o risco de ser decapitado, como S. Paulo, ou crucificado, como S. Pedro” (OC, 2008, iv, 121).

As crônicas de “Ao Acaso” e também alguns escritos que datam do mesmo período iniciam o quarto e último capítulo destes meus estudos. Pretendo investigar as transformações por que passava o autor. Como o autor pôde amalgamar as tintas da realidade com as da fantasia? Qual diálogo pôde ser instalado entre os acontecimentos e

personagens por ele imaginados e os do mundo real? Em seguida, minhas reflexões se voltam para o crítico. No espaço da crônica – mais corriqueiramente denominado folhetim –, cabia um pouco de quase tudo. Do entretenimento frívolo à análise grave e, até mesmo, alguma invenção, embora isso pudesse exceder seus limites. Cabiam também a crítica literária, a resenha de um livro, a apreciação de uma encenação teatral, o anúncio de algum espetáculo. O que cabia na cidade cabia no folhetim. Machado exercitou a crítica desde seus primeiros escritos. Eram “ideias vagas”, mas se foram fixando a ponto de se tornar um crítico respeitado. Assim, no quarto e último capítulo, retornando ao crítico Machado de Assis, pretendo perceber as aproximações e os distanciamentos entre seu “ideal de crítico” e seu “instinto de nacionalidade”. Que diálogo teria sido possível estabelecer entre o intelectual que se imiscui nos assuntos públicos, e que, com seu “apostolado”, pretende convencer e converter o leitor, com aquele que prega um princípio abstrato e oposto às paixões da vida mundana? Que diálogo foi possível entre o intelectual que se coloca como mediador das disputas ideológicas travadas na sociedade e aquele que pretende educar as massas?

Em fins da década de 1860, Machado de Assis se despediu do *Diário do Rio de Janeiro*. Foram quase dez anos de experiência e convívio com homens de letras (literatos ou comentaristas), políticos (atuantes ou pretendentes), profissionais do meio teatral (atores, atrizes e empresários), enfim indivíduos atuantes na esfera pública ou do governo. Graças a seus relacionamentos, tornou-se funcionário público. Deve-se também a seu empenho e estudos o fato de ter sido eleito o mais importante crítico literário do país por José de Alencar, que era, então, entre os escritores, o mais respeitado, apesar de seus inúmeros desafetos. Não bastasse isso, Machado de Assis gozava de certa admiração, por conta de seus livros de poesia e, muito provavelmente, por suas crônicas. Isso sem contar os contos publicados no *Jornal das famílias*, alguns depois reunidos em livro, *Contos fluminenses*, de 1870.

Por fim, encerro esta etapa de meus estudos acompanhando os passos do cronista Machado de Assis e suas conexões com o funcionário público, Joaquim Maria, que, por dever de ofício, acompanhava a execução da *Lei do ventre livre*, emitindo pareceres e juízos sobre eventuais desvios e desavenças entre senhores, escravos e a lei. Nesse quadro, conviveriam, numa mesma pessoa, o cronista e o cidadão e, entre ambos, o intelectual.

Entre 1869 e 1876, Machado de Assis se manteve um tanto distante da imprensa periódica. Nesse período, foi o romancista que se destacou. Nas pesquisas em que estou

empenhado, seus romances não são motivo de análise. Pretendo, sim, perceber de que maneira o cronista entendeu o passado do país e a permanência desse passado nos acontecimentos de um presente incapaz de romper, por exemplo, com o modo de produção baseado na mão de obra escrava. O cronista historiador dos 15 dias dialogava, assim, com a história e, ao mesmo tempo, servia-se do funcionário para compor sua crônica.

Em 1876, Machado de Assis escreveu para a *Ilustração brasileira* a série “História de Quinze Dias”. No mesmo período, tornou-se chefe da segunda seção, incumbida de acompanhar a execução *Lei do ventre livre*, que determinava que os filhos de mulher escrava que nascessem no Império desde aquela data seriam considerados livres do trabalho escravo. Ao estudar essas crônicas, assinada por Manasses, pretendo entender melhor a presença desse funcionário na escrita do cronista. Em que medida a realidade invadia sua crônica? Naquela sua série de crônicas que, ao que se supunha, eram escritas para um público ilustrado, Manasses dizia aos leitores que “a lenda é melhor do que a história autêntica” (*OC*, iv, 320). Assim, é possível indagar, ainda, em que medida a ficção do cronista invadia a realidade.

No mesmo diapasão, pretendo, em seguida, estudar as “Notas Semanais”, de 1878. Ao inaugurar aquela nova coluna assinada por Eleazar, Machado de Assis falava da especialização necessária àquele ofício: “A crônica não se contenta da boa vontade; não se contenta sequer do talento; é-lhe precisa uma aptidão especial e rara” e, diante disso, afirmava a sua expectativa: “Resta que me torne digno, não direi do aplauso, mas da tolerância dos leitores” (*OC*, iv, 407). Assim, nessa nova série, pretendo perceber a crônica machadiana como espaço de experimentação, de busca de novas formas de expressão e de entendimento da realidade, de análise, de formulação de juízo e, ao mesmo tempo, de instrumento de convencimento, de intervenção nessa mesma realidade.

Ao me voltar para esse conjunto de textos produzidos por Machado de Assis no período anterior a *Memórias póstumas de Brás Cubas*, tenho por objetivo refletir sobre uma parcela significativa da obra do autor, sobretudo suas crônicas, que ainda permanecem desprezadas pela crítica especializada. Estudá-las significou muitas idas à Biblioteca Nacional, visitando um universo de microfimes que reproduzem páginas e páginas de velhos jornais, algumas danificadas pelo tempo. A leitura de *Diário do Rio de Janeiro*, a *Gazeta Mercantil*, do hoje sesquicentenário *Jornal do Comércio*, tudo isso significou uma etapa fundamental deste estudo e, desde já, agradeço a colaboração

atenciosa que tive dos funcionários da seção de periódicos. Aqueles jornais imprimiram não apenas notícias que abordavam os acontecimentos, mas também as preocupações, esperanças e decepções daqueles homens de letras encarregados de narrar o tempo, dentre eles, Machado de Assis. Não é agora o momento das conclusões e seria precipitado adiantá-las, porém não tenho dúvida de afirmar que, a despeito de sua imaturidade, desde, pelo menos, seus primeiros textos críticos publicados em *O Espelho*, aos 20 anos, Machado de Assis oferecia sinais de grande interesse pelas questões que motivavam o debate dos homens de letras de seu tempo. Muitas daquelas questões são pertinentes ainda hoje.

As contradições entre a autonomia do artista, o gosto do público, os interesses empresariais e o papel social da arte não haviam alcançado as complexidades motivadas por uma indústria cultural de moldes capitalistas e sua consequente massificação. Apesar disso, num momento crítico de formação do autor e também da própria nação brasileira, o artista e, mais especificamente, o escritor estavam no centro daqueles debates. Sobre essas questões, Machado de Assis refletiu criticamente e também exercitou sua pena, buscando linguagens e dicções que lhe permitissem falar para um público diversificado. Esse interesse, somado ao esforço de intervir naquele espaço de discussão, pode ter sido determinante para o amadurecimento do autor. Se assim for, o intelectual que se imiscui nos assuntos públicos, o homem político e o artista da escrita seriam faces da mesma moeda, e não seria razoável imaginar que o autor de *Memórias póstumas de Brás Cubas* cultivasse qualquer tédio à controvérsia; ao contrário, dela se nutria e se munia. Desse modo, é sob essa perspectiva que pretendo acompanhar a trajetória de Machado de Assis.

Talvez não consiga respostas satisfatórias a todas as minhas indagações. Ao longo de meus estudos, provavelmente, outras questões aparecerão, e algumas permanecerão à espera de respostas possíveis ou poderão ser irrespondíveis, enquanto outras, conto, se não convencer, ao menos oferecer alguma contribuição para indagações futuras.

Capítulo I

Machado de Assis: o passado, o presente e o futuro

Cada estação da vida é uma edição que corrige a anterior, e que será corrigida também, até a edição definitiva, que o editor dá de graça aos vermes.

1.1 Uma comunidade literária: Paula Brito e a Sociedade Petalógica

“Este livro é uma recordação, é a recordação da Petalógica dos primeiros tempos, a Petalógica de Paula Brito” (*OC*, iv, 237). Havia muitas razões para Machado de Assis relembrar a loja de Paula Brito, já então saudoso. Foi naquela loja do Rocio que o jovem crescido nos arrabaldes da cidade estabeleceu suas primeiras relações com parte da sociedade letrada do Rio de Janeiro. Ali, reuniam-se os membros da Sociedade Petalógica e foi ali que, desde pelo menos 1855, Machado de Assis conheceu e manteve contatos mais ou menos assíduos com efetivos ou pretensos estudantes, políticos, jornalistas e funcionários públicos. Quase todos seriam poetas ou aspirantes aos favores das musas e, em maior ou menor grau, a despeito de talentos e oportunidades, todos seriam candidatos a representantes ou a porta-vozes de um discurso, de uma mensagem, de um ponto de vista, de uma opinião, de uma tese, de um princípio filosófico ou religioso, capaz de dar forma e corpo a uma sociedade e de influir nos destinos do país. Se não todos, muitos daqueles indivíduos teriam, sobretudo, influído no destino de Joaquim Maria Machado de Assis, ou, simplesmente, na adolescência do consagrado romancista, Machadinho.

Em 1865, feitos quatro anos da morte de Paula Brito, o menino que enviava alguns versos toscos para publicação em sua *Marmota* mantinha uma coluna no *Diário do Rio de Janeiro*, importante órgão de imprensa do país, cujos diretores e principais redatores haviam sido frequentadores da mesma Sociedade Petalógica. Pois bem, foi daquele lugar de prestígio que o mesmo Joaquim Maria Machado de Assis retornava à Petalógica:

(...) a Petalógica de Paula Brito – o café Procópio de certa época, – onde ia toda a gente, os políticos, os poetas, os dramaturgos, os artistas, os viajantes, os simples amadores, amigos e curiosos, – onde se conversava de tudo – desde a retirada de um ministro até a pirueta da dançarina da moda; onde se discutia tudo, desde o dó de peito do Tamberlick até os discursos do marquês de Paraná, verdadeiro campo neutro onde o estreante das letras se encontrava com o conselheiro, onde o cantor italiano dialogava com o ex-ministro (*OC*, iv, 237).²

² Eugene Tamberlick (1820-1889), tenor italiano participou da montagem da cantata de Araújo Porto-Alegre, *Véspera dos Guararapes*, que estreou no dia 27 de novembro de 1856, no Teatro Lírico Fluminense (GIRON, Luis Antonio. *Minoridade crítica: a ópera e os folhetins na Corte*. São Paulo:

Talvez fosse exagero ou benevolência da memória, mas a referência ao célebre Café Procópio – fundado em 1686, em pleno Quartier Latin, e frequentado por Fontenelle, Rousseau, Diderot, entre outros – dá bem o tom do que seria, nas recordações do cronista, a loja de Paula Brito. Assim descrita, a Sociedade Petalógica seria um espaço de conversação sobre assuntos públicos que podiam variar da arte à política, da voz da cantora ao ato do ministro, da charada comezinha ao apostolado indigesto. Além disso, e de forma decisiva para o jovem Joaquim Maria, a Petalógica promoveria aproximações impensáveis numa sociedade rigidamente hierarquizada. Foi na Petalógica, por exemplo, que o aprendiz de tipógrafo, filho de trabalhadores humildes, conviveu com ricos proprietários e membros da alta cúpula do governo imperial. Do mesmo modo – ao menos nas recordações do cronista –, ao poeta iniciante teria sido possível desenvolver seu talento no convívio com outros mais experientes.

Exageros e benevolências à parte, a cidade do Rio de Janeiro, depois de decretada a maioria de Pedro II e findo o tráfico de mão de obra escrava da África, vivia um novo surto de modernizações. A relativa calma no cenário político e a migração para o comércio e para os serviços urbanos do capital antes empregado no comércio de escravos impulsionavam mudanças nos hábitos e nas formas tradicionais de sociabilidade, mais identificadas com as atividades religiosas e familiares em torno da autoridade patriarcal. Lentamente, os indivíduos se inseriram em outras formas de convivência social, mais sintonizadas com a vida urbana e com a sociedade burguesa e com o modo de produção capitalista, que engatinhavam e ensaiavam seus primeiros passos. A esse respeito, um experiente Machado de Assis, em outra oportunidade, nos serve como interlocutor:

A vida externa era festiva, intensa e variada. Tinham acabado as revoluções políticas. Crescia o luxo, abundava o dinheiro, nasciam melhoramentos. Tudo bailes e teatros. Um cronista de 1853 (se vos não fiais em mim) dizia haver trezentos e sessenta e cinco bailes por ano. Outro de 1854 escreve que do princípio ao fim do ano toda gente ia ao espetáculo. Salões particulares a porfia. Além deles, muitas sociedades coreográficas com seus títulos bucólicos ou mitológicos, a Campestre, a Sílvide, a Vestal e outras muitas chamavam a gente moça às danças que eram todas peregrinas, algumas recentes. A alta classe tinha o Cassino Fluminense. Tal era o amor aos bailes que os médicos organizaram uma associação particular deles, a que chamaram Cassino dos Médicos. Hoje,

Edusp/ Rio de Janeiro: Ediouro, 2004, p. 162). Por sua vez, o Marques do Paraná, ou Honório Hermeto Carneiro Leão, foi fundador do Partido Conservador e ministro de governo por diversas vezes, inclusive primeiro-ministro de 1853 a 1856.

se dançam, dançam avulsos. A ópera italiana tinha desde muito os seus anais; no decênio anterior, mais de uma cantora entotecera a população maviosa e entusiasta; agora desfilavam uma série de artistas mais ou menos célebres, a Stoltz, o Tamberlick, o Mirate, a Charton, a La-Grua. O próprio teatro dramático mesclava nos seus espetáculos o canto e a dança, árias e duos, um passo a três, um passo a quatro, não raro um bailado inteiro. Já havia corrida de cavalos, um clube apenas, que chamava a flor da cidade. As corridas começavam às dez da manhã e findavam à tarde. Ia-se a elas por elas mesmas. A Europa mandava pra cá as suas modas, as suas artes, os seus *clows*. Traquitanas e velhas seges cediam o passo ao *coupé*, e os cavalos do Cabo entravam triunfadores. Modinhas e serenatas brasileiras iam de par com árias italianas. As festas eclesiásticas eram numerosas e esplêndidas; na igreja e na rua, a devoção geral e sincera, as romarias e patuscadas infinitas (Machado de Assis, 1975, pp. 263-267).

A transcrição é extensa, mas nela é possível ter uma ideia da vida social do Rio de Janeiro na década de 1850. Foi mais ou menos por esses anos que Machado de Assis trocou a vida pacata³ pela agitação do centro da cidade. Ressalte-se, no entanto, que são também recordações de um autor bem mais experiente do que um jovem com pretensões a poeta. Elas são parte de um texto publicado no jornal *República*, em 1896, intitulado “Um Agregado: capítulo de um livro inédito”. Esse livro seria publicado três anos depois e se chamaria *Dom Casmurro*, e o tal capítulo inédito serviu como esboço dos capítulos III, IV e V do romance.

De todo modo, nota-se que o Rio de Janeiro da segunda metade do século XIX vai, paulatinamente, perdendo seus ares de cidade colonial e assumindo seu lugar de capital do Império. Claro que as transformações estão ainda distantes daquelas apontadas por João do Rio no século seguinte, mas, ao se voltar para o jovem que frequentava a Sociedade Petalógica, o veterano cronista enxergava também uma cidade e seus habitantes das classes médias e altas tomados pelo gosto da *vida externa*. A cidade se urbanizava, se higienizava, *nasciam melhoramentos* na infraestrutura pública: pavimentação, iluminação a gás e transporte coletivo. *A vida externa festiva, intensa e variada* incluía os teatros, os bailes, as corridas de cavalo, os cafés, como o Café do Braguinha, frequentado por alguns petalógicos, médicos, advogados, homens de letras e de teatro.

Havia outras associações similares à Petalógica, espaços públicos de sociabilidade frequentados, sobretudo, por homens letrados e dotados de alguma competência para emitir publicamente uma opinião. Algumas livrarias eram pontos de

³ Os biógrafos divergem quanto à moradia de Machado de Assis depois que, acompanhando seu pai, mudou-se da chácara do Livramento, onde nasceu. De todo modo, parece certo que morou nas proximidades de São Cristovão ou no Engenho Novo (Miguel-Pereira, 1939, pp. 41-42, e (Massa, 1971, p. 87).

encontro, de conversação amena ou mais calorosa, atraindo indivíduos que buscavam, além de livros, alguma novidade vinda da Europa. Joaquim Manoel de Macedo fala da livraria de *Mongie*, que funcionava na Rua do Ouvidor, entre os anos 1832 a 1853:

[...] foi a mais considerável do seu tempo, e ponto de reunião de sábios e de literatos, que ali tinham por segura palestra animada, interessante e espirituosa, na qual o dono do estabelecimento era excelente e estimado companheiro (Macedo, 2005, 193 e 194).

Para Machado de Assis, contudo, a importância da Petalógica ia além, pois, mais do que espaço físico, estabelecimento comercial, tipografia ou livraria, a Loja de Paula Brito seria um centro irradiador, uma vez que as conversações ali travadas se teriam estendido a um público mais amplo, através dos artigos das páginas d' *A Marmota* ou dos livros, escritos pelos frequentadores da Petalógica e impressos na gráfica por Paula Brito: “Paula Brito foi o primeiro editor digno desse nome que houve entre nós” (*OC*, iv, 237-238).⁴

A vocação de Paula Brito para reunir grupos dos mais distintos talvez tivesse origem nos primeiros anos de seu negócio, iniciado no ano da abdicação de Pedro I, na Rua da Constituição, 51. Ainda que fossem anos de forte depressão no comércio e de insegurança institucional, o período regencial, que se alongaria até 1840, foi também de grande atividade impressora. Inúmeros pasquins pululavam nas disputas entre moderados ou chimangos, restauradores ou caramurus, exaltados ou farroupilhas (Viana, 1946). Paula Brito não se negava a imprimir material de nenhum dos grupos em disputa. Além disso, contrariando a legislação da época, mantinha em sigilo o nome dos autores dessas folhas.

⁴ De fato, na biografia de Paula Brito, consta que, até 1835, ele imprimira apenas periódicos. Após aquela data, no entanto, de seus prelos saíram também livros: cinco naquele ano, e um número semelhante até 1842, 14 no ano seguinte, prosseguindo nesse patamar até alcançar a marca de 19 títulos em 1849, mantendo esse ritmo até 1856, quando publicou 20 títulos. Eunice Ribeiro Gondim registra 372 publicações não periódicas promovidas por Paula Brito. Dessas, 83 da área médica, o que talvez possa ser explicado pelo funcionamento da faculdade de Medicina no Rio de Janeiro. Outro grande número era de discursos políticos, poemas ocasionais e outros folhetos de menos de 20 páginas. Havia ainda grande quantidade de peças teatrais e libretos de ópera, originais e brasileiros, o que pode ser uma indicação do crescimento da atividade teatral da cidade, entre outros, citam-se as comédias de Martins Pena e a tragédia *Antônio José ou o poeta e a inquisição*, de Gonçalves de Magalhães – ou traduções de Donizetti, Verdi, Puccini, Rossini e Belini. Os poetas também tiveram vez: *Últimos cantos*, de Gonçalves Dias, *Dores e flores*, de Augusto Emílio Zaluar, *Hinos de minha alma*, de Constantino José Gomes de Sousa, todos de 1851, *A Confederação dos Tamoios*, poema de Domingos José Gonçalves de Magalhães, em 1856, *O Uruguai*, de Basílio da Gama, em 1858. Paula Brito foi o editor, em 1843, daquele que é considerado o primeiro romance brasileiro, *O filho do pescador*, de Antônio Gonçalves Teixeira e Sousa. Sobre a produção editorial de Paula Brito, ver GONDIM, Eunice Ribeiro. *Vida e obra de Paula Brito*. Rio de Janeiro: Livraria Brasileira Editora, 1965.

Ainda que fosse por mera estratégia comercial, a atitude de Paula Brito acabou por contribuir para que sua loja se tornasse um lugar de discussão, de debates e também de convívio entre rivais e, para que, ao lado dos cafés, das livrarias, das esquinas da cidade, a Sociedade Petalógica fosse considerada um espaço de convivência e de discussão dos assuntos públicos. Um espaço que se diferenciava dos partidos políticos, do parlamento e das instâncias de governo, embora muitos de seus membros acumulassem a condição de petalógicos e políticos e membros do governo.

De todo modo, era nesse espaço que uma parcela dos homens letrados, pertencentes à intelectualidade, buscava afirmar-se, no interior de uma sociedade em transformação, estabelecendo vínculos que poderiam servir tanto à troca de experiências, informações e conhecimentos quanto ao mútuo reconhecimento, à legitimação. Ao menos é isso que se supõe das recordações de Machado de Assis, em 1865:

Cada qual tinha a sua família em casa; aquela era a família da rua – *le ménage en vile*; – entrar ali era tomar parte na mesma ceia (a ceia vem aqui por metáfora) porque o Licurgo daquela república assim o entendia, e assim o entendiam todos quantos transpunham aqueles umbrais.

Queríeis saber do último acontecimento parlamentar? Era ir à Petalógica. Da nova italiana? Do novo livro publicado? Do último baile de E***? Da última peça de Macedo ou Alencar? Do estado da praça? Dos boatos de qualquer espécie? Não se precisava ir mais longe, era ir à Petalógica.

Os petalógicos, espalhados por toda a superfície da cidade, lá iam, de lá saiam, a penas de passagem, colhendo e levando notícias, examinando boatos, farejando acontecimentos, tudo isso sem desfalcar os próprios negócios de um minuto sequer.

Assim como tinham entrada os conservadores e os liberais, tinham igualmente entrada os lagruístas e os chartonistas; no mesmo banco, às vezes, se discutia a superioridade das divas do tempo e as vantagens do ato adicional; os sorvetes do José Tomaz e as noções de confiança aqueciam igualmente os espíritos; era um verdadeiro *pêlé-mêlé* de todas as coisas e de todos os homens (*OC*, iv, 237 e 238).

Paula Brito foi também o primeiro editor de Machado de Assis, publicando em livro *Queda que as mulheres têm pelos tolos* e *Desencantos: fantasia dramática*, ambos em 1861. Machadinho, no entanto, tem sua estreia nos prelos no dia 12 de janeiro de 1855,⁵ com o poema intitulado “Ela”, publicado na *Marmota*, jornal editado por Paula

⁵ Antes, em 03 de outubro de 1854, havia publicado no *Periódico dos pobres* “Um Soneto” (Magalhães Júnior, 1981, v. 1, pp. 27-28).

Brito que, para os padrões da época, teve uma longa vida.⁶ Esse e outros versos publicados na *Marmota* sequer constam de suas *Poesias completas*, de 1901. Pouco importa: são esforços de um jovem de 15 anos. Importa que, com esses poemas e, depois, com algumas traduções, o jovem Joaquim Maria Machado de Assis se tornou aceito por um círculo restrito de leitores que eram, muitas vezes, também frequentadores da Sociedade Petalógica.

Os biógrafos não chegam a um acordo de como ou quando Machado de Assis e Paula Brito se conheceram. Machado talvez tenha sido funcionário da loja de Paula Brito. Caixeiro? Revisor? Tipógrafo? É certo que tinha algum ganho, que trabalhava: “Pago o quotidiano tributo à existência material; satisfeitos os deveres de cada profissão, a palestra literária nos reunia na faceira e tranquila salinha do meu escritório” (Machado, 1864, p. 8). O depoimento sobre aqueles dias é de seu amigo Caetano Filgueiras e está no prefácio da edição de 1864 de *Crisálidas*. Também não há consenso se teria sido estagiário, aprendiz de tipógrafo, na Tipografia Nacional, quando era diretor Manuel Antonio de Almeida, a quem dedicou o poema *Álvares de Azevedo*, publicado na *Marmota* em 12 de janeiro de 1858. Dessa amizade, surgiram novas aproximações, Zaluar, Quintino Bocaiúva, Francisco Otaviano, entre outros, que lhe abririam portas para outras possibilidades. Antes disso, contudo, Paula Brito foi seu único promotor.

Quando iniciou suas atividades sob a direção de Próspero Diniz, em 1849, a *Marmota* reservava maior espaço às denúncias sobre as mazelas da cidade do Rio de Janeiro: a falta de pároco em determinado bairro, o atoleiro em alguma rua, a deterioração de certos edifícios. Ao se tornar seu proprietário e principal redator, Paula Brito fez crescer substancialmente em volume as páginas destinadas à literatura, poesia e prosa. Não obstante, a publicação sobrevivia com grandes dificuldades financeiras e há fortes indícios de que se mantinha graças aos socorros do imperador. Nesse sentido, desde seu primeiro proprietário, eram nítidas a bajulação e as matérias de exaltação e louvor oferecidas à família imperial brasileira. O jovem Machado de Assis não escapou do “beija-mãos” e, em 1855, no aniversário de Pedro II, apareceu na *Marmota* um soneto assinado por J. M. M. d’Assis e dedicado ao imperador:

⁶ Desde seu aparecimento, a publicação de Paula Brito teve vários nomes: *A Marmota na corte* (1849-1852); *Marmota fluminense* (1852-1857) e *A Marmota* (1857-1861 e 1864), neste último ano sob o comando de sua esposa e de um filho.

Nesse trono, Senhor, que foi erguido
 Por um povo já livre, e sustentado
 Por ti, que alimentando as leis, o estado
 Hás na História teu Nome engrandecido;
 Nesse trono, Senhor, onde esculpido
 Tem a destra do Eterno um nome amado,
 Vês nascer este dia abrilhantado
 Sorrindo a ti, Monarca esclarecido!
 Eu te saúdo neste dia imenso!
 Da Clemência, Justiça e sã Verdade
 Queimando ás piras perfumoso incenso!
 Elevado aos umbrais da imensidade
 Terás fama, respeito, e amor intenso,
 Um Nome transmitido á Eternidade!⁷

As subvenções e generosidades do imperador com a imprensa eram bastante comuns. Com elas, o poder moderador e, por conseguinte, toda a estrutura de poder contavam minimizar os efeitos da liberdade de imprensa e, ao mesmo tempo, contar, se não com a subserviência, ao menos com a simpatia dos proprietários, editores e redatores dos jornais. Dessa forma, o mecenato oficial se estendia aos próprios profissionais de imprensa, em grande número formado por homens de letras, das artes, das ciências, quando não também por políticos – opositores ou situacionistas – e funcionários do governo. Nesse sentido, ao pensar os jornais do segundo reinado como espaço de afirmação do autor brasileiro, faz-se necessário levar em conta que, com a superação do caráter artesanal, militante e apaixonado dos pasquins do período regencial, as empresas jornalísticas, além dos interesses de seus proprietários, precisavam conciliar os de seus anunciantes e, sobretudo, os do monarca.

Assim, por um lado, a subvenção aos jornais de maior ênfase nos assuntos da política, da economia e da administração pública reforçava a imagem de um governo tolerante. Por outro, essas mesmas subvenções, quando dirigidas às publicações literárias, mais voltadas ao mundo das artes, do divertimento e das ciências, como era o caso da *Marmota*, expunham a todos um imperador esclarecido e empenhado no fortalecimento da nação, através da nacionalização de sua cultura.

De todo modo, é possível admitir que se esses subsídios reduziam a autonomia e o exercício da crítica, evitando certos temas incômodos, como, por exemplo, o sistema escravista, por outro lado contribuiu para que a imprensa se consolidasse, tornando-se decisiva na constituição de um público diversificado. Apesar de suas muitas limitações e, principalmente, do reduzido número de leitores, dentre os quais aqueles

⁷ *Marmota fluminense*, n. 654, 2 dez. 1855. Essa edição veio a público excepcionalmente num domingo.

que podiam (ou estavam dispostos) a assinar ou a comprar alguma das diversas publicações, foi possível manter em funcionamento uma rede de disseminação da voz de uma geração. Em muitos casos, foi assim que muitos daqueles jovens contemporâneos de Machado de Assis puderam ter a expectativa de uma audiência bem mais ampla e diversificada do que a de uma reunião de cinco ou seis jovens poetas pobres (como aquelas reuniões de que Machado participava, no escritório de seu amigo Caetano Filgueiras), ou mesmo a de um sarau promovido por ricos e elegantes proprietários ilustrados ou mesmo a das sociedades similares à Petalógica.

É claro que isso ainda era muito pouco quando se imagina uma comunidade literária, ou seja, um espaço social de produção, circulação e recepção de bens simbólicos. Um lugar mais imaginado do que propriamente físico, mas nem por isso desprovido de gabinetes, auditórios e secretarias e, também, de demarcações que definem quem pertence ou não a essa comunidade e, dentro dela, quem ocupa este ou aquele posto de maior ou menor influência, destaque e poder.

Naquele início da segunda metade do século XIX, no entanto, era possível imaginar um “sistema de obras ligadas por denominadores comuns, que permitem reconhecer as notas dominantes duma fase”, como assinala Antonio Candido em sua *Formação da literatura brasileira*. Havia um “conjunto de produtores literários, mais ou menos conscientes de seu papel” e, apesar de reduzido, uma vez que o analfabetismo prevalecia, mesmo entre a população não cativa, contava-se com “um conjunto de receptores, formado de diferentes tipos de público” (Candido, 2007, p. 25).

Ressalte-se, ainda, que, desde a década anterior, já se organizava, ainda que precariamente, uma rede de circulação da escrita impressa: impressores e livreiros, bibliotecas e sociedades literárias. A sociedade do Rossio não era única no gênero; havia outras, como já mencionamos. Também havia vários jornais que estampavam poemas e toda sorte de criações literárias. Além disso, uma avalanche de folhetins romanescos de Dumas, Sue, entre outros, importados da Europa contribuía para o aumento de um novo público de leitores e, principalmente, de leitoras. Dentre os autores nacionais, um dos primeiros sucessos foi o de Manuel Antonio de Almeida, com *Memórias de um sargento de milícias*, originalmente publicado no *Correio Mercantil* em 1852 e 1853, e depois, *O guarani*, de José de Alencar, nas páginas do *Diário do Rio de Janeiro*, em 1857.⁸

⁸ *O capitão Paulo*, de Alexandre Dumas, foi o primeiro folhetim francês a chegar ao Brasil, publicado no *Jornal do Commercio*, do Rio de Janeiro, em 1838. O primeiro folhetim brasileiro, *O aniversário de Dom*

Isso teria sido suficiente para que se constituísse uma literatura nacional, se entendida como um *corpus*, “um sistema de obras”, mais ou menos identificáveis como pertencentes a um lugar, a um tempo, a determinada configuração histórica, a uma sociedade. Pouco, no entanto, muito pouco, para se pensar na existência de um setor da atividade humana dotado de regras próprias estabelecidas por aqueles que a exercem e que, ao estabelecer relações com outros setores de atividades diversas, o faz a partir de suas próprias regras. Entre outras, Machado de Assis se tornaria militante dessa causa, uma vez que, para muitos dos homens de letras, muitos frequentadores da *Petalógica*, a organização de um campo intelectual autônomo seria fator decisivo para a consolidação da jovem nação brasileira.

A passagem de Machado de Assis na *Marmota* pode não ter sido fundamental se considerados apenas seu desenvolvimento técnico, o aperfeiçoamento de sua escrita, de seu talento. Não resta dúvida, no entanto, de que, estando ali e, por extensão, na *Sociedade Petalógica*, foi possível ao jovem do Livramento inserir-se numa rede de relações, uma comunidade cujos limites se distanciavam do ambiente privado e do convívio íntimo, uma comunidade mais idealizada do que real, mas nem por isso falsa ou ilusória. Uma comunidade cujos membros compartilhavam certos signos que lhes permitiam imaginar-se pertencentes a um mesmo espaço físico e, ao mesmo tempo, imaginário. Enfim, uma comunidade que, ao lado de outras instâncias, pode ser pensada como uma etapa do processo de constituição do campo literário e intelectual brasileiro. Como se verá a seguir, Machado de Assis, desde seus primeiros ensaios, ainda em 1858, pôde refletir sobre essas questões e, a partir delas, refletir sobre a própria consolidação da jovem nação brasileira, seus impasses e suas inquietações.

1.2 Estreia nas letras

Definir que partes compõem um todo é tarefa nem sempre fácil de realizar. O que incluir? O que rejeitar? Quando se trata das obras completas de um autor consagrado como Machado de Assis, as dúvidas e dificuldades não são menores. Os especialistas estabelecem, muitas vezes, critérios que podem variar quanto à autenticidade, à relevância, à representatividade. Outras vezes, a definição se este ou aquele texto é parte integrante de um todo recorre a argumentos de ordem mais

Miguel em 1828, de Pereira da Silva, foi publicado em 1839 (SERRA, Tania Rebelo Costa. *Antologia do romance folhetim – 1839 a 1870*. Brasília: Ed. UnB, 1997).

subjetiva e considera padrões estéticos e estilísticos. Pode-se também priorizar aspectos que dizem respeito ao interesse dos leitores, seja porque determinado texto é bastante conhecido pelo público, seja porque se tornou canônico.

O próprio Machado de Assis, em 1900, ao organizar sua *Poesia completa*, descartou boa parte da produção dos primeiros anos. Da mesma forma agiram seus editores, quando da reunião em volume de seus trabalhos. Também Mario de Alencar, ao reunir em livro as crônicas de Machado de Assis em *A Semana*, advertiu que comunicara ao próprio autor essa intenção e, “posto me objetasse às vezes com dúvidas sobre o valor desses escritos, salvo um ou outro já publicados nas *Páginas Recolhidas*, não me pareceu que ficasse alheio ao pensamento de fazer a coleção” (Assis, 1961, xxiii, 7).

Quando da edição dessas suas *Páginas*, porém, Machado utilizou critérios próprios e selecionou “alguns retalhos de cinco anos de crônica na *Gazeta de Notícias* que me pareceram não destoar do livro, seja porque o objeto não passasse inteiramente, seja porque o aspecto que achei ainda agora me fale ao espírito” (Assis, 1961, xv, 7). O leitor dos dias de hoje, no entanto, tem acesso a tudo ou quase tudo que Machado publicou, em livro ou nos jornais de pequena ou grande tiragem. Enfim, ao se immortalizar, um autor não é mais senhor de seus textos, não cabendo a ele, portanto, o domínio de definir o que cabe ser publicado, tornado público, ou não.

Desde a sua estreia, em 1855, até 1861, ano da morte de Paula Brito, Machado de Assis enviou inúmeros de seus escritos para as páginas da *Marmota*.⁹ É provável que, já naquele momento, pretendesse tornar-se profissional da escrita, embora, para muitos de sua geração, fazer versos pudesse ser tanto uma vocação ou exercício de talento como efeito da puberdade, quase sempre desaparecendo na idade adulta. Diz-se ainda que, na casa em que viveu seus últimos dias, no bairro do Cosme Velho, Machado de Assis adquirira o hábito de queimar seus rejeitos literários num caldeirão e, por isso, seria chamado por seus vizinhos de “Bruxo”. Não há confirmação desta e de outras passagens da vida do autor, mas sabe-se que muitos de seus escritos não foram publicados em livro quando ainda em vida. Dentre eles, constam as “Ideias vagas”, conjunto de três pequenos ensaios publicados nos dias 10/06, 31/07 e 04/09 de 1856, na *Marmota Fluminense*. A razão dessa ausência talvez possa ser explicada pelo próprio

⁹ Foram 36 poemas, um conto, duas peças para o teatro, um pequeno romance, três traduções, quatro ensaios críticos, além de cinco textos classificados como miscelânea, nestes incluída uma polêmica sobre a cegueira.

autor, que, à época, assinava simplesmente “As”: “Perdoai, leitores, a minha fraca linguagem; é de um jovem que estreia nas letras, e que pede proteção e benevolência” (Assis, 1965, 29).

Nesse tempo, Joaquim Maria Machado de Assis era, simplesmente, Machadinho, e aquelas vagas ideias foram sua estreia em prosa. Machadinho tinha pela frente uma árdua tarefa: “Sabeis o que é a poesia?” Assim, na busca de uma definição, o jovem estreante, sob a epígrafe de Lamartine e num estilo que não disfarçava suas influências e a inspiração romântica, concluía: “Um sentimento doce – um êxtase d’alma e dos sentidos que faz adormecer o espírito e o pensamento; um sentimento que só a alma o compreende, mas que é indefinível”. Apesar disso, o autor insistia em tentar uma definição, uma vaga ideia que fosse: “filha da imaginação do Criador; uma rosa criada por ele, e por ele depositada na frente de Homero (...) floresceu, pois, na Grécia”. Embora reconhecesse suas limitações, o autor prometia: “Continuarei as minhas *ideias vagas*” (IDEM, 28- 31).

O segundo artigo da série tratava do teatro, que “como a imprensa, é uma página brilhante pela qual se conhecem o estudo e o grau de civilização de um povo”. Mais uma vez, a insegurança quanto à sua autoridade no tema seria enfatizada: “Desculpe-me, se há erro em dizê-lo” ou, ao encerrar seu texto: “Nunca escrevi tão vagamente as minhas ideias como hoje”. E justificava-se: “é porque estou com bastante pressa”. Além das afinidades entre teatro e imprensa, percebe-se seu entusiasmo quanto ao alcance moralizador e civilizador do teatro – “o verdadeiro meio de civilizar a sociedade e os povos” – e, ao mesmo tempo, o desprezo pela vulgarização do burlesco, “das clássicas cabriolas e da atroadora pancadaria empregada quando o espírito falece em fastiosos e insípidos diálogos”. Por fim, resguardando-se de possíveis críticas, Machado assinava sua crônica: “Humilde Servo” (Idem, 31-33).

O leitor acostumado com a escrita do Machado de Assis de *Memórias póstumas de Brás Cubas* ou mesmo das crônicas de “A Semana” certamente estranhará, mas vale lembrar que ele tinha somente 17 anos. Desse modo, ainda que suas “Ideias vagas” revelassem conhecimento precário sobre o tema, algumas ideias o acompanhariam e, como tentarei demonstrar mais adiante, tomariam forma mais definida, à medida que, cada vez mais, ia-se envolvendo com o ambiente dos palcos e dos prelos. Aos 17 anos, no entanto, ele ainda era ainda um aprendiz e, muito provavelmente, suas ideias vagas integravam o esforço de fazer ecoar os debates que tinham lugar na Sociedade Petalógica.

Também o orador sacro que tanto o havia impressionado ganhou espaço naquelas “Ideias vagas”. Com o título geral de “Os Contemporâneos”, o jovem Joaquim Maria Machado de Assis, ou simplesmente “As”, exaltava a eloquência do frade Francisco do Monte Alverne, que, enquanto pregou no Rio de Janeiro, gozou de grande prestígio junto ao clero, aos fiéis e à corte imperial. “Monte Alverne desperta em nossos corações as sensações mais profundas, o entusiasmo mais férvido”, dizia o jovem Machado de Assis, que comparava o pregador “nascido nas plagas brasileiras e inspirado na solidão do claustro” com o bispo e teólogo francês Jacques-Bénigne Bossuet (1627-1704). Difícil dizer das urgências que ocupavam Machadinho, mas, apesar da imensa admiração nutrida pelo prestigiado pároco brasileiro, ele não escondia a pressa com que escrevia aquelas linhas, não fosse ela, “evocaria as veneráveis sombras daqueles mártires da Idade Média, mártires pela fé, e pelo dogma, cuja história tão sanguinolenta foi cantada pelo imortal Chateaubriand” (Idem, pp. 33-35).

No ano seguinte, 1857, talvez por encomenda de Paula Brito, Machado demonstraria o resultado de seus esforços na aprendizagem da língua francesa, com a tradução de alguns capítulos de *História da restauração: a literatura durante a Restauração*, de Lamartine (idem, pp. 37-46), deixando transparecer, mais uma vez, o esforço para superar suas limitações. Em seus ensaios seguintes, no entanto, já não se apresentaria tão cerimonioso, tão repleto de vênias. Em 1858, ele aparentava estar bem mais seguro, a ponto de se envolver numa polêmica pública.

Em fevereiro daquele ano, seguindo tradição dos jornais da época, Paula Brito propusera um tema que, aparentemente, não despertaria tantas paixões:

Qual dos dois Cegos mais sente
O penoso estado seu:
O que cegou por desgraça,
O que cego já nasceu? (Idem, p. 50)

Essa “Polêmica dos Cegos” se estendeu por oito números do jornal, até o dia 26 de março do mesmo ano.¹⁰ O primeiro a se manifestar, certo “Jq. Sr.”,¹¹ era de opinião

¹⁰ Para acompanhamento dessa polêmica, ver ASSIS, 1965, 50-67, onde Jean Michel Massa reproduz tanto os textos escritos por Machado de Assis quanto os de seus opositores, além do artigo de Paula Brito que deu início à polêmica.

¹¹ Joaquim Maria Serra Sobrinho (MA 1838, RJ 1888), jornalista, professor, político e teatrólogo. Também colaborou na *Marmota*, enquanto fixou residência no Rio de Janeiro para cursar a Escola Militar. Nesse período, não chegou a conhecer Machado de Assis, mas, segundo Raimundo Magalhães Jr., teriam, depois, trocado correspondências, tornando-se grandes amigos (Magalhães JR, 1981, *op. cit.*, pp. 60 e 64).

que maior sofrimento tinha aquele que se tornou cego: “Não ver é uma privação; ter visto e não ver é um castigo” (Idem, p. 51). Havia algo de zombaria ao tema proposto e Jq. aproveitaria a oportunidade para tecer críticas aos serviços públicos da administração da cidade e aos políticos em geral:

[...] os fiscais e inspetores de quarteirão não são entes infelizes, e todavia são cegos de nascença, nunca vêem; ao passo que a nossa constituição é bem digna de dó porque houve tempo em que já viu, mas agora! Coitada! Deu-lhe a gota serena e fez fiasco (Idem, p. 52).

Outros contendores participaram da polêmica e todos concordariam que o cego de nascença era menos sofredor do que aquele que se tornou cego. Machado de Assis, entretanto, era de opinião contrária e, com isso, manteve acesa a seção da *Marmota*. Em sua primeira intervenção, já se mostrava disposto ao combate: “Vamos entrar na questão, expender as nossas ideias com simplicidade e firmeza, filhas da convicção; certos da atenção e benevolência dos leitores”. O autor apostaria em sua estratégia de polemista e estava certo de suas convicções, partindo para a ofensiva: “O Sr. Jq. (...) a parte alguns absurdos, nada disse sobre a questão (...). O que se diz nele? Nada” (Idem, pp. 52-53).

Não é o caso de relatar todos os pormenores dessa polêmica. Interessa mais a disposição de Machado de Assis para expor suas opiniões em público. É possível admitir que suas ideias vagas eram somente exercícios preliminares e que a polêmica em que se envolvia servia para adquirir maior fôlego e alguma coragem. A questão dos cegos teria sido mera etapa de aquecimento, enquanto se preparava para outras polêmicas.

Naquele mesmo ano de 1858, nos dias 9 e 23 de abril, apareceria impresso nas páginas da *Marmota* “O Passado, o Presente e o Futuro da Literatura” (OC, iii, 1.002-1.006), e, ainda que Machado considerasse um “pequeno exame genérico das nossas letras”, a poesia não seria mais “filha da imaginação do Criador”, como teria definido em suas “Ideias vagas”, dois anos antes. Diferente disso, a criação seria uma atividade humana e, embora não se confundissem, estava sujeita às condições materiais de sua produção ou, genericamente, às condições políticas: “A literatura e a política, estas duas faces bem distintas da sociedade civilizada, cingiram como uma dupla púrpura de glória e de martírio os vultos luminosos da nossa história” (OC, iii, 1.002).

Suas análises têm início com a abordagem do período colonial, quando o “ostracismo e o cadafalso não os intimidavam, a eles, verdadeiros apóstolos do pensamento e da liberdade” (idem). Mais especificamente, abordava um momento em que a literatura produzida em solo brasileiro ainda não contava com uma identidade própria, não podendo, portanto, ser considerada “nacional”, detentora de uma nacionalidade:

A poesia de então tinha um caráter essencialmente europeu. Gonzaga, um dos mais líricos poetas da língua portuguesa, pintava cenas da Arcádia, na frase de Garrett, em vez de dar uma cor local às suas líras, em vez de dar-lhes um cunho puramente nacional. Daqui uma grande perda: a literatura escravizava-se, em vez de criar um estilo seu, de modo a poder mais tarde influir no equilíbrio literário da América (*OC*, iii, 1003).

Machado aponta que o *Uruguai*, de Basílio da Gama, teria sido uma exceção, mas fazia ressalvas: “Gama escreveu um poema, se não puramente nacional, ao menos nada europeu” (idem). Se, aos 17 anos, o crítico aprendiz se confessava inseguro e sem muitas convicções, em pouco tempo o contato mais estreito com outros homens de letras, jornalistas e intelectuais lhe trouxe certas convicções que o empurravam para uma posição oposta a certa tendência do nosso romantismo. Para o jovem Machado de Assis, a literatura de Basílio da Gama, “não era nacional, porque era indígena e a poesia indígena, bárbara, a poesia do boré e do tupã, não é a poesia nacional”. E indagava: “O que temos nós com essa raça, com esses primitivos habitantes do país, se os seus costumes não são a face característica da nossa sociedade” (idem)? A polêmica dessa vez contava com participantes de maior peso,¹² e Machadinho não se intimidava com isso.

Em junho daquele mesmo ano, José de Alencar publicou um artigo no *Diário do Rio de Janeiro*, apontando o que, para ele, seria a pobreza poética do épico *A Confederação dos Tamoios*, de Gonçalves de Magalhães, que saíra em livro um ano antes:

O pensamento do poema, tirado dos primeiros tempos coloniais do Brasil, é geralmente conhecido; era um belo assunto que, realçado pela grandeza de uma raça infeliz, e pelas cenas da natureza esplendida de nossa terra, dava tema para uma divina epopeia, se fosse escrita por Dante (Alencar, 1960, 864).

¹² Sobre essa polêmica, ver também: RICUPERO, Bernardo. *O romantismo e a ideia de nação no Brasil (1830-1870)*. São Paulo: Martins Fontes, 2004 (principalmente 153-204).

Nenhuma ressalva, no entanto, quanto ao tema, ao protagonismo dos índios, “esses primitivos habitantes do país”. Ao contrário, Alencar apostava que o passado colonial do país daria, sim, uma “divina epopeia”, o que ele mesmo faria, um ano depois, em *O guarani*. Para além das diferenças, sobressaía a convicção de que era preciso criar uma identidade, um sentimento de pertencimento a essa jovem nação, uma vez que a própria sociedade, a cidadania, ainda era algo muito novo.

À frente desse projeto, estaria o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), uma vez que, para todos aqueles preocupados com a constituição de uma nacionalidade brasileira, seria preciso inventar uma tradição repleta de traços de heroísmo, enfim, criar uma mitologia nacional. Ou seja, nas palavras de Antonio Candido: “Num país sem tradições, é compreensível que se tenha desenvolvido a ânsia de ter raízes, de aprofundar no passado a própria realidade, a fim de demonstrar a mesma dignidade histórica dos velhos países” (Candido, 2006, p. 179).

Como exemplos desse empenho, é possível citar os artigos “Notícia raciocinada sobre as aldeias de índios da província de São Paulo desde seu começo até a atualidade”, de José Joaquim Machado de Oliveira, e “Memória histórica e documentada das aldeias de índios da província do Rio de Janeiro”, de Joaquim Norberto de Souza e Silva, que foram laureados com o Prêmio Imperial, em 1852.

Francisco Adolfo de Varnhagen foi um dos poucos membros do IHGB a se posicionar contra a produção indianista. Em 1852, ele escreveu “Como se deve entender a nacionalidade na história do Brasil?”, lido em duas sessões da Academia de História de Madri. Em 1857, o artigo foi remodelado e integrado ao segundo volume de sua obra maior, *História geral do Brasil*, sob o título “Discurso preliminar: os índios perante a nacionalidade brasileira”. Nesse texto, ele reafirma que os índios não eram cidadãos do Império, tampouco brasileiros, uma vez que seriam um povo sem história e capazes de perfectibilidade apenas quando induzidos pelo uso da força.¹³

Outro integrante da polêmica foi Pinheiro Guimarães,¹⁴ que, sob o pseudônimo Omega, publicou um artigo no *Diário do Rio de Janeiro* de julho de 1856, colocando-se em defesa de Alencar, porém contra a representação do índio na literatura que se queria nacional. Para Pinheiro Guimarães, os Tamoios seriam simplesmente “uma tribo de

¹³ A esse respeito, ver: MOREIRA, Vânia. “O ofício do historiador e os índios: sobre uma querela no Império”, *Revista Brasileira de História*. Associação Nacional de História São Paulo, v. 30, nº 59, p. 53-72, junho de 2010.

¹⁴ Francisco José Pinheiro Guimarães (1832-1874). Além da peça mencionada por Machado, escreveu o drama *Punição* (1864) e o romance *O comendador*, no *Jornal do Commercio*, em 1856.

selvagens, que apenas tem de comum com os Brasileiros o terem outrora habitado uma parte do solo que estes agora ocupam” (Apud Castelo, 1953, p. 88). Daí não concordar que seja nacional uma literatura que fale dos primitivos habitantes do país, optando por uma descendência portuguesa: “Antes queremos provir dos Vascos da Gama, dos Castros, do Mens de Sá, do que dos Aimbiros, Jagoanharos e de outros bárbaros mais ou menos antropófagos” (Idem).

Gonçalves Magalhães também teve seus defensores, dentre os quais Manuel Araújo Porto Alegre, que escreveu uma série de artigos em resposta às cartas de Alencar, sem, contudo, obter grande sucesso. Outro defensor aquilatado foi o próprio imperador Pedro II. Esse “Outro amigo do poeta”, conforme assinava os artigos publicados no *Jornal do Commercio* a partir de agosto de 1856, começou fazendo reparações nas considerações de Alencar, sobretudo aquelas relativas à descrição da vida dos índios e de sua história primitiva, que, segundo Alencar, teriam sido mal desenvolvidas pelo poeta. Pedro II esclarecia:

[...] a pintura da vida dos índios não existe neste canto, encontra-se na maior parte deles, e no quarto apresenta o autor o esboço histórico, assim como as tradições primitivas de que fala o crítico, agora só trata o poeta do estado de escravidão a que foram reduzidos os índios, dispondo assim o leitor para tomar o maior interesse pela causa que defende o herói do poema; as belíssimas comparações da andorinha presa e do guará mereciam ser citadas (Idem, p. 94).

Assim, para o “Outro amigo do poeta”, Magalhães fez, de fato, o esboço histórico dos povos indígenas e, além disso, sensibilizou os leitores para o estado de servidão a que foram reduzidos, contrastando-a com o heroísmo que tiveram frente ao invasor português. Em sua segunda carta, o imperador pergunta: “Por que teve lugar a confederação dos Tamoios? Não foi para livrar a pátria da escravidão imposta por outra raça?” (Idem, p. 95). Assim, ao defender a obra da qual havia sido mecenas, Pedro II considerava legítima a luta dos índios contra os portugueses, que devia ser lembrada e enaltecida na literatura nacional e, além disso, dava provas de seu engajamento no projeto de constituição de uma cultura local.

As razões de tamanho interesse pela população indígena, contudo, não seriam apenas científicas nem se explicariam pelos impulsos românticos de poetas em busca de originalidade local. A consolidação do Estado significava também a ocupação de extensas regiões povoadas pelos indígenas. Além disso, a expansão das fronteiras agropastoris e a questão da falta crônica de mão de obra para garantir o desenvolvimento econômico situavam os índios no centro dos debates políticos. Desse

modo, a partir da década de 1840, pelo menos, os interesses econômicos ocupam lugar de destaque nos debates sobre a questão indígena. Tamanho interesse já estaria presente em artigo publicado na *Revista do IHGB* de julho de 1839. Nele, seu autor, Januário da Cunha Barbosa, defendia o emprego dos índios nas lavouras, como alternativa à mão de obra escrava de origem africana:

Se forem (os índios) bem tratados, cumprindo-se fielmente as convenções que com eles se fizerem, se forem docemente chamados a um comércio vantajoso e a uma comunicação civilizadora, teremos, senão, nos que hoje existem habituados a sua vida nômade, ao menos em seus filhos e em seus netos, uma classe trabalhadora que nos dispense a dos africanos (Apud Guimarães, 153 e 154).

Tais preocupações se intensificaram a partir da Lei Euzébio de Queiroz, de 1850, fazendo valer a sempre adiada proibição do tráfico internacional de escravos, o que impunha a busca de alternativas de mão de obra, sobretudo nas atividades agrícolas. De todo modo, passados os primeiros anos posteriores à Independência e superadas as turbulências dos anos de Regência, as preocupações dos homens de letras se voltavam, além das questões políticas e econômicas, para a definição de uma identidade própria. Não por acaso, portanto, boa parte daqueles homens acumulava a militância política com a cultural. Era o caso, por exemplo, de Francisco Torres Homens, Gonçalves Magalhães, Adolfo Varnhagen, Araujo Porto Alegre, Pereira da Silva, Joaquim Manoel de Macedo, José de Alencar, entre outros. Além das questões de Estado e de governo, aqueles homens estavam empenhados em definir uma identidade própria, *uma cor local*, estavam empenhados com a constituição de uma cultura que fosse própria, estavam empenhados com a consolidação da nação brasileira.

Machado de Assis, provavelmente, acompanhou de perto essa polêmica e, em seu “O passado, o presente e o futuro da literatura”, ainda que de forma modesta, procurava posicionar-se. Talvez não concordasse tanto com aqueles que, como Varnhagen, negavam aos índios a condição de brasileiros. Naquele momento, parecia estar mais sintonizado com Pinheiro Guimarães, para quem nossas origens deveriam ser buscadas na Europa: “As odes de José Bonifácio são magníficas. As belezas da forma, a concisão e a força da frase, a elevação do estilo, tudo encanta e arrebatam. Algumas delas são superiores às de Filinto” (*OC*, iii, 1.003).¹⁵

¹⁵ Filinto Elísio (1734-1819), pseudônimo do Padre Francisco Manuel do Nascimento, foi um dos mais importantes poetas do Neoclassicismo português. Além de poeta, era tradutor, vertendo para português *Os mártires*, de Chateaubriand, e *As fábulas*, de La Fontaine.

De qualquer modo, essas eram ideias que apenas começavam a se organizar. O ensaísta ainda não havia completado 20 anos, mas estaria ocupado com questões que o acompanhariam em toda sua trajetória intelectual: as relações da arte com a política, os critérios de validação de uma literatura autenticamente nacional, a escassez de público, a constituição do campo literário, a autonomia do artista, entre outros. Para o jovem articulista, se, durante o período colonial, a dominação portuguesa “inoculava nas fibras íntimas do povo o desânimo e a indiferença” (idem), nos anos seguintes à Independência, o quadro não havia se alterado de todo, pois seria “mais fácil regenerar uma nação, que uma literatura”. Isso porque, a indiferença do homem do povo, a quem falta “a educação necessária para compreendê-la”, e da sociedade de modo geral, que “não acolhe o talento como deve fazê-lo” (OC, iii, 1.004), impediriam maior desenvolvimento de uma genuína literatura nacional. Isso a despeito de, ainda segundo o autor, na esfera econômica e tecnológica, o país viver dias de visível desenvolvimento.

Assim, diferente da postura assumida em suas “Ideias vagas”, quando desconfiava dos avanços técnicos alcançados pela Inglaterra,¹⁶ ele agora se posicionava a favor do progresso e, citando Chateaubriand, completava: “Quando se aperfeiçoar o vapor, quando unido ao telégrafo tiver feito desaparecer as distâncias, não hão de ser só as mercadorias que hão de viajar de um lado a outro do globo, com a rapidez do relâmpago; hão de ser também as ideias”. Em seguida, Machado explicita suas aspirações em relação à arte, sobretudo, à literatura:

O que nós queremos, o que querem todas as vocações, todos os talentos da atualidade literária, é que a sociedade não se lance exclusivamente na realização desse progresso material, magnífico pretexto de especulação, para certos espíritos positivos que se alentam no fluxo e refluxo das operações monetárias. O predomínio exclusivo dessa realeza parva, legitimidade fundada numa letra de câmbio, é fatal, bem fatal às inteligências; o talento pode e tem também direito aos olhares piedosos da sociedade moderna: negar-lhos é matar-lhe todas as aspirações, é nulificar-lhe todos os esforços aplicados na realização das ideias mais generosas, dos princípios mais salutares, e dos germes mais fecundos do progresso e da civilização (OC, iii, 1.004 e 1.005).

Para o autor, portanto, os avanços técnicos e o desenvolvimento econômico não seriam impedimentos para o aperfeiçoamento da arte; ao contrário, poderiam servir para maior dinamismo da circulação das ideias. A indiferença do público, no entanto, esse,

¹⁶ Nas “Ideias vagas” sobre o teatro, de 31/07/1856, lê-se: “Inglaterra! Inglaterra! Rainha da Indústria! Centro de toda a revolução material! Eis-te aí excêntrica e vaidosa, falando em progressos, mas ocultando debaixo dessas ideias progressistas os projetos de uma desmedida ambição!” (Ver Assis, 1965, p. 31).

sim, seria o grande entrave para a autonomia do artista, que, diante de um doloroso indiferentismo, encontraria numerosas dificuldades, uma vez que “a literatura não pode ser perfeitamente um culto, um dogma intelectual, e o literato não pode aspirar a uma existência independente” (*OC*, iii, 1.005). Ou seja, o homem de letras, o artista, não teria como sobreviver de sua arte. Diante disso, o autor se propõe ao exame “das três formas literárias essenciais, o romance, o drama e a poesia”, vaticinando de antemão que “ninguém que for imparcial afirmará a existência das duas primeiras entre nós”.

Sobre o romance, o autor promete realizar, no futuro, “um trabalho de mais largas dimensões”, mas adiantava que um grande mal seria a “convivência perniciosa com os romances franceses”, tão aplaudidos e discutidos por “nossa mocidade, tão pouco escrupulosa em ferir as susceptibilidades nacionais” (*OC*, iii, 1.005). Ou, seja, a avalanche de autores franceses e sua ampla aceitação entre os jovens inibiriam o surgimento e o fortalecimento do romance nacional.

Não muito diferente seria sua avaliação das condições do teatro brasileiro: “Para que estas traduções enervando a nossa cena dramática? Para que esta inundação de peças francesas, sem o mérito da localidade e cheias de equívocos, sensaborões às vezes, e galicismos, a fazer recuar o mais denodado francelho?” (*Idem*). Nesse caso, no entanto, a responsabilidade não é atribuída ao gosto do público ou à sua falta de interesse. Em relação ao teatro, Machado não hesitava em acusar as empresas teatrais: “As tentativas dramáticas naufragam diante desse czariato de bastidores, imoral e vergonhoso, pois que tende a obstruir os progressos da arte”. Para esse mal, Machado de Assis não tem dúvidas também quanto à solução: “Um tratado sobre direitos de representação reservados, com o apêndice de um imposto sobre traduções dramáticas” (*OC*, iii, 1.006). Machado quer que pesem sobre as produções teatrais de textos importados um imposto que seja revertido para as montagens de textos de autores brasileiros. A estes, o autor também não se nega a dar conselhos: “A sociedade, Deus louvado! É uma mina a explorar, e um mundo caprichoso, onde o talento pode descobrir, copiar e analisar um aluvião de tipos e caracteres de todas as categorias” (*Idem*).

No Brasil, mas também nos demais países que haviam alcançado apenas recentemente autonomia política, a consolidação dos Estados Nacionais durante o século XIX ocupou as energias de uma intelectualidade que, ainda que não gozasse do prestígio e da autonomia necessários para influir nos rumos do país, ao menos em uma fração, aspirava poder fazê-lo. Para Machado de Assis e muitos de seus

contemporâneos, diante do quadro de penúria em que se encontrava a literatura no Brasil, restaria ao homem de letras o abrigo dos jornais, como forma de sobreviver e, fundamentalmente, de difundir suas ideias. Àqueles homens, no entanto, ao intelectual, jamais foram estranhas as contradições da própria atividade impressora, dos espaços destinados a fazer circular sua voz. Isso implica que a condição de profissional da escrita, de jornalista, muitas vezes se confronta com a de intelectual ou de artista. Some-se a isso que também não era raro que um mesmo indivíduo, profissional e artista, fosse também funcionário de governo. Machado de Assis não foi nenhuma exceção; antes, seria uma regra. O que podia haver de específico em alguns era o grau de consciência de sua condição.

Em 1858, ao escrever “O passado, o presente e o futuro da literatura”, Machadinho buscava também dialogar com o próprio passado, com uma tradição que, de forma incerta, delineava seu presente e seu futuro. Acerca do romancista, Antonio Candido fala de um “escritor altamente consciente, que compreendeu o que havia de certo, de definitivo, na orientação de Macedo para a descrição de costumes, no realismo sadio e colorido de Manuel Antonio, na vocação analítica de José de Alencar” (Candido, 2007, p. 436). Penso que algo semelhante pode ser dito do cronista, do jornalista que comentava os acontecimentos.

Desde seus primeiros anos na imprensa periódica, Machado de Assis bebeu na fonte de seus predecessores e, na de Alencar, se embebedou. Além dos citados por Candido, Francisco Otaviano também teria sido referência: a frase curta, a passagem de um assunto a outro, a intimidade com o leitor. Anteriores a todos estes, os pioneiros da imprensa brasileira não teriam sido desprezados; ao contrário, contribuíram para a construção de uma visão sobre os limites e as possibilidades da ação do jornalista, do escritor, do intelectual.

De alguma forma, passado e presente contribuíram para que Machado de Assis assumisse uma consciência de quanto de universal e de específico, de limite e de possibilidade, de pensamento e de ação, de ficção e de realidade persistia em sua atividade de escritor, de jornalista, de intelectual, de artista. Nas linhas a seguir, procurarei melhor compreender as condições da imprensa, mais especificamente da atividade jornalística, nos anos que antecedem os escritos de Machado de Assis em *A Marmota*, para, em seguida, abordar a imagem que o jovem Machado de Assis pôde fazer de sua atuação e, ainda, do próprio jornal, como lugar de intervenção e de

discussão do espaço público e dos assuntos públicos e de construção de uma consciência que se pretendia também pública.

1.3 Imprensa e Independência

Quando de sua aparição, em agosto de 1808, *O Correio Braziliense*, de Hipólito da Costa, parecia ter outras pretensões. Redigido e impresso em Londres, foi o primeiro periódico brasileiro e também o primeiro a circular em Portugal sem passar pela censura. Brasileiro, apesar da procedência londrina, pois abordava temas do país, embora apreciados de longe. Suas edições mensais tinham entre 70 e 140 páginas (a edição de agosto de 1812 teve 236 páginas), distribuídas nas seções de Política, Comércio, Artes, Literatura e Ciências e Miscelânea, que incluía as correspondências. A julgar pelo texto de apresentação estampado em seu primeiro número, o *Correio* também tinha o propósito de instruir o público:

O primeiro dever do homem em sociedade é ser útil aos membros dela; e cada um deve – segundo suas forças físicas ou morais – administrar em benefício da mesma os conhecimentos, ou talentos, que a natureza, a arte ou a educação lhe prestaram. O indivíduo que abrange o bem geral de uma sociedade vem a ser o membro mais distinto dela: as luzes que espalha tiram das trevas, ou da ilusão, aqueles que a ignorância precipitou no labirinto da apatia, da inépcia e do engano. Ninguém mais útil, pois, do que aquele que se destina a mostrar com evidência os acontecimentos do presente e desenvolver as sombras do futuro. Tal tem sido o trabalho dos redatores das folhas públicas quando estes, munidos de uma crítica sã e de uma censura adequada, representam os fatos do momento, as reflexões sobre o passado e as sólidas conjecturas sobre o futuro (Apud RIZZINI, 1957, p. 113).

Difícil avaliar a extensão de sua influência sobre os leitores brasileiros. Havia a questão do alto preço. Além disso, o *Correio* mais se assemelhava às publicações destinadas a um público restrito de especialistas, sobretudo homens de governo e do mundo dos negócios. Serve de exemplo o anúncio no número 95, de abril de 1816, quando o *Correio* anunciou que promoveria a inserção das partes de “aplicação universal” dos *Princípios de economia política*, de Simonde. Pois bem, “Cinco anos e 400 páginas gastaria nesse labor dedicado mais a instruir os governantes do que os leitores”, informa Carlos Rizzini (1975, pp. 140-141).

Jean-Charles-Léonard Simonde de Sismondi (1773-1842) foi, inicialmente, divulgador do pensamento de Adam Smith. Depois de constatar as duras condições de

trabalho da classe operária, converteu-se em crítico da doutrina econômica liberal ortodoxa, elaborando as próprias teses econômicas, que o credenciaram como um dos primeiros socialistas ricardianos e precursor direto de Karl Marx. Seu livro *Novos princípios de economia política*, publicado em Londres, em 1819, trazia teses que, até hoje, são consideradas pioneiras no estudo da natureza das crises do capitalismo, assim como sua defesa de maior participação dos trabalhadores, do estímulo à pequena propriedade, da regulamentação da concorrência econômica pelo governo como forma de combate às crises econômicas e da promoção de reformas sociais para melhorar as condições de vida dos trabalhadores, além de sua previsão dos crescentes conflitos entre a burguesia e as classes trabalhadoras.

Isso não significa especular que Hipólito da Costa teria sido um pioneiro das ideias socialistas no Brasil, longe disso, mas, como bem observou Antonio Candido: “Do refúgio de Londres, encastelado na cidadania inglesa, Hipólito educou as elites brasileiras segundo princípios do liberalismo *ilustrado*, moderado, mas firme” (Candido, 2007, p. 264). Não é meu propósito, no entanto, avaliar as formas de governo ou as ideias econômicas que estavam em jogo naquele momento. Mais importante aqui é realçar as palavras do mesmo Candido: “Hipólito foi o primeiro brasileiro que usou uma prosa moderna, clara, vibrante e concisa, cheia de pensamento, tão despojada de elementos acessórios, que veio até nós intacta, fresca e bela” (Idem, p. 259).

Assim, já era o caso do *Correio Brasiliense*. Os acontecimentos em torno do processo de Independência estimularam, além dele, os jornais impressos no Brasil. De forma geral, todos reivindicavam para si a condição de lugar de debate dos assuntos de interesse público. Assim, ao lado das lojas maçônicas, tão atuantes na ocasião, das casas de pasto, das esquinas e das portas de boticas, das poucas livrarias da cidade e até mesmo dos pátios de quartéis e de igrejas, os jornais se transformam aos poucos em verdadeiros espaços de sociabilidade.

Por outro lado, a partir do anúncio da Revolução do Porto, em agosto de 1820, e mais intensamente, quando se tomou conhecimento, em dezembro de 1821, de que as Cortes portuguesas haviam determinado o retorno do Príncipe Regente, a politização das ruas da cidade se intensificou. Por exemplo, em 9 de janeiro do ano seguinte, uma procissão dirigiu-se ao Paço para entregar a Dom Pedro um manifesto assinado por oito mil pessoas solicitando que ele desobedecesse às ordens vindas de Portugal para deixar o Brasil. Também a influência dos jornais podia ser aferida pelas 5 mil adesões ao

abaixo-assinado que circulou nas páginas do *Correio do Rio de Janeiro*, cobrando a convocação de uma Constituinte.

Diante disso, cabe indagar se, entre o *Fico* e o *Grito*, no curso do processo da Independência e de seus desdobramentos, não estaria nascendo no Brasil, ao menos na capital e ainda que modestamente, uma opinião pública. Qual seria a influência dos jornais nesse processo? Quem seriam seus leitores? Em que isso contribuiu para que se formasse uma esfera pública no Brasil, mais especificamente no Rio de Janeiro?

Respostas possíveis a tantas questões são da esfera de outros especialistas. Ressalto, no entanto, algumas observações. Naquela ocasião, circulavam, no Rio de Janeiro, entre outros, o *Reverbero Constitucional Fluminense*, de Joaquim Gonçalves Ledo e do Cônego Januário da Cunha Barboza; *A Malagueta*, de Luís Augusto May; *O Copilador Constitucional*, de José Joaquim Gaspar do Nascimento e João Batista de Queiroz; *Correio do Rio de Janeiro*, de João Soares Lisboa; *O Espelho*, de Manuel Ferreira de Araujo Guimarães. Independentemente da orientação que pudessem ter, radicais ou moderados, todos se igualavam na pretensão de intervir nos destinos do país, e seus proprietários, diretores e redatores (normalmente um mesmo único indivíduo) acreditavam que cabia a eles uma tarefa educativa, pelo menos é o que se pode deduzir da advertência publicada no exemplar de estreia de *Bem da Ordem*, em 1821:

Os leitores menos instruídos e os que não têm meio de o serem de outro modo, suposta a falta de livros e a penúria de estabelecimentos tipográficos, aqui acharão todas as ideias que lhes são indispensáveis para desempenhar com utilidade da Nação os deveres de Representantes ou Empregados; e todos os homens de bem, todos os literatos que melhor conhecem a necessidade destas instruções são convidados a concorrer para esta importante obra com o precioso cabedal das suas luzes (Lustosa, 2000, p. 30).

Também o historiador John Armitage, em 1826, identificava nos jornais da época essa função educativa:

Se na Europa, onde há tantos e tão variados meios de se adquirir instrução, a ascendência da imprensa periódica é em toda a parte sentida e reconhecida, com maior razão sua influência no Brasil é mais preponderante, visto que nele os periódicos são os únicos veículos de instrução que existem (Armitage, 1981, p. 168).

Ainda que se considere que parte da população não dominava minimamente a escrita, ressalte-se que as ideias escritas nos jornais poderiam pautar conversas públicas e privadas. Mais que isso, as ideias poderiam difundir-se através da leitura em voz alta

para um público ouvinte. Também não seria razoável desprezar o público alfabetizado, que, baseado no censo de 1821, poderia atingir a casa de 56% da população das maiores cidades (Basile, 1990, pp. 206-207).¹⁷ Dito isso, é possível admitir a influência dos jornais num âmbito mais extenso do que o limitado círculo de uma elite letrada e economicamente dominante. Há de se reconhecer, ainda, o esforço dos jornais e de seus artífices, não apenas no sentido de formação de uma opinião pública, mas para ser protagonistas de uma esfera pública relativamente autônoma, embora esta pudesse existir apenas como germe, esboço, sonho ou delírio.

Ao que parece, era essa também a expectativa do jovem Machado de Assis, que, ainda em “O passado, o presente e o futuro da literatura”, apostava na atividade jornalística como possibilidade do homem de letras, do literato, alcançar sua independência e, mais que isso, de tornar públicas suas ideias. De fato, a instalação dos prelos, em 1808, representou para muitos o surgimento das luzes em terras brasileiras, como se pode perceber nas palavras de Luiz Gonçalves dos Santos, o “padre Perereca”:

Brasil até ao feliz dia 13 de Maio do ano de 1808 não conhecia o que era Tipografia: foi necessário que a brilhante face do Príncipe Regente Nosso Senhor, bem como o refulgente Sol, viesse vivificar este país, não só quanto a sua agricultura, comércio e indústria, mas também quanto às artes e às ciências, dissipando as trevas da ignorância, cujas negras e medonhas nuvens cobriram todo o Brasil e interceptavam as luzes da sabedoria (Moraes, 1993, p. xvii).¹⁸

Por outro lado, a partir da elevação do Rio de Janeiro à condição de capital do reino português, em 1808, e mais decisivamente, depois da Independência, uma elite letrada é convocada a cumprir a tarefa de organizar o Estado. Nesse processo de intensas transformações, a figura do homem de letras se confunde com a do político. Essa confusão se estende, inclusive, aos espaços em que um e outro eram protagonistas. Assim, um e outro estavam a um só tempo nas tribunas do parlamento e nas páginas dos jornais. Um e outro eram responsáveis pela condução dos negócios públicos e por sua crítica. É claro que essa confusão contribuiu, muitas vezes, para a perda de autonomia de um em favor dos interesses do outro, e seria ingênuo supor que a parte prejudicada fosse o alto funcionário, o dirigente ou membro do parlamento.

¹⁷ Sobre isso, ver BASILE, Marcelo Otávio N. de. “O Império Brasileiro: Panorama Político”. In LINHARES, Maria Yeda (org.). *História geral do Brasil*. Rio de Janeiro: Editora Elsevier, 1990.

¹⁸ Apud MORAES, Rubens Borba. “A Imprensa Régia do Rio de Janeiro: origens e produção”. In CAMARGO, Ana Maria de Almeida e MORAES, Rubem Borba. *Bibliografia da Imprensa Régia do Rio de Janeiro*. São Paulo: EdUSP/ Kosmos, 1993, p. xvii. O autor teve como fonte: SANTOS, Luiz Gonçalves dos. *Memórias para servir a história do Reino Unido do Brasil: dividida em três épocas da felicidade, honra e glória*. Lisboa: Imprensa Régia, 1825 (tomo 1, p. 80).

Apesar disso, vale a indicação de Antonio Candido, para quem, naquele “momento decisivo configurou-se no Brasil pela primeira vez uma ‘vida intelectual’ no sentido próprio” (Candido, 2007, p. 246). Assim, se o mais comum era que o artista cedesse sua vez ao político, ocorria também de o intelectual ocupar a tribuna e assumir feições de político, de organizador da sociedade. Do mesmo modo, se essa duplicidade trouxe graves prejuízos para o desenvolvimento de uma vida intelectual autônoma, com algum grau de independência em relação aos humores dos governantes, por outro lado, contribuiu para que os debates em torno das questões públicas alcançassem um público mais amplo do que aquela elite letrada. Isso porque, se, ao político, estava reservado um lugar nos gabinetes, nas cortes, no entorno do monarca, ao intelectual, na ausência de outras instâncias de reconhecimento, tornou-se familiar outra tribuna: durante todo o século XIX, essa tribuna foi o jornal.

Talvez por isso ainda que intelectual e político, jornalista e funcionário de governo, fossem uma só pessoa ou que falassem um para o outro; com o tempo, a distinção de lugares para a voz de um e de outro pode ter contribuído para que também fosse desenvolvida uma dicção específica para cada uma dessas vozes. Isso porque, mesmo que se recorra ao sempre apregoado analfabetismo do grande público, da tribuna que lhe era própria, o jornalista – intelectual ou político – falava, ou pretendia e precisava falar, ao outro anônimo e distante, mas nem por isso alheio. Como suposição ou fato, seria esse público de leitores ou ouvintes a medida de influência desse profissional. Esse público seria, portanto, o capital (ou parte dele) que lhe daria acesso, assento, voz e voto nas esferas de decisão. Tornou-se necessário, portanto, a esse jornalista adequar-se a um público para o qual, até então, não se sentia atraído a falar ou representar. Para que isso fosse possível, ou pelo menos plausível, não seria mais adequada a linguagem a que estavam familiarizados os membros daquela elite, filhos legítimos de Coimbra e da retórica escolástica.

A tarefa não deve ter sido fácil de todo. Como se sabe, no Brasil, até as Reformas Pombalinas, o controle do sistema educacional foi exercido fortemente pela Igreja oficial, sobretudo pela Companhia de Jesus. O controle sobre os currículos, sobre os raros livros e compêndios, sobre as ideias e os métodos didáticos era rigoroso. Mais que isso, até 1808 vigorou de forma férrea a proibição de prelos e de universidades ou escolas superiores, o que obrigava que se buscasse ensino superior na Europa, sobretudo na metrópole. Em *Raízes do Brasil*, Sérgio Buarque de Holanda observou o sucesso dos ornamentos, dos “acessórios” de linguagem com que tanto estavam familiarizados esses

retornados de Coimbra ou dos cursos superiores criados no Brasil no tempo do rei. Segundo ele, o brasileiro teria pouco apreço pelas especulações intelectuais e, antes, teria “amor à frase sonora, ao verbo espontâneo e abundante, à erudição ostentosa, à expressão rara” (Holanda, 1995, p. 83). Nesse sentido, concluiu, para o brasileiro, inteligência seria “ornamento e prenda, não instrumento de conhecimento ou de ação” (idem), de intervenção na realidade, acrescento.

Não é preciso concordar inteiramente com essas observações, mas não há como negar o forte apelo aos exageros, às repetições, aos pontos de exclamação dos jornais que pululavam no período da Independência, sobretudo aqueles redigidos por homens que encontraram na educação religiosa o meio de alcançar um lugar entre a elite letrada. Nesse sentido, na clássica definição dos objetivos da arte retórica – *docere, delectare, movere* –, a maior ênfase seria no “delectare”. Nisso, destacavam-se, além de Montalverne – pelo qual o jovem Machado de Assis nutriu imensa admiração –, frei Sampaio, à frente do *Regulador Brasileiro*, e Frei Januário, que, com Joaquim Gonçalves Ledo, era redator do *Reverbero Constitucional*.

Destaque-se ainda, como observa Izabel Lustosa, que “os padres sempre bateram ponto” na *Gazeta do Rio de Janeiro*, que depois mudaria o nome para *Diário do Governo*, assumindo de vez seu caráter oficial. Ainda segundo Lustosa, “o uso exagerado de uma retórica típica de orador” sobressaía nos artigos de José da Silva Lisboa, o visconde de Cairu e, ainda, em o *Tamoyo*, jornal dos irmãos Andrada. Para a autora, entre os inúmeros jornais do período, seriam exceções apenas os já citados *Malagueta*, de Luís Augusto May, e *Correio do Rio de Janeiro*, de João Soares Lisboa, e a *Sentinela da Liberdade à Beira do Mar da Praia Grande Refugiada em Buenos Aires*, o jornal de Joseph Stephano Grondona, alcançando os três, por conta de seu “tom mais colquial”, sucesso entre os leitores (Lustosa, 2000, pp. 78- 79).

Os ares liberais do movimento de 1820 atingiram a corte portuguesa, que deu por encerrado o monopólio da Imprensa Régia. A relativa democratização dos prelos tornou mais acessível vir a público o que antes era assunto privado. Aos poucos, a eloquência dos púlpitos cedia lugar à oralidade das ruas, emergindo novos estilos de escrita, mais populares, mais coloquiais. Por outro lado, praticamente da noite para o dia, tornava-se assunto público o que antes era restrito aos círculos do poder. Claro que isso, muitas vezes, serviu para a autopromoção de uns e a difamação de outros. Cobravam-se dívidas, faziam-se juras e trapaças amorosas, tratava-se de rusgas entre vizinhos, oferecia-se tudo ou quase tudo, principalmente nas páginas de *apedidos*: algo

parecido com as páginas de anúncios classificados ou das seções reservadas ao leitor dos jornais da atualidade ou, se for permitido certo exagero, algo semelhante às redes sociais, que multiplicam exponencialmente os acessos à internet.

Por outro lado, os debates em torno dos destinos do país se intensificavam. Havia a exigência das cortes portuguesas em relação ao retorno do rei e, depois, para que o príncipe regente também deixasse o país. Com a amenização da censura, os jornais sobem o tom e tanto se nutrem da crescente politização das ruas como a municiam. Havia os que advogavam a manutenção dos vínculos com a coroa portuguesa; outros que temiam o fechamento dos portos e a volta do monopólio. Havia os que vislumbravam uma república aos moldes daquela que se desenvolvia ao norte da América; outros que temiam um destino semelhante àquele que havia levado à fragmentação da América Espanhola. O quadro da sociedade não seria tão simples como se poderia supor. As diferenças entre povo e elite expunham contradições no interior de cada um desses setores. De um lado, a herança colonial, a tradição absolutista, o latifúndio agroexportador e o sistema escravista mantinham sua força quase inabalável. De outro, adquiriam musculatura alguns ideais liberais e iluministas que pretendiam reduzir o poder dos reis e tornar livre a circulação de mercadorias, inclusive de uma mercadoria bastante específica, o trabalho humano.

Não cabe aqui o estudo das questões que estavam em jogo naquele momento. Há vasta bibliografia sobre o tema. Nos limites de minhas reflexões, cabe destacar, embora pareça desnecessário, que a separação entre Brasil e Portugal, consumada em 7 de setembro de 1822, não se deu por ato de heroísmo ou rebeldia de um príncipe, tampouco se resolveu naquela data. Diferente disso, prolongou-se por uns bons anos, adquirindo outras nuances. Em um primeiro momento tratava-se da manutenção do status adquirido com a presença do Rei no Rio de Janeiro. Depois a autonomia política tornou-se imperiosa. Por fim, a manutenção da ordem e a estrutura do Estado vieram a ser uma obsessão, justificando arbitrariedades e violências.

Em outro viés, questões que diziam respeito não apenas à liberação do comércio, mas também às liberdades individuais, às formas de governo mais democráticas e, sobretudo, à abolição do trabalho escravo moldavam reflexões e ações de muitos daqueles homens. Assim, ainda que se queira que os acontecimentos daqueles dias fossem consequências de mera desavença entre setores da elite – o que não concordo de forma alguma – ou, em outro extremo, que se tratava de uma rebelião popular em curso, é possível indagar em que medida as disputas então travadas deram contornos

modernizantes a uma escrita até então confinada. Mesmo que se aposte numa disputa entre pares, com aqueles improvisados jornalistas – meio intelectuais, meio funcionários; meio políticos, meio escritores – escrevendo uns para os outros, quando não, para o trono, é possível admitir que, para atingir seus objetivos, a ênfase precisou ser deslocada do *delectare* para o *movere*.

Dessa forma, é possível afirmar que a agitação política em torno da Independência contribuiu para que a escrita assumisse outras funções que não fossem apenas aquelas reservadas à burocracia e aos assuntos privados. Destaque-se, no entanto, que, assim como a Independência do país não se deu com um grito, a independência da escrita também precisou de um longo processo, no qual se operaram transformações, reveses e resistências. No âmbito político, a instalação dos prelos, em 1808, o fim do monopólio da Imprensa Régia, em 1820, e o da censura, em 1821, foram passos importantes. Cada um deles foi como um 7 de setembro para a liberalização e a disseminação da escrita no Brasil.

Não é o caso de se pretender estabelecer relação direta entre a independência política e o surgimento de uma escrita nacional. “Após o *fiat* político, devia vir o *fiat* literário, a emancipação do mundo intelectual, vacilante sob a ação influente de uma literatura ultramarina”, diria Machado de Assis em “O passado, o presente e o futuro da literatura” e indagava: “Mas como?” (*OC*, iii, 1.004). Em ambos os casos, o deslocamento de um lugar de submissão para outro de liberdade teve seus protagonistas, heróis anônimos e mártires.

Sem dúvida, o decreto do príncipe regente – “pretendendo evitar que os autores ou editores encontrassem inesperados estorvos à publicação dos seus escritos” –¹⁹ teria sido um passo importante para a conquista da autonomia do escritor, mas os acontecimentos vindouros confirmariam que é “mais fácil regenerar uma nação que uma literatura”, como apostaria o jovem Machado de Assis no mesmo ensaio de 1858. Segundo o autor, “para esta (a literatura) não há gritos de Ipiranga; as modificações operam-se vagarosamente; e não se chega em um só momento a um resultado” (*idem*). A literatura, portanto, esperaria um pouco mais.

De todo modo, a partir de então e, pelo menos, durante quase todo aquele século, para grande parte dos escritores, escrever tornou-se um meio de satisfazer o leitor, de instruí-lo e, sobretudo, de fazê-lo instrumento de transformação da realidade. Dito em

¹⁹ Texto que acompanhava a lei de imprensa de 28/08/1821. Apud Lustosa, *op. cit.*, p. 450.

outras palavras, dessa vez através de excerto das páginas do *Reverbero Constitucional Fluminense*, de 15 de novembro de 1821:

O escritor que põe o seu fito no bem geral não deve temer expressar-se com franqueza, e muito principalmente quando a constituição lhe concede esse direito e lhe pede esse serviço. O escritor recebido com benignidade deve ao público as suas reflexões, ou como agradecimento da honra que dele recebe, ou como obrigação a que se submete servindo a causa constitucional. Portanto, o que dizemos entra na ordem de nosso plano, se formos reprovados, ficaremos com a consciência de que escrevemos pelo bem da liberdade de imprensa, tão necessária nas nossas atuais circunstâncias e tão sabiamente proclamada pelo soberano Congresso Nacional, atribuam-se, embora, nossos erros à falta dos nossos conhecimentos, mas nunca se dirá que temos falta de patriotismo ou abundância de giba.²⁰

Difícil avaliar em que medida a ação daqueles escritores teria contribuído para o “*fiat político*”. Avaliação mais imprecisa ainda é a da contribuição da escrita daqueles autores para o “*fiat literário*”, isto é, para o surgimento de uma literatura e, mais precisamente, para o surgimento do romance nacional. Vale lembrar, no entanto, que Joaquim Manoel de Macedo, Manuel Antonio de Almeida e José de Alencar foram todos jornalistas e exercitaram suas penas escrevendo crônicas nos jornais, antes de se tornarem romancistas. O mesmo ocorreu com Machado de Assis. Acrescente-se a isso que, com as mesmas exceções, os jornais da época da Independência eram, sobretudo, opinativos, doutrinários, polemistas, argumentativos e muito pouco informativos e noticiosos.

Quanto a isso, ao longo do século XIX, pouca coisa se alterou. Com o transporte ferroviário e o telégrafo, que permitia à informação circular mais rapidamente, matérias de cunho noticioso se tornaram mais frequentes, mas não o suficiente para que predominassem. É fato também que, principalmente a partir da década de 1850, houve diversificação do conteúdo dos jornais. Com o surgimento das empresas jornalísticas e de máquinas impressoras capazes de produzir grandes tiragens, foi possível atender ao gosto e ao interesse de um público que se tornava cada vez mais segmentado. Pequenas publicações sobre ciência, literatura, moda, entre outros, tornam-se mais frequentes. Nos grandes jornais, estes e outros temas passam a ter seções específicas, alcançando-se enorme sucesso com os folhetins, percussores da crônica moderna, e também com os folhetins novelescos, de onde brotou grande parte da ficção do século XIX.

²⁰ *Reverbero Constitucional Fluminense (1821-1822)*. Edição *fac-similar* organizada por Marcelo Ipanema e Cybele Ipanema. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, 2005, v. I, p. 50.

Acrescente-se a isso que, para muitos escritores, trabalhar num desses jornais era o único meio de sobrevivência e, no espaço reservado aos folhetins, encontrariam não apenas abrigo para seu talento, mas também um caminho para o reconhecimento público. Talvez pensando nisso é que Machado de Assis, em “O passado, o presente e o futuro da literatura”, apostava no jornalismo como o único meio possível de o literato “aspirar a uma existência independente” (OC, iii, 1.005).

Além disso, a profissionalização do escritor, o aumento e a diversificação do público leitor, a organização empresarial da imprensa, entre outras novidades surgidas, principalmente, partir de 1850, tornariam mais complexas as relações entre autor, leitor e proprietários de jornais, além de outros atores, como anunciantes e governo. Ao iniciar sua atividade como jornalista, o jovem Machado de Assis teria a oportunidade de escrever sobre essas questões, que, do mesmo modo, seriam motivo de reflexões e escritas futuras.

1.4 Machado de Assis e o Jornal

Brás Cubas nascera em 20 de outubro de 1805 e, quando acatou a sugestão do amigo Quincas Borba: “Disse-me ele que eu não podia fugir ao combate; se me fechavam a tribuna, cumpria-me abrir um jornal. [...] Funda um jornal, disse-me ele, e desmancha toda esta igrejinha” (OC, i, 746). Era o ano de 1855 e, portanto, Brás Cubas tinha 50 anos.

Mais importante que isso é que, naquele ano de 1855, Justiniano José da Rocha publicou sob a forma de panfleto o ensaio *Ação; reação; transação*. De acordo com sua interpretação, a construção do Estado brasileiro teria vivenciado três fases: a *Ação* teria ocorrido durante os anos de 1822 a 1836 e seria marcada pela “luta dos elementos monárquico e democrático”, no entendimento do autor, os partidários, respectivamente, da centralização e do federalismo. A segunda fase seria denominada *Reação* (1836-1852) e, nela, teria vindo à tona o rolo compressor conservador, esmagando as conquistas liberais e impondo a centralização política. A síntese das duas fases antagonicas teria gerado a fase de *transação*, caracterizada pela *política da conciliação*,

inaugurada com o gabinete de setembro de 1853, liderado por Honório Hermeto Carneiro Leão, marquês de Paraná (Magalhães Júnior, 2009, pp. 159-207).²¹

Justiniano José da Rocha foi um político e jornalista controverso. Fundou e dirigiu vários jornais, dentre os quais: *O Atlante* (1836), *O Cronista* (1836), *O Brasil* (1840), *O Constitucional* e *O Regenerador* (1860). Também em 1855, proferiu um discurso de cunho autobiográfico, no qual afirmava orgulhar-se de sua trajetória de político e jornalista, embora admitisse haver recebido do governo verbas para financiar seus jornais e os escravos apreendidos do tráfico ilegal. Pouco antes daquelas confissões, Justiniano havia rompido com o Gabinete Paraná, acusando-o de despótico.

Justiniano não conseguiu eleger-se na legislatura seguinte e morreria em 1860. Suas críticas, no entanto, foram um rastilho de pólvora. Mesmo ridicularizadas por Paraná, encontraram eco no Partido Liberal e entre os conservadores mais empedernidos. No ano seguinte, a morte do marquês de Paraná apenas precipitaria os acontecimentos, e seus substitutos, apesar da simpatia do imperador para com a política de conciliação, não conseguiram sustentá-la por muito mais tempo.

Nas eleições de 1856, Brás Cubas também não conseguira eleger-se deputado e, menos ainda, tornar-se ministro. Antes da queda, também teria subido à tribuna e feito um eloquente discurso. No caso, sobre os desconfortos causados por certa peça dos uniformes militares:

Quanto à forma, ao rpto eloquente, à parte literária e filosófica, a opinião foi só uma; disseram-me todos que era completo, e que de uma barretina ninguém ainda conseguira tirar tantas ideias. Mas a parte política foi considerada por muitos deplorável (*OC*, i, 744).

Vale lembrar que, em um de seus muitos arroubos de sinceridade, Brás Cubas admite que fora um aluno medíocre, mas “nem por isso perdi o grau de bacharel”. Ao contrário, garantiu lugar entre os membros da elite letrada. “Tinha eu conquistado em Coimbra uma grande nomeada de folião; era um acadêmico estróina, superficial, tumultuário e petulante, dado às aventuras, fazendo romantismo prático e liberalismo teórico” (*OC*, i, 654). Isso, de certo modo, explicaria sua preferência pelo *delectare* em detrimento do *movere*.

²¹ Há vários estudos sobre este texto de Justiniano José da Rocha. Entre outros, cito: GUIMARÃES, Lucia Maria Paschoal. *Ação, reação e transação: a pena de aluguel e a historiografia*. ANPUH – XXIII SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA – Londrina, 2005.

Além disso, a passagem sugere certa banalização dos jornais. Isso não significa o mesmo que afirmar que eram lidos por multidões ou que a qualquer um fosse lícito abrir um jornal, menos ainda que um periódico criado por qualquer um seria lido por multidões. Penso que não é prudente confundir banalização com democratização. De todo modo, ao perder assento na Câmara e no Ministério, Brás Cubas resolve abrir um jornal. A ideia não era tão inédita assim. O que podia haver de diferente dos “pasquins” do período era o tom ameno que Brás Cubas prometia empregar: “Afiançei que empregaria sempre uma linguagem cortês, embora enérgica. A violência não era especiaria do meu paladar” (*OC*, i, 750).

Na passagem, no melhor estilo machadiano, está exposta, além das fragilidades intelectuais do defunto Brás Cubas, a falta de compromisso das elites, se não para com o próprio país, pelo menos para com a imprensa e com a atividade jornalística:

O primeiro número do meu jornal encheu-me a alma de uma vasta aurora, corou-me de verduras, restituiu-me a lepidéz da mocidade. Seis meses depois batia a hora da velhice, e daí a duas semanas a da morte, que foi clandestina, como a de Dona Plácida. No dia em que o jornal amanheceu morto, respirei como um homem que vem de longo caminho (*OC*, i, 752).

O Jornal de Brás Cubas teve vida curta, como muitas outras publicações do gênero, mas, a partir de 1856, torna-se crescente a oposição liberal, atingindo o clímax nas eleições de 1860. Isso, porém, é matéria para outro momento.

Importa agora é que, em 1859, Machado de Assis ainda era um colaborador eventual de *A Marmota*, de Paula Brito. Seu raio de ação se expandira, el fizera novas amizades e abrira novas portas para seus escritos. Em janeiro daquele mesmo ano, nos dias 10 e 12, saía publicado no *Correio Mercantil* “O Jornal e o Livro” (*OC*, iii, 1.007-1.012). Nesse artigo, Machado dá mostras de que teria abraçado apaixonadamente a causa liberal. Há nele, ainda, a certeza de que o jornal é um poderoso meio de consolidação dessas ideias: “Tudo se regenera: tudo toma uma nova face. O jornal é um sintoma, um exemplo desta regeneração. A humanidade, como o vulcão, rebenta uma nova cratera quando mais fogo lhe ferve no centro” (*OC*, iii, 1.007).

As *Memórias Póstumas de Brás Cubas* vieram à luz em 1879, nas páginas da *Revista Brasileira*. Naquele momento, Machado de Assis já seria um autor experiente, autor de contos e romances e, além disso, havia acumulado uma larga experiência nas lidas das redações de jornais. Ainda não era assim em 1859, mas também não seria mais

um iniciante inseguro e com algumas vagas ideias. Aos 20 anos, era apenas Machado, um jovem repleto de convicções:

O espírito humano, como o heliotrópio, olha sempre de face um sol que o atrai, e para o qual ele caminha sem cessar: – é a perfectibilidade.

A evidência deste princípio, ou antes, deste fato, foi claramente demonstrada num livro de ouro, que tornou-se o Evangelho de uma religião. Serei eu, derradeiro dos levitas da nova arca, que me abalance a falar sobre tão debatido e profundo assunto?

Seria loucura tentá-lo. De resto, eu manifestei a minha profissão de fê nuns versos singelos, mas não frios de entusiasmo, nascidos de uma discussão (Idem).

O entusiasmo de Machado tinha algo de profético evidenciado nas referências religiosas de seu vocabulário. Por sua vez, o “livro de ouro” ao qual se refere é *La Loi Du Progress – Le monde marche*, do francês Eugene Pelletan (1813-1884), polemista e republicano ardente que exerceu considerável influência no Brasil do século XIX. Sobre esse autor, informa Jean-Michel Massa que era dado às “vastas sínteses”, misturando “tumultuosamente todos os domínios do conhecimento”, para apregoar a “existência de um Deus vivo que sucedia ao Deus crucificado do passado” (Massa, 1971, pp. 210-211). Seu entusiasmo para com Pelletan pode ser medido pelos “versos singelos” aos quais fez referência. Trata-se de *O Progresso: o hino da mocidade*, publicado no mesmo *Correio Mercantil*, em 30/11/1858: “Ao som da sua voz a mocidade acorda / E olha ousada de face os plainos do porvir / Eia! Rebenta a flor da longa estrada, à borda, / E através do horizonte dá uma aurora a rir.” (OC, iii, 728).

Em 1859, Machado não tinha a destreza de 1879, mas dava provas de que, ainda que não fosse um dos *levitas da nova arca*, participava dos debates em torno daquelas ideias:

Sou dos menos inteligentes adeptos da nova crença, mas tenho consciência que dos de mais profunda convicção. Sou filho deste século, em cujas veias ferve o licor da esperança. Minhas tendências, minhas aspirações, são as aspirações e as tendências da mocidade; e a mocidade é o fogo, a confiança, o futuro, o progresso. A nós, guebros modernos do fogo intelectual, na expressão de Lamartine, não importa este ou aquele brado de descrença e desânimo: as sedições só se realizam contra os princípios, nunca contra as variedades (OC, iii, 1.007).

Quem seriam os outros adeptos daquela “nova crença”? Talvez Manoel Antonio de Almeida, a quem Machado dedicou aquele artigo. Assim como não abandonou Lamartine ao abraçar Pelletan, não abandonaria suas antigas amizades. Havia outras, no

entanto. Magalhães Junior conta que, naquele janeiro de 1859, houve um encontro na casa do fotógrafo Victor Fond para comemorar o nascimento do seu filho. Estavam presentes, além de Machado de Assis, Baptiste Louis Garnier – que, anos mais tarde, se tornaria seu editor – e Charles Ribeyrolles. À exceção de Machado, todos eram cidadãos franceses refugiados no Rio de Janeiro (Magalhães Jr., 1981, v. I, p. 91).

B. L. Garnier chegou em 1844, abrindo sua livraria na Rua do Ouvidor dois anos depois. O dono da casa tinha como projeto documentar a terra brasileira até a mais remota província. Não conseguiu realizar inteiramente o projeto, mas, em 1859, torna-se realidade o primeiro livro fotográfico realizado na América Latina, *O Brasil pitoresco*, com texto de Charles Ribeyrolles. Este último era ativista político republicano e jornalista do *La Reforme*, publicação de oposição ao *18 de Brumário de Luís Bonaparte*, golpe de Estado que pôs fim à República, em 2 de dezembro de 1851. Esse convívio reforçaria ainda mais a admiração do menino do Livramento pelo país de Vitor Hugo:

A Revolução Francesa, o estrondo maior dos tempos europeus, na bela expressão do poeta de *Jocelyn*, foi o passo da humanidade para entrar neste século. O pórtico era gigantesco, e era necessário um passo de gigante para entrá-lo. Ora, esta explosão do pensamento humano concentrado na rainha da Europa não é um sintoma de progresso? O que era a Revolução Francesa senão a ideia que se fazia república, o espírito humano que tomava a toga democrática pelas mãos do povo mais democrático do mundo? Se o pensamento se fazia liberal é que tomava a sua verdadeira face. A humanidade, antes de tudo, é republicana (*OC*, iii, 1.007).

Além da influência dos novos amigos franceses e de outros mais experientes que ele, seus estudos avançavam. Não apenas da língua francesa, em que já dera provas de bom domínio, fazendo parte, inclusive, da equipe de tradutores do texto francês de *O Brasil pitoresco*.²² Em “O passado, o presente e o futuro da literatura”, ele apenas havia mencionado o jornalismo como atividade capaz de propiciar alguma autonomia, *uma existência independente*, ao escritor, ao intelectual. Em “O jornal e o livro”, no entanto, ele aprofundava essa questão e, mais que isso, identificava no jornal um meio de transformação social, uma “alavanca que Arquimedes pedia para abalar o mundo” (*OC*, iii, 1.007). Para embasar seus argumentos, da mesma forma que fizera em 1858, Machado recorre à história, mas antes indaga: “O jornal matará o livro? O livro absorverá o jornal?” (idem)

²² Além de Machado de Assis, a equipe de Manoel Antonio de Almeida era composta por Remígio de Sena Pereira, Reinaldo Montoro e Francisco Ramos Paz.

A indagação remete a Dom Cláudio Frollo, que, observando sua Catedral de Notre Dame, aponta na direção de um livro impresso sobre a mesa e constata: “Isto matará aquilo”. Vitor Hugo é outra influência importante naquele momento. Em 1848, Victor Hugo se havia entusiasmado com os valores revolucionários, tornando-se deputado e destacando-se por sua eloquência e radical oposição a Luís Bonaparte. Quando do golpe de Estado de dezembro de 1851, refugiou-se em Guernesey (ilha britânica do Canal da Mancha) e escreveu artigos contundentes contra o novo Napoleão. Por sua vez, o *Corcunda de Notre Dame* foi originalmente publicado em 1831, e sua narrativa remete ao ano de 1482, portanto contemporânea ao surgimento da imprensa de Gutenberg.

Machado não chega a responder à sua questão, mas deixa-se guiar por Vitor Hugo e percorre um longo caminho, das primeiras inscrições nas rochas ao surgimento da imprensa. Seu artigo é uma síntese do capítulo em que Vitor Hugo interrompe a narrativa, para fazer algumas reflexões sobre a constatação do arcediago da catedral parisiense, dedicando um capítulo inteiro à história da arquitetura, dos primórdios da humanidade ao século XIX.

Machado e Hugo, ambos concluíram – aliás, assim como Dom Frollo – que o advento da imprensa teria marcado o fim de uma etapa e o início de outra, num processo que transformava decisivamente a produção e a circulação da cultura, das ideias, dos discursos. Para o criador do Quasimodo de Notre Dame, a constatação de Dom Frollo era coisa de padre, apreensão diante do novo e da possibilidade de uma emancipação dos indivíduos, o que levaria à diluição do poder da Igreja. Além disso, seria um pressentimento de que as transformações dos meios de produção e circulação das ideias transformariam também as ideias e as formas de expressão, ou seja, uma arte destronaria outra arte: *a imprensa seria o fim da arquitetura*. Do mesmo modo, para Machado de Assis:

A catedral é a chave de ouro que fecha a vida de séculos da arquitetura antiga; foi a sua última expressão, o seu derradeiro crepúsculo, mas uma expressão eloquente, mas um crepúsculo palpitante de luz. Era, porém, preciso um gigante para fazer morrer outro gigante. Que novo parto do engenho humano veio nulificar uma arte que reinara por séculos? Evidentemente era mister uma revolução para apear a realeza de um sistema; mas essa revolução devia ser a expressão de um outro sistema de incontestável legitimidade. Era chegada a imprensa, era chegada o livro (*OC*, iii, 1.008).

Até aí, estavam de acordo – “a imprensa devorou, pois, a arquitetura”. Para Vitor Hugo, a consequência disso é que, no momento em que a arquitetura perde centralidade, outros meios de expressão, outras artes se emancipam. O livro, por sua vez, por ser um meio de comunicação bem mais ágil e de custo infinitamente inferior, permite que a expressão humana percorra distâncias bem mais extensas, no espaço e no tempo. Nesse sentido, ainda que não desapareça de todo, a arquitetura cede o lugar de arte dominante à literatura e, desse modo, tanto o poema como o edifício estarão impressos num livro.

Para Machado de Assis, o livro era, de certo, “um progresso”, mas lhe “faltava ainda alguma coisa; não era ainda a tribuna comum, aberta à família universal”. Para ele, esse lugar seria ocupado pelo jornal, “a mesa popular para a distribuição do pão eucarístico da publicidade”. A partir desse ponto, todas as comparações entre jornal e livro apontam para a supremacia do primeiro: “verdadeira forma da república do pensamento”, “locomotiva intelectual em viagem para mundos desconhecidos”, “literatura comum, universal, altamente democrática, reproduzida todos os dias, levando em si a frescura das ideias e o fogo das convicções”, “gérmen de uma revolução” – seriam algumas das qualidades do jornal impresso. Além disso, Machadinho também não tinha dúvidas quanto às relações entre a liberdade de circulação das ideias e o liberalismo econômico, e o jornal impresso seria, ainda, uma “reação do espírito humano sobre as fórmulas existentes do mundo literário, do mundo econômico e do mundo social” (*OC*, iii, 1.008-1.009).

Na segunda parte do artigo, Machado retoma a questão inicial: “O livro absorverá o jornal? O jornal devorará o livro?”. A pergunta continuará sem resposta e será, somente, pretexto para realçar as potencialidades do jornal: “*literatura quotidiana*, no dito de um publicista contemporâneo”. Quem seria este publicista? Ribeyrolles? É provável. Ele não teria abandonado a literatura, sobretudo a poesia, tampouco o teatro, mas o jornalismo, além de profissão capaz de lhe garantir certo prestígio e meio de sobrevivência, seria também “reprodução diária do espírito do povo, o espelho comum de todos os fatos e de todos os talentos, onde se reflete não a ideia de um homem, mas a ideia popular, esta fração da ideia humana” (*OC*, iii, 1.010).

Talvez não tivessem tão “fixas nem determinadas” suas opiniões, admitiria na maturidade. O jovem liberal, no entanto, arriscava-se num terreno em que teria mais dificuldades, fazendo, inclusive, autocrítica quanto às suas opiniões passadas:

Quanto ao mundo econômico, não é menos fácil de demonstrar. Este século é, como dizem, o século do dinheiro e da indústria. Tendências mais ou menos ideais clamam em belos hexâmetros contra as aspirações de uma parte da sociedade e parecem prescrever os princípios da economia social. Eu mesmo manifestei algumas ideias muito metafísicas e vaporosas em um artigo publicado há tempos (*OC*, iii, 1.010).

É provável que o artigo “O jornal e o livro” tenha sido encomendado a Machado de Assis. Mais provável ainda que tenha nascido de conversas em torno de certas ideias. Vale lembrar que o *Correio Mercantil*, onde foi publicado o artigo, pertencia a Joaquim Francisco Alves Branco Munis Barreto, político e empresário do promissor setor de transporte ferroviário, e sogro de Francisco Otaviano, a quem entregou a direção do jornal. Este, por sua vez, como jornalista, empenhou-se fervorosamente nas campanhas do Partido Liberal, pelo qual foi eleito deputado-geral em 1852, permanecendo até 1867, quando foi eleito senador. O *Correio*, portanto, estava intimamente ligado às teses do liberalismo, político e econômico. No ponto de vista político, defendia, sobretudo, mudanças nos sistemas eleitorais e o fim dos mandatos vitalícios no Senado. Na seara econômica, o livre comércio. Em seu artigo, Machado dava mostras de haver absorvido aquele ideário:

A indústria e o comércio não são simples fórmulas de uma classe; são os elos que prendem as nações, isto é, que unem a humanidade para o cumprimento de sua missão. São (indústria e o comércio) a fonte da riqueza dos povos, e predisõem mais ou menos sua importância política no equilíbrio político da humanidade.

(...)

Ora, o dinheiro é um resultado da civilização, uma aristocracia, não bastarda, mas legitimada pelo trabalho ou pelo suor vazado nas lucubrações industriais (*OC*, iii, 1.010 e 1.011).

Nada mau para um neófito. No prosseguimento, no entanto, o autor demonstra não ter ainda domínio da matéria e se mostra um tanto confuso:

O sistema primitivo da indústria colocava o homem na alternativa de adquirir uma fazenda para operar a compra de outra, ou o entregava às intempéries do tempo se ele pretendia especular com as suas produções agrícolas. O novo sistema estabelece um valor, estabelece a moeda, e para adquiri-la o homem só tem necessidade de seu braço.

O crédito assenta a sua base sobre esta engenhosa produção do espírito humano. Ora, indústria manufatora ou indústria-crédito, o século conta a indústria como uma das suas grandes potências: tirai-a aos Estados Unidos e vereis desmoronar-se o colosso do norte.

O que é o crédito? A ideia econômica consubstanciada numa fórmula altamente industrial. E o que é a ideia econômica senão uma face, uma transformação da ideia humana? É parte da humanidade; aniquilai-a, ela deixa de ser um todo (OC, iii, 1.011).

Com o fim de importar mão de obra escrava, em 1850 capitais antes empenhadas naquela atividade migraram para o comércio, para o setor financeiro e para outras fontes de lucros e de caráter tipicamente urbano. Além destes, investimentos europeus – notadamente portugueses; franceses e ingleses – ingressaram na economia, dando-lhes ares de aparente pujança. A euforia, no entanto, encontra opositores. Em 1859, o relatório do ministro Ângelo Ferraz dá o tom das inquietações dos setores ligados ao latifúndio: “Os costumes dos brasileiros, pela maior parte, eram simples no extremo” – e prossegue – “de uma frugalidade exemplar. Não era possível que essa cobiça comercial, esse monstro corruptor, corrompesse por um *coup de main* os bens fundados em hábitos de séculos” (Nabuco, s. d., p. 257).²³ O ministro do Império parecia saudoso.

Na avaliação do latifúndio, o fim do comércio de escravos e a migração dos investimentos do campo para a cidade levariam o país a perder competitividade na exportação de produtos agrícolas, ameaçando pôr em desordem uma nação recém-declarada independente de Portugal. Nesse sentido, o *Relatório Ferraz*, além de um arroubo conservador em defesa da tradição escravista, agrária e exportadora, seria um manifesto contra o *novo sistema* que pretendia modernizar o capitalismo em curso:

Antes bons negros da costa da África para cultivar os nossos campos férteis do que todas as teteias da Rua do Ouvidor, do que vestidos de um conto e quinhentos mil-réis, para as nossas mulheres; do que laranjas a quatro vinténs cada uma em um país que as produz quase espontaneamente, do que milho e arroz, e quase tudo que se necessita para o sustento da vida humana, do estrangeiro; do que finalmente empresas mal-avisadas, muito além das legítimas forças do país, as quais perturbando as relações da sociedade, produzindo uma deslocação de trabalho, têm promovido mais que tudo a escassez e alto preço de todos os víveres (Idem).

Machado de Assis, em diversas oportunidades, voltaria aos impasses da política econômica do Império. Naquele mesmo ano, no mês de junho, ele se manifestaria em relação aos atos de Torres Homem, que ocupava a pasta das finanças no ministério do

²³ NABUCO, Joaquim. *Um estadista do Império*, tomo II (1857-1866). Rio de Janeiro: Garnier, s. d. (pp. 99-100).

Visconde de Abaeté. Em “O jornal e o livro”, no entanto, ao tentar estabelecer relação entre o jornal e o novo sistema, o sistema de crédito, suas ideias não estariam tão claras:

O crédito tem também a sua parte no jornalismo, onde se discutem todas as questões, todos os problemas da época, debaixo da ação da ideia sempre nova, sempre palpitante. O desenvolvimento do crédito quer o desenvolvimento do jornalismo, porque o jornalismo não é senão um grande banco intelectual, grande monetização da ideia, como diz um escritor moderno (*OC*, iii, 1.011).

Quem seria o escritor moderno? Sem dúvida, são múltiplos os vínculos da imprensa com o capitalismo, com o “novo sistema”. A propaganda pode ser a parte mais visível, mas a publicação de balanços das empresas, das cotações de mercadorias, da movimentação dos portos, entre outras informações, possibilitou maior dinamismo nas transações comerciais e, portanto, no fluxo de capitais. Destaque-se, ainda, que o jornal e a própria informação tornaram mercadoria, aliás, um tipo de mercadoria que definiria o próprio capitalismo, ou seja, vendida em grande escala e rapidamente substituída por alguma outra novidade. Em seu entusiasmo extremado, o jovem Machado de Assis talvez exagerasse um pouco quando afirmava que:

Ora, parece claro que, se este grande molde do pensamento corresponde à ideia econômica como à ideia social e literária, é a forma que convém mais que nenhuma outra ao espírito humano.
É ou não claro o que acabo de apresentar? Parece-me que sim (*OC*, iii, 1.011).

Não sei quanto ao leitor, mas talvez não estivesse tão claro assim. Ao que parece, se o romance de Vitor Hugo lhe servira para dissertar sobre os impactos causados pelo aparecimento da imprensa, ao ter pela frente a pantanosa tarefa de refletir sobre as transformações econômicas que, então, se operavam no país, suas fontes ainda não haviam sido suficientemente compreendidas. Quais seriam essas fontes? Provavelmente, entre elas, estavam algumas das novas amigas já citadas e, além dessas, Quintino Bocaiúva, que, depois, viria a se tornar figura de destaque do Partido Liberal. Isso, no entanto, é matéria a ser tratada mais adiante.

Importam, neste momento, as reflexões e expectativas do jovem Machado de Assis em relação às possibilidades do jornal como meio capaz de contribuir para o estabelecimento, no Brasil, de um espaço de autonomia para a escrita, mais especificamente para a atividade intelectual. Nessa seara, Machadinho parecia bem mais claro e com ideias mais “fixas”:

(o jornal) tem ainda a vantagem de dar uma posição ao homem de letras; porque ele diz ao talento: "Trabalha! vive pela ideia e cumpres a lei da criação!" Seria melhor a existência parasita dos tempos passados, em que a consciência sangrava quando o talento comprava uma refeição por um soneto? (*OC*, iii, 1.011)

Machado já teria, em 1858, percebido a imprensa periódica como uma exceção no cenário de escassez da vida literária brasileira. Para ele, as redações dos jornais configurariam a única possibilidade de desenvolvimento da atividade intelectual e de liberdade de expressão, no Brasil. Como jornalista, o homem de letras não estaria mais submetido a um mecenato de salão. Talvez fosse excesso de entusiasmo, mas, de algum modo, aquele entusiasmo estava sintonizado com a ideia de que o dinheiro é legitimado *pelo trabalho ou pelo suor vazado nas lucubrações industriais*. Também seria coerente com a premissa de que o novo sistema (o capitalismo emergente) *estabelece um valor, estabelece a moeda, e para adquiri-la o homem só tem necessidade de seu braço*. A alguns, podem parecer um tanto ingênuas aquelas convicções. Talvez o jovem articulista não percebesse, ainda, que o trabalho se havia transformado em uma mercadoria como outra qualquer e, como tal, estava submetida às regras daquele mesmo novo sistema, que, muitas vezes, se contrapõem – quando não aniquilam – às regras da arte e do próprio talento.

Cabe ressaltar, contudo, que aquele entusiasmo, em alguma medida, podia ser fruto das incertezas de um jovem que pretendia sobreviver através de sua escrita. A bem dizer, essa seria a aspiração de muitos outros jovens, tivessem ou não talento para isso. Sobretudo, seria a aposta dos filhos das classes subalternas, muitas vezes apenas autodidatas e, portanto, com poucas chances de ocupar cargos públicos na alta hierarquia. Nesse sentido, a atividade jornalística tornou-se, de fato, para muitos daqueles jovens, mais que uma opção: era a única forma de não sucumbir à miséria e ao anonimato.

Ainda naquele ano, Machado voltaria a discutir a questão da autonomia do autor e suas relações com o jornal, dessa vez em *O Espelho*, onde publicaria o artigo “Reforma pelo Jornal”. Em diversas outras oportunidades, no decorrer de sua extensa produção escrita, ele também voltaria a se arriscar dissertando sobre crédito, finanças, transações comerciais e outros temas relacionados à área econômica. Considerando apenas sua obra ficcional, lembro que Santos, de *Esau e Jacó*, enriqueceu com a febre

das ações de 1855; Procópio Dias, de *Iaiá Garcia*, e Palha, de *Quincas Borba* se beneficiaram com as falências de 1864, e Nóbrega, também de *Esau e Jacó*, aproveitara-se das especulações do tempo do encilhamento, entre os anos de 1890 e 1892. Naquele mesmo ano de 1859, ele também voltaria a discorrer sobre questões da economia política.

Aliás, naquele 1859, o jovem Machado de Assis dava sinais de que estava se interessando de maneira mais ativa pelos assuntos públicos, notadamente aqueles que diziam respeito às ações do governo. Quais seriam suas motivações para isso? Especulasse que, além das tribunas da imprensa, ele também estaria interessado nas questões do parlamento. Em 1866, uma caricatura publicada na capa da revista *Pandokeu* apontava Machado de Assis, Quintino Bocaiúva e Henrique Cesar Muzzio como candidatos a deputado por Minas Gerais, estado, à época, presidido por Saldanha Marinho (Magalhães Jr. 1981, p. 348). Especulações à parte, como pretendo demonstrar mais adiante e ao longo deste estudo, em diversas ocasiões de sua longa atividade de cronista, Machado de Assis abordou de forma crítica as decisões do governo, inclusive as que diziam respeito às questões econômicas, ainda que não fosse nenhum especialista.

O ano de 1859, também, foi de intensa atividade para Machado de Assis. Além de *A Marmota*, onde já seria um colaborador assíduo, e do *Correio Mercantil*, outras páginas se abriram para ele. Ainda em 1858, colaborou em *O Paraíba*, jornal editado, em Petrópolis, por Augusto Emílio Zaluar. Em sua estreia, no dia 11 de novembro, publicou a poesia *Vem*: “Como ao luar da noite as flores dormem, / Vem dormir sob a luz dos olhos meus [...]” (*OC*, iii, 720). No dia 26 junho de 1859, saía impresso um artigo com ataques veementes a Francisco de Sales Torres Homem, ministro da fazenda do gabinete conservador comandado pelo visconde de Abaeté. A motivação dos ataques seria a política de contenção do crédito, que havia substituído a de expansão financeira do ministro anterior, o liberal Souza Franco.

Francisco de Sales Torres Homem formou-se em Medicina Cirúrgica pela Faculdade do Rio de Janeiro e em Direito pela Faculdade de Paris, dedicando-se aos estudos de Direito Constitucional, Economia Política e Sistemas Financeiros. Além disso, foi jornalista e panfletário, tendo sido um dos redatores dos dois números da *Revista Niterói* (1836) e fundador do *Jornal de Debates Políticos e Literários* (1837-38). Como alguns outros conservadores, era oriundo das fileiras liberais, apoiou os movimentos de 1842 contrários à dissolução da Câmara dos Deputados pelo Imperador. Anistiado em 1848, escreveu o panfleto *O libelo do povo* sob o pseudônimo de

Timandro, tido por alguns como um dos mais avançados textos do liberalismo de sua geração. Além do imperador, Torres Homem disparou contra todos os Bragança que o antecederam e ainda contra a imperatriz Tereza Cristina. Depois, como tantos outros, pediu que esquecessem o que escrevera e, em artigos publicados no *Jornal do Comércio*, também sob pseudônimo, atacou o programa do liberal marquês de Olinda, cujo ministro da Fazenda, Souza Franco, havia autorizado os bancos a emitir títulos sem lastro.

Para Torres Homem, tal medida representava um *carnaval financeiro* e exigia a contenção dos gastos públicos, o controle do crédito e a elevação das taxas de juros altos, como remédio contra a inflação. Com o apoio de Pedro II, em dezembro de 1858, o visconde de Abaeté passa a chefiar o governo e convida Torres Homem para a pasta da Fazenda, que, uma vez instalado no posto, solicita a Pedro II uma audiência com a imperatriz. O imperador responde que ele não se lembrava dos agravos, mas a imperatriz era mulher e jamais esqueceria as ofensas. Pedro II aprovou a política ortodoxa e conservadora de Torres Homem e concedeu-lhe o título de visconde de Inhomirim. Para muitos, seria uma vingança do imperador poliglota, que teria juntado dois termos diminutivos: *inho*, em português, e *mirim*, em tupi-guarani.

Machadinho, que acabara de defender o crédito amplo, escreve, então, um artigo intitulado “A odisseia econômica do senhor ministro da Fazenda” (Assis, 1957, pp. 103-106),²⁴ atacando Torres Homem e sua mudança de lado:

O homem moral do Senhor Torres Homem sofreu uma transformação e não é certo aquele mesmo que tão ardente parecia no apostolado das liberdades públicas. Esse projeto com que o atual ministro pretende aniquilar o crédito tem um só vislumbre das ideias que animavam aquele Graco de tantas páginas vigorosas? (Assis, 1957, p. 103)

Depois de citar Caio Graco, político romano reconhecido por seu programa legislativo, que incluía reforma agrária, leis reguladoras do preço, limites à especulação, entre outras, o articulista procurava dar mostras de que conhecia algo de teoria econômica, citando John Law, fundador do primeiro banco nacional da França e, no fim

²⁴ MACHADO DE ASSIS, “A odisseia econômica do senhor ministro da fazenda”. In *Poesia e prosa*. Organização e notas de J. Galante de Souza. São Paulo: Editora Civilização Brasileira, 1957. Comentários a este artigo podem ser encontrados também em: BROCA, Brito. *Machado de Assis e a política: mais outros ensaios*. São Paulo: Livraria e Editora Polis Ltda., 1983 (pp. 30-33).

do governo de Luís XIV, idealizador do aumento considerável de emissão da moeda, como estratégia para salvar a economia da bancarrota.²⁵

Não parece um xeque-mate às especulações? Não parece que se quer manter a ordem numa tempestade monetária da velha sociedade de Luís XV? Entretanto não há aqui a Rua Quincampoix²⁶ com suas ambições desvairadas de enriquecimento; há uma praça normal, esse vigoroso nervo econômico do corpo social (Assis, 1957, p. 105).

No Brasil, essa prática ficou conhecida como encilhamento, e Machado de Assis seria um de seus críticos. Em 1859, no entanto, ele se punha ao lado dos liberais, que defendiam a livre emissão por parte dos bancos. Por conta disso, as críticas não se restringiam ao ministro e também o parlamento seria alvo dos ataques do comentarista: “Apesar de todas as incoerências, esse projeto há de passar; o governo tem uma maioria cheia de medos, que há de votar por ele, e sufocar as liberdades constitucionais”. Para o jovem liberal exaltado, Torres Homem agia contra as liberdades, contra a livre circulação de mercadorias:

O Senhor ministro da Fazenda pretende de certo apresentar meia dúzia de artigos à sua obra-prima financeira, à sua odisseia econômica. Para um espírito sensato não passa isso de um grosseiro golpe sobre o crédito. E uma pretensão vaidosa do ministro que pretende aniquilar uma liberdade garantida pela lei e pela necessidade pública (Assis, 1957, p. 105).

Certamente, não fora por conta daquele artigo, mas Torres Homem não resistiu por muito tempo na pasta. Em agosto de 1859, caíram ele e o ministério de Abaeté. *O Paraíba* também logo sucumbiria, em novembro do mesmo ano. Machadinho encontraria outros pousos para seus escritos, passando a integrar, desde o primeiro número, o grupo de *O Espelho*, revista semanal de literatura, modas e artes que começou a circular em 4 de setembro daquele ano. A partir de então, ele não seria mais um jovem promissor com colaborações esporádicas para as folhas impressas. Com as iniciais “M – as”, ele assinaria uma coluna semanal sobre a “agitada” vida teatral da corte.

Abrindo a primeira coluna, do dia 11 de setembro, ele dizia aos leitores que havia lido em algum lugar que a vida é “uma ponte lançada entre duas margens de um rio; de um lado e do outro, a eternidade” (Assis, 2009a, p. 65). Machadinho tinha, então,

²⁵ No Brasil do século XIX e nos primeiros anos do século seguinte, tal prática ficou conhecida como encilhamento.

²⁶ À época, era mais conhecida por nela existirem estabelecimentos de compra e venda de ações, penhor, crédito e câmbio de moedas estrangeiras.

20 anos completos. Da mesma forma, no capítulo XI de *Memórias póstumas de Brás Cubas*, o consagrado Machado de Assis, lembrando-se de um poeta, diria que “o menino é pai do homem”, para depois completar: “Se isto é verdade, vejamos alguns lineamentos do menino” (*OC*, i, 638). Pois bem, até aqui procurei delinear algumas passagens da atividade intelectual de Machadinho. Nas páginas seguintes e que tratam da atividade profissional do jornalista Machado de Assis, tentarei estabelecer as pontes que teriam unido um lado e outro de sua obra, mais precisamente as crônicas anteriores à publicação de *Memórias póstumas de Brás Cubas*.

Capítulo II

Machado de Assis e organização da cultura

Quando a ideia que me acode ao bico da pena é já velhusca, atiro-lhe aos ombros um capote axiomático, porque não há nada como uma sentença para mudar a cara aos conceitos.

Machado de Assis. “A Semana”, 21/08/1892

2.1 A página, o palco e a política

Embora seja desnecessário, lembro que o título deste capítulo é uma referência à coletânea de textos de Antonio Gramsci, com organização de Carlos Nelson Coutinho. Retorno àqueles escritos do cárcere e a algumas ideias neles contidas em torno das relações dos intelectuais com os instrumentos de produção e circulação da cultura. Não se trata, aqui, de atirar um capote axiomático sobre Gramsci, mas de pensar, a partir de suas ideias, o ambiente intelectual brasileiro e a inserção de Machado de Assis no debate público em torno das questões que inquietavam os homens de letras de seu tempo.

Como já observado no capítulo anterior, o movimento político em torno da Independência de 1822 impulsionou o debate público, promovendo, no centro da cena política, o homem de letras, que ainda que carecesse de formação mais especializada, pois seria um misto de jornalista e literato, de escritor e orador, de sacerdote, professor e político. Nesse sentido, aqueles homens poderiam ser identificados com um tipo específico de intelectual empenhado na transformação da sociedade. Segundo essa acepção, eles se diferenciariam do especialista a serviço do aparato técnico burocrático, embora também pudessem exercer essa tarefa. Também não se confundiriam com o erudito encapsulado e distante das questões mundanas, embora também pudessem estar interessados em valores que julgavam universais.

Ainda de acordo com as categorias definidas por Gramsci, aqueles homens poderiam ser considerados intelectuais tradicionais. Isso, no entanto, não seria suficiente para dar conta daquele ambiente cultural em formação. Não há dúvida de que aqueles homens, a despeito de suas origens sociais, mantinham estreita ligação com uma estrutura econômica que a independência política estava longe de sequer pretender extinguir. O latifúndio, o trabalho servil e a monocultura exportadora perdurariam ainda por muitos anos, sofrendo apenas adaptações conjunturais. Nesse sentido, aqueles

homens seriam todos representantes de uma continuidade histórica que não seria interrompida.

Por outro lado, ainda que as disputas retóricas fossem muito mais um debate entre pares do que uma voz que propõe diálogo com o público, aqueles homens estavam envolvidos num debate em torno de questões que afetavam toda a sociedade, alguns grupos mais do que outros. Assim, divididos em torno de pontos de vista distintos e em torno de questões que até poderiam ser consideradas um tanto alheias às imediatas preocupações do grosso da população, sobretudo entre os indivíduos mais empobrecidos, aqueles jornalistas e literatos, escritores e oradores, apesar das censuras e sanções que pudessem sofrer, tentavam influir nos destinos do país e, para isso, apostavam no jornal como instrumento mais eficaz. Nesse sentido, tornavam-se todos jornalistas e, ainda que diante de todas as limitações de uma sociedade precariamente organizada, poderiam ser considerados intelectuais públicos e estariam próximos de um tipo de intelectual que, definido por Gramsci como moderno, teria a tarefa de “imiscuir-se ativamente na vida prática, como construtor, organizador, persuasor permanente” (Gramsci, 1982, p. 8).²⁷

Não pretendo, com isso, afirmar que o processo de independência marca o aparecimento do intelectual moderno no Brasil. O que me move é compreender melhor em que medida Machado de Assis se inseriu naquela tradição fundada no movimento de independência política e que marcou uma parcela considerável dos homens de letras, contemporâneos seus. Pretendo ainda observar de que maneira o jovem Machado de Assis percebeu e procurou de diferenciar do profissional que se tornou mais recorrente a partir da segunda metade do século.

Trata-se de um tipo de jornalista herdeiro da industrialização da escrita, quando os jornais passaram a ser entendidos também como fonte de lucro e, ao lado de seu poder de influência, o que importava era o aumento do número de leitores ou, mais especificamente, de um público que, além de saber ler, tinha recursos suficientes para pagar por aquilo que lia. Nesse processo, na segunda metade do século, as páginas dos jornais não mais seriam simplesmente doutrinárias, ou portadoras de uma opinião que se pretendia tornar pública, ainda que se pudesse entender público como um setor reduzido da população formado por proprietários próximos das esferas de poder.

²⁷ GRAMSCI, Antonio. *Os intelectuais e a organização da cultura*. Tradução de Carlos Nelson Coutinho. 4. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1982.

A partir de então, paulatinamente, a atividade impressora tornou-se um negócio e, no mesmo ritmo, a ideia de público passou a incorporar setores médios da população, pequenos comerciantes, trabalhadores assalariados e funcionários de baixa hierarquia da burocracia estatal, ou seja, aqueles com rendimentos suficientes para comprar jornais. No mesmo ritmo que crescia essa parcela de leitores, ganhava espaço nas páginas impressas uma escrita destinada ao entretenimento, sobretudo os folhetins novelescos. É nesse contexto que um tipo de profissional de imprensa seria duramente atacado por um jovem que apenas iniciava sua carreira nos jornais do Rio de Janeiro:

Os traços fisiológicos do parasita são especiais e característicos. Não podendo imitar os grandes homens pelo talento, copiam na postura e nas maneiras o que acham pelas gravuras e fotografias. Assumem um certo ar pedantesco, tomam um timbre dogmático nas palavras (Assis, 2009a, p. 47).²⁸

O jovem jornalista chamava-se Joaquim Maria Machado de Assis e há pouco estreara nas páginas de *O Espelho*. Em seu entendimento, apesar de se pretenderem literatos, filósofos e artistas, esse tipo de jornalista seria, tão somente, *parasitas literários*, pois, ainda que se imiscuisse no jornal, no livro, no teatro, na Igreja e na política, em nada contribuía para o aprimoramento do debate público: “Podiam ser homens de bem, fazer alguma coisa para a sociedade, honrar a massa nacional, contendo-se na sua esfera própria; mas nada, saem uma noite da sua nulidade e vão por aí matando a ferro frio” (Idem, p. 48).

Não resta dúvida, no entanto, que, considerando apenas sua atividade profissional, o parasita literário seria um intelectual. Trata-se aqui, porém, de pensar a atividade intelectual como uma atividade inserida no meio social, uma atividade promovida por indivíduos e grupos interessados em refletir sobre as questões de interesse da sociedade. É nesse sentido que o escritor, o literato, não se confunde com o escriba, nem o artista com o animador de sua audiência, tempouco o intelectual com o especialista solícito. De alguma forma, embora não plenamente, é essa confusão de papéis que Machado de Assis criticava no “parasita literário” e, ao fazê-lo, estimula-me a indagar de que forma o homem de letras, o jornalista, o artista, o literato Machado de Assis se via ou pretendia atuar na sociedade brasileira de seu tempo.

²⁸ MACHADO DE ASSIS. *O Espelho*. Organização, introdução e notas de João Roberto Faria. Campinas/SP: Editora Unicamp, 2009.

Para Gramsci, o problema da criação de uma nova camada intelectual consiste em elaborar de forma crítica a atividade intelectual (Gramsci, 1982, p. 8). Entendo que isso implica que um dos primeiros compromissos do intelectual é refletir sobre sua atuação, sobre seu próprio fazer profissional, sobre sua incursão no mundo social. Pois bem, naquele momento Machado de Assis não fazia outra coisa senão refletir sobre a atuação do jornalista na sociedade brasileira de seu tempo. Desse modo, o propósito deste capítulo é refletir sobre a representação de intelectual que Machado de Assis pôde forjar para si, fosse como realidade ou pretensão, e de que maneira percebeu a vida intelectual de seu tempo.

Para tanto, observarei, primeiro, seus artigos escritos entre os anos de 1859 e 1861, mais detidamente aqueles que foram publicados em *O Espelho* e que abordavam, em sua maioria, temas relativos à atividade teatral e jornalística. Em seguida, abordarei sua crônica política, que veio a público nas páginas do *Diário do Rio de Janeiro*, entre os anos de 1861 e 1862, onde, também, fez a crítica da vida cultural da capital do país.

O Espelho foi uma publicação dirigida por Francisco Eleutério de Souza e que circulou do dia 4 de setembro de 1859 a 8 de janeiro do ano seguinte, num total de 19 números. Na edição de estreia, a assinatura de Machado de Assis aparecia ao pé dos versos “A estrela da tarde”:

A estrela da tarde sorri desmaiada
 No azul embalada de um fogo vital:
 Que luz vaporosa nos belos palores!
 Que facho de amores! que flor de cristal!
 [...]
 Estrela! – é a hora do gozo – desperta!
 Uma alma deserta palpita de amar,
 Vem, loura do ocaso, falar-me em segredo,
 Não fujas, é cedo; não caias no mar. (*OC*, iii, 746-747)

No total, foram oito poesias, um conjunto de quatro ensaios reunidos sob o título geral de “Aquarelas”, nos dias 11 e 18 de setembro e 9, 16 e 30 de outubro de 1859, dentre os quais se inclui o já citado “parasita literário”. Mais especificamente sobre a atividade impressora, aparece o artigo “A reforma pelo jornal”, publicado no dia 30 do mesmo mês e, comentando a vida dos palcos da cidade, 18 crônicas de crítica e mais três artigos intitulados “Ideias sobre teatro”. Além destes, houve quatro textos de autoria

duvidosa²⁹ e, ainda, alguns outros textos não assinados, mas que bem poderiam ter sido escritos por ele ou, pelo menos, contado com sua participação.

Embora ainda fosse um iniciante, Machado de Assis era figura destacada do jornal, como prova o editorial que abria a edição de 27 de novembro de 1859, quando *O Espelho* completava um trimestre de existência: “Os nossos leitores conhecem sem dúvida uma das bonitas penas que desta Redação faz parte, o Sr. Machado de Assis [...]” (*O Espelho*, pp. 159-160).³⁰ Diante desse prestígio e de tamanha produção que, certamente, mantinha-o ocupado e obrigado a escrever com regularidade, é possível supor que Machado de Assis recebesse alguma remuneração por seu trabalho. Seria, portanto, um profissional, e não mais um colaborador entusiasmado.

É até possível que Machado de Assis tenha participado das discussões em torno do projeto da publicação: sua linha editorial, público, matérias e, ainda, as dificuldades de pôr em prática um projeto desse tipo. Confirmem-se ou não tais suspeitas, o texto denominado “Prospecto”, que abre o primeiro número de *O Espelho*, uma espécie de programa que anuncia os propósitos da publicação, contém algumas das ideias que o jovem Machado de Assis vinha imprimindo em seus escritos. É bem verdade que aquelas ideias faziam parte do acervo de um grupo, sobretudo aquele ligado ao Partido Liberal:

Não foi sem havermos profundamente refletido que nos resolvemos a publicar *O Espelho*. Pesamos todos os prós e contras; lembramo-nos da sorte que tem tido todos os nossos irmãos desta grande seita fundada por Gutenberg, medimos os obstáculos que naturalmente virão antepor-se ao nosso caminhar, medimo-lo todos, e aprestando as nossas forças preparamo-nos para afrontá-los um a um. Pelo bom ou mau êxito de nossa empresa só o futuro responderá. É nele confiado que nos decidimos a combater até a última, no centro desta imensa arena dominada pelo indiferentismo (*O Espelho*, p. 12).

De fato, aquela era uma resolução que exigia boa dose de ousadia. Afinal, no Brasil, durante todo o século XIX e parte do seguinte, grande parte das publicações tinha existência efêmera. Maiores dificuldades, ainda, haveria para se manterem aquelas dedicadas à literatura. Nesse sentido, não seria difícil prever um fim breve para

²⁹ “Os imortais”, com a assinatura M. A., foi incluído por J. Galante de Sousa em sua *Bibliografia de Machado de Assis* (Rio de Janeiro: MEC/INL, 1955). Jean Michel Massa (1971) (anteriormente citado) lembra que o texto poderia ser de Moreira de Azevedo, também do grupo de *O Espelho*. “Folhas Velhas – o mosteiro de São Bento” e “As gralhas sociais” são considerados de autoria de Machado de Assis por Raimundo Magalhães Júnior (1981) (também já citado), por conta da assinatura “Gil”, que foi depois utilizada por Machado de Assis no *Diário do Rio de Janeiro*, em 1861, e na série *Semana Ilustrada*.

³⁰ *O Espelho* (1859-1860), edição fac-similar. Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional, 2008.

publicações do gênero. *A Marmota*, de Paula Brito, foi uma exceção, sobrevivendo a duras penas. As justificativas se repetiam: o grande número de iletrados, a fragilidade do mercado, a concorrência das publicações estrangeiras, o alto custo de impressão e do papel.

A indiferença do público, o *indiferentismo*, por sua vez, traduziria todas as mazelas a que estavam expostos os homens de espírito. Contra isso, no entanto, a equipe de *O Espelho* teria uma receita: “Torná-la (a revista) variada, mas de uma variedade que deleite e instrua, que moralize e sirva de recreio, quer nos salões do rico, como no tugúrio do pobre” (Idem).

Sua sobrevivência, ao menos no anúncio de seu primeiro editorial, dependeria “da aceitação que lhe derem os leitores”, porém é bastante provável que também dependesse de anunciantes, tanto que era comum que o anúncio de uma loja ou de algum produto aparecesse entremeado no texto, na maioria das vezes na coluna destinada ao público feminino, intitulada “Crônica Elegante”. Além disso, bajulação seria o meio encontrado para conquistar não apenas a simpatia e a generosidade, mas, sobretudo, as subvenções imperiais. Talvez, por isso, apesar de seu proprietário ser membro da oposição Liberal,³¹ *O Espelho* se esquivasse de temas relacionados à vida política do país. Assim, na primeira página da edição do dia 6 de novembro, aparecia um “esboço biográfico” de Pedro II. O redator tratava logo de esclarecer que não faria uma “análise completa”, uma vez que “tal tarefa pertencerá mais tarde ao historiador”. Esclarece, ainda, que não abordaria o “assunto político” e justificava: “As conveniências impõem-nos esta falta, ou antes, o cálculo impõe-nos este silêncio” (*O Espelho*, p. 12).

De certa forma, esta seria a mesma receita de *A Marmota*, que, além de ganhar um concorrente, emprestou muitos dos redatores que nela militavam, dentre os quais Machado de Assis, Casimiro de Abreu, Moreira de Azevedo, José Joaquim de Macedo Junior e o próprio Eleutério de Souza, que, quando estudante, publicou vários de seus poemas no jornal de Paula Brito. *O Espelho* também estava aberto às colaborações eventuais, conforme anunciava o mesmo prospecto: “Ao talento e à inteligência não fechamos as colunas, pelo contrário, lisonjear-nos-emos se de qualquer forma podermos animar a esta brilhante mocidade, que com os seus vôos de águia procura abraçar o futuro” (*O Espelho*, p. 12).

³¹ Francisco Eleutério de Souza foi deputado da Assembleia Legislativa Provincial de Santa Catarina, por várias legislaturas, entre 1854 e 1869.

Havia, no entanto, diferenças entre *O Espelho* e *A Marmota*. A mais significativa seria o esforço de conquistar o público feminino. Embora tenha iniciado, naquele mesmo ano de 1859, a publicação de uma seleção de romances intitulada “Biblioteca das Senhoras”, Paula Brito não reservava, em seu jornal, uma seção dedicada às leitoras. Diferente disso, *O Espelho* trazia matérias sobre moda – “os mais modernos figurinos que de Paris mandaremos vir e bem assim retratos e gravuras” e, conforme fazia questão de destacar, havia espaço para outras matérias de interesse do “belo sexo”. Exemplo disso foi a coluna “Notícias à mão (crônica industrial e artística)” do dia 18/09/1859, que fornecia a receita de “um líquido muito odorífico (...) para que aquelas leitoras que o quiserem possam por suas mãos prepará-la” (Idem, p. 48).

Também em seus aspectos materiais, a nova publicação se diferenciava do jornal de Paula Brito. Inicialmente em duas colunas, e depois três, a partir de 1852 *A Marmota* circulava no formato 32 x 23, aparecendo, por vezes, com algumas alterações. As seções não possuíam um título específico, à exceção da primeira coluna – em que se anunciavam, por exemplo, alguma alteração editorial ou o aparecimento de um novo livro – e da coluna dedicada aos folhetins. As 12 páginas de *O Espelho*, por sua vez, possuíam duas colunas, sempre encabeçadas por um título, trazendo matérias sobre moda, artes, literatura. Dentre elas, havia a já citada seção intitulada “Revista de Teatro”, sob a responsabilidade de Machado de Assis, e artigos avulsos sobre temas diversos.

Diferenças ou rivalidades entre as duas publicações não impediram que os quatro primeiros números de *O Espelho* fossem impressos na gráfica de Paula Brito, que também enviava algumas contribuições para publicação. Apesar disso, no referido prospecto de sua primeira edição, os redatores deixaram escapar uma injustiça com *A Marmota*, esquecendo-se de seus já contados dez anos de circulação:

Jornais literários pode-se dizer que não os há nesta vasta capital; será esse um duplo merecimento que teremos. Pugnamos pelo progresso, ao mesmo tempo em que tentamos satisfazer a nossa missão. *O Espelho* será pois o pequeno reverbero de uma parte desses raios com que a inteligência procura iluminar o mundo (Idem, p. 12).

Injustiças à parte, a sobrevivência das publicações dedicadas à difusão da cultura literária e científica era tarefa não muito fácil. Desde os pioneiros – a revista *As Variedades ou Ensaios de Literatura*, nascida na Bahia em 1812, e *O Patriota*, jornal literário-político, mercantil etc., que circulou no Rio de Janeiro e resistiu por 18

números entre os anos 1813 e 1814 –, houve diversas tentativas editoriais que, mesmo com algumas nuances, tinham esse objetivo, ou seja, difundir o “conhecimento útil” e a arte como forma de promover o “desenvolvimento e progresso da nação”. O projeto de fazer da difusão do conhecimento um instrumento do desenvolvimento e do progresso do país também já estava presente no *Correio Brasiliense* (1808-1822).

Também a revista *Niterói*, de 1836, embora tenha exercido alguma influência nos meios intelectuais da época, teve vida curta. Editada em Paris, por Domingos José Gonçalves de Magalhães, Francisco de Sales Torres Homem e Manuel de Araújo Porto Alegre, a revista *Niterói* tinha como lema “tudo pelo Brasil e para o Brasil”, sugerindo os mesmos propósitos que também podiam ser percebidos no texto “Ao leitor”, de seu primeiro número:

A economia política, tão necessária ao bem material, ao progresso e à riqueza das nações, ocupará importante lugar na *Revista Brasiliense*. As ciências, a Literatura nacional e as Artes que vivificam a inteligência, animam a indústria, e enchem de glória e de orgulho os povos que as cultivam, não serão de nenhum modo negligenciadas. E desta arte, desenvolvendo-se o amor e a simpatia geral para tudo que é *justo, santo, belo e útil*, veremos a pátria marchar na estrada luminosa da civilização, e tocar ao ponto de grandeza, que a Providencia lhe destina.³²

Com algumas variantes, esse teria sido um programa comum a muitas das publicações do gênero, o que, em certa medida, contribuía para reforçar a ideia de que a escrita impressa, sobretudo a imprensa periódica, seria a *verdadeira forma da república do pensamento* ou *pequeno reverbero [...] com que a inteligência procura iluminar o mundo*. Por outro lado, essa convicção contrastava com a fragilidade dos mecanismos de circulação daquela mesma escrita impressa, que, de forma recorrente, seria traduzida como *indiferentismo* do público. Machado de Assis estava atento a essas questões e voltaria a se manifestar a respeito num artigo que, de alguma forma, dava prosseguimento ao artigo “O jornal e o livro”, que escrevera antes no *Correio Mercantil* e que foi aqui comentado no capítulo anterior.

Naquela ocasião, Machado apontava para a relação entre dois produtos da escrita impressa, o jornal e o livro. Ele não chegava a profetizar o fim do livro, mas admitia que, em relação ao jornal, o livro possuía certas limitações, sobretudo uma morosidade que fazia esfriar o debate de ideias. Isso porque o livro seria produto do indivíduo, *seu*

³² *Niterói – Revista brasiliense de ciências, artes e letras*. Tomo I, 1936. A versão eletrônica dos dois números da *Niterói* pode ser encontrada também em: <http://www.brasiliana.usp.br/> Em 10/02/2011.

monólogo, enquanto o jornal, a *literatura cotidiana*, seria uma produção coletiva e, além disso, em razão de sua maior agilidade, mantinha animado o debate, e a *discussão toma fogo pela presteza e reprodução diária desta locomoção intelectual*.

Em a “Reforma pelo Jornal”,³³ as questões apresentadas seriam outras. A ideia central de seu artigo é anunciada logo na primeira linha: “Houve uma coisa que fez tremer as aristocracias, mais do que os movimentos populares; foi o jornal” (Assis, 2009a, p. 59). Dessa vez, a argumentação não recorre tanto ao tom místico das ideias de Pelletan, embora permaneçam certas imagens bíblicas. Também sua euforia não era tanta e suas análises pareciam mais lúcidas. Retomando a questão das vantagens do jornal em comparação ao livro e sua aposta na força transformadora do debate, da discussão, ele se mostra dialético: “Desde que uma coisa é trazida à discussão, não tem legitimidade evidente, e nesse caso o choque da argumentação é uma probabilidade de queda” (Assis, 2009a, p. 60).

O jovem Machado de Assis abraçava a carreira de jornalista cada vez com mais entusiasmo. Para um jovem com pretensões ao mundo das letras e à vida intelectual, o jornalismo seria uma promessa de distinção e de sustento. Além disso, seriam claros os sinais de que ele estava cada vez mais identificado com certas ideias que uniam dois grandes universalismos: Liberalismo e Iluminismo. Ribeyrolles provavelmente fazia parte de suas influências mais próximas: “As aristocracias dissolvem-se, diz um eloquente irmão d’armas” (Assis, 2009a, p. 61). Seria ele esse irmão d’armas? Não é possível afirmar. Fica evidente, no entanto, que Machado de Assis tinha consciência de que a palavra era sua arma:

A história é a crônica da palavra. Moisés, no deserto; Demóstenes, nas guerras helênicas; Cristo, nas sinagogas da Galileia; Huss, no púlpito cristão; Mirabeau, na tribuna republicana; todas essas bocas eloquentes, todas essas cabeças salientes do passado, não são senão o *fiat* multiplicado levantado em todas as *confissões* da humanidade. A história não é um simples quadro de acontecimentos; é mais, é o verbo feito livro (Assis, 2009a, p. 60).

O jovem que havia abraçado a poesia buscava outras possibilidades de expressão na prosa jornalística: “Todas as coisas estão em germen na palavra”, axioma atribuído a “um poeta oriental”. A partir disso, conclui: “O verbo é a origem de todas as reformas”.

³³ Dei preferência ao texto contido em MACHADO DE ASSIS. *O Espelho*. Organização, introdução e notas de João Roberto Faria. Campinas/SP: Editora Unicamp, 2009.

A palavra era sua arma, e o jornal, sua tribuna, a tribuna do homem de letras interessado em influir nos destinos da nação. Isso porque:

A primeira propriedade do jornal é a reprodução amiudada, é o derramamento fácil em todos os membros do corpo social. Assim, o operário que se retira ao lar, fatigado pelo labor quotidiano, vai lá encontrar ao lado do pão do corpo, aquele pão do espírito, hóstia social da comunhão pública. A propaganda assim é fácil; a discussão do jornal reproduz-se também naquele espírito rude, com a diferença que vai lá achar o terreno preparado. A alma torturada da individualidade ínfima recebe, aceita, absorve sem labor, sem obstáculo aquelas impressões, aquela argumentação de princípios, aquela arguição de fatos. Depois uma reflexão, depois um braço que se ergue, um palácio que se invade, um sistema que cai, um princípio que se levanta, uma reforma que se coroa (Idem).

Haveria, no entanto, ameaças a essa “propriedade do jornal”, à capacidade de difusão do debate intelectual. A censura operada pelas aristocracias, pelas monarquias absolutistas, limitaria ou impediria a autonomia da imprensa:

Mas como! Cortar as asas de águia que se lança no infinito, seria uma tarefa absurda, e, desculpem a expressão, um cometimento parvo. Os pergaminhos já não são asas de Ícaro. Mudaram as cenas; o talento tem asas próprias para voar; senso bastante para aquilatar as culpas aristocráticas e as probidades cívicas (Assis, 2009a, p. 61).

Apesar de toda certeza, Machado deixa escapar uma dúvida: “Procedem estas ideias entre nós?” Ele responde que sim, mas sem muita convicção, e admite: “É verdade que o jornal aqui não está à altura da sua missão” (Assis, 2009a, p. 61).

As razões apontadas pelo autor remetem, uma vez mais, para a frágil autonomia do aspecto intelectual, quase sempre dependente da proteção de algum rico proprietário ou do Estado, nesse caso representado pela pessoa do próprio imperador. A esse respeito, ao estudar a primeira geração romântica, José Veríssimo teria observado:

O imperador começou então o seu mecenato, nem sempre esclarecido, mas sempre cordial, em favor dessa geração que lhe vinha ilustrar o reinado. D. Pedro II, que por tantos anos devia ser a única opinião pública que jamais houve no Brasil, iniciou por esse tempo a sua ação, ao cabo utilíssima, na vida intelectual da nação. Prezando-se de literato e douto, apreciou pelo seu povo incapaz de fazê-lo, e acorçoou e premiou esses seus representantes intelectuais. Se não todos, a maioria da primeira geração romântica, com muitos outros depois dela, em todo o reinado, mereceram-lhe decidido patrocínio. Revestia este não só a forma de sua amizade pessoal, que aliás nunca chegava ao valimento, porém a mais concreta e prestadia de empregos, comissões, honorarias. E, louvados sejam, não lhe foram ingratos. As principais obras em todos os gêneros dessa época são-lhe dedicadas, em termos que revêem o reconhecimento da munificência imperial. Todos eles foram fervorosos e

sinceros monarquistas, menos aliás por amor do princípio que do monarca. E se não pode malsinar-lhes ou sequer suspeitar-lhes a dedicação, sabendo-se quão escrupuloso era o imperante nos seus favores e quão parco era deles. Mas a vaidade, infalível estigma profissional, destes literatos, se não contentava desta alta estima; quisera mais, quisera o impossível, que, como nas principais nações literárias da Europa, dessem às letras aqui consideração, glória e fortuna. Foi esse, aliás, um dos rasgos do Romantismo, o exagero da vaidade nos homens de letras e artistas, revendo a intensidade do descomedido individualismo da escola. Os dessa geração, porém, ainda tiveram pudor de não aludir sequer à feição material das suas ambições, pudor que, passado o Romantismo, desapareceria de todo, principalmente depois da emigração de literatos estrangeiros, industriais das letras, e da invasão do jornalismo pela literatura ou da literatura pelo jornalismo. A desconformidade entre aqueles nossos primeiros homens de letras e o meio, essa, porém, era real, continuou e acaso tem aumentado com o tempo. E basta para, com a mofineza sentimental que, sobre ser muito nossa, era também da época, explicar o matiz de tristeza da primeira geração romântica, no tom geral do seu entusiasmo político literário. Aumentando na segunda geração romântica, nunca mais desapareceria esse matiz das nossas letras, sob este aspecto expressão exata do nosso humor nacional (Veríssimo, 1963, p. 139).³⁴

Para o jovem Machado de Assis, a missão do jornal demandava ainda maior autonomia do escritor, do intelectual, uma vez que sua atuação dependeria, muitas vezes, dos agradecimentos de uma autoridade do governo, de um endinheirado ou, nas palavras do jovem Machado de Assis, da “exigência até a letra maiúscula de um título de fidalgo” e acrescentava: “Cortesia fina, em abono da verdade!” (Assis, 2009a, p. 61).

O jovem escritor vislumbrava no jornal uma tribuna capaz de operar reformas políticas, econômicas e, sobretudo, culturais, num país ainda visto como algo em formação. Essa possibilidade, no entanto, esbarraria em certos obstáculos que, naquele momento, iam além do mero desinteresse do público, “pesa-lhe ainda o último elo”. Haveria razões estruturais herdadas de um passado colonial ainda recente. Um país que, mesmo na capital, possuía poucas livrarias e no qual os jornais, inclusive os de maior tiragem, não se mantinham apenas através das assinaturas e da venda de exemplares aos leitores, dependendo, por isso, de subvenções de governo, de políticos e da boa vontade do imperador ou *letra maiúscula de um título de fidalgo*.

Apesar dessas fragilidades, havia razões para as apostas do jovem Machado de Assis. Afinal, era através dos jornais que o escritor obtinha alguma possibilidade de se organizar como um setor da sociedade. Além disso, Nelson Werneck Sodré aponta:

A influência exercida pela imprensa foi de caráter diverso, sem dúvida, e mais ampla, no tempo e no espaço. Foi, em primeiro lugar, uma influência técnica,

³⁴ VERÍSSIMO, José. *História da literatura brasileira*. Brasília: Ed. UnB, 1963.

material: a imprensa possibilitou o livro em seu estágio nacional primário. Foram as oficinas de jornais, no seu rudimentarismo técnico, que se fizeram, impressoras de livros, e até distribuidoras, dentro de certos limites, numa acumulação de funções que denuncia uma etapa inicial. Nas oficinas do *Correio Mercantil*, do *Diário do Rio de Janeiro*, da *Marmota*, é que foram feitos os livros dos nossos escritores, quase sempre depois de ter o jornal publicado os mesmos em folhetins (Sodré, 1982, p. 321).

A despeito das precariedades na infraestrutura de um país que só pouco tempo antes alcançara autonomia política, o desenvolvimento da imprensa modificaria as práticas e os protocolos de leitura e iria, ainda, multiplicar o número de leitores, tornando-se “pedra fundamental” para constituição de uma literatura nacional (Lajolo & Zilberman, 2002, p. 107), da qual o próprio Machado de Assis se tornaria um dos principais protagonistas.

Ao lado disso, o desenvolvimento da atividade impressora, incorporando práticas comerciais e estrutura organizacional de moldes capitalistas, impulsionava transformações que se operavam nas relações do escritor com sua atividade, que lhe garante um salário, e com o público que, afinal, é sempre aquele que compra e paga pelo produto de seu trabalho. O escritor ficaria dividido entre compromissos muitas vezes conflitantes. De um lado, o talento que acredita ter e no qual aposta como forma de interferir na realidade. De outro, a empresa jornalística e sua lógica, dependente de lucros e das estruturas governamentais e empresariais (anunciantes, investidores, capitalistas) e, disputado por ambos, o gosto do público, com suas preferências, caprichos, expectativas, carências e potencialidades.

Mesmo que não estivesse totalmente ciente dessas contradições, na série “Aquarelas” Machado sugere alguns inconvenientes que, em alguma medida, poderiam inibir o pleno desenvolvimento da atividade impressora e, por conseguinte, minar a missão do jornal e do jornalista. As “Aquarelas” eram compostas de quatro ensaios, publicados entre os dias 11 de setembro a 30 de outubro de 1859. Nessa série, ou “esboço literário”, conforme definição do próprio Machado, prevalece um tom jocoso sem, contudo, eliminar de vez certo ar doutrinário e opinativo, porém com menor dose de veemência. O primeiro desses “esboços literários” é intitulado “Faqueiros Literários” e tem como alvo o “prosador novato”, que se coloca a serviço da bajulação. Mais que isso, seus ataques se dirigem à depreciação da literatura a uma condição de mercadoria, uma vez que o faqueiro busca por seus serviços, tão somente recompensas pecuniárias:

A fancaria literária é a pior de todas as fancarias. É obra grossa, por vezes mofada, que se acomoda a as ondulações das espáduas do paciente freguês. Há de tudo nessa loja manufatora do talento – apesar da raridade da tela fina; e as vaidades sociais mais exigentes podem vazar-se, segundo as suas aspirações, em uma ode ou discurso parvamente retumbantes (Assis, 2009a, p. 35).

Certamente, havia exemplos bem próximos. A prudência, no entanto, fez o cronista preferir citar o poeta português José Daniel Rodrigues da Costa (1757-1832), que foi bastante popular em Lisboa e gozava da proteção de poderosos. Por volta de 1819, começara a publicar *Almocreve de petas ou Moral disfarçada, para correção das miudezas da vida*,³⁵ obra em folheto que saía com alguma regularidade, contando em versos casos que ocorriam na cidade. Machado se refere principalmente à capacidade de esse poeta, que tão bem soube amoldar-se às circunstâncias políticas, escrevendo tanto a favor de D. Dona Maria II como de D. Miguel, que disputavam o trono português.

Para Machado de Assis, os tempos eram outros, e os métodos até podiam ser outros: “Exploram-se as folhinhas e os pregões matrimoniais e as odes chovem de louvor deste natalício ou daqueles desposórios” (Assis, 2009a, p. 36). O fanqueiro, no entanto, seria aquele que empreende estratégias de distribuição, divulgação e comercialização de sua criação com a única expectativa de lucro, ainda que, para isso, tenha de abrir mão de suas ideias, seus princípios e valores éticos e estéticos: “O entusiasmo da ode mede-o pelas possibilidades econômicas do elogiado. Os banqueiros são então os arquétipos da virtude sobre a terra; tese difícil de provar” (Idem).

Nesse sentido, o grande inconveniente desse escritor *pena de aluguel* – negociante e bajulador – é que, ao se rebaixar à condição de mero produtor de mercadorias produzidas ao gosto do freguês, ele rebaixaria a própria literatura e, por conseguinte, o escritor e sua condição de mediador, de intelectual público:

Até aqui as massas tinham o talento como uma faculdade caprichosa, operando ao impulso da inspiração santa, sobretudo em todo o seu poder moral.
Mas cá as espera o fanqueiro. Nada! O talento é uma simples máquina em que não falta o menor parafuso, e que se move ao impulso de uma válvula onipotente.
É de desesperar de todas as ilusões! (Assis, 2009a, p. 37)

É possível, portanto, que o autor daquelas “Aquarelas” percebesse que, ao escritor, impunham-se outros obstáculos, e não apenas o indiferentismo do público:

³⁵ Cópias digitais da obra desse autor podem ser obtidas na página da Biblioteca Nacional de Portugal (em 12/03/2011): <http://purl.pt/index/geral/aut/PT/92078.html>.

“Tudo isso é causado pela falta sensível de uma inquisição literária”! (idem). Hoje, isso soa bastante absurdo, mas é possível que, diferente de fogueiras, Machado de Assis se referisse à necessidade de alguma instituição que pudesse distinguir o homem de letras do fanqueiro, o artista do mercador, o talento do embuste. Lembro que, no ano anterior, em “O passado, o presente e o futuro da literatura”, ele já havia defendido a regulamentação da atividade teatral e a cobrança de uma taxa sobre as representações de obras estrangeiras para financiar as produções nacionais: “um golpe de Estado literário”.

O que pensavam a esse respeito seus *amigos d’armas* da trincheira liberal? Difícil precisar.³⁶ Certo é que suas reflexões sobre o teatro não pararam aí, tempouco a ideia de constituir no Brasil o campo intelectual e literário, com suas próprias regras e meios de consagração. Atuando na imprensa, como crítico teatral, articulista ou cronista do cotidiano, Machado de Assis teria sido um militante da causa da autonomia da arte e da instituição de instâncias capazes de estabelecer regras de legitimação e de consagração do artista. Nesse sentido, o jovem Machado de Assis estaria sintonizado com as agitações que na Europa punham em trincheiras opostas personagens da vida literária – artistas, editores, donos de empresas jornalísticas e de outras atividades ligadas às artes, políticos, promotores dos salões.

No Brasil, havia, no entanto, uma especificidade significativa no processo de afirmação da arte e do artista. Por um lado, permanecia o pressuposto de se entender a arte como “algo especial”, e seus artífices como indivíduos dotados de talentos especiais. Por outro, tanto arte como artista, assim como qualquer produção intelectual, teriam de ser necessariamente interessados e vinculados ao mundo social, em especial, naquele momento, à questão da nacionalidade, da formação de um sentido de Brasil. Mais que sua própria autonomia, arte e artistas estavam preocupados com a autonomia da nação brasileira.

Isso não impedia, no entanto, que, ao lado dessas preocupações, até mesmo para que pudessem cumprir sua *missão histórica*, sobressaíssem questões relacionadas à própria sobrevivência do escritor, do artista, do intelectual. Havia a constatação da precariedade de um ambiente cultural que reunia empresários interessados apenas no lucro. Havia a apregoada escassez de público. Sob essa dupla ameaça, somada à

³⁶ A questão do financiamento público da atividade teatral não seria unanimidade entre os liberais. Em dezembro de 1861, Machado polemizaria a esse respeito com Macedo Soares, destacada figura do Partido Liberal, conforme será visto mais adiante.

negação da arte como mercadoria e mero artigo de entretenimento, não haveria qualquer garantia de que o escritor sobreviveria de sua pena. No entendimento do jovem Machado de Assis, seria fundamental que o poder público atuasse a favor da verdadeira arte e do verdadeiro artista.

Num artigo publicado em *A Marmota* nos dias 13 e 16 de março de 1860 e que pode ser considerado o terceiro artigo da série “Ideias sobre o teatro”, Machado exporia, de maneira mais clara, sua concepção do que seria “um golpe de Estado literário” ou “uma inquisição literária”. Antes, cabe esclarecer que essa série de artigos teve início em 25 de setembro, portanto uma semana após a “Aquarela” sobre os fanqueiros literários, e se estendeu até março de 1860, no jornal de Paula Brito, uma vez que *O Espelho* havia deixado de circular em janeiro daquele ano. Pois bem, nesse artigo, intitulado “Conservatório Dramático”, Machado de Assis voltaria à defesa da regulamentação da atividade teatral, dando aos membros do Conservatório Dramático a função de também examinar a qualidade dos textos a serem encenados.

Criado no Rio de Janeiro, em 1843, a partir de uma Comissão de Censura Teatral formada em 1839 para fiscalizar os trabalhos do teatro São Pedro, que era subvencionado pelo governo, o Conservatório Dramático Brasileiro integrava “um amplo conjunto de iniciativas governamentais destinadas a ‘forjar’ uma nação mediante a mobilização de recursos culturais” (Souza, 2002, p. 144).³⁷ Nesse sentido, ao lado dos cursos superiores criados a partir de 1808, do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e da Academia Imperial de Belas-Artes, o Conservatório fazia parte de um conjunto de instituições de caráter artístico e científico encarregadas de legitimar um discurso.

O Conservatório tinha por objetivo “promover os estudos dramáticos e o melhoramento da cena brasileira”, e seu primeiro estatuto previa a possibilidade de censurar as peças “que subirem à representação nos teatros públicos da Corte”. Com o tempo, a pretensão de colaborar para o desenvolvimento do teatro e da literatura dramática nacional desapareceu, restando apenas o censor (Souza, 2002, p. 145). Machado não seria de todo contrário a esses limites impostos ao artista, mas julgava que não deveria ser essa a tarefa exclusiva do Conservatório Dramático. Para ele, além de zelar pela “correção das feições menos decentes das concepções dramáticas”, seria necessário avaliar “o mérito literário” dos textos a serem levados ao palco, argumentando:

³⁷ SOUZA, S. C. M. de. *As noites do ginásio: teatro e tensões culturais na Corte (1832-1868)*. Campinas: Editora da Unicamp/Cecult, 2002.

Com esses alvos um conservatório dramático é mais que útil, é necessário. A crítica oficial, tribunal sem apelação, garantido pelo governo, sustentado pela opinião pública, é a mais fecunda das críticas, quando pautada pela razão, e despida das estratégias surdas (Assis, 2009a, p. 179).

No Brasil da segunda metade do século, sobretudo no Rio de Janeiro, ao lado do crescimento da atividade impressora e da vida social – salões públicos e particulares –, as apresentações teatrais também se intensificavam. Para o jovem Machado de Assis, no entanto, em suas “Ideias sobre o Teatro I”, bastaria “um exame ligeiro sobre nossa situação artística para reconhecer que estamos na infância da moral; e que ainda tateamos para dar com a porta da adolescência, que parece escondida nas trevas do futuro”. O mesmo ocorreria com o público, pois uma “plateia avançada com um tablado balbuciante e errado é um anacronismo, uma impossibilidade”. Seriam necessárias, portanto, ações educativas que demonstrassem “aos iniciados as verdades e as concepções da arte” e, do mesmo modo, conduzissem “os espíritos flutuantes e contraídos da plateia à esfera dessas concepções e dessas verdades” (Assis, 2009a, p. 82).

Com essas proposições, Machado de Assis se inseriria num debate com inúmeras tomadas de posições contraditórias dentre aqueles que se dizem escritores, artistas ou intelectuais. Um debate que, em grande medida, sobrevive aos dias de hoje e que diz respeito aos limites da criação artística e também aos limites da intervenção dos agentes externos, governos, crítica, público. Um debate que ocorre num lugar descrito por Pierre Bourdieu, em *As regras da arte*, como um

universo aparentemente anárquico e de bom grado libertário [...] é o lugar de uma espécie de balé bem ordenado no qual os indivíduos e os grupos desenham suas figuras, sempre se opondo uns aos outros, ora se defrontando, ora caminhando no mesmo passo, depois dando-se as costas, em separação muitas vezes retumbantes, e assim por diante, até hoje... (Bourdieu, 1996, p. 133).³⁸

No Brasil do século XIX, esse debate tinha assento privilegiado nas folhas dos jornais, que se constituíam como verdadeiro lugar de luta pelo poder de estabelecer quem pode se designar, ou até mesmo, quem tem autoridade para dizer quem é escritor, artista ou intelectual. Isso não significa, de modo algum, especular que haveria um campo intelectual e artístico suficientemente autônomo para definir as próprias regras

³⁸ BOURDIEU, Pierre. *As regras da arte*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996, p. 133.

de legitimação e consagração. Ao contrário disso, sua própria inexistência é o que motivava a ideia de um *tribunal sem apelação e garantido pelo governo*. Para Machado de Assis, seria antes isso que a fancaria, que a bajulação e a dependência. Podia até parecer ingênuo, mas ele acreditava que uma “crítica oficial [...] pautada pela razão, e despida das estratégias surdas” (Assis, 2009a, p. 179) significaria a institucionalização de regras para o acesso ao patrocínio oficial e, dessa forma, o escritor, o intelectual, o artista estariam livres da proteção e dos favores dos poderosos, e passariam a depender apenas dos próprios méritos artísticos e intelectuais.

Machado não estava sozinho em suas críticas. Pesquisas realizadas por Silvia Cristina Martins de Souza apontam para o fato de que, desde pelo menos o ano de 1838, inúmeros artigos na imprensa lamentavam a ausência de uma legítima dramaturgia nacional (Souza, 2002, pp. 33-120), apesar das promessas anunciadas naquele ano, com as montagens de *Antonio José ou O Poeta da Inquisição*, de Gonçalves de Magalhães, e do *Juiz de Paz na Roça*, de Martins Pena, ambas no Teatro Constitucional Fluminense.³⁹ No ano seguinte, o ator e empresário João Caetano, em troca de subvenções estatais, se obrigaria a encenar certo número de textos de autores nacionais, além de contratar somente atores brasileiros para sua companhia.

A companhia de João Caetano passou a ocupar uma pequena sala que antes servira para apresentações amadoras. Depois de 1847, quando as subvenções se tornaram regulares, a companhia se transfere para o Teatro São Januário, ali permanecendo até 1850, quando passa a ocupar o Teatro São Pedro, onde desenvolveu suas atividades até a morte de João Caetano, em 1863. Nesse percurso, João Caetano dominou a cena carioca, sendo considerado por muitos como o *primeiro ator nacional*. Isso não impediu, no entanto, que fosse responsabilizado pelo estado de penúria do teatro nacional. Ao contrário, seu sucesso teria contribuído para que muitos acusassem o ator de se ter acomodado à fama. Além de artista, João Caetano seria um empresário bem-sucedido e, nessa condição, era acusado de ter o monopólio da arte dramática, razão pela qual não saíam do papel as promessas de nacionalização do teatro. Para Machado de Assis, haveria necessidade de se adotarem algumas medidas por parte do poder público: “Há mister de mão hábil que ponha em ação, com proveito para a arte e

³⁹ O atual Teatro João Caetano do Rio de Janeiro foi inaugurado por D. João, em 1813, com o nome de Real Teatro São João. Em 1824, trocou de nome para Teatro São Pedro de Alcântara e, em 1831, depois da abdicação de Pedro I, passou a ser denominado Teatro Constitucional Fluminense. Depois da maioridade de Pedro II, voltou a ter o nome do primeiro imperador. O atual prédio, que leva o nome do ator, foi inaugurado em 26 junho de 1930.

para o país, as subvenções improdutivas, empregadas na aquisição de individualidades parasitas” (Assis, 2009a, p. 85). Não é possível afirmar, mas talvez fosse o João Caetano o alvo de sua veemência: “Esta necessidade palpitante não entra na vista dos nossos governos. Limitam-se ao apoio material das subvenções e deixam entregue o teatro a mãos ou profanas ou malélicas” (Idem).

Machado não nutria muita simpatia pelas montagens do João Caetano. Reconhecia seu talento como ator, mas não perdoava a falta de iniciativa do empresário, que insistia num repertório anacrônico, repleto de dramalhões ultrarromânticos. Quando, mais uma vez, João Caetano encenou *Nova Castro*, de João Batista Gomes Júnior, o crítico foi menos ácido, mas não deixou de expressar seu descontentamento:

Aprecio o Sr. João Caetano, conheço a sua posição brilhante na galeria dramática de nossa terra. Artista dotado de um raro talento, escreveu muitas das mais belas páginas da arte. Havia nele vigorosa iniciativa a esperar. Desejo, como desejaram os que protestaram contra a velha religião da arte, que debaixo de sua mão poderosa a plateia de seu teatro se eduque e tome uma outra face, uma nova direção; ela se converteria decerto às suas ideias e não oscilaria entre as composições-múmiás que desfilam simultâneas em procissão pelo seu tablado.

Seria a cúpula do seu capitólio. As bênçãos da reforma lhe cobririam a cabeça; e as maldições dos fósseis, se os houvesse, não lhe fariam mal nenhum (Assis, 2009a, p. 99).

Esse comentário é de 9 de outubro de 1859 e apareceu na coluna que Machado de Assis assinava semanalmente no mesmo *O Espelho*. Ele havia inaugurado aquele espaço quatro semanas antes (11/09) e, a partir de então, tinha o compromisso de acompanhar regularmente os eventos teatrais da cidade. O estilo leve com que sua escrita se expressava naquele espaço, o tom de intimidade com o leitor – melhor seria dizer leitora – e a variedade de temas e assuntos abordados, aquela “Revista dos Teatros”, tudo isso aproximava o autor de certos profissionais da imprensa que faziam enorme sucesso junto aos leitores, sobretudo, junto às leitoras: o folhetinista. Sobre ele, Machado escreveria no dia 30 de outubro daquele ano: “Uma das plantas europeias que dificilmente se têm aclimatado entre nós é o folhetinista” (Assis, 2009a, p. 55).

Apesar de praticar aquele tipo de escrita, o jovem folhetinista não se omitia de identificar certas incongruências quando da importação de modismos e sucessos europeus. Em sua percepção, os folhetinistas nativos simplesmente reproduziam a uma receita, sem, ao menos, aclimatá-la à realidade local. Em seu artigo, o tom podia ser até chistoso e, em certa dose, descompromissado, mas nem por isso abandonava a

controvérsia, demonstrando conhecer a matéria: “O folhetim nasceu do jornal, o folhetinista, por consequência, do jornalista. Esta íntima afinidade é que desenha as saliências fisionômicas na moderna criação” (Idem).

De fato, *Feuilleton*, ou folhetim, apareceu primeiro na França e era, antes de tudo, uma seção de jornal, geralmente no rodapé – *ao rés do chão* – da primeira página. Foi criado como um espaço de entretenimento, um momento de recreação no intervalo entre notícias da economia, da política, dos negócios. Para essa diversão, valia tudo ou quase tudo: anedotas, charadas, anúncios de festas, receitas culinárias ou poções mágicas, novidades da moda e, também, comentários sobre teatro, literatura, música e arte em geral. Podia ainda abordar assuntos graves, mas de tal forma que não cansasse o leitor. Assim, o folhetim era, sobretudo, um espaço reservado à mulher, ao jovem e aos novos leitores, muitos dos setores menos favorecidos da sociedade, ou seja, indivíduos ainda não totalmente familiarizados com a escrita e com a vida pública. O folhetinista deveria, portanto, ter um estilo mais de passatempo do que de apologia; mais literário do que doutrinário; enfim, o folhetinista seria “a fusão admirável do útil e do fútil, o parto curioso e singular do sério, consorciado com o frívolo” (Idem).

Provavelmente, Machado leu ou ouviu comentários sobre folhetinistas nacionais bem mais experientes que ele. Esse era o caso, por exemplo, de José de Alencar, que, alguns anos antes, em 14 de setembro de 1854, na série “Ao correr da Pena” do *Correio Mercantil*, comparava seu ofício ao de um beija-flor. O excerto é longo, mas acredito que vale a transcrição:

É uma felicidade que não me tenha ainda dado ao trabalho de saber quem foi o inventor deste monstro de Horácio, deste novo Proteu, que chamam – folhetim; senão aproveitaria alguns momentos em que estivesse de candeias às avessas, e escrever-lhe-ia uma biografia, que, com as anotações de certos críticos que eu conheço, havia de fazer o tal sujeito ter um inferno no purgatório onde necessariamente deve estar o inventor de tão desastrada ideia.

Obrigar um homem a percorrer todos os acontecimentos, a passar do gracejo ao assunto sério, do riso e do prazer às misérias e às chagas da sociedade, e isto com a mesma e a mesma *monchalance* com que uma senhora volta às páginas douradas do seu álbum, com toda a finura e delicadeza com que uma mocinha loureira dá sota e basto a três dúzias de adoradores! Fazerem do escritor uma espécie de colibri a esvoaçar em ziguezague, e a sugar, como o mel das flores, a graça, o sal e o espírito que deve necessariamente descobrir no fato o mais comezinho!

Ainda isto não é tudo. Depois que o mísero folhetinista por força de vontade conseguiu atingir a este último esforço da volubilidade, quando à custa de magia e de encanto fez que a pena se lembrasse dos tempos em que voava, deixa finalmente o pensamento lançar-se sobre o papel, livre como o espaço. Cuida que é uma borboleta que quebrou a

crisálida para ostentar o brilho fascinador de suas cores; mas engana-se: é apenas uma formiga que criou asas para perder-se (Alencar, 2004, pp. 25-26).⁴⁰

Para Alencar, haveria um enorme desafio. O folhetim seria um monstro, uma aberração literária, uma mistura inusitada de gracejo e assunto sério, riso e miséria, prazer e chagas sociais. Somado a isso, o escritor de folhetins deveria manter uma escrita descompromissada como forma de conseguir agradar leitores (a senhora e a mocinha) diversos. Juntamente a isso, a receita do folhetim incluía a capacidade de tornar interessantes os acontecimentos que comentava, mesmo que estes fossem dos mais banais. Neste sentido, longe de ser obra de arte, o folhetim seria produto industrial e, portanto, o folhetinista, ainda que se julgasse um artista – *uma borboleta que quebrou a crisálida* –, seria um operário – *uma formiga que criou asas para se perder*.

Secundando o mestre, o jovem Machado de Assis compara o trabalho do folhetinista ao do colibri, que “salta, esvoaça, brinca, tremula, paira, espaneja-se sobre todos os caules suculentos, sobre todas as seivas vigorosas” (Assis, 2009a, p. 56). Em seu entusiasmo, ele ainda não se apercebera de que nem sempre haveria disponíveis caules suculentos ou seivas vigorosas. Só com o tempo, ele iria compreender que, muitas vezes, seria preciso descobrir, inventar e criar os acontecimentos, os caules e as seivas. Ele ainda estava, no entanto, em 1859 e, aos 20 anos, tudo parecia caminhar no sentido do sucesso. Ele ocupava lugar de destaque no jornal da capital, escrevia semanalmente sua crítica teatral, o que lhe garantia prestígio junto ao público, aos artistas e à intelectualidade.

Machadinho era, enfim, um folhetinista, tinha “a sociedade diante da sua pena, o público para lê-lo, os ociosos para admirá-lo e as *bas-bleus* para aplaudi-lo” (idem). Haveria, no entanto, certas dificuldades e desconfortos pelos quais passava aquele profissional da escrita:

Não é nada, é o cálculo e o dever que vêm pedir da abstração e da liberdade – um folhetim! Ora, quando há matéria e o espírito está disposto, a coisa passa-se bem. Mas quando, à falta de assunto se une aquela morbidez moral, que se pode definir por um amor ao *far niente*, então é um suplício... (Idem).

Apesar disso, Machado de Assis se tornaria folhetinista, escrevendo cotidianamente, quase sem interrupções, por mais 30 anos. Em sua última crônica, no dia 11 de novembro de 1900, finalmente ele revelaria aos leitores a disposição de seu

⁴⁰ ALENCAR, José. *Ao correr da pena*. São Paulo: Martins Fontes, 2004. Crônica publicada no *Correio Mercantil* de 24/09/1854.

espírito diante da matéria ou da falta dela e da obrigação de produzir semanalmente um folhetim: “Eu gosto de catar o mínimo e o escondido. Onde ninguém mete o nariz, aí entra o meu” (*OC*, IV, 1331). Em *O Espelho*, seu voo de colibri seria, sobretudo, sobre o panorama dos teatros da corte. Com o tempo, escrevendo para alguns dos mais importantes jornais do Rio de Janeiro, ele se ocuparia de temas dos mais diversos, *até mesmo a política*.

O folhetinista, contudo, jamais abandonou seu interesse pelos palcos, fosse como crítico atento das encenações que movimentavam a cidade, fosse como membro do Conservatório e, além disso, como autor de textos para o teatro. Provavelmente, isto se devia à aposta que manifestara, ainda em suas “Ideias Vagas”: “O teatro, assim como a imprensa, é uma página brilhante pela qual se conhece o estudo e o grau de civilização de um povo” (Assis, 1965, 29). Ou ainda, em suas “Ideias sobre o Teatro”: “Consideramos o teatro um canal de iniciação. O jornal e a tribuna são os outros dois meios de proclamação e educação pública” (Assis, 2009a, p. 56). Foi com essa expectativa que o jovem folhetinista iniciou suas atividades no *Diário do Rio de Janeiro*.

2.2 O Homem de Letras entre a cena e o público

A edição do *Dicionário Moraes* de 1789 já registrava a palavra *intelectual*, adjetivo referente a certas operações identificadas com a capacidade de entendimento. Daquela edição, também já constava o advérbio *intelectualmente*, na acepção de mentalmente. Como substantivo, no entanto, o termo *intelectual*, designando aquele que se dedica às atividades intelectuais, não seria de uso corrente, sendo mais usuais expressões como *Homem de Letras* e *Homem de Espírito*, em referência ao indivíduo letrado cujos interesses se relacionavam às artes, à ciência e às questões políticas, jurídicas e administrativas. Desde os primeiros anos de atividade impressora, o homem de letras, a despeito da profissão que pudesse exercer – advogado, médico, militar, membro do clero ou do governo –, tornou-se também autor de textos publicados em jornais, opúsculos e panfletos e que tinham por objetivo discutir publicamente questões relacionadas ao mundo social e, a partir disso, conquistar uma audiência que lhe permitisse influir e moldar um ideal, sobretudo uma ideia de Brasil.

Principalmente a partir da segunda metade do século XIX, quando a vida social se tornou mais intensa e a atividade jornalística adquiriu ares de profissionalização,

aqueles primeiros jornalistas passaram a enfrentar a rivalidade de certas práticas de leitura e hábitos de consumo mais identificados com os setores populares e, em certa medida, com o público feminino. Seriam esses novos leitores os responsáveis pela enorme audiência dos romances folhetins que, desde a década de 1840, se multiplicavam nas páginas dos jornais, do mesmo modo que os dramalhões encenados nos palcos da capital do Império faziam a alegria de uma plateia cativa.

Por outro lado, a derrota liberal na última grande rebelião do Império, a *Revolução Praieira*, alijara do centro de decisões uma geração identificada com ideais e propostas de reforma agrária, descentralização do poder e, em menor medida, abolição do sistema escravista e da própria monarquia. Assim, a calmaria política que se instalara na década de 1850 seria marcada pela hegemonia conservadora e a chamada *política de conciliação*, que teve como principal mentor e executor Honório Hermeto Carneiro Leão, o marques do Paraná, contando com a adesão de muitos liberais. Esse domínio conservador se prolongaria pelos gabinetes seguintes, sendo interrompido, apenas, em 1862, em um momento que ficou conhecido como *Renascer Liberal*.

É nesse quadro, que combina tons distintos de descontentamento com a industrialização da escrita e com o pragmatismo da *política de conciliação*, que, em 1861, Machado de Assis publica, pelas mãos de Paula Brito, um opúsculo sobre as preferências amorosas das mulheres. Ao mesmo tempo, *Queda que as mulheres têm para os tolos* seria parte das discussões em torno das preferências do público e das apreensões de um setor da intelectualidade, formado, em grande parte, por jovens que apostavam no teatro, no jornalismo e na carreira política, como instrumentos de transformação do mundo social.

Tratava-se da tradução de *De l'amour des femmes pour les sots*, um panfleto anônimo que só recentemente teve sua autoria atribuída a Victor Henaux. Durante muito tempo, pensou-se que *Queda que as mulheres têm para os tolos* fosse de autoria de Machado de Assis e não são certas as razões dessa tradução. Seria uma encomenda do editor Paula Brito ou iniciativa do próprio tradutor? O texto gira em torno de um triângulo amoroso, no qual a preferência da mulher é disputada pelo *homem de espírito* e pelo tolo. A diferença entre os postulantes é evidente e é reafirmada, por exemplo, na redação de cartas amorosas:

O homem de espírito é o menos hábil para escrever a uma mulher. [...]. Comete o crime de não ser comum ou vulgar. Desprezando o vasconço da galanteria,

não sabe como se há de fazer entender. Quer ser reservado e parece frio; quer dizer o que espera e indica receio; confessa que nada tem para agradar, e é apanhado pela palavra. As suas cartas saem do coração e não da cabeça; tem o estilo simples, claro e límpido, contendo apenas alguns detalhes tocantes. Mas é exatamente o que faz com que elas não sejam lidas, nem compreendidas. São cartas decentes, quando as pedem estúpidas.

[...]

O tolo é fortíssimo em correspondência amorosa e tem consciência disso. Longe de recuar diante da remessa de uma carta, é muitas vezes por aí que ele começa. Tem uma coleção de cartas prontas para todos os graus de paixão [...]. As suas fórmulas são enfáticas e chatas; [...] é medíocre e ridículo, tanto melhor. Efetivamente o estranho que ler as suas missivas, nada tem à dizer; na mocidade o pai da menina escrevia assim; a própria menina não esperava outra coisa. Todos estão satisfeitos, até os amigos (Assis, 1961, v. 22, pp. 177-178).

Os homens de espírito não se coadunariam com padrões e convenções preestabelecidos e teriam, por vocação, uma postura crítica, que os faz refletir antes da ação, sugerindo, muitas vezes, indecisão. Quanto aos tolos, seriam frívolos, superficiais, estróinas, autoconfiantes e determinados, simulando sentimentos e opiniões, com o intuito, tão somente, de alcançar um objetivo. Além disso, os tolos seriam previsíveis, seguindo métodos, práticas, hábitos e condutas convencionais, com fórmulas que se assemelhavam aos folhetins e dramalhões.

O triângulo tolo-mulher-homem de espírito iria se reproduzir em diversos contos de Machado de Assis e já fazia aparição naquele mesmo 1861, na versão impressa de *Desencantos* (OC, iii, 875 a 897), fantasia dramática, dividida em duas partes e com três personagens: Clara, uma jovem viúva descrente do amor, e seus dois pretendentes: Luís de Melo e Pedro Alves. *Desencantos* não chegou a ser levado à cena, seria um exercício do ainda inexperiente autor teatral. Afinal, conforme admitiria em março de 1864, em carta endereçada a Quintino Bocaiúva, “as qualidades necessárias ao autor dramático desenvolvem-se e apuram-se com o tempo e trabalho” (Assis, 2008c, tomo I, p. 20). Apesar disso, em *Desencantos* encontram-se muitas das questões que, em boa medida, ocupavam o jovem Machado de Assis na redação do *Diário do Rio de Janeiro*.

Luís de Melo é romântico e sonhador e, por timidez ou excesso de escrúpulos, não luta com muita tenacidade pelo amor da viúva. Já Pedro Alves é racional e de espírito prático, e, com esses dotes, pretende conquistar Clara como um estrategista militar. Como seria previsto em *Queda que as mulheres têm para os tolos*, o tolo Pedro Alves vence a disputa, casando-se com Clara e, em seguida, conquista uma vaga de deputado. Ao homem de espírito Luís de Melo, restou resignar-se e, depois de felicitar o casal, realiza uma viagem pelo Oriente. A escolha da viúva não teria sido das mais

sensatas, e a aposta no futuro se torna a opção do jovem romântico, sonhador e sincero em seus sentimentos.

Passados cinco anos, Luís retorna de sua viagem e, ao reencontrar o casal, discorre sobre suas andanças: “A minha viagem foi uma viagem de artista e não de peralvilho; observei com os olhos do espírito e da inteligência” (*OC*, iii, 891). Depois, em conversa com Pedro Alves, fala de seu desejo de se casar com a filha do casal e, na última cena, explica-se à sua antiga amada: “Se V. Excia. não teve bastante espírito para ser minha esposa, deve tê-lo, pelo menos, para ser minha sogra” (*OC*, iii, 897).

Não seriam, no entanto, somente as questões em torno das preferências femininas que moviam aqueles que estavam à frente do *Diário do Rio de Janeiro*, entre eles, o jovem Machado de Assis. Na mesma condição de centro do triângulo, no lugar da mulher, a “opinião pública” seria disputada por grupos que defendiam posições opostas no que se referia às práticas políticas, artísticas e intelectuais. Nesse sentido, o reaparecimento do *Diário* seria parte do processo do *Renascer Liberal* e da reorganização das forças partidárias. Entre seus editores, redatores e colaboradores, figuravam muitos dos descontentes com a *política de conciliação*, que, em troca de concessões e favores, atraía para o bloco governista quadros da oposição liberal. Em *Desencantos*, Machado de Assis teria se referido a essa forma de adesismo, através do diálogo de Luís de Melo com Pedro Alves:

PEDRO ALVES - Alcancei um diploma na última eleição. Na minha idade ainda é tempo de começar a vida política, e nas circunstâncias eu não tinha outra a seguir mais apropriada. Fugindo às antigas parcialidades políticas, defendo os interesses do distrito que represento, e como o governo mostra zelar esses interesses, sou pelo governo.

LUIZ - É lógico.

PEDRO ALVES - Graças a esta posição independente, constituí-me um dos chefes da maioria da câmara.

LUIZ - Ah! Ah!

PEDRO ALVES - Acha que vou depressa! Os meus talentos políticos dão razão da celeridade da minha carreira. Se eu fosse a nulidade, nem alcançaria um diploma. Não acha!

LUIZ - Tem razão...

PEDRO ALVES - Por que não tenta a política!

LUIZ - Porque a política é uma vocação, e quando não é vocação é uma especulação. Acontece muitas vezes que, depois de ensaiar diversos caminhos para chegar ao futuro, depara-se finalmente com o da política para o qual convergem as aspirações íntimas. Comigo não se dá isso. Quando mesmo o encontrasse juncado de flores, passaria por ele para tomar outro mais modesto. Do contrário, seria fazer política de especulação (*OC*, iii, 889 e 890).

Para o “espírito prático” de Pedro Alves, a política seria um meio de alcançar objetivos imediatos, sendo necessário, para isso, que a ação e as ideias do político fossem guiadas pelas circunstâncias, superando eventuais divergências com os grupos dominantes. De maneira oposta, o sonhador Luis imaginava a política como uma vocação, um talento, um dom que não deveria estar a serviço de negociações, “especulações”. Mais do que simples desinteresse pela política, a fala de Luís revelaria descontentamento com certo pragmatismo que caracterizava os arranjos e as alianças que teriam tornado possíveis os sucessivos governos de *conciliação*.

De maneira semelhante a do personagem romântico e sonhador criado por Machado de Assis em *Desencantos* o editorial de 25 de março de 1860 do *Diário do Rio de Janeiro*, data de seu reaparecimento, dizia de desgostos, de descrenças e de ceticismos, não em relação à política, mas às práticas políticas da *Conciliação*.

Nós a detestamos, como ela foi inventada – nós a abominamos, como ela tem sido praticada; – nós a repelimos, conhecendo a necessidade que houve dela para criar a situação atual, elevando para isto um instrumento, a quem, usurpadas faculdades que muitos compartiam, se deu toda força e ação, tornando-o também irresponsável, e cercado de satélites – conciliados, – colhidos deste ou daquele partido político a troco de abjeções, a troco de mais ou menos imorais transações, dando-se lhe assento à mesa do banquete geral cujas iguarias se compunham de honras e dinheiro públicos, que sem lei nem fundamento se baratearam!

Que as coisas se expliquem e se esclareçam, e depois de uma leal controvérsia cheguem a um acordo em uma solução mais inteligente, mais elevada – isto compreendemos nós: é o mais nobre esforço, o mais belo resultado da razão humana. Mas que os interesses, as ambições, as intrigas e rivalidades de véspera se apaguem repentinamente e se coliguem; que os partidos esqueçam em um dia suas tradições, e até seu sangue, e seus mortos, somente porque se lhe abre a possibilidade de satisfazer a cobiça pessoal de condecorações, empregos e dinheiro (...) é liga que sempre abominaremos (*Diário do Rio de Janeiro*, de 25 de agosto de 1860, p. 1).

Mais que editorial, seria aquele o programa do *Diário*, o anúncio de suas disposições. O original que sobrevive nos arquivos da Biblioteca Nacional encontra-se bastante danificado e a leitura do microfilme bastante prejudicada, mas é possível perceber que os editores e redatores daquele editorial estavam dispostos a pôr um fim às *especulações* e às *imorais transações* políticas que garantiam a hegemonia conservadora. Mais que isso, para o grupo liberal à frente do *Diário*, a política de cooptação havia banido os ideais que seriam a própria razão de ser do Partido Liberal, colocando à margem uma geração identificada com tendências que procuravam

acompanhar os ventos antiabosolutistas que vinham da Europa. Sobre isso, concluía o mesmo editorial:

(...) e se por qualquer dessas estratégias com que o governo costuma abater a opinião pública, que pela imprensa se manifesta, nos vimos privados dos meios, que ora nos foram facultados, de fazer publicar nossos pensamentos; ficamos tranquilos em nossa consciência e contentes na ideia de que os homens desinteressados e honestos do país farão justiça (Idem).

Acrescente-se, ainda, que, ao esvaziar o debate em torno das questões de interesse público, o governo de conciliação, em grande medida, impedia o surgimento de uma esfera pública atuante. Em consequência disso, esvaziavam-se o prestígio e o poder de influência do intelectual, do homem de espírito que se imiscui nos assuntos públicos. Por outro lado, ainda que os redatores do *Diário* apostassem na opinião pública, na imprensa e nos homens desinteressados e honestos, o debate entre ideias e pensamentos em torno das questões de interesse público que caracteriza a existência de uma esfera pública estaria prejudicado, uma vez que a política de cooptação não atingia apenas os políticos, fossem estes membros do governo ou não. Também os intelectuais estavam sujeitos a práticas que incluíam a distribuição de subvenções, regalias, privilégios e honrarias.

Não bastasse isso, sob o pretexto de completar os quadros da burocracia estatal ou de promover uma imagem de governo esclarecido e promotor das artes, das ciências, do conhecimento e da informação, não era raro que o intelectual – artista, cientista, bacharel, técnico, literato, especialistas de toda sorte – encontrasse abrigo na burocracia estatal, o que contribuía para reforçar a crença de que, somente sob a tutela de um Estado forte e centralizador seria possível constituir a nação brasileira. Além disso, essa aliança com os círculos de poder explicaria, em grande medida, o distanciamento entre os intelectuais e as camadas populares, o que justificava o desinteresse de grande parte do público que se mantinha alheio ao debate em torno das questões de seu interesse e destituído de seus intelectuais orgânicos, ou seja, um setor da intelectualidade capaz de dar forma e gesto a um discurso próprio às camadas populares e ao mundo do trabalho.

Seria, no entanto, precipitado supor que a consolidação do Império e a aparente calma promovida pela *conciliação* e pelo crescimento econômico dos anos que se seguiram à década de 1850 teriam posto fim às contradições que se arrastavam desde o processo de independência. Tanto no campo partidário como no campo intelectual, as

disputas ocorriam em torno do poder de influenciar os destinos do país, de quem teria voz e autoridade para emitir uma opinião que se pretendia tornar pública.

Havia o parlamento, o senado vitalício e a câmara dos deputados com um sistema eleitoral indireto e repleto de fraudes. Havia as rodas intelectuais, o Instituto Histórico e Geográfico, o Imperial Observatório do Rio de Janeiro (atual Observatório Nacional). No *Diário do Rio de Janeiro*, a política tinha lugar de destaque, tanto em seu editorial quanto na seção destinada às notícias, ocupando o alto de sua primeira página. Dessa forma, o debate entre *conciliados* e *descontentes* chegava às ruas através das páginas dos jornais, mais precisamente nas colunas destinadas aos assuntos políticos. Não eram ainda, no entanto, as ruas por onde transitavam uma multidão de caixeiros, funcionários de baixa hierarquia, operários do arsenal de marinha e toda sorte de trabalhadores livres ou escravizados, empregados nos serviços domésticos, no comércio e nas atividades produtivas.

O que estava em disputa era o contingente médio da população, um número reduzido de indivíduos que sabiam ler e dispunham de recursos suficientes para comprar jornais e, o mais importante, para ser eleitores. Isso porque, no sistema eleitoral brasileiro, em vigor desde 1825 e mantido até 1881, as eleições eram indiretas, e o voto, exclusivamente masculino e censitário, ou seja, um privilégio de homens selecionados de acordo com a renda anual. Assim, numa primeira etapa, votavam apenas os brasileiros, católicos e com renda líquida anual superior a 100 mil réis.⁴¹ Estes escolhiam os membros das Assembleias Paroquiais, que, por sua vez, deveriam ter renda anual superior a 200 mil réis. Numa segunda etapa, esse colegiado elegia os senadores, os deputados e os membros do Conselho de Província.

O que estava em jogo, portanto, não seria o coração da mulher, tampouco da multidão pobre e analfabeta. Estes não tinham voto, não tinham voz, não faziam parte daquilo que se idealizava como “opinião pública”. Vale lembrar, no entanto, que o

⁴¹ De acordo com a Constituição de 1824, Capítulo VI, artigo 92, havia um conjunto de outras exclusões ao direito de voto:

“Art. 92. São excluídos de votar nas Assembleias Paroquiais.

I. Os menores de vinte e cinco anos, nos quais se não compreendem os casados, e Oficiais Militares, que forem maiores de vinte e um anos, os Bacharéis Formados, e Clérigos de Ordens Sacras.

II. Os filhos de famílias, que estiverem na companhia de seus pais, salvo se servirem Ofícios públicos.

III. Os criados de servir, em cuja classe não entram os Guardalivros, e primeiros caixeiros das casas de comércio, os Criados da Casa Imperial, que não forem de galão branco, e os administradores das fazendas rurais, e fábricas.

VI. Os Religiosos, e quaisquer, que vivam em Comunidade claustral.

V. Os que não tiverem de renda líquida anual cem mil réis por bens de raiz, indústria, comércio, ou Empregos.”

Diário do Rio de Janeiro era também uma empresa e, como tal, além das questões editoriais, havia interesses comerciais, inclusive a venda de espaço publicitário. Nesse sentido, embora fosse amplo o espaço reservado aos temas políticos, era preciso conquistar a atenção, o interesse e a preferência de um público mais amplo. Nessa perspectiva, dividiam a mesma página o editorial, o artigo político e o folhetim novelesco; as informações sobre os negócios públicos e privados e a matéria amena, o entretenimento. Assim, ao participar da redação de textos tão distintos, Machado de Assis pôde exercitar sua pena colibri, credenciando-se, assim, para exercer a função de folhetinista, ou seja, um escritor que percorre todos os acontecimentos, saltando “do gracejo ao assunto sério, do riso e do prazer às misérias e às chagas da sociedade”.

Vale lembrar, porém, que, em 1860, Machadinho não era mais um iniciante, tampouco um estranho no pequeno círculo de homens de letras. O *Diário* foi, certamente, um novo desafio e representou o início de uma atividade regular, assalariada e com obrigações e prazos a cumprir. Quase 40 anos depois, em 1898, um consagrado Machado de Assis, em “O Velho Senado”, viria a se lembrar do dia em que, à saída do Teatro Ginásio, Quintino Bocaiúva o convidou para ingressar na equipe do *Diário do Rio de Janeiro*, que tinha em suas fileiras, ainda, Henrique Muzzio e Saldanha Marinho:

Conversamos primeiramente de letras, e pouco depois de política, matéria introduzida por ele, o que me espantou bastante, não era usual nas nossas práticas. Nem é exato dizer que conversamos de política, eu antes respondia às perguntas que Bocaiúva me ia fazendo, como se quisesse conhecer as minhas opiniões. Provavelmente não as teria fixas nem determinadas; mas, quaisquer que fossem, creio que as exprimi na proporção e com a precisão apenas adequadas ao que ele me ia oferecer (*OC*, ii, 591).

Difícil imaginar que não tivesse as “ideias fixas”. Basta lembrar o artigo “A Odisseia Econômica do Senhor Ministro da Fazenda” ou mesmo suas “ideias sobre teatro”, que vieram à luz um ano antes e que foram aqui tratados no capítulo anterior. Repise-se, no entanto, que “O Velho Senado” foi escrito por um Machado com habilidade suficiente para exprimir suas ideias “na proporção e com a precisão apenas adequadas”. É possível, portanto, que, em 1898, perto de completar 60 anos, Machado de Assis, assim como o casmurro Bento, pretendesse “atar as duas pontas da vida e restaurar na velhice a adolescência” (*OC*, i, 932).⁴²

⁴² *Dom Casmurro*, cap. II, “Do livro”.

Estivessem fixas ou não as ideias, ele assinaria dois artigos, no *Diário do Rio de Janeiro*, com o título geral de “Revista Dramática”. O primeiro, que marcaria sua nova estreia, no dia 29 de março, teve a incumbência de comentar a encenação, no Teatro Ginásio, da peça *Mãe*, de José de Alencar, e, por algum motivo, preferiu ocultar o nome do autor. Antes disso, no preâmbulo de seu folhetim, dava mostras de bem conhecer o ofício: “Escrever crítica e crítica de teatro não é só uma tarefa difícil, é também arriscada” (*OC*, iii, 1037).

Machado se referia à possibilidade de ferir suscetibilidades, sobretudo falava dos riscos a que estava sujeito ao assumir publicamente uma posição crítica, intervindo, portanto, num espaço público de produção e circulação da cultura. Essa consciência teria sido forjada, em grande medida, em sua atuação em *O Espelho* e *A Marmota*, mas também seria fruto de estudos nos quais afirmava estar empenhado. No *Diário do Rio de Janeiro*, portanto, não seria mais um iniciante e, embora soubesse dos riscos, não se esquivava de suas convicções.

Esta perspectiva poderia fazer-me recuar ao tomar a pena do folhetim dramático, se eu não colocasse acima dessas misérias humanas a minha consciência e o meu dever. Sei que vou entrar numa tarefa onerosa; sei-o, porque conheço o nosso teatro, porque o tenho estudado materialmente (*idem*)

Do mesmo modo, seus estudos e o exercício profissional moldavam seu ideal, uma forma específica de se inserir e intervir no mundo social, tratando das questões de política ou daquelas mais voltadas à produção e à circulação da cultura:

Protesto desde já uma severa imparcialidade, imparcialidade de que não pretendo afastar-me uma vírgula; simples revista sem pretensão a oráculo, como será este folhetim, dar-lhe-ei um caráter digno das colunas em que o estampo. Nem azorrague, nem luva de pelica; mas a censura razoável, clara e franca, feita na altura da arte da crítica (*idem*).

Diante disso, caberia indagar até que ponto a imparcialidade seria possível ao crítico, considerando que ele não é alguém alheio aos fatos e acontecimentos a que se propõe investigar, tampouco seria alheio aos indivíduos ou grupos envolvidos naqueles fatos e acontecimentos. Cabe indagar, ainda, até que ponto Machado de Assis se manteve fiel àquele programa, lembrando que ele exercia sua crítica a partir de um lugar, e esse lugar era uma coluna de um jornal com certo prestígio. Lembra-se, ainda, que ele também veio a se tornar um autor de textos para o teatro e que, portanto, estava

sujeito à crítica pública e ao prestígio que pudesse adquirir a partir do lugar de onde emitia sua crítica.

Devo acrescentar, no entanto, que sua imparcialidade tinha por objetivo primeiro diferenciar-se de certos críticos – denominados por ele de ouropéis, ou seja, “falsos críticos” – que promoveriam muito mais “intrigas mesquinhas”, ao emitirem “juízos menos exatos e menos de acordo com a consciência própria”. Além disso, de acordo com sua concepção, suas opiniões sobre teatro seriam “eccléticas”: “Não subscrevo, em sua totalidade, as máximas da escola realista, nem aceito, em toda a sua plenitude, a escola das abstrações românticas” (idem). Ou seja, num momento de intensa polarização entre uma tendência e outra, o crítico se pretendia imparcial.

É bem provável que essa pretensão se assentaria na convicção de que os instrumentos de circulação da cultura, sobretudo o jornal, o teatro e a tribuna do orador, teriam como função a educação da sociedade, e, dentre estes, o teatro teria uma especificidade, pois, como já havia explicitado em suas “Ideias sobre o teatro”:

em face do teatro o homem vê, sente, palpa; está diante de uma sociedade viva, que se move, que se levanta, que fala, e de cujo composto se deduz a verdade, que as massas colhem por meio de iniciação. De um lado a narração falada ou cifrada, de outro a narração estampada, a sociedade reproduzida no espelho fotográfico de forma dramática (Assis, 2009a, p. 89).

Pode ser que, em alguma medida, suas ideias se tenham tornado menos fixas em relação às querelas entre românticos e realistas. Afinal, não fazia muito tempo, quando ainda escrevia em *O Espelho*, ele se dizia pertencente à escola realista, “por mais sensata, mais natural e de mais iniciativa moralizadora e civilizadora” (idem, p. 89). Permanecia fixa, no entanto, a aposta no caráter moralizador e civilizador do teatro, e também na necessidade de se fortalecer uma dramaturgia nacional, de se constituir um repertório nacional. Desse modo, haveria dramas e comédias que, uma vez cumprindo tais premissas, gozariam da benevolência do crítico. Ao comentar a representação de *O escravo fiel*, de Carlos Antonio Cordeiro, Machado não teve dúvida em afirmar que o drama “não pode ter aspirações a ser considerado um drama de absoluto mérito”. Ao mesmo tempo, reconhecia algum mérito na iniciativa do autor, uma vez que “as tendências liberais do autor, alguma coisa de nacional que há, intenção de moralizar, salvaram o pensamento que tanto peca pela manifestação” (Assis, 2009a, p. 167).

O esquema de sua coluna também não se teria alterado significativamente. Machado iniciava sua crônica com uma ideia geral sobre o teatro, sobre a situação da

dramaturgia nacional ou sobre sua condição de crítico. Em seguida, ele fazia uma análise da peça do ponto de vista literário, o texto propriamente dito, para, em seguida, comentar a encenação, a interpretação dos atores, o cenário e os figurinos. Era comum que também abordasse a repercussão, a acolhida do público e como a encenação fora recebida nas rodas literárias que ele frequentava.

Uma diferença merece ser destacada, contudo. Em *O Espelho*, seus folhetins buscavam sempre a intimidade com o público feminino: “Por agora, encoste-se a leitora no fofo da sua poltrona” (Assis, 2009a, p. 66); “Peço às minhas leitoras que vão verificá-lo com seus próprios olhos” (Idem, p. 73); “a leitora far-me-á este favor; terá um olhar benévolo para estas linhas magras” (Idem, p. 98). Seriam muitos os exemplos.

No *Diário*, essa intimidade dá lugar a um cronista que escreve para um leitor que supõe mais especializado: “Fecho estas páginas, e deixo que o leitor, para fugir ao rigor da estação, vá descansar um pouco, não à sombra das faias, como Titiro, mas entre os nevoeiros de Petrópolis ou nas montanhas da velha Tijuca” (OC, iii, 40). A referência não seria tão óbvia e remete aos primeiros versos das *Bucólicas*, de Virgílio: “Títiro, vejo-te assim deitado sob a copa de uma frondosa faia, tocando, na flauta, uma canção campestre”. O que parece ser mais óbvio é que, naquele momento, o folhetinista não pretendia somente a “benevolência” de suas leitoras, mas, sobretudo, a aprovação de um grupo composto por indivíduos letrados e com alguma erudição, muitos dos quais seriam seus companheiros, como o próprio Quintino Bocaiúva, ele também interessado nos assuntos do teatro.⁴³

Machado ainda escreveria, no *Diário do Rio de Janeiro*, sua segunda “Revista Dramática”, no dia de 13 de abril de 1860, quando revelaria suas apreensões ao apresentar seu primeiro folhetim: “Ninguém calcula as incertezas e as ânsias em que luta a alma de um folhetinista novel, depois de lançada nesse mar, que se chama público, a primeira caravela que a custo construiu no estaleiro das suas opiniões” (Assis, 1961, v. 30, p. 154).

Não teriam sido estes, no entanto, os únicos frutos da pena de Machado de Assis no *Diário do Rio de Janeiro*. Ele se tornara um dos redatores do jornal, elaborando matérias das mais diversas. Alfredo Pujol, em suas conferências iniciadas em 29 de novembro de 1915, na Sociedade de Cultura Artística de São Paulo, dizia que, no *Diário do Rio de Janeiro*, Machado de Assis “começou por fazer a cozinha”, ficando

⁴³ Em 1860, Quintino Bocaiúva já seria autor de várias peças para o teatro e também dos “Estudos Críticos e Literários”, Rio de Janeiro, 1858.

encarregado, ainda, do “arranjo da algaravia dos anúncios levados ao balcão” (Pujol, 2007, p. 24). Parece ser fato que o autor participava também da redação de textos coletivos e não assinados. Dificilmente, no entanto, será possível identificar sua presença neles. Nas páginas do *Diário* encontrava-se de tudo um pouco, e a redação rotineira, o noticiário, as matérias de toda ordem ficavam mesmo ao encargo de Machado de Assis e Henrique Muzzio: informes do judiciário e também comunicados sobre pagamentos, cartas retidas ou não procuradas no Correio-Geral da Corte, informações meteorológicas fornecidas pelo Imperial Observatório do Rio de Janeiro, internações na Santa Casa, falecimentos, entre outros.

É possível que, em *O Espelho*, Machado de Assis já redigisse matérias não assinadas, mas se tratava de uma revista literária de circulação restrita e semanal. No *Diário do Rio de Janeiro*, Machado trabalhava como redator de um jornal diário, de ampla circulação, com leitores diversificados e interessados em matérias diversas, como fazia crer seu subtítulo – *folha política, literária e comercial*. Nesse sentido, havia espaço para a crítica teatral, comentários sobre lançamentos de livros, não faltando, inclusive, os apreciados folhetins novelescos, muitas vezes traduzidos do francês. Maior destaque, no entanto, tinham os temas políticos. O próprio Machado de Assis, em *O velho senado*, lembrava que, naquele ano, “abertas as câmaras, fui para o Senado, como redator do *Diário do Rio*” (OC, ii, 591).

A política era destaque, ainda, nas matérias noticiosas, que tanto podiam ser reproduções de excertos de publicações das províncias e do exterior, como da equipe de redatores, sobre acontecimentos do parlamento e atos do executivo. O editorial não aparecia em todas as edições, mas quase sempre era dedicado a ataques ao governo ou aos membros do Partido Conservador. A política sobressaía também nos artigos de seus redatores e colaboradores ou na seção de correspondências dos leitores. Sobre estas, o *Diário* esclarecia em seu cabeçalho:

Os artigos ou correspondências serão recebidos pelo jornal, uma vez que sejam com a necessária decência, escoimados de injúrias e insultos a quem quer que for. Admite-se o anônimo no que pertencer à política, à administração, à ciência e à arte, defesa ou censura ao governo e autoridades. Nas questões puramente pessoais e que não respeitem ao uso de atribuições públicas, só se aceitará o que vier com o nome do respectivo autor, e tudo completamente legalizado (*Diário do Rio de Janeiro*, de 25 de agosto de 1860, p. 1).

Enfim, o *Diário* era, notadamente, um jornal de cunho político partidário e não escondia sua tendência liberal, abrindo amplo espaço para importantes figuras do

Partido, como, por exemplo, o líder liberal Teófilo Otoni, Pinheiro Guimarães Filho, A. E Zaluar, Francisco Ramos Paz e Salvador de Mendonça. O engajamento do jornal podia ser medido, ainda, pela matéria do dia 3 de outubro de 1860, quando da demissão pela administração do município de Itaboraí do médico Augusto Candido Xavier. A notícia não tinha maior importância, a não ser pelo fato de estar aquela administração sob gestão conservadora e o tal médico ser membro do Partido Liberal:

Encham-se de prazer os corações odientos, vingativos e ferozes dos conservadores vermelhos de Itaboraí; é tão bom, tão doce *fazer mal* aos adversários ! Alegrem-se, mas fiquem sabendo que o Dr. Xavier e todos os seus amigos liberais, assim como todos os conservadores moderados e honestos de Itaboraí, e ainda alguns próprios vereadores da câmara, olham com desprezo e asco para tais vinganças e tais vingativos (*Diário do Rio de Janeiro*, de 3 de outubro de 1860, p. 1).

O comentário, além de indicar uma provável tentativa de setores liberais atraírem a ala menos exaltada do partido rival, promovendo o que seria uma *conciliação* sob o comando dos liberais, indicaria a insatisfação com o processo de intimidação que alguns membros do Partido estariam sofrendo. De todo modo, editores e redatores do *Diário* não se eximiam de fazer uso da imprensa para criticar os atos do governo conservador, denunciando aquilo que acreditavam ser um mau uso do poder.

Estivessem ou não fixas suas ideias sobre política, foi nesse ambiente que Machado de Assis se tornou jornalista profissional. Segundo Jean Michel Massa, Machado de Assis ingressou no *Diário do Rio de Janeiro* antes de 25 de março de 1860 (Massa, 1971, p. 280). Na ocasião, o jornal passava por uma grande transformação em sua linha editorial. Fundado em 1821, o *Diário* se mantinha como uma publicação meramente informativa. Em fins de 1856, no entanto, sob a direção de José de Alencar, adquiriu ares mais literários, sendo ali publicado, no ano seguinte, *O guarani*. Depois de uma breve interrupção, em 1859, o *Diário* voltaria a circular no ano seguinte, como trincheira da liderança liberal, sob a direção política de Saldanha Marinho, que seria eleito deputado-geral pela Província do Rio de Janeiro na eleição de 1860, na mesma chapa de Teófilo Otoni e Francisco Otaviano.

É possível supor, portanto, que Machado de Assis havia redigido também algumas páginas que continham matérias sobre política, atos do governo e do parlamento que, em medida incerta, atuavam sobre os ânimos dos leitores/eleitores às vésperas das eleições, que, quarenta anos depois, ele recordaria:

As eleições de 1860, na capital, deram o primeiro golpe na situação; se também deram o último, não sei; os partidos nunca se entenderam bem acerca das causas imediatas da própria queda ou subida, salvo no ponto de serem alternadamente a violação ou a restauração da carta constitucional. Quaisquer que fossem, então, a verdade é que as eleições da capital naquele ano podem ser contadas como uma vitória liberal. Elas trouxeram à minha imaginação adolescente uma visão rara e especial do poder das urnas. Não cabe inseri-la aqui; não direi o movimento geral e o calor sincero dos votantes, incitados pelos artigos da imprensa e pelos discursos de Teófilo Otoni, nem os lances, cenas e brados de tais dias. Não me esqueceu a maior parte deles; ainda guardo a impressão que me deu um obscuro votante que veio ter com Otoni, perto da matriz do Sacramento. Otoni não o conhecia, nem sei se o tornou a ver. Ele chegou-se-lhe e mostrou-lhe um maço de cédulas, que acabava de tirar às escondidas da algibeira de um agente contrário. O riso que acompanhou esta notícia nunca mais se me apagou da memória. No meio das mais ardentes reivindicações deste mundo, alguma vez me despontou ao longe aquela boca sem nome, acaso verídica e honesta em tudo o mais da vida, que ali viera confessar candidamente, e sem outro prêmio pessoal, o fino roubo praticado (*OC*, ii, 593 e 594).

O extrato é longo, mas essas recordações sugerem que, em 1860, o jovem Machado de Assis teve alguma militância política, participando, em alguma medida, do processo eleitoral que teria levado às câmaras alguns dos mais destacados membros do Partido Liberal, dentre eles, Saldanha Marinho e Teófilo Otoni e, ainda, Francisco Otaviano, diretor do *Correio Mercantil*. Tais recordações dão mostras, ainda, da influência dos jornais, de sua capacidade de “incitar os votantes”, ou seja, seus leitores. De todo modo, estivessem fixas ou não suas ideias sobre política, em fins do ano seguinte, ele passaria a assinar a coluna “Comentários da Semana”, tratando, sobretudo, dos acontecimentos políticos do país.

Antes disso, no dia 24 de julho de 1861, a assinatura de Machado de Assis apareceria no *Diário do Rio de Janeiro* em mais uma “Revista Dramática” e, dessa vez, seu olhar voltava-se para *Os mineiros da desgraça*, de seu colega Quintino Bocaiúva, destacando duas de suas ideias fixas sobre o teatro: “Ao lado do *mérito literário*, respira uma *alta moralidade*, duplo ponto de vista, em que deve ser considerado e em que mereceu os sinceros aplausos dos entendidos” (Assis, 1961, v. 30, 164 e ss.) (os grifos são meus).

Tais ideias eram compartilhadas, em grande medida, entre entendidos, indivíduos letrados que atuavam, sobretudo, na tribuna ou no púlpito, na imprensa e no teatro, e estavam empenhados em educar, moralizar, civilizar o grande público e organizar a vida social do país. No teatro, pelo menos naquele dito realista ou moderno, haveria uma personagem que desempenhava o mesmo papel que orador, em sua tribuna

ou púlpito, e do escritor na imprensa. Assim, de acordo com muitos daqueles entendidos, entre eles Machado de Assis, esse personagem seria “figura obrigatória nos dramas modernos” (idem, 166).

O *raisonneur* ou *desgenais* teria feito sua aparição nos palcos brasileiros em 1855, no drama *Les filles de marbre* (*As mulheres de mármore*), de Théodore Barrière e Lambert Thiboust, considerada a primeira peça do repertório realista encenada no Rio de Janeiro. No palco, ela seria a voz do autor, uma voz moralizadora da vida social que se pretendia reproduzir em cena com o intuito de nela intervir, corrigindo seus desvios: “É pela boca sentenciosa do moralista que o dramaturgo moderno lança as censuras aos vícios da sociedade” (idem, 166).

Assim, da mesma forma que, em sua primeira “Revista Dramática”, o crítico anunciara seu programa, seu ideal de crítico, Machado de Assis diria daquela personagem, de um programa, de um ideal que, em muitos aspectos, coincide com aquele que estabelecera para o crítico, para o folhetinista, para o homem de imprensa:

O *Desgenais* da peça é rude e grave, franco e digno. Diz aquilo que pensa, porque tem o tato dos homens com quem lida, e sabe que a dignidade não é o traço distintivo deles.

O moralista é sempre audaz, por isso mesmo que representa a minoria da sociedade.

Em minha opinião, o moralista nunca pode deixar de ser uma figura de convenção. Entre nós, pelo menos. É por isso que eu acho que não se deve exigir do autor as razões por que o fez orador ou não, e por que em tal ocasião não foi menos grave, e em tal outra, menos jovial. Ele é sentencioso, é quanto basta; ele censura, ele toca na chaga com a tranquilidade do médico, com isso nos devemos contentar (idem).

Naquele mesmo ano, vieram a público duas peças escritas por Machado de Assis: *As Bodas de Joaninha*, texto desaparecido e que foi encenado em julho daquele ano, e *Desencantos*, em versão impressa. Vale destacar, ainda, a poesia “Sobre a morte de Ludovina Moutinho”, em homenagem a uma atriz morta aos 18 anos, publicada no *Diário* e depois incluída nas *Crisálidas*, livro de 1864. Como é possível perceber, a atuação de Machado de Assis no debate da vida teatral brasileira foi bastante intensa, como crítico e como autor de textos, dialogando com o público e também com críticos, atores e produtores.

Foi, no entanto, como folhetinista, escrevendo para *A Marmota*, *O Espelho* e, a partir de 1860, *Diário do Rio de Janeiro*, que sua atuação teve maior destaque, expondo suas ideias sobre textos, encenações, atuações e a organização das companhias

dramáticas e, ainda, do poder público, reivindicando ações que contribuíssem para a melhoria das condições de trabalho para os artistas e para a arte. Nesse sentido, seu olhar para os palcos se assemelhava ao de um *Desgenais*, um olhar sentencioso, tocando *na chaga com a tranquilidade do médico*. Embora se possa admitir que, de um *Desgenais*, não se devam exigir explicações, penso que possíveis explicações fornecem pistas do processo de formação do intelectual Machado de Assis e de seu entendimento do Brasil de seu tempo. Em vista disso, a seguir pretendo melhor compreender a atuação do folhetinista Machado de Assis como *Desgenais* da cena política dos primeiros anos da década de 1860, que seriam, anos mais tarde, lembrados em “O velho senado”.

2.3 O diário político de Machado de Assis

Machado de Assis inicia seus “Comentários da Semana” no dia 12 de outubro de 1861. Ainda não ocuparia o rodapé, lugar de maior nobreza reservado aos folhetins, mas tinha a seu dispor duas colunas, entre as cinco que preenchiam as páginas do *Diário do Rio de Janeiro*. Também não tinha dia fixo ou periodicidade precisa e, menos ainda, participação garantida nas edições dominicais. De todo modo, assinar uma coluna num importante jornal garantia certo prestígio e alguma autoridade.

Em sua crônica de estreia, o autor se mostrava ciente de sua responsabilidade, mas, em certo sentido, desconfiava do prestígio e da autoridade conferida ao folhetinista. Na ocasião, ele comentava notícias que davam conta das atividades das cartomantes da cidade, que, aliás, viria a se tornar, em 1884, tema de uma de suas mais famosas novelas.⁴⁴ No prosseguimento, transparece uma ironia ao tratamento que a imprensa vinha reservando ao assunto:

A vossa avó de Cuma, se hoje vivesse, sem dúvida teria melhor do que eu apostrofado os blasfemos. O que poderia fazer a minha linguagem pálida, hoje, que nem é possível falar dos deuses nem adubar uma increpação com as singelas, mas brilhantes, expressões pagãs? Valha a desculpa, se não vale o canto, como diz o poeta (Assis, 2008a, p. 53).⁴⁵

⁴⁴ “A Cartomante”, publicada originalmente na *Gazeta de Notícias*, em 1884, e depois, incluída no livro *Várias Histórias*.

⁴⁵ Dei preferência à já citada edição organizada por Lucia Granja e Jefferson Cano: ASSIS, Machado. *Comentários da semana*. Campinas/SP: Ed. Unicamp, 2008.

Fazendo referência à mais importante entre todas as sibilas⁴⁶ e aos versos do poeta Manuel Maria du Bocage, o comentarista, primeiro, credenciava-se a polemizar sobre o tema, mas, logo, alegava que não seria ele o melhor advogado da causa, admitindo, no entanto, certa simpatia com o dom das profecias e de ser cliente das herdeiras das Sibilas gregas:

Por direito de nascimento pertenço à vossa clientela; e o fim particular que levo nas linhas que ficam aí escritas é pedir-vos que, com o auxílio da vossa poderosa lente moral, me designeis qual a sorte desses comentários que vou fazer; se contrária me for, quebrarei a pena e me recolherei à tenda, como o velho guerreiro, sem me queixar de ninguém (Assis, 2008a, p. 54).

O jovem Machado de Assis também estaria ciente da especificidade de seu ofício e do lugar que lhe cabia em meio ao amontoado de matérias de que se ocupavam as páginas do jornal. Ele procurava imprimir ares de folhetim a sua coluna, dissertando sobre temas diversos, alguns graves, outros frívolos. Como já foi anteriormente anotado, em *O Espelho*, ele já havia dissertado sobre a especificidade daquele tipo de escrita que não se confundia com o editorial impresso no alto da primeira página. Tampouco se confundia com um artigo, um ensaio, um tratado, um apostolado. Estes, sobretudo nas páginas do *Diário do Rio de Janeiro*, eram normalmente assinados por políticos ou publicista de maior prestígio e experiência.

Os “Comentários da Semana”, de Machado de Assis, ocupariam o lugar reservado ao folhetim, ou seja, um lugar no qual o leitor poderia encontrar matérias que tanto tratavam de literatura, ciência, crítica teatral, como de política, atos do governo ou de qualquer outro acontecimento, fosse relevante ou não: um baile ou um discurso nas câmaras; a ação de um gatuno de rua, a posse de um ministro, a morte de um poeta. O importante era que o texto saltasse de um assunto a outro, sem perder o ritmo da narrativa e o interesse do leitor.

Depois de divagar sobre sibilas, oráculos e cartomantes, o folhetinista falava das dificuldades de seu ofício: “(...) o que é doloroso é o salto mortal que sou obrigado a dar do prefácio às ocorrências do dia” (Assis, 2008a, p. 54). A escolha recaiu sobre os palcos da cidade, um tema em que se sentia mais seguro. Na ocasião, o comentário foi sobre a encenação, no Teatro Lírico Fluminense, da ópera de Daniel François Auber, *Les Diamants de la Couronne (Os diamantes da coroa)*, que iniciara sua temporada,

⁴⁶ Citada, entre outros, por Virgílio nas *Éclogas* e na *Eneida*, por Ovídio nas *Metamorfoses* e Petronônio em seu *Satiricon*.

com a Companhia Francesa, em 5 de outubro daquele mês, conforme anunciado, dois dias antes, pelo mesmo *Diário do Rio de Janeiro*.

As novidades teatrais ou mesmo literárias não seriam, no entanto, a razão de ser daqueles comentários. O uso de pseudônimo seria outra diferença em relação aos textos que vinha assinando, desde os tempos de *A Marmota* ou mesmo na “Revista Dramática”. Até a nona edição da série, Machado de Assis assinava Gil ao fim de cada folhetim e, somente depois desta e até o último comentário, de 5 de maio, apareceriam suas iniciais. É possível que, com o tempo e a experiência, tenha adquirido maior confiança, assumindo mais claramente suas opiniões, ideias e comentários. Seria precipitada, no entanto, qualquer conclusão sobre o uso do pseudônimo ou dos motivos da mudança.

Apesar disso, a leitura desses primeiros “Comentários da Semana” permite perceber que o folhetinista tornava-se, a cada edição, mais íntimo do gênero, abordando temas da vida social e da política com a mesma desenvoltura. No mesmo ritmo, parecia buscar familiaridade, sintonia e confluência de opinião com seus supostos leitores, fazendo crer que havia similitude de informações, fosse porque tratava de temas já mencionados no corpo do jornal, fosse porque teriam referências literárias semelhantes às suas, fosse, ainda, porque seriam eleitores ou simpatizantes liberais.

O espaço da crônica seria o de uma conversa amena, de um diálogo entres homens que compartilham o mesmo espaço tempo sociocultural. Essa estratégia pode ser verificada melhor nos “Comentários” do dia 1º de novembro de 1860, o quarto da série:

O que há de política? É a pergunta que naturalmente ocorre a todos, e a que me fará o meu leitor, se não é ministro. O silêncio é a resposta. Não há nada, absolutamente nada. A tela da atualidade política é uma paisagem uniforme; nada a perturba, nada a modifica. Dissera-se um país onde o povo só sabe que existe politicamente quando ouve o fisco bater-lhe à porta (Assis, 2008a, p. 77).

Fazendo da folha do jornal um espaço de convivência com seus leitores, o folhetinista se transveste em um *desgenais* que observa, pondera e comenta a cena política, através de um diálogo que estabelece com um suposto leitor, *se não é ministro*, ou seja, alguém que não faz parte da esfera de governo, o cidadão. A escrita do folhetinista toma para si, portanto, a condição de uma voz que não é oficial e que, por isso mesmo, pode gozar da confiança do cidadão. Haveria, portanto, cumplicidade entre

folhetinista e leitor, ambos partilhando ideias, opiniões e o mesmo lugar público, ou seja, a página impressa do jornal.

A partir desse artifício, a falta de assunto deixa de ser empecilho e se transforma em tema, em razão de ser do próprio folhetim. O governo estaria em oposição ao povo, em oposição à opinião pública. O diálogo com o leitor passa a girar, então, em torno das razões do desencontro entre governo e povo:

Seria este ministério uma exceção? Não; tudo nele indica a filiação que o liga intimamente aos da boa escola. É um ministério-modelo; vive do expediente e do aviso; pouco se lhe dá do conteúdo do ofício, contanto que tenha observado na confecção dele as fórmulas tabelioas; dorme à noite com a paz na consciência, uma vez que de manhã tenha assinado o ponto na secretaria (Assis, 2008a, p. 78).

A série “Comentários da Semana” se inicia e tem seu término ao longo do Gabinete presidido por Luís Alves de Lima e Silva, à época marquês de Caxias, de 2 de março de 1861 a 24 de maio do ano seguinte. A indagação do folhetinista aponta para a inação do governo, que tinha, entre seus membros, no Ministério da Fazenda, José Maria da Silva Paranhos, o visconde de Rio Branco, antigo membro do Partido Liberal que havia debandado para o lado conservador, tornando-se um dos políticos mais influentes do Império.⁴⁷ Assim, o folhetinista conduz sua escrita de tal forma que cada indagação presume uma resposta que será, então, exposta à verificação do leitor, da opinião pública. O Gabinete de Luís Alves de Lima e Silva seria omissivo, medíocre e indolente, características que, no entanto, não seriam exclusivas daquele gabinete.

Em nosso país a vulgaridade é um título, a mediocridade um brasão; para os que têm a fortuna de não se alarem além de uma esfera comum é que nos fornos do Estado se coze e tosta o apetitoso pão-de-ló, que é depois repartido por eles, para a glória de Deus e da pátria. Vai nisto um sentimento de caridade, ou, direi mesmo, um princípio de equidade e de justiça. Por toda a parte cabem as regalias às inteligências que se aferem por um padrão superior; é bem que os que se não acham neste caso tenham o seu quinhão em qualquer ponto da terra. E dão-lhe grosso e suculento, a bem de se lhes pagar as injúrias recebidas da civilização (Assis, 2008a, p. 78).

⁴⁷ Também faziam parte desse Gabinete Francisco de Paula Negreiros de Saião Lobato, seguido por José Antônio Saraiva e, depois, José Ildefonso de Sousa Ramos, no Ministério do Império; Francisco de Paula Negreiros de Saião Lobato, ministro da Justiça; Antônio Coelho de Sá e Albuquerque, seguido por Benevenuto Augusto Magalhães Taques, no Ministério dos Estrangeiros; Joaquim José Inácio de Barros, ministro da Marinha e, no Ministério da Agricultura, Comércio e Obras Públicas, Tomás José Coelho de Almeida.

O leitor é levado, então, a concluir que inação e mediocridade seriam características não apenas daquele governo, mas de um grupo político. O folhetim consegue, assim, saltar do vazio de acontecimentos e da política cotidiana para o debate em torno da própria elite que se mantinha à frente do governo através dos sucessivos gabinetes liderados pelos conservadores. Uma vez mais, estariam em campos opostos o *homem de espírito* e o *tolo* e, no centro da disputa, o leitor, a opinião pública, de quem dependia, afinal, a sorte de seus comentários, o lugar de onde o comentarista participava do debate público. Esse lugar estaria ameaçado, uma vez que as “inteligências que se aferem por um padrão superior” se veem preteridas diante da “vulgaridade e da “mediocridade” que, “por toda parte”, são recompensadas com “um brasão”, dividindo “o apetitoso pão-de-ló”.

Nesse contexto, caberia ao folhetinista não apenas atacar o gabinete de ocasião e seus princípios da boa *escola*. Além disso, seria necessário interferir no gosto do público, que tenderia a preferir o tolo ao homem de espírito. Daí os aplausos às homenagens a Pinheiro Guimarães, colaborador do *Diário*, membro do Partido Liberal e que, dias antes, em 4 de outubro, havia estreado no Teatro Ginásio como autor de *História de uma moça rica*.⁴⁸ Desde então, vários artigos nos jornais da cidade apontavam ora as virtudes do texto, ora a impropriedade do tema. Dentre esses últimos, destacava-se o articulista do *Jornal do Comércio*, para quem peças como aquela não poderiam ser os “modelos que num teatro se devem expor aos olhos das senhoras honestas e das virgens ingênuas”.⁴⁹

História de uma moça rica seria mais uma das muitas montagens teatrais inspiradas em *A dama das camélias* e, como no folhetim de Alexandre Dumas Filho, trazia um olhar de compreensão e simpatia pela mulher que, numa sociedade patriarcal e conservadora, era posta num lugar de submissão. Apesar disso, não houve perdão para a mulher que transgrediu as regras sociais.

A rica Amélia nutre paixão por seu pobre primo Henrique e é duramente reprimida por seu pai, que a quer casada com Magalhães. Feita a vontade do pai, Amélia

⁴⁸ *História de uma moça rica* também foi impressa em livro na tipografia do *Diário do Rio de Janeiro*, merecendo prefácio de Henrique Muzio, que, como já mencionado, era um dos redatores do jornal. Em forma de carta ao autor, escreveu Muzio: “O teu drama, nacional pelo fundo e pela fôrma, é mais um elemento, e grande, desse edifício da literatura brasileira, que a nova geração a que pertencemos, está levando com desvelada energia, e que apenas começado ontem, já conta produções do quilate mais subido”. PINHEIRO GUIMARÃES, Francisco. *História de uma moça rica*. Rio de Janeiro: Tipografia do Diário do Rio de Janeiro, 1861.

⁴⁹ Gazetilha, *Jornal do Commercio*, 6 de outubro de 1961, p. 1. Devo essa referência a GRANJA, Lúcia e CANO, Jefferson, op. cit., p. 67, nota 5.

descobre que seu marido tem um caso com a criada e, humilhada, foge com o cortejador, que, até então, fora desprezado: “Desejo sair de cabeça erguida, à vista de todos: não é uma mulher que deixa seu marido, é uma vítima que foge do algoz – Partamos!”. Seu destino, no entanto, é trágico. Abandonada, ela passa a viver na miséria e chega a pedir esmola, recebendo duas moedas do antigo amante, que se casou com “uma menina rica manchada por uma falta”. Mais uma vez humilhada, Amélia se torna uma mulher revoltada com a sociedade que a insulta e acaba se prostituindo, tendo a seus pés diversos apaixonados. Ela acaba grávida de um de seus amantes e pede a Roberto, amigo solícito, que cuide de sua filha, uma vez que, doente, precisava internar-se. Na última parte da peça, Amélia está vivendo numa pacata cidade. Roberto lhe devolve a filha, não sem antes se certificar que ela havia abandonado a prostituição. Um admirador a pede em casamento, mas ela o dissuade: “O senhor é homem; e um homem se regenera e purifica: a mulher, nunca! A nódoa que uma vez a poluiu é eterna; nem todas as suas lágrimas, nem todo o seu sangue a podem lavar”. Amélia abraça a filha e se consola: “Madalena só teve os braços da cruz para se abrigar, eu tenho os de minha filha”. Cai o pano.

Machado de Assis não ficou de fora da polêmica. Em sua crônica de 18 de outubro, ele já se havia manifestado. As reações contrárias da crítica eram moralistas e, não poupando ironias, chamava de “almas beatas e pudicas” àqueles que “esperavam uma peça em que o vício se apresentasse decente, ou por assim dizer, casto, a bem de não ofender o pudor público” (Assis, 2008a, p. 64). Sob esse aspecto, aqueles comentários seriam diferentes dos até então escritos pelo folhetinista.

Na sua coluna em *O Espelho* e também na “Revista Dramática” do mesmo *Diário*, a crítica de Machado se limitava a resenhar as peças que subiam aos palcos da cidade, podendo aplaudi-las ou apontar alguma ressalva em relação ao texto ou à sua encenação, desempenho dos autores, figurinos ou cenários. Em seus comentários sobre a *História de uma moça rica*, no entanto, a crítica ultrapassava os limites do palco e tinha como alvo, sobretudo, seus pares, ou seja, a crítica especializada, que, em alguma medida, orientava o gosto do público.

A homenagem a Pinheiro Guimarães não seria mera manifestação de apreço. Também não seria somente reconhecimento dos valores literários do homenageado. Seu maior significado seria – esclarecia sua coluna – “um desmentido solene às censuras que, em mal da composição do novo dramaturgo, haviam levantado os que sentem em si

a alma daquele herói de Molière, que pecava em silêncio e se acomodava com o céu”⁵⁰ (Assis, 2008a, p. 80). Seria, portanto, um ato público organizado por um grupo de homens interessados em transformar valores, costumes e hábitos:

Tem outro alcance a coroa do autor da “*História de uma moça rica*”; é um incentivo à mocidade laboriosa, que, vendo assim aplaudidas e festejadas as composições nacionais, não se deixará ficar no escuro, e virá a cada operário por sua vez enriquecer com um relevo o monumento da arte e da literatura (Assis, 2008a, p. 80).

Sendo assim, aquele ato público, assim como os comentários de Machado de Assis, tinha como propósito não apenas reafirmar o valor da *História de uma moça rica*, mas também a produção nacional, sobretudo aquela identificada com o chamado teatro realista, que tinha no ginásio seu principal palco. Seria, ainda, uma reação ao moralismo de parte da crítica e ao gosto do público acostumado a textos estrangeiros e alheios à realidade do país.

Em certa medida, a *História de uma moça rica* deve ter animado, ainda, o debate em torno da condição da mulher, quase sempre posta como agregada, numa sociedade patriarcal, fortemente ligada ao latifúndio e, sob vários aspectos, saudosa dos tempos coloniais. Algumas semanas depois, nos “Comentários” do dia 21 de novembro, Machado de Assis, ao citar mais uma vez Eugene Pelletan, previa que, no futuro, a mulher “há de vir exercer um papel político”, quando, “desde a chave dos poderes até o último lugar de amanuense, tudo fosse ocupado por essa formosa metade da humanidade”. Permanecia, no entanto, uma idealização da mulher, seriam todas – ou quase todas – “senhoras honestas” ou “virgens ingênuas”:

Que fantasia! Mas, enquanto esperamos a realização dessa linda quimera, à mulher cabem outros papéis, que, se não satisfazem à inspiração de um humorista, podem contentar plenamente o espírito de um filósofo e de um cristão. É, por exemplo, o da mãe de família e o do anjo da caridade; adoçar os infortúnios da indigência e preparar cidadãos para a pátria, que missão! (Assis, 2008a, pp. 99-100)

A mulher, portanto, permaneceria ausente dos debates políticos, assim como a maior parte da população. Em 1872, por exemplo, somente 13% da população brasileira, excetuando-se os escravos, tinham direito a votar (Carvalho, 2006, p. 31). Não há números disponíveis, mas, considerando que, mesmo entre os eleitores, muitos eram iletrados, é possível supor que a proporção de leitores dos acontecimentos e

⁵⁰ Referência a *Tartufo*.

comentários relativos à esfera do governo seria menor ainda. A despeito disso e da fragilidade dos dois partidos – Conservador e Liberal – que sobreviviam na órbita do governo imperial, os jornais, notadamente as colunas políticas, transformavam-se em palanques impressos, disputando, entre si, o poder de influir nas decisões do governo e o papel de formadores da opinião dos leitores eleitores.

Em seus primeiros folhetins, aqueles assinados com o pseudônimo Gil, Machado de Assis se imiscui com maior frequência no campo das artes, sobretudo o teatro. Não se esquivou dos acontecimentos da esfera do governo, às vezes evidenciando certo vazio de acontecimentos significativos e a inoperância do Gabinete comandado pelo futuro duque de Caxias. Foi assim na crônica já comentada, a do dia 1º de novembro, e também na seguinte, no dia 10 do mesmo mês, quando desdenhava ironicamente das especulações em torno do preenchimento de uma vaga no senado pelo estado do Mato Grosso: “Tais as notícias importantes do mundo político que chegaram ao meu conhecimento”. Em seguida, no mesmo tom, comentava um “erro administrativo” cometido pelo Ministro da Agricultura, “que é o meu predileto” (Assis, 2008a, p. 92).

As críticas ao gabinete se intensificavam a cada novo folhetim e, ao lado delas, o debate na imprensa. Numa frente e noutra, o que estava em disputa era a opinião pública, ou melhor, a legitimidade para falar em seu nome. No dia 25 de novembro, comentando a questão do reconhecimento do reino da Itália, o folhetinista se mostrava surpreso: “Começo por uma raridade, não uma dessas raridades vulgares de que fala uma personagem de teatro, mas uma raridade vulgarmente rara: – o governo de acordo com a opinião” (Assis, 2008a, p. 105). Machado de Assis era um entusiasta da unificação italiana. Em 1859, no *Correio Mercantil*, publicou o poema “À Itália”, em louvor àquele país: “Acorda! O sono da opressão devora! / Pátria de Roma – o Capitólio vê / Pálida Itália – ressuscita agora / O ardor nos peitos – na esperança a fé” (OC, iii, 731-732). A mesma simpatia teriam os liberais do *Diário* e, nesse sentido, o comentarista apostava que “a opinião havia acolhido com entusiasmo a unificação da Itália” (idem) e, confiante nessa aposta, colocava-se como porta-voz de uma opinião que considerava pública.

No folhetim seguinte, no entanto, a questão adquire novos contornos. Em artigo publicado no *Jornal do Commercio* do dia 23 de novembro de 1861, o governo teria feito ressalvas ao reconhecimento da Itália, provocando a desconfiança de que se pretendia, tão somente, agradar o imperador Pedro II, uma vez que sua esposa, dona

Teresa Cristina, era membro da família Bourbon, que fora deposta do trono das Duas Sicílias, para que fosse criado o reino da Itália.

Para Machado de Assis, aquelas considerações “não respiravam a dignidade nem estavam revestidas da lógica que deve assistir aos atos de um governo livre” (Assis, 2008a, p. 114). O comentarista se imiscuia, assim, em um debate que, desde pelo menos 1860, quando veio a público o opúsculo *Da Natureza e Limites do Poder Moderador*, de Zacarias de Góes e Vasconcelos, punha em campos opostos setores do Partido Liberal e dos Conservadores. Para os liberais do *Diário*, o comando do país seria dos políticos, e não do Poder Moderador, representado pela figura do imperador: “O rei reina e não governa”.

As críticas de Machado de Assis denunciavam a submissão do Gabinete, que, no seu entender, agia de acordo com as vontades de Pedro II, sem considerar a opinião e os interesses dos cidadãos:

Supunha-se que o gabinete tivesse olhado as coisas políticas da Europa de um ponto de vista justo, e, portanto elevado. Era caluniá-lo; e para não haver dúvida veio ele próprio declarar que faz a sua apreciação do movimento do espírito humano do alto da varanda do palácio imperial. Qualquer que seja o respeito que merece aquele ponto de vista, palpita-me que o mundo é alguma coisa mais larga, e que as ideias pairam um pouco mais acima dos augustos telhados da monarquia (idem).

Ao saltar de um tema a outro, o comentarista mencionava “a nomeação de uma comissão que o governo acaba de fazer para examinar o contrato com o teatro subvencionado, e dar a sua opinião sobre a celebração de um que encaminhe o teatro a melhoramentos mais reais”, informando, ainda, que faziam parte daquela comissão “os Srs. conselheiros José de Alencar e Drs. Macedo (Joaquim Manoel de) e João Cardoso de Menezes e Souza” (Assis, 2008a, p. 116). Essa seria uma iniciativa defendida por Machado de Assis, desde seus primeiros escritos sobre teatro e, além disso, no seu entender, os membros daquela comissão “dispõem de talento e conhecimentos próprios à bem de completar um trabalho desta ordem” (idem). Apesar disso, as opiniões estariam divididas, mesmo entre os frequentadores das rodas liberais.

Machado de Assis nutria grande expectativa em relação ao trabalho daquela comissão e acreditava ser ela capaz de formular leis de incentivo e de apoio ao teatro nacional. Assim, no folhetim seguinte, o de 16 de dezembro, ele dava conta aos leitores de suas esperanças:

Uma legislação emanada da autoridade, a reunião dos melhores artistas, a escolha dos mestres de ensino, a criação de escolas elementares de ensino, onde se aprenda arte e língua, duas coisas muitas vezes ausentes de nossas cenas, a boa remuneração ao trabalho dos compositores, um júri de julgamento de peças, em boas bases, ficando extinto o conservatório, tudo isto sem descuidar-se na flutuação das receitas, tais são os fundamentos, não de um teatro-escola, mas do teatro, na sua acepção mais abstrata (Assis, 2008a, pp. 129-130).

Aquele era o primeiro comentário assinado com as iniciais M. A. e servia de resposta a um artigo publicado, dois dias antes, no *Correio Mercantil*, que, assim como o *Diário do Rio de Janeiro*, reunia em sua redação destacados membros do Partido Liberal. Na realidade, foram dois artigos, intitulados “O teatro, a concorrência e o governo”, que, depois, foram identificados como de autoria de Macedo Soares, que tinha ideias sobre o financiamento público da atividade teatral bem diferentes das de Machado de Assis. Para Macedo Soares, o teatro não teria qualquer função pedagógica e deveria submeter-se à doutrina liberal da concorrência:

O princípio de proteção do governo aos teatros peca pela base. Entende-se que o teatro é uma escola de moral, um seminário, por exemplo, que o palco é um púlpito, e o sermão um drama. É desconhecer a natureza da arte e os limites que a distinguem e separam da filosofia e da moral (*Correio Mercantil*, 14 de dezembro de 1861, p. 1).

O comentário de Machado de Assis veio de pronto. Para ele, aquela “opinião, sinto dizê-la, devia ser a última lembrada, se merecesse ser lembrada”, uma vez que “a doutrina liberal de concorrência aplicada à espécie prejudica o ponto essencial da questão, e que se tem em vista atingir” (Assis, 2008a, p. 129) e reafirmava suas ideias, procurando demonstrar que era um estudioso do tema:

Diz Victor Hugo no prefácio da *Lucrecia Bórgia*: “O teatro é uma tribuna, o teatro é um púlpito. O drama, sem sair dos limites imparciais da arte, tem uma missão nacional, uma missão social e uma missão humana. Também o poeta tem cargo de almas. Cumpre que o povo não saia do teatro sem levar consigo alguma moralidade austera e profunda. A arte só, a arte pura, a arte propriamente dita, não exige tudo isso do poeta; mas no teatro não basta preencher as condições da arte” (Assis, 2008a, p. 130).

Depois disso, no folheto seguinte, o de 24 de dezembro, Machado preferiu não insistir na polêmica, sem, contudo, recuar de suas convicções. Para o comentarista, seu contentor “não pôde, apesar do seu talento e da sua ilustração, demonstrar que o teatro não escapa à lei econômica que rege as corporações industriais” (Assis, 2008a, p. 137). Teria abandonado a discussão com a certeza que tinha de suas ideias. Alegava que, se

não insistiu em seus argumentos, teria sido por conta dos limites do espaço de que dispunha, “pelas condições deste escrito não me é dado estabelecer uma discussão sobre a matéria; com as minhas espaçadas aparições o debate seria fastidioso” (Idem).

De todo modo, aquela não seria uma disputa contra um tolo. Os contentores tinham praticamente a mesma idade, e Machado de Assis teria reconhecido o talento e a ilustração de seu opositor. De fato, Macedo Soares (Antonio Joaquim de) nasceu em 1838 e havia concluído recentemente o curso de Direito da Faculdade de São Paulo e, no ano seguinte, seria nomeado juiz municipal da região de Saquarema e Araruama, alcançando o posto de ministro do Supremo Tribunal, já no período da República, em 1892. Arriscou-se também na poesia, indo às mesmas fontes de Machado de Assis – é de sua autoria *Lamartianas*, de 1859. Além disso, era assíduo colaborador do *Correio Mercantil*, com artigos sobre Direito e Literatura, publicando, ainda, o *Dicionário Brasileiro da Língua Portuguesa*, em 1888.⁵¹

É possível que houvesse outros motivos para não insistir na polêmica, mas seria especular demais. Certamente, não se tratava de tédio à controvérsia. A condição de comentarista colocava Machado de Assis em meio às controvérsias. Naquele mesmo dia, ele iniciara uma nova contenda, dessa vez com Scoevola, que vinha publicando uma série de artigos sobre a política externa brasileira. O pseudônimo seria uma referência a Múcio Scoevola, que, para provar sua fidelidade a Porsena, rei da cidade etrusca de Clusio, pôs a mão direita num braseiro e deixou-a queimar. Machado insinuava que o articulista do *Jornal do Commercio* estava a serviço do governo: “Scoevola, depois de ter feito sacrifício da mão direita diante de Porsena, anda mostrando que é capaz ainda de outras coisas muito mais asseadas” (Assis, 2008a, p. 134).

Diferente de suas ideias sobre o teatro, a crítica ao Gabinete de Luís Alves de Lima e Silva conseguia certa unanimidade entre seus pares do *Diário* e do *Correio Mercantil*. Assim, no dia 29 de dezembro, o último daquele ano de 1861, ao comentar a liberação de crédito suplementar, Machado de Assis se credenciava para o debate, demonstrando conhecer a matéria. Sua referência era Achille Fould, quatro vezes ministro das Finanças de Luís Napoleão, que “acabava de condenar esse sistema de créditos suplementares, achando neles a origem da crise por que passa atualmente a França” (Assis, 2008a, p. 141). Em seguida, sua pena novamente se voltou para Scoevola:

⁵¹ MENEZES, Raimundo. *Dicionário literário brasileiro*. Rio de Janeiro: LTC, 1978.

Scoevola, que é hoje o compadre indiscreto, anda fazendo revelações dignas de toda a consideração do país. É preciso notar que este valente romano mora modestamente nos “*A pedidos*” já sem aquela gala do *entrelinhado*, que lhe dava ares de filho direto do Olimpo. Com esta aparência continua ele a protestar que as suas opiniões não partem de origem oficial (Assis, 2008a, p. 142).

Mais do que aproximar *Scoevola* de um “tolo”, Machado, o comentarista, pretendia denunciá-lo como alguém comprometido com o governo, faltando-lhe, por isso, autoridade para se credenciar como voz pública ou, seja, como representante de uma opinião que se pretendia pública.

Desde que surgiram, o *Diário do Rio de Janeiro* (1821) e o *Jornal do Commercio* (1827)⁵² disputavam a preferência dos leitores e, em grande medida, conseguiram superar a efemeridade, oferecendo a seus leitores matérias noticiosas (preços de mercadorias, movimento dos portos, notícias das províncias e do exterior), anúncios das novidades do comércio, comentários da vida social e política, além dos famosos folhetins romanescos. Principalmente depois de 1860, quando o *Diário* se alinha aos liberais, a concorrência passa a ser também de caráter político partidário.

Desde a sua criação, o *Jornal do Commercio* procurava sustentar uma imagem de neutralidade em relação aos grandes debates políticos. Foi assim, por exemplo, nas querelas que levaram à abdicação do primeiro imperador. Por outro lado, os editais, avisos, decretos e outros comunicados do governo circulavam em suas páginas, o que, para muitos, comprometia sua imagem de isenção e lhe valia a alcunha desdenhosa de “folha oficial”. Assim, a cada comentário, Machado de Assis intensificava os ataques, tanto ao governo como à folha rival.

Já no primeiro folhetim do ano, em 7 de janeiro de 1861, a inação do governo seria, mais uma vez, destacada: “Nada de notável havia ocorrido ultimamente que satisfizesse esta *boca* coletiva que tudo devora”. Essa “boca coletiva” seria o público, que “não se contenta com os manjares simples e as quantidades exíguas”. Para o comentarista, os “comunicantes do *Jornal do Comércio* é que faziam as despesas da curiosidade pública; mas facilmente se compreende quanto isso era mesquinho para ocorrer às necessidades daquele estômago voraz” (Assis, 2008a, p. 150).

⁵² O *Jornal do Commercio* tem sua origem no *Diário Mercantil*, fundado em 1824 por Francisco Manuel Ferreira. Ao ser adquirido por Pierre Plancher, em 1827, tem seu nome alterado para *Jornal do Commercio*, circulando até os dias de hoje e sendo considerado o mais antigo em circulação em toda a América Latina.

Seus comentários desfeririam ataques em duas frentes. De um lado, o alvo era a direção do *Jornal do Commercio*, sobretudo os artigos de Scoevola. Do outro, o governo receberia duros golpes, dentre os quais merecem destaque os acontecimentos em torno da inauguração do monumento ao primeiro imperador.

Para Machado de Assis, Scoevola seria o “arauto político do governo” (ASSIS, 2008a, p. 150) e, em resposta a seu artigo sobre as conveniências de um possível casamento da Princesa Leopoldina⁵³, ironizava: “Estava divertido com os seus protestos de queimar a mão, e com as mesuras repetidas que fazia diante do augusto assunto de que tratava” (Idem). Da mesma forma, no dia 14 de janeiro, Machado debochava dos artigos de Scoevola sobre as disputas territoriais na região do rio da Prata.

Eu podia, é verdade, entreter o leitor com o imortal Romano da mão queimada, que jurou aos deuses fundir as repúblicas confinantes ao sul do império em uma monarquia e dá-la em presente a um príncipe da família imperial, não esquecendo de casá-lo com a Sra. D. Leopoldina.

O publicista casamenteiro não é das coisas que menos riso excitam; pelo contrário, é divertido a mais não poder (ASSIS, 2008a, p. 156).

Por fim, o comentarista parecia não ter mais dúvidas: “*Scoevola*, pelos modos, pertence a certo partido político que não tem sacrificado muito à sinceridade, e tem como regra de diplomata que a palavra foi dada ao homem para esconder os conceitos e as convicções”. O articulista do *Jornal do Commercio* seria membro do Partido Conservador, o partido do governo, e, como tal, não teria legitimidade junto à opinião pública, uma vez que ambos “só veem este mundo pelo ponto de vista das armarias heráldicas” (Assis, 2008a, p. 156).

Quanto aos ataques ao governo, vale ressaltar que o grupo liberal à frente do *Diário* não podia ser considerado de oposição ao sistema de governo em vigor, embora, com o agravamento das tensões, alguns, dentre os quais Quintino Bocaiúva, se tenham engajado na causa republicana. Tampouco o jovem comentarista defendia mudanças a ponto de despojar Pedro II de seu trono. Havia, sim, certo mal-estar em relação aos excessos do poder moderador e à predominância dos valores monárquicos, frente aos interesses da sociedade, mais precisamente aos interesses dos setores da elite ligados às atividades urbanas. Esse mal-estar tornou-se mais acirrado com a aproximação dos festejos em torno da inauguração do monumento a Pedro I.

⁵³ Artigo publicado no *Jornal do Commercio* do dia 03/01/1862.

A ideia original do monumento data de 1825, por iniciativa da Câmara Municipal do Rio de Janeiro e com a anuência do próprio homenageado. Inicialmente, o monumento seria instalado no Campo de Santana, local onde ocorrera a cerimônia de aclamação do monarca em 1822. As agitações políticas da época e a impopularidade do imperador, que culminaram com sua abdicação, em 1831, acabaram por inviabilizar o projeto. A ideia foi, então, retomada em 1839, não por coincidência, um ano antes da declaração de maioridade de Pedro II, o que permitiu sua condução ao trono e a reafirmação do centralismo, num momento de acirramento da crise da ordem regencial e de crescimento da onda federalista, promovida, sobretudo, por grupos liberais.

Somente em 1853, já sob a vigência do chamado Ministério da Conciliação, uma comissão seria nomeada para, juntamente com o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, promover a execução do monumento. Em seguida, ocorreu o lançamento de subscrição pública, seguida, em 1855, pela publicação do edital de um concurso para a escolha do projeto do monumento. O primeiro lugar coube a João Maximiano Mafra (1823-1908), professor de pintura histórica da Academia Imperial das Belas-Artes, e sua execução ficou ao encargo do artista francês Louis Rochet, em seu ateliê na cidade de Paris. Finalmente, a inauguração da estátua equestre de Pedro I foi marcada para o dia 25 de março de 1862, data que se comemorava a Constituição, sendo transferida para o dia 30, em função das águas de março que fechavam o verão.

Não era de se estranhar que o monumento causasse indignação entre os setores mais identificados com a causa liberal. Pedro I teria sofrido forte oposição dos liberais do parlamento e da imprensa, acusando-o de desrespeito à Constituição e de pretender instalar, no Brasil, um sistema absolutista. Assim, o *Diário do Rio de Janeiro* do dia 26 de março de 1862, depois de anunciar o adiamento da cerimônia, resumia seu estado de espírito em relação àquele acontecimento: “Felizmente, o aniversário da construção política do Império deixou de ficar confundido com o da inauguração do monumento levantado àquele que menos a respeitou” (*Diário do Rio de Janeiro*, 26/03/1862). Também Teófilo Ottoni, no mesmo *Diário do Rio de Janeiro* do dia da inauguração, 30 de março, questionava a homenagem, lembrando que a Independência não fora obra de um único nome e que a abdicação fora fruto da manifestação popular liderada pelo Partido liberal, saudando ainda a Inconfidência Mineira de 1789 e a Revolução Pernambucana de 1817 (*Diário do Rio de Janeiro*, 30/03/1862).

Machado de Assis seguia a mesma orientação de seus colegas do *Diário*, quando, no dia 7 de janeiro, ironizava os festejos em torno da inauguração do monumento do Largo do Rocio, atual Praça Tiradentes:

Efetuu-se no dia 1.º o lançamento da pedra fundamental no baseamento da estátua do primeiro imperador. O Rocio nesse dia esteve de gala. A cerimônia correu como estava no programa. As folhas desse dia tinham feito uma apreciação retrospectiva dos acontecimentos políticos do ano, cujas conclusões eram muito desfavoráveis ao partido político que mantém, há alguns anos, uma ordem de coisas contrária à essência do sistema que nos rege.

Não convinha que esse juízo rude, mas sincero, fosse para a caixa de cedro do pedestal, sem um conveniente tempero. Encarregou-se o *Correio da Tarde* da obra.

Apareceu como nota festiva no meio do coro lúgubre da imprensa.

Como as vítimas indianas, queria ser inumado radiante de plumas e miçangas. Estava realmente vistoso. Nada esqueceu; biografou os ministros, fez rápida estatística do que há hoje de mais notável, sem esquecer os principais advogados do foro (Assis, 2008a, p. 151).

Machado só voltaria a comentar o monumento no dia 24 de março, véspera de sua prometida inauguração: “É amanhã a inauguração da memória do Rocio. É também amanhã o aniversário da proclamação da nossa carta política” (Assis, 2008a, p. 188). O comentarista, no entanto, não abria mão de ironizar o próprio monumento:

Não me autorizarei mesmo de uma circunstância que alguém notou, a de estar a figura do primeiro imperador, que hoje se há de descobrir, com a constituição estendida para o lado do teatro, querendo daí concluir o malévolos que o pacto fundamental é uma comédia (Idem).

Machado de Assis destacava o boato que corria pela cidade de que, no seu entendimento, teria sido promovido por membros do governo: “Na opinião do ministério, é amanhã a realização de uma revolta popular, preparada pelos chefes liberais à bem de se apossarem do governo” (Assis, 2008a, p. 188).

No editorial do dia 3 daquele mês, o *Diário* já havia responsabilizado o governo por esses rumores,⁵⁴ e o comentário de Machado de Assis insistia na tese da subserviência do governo frente ao imperador e que tais boatos tinham como propósito

⁵⁴ (...) o público fora surpreendido por alguns rumores evidentemente propalados oficiosamente, (...). Por essas novelas da meia noite constava (... que) o Senhor T. Otoni achava-se em Minas promovendo uma revolução e que até haviam sido apreendidos alguns caixões com armamentos, que, em 25 de março, ao inaugurar a estátua equestre do primeiro imperador, igual movimento deveria rebentar aqui. *Diário do Rio de Janeiro*, 25 de março de 1862.

“ganhar conceito em ânimos augustos” (Assis, 2008a, p. 189). Isso porque, para o comentarista, não havia nada que prenunciasse uma rebelião.

Por onde descobriria o ministério que o dia 25 seria ensanguentado pelos dentes do tigre popular? Onde encontrou sintomas denunciante? Na imprensa? Não. Nunca ela foi mais moderada, nem mais sóbria no apontar os erros administrativos. [...] Insisto na minha apreciação; o ministério estéril, tacanho, ramerrameiro, como é, busca a confiança imperial na prevenção de revoltas imaginárias” (Idem).

Na crônica seguinte, dia 1º de abril, portanto um dia após a inauguração da estátua, Machado voltava ao tema e fazia carga contra o governo e a “imprensa oficial”, o *Jornal do Commercio*. Assim, assumindo a defesa de suas ideias e argumentos, colocava-se ao lado daqueles que, “inquirindo a história, negam a esse bronze o caráter de uma legítima memória, filha da vontade nacional e do dever da posteridade, esses se reconhecem vencidos, e, como o filósofo antigo, querem apanhar, mas serem ouvidos” (Assis, 2008a, p. 197). O comentarista, portanto, colocava-se ao lado dos vencidos, mas acrescentava: “O historiador futuro que quiser tirar dos debates da imprensa os elementos do seu estudo da história do império, há de vacilar sobre a expressão da memória que hoje domina a Praça do Rocio” (Idem).

As atividades que marcaram a inauguração da estátua de Pedro I foram repletas de pompas e demonstração de apoio à monarquia. Mesmo com a mudança de data, o programa da inauguração foi mantido e contou com grande presença da população. O comércio colaborou com a decoração da cidade, oferecendo materiais dos mais diversos e acessórios, como cintos, luvas, leques estampados com o monumento. As fortalezas da cidade estavam todas embandeiradas e houve salvas militares, repiques de sinos e um desfile triunfal, reunindo diversas autoridades: juizes de paz, delegados, comandantes e oficiais de polícia, notários públicos, procuradores, políticos, inclusive ministros e conselheiros de Estado, além de membros da Igreja e, em destaque, o imperador, a imperatriz e as princesas imperiais.

Machado de Assis, no entanto, punha em dúvida a proclamada unanimidade em torno dos festejos e acusava o *Jornal do Commercio* de pretender esvaziar o debate público em torno do monumento, colocando em xeque a legitimidade do concorrente:

A imprensa oficial, que parece haver arrematado para si toda a honestidade política, e que não consente aos cidadãos a discussão de uma obra que se

levanta em nome da nação, caluniou a seu modo as intenções da imprensa oposicionista.
Mas o país sabe o que valem as arengas pagas das colunas anônimas do *Jornal do Comércio* (Assis, 2008a, p. 156).

Não satisfeito, o comentarista fazia galhofa dos festejos e da subserviência da imprensa áulica. O excerto é longo, mas vale a transcrição:

O que é fato é que a estátua se inaugurou e o bronze lá se acha no Rocio, com uma pirâmide de época civilizada, desafiando a ira dos tempos.
O Rocio vestia anteontem galas e louçanias desusadas. As ruas por onde passou o préstito estavam ornadas de bandeiras e colchas, e juncadas de folhas odoríferas, segundo as exigências oficiais.
Mas sabe o leitor quem teve grande influência nas festas de anteontem? O adjetivo. Não ria, leitor, o adjetivo é uma grande força e um grande elemento! E ninguém melhor que os publicistas do *Jornal do Comércio* compreendem o valor que ele tem, e nem o emprega melhor.
Foi o adjetivo quem fez as despesas das arengas escritas anteriormente em defesa da estátua. Na apoteose, o adjetivo serviu de óleo cheiroso com que se incensou todas as virtudes duvidosas. Na censura, o adjetivo foi, por assim dizer, o suco venenoso com que aqueles bugres ungiram a ponta das suas flechas.
Bem empregado, com jeito e a tempo, como do ferro aconselha o poeta para tornar mezinha, o adjetivo fez nos artigos ministeriais um grande papel. Veja o leitor como esta palavra – imortal – veio sempre em auxílio de um substantivo desamparado de importância intrínseca. Se, por cansado, não podia ele aparecer mais vezes, lá vinha um *inclito*, lá vinha um *magnânimo*, lá vinha um substantivo *augusto*. E outros e outros da mesma valia e peso (ASSIS, 2008a, p. 198).

Depois desses “Comentários da Semana”, o folhetim de Machado de Assis só retornaria no dia 5 de maio. Apesar de a série não ter rigor na periodicidade, esse teria sido o maior intervalo entre uma aparição e outra. Entre os dias 10 e 21 de novembro de 1861 e entre os dias 14 e 26 de janeiro, o folhetim apareceu mais espaçadamente. Sobre esse último intervalo, o comentarista se teria desculpado com os leitores: “Razões que não podem ser devassadas, e que me tocam particularmente, ocasionaram esta falta de dever” (Assis, 2008a, p. 162). Além disso, no comentário do dia 14 de janeiro, ele sugeria que seus comentários lhe teriam causado algum transtorno: “Sou um pouco audaz nas minhas investigações, e não poucas vezes tenho visto que a audácia acaba muitas vezes por dar na cabeça, bem que em alguns casos seja uma virtude preciosa” (Assis, 2008a, p. 156).

Jean Michel Massa levanta a hipótese de que o diretor político do *Diário*, Saldanha Marinho, “verificara que Machado de Assis tinha a pena demasiadamente afiada” e que “talvez fosse preciso mostrar que o grupo não era composto por

exaltados” (Massa, 1971, p. 308), num momento em que se desenhava para os liberais a oportunidade de participar do governo, como, de fato, veio a ocorrer, embora Zacarias de Góis tenha ficado à frente do Gabinete por apenas uma semana, de 24 a 30 de maio de 1862. De todo modo, no dia 5 de maio, Machado escreveria o último folhetim da série “Os Comentários da Semana”. Teria mesmo sofrido censura da direção do jornal? Teria percebido os limites da imprensa, a *alavanca que Arquimedes pedia para abalar o mundo*?

É possível que, de fato, tivesse ocorrido alguma forma de censura ou que, ao menos, tenha sido admoestado, embora o comentarista não acreditasse que chegaria ao ponto de perder sua coluna. Ao que parece, o jovem Machado de Assis apostava num provável acordo com a direção do jornal, inclusive quanto à periodicidade de sua coluna, que passaria a circular nas segundas-feiras: “Não será por falta de matéria que eu deixe de comunicar todas as segundas-feiras ao meu leitor a opinião que formar acerca das ocorrências da semana anterior” (Assis, 2008a, p. 203). Apesar disso, aquele último folhetim, o vigésimo da série, denunciava seu estado de ânimo:

Não vou bem. Este exórdio dá ares de história de criança, dessas que eu ouvia à ama, nos tempos que lá vão, quando não me lembrava de fazer comentários, e nem de ser lido pelos leitores do *Diário*, no pressuposto de que sou lido (Assis, 2008a, p. 203).

Não seria de todo improvável que, sendo a parte mais frágil dentre os redatores do *Diário*, tenha sofrido alguma sanção por parte dos adversários, fossem eles do governo ou mesmo do *Jornal do Commercio*. A esse respeito, Machado teria comentado: “Em um país onde as censuras da imprensa oposicionista se respondem com a personalidade, não é por certo fora das câmaras que a vida política se pode manifestar” (Idem). Machado de Assis não pretendia desistir de seus “Comentários”, sobretudo de seus comentários políticos, mais que isso, mantinha clara pretensão de se colocar entre seus leitores e os poderes instituídos: “Cabe às câmaras provar que o gabinete por inepto não pode continuar na gerência do país, e que não é para fazer um regulamento de condecorações e outras ridicularidades que se põem sete homens a testa da governança de um império” (Assis, 2008a, p. 204).

Aqueles foram os últimos “Comentários da Semana” de Machado de Assis, que continuaria, contudo, na redação do *Diário*, mas no anonimato das notícias anódinas. O ainda jovem Machado de Assis talvez acreditasse demais nas possibilidades de influir

no processo político do país, através de sua coluna. Talvez tivesse acreditado demais nas possibilidades da imprensa, na apregoada tolerância do imperador e na autonomia do autor. Ainda no dia 22 de fevereiro, ele já dava mostras de suas dúvidas em relação aos entusiasmos de seus tempos de *Marmota*:

Causa tédio ver como se caluniam os caracteres, como se deturpam as opiniões, como se invertem as ideias, a favor de interesses transitórios e materiais, e da exclusão de toda a opinião que não comunga com a dominante. Para este resultado nem os mais altos escapam, e é tecendo defesas gratuitas ao príncipe que se procura provar a má fé alheia e os próprios fervores (Assis, 2008a, p. 178).

Ocupar lugar de destaque num prestigiado jornal da capital do Império não seria algo tão simples. A exposição de suas ideias a um público mais amplo do que sua roda de amigos tornava-o também alvo da crítica e da ação daqueles que se sentiam atingidos por seus comentários. É possível supor que, até então, ele conhecia, apenas, os elogios e o incentivo de pessoas mais próximas e que, com ele, comungavam opiniões e sentimentos. Pode-se, ainda, especular que, diante da reação a seus comentários, não tenha contado com o apoio dos correligionários da redação.

Por outro lado, é possível admitir que foi no *Diário do Rio de Janeiro* que Machado de Assis exercitou seu talento, seu espírito e uma técnica adquirida no trabalho cotidiano, tornando hábil sua pena, mesmo diante da escassez de assunto, de inspiração ou de disposição da alma. Mais que isso, pode ser que os aborrecimentos, as contrariedades, censuras e os golpes sofridos tenham calejado sua escrita, tornando-a mais alusiva do que enfática, mais zombeteira do que apologética: mais oblíqua e dissimulada.

Isso, no entanto, não teria impedido que os recortes da realidade invadissem sua crítica e sua imaginação. Vale lembrar que, passados trinta anos dos eventos que puseram fim aos “Comentários da Semana”, Machado de Assis vivenciaria dias de censura bem mais rigorosa. Corria o ano de 1892 e o país vivia dias de instabilidade política, com lances de estado de sítio, golpes políticos e a imprensa sob censura. O autor de *Quincas Borba*, por sua vez, não se esquivaria dos debates travados através dos jornais e mantinha afiada sua pena. Na crônica do dia 15 de maio daquele ano, replicando uma série de artigos publicados no *Jornal do Commercio* que defendiam a tese de convocação de uma constituinte composta por quinhentos deputados, o

experimentado cronista de “A Semana”, apesar de se dizer desobrigado de participar daqueles assuntos, colocou seu nariz na discussão:

[...] a assembleia dos quinhentos, longe de ser o ovo de Colombo, parece um simples ovo de Convenção Nacional. Agora, se o ovo traz dentro de si uma águia ou um peru, é o que não sei; por vontade minha, traria um peru, — não porque eu desestime aquele nobre animal, mas por esta razão gulosa. Águia não se come, e a assembleia dos quinhentos seria um excelente prato, lardeado de façções, de imprecações, de confusões, de conspirações, tudo no plural, exceto a dissolução, que seria no singular. Por força que entre quinhentos sonâmbulos havia de haver um homem acordado, forte e ambicioso, que contentasse a todos dizendo: — Meus filhos, podem ir descansados; eu fico sendo democrata e imperador (Assis, 1996, p. 58).⁵⁵

Para o leitor do século XXI, talvez o comentário de Machado de Assis não surta qualquer efeito. A edição daquelas crônicas organizadas por John Gledson, porém, lembra, em nota, a alusão machadiana à *Convention Nationale*, que governou a França republicana de 20 de setembro de 1792 a 26 de outubro de 1795. A partir disso, é possível perceber a acidez do cronista, que compara os primeiros anos da República brasileira com aqueles que, na França, se sucederam à deposição do rei e que ficaram conhecidos como o “Reino do Terror” (Idem, ver nota 5).

Talvez por isso, como percebe Luís Costa Lima, “continuamos sem desconfiar de seus (os de Machado) escavados abismos” (Lima, 1990, p. 183). Sem esconder um tanto de autocrítica, Costa Lima atribui “à ligeireza com que continua lido e à dificuldade em se refletir sobre a razão de suas esquivas” a persistente imagem de um Machado de Assis “alheio, indiferente ou entediado do tempo e do país” (Lima, 1990, p. 185). Também Brás Cubas, em suas memórias, reclama dessa mesma ligeireza abordada por Costa Lima:

Começo a arrepender-me deste livro. Não que ele me canse; eu não tenho que fazer; e, realmente, expedir alguns magros capítulos para esse mundo sempre é tarefa que distrai um pouco da eternidade. Mas o livro é enfadonho, cheira a sepulcro, traz certa contração cadavérica; vício grave, e aliás ínfimo, porque o maior defeito deste livro és tu, leitor. Tu tens pressa de envelhecer, e o livro anda devagar; tu amas a narração direta e nutrida, o estilo regular e fluente, e este livro e o meu estilo são como os ébrios, guinam à direita e à esquerda, andam e param, resmungam, urram, gargalham, ameaçam o céu, escorregam e caem... (OC, i, 698).

⁵⁵ ASSIS, Machado. “A Semana”. Edição organizada por GLEDSON, John. São Paulo: HUCITEC, 1996.

Ainda que possa trazer certo cheiro de sepulcro e cansar o leitor, o recurso à história serve de base ao entendimento de muitas das nuances da crônica machadiana (não só da crônica), uma vez que, mesmo quando lhe coube informar ou comentar os acontecimentos da realidade, Machado de Assis não se pretendeu historiador ou documentarista. Ele foi, antes, um escritor, um artista.

Retornando a 1862 e aos episódios que marcaram o fim da coluna “Comentários da Semana”, dificilmente saberemos com exatidão as razões de tal desfecho. Pode-se afirmar, no entanto, com alguma precisão que, num primeiro momento, o fim de sua coluna representou um duro golpe em suas ambições e expectativas, mas também proporcionou um momento de reflexão e de calibragem das tintas de sua pena de cronista. Escrevendo cotidianamente na imprensa, comentando fatos e acontecimentos, muitas vezes Machado de Assis esteve exposto a diversas modalidades de censura. Em 1862, o jovem Machado de Assis ainda não tinha a experiência do cronista de 1892. Trinta anos depois, a situação seria outra. A imprensa estava sob forte censura, exigindo do cronista outros procedimentos.

Em 1862, a liberdade de imprensa era garantida pela Constituição, embora houvesse certas exceções. Havia também aspectos que, se não constavam nas letras da lei, impunham de formas diversas limites à expressão pública de juízos e opiniões. Conforme relembra anos mais tarde, em “O Velho Senado”, aqueles eram dias de mudanças no quadro de forças políticas do parlamento: “As eleições de 1860, na capital, deram o primeiro golpe na situação” (*OC*, ii, 593-594). De fato, a vitória liberal nas urnas não significou, necessariamente, inversão na estrutura de poder, tal como lembraria o próprio Machado de Assis: “Se também deram o último, não sei; os partidos nunca se entenderam bem acerca das causas imediatas da própria queda ou subida, salvo no ponto de serem alternadamente a violação ou a restauração da carta constitucional” (*OC*, ii, 594).

O pêndulo no qual se equilibravam o imperador e os grupos que disputavam a chefia do Gabinete passou a tender para o Partido Liberal e, além disso, fez reacender o descontentamento de grupos periféricos ao poder ligados ao Partido Conservador. É possível, portanto, que, em 1862, a pena afiada do comentarista da semana não interessasse mais à liderança liberal que dirigia o *Diário do Rio de Janeiro*. É possível que, diante da perspectiva de chegar ao governo, aos liberais interessasse mais a moderação do que o ataque frontal; a conciliação, à ruptura. Em 1862, Machado de Assis era somente Machadinho e não tinha a memória daqueles dias que seriam

lembrados, em 1892, em “Velho Senado”. Assim, tomo por empréstimo as palavras de Augusto Meyer, para quem, “entre ontem e hoje, entre Machadinho e Machado, cabem todas as fantasias do devir que está sendo e ainda não é” (Meyer, 2002, p. 19)⁵⁶ e faço delas um ponto de partida para pensar o processo de amadurecimento intelectual e artístico de Machado de Assis, nos anos que sucederam sua primeira experiência no *Diário do Rio de Janeiro*. É esse assunto que desenvolvo no capítulo seguinte.

⁵⁶ MEYER, Augusto. “De Machadinho a Brás Cubas”. *Revista do Livro* da Fundação Biblioteca Nacional, n. 44, Ano 14, janeiro de 2002, pp. 19-29. Esse artigo foi originalmente publicado em 1958, no número 11 da mesma *Revista do Livro*.

Capítulo III

De Machadinho a Machado de Assis

O verdadeiro cético não crê, como o Dr. Pangloss, que os narizes se fizeram para os óculos, nem, como eu, que os óculos é que se fizeram para os narizes; o cético verdadeiro descrê de uns e de outros. Que economia de vidros e de defluxos, se eu pudesse ter esta opinião!

“A semana”, 28 de fevereiro de 1897

3.1 Contribuição para *O Futuro*

Augusto Meyer observa que, “se de um lado não se concebem as *Memórias póstumas* senão como produto de uma longa gestação, nem por isso é menos imprevista, de outro lado, a impressão que provoca em nós o seu desabrochamento brusco” (Meyer, 2002, p. 19). Não trata este capítulo, no entanto, de saber se de *longa gestação* ou se de *desabrochamento brusco* foi feito um Machado de Assis consagrado autor de romances. O menino é pai do homem, responderia Brás Cubas. A questão que ora me ocupa é saber em que medida a atuação de Machado de Assis como homem público – jornalista, crítico literário e de teatro e, depois, censor do Conservatório Dramático – contribuiu para o nascimento do ficcionista, seja a partir de lenta gestação ou de brusco desabrochamento.

Em 1862, a pena de Machado de Assis já havia experimentado a ficção. Além de textos escritos para serem levados aos palcos, ele publicou em *A Marmota*, em 5/1/1858, o conto “Três tesouros perdidos”, do qual me ocuparei mais adiante. Aqueles foram, no entanto, escritos ocasionais e esparsos. Por sua vez, a escrita periódica nos jornais tornou-se, logo, mais que um ofício, um meio de expressão, uma tribuna, que tornava o escritor participante do debate em torno dos acontecimentos que diziam da política, dos palcos, dos livros, das ruas, dos salões, enfim, da vida pública.

Até aqui, destaquei o entusiasmo de um jovem diante das possibilidades do jornalismo impresso. Procurei focalizar, ainda, os impasses, as contradições e os desafios que se impunham ao intelectual público, em um ambiente de escassa circulação de bens simbólicos, o que, muitas vezes, tornava-o frágil frente à ira dos poderosos,

tendo, então, de decidir entre a submissão ou o confronto. No período abrangido, suas primeiras colaborações em *A Marmota*, de Paula Brito, ao último “Comentário da Semana”, no *Diário do Rio de Janeiro*, o jovem Machado de Assis conheceu o anonimato, o elogio, o incentivo, a curiosidade pública e, também, a censura e o exílio das colunas assinadas, despencando, a partir disso, do entusiasmo ao pessimismo. Resta, então, melhor compreender em que medida ele continuou acreditando em seu ofício de escritor, em sua condição de homem de letras, em sua atuação no debate público, na imprensa, no teatro, na literatura. Que aprendizados ele pôde obter de suas experiências até então vividas?

Com o cancelamento de seus comentários no *Diário do Rio de Janeiro*, o cronista vivenciou também momentos de autocrítica, quando pôde melhor avaliar as possibilidades, os limites e os riscos da escrita impressa. Ele logo encontrou abrigo nas páginas de *O Futuro* e ali experimentaria novas tintas para sua pena. Assim, além do imprescindível talento e de uma vocação que podem (ou não) ter aflorado espontaneamente, razões objetivas e materiais teriam contribuído, de forma decisiva, para o amadurecimento do escritor e do intelectual Machado de Assis.

Em *O Futuro*, uma publicação mais voltada aos assuntos literários, o cronista teria espaço para experimentar um tipo de escrita que se tornaria mais evidente em suas crônicas escritas entre os anos de 1876 e 1878, ou seja, às vésperas do aparecimento das *Memórias póstumas de Brás Cubas*. Essas crônicas serão observadas no capítulo seguinte, mas nas crônicas escritas para *O Futuro* já seria possível perceber aquilo que denomino *processo de ficcionalização do discurso machadiano*, ou seja, a incorporação de elementos ficcionais à sua voz pública, à sua escrita, à sua forma de observar e narrar e emitir um juízo sobre determinada realidade, mais especificamente sobre a sociedade brasileira da segunda metade do século XIX, suas práticas, seus costumes e seus acontecimentos momentâneos ou entendidos como decorrentes de sua história.

Isso significa afirmar que Machado de Assis não se teria afastado das inquietações que alimentaram sua pena nos primeiros anos de atividade jornalística, tampouco se teria esquivado do debate em torno das questões que afligiam a sociedade brasileira do século XIX. Desse *processo de ficcionalização*, não se trata tanto de apontar uma origem, mas suas motivações, seus impasses, contradições, reveses e realizações. Penso que todo evento emerge na história como resultante da ação de indivíduos socialmente organizados. Isso não impede, no entanto, que todo

acontecimento tenha seus protagonistas e seus instantes de urgência e insurgência: a lentidão jamais impediu os gestos abruptos.

Visto por esse prisma, o espaço da crônica seria também espaço de experimentação, o que confirmaria o que anotou Luís Costa Lima, em artigo anteriormente citado: “A versatilidade do narrador já seria em si uma adaptação por Machado de Assis de um princípio de estilo que ele desenvolveu na crônica” (Lima, 1990, p. 186). Nesse sentido, a “gestação” das *Memórias póstumas* pode ter ocorrido lentamente, num processo de acumulação de energias que, bruscamente, resultou num *fiat lux* criativo.

Na sua adolescência, a poesia teria sido um ritual de iniciação, pelo qual a maioria dos jovens letrados de sua geração se via seduzido. Por sua vez, o jornal era o destino do homem de letras, desde os anos da Independência. Quanto ao teatro, havia uma aposta em sua capacidade didática, em seu poder de educar e conduzir as multidões, de formar um público. Além disso, os palcos e as páginas impressas se apresentavam como possibilidade de distinção e de transformar em diálogo o que seria monólogo. Não se deve esquecer, ainda, que, diferentes da poesia e a despeito de idealismos, o jornalismo e o teatro seriam atividades profissionais, meios de sustento e, também, um estágio para a atividade política ou, ao menos, para um emprego público. A iniciação de Machado de Assis no terreno da ficção, mais especificamente do conto e do romance, decorreria de um processo de amadurecimento.

Tenho, por hipótese, que a estada de Machado de Assis em *O Futuro* em muito contribuiu para esse amadurecimento. Aquele teria sido um momento de crise e também de reflexão. Com o fim de sua coluna “Comentários da Semana” do *Diário do Rio de Janeiro*, ele não se afastou de todo das páginas do *Diário*, mas ficou desprovido de uma coluna própria, retornando dois anos depois, com a coluna “Ao Acaso”. *O Futuro* foi um momento de exílio, um abrigo para suas crônicas, onde também publicou poesias e o conto “O País das Quimeras”. Além disso, naquela publicação literária, ele teria mais espaço para experimentações, promovendo arranjos textuais que, aos olhos dos sisudos leitores do *Diário*, mais interessados nas gravidades da política, podiam causar alguma estranheza.

Foi assim que, em sua crônica de estreia, Machado de Assis apresentou o programa que pretendia seguir naquela nova empreitada. Havia muito de comisseração. Havia também claros sinais de que andara meditando. Talvez não estivesse de todo certo das linhas que pretendia trilhar. De todo modo, havia intenção de mudança, de

busca de tintas, dicções, linguagem. O cronista imaginava um diálogo com sua pena, aconselhando-a sobre o comportamento que deveria ter naquela nova publicação.

Tirei hoje do fundo da gaveta, onde jazia a minha pena de cronista. A coitadinha estava com um ar triste, e pareceu-me vê-la articular por entre os bicos, uma tímida exprobração. Em roda do pescoço enrolavam-se uns fios tenuíssimos, obra dessas Penélopes que andam pelos tetos das casas e desvãos inferiores dos móveis (*OC*, iv, 75).

Na sequência, apresentou os contratempos que o autor teria sofrido por conta da independência de seu instrumento de trabalho. Eram passados quatro meses desde o encerramento de seus “Comentários da Semana”. Nesse intervalo, aparecera apenas um único texto com a assinatura de Machado de Assis no *Diário do Rio de Janeiro*. Tratava-se da resenha de um livro: “Reservas à parte, as *Flores e Frutos* do Sr. B. Seabra⁵⁷ revelam um talento que se não deve perder” (*OC*, iii, 1.050).

Mais do que um programa, o preâmbulo daquele primeiro folhetim em *O Futuro*, os conselhos que dava à sua pena revelavam a disposição de adotar novas tintas, moderando a ousadia e a ênfase de suas convicções, evitando, sobretudo, envolver-se em polêmicas:

— Vamos lá; que tens aprendido desde que te encafuei entre os meus esboços de prosa e de verso? Necessito mais que nunca de ti; vê se me dispensas as tuas melhores ideias e as tuas mais bonitas palavras; vais escrever nas páginas do *Futuro*. Olha para que te guardei! Antes de começarmos o nosso trabalho, ouve amiga minha, alguns conselhos de quem te preza e não te quer ver enxovalhada. Não te envolvas em polêmicas de nenhum gênero, nem políticas, nem literárias, nem quaisquer outras; de outro modo verás que passas de honrada a desonesta, de modesta a pretensiosa, e em um abrir e fechar de olhos perdes o que tinhas e o que eu te fiz ganhar. O pugilato das ideias é muito pior que o das ruas; tu és franzina, retrai-te e fecha-te no círculo dos teus deveres, quando couber a tua vez de escrever crônicas. Seja entusiasta para o gênio, cordial para o talento, desdenhosa para a nulidade, justiceira sempre, tudo isso com aquelas meias-tintas tão necessárias aos melhores efeitos da pintura. Comenta os fatos com reserva, louva ou censura, como te ditar a consciência, sem cair na exageração dos extremos. E assim viverás honrada e feliz (*OC*, iv, 75).

Tais considerações, no entanto, não teriam impedido certa severidade na apreciação dos assuntos políticos, como seria possível perceber ao comentar o encerramento dos trabalhos legislativos daquele ano de 1862: “Cerimônia sobre a qual nada há que dizer, porque foi conforme os estilos que por sua natureza nada oferecem

⁵⁷ Bruno Henrique de Almeida Seabra.

de notável”. As tintas de sua pena mal disfarçavam a percepção de letargia do parlamento: “Os membros do parlamento foram procurar no remanso da paz o repouso das lutas da tribuna e dos trabalhos com que auxiliaram a administração na sessão finda” (Idem).

Aos leitores acostumados com seus comentários assinados no *Diário do Rio de Janeiro*, não havia dúvidas da ironia; afinal, não eram poucas as vezes que Machado de Assis enfatizava a apatia do parlamento brasileiro, sua submissão aos desejos do imperador e a nulidade de seus atos e decretos. De fato, é possível supor que os assinantes de *O Futuro* fossem também do *Diário do Rio de Janeiro*. Embora fossem bem distintas as duas publicações, havia grande afinidade entre suas equipes. Boa parte dos colaboradores e redatores do *Diário* também enviava seus textos para *O Futuro*. Foi nos “Comentários da Semana” de 24 de março daquele ano, depois de três semanas de ausência, que Machado anunciou com entusiasmo a aparição da nova publicação, dando sinais de que conhecia bem seus objetivos:

O Futuro, revista que aparecerá cada quinzena, é mais um laço de união entre a nação brasileira e a nação portuguesa. Muitas razões pedem esta intimidade entre dois povos, que, esquecendo passadas e fatais divergências, só podem, só devem ter um desejo, o de engrandecer a língua que falam, e que muitos engenhos têm honrado.

O Futuro, concebido sobre uma larga base, é uma publicação séria e porventura será duradoura. Tem elementos para isso. A natureza dos escritos que requer um folheto de trinta páginas, publicado cada quinzena, muitos dos nomes que se me diz farão parte da redação, entre os quais figura o do velho mestre Herculano, e a inteligência diretora e proprietária da publicação, o filho direto do autor do *Bilhar*, F. X. de Novaes, dão ao *Futuro* um caráter de viabilidade e duração.

Este abraço literário virá confirmar o abraço político das duas nações. Não é por certo no campo da inteligência que se devem consagrar essas divisões que são repelidas hoje. Os destinos da língua portuguesa figuram-se brilhantes; não individuem os esforços; o princípio social de que a união faz a força é também uma verdade nos domínios intelectuais e deve ser a divisa das duas literaturas (*OC*, iv, 65).

Em *O Futuro*, uma publicação mais voltada aos temas literários, a política não seria matéria para as crônicas de Machado de Assis. Assim, em seguida ao diálogo com sua pena, ele se voltava para a publicação do livro *D. Jaime ou a dominação de Castela*, poema sobre a Restauração Portuguesa de 1640. Seu autor, o português Tomás Ribeiro, era do círculo literário de António Feliciano de Castilho, o que muito lhe valeu para sua carreira literária. Em seu curto comentário, o cronista se faz elogioso: “O poema *D. Jaime* é realmente uma obra de elevado merecimento”. Em seguida, uma sutil

alfinetada: “Há poetas de palavras, mas Thomaz Ribeiro não é poeta de palavras, certo que não!” (OC, iv, 76).

Quem seriam os poetas de palavras? O cronista não esclarece e, ao contrário, encerra seu comentário com outra indagação: “Perguntarei com o Sr. Castilho onde há mais pura e doce poesia do que naquele fragmento poético — *Os filhos do nosso amor?*” (OC, iv, 76). De todo modo, sua apreciação tinha um tom bem diverso daquele que, no *Diário do Rio de Janeiro* de 22 de fevereiro do mesmo ano, dizia do livro do próprio Antonio Feliciano de Castilho e de seu irmão José Feliciano de Castilho de Barreto e Noronha, *Tributo á memória de sua majestade fidelíssima o senhor dom Pedro quinto, o muito amado*.⁵⁸ Naquela ocasião, apesar de ressaltar alguns aspectos — “Como obra de metrificacão, acredito que há razão para os que aplaudem com fogo a nova poesia do autor das Cartas de Eco” (Assis, 2008a, p. 174) —, ele não teria poupado o consagrado autor português: “Falta à poesia do Sr. Castilho Antônio o alento poético, a espontaneidade, a alma, a poesia, enfim” (Assis, 2008a, p. 175).

Em seguida, foi a vez do livro *As minas de prata*, de José de Alencar, publicado no terceiro volume da *Biblioteca Brasileira*, dirigida por Quintino Bocaiúva. O tom elogioso da resenha não poderia ser outro, afinal, Machado de Assis nutria grande admiração pelo autor de *O Guarani*. O cronista fez apenas uma única ressalva sobre o personagem o padre Gusmão de Molina: “Não sei de fisionomia de jesuíta descuidada e indiscreta” (OC, iv, 77). Depois das novidades literárias, o cronista fez um breve relato biográfico do maestro Artur Napoleão: “Em 1857, aquele prodigioso menino inspirou verdadeiro entusiasmo nesta corte, onde acabava de chegar cercado pela auréola de uma reputação” (Idem).

Da música ao teatro, Machado deixava claro que não havia abandonado suas convicções. Assim, num primeiro momento, ele lamentava a penúria dos palcos: “Quisera falar de teatros, mas os teatros não me dão largo campo para falar deles, ou, arrisquemos antes a verdadeira expressão, não me dão campo absolutamente nenhum. Nenhuma nova de vulto, digna de menção, foi dada nos dias da quinzena”. Em seguida, ele reafirmava suas ideias sobre o teatro:

Nenhuma ocasião mais azada do que esta para lançar ao papel algumas reflexões que trago incubadas relativamente à situação dos teatros. Para os que, como eu, vêm no teatro uma tribuna e uma escola, é triste contemplar o

⁵⁸ Pedro V foi rei de Portugal de 1853 a 1861.

abandono em que ele jaz, sem que a iniciativa oficial intervenha com a sua força e com a sua autoridade (*OC*, iv, 78).

O cronista dava mostras de que não pretendia envolver-se em polêmicas. O debate sobre a questão dos teatros era certamente um dos que mais o interessavam. Sua convicção a favor do financiamento público o colocava em posição de confronto com Macedo Soares, respeitável homem de letras do Partido Liberal e também d' *O Futuro*. Em seus Comentários no *Diário do Rio de Janeiro*, Machado já havia polemizado com Macedo Soares sobre a questão do financiamento público ao teatro e, como observado no capítulo anterior, teria usado palavras duras: “Opinião, sinto dizê-la, devia ser a última lembrada, se merecesse ser lembrada” (Assis, 2008a, p. 129). É bem provável que o tom empregado naquele debate lhe tenha custado algum aborrecimento. Assim, em *O Futuro*, embora convicto, optou pela moderação:

Não sei qual o meio de resolver a situação, ou antes, não quero estender-me ao exame dela; mas o que é fato é que o trabalho fecundo e os recursos bem aproveitados têm direito à atenção do governo; e mais que tudo as duas missões do teatro, a moral e a poética, demandam dos poderes superiores alento e iniciativa (*OC*, iv, 78).

Ao mesmo tempo, o cronista parecia ter consciência de que, ao impor “meia-tinta” à sua pena, ficava faltando algo à crônica: “Dito isto, ponho ponto final a esta crônica, e passo a ralar com a minha pena, que tão esperançosa me surgiu da gaveta, e tão desalinhada e sensaborona se houve nestas páginas” (Idem).

Faltava-lhe ainda encontrar a textura, a densidade, as cores e os tons com que comporia seu texto. Faltava-lhe ainda “esvoaçar em ziguezague” e “sugar, como o mel das flores, a graça, o sal e o espírito que deve necessariamente descobrir no fato o mais comezinho”, conforme já ensinara seu mestre Alencar (Alencar, 2004, p. 26). Aquela, no entanto, era apenas sua crônica de estreia. *O Futuro* não tinha compromisso com a informação, tampouco vinculação partidária, o que, por outro lado, permitia que ele exercitasse sua pena e melhor compreendesse o “efeito estranho (...) produzido pela afinidade assinalada entre o jornalista e o folhetinista”, conforme teria anotado em *O Espelho*: “Daquele cai sobre este a luz séria e vigorosa, a reflexão calma, a observação profunda. Pelo que toca ao devaneio, à leviandade, está tudo encarnado no folhetinista” (Assis, 2009a, pp. 55-56). Assim, escrevendo em *O Futuro*, ele pôde entregar-se mais à reflexão, sem a urgência de emitir opinião.

O Futuro foi fundado por Faustino Xavier de Novaes e circulou quinzenalmente de 15 de setembro de 1862 a 1º de julho de 1863. Tinha cerca de 32 páginas e conteúdo bastante diversificado: poesias, contos, partituras musicais, resenhas, correspondências, artigo, crônicas e, tal como prometido em sua edição de estreia, ilustrações. Nesse sentido, à semelhança da *Marmota* e de *O Espelho*, *O Futuro* era um periódico literário e, de específico, tinha o objetivo de promover intercâmbio literário entre Brasil e Portugal ou, conforme indicava sua carta-programa, redigida por Reinaldo Carlos Montoro, editor e colaborador do periódico:

Estabelecer um campo comum em que livremente, sem preocupações mesquinhas de opinião ou nacionalidade, viessem discursar os escritores de ambas as nações levar a estas o conhecimento mútuo do movimento literário de cada uma, e dar impulso com o exemplo recíproco, ao progresso literário de países tão férteis em imaginações ricas e pensadores elevados (*O Futuro*, n. 1, 15/09/1862).

Dentre os colaboradores brasileiros, faziam parte da equipe de *O Futuro* velhos conhecidos de Machado de Assis, como Macedo Soares, José Alexandre Teixeira de Melo, Augusto Emílio Zaluar, Ernesto Cibrão, Francisco Joaquim Bittencourt da Silva, Guilherme Bellegarde. Como se pode observar, todos militantes ou, ao menos, próximos das fileiras do Partido Liberal. A exceção seria Joaquim Pinto de Campos – membro do clero e do Partido Conservador, deputado em cinco legislaturas e relator do projeto da “lei do ventre livre”, de 28 de setembro de 1871 – que, a convite de Faustino Xavier, talvez visando a algum subsídio oficial, ficou encarregado de escrever os *Apontamentos Biográficos do Sr. Pedro II*, publicados nas oito primeiras edições, e depois editados em livro, em 1871.

Cabe destacar ainda Guilherme Belegarde, que, em “O ensino das classes operárias”, publicado na edição do dia 1º/10/1862, defendeu acesso à instrução, “buscando especialmente inocular no ânimo delas (as classes operárias) alguns dos sãos princípios da ciência econômica” e, também, à liberdade de trabalho e à igualdade civil, excluindo destes direitos, no entanto, os escravos. Seguindo os mesmos princípios liberais, embora enfatizando os aspectos nocivos à economia brasileira causados pela escravidão, Antônio Rangel de Torres Bandeira publicou “Economia política – a liberdade do trabalho e a concorrência, seus efeitos são prejudiciais à classe operária?”. Nesse artigo, citado por Roberto Schwarz em *As ideias fora de lugar* (Schwarz, 2000), Torres Bandeira não tinha dúvida em concluir que:

Não ha incentivo mais forte, estímulo mais vigoroso para a classe dos trabalhadores, do que a liberdade: é esse um incentivo, um estímulo que produz bens irrecusáveis; por quanto, aumentado as forças naturais, fala-ás obrar com mais energia, entrar com toda a segurança na cultura dos diversos ramos de indústria, e proporciona ao capital e ao solo um amplo espaço em que melhor se poderão desenvolver e obrar. Sem a liberdade, e sem o efetivo exercício dela, não se conseguirá nenhum destes resultados: é esta verdade comprovada pelo fato impolítico (sic) e abominável da escravidão, que metamorfoseando o homem numa entidade totalmente material e, por conseguinte, inerte, rouba-lhe todas as condições de aperfeiçoamento, e o reduz à posição de estátua, sem ação e sem vida (*O Futuro*, 15/1/1963).

De grande interesse também, principalmente para os estudos acerca da imprensa literária brasileira do século XIX, é a carta de José Alexandre Teixeira de Melo endereçada a Francisco Ferreira Soares, publicada na edição de 15/12/1862. No Rio de Janeiro, aonde chegara para fazer o curso de Medicina, concluído em 1859, Teixeira de Melo tornou-se amigo de Machado de Assis e também se reunia no escritório do advogado Caetano Filgueiras, na Rua de São Bento, juntamente com Gonçalves Braga, Macedinho, “João Joaquim Cândido de Macedo Junior, lembrado pelo autor: “O poeta de 15 anos, falecido na flor da idade, e aos primeiros albos do talento, a 5 de Março de 1860, sem ao menos deixar-nos, como Casimiro de Abreu, as primeiras flores da coroa de poesia que o destino lhe pusera na fronte pálida de inspiração”.

Esse artigo em forma de carta oferece, ainda, um breve relato de algumas iniciativas de tais publicações, desde o aparecimento d’*O Beija-flor – Anais Brasileiros de Ciência, Política, Literatura*, em 1830. Em seguida, o missivista diz da importância de tais publicações, para o desenvolvimento do país, lamentando o desaparecimento precoce a que estariam todas condenadas, sendo necessário, por isso, que obtivessem algum patrocínio dos homens endinheirados.

O Futuro também contava com representação e correspondentes em diferentes províncias brasileiras, o que, de alguma forma, garantiria sua circulação para além das fronteiras da Corte: na Bahia, Catilina & Comp – Livraria Catilina, fundada por Carlos Pongetti, em 1835, resistindo até 1960, quando era considerada a mais antiga do Brasil; em Pernambuco, Cunha Irmãos & Comp.; no Maranhão, Luiz Augusto de Oliveira; no Pará, o cônsul de Portugal Joaquim Batista Moreira; no Rio Grande do Sul, Silva & Costa; em Pelotas, Francisco Luiz Ribeiro; em Porto Alegre, Joaquim Alves Leite; em Santos, J. J. de S. Ayram Martins; na Paraíba, Felizardo Toscano de Brito; em Maceió, José Gonçalves Guimarães; em São Paulo, A. L. Garraux – *Casa Garraux*, fundada em

1860, tornando-se a principal livraria da cidade de São Paulo no século XIX. A assinatura, de no mínimo um ano, custava 15\$000, para a Corte, e 17\$000 para as demais localidades.

Pelo lado português, o fundador e principal redator de *O Futuro*, Faustino Xavier Novais, nasceu na cidade do Porto, em 1820, e chegou ao Brasil em 1858. No Rio de Janeiro, antes de fundar *O Futuro*, Faustino Xavier Novais colaborou no *Jornal do Commercio*, *Correio Mercantil*, *A Marmota* e *Revista Popular*, editada por Garnier entre os anos 1859 e 1862. São de sua autoria as comédias *Cenas da foz*, representada no teatro São Pedro de Alcântara em 19 de setembro de 1858, e *Um Bernardo em dois volumes*, levada ao palco do Teatro Ginásio, em 1859. Sobre esta última, Machado de Assis escreveu, em sua “Revista de Teatro” d’*O Espelho* do dia 2/10/1859:

Um Bernardo em dois volumes é uma comédia do Sr. Novaes, feita para rir, cujo fim preenche completamente.

O autor não teve de certo intenção de uma obra literária – e o povo assim o compreendeu e assim o recebeu. Riu, gostou, é o aplauso da comédia, por isso que ela não visa outro alvo. Há chiste, novidade, ação, movimento, enfim o poeta das elegantes sátiras está ali reproduzido (Assis, 2009a, p. 92).

Também vale destacar Camilo Castelo Branco, que publicou cinco das 11 novelas de *O Futuro*: “O maior amigo de Luiz de Camões”, na edição de estreia; “Conhecimentos úteis”, no número 4; “Que destino!”, números 7 e 8; “Dois casamentos”, números 10 e 11, e “Aguilha em palheiro”, iniciado na 14ª edição e interrompido com o desaparecimento da publicação, na edição de 1º de julho de 1863. Ramalho Ortigão, por sua vez, contribuiu em *O Futuro* com dois artigos, analisando, entre outros, os romances de Camilo Castelo Branco *Amor de perdição* e *Memórias do cárcere*, este último retratando seus dias e os de sua companheira, Ana Plácido, na Cadeia da Relação do Porto, em 1860, por conta da acusação de adultério. Ana Plácido, que colaborou com *A desgraça da riqueza*, foi a exceção feminina naquela constelação de homens de letras. Sobre ela e sua obra mais importante, *A luz coada por ferros*, boa parte dela escrita na prisão, escreveu Machado de Assis, na edição de 15 de março de 1863 d’*O Futuro*: “Uma mulher de espírito é brilhante preto; não é coisa para deixar-se cair no fundo da gaveta” (*OC*, iv, 100).

O Futuro merece certamente ser mais estudado e pretendo fazê-lo em outra oportunidade. Por ora, cito uma vez mais Jean Michel Massa, para quem aquela revista marcou “a vida literária e artística da capital brasileira com características originais”

(Massa, 1971, p. 344). *O Futuro* pode não ter alcançado totalmente seus objetivos, que, afinal, eram imensos, tanto nas expectativas de Machado de Assis como nas de Reinaldo Montoro. Penso, no entanto, que a estada de Machado de Assis em *O Futuro* foi decisiva para sua formação intelectual e artística. Destaque-se, ainda, seu engajamento num projeto audacioso, não tanto por conta de abraços ou progressos, mas pelo simples fato de se tratar de uma revista literária, num ambiente em que “a fatalidade que persegue as nossas publicações literárias persegue também parte dos que nascem entre nós, ou entre nós crescem com um raio de inspiração n’alma” (*O Futuro*, 15/12/1862), conforme apontava o artigo de Teixeira de Melo. Desse modo, prossigo com as crônicas de Machado de Assis em *O Futuro*, destacando suas inquietações, em relação à sua própria atividade de folhetinista e ao ambiente intelectual de seu tempo.

Depois de sua crônica de estreia, no dia 15 de setembro de 1862, Machado voltaria a *O Futuro* somente no dia 30 de novembro e indicava que a retomada daquele espaço seria definitiva: “Me voilà pour toujours!” (Eis-me aqui para sempre!). Em seguida, falava do lugar que lhe estava reservado. Não seria ao rés do chão, como de costume, mas nas últimas páginas, ao fim da leitura dos artigos mais relevantes. Ele até poderia dar conta de acontecimentos, mas de forma amena, *mansamente*, ou a meias-tintas, tal como aconselhara sua pena:

Neste aposento construído no fundo do edifício que o leitor acaba de percorrer instalo-me eu, aqui praticarei mansamente com o leitor sobre todas as coisas que nos fornecer a quinzena, sem fadiga para mim nem mágoa para ninguém. Durarão as nossas palestras o intervalo de um charuto, mais infelizes nisto que as rosas de Malherbe. Olhe o leitor: à roda da mesa, estão jornais de todo o império; sentemo-nos como bons e pacíficos amigos (*OC*, iv, p. 79).

Ao dizer da especificidade da crônica e mencionar os versos de François Malherbe,⁵⁹ o cronista apontava para a efemeridade da rosa e da crônica, que teriam, no mundo, apenas a tarefa de entreter, de agradar, de embelezar e que, por isso mesmo, sobreviviam somente por uma manhã. Apesar da percepção que tinha acerca de seu ofício e de seu espaço, o cronista não se esquivava de tratar de temas que lhe pareciam urgentes e exigiam sua intervenção. Nesse sentido, se a política não tinha em *O Futuro* o mesmo destaque que em seus “Comentários da Semana” do *Diário do Rio de Janeiro*,

⁵⁹ Referência à poesia de François Malherbe (1555-1628), intitulada Consolação ao Sr. Du Périer, gentil-homem de Aix-en-Provence, pela morte de sua filha, na qual se lê esta estrofe: “Mais elle était du monde où les plus belles choses / Ont le pire destin; / Et rose elle a vécu ce que vivent les roses, / L’espace dun matin.” (Mas era ela do mundo onde as mais belas coisas / Têm o pior destino; / E rosa ela viveu o que vivem as rosas, / Uma breve manhã.

não ficava de fora de suas preocupações, que, naquela oportunidade, se voltavam para a política externa do Império e os desentendimentos com o Peru:⁶⁰ “O fato é que a dignidade da nação brasileira foi vilipendiada e que só uma enérgica intimação poderá ter lugar depois daquelas ocorrências; o país espera ser bem defendido pelo governo nesta deplorável questão” (Idem).

Nesse episódio, podia-se constatar que sua pena seguia os conselhos do cronista e mantinha certa prudência da avaliação dos fatos: “No meio de todas as preocupações, esta me parece a principal, a que deve ocupar mais lugar e tempo nas lucubrações íntimas do gabinete. (...) O que eu não posso é saber já o que se tem passado, e serei desculpado por não dar notícia sobre os fatos dos navios peruanos e da esquadilha brasileira” (Idem).

Depois disso, seguindo a receita anunciada na abertura de seu folhetim de estreia, dividia mansamente com o leitor os demais acontecimentos da quinzena. De fato, o tom da crônica segue como de uma conversa amena, alternando assuntos mais relevantes com outros mais prosaicos. Assim, depois dos graves acontecimentos que envolviam um país vizinho, Machado mencionava uma notícia publicada na seção “Gazetilha” do *Jornal do Commercio* do dia 17 de novembro de 1862, dando conta da exumação dos restos mortais de Estácio de Sá.⁶¹

⁶⁰ A pretensão peruana pelo direito de navegação no rio Amazonas foi sistematicamente obstruída pelo Império, tornando-se um contencioso no relacionamento entre os governos de Lima e Rio de Janeiro, durante a maior parte do século XIX. Machado devia estar se referindo aos desentendimentos ocorridos em outubro de 1862, envolvendo dois navios peruanos, recém-adquiridos à Inglaterra – *Morona* e *Pastanza* –, que trocaram tiros com a guarnição imperial brasileira, estacionada na Fortaleza de Óbidos.

⁶¹ “S. M. Imperial chegou à antiga Sé do Rio de Janeiro pelo meio dia, com os seus (ilegível) os Srs. Meira e Neto dos Reis. Já o esperavam os membros do Instituto (IHGB), os Sr. visconde de Sapucaí, Dr. Macedo, J. Norberto, Drs. Souza Fontes e Carlos Honório, Coruja; conselheiro Melo e Lagos, muitas pessoas gradas. O recinto da Igreja achou-se para logo invadido por uma multidão de ávidos curiosos de todas as classes e ambos os sexos.

S. M. o Imperador ordenou que se fizesse a exumação. Removida a lápide com facilidade, conheceu-se que não havia depósito algum; era uma campa rasa sobre o solo artificial da igreja.

Na primeira camada de argila apareceu uns ossos esparsos de criança; depois os ossos de um adulto, todos de data não muito remota, e finalmente, onde se concluía o aterro e começava o solo da montanha, os ossos já delidos do grande capitão.

O Sr. Dr. Souza Fontes dirigiu as escavações com todo o cuidado, coadjuvado pelos Srs. Drs. Macedo e Pinheiro Guimarães – mas os ossos estavam em tal estado, que o crânio desfez-se nas mãos do Dr. Souza Fontes, quando ele dizia que Estácio de Sá devia ter uma bela cabeça.

A exumação durou até as 5 horas da tarde. S. M. o Imperador demonstrou grande interesse em que se não perdesse uma ó dessas relíquias que contam (contavam) duzentos e noventa e cinco anos! Seis horas seguidas esteve o imperador em pé, dirigindo as escavações arqueológicas, por meio de suas sábias indicações e conselhos.

Sua Majestade recomendou a Fr. Caetano de Messina que tivesse todo o cuidado nestes restos venerados; ao Sr. Dr. Souza Fontes que apresentasse um trabalho científico sobre o seu exame; ao Sr. Norberto que tomasse todas as notas e fizesse indagações históricas sobre a campa; e ao Sr. Visconde de Sapucaí que se lavrasse o termo respectivo pela parte do Instituto Histórico.

Para alguns é duvidosa a autenticidade dos ossos achados na sepultura do Castelo; devo dizer que esta dúvida só a ouvi articular a pessoas que duvidam de tudo, pela razão de terem sido enganadas muitas vezes, o que é um procedimento acertado. Eu não sei se a dúvida tem lugar, mas louvo-me na opinião geral e na dos professores que dirigiram a exumação, para a qual não faltaram, segundo nos disse a imprensa, todas as instruções arqueológicas (*Jornal do Comércio* do dia 17/11/1862).

Entre a desconfiança e a crença, Machado de Assis encontrava razões em ambas as possibilidades. No prosseguimento, o cronista preferiu trazer a lembrança de outro evento, eximindo-se de comentar aquela escavação que contou com a presença do imperador, de pesquisadores do IHGB e da Escola de Medicina e de membros do clero, além da audiência de uma multidão de curiosos:

Lembra-me agora que Méry,⁶² estando em Roma, encontrara um dia alguns sujeitos a cavar em certo lugar, animados por dois *lords* que, de quando em quando, atiravam uma moeda aos trabalhadores. Méry, apaixonado pelas ruínas, parou e assistiu à exumação do que quer que fosse. Finalmente apareceram uns fragmentos de estátua, a cujo aspecto um olhar experimentado não daria menos de mil anos.

Grande contentamento dos ingleses, que fizeram conduzir até o carro as preciosidades encontradas no solo romano. Méry pediu humildemente para ajudar a carregar parte daqueles preciosos achados, e com toda a veneração foi depositar a sua carga no carro dos patricios de *lord Palmerston*.⁶³

Compreendo a satisfação que deve ter um homem apaixonado pela antiguidade, ao ver diante de si os restos de uma obra que supõe haver encantado os olhos de todo o patriciado romano. E compreendo também o desgosto que havia de ter o autor da *Florida*,⁶⁴ quando, à noite, em uma reunião de pessoas distintas, depois de haver contado o fato da manhã, soube que os restos achados eram de véspera preparados de modo a parecer que datavam de longe, acrescentando o carrasco das suas ilusões que o Museu de Londres esta cheio destas tais antiguidades, coisa que eu creio um pouco dura.

Não presuma o leitor malicioso que eu trouxe este conto para diminuir a idade aos ossos encontrados na sepultura de Estácio de Sá. Creio que são autênticos, e na verdade é isso que devemos crer todos, porque não podemos crer noutra coisa.

Compensa isso à fadiga dos que lá foram ao Castelo assistir ao ato. Eu não fui, e creio que fiz mal. De mais, se é verdade, como eu creio, que além desta vida há uma vida melhor, e que, portanto Estácio de Sá está nos olhando talvez por um destes óculos do céu que nós chamamos estrelas e dumas faíscas dos pés do Onipotente; se é verdade isto, sejam ou não aqueles os ossos autênticos, uma

Seguiu-se um momento rezado ante os ossos, pelos padres capuchinhos ao qual assistiu S. M. o Imperador, que retirou-se depois, descendo a montanha do Castelo acompanhado de todas as pessoas que presenciaram o ato de homenagem paga ao fundador da capital do império.”

⁶² Joseph Méry (Marselhe, 1798, 16/06/1866) foi poeta, publicista, romancista, dramaturgo francês, sendo, hoje, ainda lembrado como autor do libreto da ópera *Don Carlos*, de Verdi. A passagem que o cronista diz lembrar-se provavelmente é do livro *Scènes de la vie italienne*, publicado em dois volumes, em 1837.

⁶³ Primeiro-ministro inglês de 1855-1858 e 1859-1865.

⁶⁴ *La Floride*, de Méry, é uma novela publicada em 1844.

vez que a intenção é boa, Estácio ficará agradecido e aceitará lá de cima a fé, a intenção, se não puder aceitar os ossos (*OC*, iv, p. 80).

Ao admitir que o Museu de Londres pudesse estar repleto de falsas relíquias, o cronista sugeriria que também os ossos encontrados no Morro do Castelo talvez não fossem autênticos, mas isso pouco importava, uma vez que a intenção era boa e o que importaria, afinal, era a intenção, e não os ossos. Nesse sentido, o cronista estaria admitindo a hipótese de que a escrita da história, assim como o Museu de Londres, está repleta de elementos inautênticos. Tal percepção aponta para outra de suas crônicas, publicada em 15 de setembro de 1876, na *Revista Ilustração Brasileira*. Naquela oportunidade, Machado de Assis seria mais radical, pelo menos é o que se pode perceber em sua resposta a um leitor que colocava em dúvida a historiografia oficial e a versão dos acontecimentos em torno da Independência de 1822 e o *Grito do Ipiranga*:

Durante cinquenta a quatro anos temos vindo a repetir uma coisa que o dito meu amigo declara não ter existido. Houve resolução do príncipe D. Pedro, independência e o mais; mas não foi positivamente um grito, nem ele se deu nas margens do célebre ribeiro. Lá se vão as páginas dos historiadores; e isso é o menos. Emendam-se as futuras edições. Mas os versos? Os versos emendam-se com muito menos facilidade. Minha opinião é que a lenda é melhor do que a história autêntica. A lenda resumia todo o fato da independência nacional, ao passo que a versão exata o reduz a uma coisa vaga e anônima. Tenha paciência o meu ilustrado amigo. Eu prefiro o grito do Ipiranga; é mais sumário, mais bonito e mais genérico (Assis, 2009b, pp. 99-100).

Em 1863, o jovem Machado de Assis talvez não preferisse, ainda, a lenda à história autêntica. De todo modo, já naquela crônica de *O Futuro*, havia o entendimento da legitimidade do recurso a falsas relíquias na tarefa de narrar e comentar os acontecimentos, uma vez que importa mais a própria narrativa do que os documentos, os testemunhos, os ossos, autênticos ou não. Da mesma forma, pouco importava a veracidade do acontecimento narrado por Méry, um apaixonado pelas ruínas. A alusão seria um recurso ficcional incorporado à sua crônica, uma forma de dizer da escavação no Castelo, dizendo do Museu de Londres. Assim, ao relativizar os critérios de validação dos testemunhos, dos documentos e dos achados arqueológicos e, por conseguinte, da própria narrativa histórica, o cronista abriria espaço para a valorização do que seria simplesmente suposto, imaginado e, até mesmo, falsificado. A partir disso, teria lugar no texto da crônica, da apreciação dos acontecimentos cotidianos, alguns elementos que seriam específicos ao texto ficcional, não apenas alusão ou metáfora, mas memória, lembrança falha e tudo mais que não tem comprovação de autenticidade e

que, por isso mesmo, são apenas ruínas de um passado que só pode ser recuperado com a imaginação.

Isso seria mais do que pintar com “meias-tintas” ou conversar “mansamente com o leitor sobre todas as coisas (...), sem fadiga para mim nem mágoa para ninguém” (OC, 2008, p. 79). É a essa forma de abordar um acontecimento que, no início deste capítulo, denominei *processo de ficcionalização do discurso machadiano*. Ao leitor apressado, talvez tivesse passado despercebida a ironia para com os ossos de Estácio de Sá. Ao leitor de um século futuro, talvez seja por demais oblíqua a referência a algo tão remoto. Ao recorrer a elementos em sua crônica do acontecimento, elementos identificados com o texto ficcional, a zombaria de Machado de Assis poderia parecer mais amena, mais dissimulada, porém, ao mesmo tempo, sua lenda revelaria o tanto de lendário ou de embuste que poderia haver naquela suposta história autêntica. A exumação de Estácio de Sá guardava algo de semelhante com a inauguração do monumento de Pedro, que, como já mencionado, foi duramente contestado pelo comentarista da semana do *Diário do Rio de Janeiro*, naquela oportunidade, sem “meias-tintas” ou apelo à ficção:

Não me autorizarei mesmo de uma circunstância que alguém notou, a de estar a figura do primeiro imperador, que hoje se há de descobrir, com a constituição estendida para o lado do teatro, querendo daí concluir o malévolo que o pacto fundamental é uma comédia (Assis, 2008a, p. 188).

Em ambas as solenidades, pretendia-se – o imperador e os membros do governo – consolidar laços de identidade, através de determinada narrativa histórica. O pai do imperador seria o libertador da pátria, e Estácio de Sá, o fundador da cidade capital da nação independente. Do mesmo modo que outrora ocorreu com a defesa do indianismo como mitologia fundadora do povo brasileiro, essas iniciativas estariam inclusas no desejo de incorporar Pedro I e Estácio de Sá ao patrimônio cultural da capital do Império. Ambas as iniciativas seriam parte do esforço de se consolidar um discurso que se quer legítimo, como bem assinala Nestor Garcia Canclini:

A rigor, assim como todo patrimônio e toda a narrativa histórica ou literária é metáfora de uma aliança social, o que cada grupo hegemônico estabelece como patrimônio nacional e relato legítimo de cada época é o resultado de operação de seleção, combinação e encenação, que mudam segundo objetivos das forças

que disputam a hegemonia e a renovação de seus pactos (Canclini, 1999, p. 150).⁶⁵

Ainda nos tempos de *Marmota*, em 05/01/1858, Machado se arriscara pelos caminhos da ficção, publicando “Três tesouros perdidos”,⁶⁶ um pequeno conto sobre um caso de adultério com os personagens apresentados apenas com uma letra. Armado com uma pistola e acreditando estar diante do amante de sua esposa, o Senhor F ordena que o Senhor X abandone a cidade e, para isso, paga a quantia de dois contos. Ao chegar em casa, o Senhor F encontra um bilhete deixado por sua esposa: “Meu caro esposo! Parto no pacote em companhia do teu amigo P... Vou para a Europa. Desculpa a má companhia, pois melhor não podia ser. Tua E...”. O desfecho cômico é garantido pela reação do marido traído: “Perdi três tesouros a um tempo: uma mulher sem igual, um amigo a toda prova e uma linda carteira cheia de encantadoras notas que bem podiam aquecer-me as algibeiras!” (Assis, 1961, v. xv, p. 224).

Excetuando os textos para o teatro, aquela teria sido a única experiência ficcional de Machado de Assis, antes de ingressar em *O Futuro*,⁶⁷ onde publicou, em 01/11/1862, “O País das Quimeras”. Até então, o jornal, o teatro e a poesia é que ocupavam sua pena. Ao que parece, o romance seria algo com que não contava, tão cedo, arriscar-se. Faltava-lhe o estudo necessário? Talvez fosse essa a razão, pelo menos é o que acreditava quando escreveu o “Passado, o Presente e o Futuro da Literatura” e discorria acerca da raridade de escritores que se enveredavam pelos caminhos do estudo do romance, reconhecido por ele como um gênero de grande importância (*OC*, iii, 1.005).

Quanto ao conto e às pequenas novelas, estes não seriam prioridade para o futuro autor, que, anos mais tarde, viria a se consagrar também nesse gênero. Assim, poucos dias depois de publicado “O País das Quimeras”, no mesmo *O Futuro*, ao comentar “um livrinho do Sr. Leandro de Castilhos, composto de três contos”, o crítico indagaria: “Por que não ensaia o Sr. L. de Castilhos um romance de largo fôlego?” (*OC*, iv, 82). Assim, pode-se admitir que, no entendimento de seu autor, “O País das

⁶⁵ CANCLINI, Nestor Garcia. *Consumidores e cidadãos: conflitos multiculturais da globalização*. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 1999.

⁶⁶ Jackson, v. XV, pp. 221-224.

⁶⁷ Na mesma *Marmota*, de 17 maio a 4 novembro de 1859, apareceu a novela intitulada “Madalena”, assinada por M. de A, o que levou José Galante de Souza e Raymundo Magalhães Junior a concluírem ser de autoria de Machado de Assis. Tal atribuição, no entanto, é posta em dúvida, sendo mais provável que as iniciais M. de A. sejam de Moreira de Azevedo, Manuel Duarte, também colaborador d’ *A Marmota* e que, em 1860, publicaria um romance com esse mesmo título de *Madalena*.

Quimeras” seria também algo de menor fôlego, um exercício, uma experimentação que poderia ser revisada e reescrita, como de fato foi, em 1866, sob o título de “Uma excursão milagrosa”, publicada no *Jornal das Famílias*.

Conforme denominação do próprio Machado de Assis, “O País das Quimeras” seria um “conto fantástico” (*OC*, ii, 740) e, concordando com isso, seria a primeira incursão do autor nesse abismo, à época pouco explorado pelos autores nacionais. *Noite na Taverna*, de Álvares de Azevedo, era uma exceção, e Machado, provavelmente, teve acesso à sua edição, publicada postumamente em 1855. Também Hoffmann (Ernst Theodor Amadeus) teria exercido alguma influência para que Machado de Assis desse cores fantásticas a seu conto, uma vez que, do autor alemão, *O pequeno Zacarias, chamado Cinábrio* fora citado em sua coluna do *Diário* do dia 29 de dezembro de 1861. Quanto a Edgar Allan Poe, vale lembrar que, em 1866, quando deu uma nova escrita a seu “O País das Quimeras”, Machado de Assis fez referências diretas às extraordinárias histórias desse autor. Lembra-se, ainda, de Théophile Gautier, que gozou de alguma fama entre a geração romântica brasileira.

Não é o caso aqui de questionar a denominação de “conto fantástico” para a narrativa da viagem imaginária de Tito ao país das quimeras. Não pode ser descartada, no entanto, a possibilidade de alguma inspiração nas viagens sedentárias de Xavier de Maistre e sua *Viagem ao redor do meu quarto*, citada no prefácio das *Memórias póstumas de Brás Cubas*. É possível ainda que Machado tivesse lido a *Utopia*, de Tomas Morus, e, desse livro tirasse a ideia de seu conto. No prólogo de “Uma excursão milagrosa”, não cita nenhum dos dois autores, mas faz referência a seu entusiasmo com “viagens sedentárias”; “Quem não há de ir ver as cousas com os próprios olhos da cara, diverte-se ao menos em vê-las com os da imaginação, muito mais vivos e penetrantes” (*OC*, ii, 838).

O que parece certo é que “O País das Quimeras” tem muito do humor dos poemas satíricos, gênero mais frequente na poesia de Faustino Xavier, editor de *O Futuro*, e mais ainda, dos poemas épicos-cômicos de Antonio Dinis da Cruz e Silva. Machado de Assis devia estar mesmo interessado nesse poeta, tanto que, no dia 26 de janeiro daquele mesmo 1862, publicou em sua coluna do *Diário do Rio de Janeiro* um poema sob a inspiração do *Hissope*,⁶⁸ ridicularizando “a portaria do Sr. Presidente da

⁶⁸ O *Hissope* foi escrito no estilo épico de *Os Lusíadas*, num estilo propositalmente escolhido para melhor realçar o ridículo. Tem como tema uma questão de cerimonial entre o bispo de Elvas e o deão da respectiva Sé. O poema ridiculariza os valores feudais, a mentalidade escolástica, a poesia gongórica, o

Província do Rio de Janeiro a certo vigário, resolvendo umas dúvidas suscitadas por um sino sem badalo” (Assis, 2008a, pp. 164-167).

A narrativa tem início com Tito meditando sobre os inconvenientes de qualquer viagem, fosse por mar, uma vez que “os carinhos de Anfitrite são um tanto raivosos, e muitas vezes funestos”, fosse por terra, pois “história dos caminhos de ferro, pequena embora, conta já não poucos e tristes episódios”. Tito era “poeta aos vinte anos, sem dinheiro e sem bigode” e, segundo o narrador, “a natureza se dividira para dar a Tito o que tinha de melhor e o que tinha de pior”, tanto no físico como nos valores morais. Assim, se o rosto era belo, eram os “pés prodigiosamente tortos, pernas zambras”. Da mesma forma, sua moral apresenta o mesmo aspecto “duplo do físico. Não tem vícios, mas tem fraquezas de caráter que quebram, um tanto ou quanto, as virtudes que o enobrecem”. Sua maior fraqueza foi comercializar a produção “da sua musa, não por meio de uma permuta legítima de livro e moeda (...). As vendas que fazia eram absolutas, isto é, trocando por dinheiro os seus versos” (OC, ii, 740-741).

Tito era um poeta romântico e, “como todos os homens de vinte anos, poetas e não poetas, sentia-se afetado da doença do amor”. Sua amada, “era um modelo da mais seráfica pureza e do mais perfeito recato de costumes e recebera “uma educação austera de seu pai, (...) homem de incrível boa fé, que, neste século desabusado, ainda acreditava em duas coisas: nos programas políticos e nas cebolas do Egitto”. Apesar disso, ao declarar seu amor, ouviu dela “que era melhor voltar à vida real, e deixar musas e amores, para cuidar do alinhamento da própria pessoa” (OC, ii, 742-743).

O sofrimento causado pela negativa de sua amada deixa o poeta dividido entre dois projetos: “um concluía pela tragédia, outro pela asneira”, ou seja, o primeiro “era simplesmente deixar este mundo; o outro limitava-se a uma viagem, que o poeta faria por mar ou por terra”. Abandonado o projeto trágico, Tito decidiu-se pela viagem: “Mas qual o meio de mudar de sítio? Tomaria por terra? tomaria por mar? Qualquer destes dois meios tinha seus inconvenientes” (OC, ii, 743).

Mergulhado em suas dúvidas, Tito é despertado por uma visita inesperada, uma visão que lhe apareceu sob a forma de “uma sílfide, uma criatura celestial, vaporosa, fantástica, trajando vestes alvas, nem bem de pano, nem bem de névoas, uma coisa entre

fausto da aristocracia e os abusos praticados pelo alto clero. Permaneceu proibido em Portugal até 1808, quando, durante a ocupação francesa, foi autorizada sua publicação pelo governo Junot. Além do já citado conto “Uma excursão milagrosa”, pelo menos em mais uma oportunidade Machado de Assis faria referência ao Hissope. Conforme indicação do próprio autor na Advertência ao Leitor, o poema “O Almada” – poema épico-cômico em 8 cantos – foi inicialmente publicado sob o título de “Velho Fragmento” na *Revista Brasileira* e em *A Estação*, (ver OC, iii, 782-850).

as duas espécies, pés alígeros (...)” (*OC*, ii, 744). No curso dos acontecimentos, depois de um breve diálogo, a sílfide convida o poeta para uma viagem ao País das Quimeras, “um país para onde viaja três quartas partes do gênero humano, mas que não se acha consignado nas tábuas da ciência”. Tito aceita o convite e, ao chegar ao destino, logo é levado ao soberano, que trazia na cabeça, assim como os membros de sua corte, um pavão que, de tempos em tempos, se arma e guincha: “O gênio das bagatelas, de que fala Elpino” (*OC*, ii, 746).

A referência ao poeta português Antonio Dinis da Cruz e Silva (ou Elpino, seu pseudônimo na Arcádia Lusitana) não seria gratuita. Os leitores de *O Futuro*, muitos de origem portuguesa, conheciam bem seu poema *O Hissope*, de 1768, de onde Machado extraiu o título do soberano. Assim, se ainda persistem dúvidas sobre as influências de seu conto fantástico, o mesmo não ocorre com o tom satírico empregado para descrever as tolices, as futilidades, as vaidades e os modismos de que se ocupava grande parte da sociedade, entre muitas outras, a cerimônia do beija-mão, “porque, segundo Tito ouviu depois, não se dá naquele país o ato mais insignificante sem que esta formalidade seja preenchida” (*idem*).⁶⁹

Um simples cotejo daqueles relatos de viagem ao “País das Quimeras” com os comentários escritos para o *Diário do Rio de Janeiro*, que foram observados no capítulo anterior, seria suficiente para que o leitor percebesse que, no lugar do ataque frontal aos rituais da corte brasileira, o autor optou pelo estilo satírico do poeta Dinis. Para demonstrar tal deslocamento do discurso, bastaria recortar, por exemplo, o comentário do dia 1º de dezembro de 1861 em torno do reconhecimento do novo governo da Itália. Na ocasião, o comentarista se mostrava indignado com as indecisões do governo brasileiro e sua submissão aos caprichos do imperador: “Palpita-me que o mundo é alguma coisa mais larga, e que as ideias pairam um pouco mais acima dos augustos telhados da monarquia” (Assis, 2008a, p. 113).

Da mesma forma, o discurso opinativo cede lugar à galhofa para apontar o caráter discricionário das elites. Voltemos ao comentário do *Diário*, no dia 16 de dezembro de 1861, sobre as condecorações do Império: “A folha oficial deu a público um decreto que reúne as duas condições: de abusivo e de ridículo; é o decreto que

⁶⁹ A cerimônia do beija-mão foi trazida para o Brasil por D. João VI e consistia na liberação do acesso ao Paço Imperial, em determinados dias, quando o público podia apresentar alguma reivindicação. Em sinal de respeito, antes de fazer seu pedido, beijava-se a mão direita do monarca. Esse hábito foi mantido por D. Pedro I e, durante a campanha pela maioria de Pedro II, procurou-se restaurar a mística da figura imperial, restabelecendo o protocolo e as pompas reais nas solenidades públicas, inclusive o “beija-mão”.

regula a concessão de condecorações” (Assis, 2008a, p. 127). No seu conto fantástico, o narrador nos diz do momento em que o poeta é apresentado aos membros da corte e é indagado sobre qual pronome de tratamento estava acostumado a receber. Ele responde com franqueza: “se tanto, uma triste Mercê” (*OC*, ii, 746). Isso irritou profundamente o soberano e despertou o desdém dos demais: “Nós temos cá a Senhoria, a Excelência, a Grandeza, e outras mais; mas, quanto à Mercê, essa, tendo habitado algum tempo este país, tornou-se tão pouco útil que julguei melhor despedi-la” (*idem*).

Na excursão ao país das quimeras, também os excessos românticos e os modismos não seriam poupados. A narrativa prossegue com a sala sendo invadida por uma legião de moças “frescas, lépidas bonitas e loiras” que “receberam os carinhos reais como coisa que lhes era devida”. Eram as Utopias e as Quimeras, que o poeta “logo que as viu teve a impressão de conhecê-las de algum lugar”. Depois, Tito visitou a sala da rainha, ficando extremamente impressionado com aquela figura real finamente trajada: “É a Moda, cercada de suas trezentas belas caprichosas filhas” (*OC*, ii, 746-747).

O poeta visitou ainda uma sala em que um grupo preparava “massa quimérica” e, segundo lhe informaram, era massa cerebral, destinada a “certo número de homens de todas as classes, estadistas, poetas, namorados etc.; serve também a mulheres”. Tito quis saber mais sobre aquela massa, mas “não pôde arrancar-lhe (do chefe) mais uma palavra, porque ele, ao dizer as últimas, começou a olhar para o ar e a contemplar o vôo de uma mosca” (*OC*, ii, 748). A lembrança da crônica de 22 de fevereiro de 1862, quando o comentarista se dizia “desgostoso e enjoado com as misérias políticas de que nos dão espetáculo os homens que a aura da fortuna ou o mau gênio das nações, colocou na direção, patente ou clandestina, das cousas do país” (Assis, 2008a, p. 178) é quase inevitável.

A crítica aos governantes, no entanto, torna-se mais ácida quando Tito alcança uma sala de entrada restrita: “Era uma sala onde muitos quiméricos, à roda de mesas, discutiam os diferentes modos de inspirar aos diplomatas e diretores deste nosso mundo os pretextos para encher o tempo e apavorar os espíritos com futilidades e espantalhos”. Tito teve tempo, ainda, de assistir a uma execução em praça pública: “O povo quimérico contemplou a execução como se assistisse a um espetáculo de saltimbancos”. Indagando se o condenado havia cometido algum assassinato, responderam-lhe que se tratava de “crime de lesa-cortesia (...), crime de não fazer a tempo e com graça uma continência; este crime é considerado naquele país como a maior audácia possível e imaginável” (*OC*, ii, 748).

Por fim, Tito reencontra as Utopias e as Quimeras e, delas, obtém a resposta de onde o conheciam: “À noite, cansado das lutas do dia, recolhes-te ao aposento, e aí, abrindo velas ao pensamento, deixas-te ir por um mar sereno e calmo. Nessa viagem acompanham-te algumas raparigas... somos nós, as Utopias, nós, as Quimeras” (*OC*, ii, 749). Nesse momento, o poeta parecia compreender as palavras de sua amada, que, ao recusar seus apelos, aconselha-o a voltar à realidade e melhor cuidar da sua própria pessoa: “Ah! sois vós, é verdade! Consoladora companhia que me distrai de todas as misérias e pesares. É no seio de vós que eu enxugo as minhas lágrimas”.

Não é possível saber com exatidão quando Machado de Assis escreveu “O País das Quimeras”. Pode ter sido um conto de ocasião, há muito guardado na gaveta, aguardando alguma oportunidade ou melhor acabamento. Lembro o intervalo de quatro anos entre a publicação de seu primeiro conto, “Três tesouros perdidos”, e este, publicado em *O Futuro*. De todo modo, como procurei demonstrar, uma leitura pouco mais atenta desse conto pode facilmente levar a perceber relações com seus comentários políticos e também com sua crítica literária e teatral, sobretudo no que tange a uma concepção ancorada em ideias generalistas e abstratas e sem maior envolvimento com questões sociais.

Talvez o cronista de *O Futuro* tenha sido traído por sua pena, que, em vez de meias-tintas, carregou em suas tintas satíricas, ao estilo do poeta Antonio Dinis da Cruz e Silva, que sofreu os rigores da censura portuguesa sob a tutela do marques de Pombal, o déspota esclarecido que, embora, em 1751, tenha posto fim à escravatura em Portugal e também aos autos de fé e à discriminação dos cristãos-novos, não extinguiu a Inquisição portuguesa, que permaneceu em vigor até 1821, tampouco à censura, exercida pela Real Mesa Censória, criada no mesmo ano da aparição do *Hissope*, 1768.

Do mesmo modo, em sua estada em *O Futuro*, Machado de Assis dava sinais de que estava descobrindo a eficácia da fantasia e do humor, contra a imposição de limites à autonomia do escritor, poeta ou cronista dos acontecimentos. O que poderia ser apenas uma suspeita de seus leitores, na crônica de 15 de abril de 1863 recebe do autor uma evidência: “O mavioso Petrarca da Vila Rica deixou uma vez as liras apaixonadas, com que honrava a amante do seu coração, para tomar a chibata da sátira, e com ela sacudir a toga respeitada do governador de Minas” (*OC*, iv, 102).

Tratava-se da notícia de uma nova edição das *Cartas Chilenas*, de Tomás Antônio Gonzaga, promovida por Eduardo & Henrique Laemmert, em 1863. Como se sabe, as *Cartas Chilenas* são uma sátira ao governo de Fanfarrão Minésio, general do

Chile, na realidade Luís da Cunha Menezes, governador colonial das capitâneas de Goiás e Minas Gerais, sediada em Vila Rica, atual Ouro Preto. Para Machado de Assis, Gonzaga, graças a “esse disfarce, pôde salvar-se e mandar à posteridade mui preciosos documentos” (*OC*, iv, 102).

Nesse sentido, considere-se conto fantástico ou cômico, “O País das Quimeras” se insere numa tradição de narrativas que se tornam tão mais populares porque o arbítrio, o autoritarismo ou a simples mediocridade dos poderosos impõem à imaginação o controle da lei e da violência. Diante disso, pode-se admitir que os conselhos dados à sua pena para não se envolver em polêmicas de nenhum gênero seriam apenas consequência de algum mal-estar passageiro ou, o que parece mais certo, de um desabafo melancólico. Acrescente-se que, ao anunciar o programa daquela nova série de crônicas através de um diálogo imaginado com sua pena, o autor fazia uso de um recurso ficcional, de um disfarce.

O mesmo tom melancólico, acrescido de certa indefinição quanto ao que viria, seria repetido no primeiro dia do ano de 1863, quando o cronista se dispôs a fazer um balanço dos acontecimentos de 1862. Para o cronista, se havia alguma esperança naquele ano que iniciava, pouco havia de regozijo no que acabara de findar: “Pobre ano de 62! Deverei eu entrar no coro dos acusadores? Que podias fazer? Tiveste contra ti os elementos, o céu e a terra, os homens e as coisas; a tua vontade era sincera, mas a tua força era comparativamente nula” (*OC*, iv, 84). O tom é bem próximo daquele da crônica com que inaugurara sua participação em *O Futuro*.

Depois do ministério dos seis dias do liberal Zacarias de Góis e Vasconcelos (24 a 30 de maio de 1862), Pedro de Araújo Lima, o marquês de Olinda, estava à frente do governo brasileiro. Talvez por isso o cronista mantinha-se ameno: “Terá 63 força para pôr ordem a esta balbúrdia? Duvido; é tarefa superior às forças de um ano; mas ele fará o que puder, estou certo”. Dentre as preocupações, os conflitos com o Peru tinham maior destaque. Sobre isso, não escondia seu ceticismo: “Não é raro fazermos triste figura nas nossas pendências internacionais [...]. As lições do passado servem de espelho ao presente e ao futuro, e o nosso receio é deste modo natural” (*idem*). As desavenças com o país vizinho, afinal, foram resolvidas sem maiores beligerâncias, mas o pior ainda estava por acontecer.

Desde 1860, o representante do governo britânico William Christie cobrava do governo imperial maior celeridade na emancipação definitiva dos africanos trazidos por contrabando, estimados em centenas de milhares. A relação entre os dois países, no

entanto, azedou de vez quando dois marinheiros ingleses vestidos em trajes civis foram presos no Rio de Janeiro por fazerem algazarra nas ruas da cidade. Embora tenham sido logo soltos, o entrevero adquiriu maiores proporções quando o governo brasileiro enviou uma carta ao embaixador britânico, solicitando que os marujos ingleses fossem colocados à disposição das autoridades nacionais. Ressalve-se que, à época, os súditos britânicos respondiam apenas à Justiça de seu país. Sentindo-se ultrajado, o representante britânico dirigiu-se ao imperador cobrando indenização pelo saque da carga do veleiro mercante britânico “Prince of Wales”, por um grupo de populares, na costa do Rio Grande do Sul. Mais que isso, Christie ameaçava bloquear com seus navios a entrada da baía de Guanabara, caso não recebesse a tal indenização, e ainda exigia um pedido formal de desculpas pelo saque e por seus marinheiros presos.

Tal acontecimento, conhecido como “Questão Christie”, ocupou boa parte da crônica de 15 de janeiro de 1863. Machado de Assis estava prenhe de patriotismo: “Prevedo todas as consequências futuras, o país acha-se disposto a depor o que houver de resistência no altar da pátria” (*OC*, iv, 87). Não só ele. A imensa diferença de forças não impedia que a jovem nação, sentindo-se ultrajada, se movimentasse para o combate. O ânimo marcial contagiava a todos. Formavam-se associações que tinham por objetivo promover a arrecadação de doações e recrutar voluntários. Sua crônica dava notícias de toda aquela movimentação:

Nesta Corte as manifestações desta natureza não se têm feito esperar; recursos de que o governo carece, sem que este tenha reclamado uma subscrição nacional, já vão aparecendo; a câmara municipal já recebeu o nome de muitos voluntários. Uma sociedade que tomou o nome de União e Perseverança formou-se na câmara municipal, domingo último. Mais de duas mil pessoas concorreram aos convites feitos nos jornais. (...) Outra sociedade foi também organizada nesse dia no Pavilhão Fluminense. O mesmo entusiasmo patriótico reina por toda a parte sem distinção de classes (*idem*).

O envolvimento de Machado de Assis, contudo, não se restringiu aos limites de sua crônica. No dia 18 de janeiro, saía publicado na *Semana Ilustrada* o *Hino Patriótico*. O *Hino Patriótico* foi depois musicado pelo maestro Júlio José Nunes – a regente, em 1861, da ópera *A Noite do Castelo*, de Carlos Gomes – e cantado por Emília Adelaide, no Teatro Ginásio, com o produto da venda de certo número de exemplares dos versos impressos com a ilustração do artista Henrique Fleiuss, destinado à subscrição nacional em favor da compra de armamentos. O Hino tem os seguintes versos em seu estribilho: “Brasileiros! Haja um brado / Nesta terra do Brasil / Antes a

morte de honrado / Do que a vida infame e vil”. Além desta, há outras tantas estrofes de apelo à honra e à bravura dos brasileiros: “Quer estranho despotismo / Lançar-nos duro grilhão; / Será o sangue o batismo / Da nossa jovem nação. (...) Nação livre, é nossa glória / Rejeitar grilhão servil; Pareça a nossa memória / Salva a honra do Brasil” (OC, iii, 763-764).

Aquele era um momento de urgência. A intelectualidade do Rio de Janeiro se manifestava nas ruas, nos cafés, nos jornais, nos teatros. Outro *Hino Patriótico*, de J. J. Teixeira (provavelmente, Joaquim José Teixeira Junior), também veio a público, incitando à resistência contra o poderoso inimigo. Neste, algumas estrofes dão a perceber que seu alvo era a ameaça de apreensão dos navios que contrabandeavam trabalhadores da África, depois da proibição do tráfico, em 1850: “Franqueamos nossos portos / aos navios do Bretão / não se contenta com ouro, contra nós volta o canhão, (...) Como selvagens nos trata / a dar leis aqui se apronta, / pois bem, selvagens briosos, / lavemos com sangue a afronta” (Chernavsky, 2009).

Mais conhecido é o poema de Fagundes Varela *O Estandarte Auriverde – Cantos sobre a questão anglo-brasileira*, dedicado “Aos Brasileiros”. Seu prólogo fazia referência às exigências inglesas, incluindo o *Slave Trade Suppression Act*, mais conhecido no Brasil como *lei Bill Aberdeen*, legislação inglesa de 08 de agosto de 1845 que proibia o comércio de escravos entre a África e a América e teria resultado, no Brasil, na aprovação da *Lei Eusébio de Queirós*, de 1850:

Não ha coração Brasileiro que não transborde de ódio e indignação, à leitura das exigências insultantes e continuadas do governo inglês, para com esta bela terra da América! Desde suas piratarías e saques nos mares territoriais, até o Bill Aberdeen que a reduziu à posição de uma máquina passiva, a insolente Bretanha nada poupou para calcar aos pés esta plaga bendita que, se tivesse um pouco mais de audácia e cobiça, ocuparia um dos primeiros lugares entre as potências do globo (Fagundes Varela, 1863).

Na edição de *O Futuro* de 15 de março daquele ano, Machado de Assis voltaria a se imiscuir numa questão que envolvia disputa entre nações. Em *Acorda Polônia*,⁷⁰ o poeta se solidarizava com o povo polonês e chamava a atenção de seus leitores para os conflitos que ocorriam naquele país, *A Revolta de Janeiro*, rebelião popular contra o domínio russo e a convocação de jovens para servirem no exército do czar:

⁷⁰ Inserido depois em *Crisálida* (1864), com o título de Polônia.

Preso uma vez da ira dos tiranos,
 Os membros retalhou-te
 Dos senhores a esplêndida cobiça
 Em proveito dos reis a terra livre
 Foi repartida, e os filhos teus a – escravos –
 Viram descer um véu de luto à pátria
 E apagar-se na historia a glória tua (*OC*, iii, 407).

Em 22 de novembro de 1863, outra vez Machado de Assis se solidarizava com os povos que eram alvo do ataque das grandes nações. Durante um sarau literário e musical em homenagem ao pianista português Artur Napoleão, Machado leu seu poema “Epitáfio ao México”, que foi depois incluído nas *Crisálidas*: “Venceu a força indômita; / Mas a infeliz vencida / A mágoa, a dor, o ódio, / Na face envilecida / Cuspiu-lhe. E a eterna mácula / Seus louros murchará” (*OC*, iii, 406). Antes dessa leitura pública, a invasão do México por tropas de Napoleão III já havia sido matéria de sua “Revista Dramática” nas páginas do *Diário do Rio de Janeiro*, em 1º setembro daquele mesmo ano:

Recebi de Buenos Aires uma ode escrita pelo poeta argentino Carlos Guido y Spano⁷¹ sobre a invasão do México. É um ardente protesto de indignação contra o ato de Sua Majestade o Imperador dos Franceses (...).
 Revolta-se a alma do homem e a musa do poeta contra a prepotência armada e disfarçada. Em casos tais não se escolhem expressões nem se dissimulam sentimentos: fala-se franca e rudemente como permitem a dor e a irritação. Tal é o caráter da poesia de Carlos Guido.
 Nem outro poderia ser o tom de uma poesia, que tratasse de tamanho infortúnio. Como dirigir em certos casos o ímpeto e alvoroço? (Assis, 1961, v. xxx, p. 177).

A indagação do cronista remete a uma questão que o perseguia desde, pelo menos, a suspensão de seus “Comentários da Semana” e que, de forma um tanto dramática, aparecia em sua coluna de estreia em *O Futuro*. Como medir as tintas com que tratava fatos dos mais diversos? De um lado, era preciso manter a atenção e o interesse do leitor. De outro, havia a expectativa dos editores do jornal e, além destes, do círculo de letrados, que advogavam para si alguma influência no rumo dos acontecimentos.

⁷¹ Carlos Guido y Spanoum (1827-1918), um dos principais poetas da literatura argentina do século XIX. Filho do General Tomás Guido, que lutou ao lado de San Martín pela independência da América Espanhola. Entre 1840 a 1852, viveu no Rio de Janeiro, onde seu pai era embaixador. Fez parte de uma geração de intelectuais que procurou denunciar os prejuízos humanos da Guerra do Paraguai, produzindo inúmeros textos publicados, principalmente na imprensa de Buenos Aires, denunciando os políticos responsáveis pela guerra que destruiu uma sociedade latino-americana (Fonte: BRAGA, Marcio Bobik. “Resenha”, *Cadernos do Programa de Pós-Graduação em Integração da América Latina da Universidade de São Paulo – PROLAM/USP*. Ano 08, n. 15, v. 2, jul./dez. 2009, p. 183).

Segurando a pena e dando-lhe vida, o cronista pretendia deixar suas marcas, suas impressões, seu juízo próprio.

Escrevendo regularmente para os jornais, a pena do cronista precisava sobrevoar os acontecimentos, fossem urgências ou meras curiosidades, soubesse deles nas repartições do governo, nas salas de teatro, nas esquinas da cidade ou nas correspondências e publicações trazidas pelo último vapor. Diferente das notícias, da informação sobre o movimento dos portos ou o preço de alguma mercadoria, por exemplo, à crônica não cabiam a precisão, o dever de reproduzir os fatos com o máximo de fidelidade possível. Tampouco era preciso ao cronista ter isenção, linguagem contida ou distanciamento desapaixonado.

Quando de seus “Comentários da Semana”, Machado de Assis estaria mais próximo de um analista do que de um cronista beija-flor. Em carta “Ao Redator de Ecos Marítimos” publicada no *Diário do Rio de Janeiro* de 08/02/1862, ele havia indicado ao amigo a disposição de sua pena: “Meu caro, – Praz-me acreditar que, nos longos anos da nossa íntima e nunca estremecida amizade, tenho-te dado sobejas provas de que não costumo subordinar as minhas opiniões ao interesse ou conveniências, e que, errôneas ou verdadeiras, são-me elas sempre ditadas pela consciência” (Assis, 2008c, tomo I, p. 3).

Em *O Futuro*, essa insubordinação às conveniências não seriam tão agudas em relação aos temas da política, afinal era um liberal que estava à frente do ministério. Quanto à atividade teatral, o cronista, apesar de assim não se qualificar, postava-se como um especialista, um analista generoso para com os autores nacionais, mas, nem por isso, distante de suas “Ideias sobre o Teatro”. Foi assim, por exemplo, ao comentar a montagem da peça de Sizenando Nabuco:

O autor da *Túnica de Nessus* merece todas as simpatias, e tem direito a ser recebido no seio da literatura dramática. É assim que o aplaudo e saúdo. Entenda-se, porém, uma coisa: nas minhas observações literárias nunca levo pretensão a crítico. Tal não me supponho, mercê de Deus. A crítica é uma missão que exige credenciais valiosas, de cuja mímica não me coro de vergonha em confessar, como não tenho vaidade em referir as pouquíssimas coisas que sei.

(...)

Entre mim e o autor da *Túnica de Nessus* não pode haver senão mútuos e cordiais conselhos. Toca-me a vez, e declaro que o faço com tanto prazer quanta sinceridade, e que a independência, de que não posso prescindir no meu juízo, em nada prejudica o desejo que nutro de lhe aplaudir muitas vitórias dramáticas (OC, iv, 88).

Da mesma forma, as emergências da política externa – as desavenças com um país vizinho, as ameaças de Christie à soberania do país e a invasão a uma jovem nação americana por uma potência europeia – exigiriam da pena do cronista algo mais que *meias-tintas*. Naquela sua estação em uma publicação de menor prestígio, o jovem Machado de Assis buscava as tintas e o tom que imprimiria a seu texto. Ao discorrer sobre os costumes do ambiente político, intelectual e artístico, havia experimentado a prosa satírica e fantástica em “O país das Quimeras”.

Na condição de escritor profissional, fosse escrevendo num jornal de grande prestígio como o *Diário do Rio de Janeiro* ou numa pequena publicação de cunho literário como *O Futuro*, Machado participava do debate em torno dos dilemas do seu tempo, questões locais da política e da arte e mesmo das guerras distantes, como a invasão do México. Seria o engajamento próprio do cronista, do crítico ou do poeta, do ficcionista, do artista? A resposta afirmativa exigiria do escritor outras indagações e a primeira dizia respeito a seu próprio ofício, “como dirigir em certos casos o ímpeto e alvoroço” (Assis, 1961, v. xxx, p. 177). Ao assumir uma posição pública em relação às urgências que ameaçavam uma jovem nação, fosse o Brasil ou o México, que linguagem deveria adotar?

Do mesmo modo, ao se imiscuir na política, na vida social ou na produção artística de seu tempo, como se manter sincero, independente e não prescindir de seu próprio juízo ou, como na carta ao redator de “Ecos Marítimos”, como não se subordinar a interesses ou a conveniências? Em outros termos, qual seria sua responsabilidade de escritor diante da sociedade?

O jovem Machado de Assis já se havia exercitado na poesia, no ensaio, na crítica, no teatro, na crônica política, na ficção fantasiosa e satírica, e dava mostras de que se encontrava diante de um impasse, no qual o intelectual se vê dividido entre os aspectos mais conjunturais, como as questões econômicas, os interesses partidários ou de grupos, e aqueles mais universais, relacionados ao conhecimento inerente à sua própria condição de artista, cientista, técnico. Ao que parece, diante de certas emergências, o cronista ainda hesitava entre o fato e a imaginação, mas isso não o impedia de se manifestar publicamente, inclusive sobre questões da política nacional, ainda que estivesse escrevendo para uma publicação mais voltada aos temas da arte.

Essa manifestação, no entanto, tornou-se mais cautelosa, sem os arroubos efusivos de seus “Comentários da Semana”, quando não dava tréguas ao Ministério

Conservador liderado pelo futuro duque de Caxias. Foi assim, por exemplo, no dia 15 de maio de 1863, quando o cronista discorria sobre suas preocupações em relação ao decreto que dissolvia a Câmara dos Deputados, convocando novas eleições para o primeiro dia do ano seguinte:

Se me fosse dado escrever uma crônica política, esta seria de todas as minhas crônicas a mais farta e a mais interessante. Com efeito, a situação a que pôs termo o decreto de 12 do corrente marca, na história do império, um dos mais graves e embaraçosos momentos; e a mais simples exposição do meu pensamento, em relação à gravidade do caso e ao alcance da medida, bastaria para encher o espaço de três crônicas.

(...)

O que é certo é que o ano de 1863 é e há de ser fecundo em acontecimentos. Aguardamos o que vier, e deixemos a apreciação do decreto de 12 de maio, não sem registrá-lo como uma data de regeneração (*OC*, iv, 105 e 106).

De fato, havia motivos para preocupações desse tipo. A retomada liberal havia alterado o quadro de forças à frente do governo. As eleições de janeiro de 1864 dariam maioria à aliança que unia conservadores moderados e liberais. Seria o retorno da “política de conciliação”, dessa vez, no entanto, com uma hegemonia liberal, ainda que os políticos que davam sustentação ao governo (Liga Progressista) fossem, em sua maioria, dissidentes conservadores.

Joaquim Nabuco, na biografia que escreveu de seu pai – Senador Nabuco de Araújo, que teve intensa participação nos acontecimentos políticos daqueles dias –, expressou sua versão sobre as dificuldades que tanto os membros do Partido Liberal quanto aqueles da dissidência conservadora tiveram para explicar aquela aliança aos eleitores:

(...) em umas, como Minas e São Paulo, onde os elementos liberais eram os mais fortes e a defecção conservadora quase nula, dizia-se que era o partido Liberal, por pouco se não dizia Luzia, que tinha atraído o grupo de Conservadores convertidos às ideias de progresso e lhes abria os braços; em outra, como a Bahia, onde o contingente Liberal histórico era insignificante a foi e a força do partido era dos Moderados, a explicação era que, tendo passado a época das revoluções, tinha passado também a da repressão e que a minoria esclarecida do antigo partido Conservador não hesitara em aceitar o concurso dos seus adversários de outras épocas para iniciar, a despeito da oligarquia do partido encastelado no Senado, uma época de reformas liberais; por último, nas províncias, como Pernambuco, onde a antiga tradição Liberal conservava ainda força entre o Povo, mas onde também a resistência Conservadora era grande, explicava-se a coalizão como uma aliança; em pé de igualdade, dos dois antigos

combatentes, conservando cada um sua individualidade, suas aspirações próprias (Nabuco, s. d., pp. 99-100).⁷²

Foi essa liga, aliança, fusão ou coalizão que permitiu que, até 1868, os progressistas dominassem a Câmara, permanecendo à frente do governo, mas tal maioria não foi suficiente para dar estabilidade a qualquer dos quatro gabinetes liberais que se sucederam um após outro. Também no plano internacional, o período foi marcado por instabilidade política e, além da questão Christie, cujos desentendimentos perduraram até novembro de 1865, houve o acirramento dos conflitos na região do Rio da Prata, com a invasão brasileira ao Uruguai e, nos desdobramentos, a Guerra contra o Paraguai, que teve início em novembro de 1864 e se alongou até 1869.

Quando do início dos combates, *O Futuro* não mais circulava. Sua última edição é de 1º de julho de 1863. Machado de Assis nada disse sobre o fim da publicação. Na ocasião, preferiu lamentar outra perda para as letras nacionais, a confirmação da morte de João Francisco Lisboa – fundador, em 1852, do *Jornal de Timon* –, que se encontrava em Portugal pesquisando documentos sobre a história do Brasil. Passado um ano, em junho de 1864, Machado de Assis voltaria às colunas assinadas da imprensa fluminense, retomando seu espaço no *Diário do Rio de Janeiro*, com a série “Ao Acaso”. Ali, entre outros temas, ele viria a se envolver ativamente nos debates em torno dos conflitos no sul do país. Esses textos serão apreciados mais adiante. Por ora, na seção seguinte, retorno às páginas de *O Futuro*, destacando o esforço de Machado de Assis no sentido de incluir o Brasil no círculo de países identificados com o progresso e a sociedade civilizada.

3.2 Entre o crítico e o censor

Escrevendo em *O Futuro*, Machado de Assis também abordava temas que seriam tão ou mais controversos que a política. Ainda em 1862, no *Jornal do Povo*, numa carta anônima endereçada ao bispo do Rio de Janeiro, Dom Manuel do Monte Rodrigues de Araújo, o conde de Irajá,⁷³ o missivista solicitava o fim de certas procissões, argumentando que tais manifestações seriam “fórmulas mais materiais e

⁷² NABUCO, Joaquim. *Um estadista do Império*, tomo II (1857-1866). Rio de Janeiro: Garnier, s. d. (pp. 99-100).

⁷³ Político e professor de teologia do Seminário de Olinda e autor de várias obras de religiosas. Foi também capelão-mor dos dois imperadores e nono bispo do Rio de Janeiro, desde 1840.

mundanas” e que, ao contrário de “ensinar a religião pelo seu lado sublime, ou antes pela sua verdadeira e única face, é pelas cenas impróprias e improveitosas que a propagam” (*OC*, iii, 1048 e 1049). Para o solicitante, que logo adiantara sua admiração pelo chefe religioso, tais festividades “estão longe de oferecer a majestade e a gravidade imponente do culto cristão. São festas de folga, enfeitadas e confeitadas, falando muito aos olhos e nada ao coração” (*OC*, iii, 1.049).

Na crônica do dia 1º de março de 1863, em *O Futuro*, Machado de Assis informava a seus leitores ter sido ele o autor daquela carta. Nessa oportunidade, ele saudava a supressão da procissão de Cinzas, mas, nem por isso, deixava de anotar que “o nosso clero é tacanho e mesquinho; nada enxerga para fora das paredes da sacristia, metade por ignorância, metade por sistema” e acrescentava: “as procissões, não as aturam um ânimo religioso e civilizado (*OC*, iv, 96). Em seguida, o cronista parecia indicar o que, em seu entender, seria uma atividade voltada ao ânimo “religioso e civilizado”:

Deve instalar-se brevemente uma utilíssima associação de homens de letras. (...) Trata-se de instituir leituras públicas de obras originais; para isso convidam-se os homens de letras residentes nesta Corte (...). A iniciativa pertence a um distinto e erudito escritor que afaga a ideia de há muito e que uma vez por todas se lembrou de praticá-la ou abandoná-la, se não tivesse aceitação (*OC*, iv, 97).

Na crônica seguinte (15/3), conforme prometido, Machado completava as informações sobre aquela associação de homens de letras, transcrevendo uma carta “pela qual o Sr. A. de Pascual,⁷⁴ iniciador da ideia, convidou para a reunião o poeta A. E. Zaluar”. A ideia geral consistia em “modo popular de instruir o povo, deleitando-o e acostumando-o ao belo” (*OC*, iv, 98). Depois de relatar diversas iniciativas semelhantes, desde os antigos gregos que “doutrinaram o povo, nas alamedas, nos jardins acadêmicos e peripatéticos, e mesmo mendigando nas ruas”, o “distinto e erudito escritor” acrescentava:

A indústria intelectual não pode, por enquanto, – balda de fervorosos apóstolos – arcar com o charlatanismo dos especuladores da matéria, traduzido em divertimentos públicos; mas, tende fê na inteligência, e lutai com denodo para tornar familiar entre as massas a instrução, de que tanto carecem para apreciar no seu justo valor a própria dignidade de seres intelectuais e livres (*OC*, iv, 99).

⁷⁴ Antônio Deodoro de Pascual nasceu na Espanha, em julho de 1822, estabelecendo residência no Rio de Janeiro, em 1852, e naturalizando-se cidadão brasileiro. Entre outros, é autor de *Estudo sobre a nacionalidade da literatura*, sob o pseudônimo Adadus Calpe. Faleceu em 1874 ou 1875.

Em diversos de seus escritos, Machado de Assis também recorreu à citação de autores identificados com a tradição clássica, recurso retórico amplamente utilizado pelos homens de letras seus contemporâneos em busca de reconhecimento e identidade com uma comunidade intelectual que também buscava uma distinção que lhe permitisse influenciar o corpo social formado por indivíduos pouco familiarizados com aquela prática discursiva. Nesse sentido, o projeto de organizar leituras públicas voltadas à audiência de indivíduos estranhos ao campo intelectual pode ser entendido como uma prática pedagógica, como uma vontade política de influir na percepção que esses indivíduos pudessem ter da realidade. Esperava-se, assim, que aquelas leituras públicas fossem capazes de superar certos barbarismos e ignorâncias identificados com as sociedades iletradas e apartadas de uma tradição literária, em grande parte, de origem europeia.

Necessariamente, isso não significaria desprezo pelos discursos que circulavam nos espaços físicos da cidade, pelos suportes materiais que davam existência a outras tantas formas de expressão ou pelas formas de interação e de vivências públicas e privadas de entretenimento identificadas com o jovem, com as mulheres e com os setores menos endinheirados da população. Dentre estes, podem ser citados os bailes e as festas e as patuscadas com música e dança que podiam acontecer tanto nos salões como nos grêmios recreativos ou mesmo nas ruas, as procissões, os espetáculos circenses, os números de magia e o teatro de variedades. Haveria, sim, uma hierarquização que podia ser percebida tanto nas páginas impressas como nos palcos, nos festejos públicos ou nas reuniões de alcance mais reservado.

Assim, os folhetins, as novelas seriadas, mormente os enredos amorosos, teriam a mulher e o jovem como público cativo. Já a crônica política, o ensaio jurídico administrativo e as informações econômicas e comerciais estariam a serviço do homem de negócios, do gestor público, do político. Não apenas as distinções de gênero ou de idade, mas também a origem social dos supostos interessados, estavam a serviço de uma ordenação, de uma partilha que classifica, qualifica e, por fim, hierarquiza os produtos culturais a partir do suposto interesse de cada um dos setores da população, reforçando, sobretudo, a classificação, a qualificação e a hierarquização de indivíduos e grupos sociais.

A mesma lógica se repetiria entre o público dos teatros. O Ginásio, sob a direção de Joaquim Heliodoro, tornara-se palco da estética realista e, por isso, o preferido entre os homens de letras, estabelecendo um contraponto à estética romântica e

melodramática, que, sob a batuta de João Caetano, seria mais afeito ao público feminino. Distante do espaço de concentração dos teatros da cidade, o Teatro São Januário, apesar de suas razoáveis instalações, gozava de má reputação, não apenas por conta de sua localização, da qual o próprio Machado de Assis, em “A Causa Secreta”, dizia que apenas “os mais intrépidos ousavam estender os passos até aquele recanto da cidade” (OC, ii, 477).⁷⁵

Para a crítica e também para os frequentadores do Ginásio e do São Pedro, os frequentadores do São Januário seriam “amantes da pirotecnia, [que] vão admirar os talentos do rei do fogo americano, os equilíbrios e outros divertimentos, que já perderam toda importância, como sejam os jogos malabares, as pirâmides e outras peloticas, que vão caindo em desuso” (Souza, 2008).⁷⁶ Tais frequentadores seriam identificados como membros do *corpo caxeiral*, trabalhadores de baixa remuneração, supostamente desprovidos de polimento e de ilustração e mais interessados nos espetáculos de variedades, comparáveis a espetáculos circenses. Disso, pode-se concluir que os frequentadores daquele espaço da cidade e dos suportes materiais que permitiam a circulação dos produtos culturais por eles apreciados estariam condenados ao ponto mais baixo da *ordem dos discursos*, para usar o termo cunhado por Michel Foucault.

Ao saudar a criação de uma sociedade de sábios e solicitar que tivessem fim as procissões de cinzas, Machado de Assis se inseria numa luta de representações, numa luta entre práticas discursivas, na qual estava em jogo aquilo que o mesmo Michel Foucault denominaria *vontade de verdade*, ou seja:

Ora, essa vontade de verdade, como os outros sistemas de exclusão, apoia-se sobre um suporte institucional; é ao mesmo tempo reforçada e reconduzida por todo um compacto conjunto de práticas como a pedagogia, é claro, como o sistema dos livros, da edição, das bibliotecas, como as sociedades de sábios outrora, os laboratórios hoje (Foucault, 2004, p. 17).

⁷⁵ “(Garcia) Morava na rua de D. Manoel. Uma de suas raras distrações era ir ao teatro de S. Januário, que ficava perto, entre essa rua e a praia; ia uma ou duas vezes por mês, e nunca achava acima de quarenta pessoas. Só os mais intrépidos ousavam estender os passos até aquele recanto da cidade”. “A Causa Secreta”, publicado originalmente em 1885 na *Gazeta de Notícias* e, em 1896, em *Várias histórias* (OC, ii, 476-483).

⁷⁶ Sobre o Teatro de São Januário, ver: SOUZA, Silvia Cristina Martins. “Cultura e política no Rio de Janeiro: os caixeiros e o teatro de São Januário na segunda metade do século XIX”. *Revista de História do Departamento de História (DEHIS), Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal de Ouro Preto*. Ano 18/ n. 18, p. 1-25. Mariana, MG: Departamento de História do ICHS UFOP, 2008. Disponível em: http://www.ichs.ufop.br/lph/images/stories/REVISTA_LPH_N_18.pdf, em 14/03/2012.

Haveria, portanto, todo um esforço para se estabelecer uma ordenação de discursos, definindo o que é legítimo e o que, em dada sociedade, deve ser pactuado, repartido, distribuído, classificando, valorando e hierarquizando. Enfim, um conjunto de práticas que definem o que é admitido e o que fica de fora, inclusões e exclusões do que cabe e do que não cabe sob o teto de uma nação civilizada e comprometida com o progresso e que, para isso, se espelhava numa Europa distante. Nesse projeto, nessa ordenação, nessa nação pretendida, não haveria espaço para certas festas que incluíam danças, músicas, comilanças mais identificadas com práticas bárbaras e pagãs. Contra esses maus hábitos, as sessões de leitura e os sermões promovidos por homens de reconhecida erudição estariam a serviço da disseminação de práticas e de discursos mais identificados com as sociedades dos países centrais da Europa.

Machado de Assis estaria engajado nesse projeto e apostava na imprensa como suporte institucional. Um suporte ainda mais frágil seria *O Futuro*, uma publicação sem maiores vínculos com outras organizações institucionais, como os partidos políticos. A sociedade pretendida por Pascual e por ele saudada seria mais uma tentativa de institucionalização da figura do Homem de Letras. Por sua vez, numa sociedade frágil em instituições no campo da política, do ensino, da arte e do pensamento, a Igreja surgia como força de grande influência em todas as atividades sociais, do lazer às artes, da instrução à política.

Machado de Assis demonstrou ter grande tolerância em relação aos discursos sacros. Em crônica de 22 de novembro de 1864, a “propósito do fato ocorrido em Niterói, no dia 7, em que o povo prorrompeu em excesso contra um vendedor de bíblias protestantes” (*OC*, iv, 228), o cronista foi veemente na crítica ao jornal católico *O Cruzeiro do Brasil*, que “só acha responsabilidade no governo, que protegeu o vendedor contra a ira popular, e que anima a esse, como a outros, na propagação das doutrinas condenadas pela Igreja” (*idem*). Para o cronista, a atitude do jornal católico era “lamentável [...], em um país onde a liberdade religiosa, se não é completa, está já adiantada” (*idem*, 229). Mais que isso, uma semana depois, ele retomaria o tema, criticando a Constituição, por colocar o catolicismo como religião oficial do Estado e, dessa forma, “ela tolera todos os cultos, contanto que eles sejam praticados em casas sem forma exterior de templo” (*OC*, iv, 231). Para Machado de Assis, seria necessário que a Constituição avançasse “da tolerância para a liberdade completa” (*idem*), uma vez que:

a tolerância assemelha-se a uma gaiola de papagaio, aberta por todos os lados, sem aparências mesmo de gaiola, mas onde a ave fica presa por uma corrente que lhe vem do pé ao poleiro. Quebre-se a corrente, uma vez por todas, e dê-se a liberdade ao pobre animal (idem).

Parece certo, portanto, que, ao saudar o fim da procissão de cinzas, o cronista de *O Futuro* não estava se posicionando contra a manifestação pública de um credo religioso. Tampouco seria o cronista contrário às procissões, que se haviam tornado, tal como os próprios templos religiosos, motivo de convívio e de sociabilidade, com grande participação dos indivíduos de origem social distintas, uma popularidade que vinha, desde os tempos coloniais, adquirindo maior pompa com a chegada da corte joanina. A procissão de cinzas era o evento religioso que mais se destacava em importância, suntuosidade e número de imagens, mas havia outras que perduram até os dias de hoje, como a procissão de São Sebastião, da qual, o próprio Machado de Assis, anos mais tarde, em 1893, teria assistido ao cortejo e comentado, em “A Semana”:

Éramos dois, um amigo e eu; logo depois éramos quatro, nós e as nossas melancolias. Deus de bondade! Que diferença entre a procissão de sexta-feira e as de outrora. Ordem, número, pompa, tudo o que havia quando eu era menino, tudo desapareceu (*OC*, iv, 955).

O alvo das críticas do cronista seriam, portanto, aqueles que faziam do ato litúrgico uma festa pagã. Diferente disso, no seu entender, a liturgia deveria ter “ordem, número e pompa” (idem), pelo menos é o que se pode concluir na “carta ao Senhor Bispo do Rio de Janeiro, anteriormente citada:

Neste hábito de tornar os ofícios divinos em provas de ostentação, as confrarias e irmandades, destinadas à celebração dos respectivos órgãos, levam o fervor até uma luta vergonhosa e indigna, de influências pecuniárias; cabe a vitória, à que melhor e mais pagamente reveste a sua celebração (*OC*, iii, 1048).

Assim, a censura às procissões consideradas de mau gosto não seria motivada por desconsideração religiosa. Seria, sim, uma pretensão de disciplinar, de estabelecer padrões do que podia ser considerado legítimo à instituição religiosa.

Da mesma forma, parece ser isso que Machado de Assis criticava naqueles que, a seu ver, teriam a missão de, através de um suporte institucional – igreja, parlamento, imprensa, teatro –, estabelecer uma verdade. Ao contrário disso, aqueles encarregados de ministrar uma pedagogia religiosa não seriam dignos de tal missão, uma vez que “não há aqui sacerdócio, há ofício rendoso, como tal considerado pelos que o exercem,

e os que o exercem são o vício e a ignorância, feitas as pouquíssimas e honrosas exceções” (idem). Nesse sentido, a religião, quando praticada a partir de certo racionalismo, seria algo compatível com as sociedades modernas. Era preciso, portanto, que a Igreja abandonasse os ritos identificados com o mundo iletrado, mais afeito à magia e às superstições.

Ressalvadas as exceções, não teriam sido diferentes as impressões de Machado de Assis em relação ao poder temporal, cujos membros seriam “um pouco de homens, outro pouco de instituição (...) que podiam fazer, desfazer e refazer os elementos e governar com mão de ferro este país” (*OC*, ii, 592), conforme definição do mesmo Machado de Assis, em “O Velho Senado”, quando, mais experiente, lembrava os primeiros anos da década de 1860 e a atuação do jovem Machadinho, redator do *Diário do Rio de Janeiro*:

Há certas fortunas políticas de nossa terra que não têm explicação. A do Senhor Conselheiro Penna (Herculano Ferreira Pena) é uma delas. Sua Excelência pertence a parte medíocre do senado, onde tem mostrado que é um dos poucos capazes de desbancar o Senhor Ministro do Império (Duque de Caxias), e tirá-lo as honras de vulgaridade, a que aliás tem um título incontestável, e incontestado, exceção feita do *Correio da Tarde* e da consciência de Sua Excelência (Assis, 2008a, p. 143).

A mesma percepção podia ser aplicada ao mundo dos palcos e, de forma mais enfática, aos empresários teatrais. Lembro que, desde suas “Ideias Vagas”, Machado de Assis considerava o teatro, o jornal e a tribuna (secular e temporal) “um canal de iniciação” e de “educação pública” (Assis, 1965, p. 30). Não é de se estranhar que cobrasse dos autores, diretores, atores e empresários o mesmo compromisso que exigia dos políticos e dos membros do clero. Ao escrever em *O Futuro*, sua postura de crítico não seria tanto em relação aos aspectos literários do texto, realçando mais a iniciativa do autor nacional. Para o crítico, além do talento do autor, o simples fato de se empreender a tarefa de levar aos palcos um texto nacional seria motivo de comemoração: “Em uma terra onde a literatura dramática balbucia apenas, os aplausos públicos não podem deixar de ter esta dupla significação; e nesse sentido é que a crítica deve apreciar” (*OC*, iv, 88), conforme crônica já mencionada de 15 de janeiro de 1863.

Postura mais severa ele teria em seus pareceres como censor do Conservatório Dramático Brasileiro,⁷⁷ onde ingressou, em março de 1862, certamente por conta de sua atuação como crítico e militante da causa do teatro nacional. Nessa função, ele acreditava poder contribuir de maneira mais objetiva para o aperfeiçoamento da produção teatral brasileira: “Sou dos que pensam que a análise deve ser mais minuciosa, e porventura mais rigorosa com as composições nacionais. Só por este modo pode a reflexão instruir a inspiração” (Parecer de 8 de abril de 1862).⁷⁸

Foi por conta dessa disposição que, no parecer sobre *Os espinhos de uma flor*, ele lamentava ter de negar licença para que o drama subisse aos palcos: “Apesar de toda a simpatia que me inspiram os moços laboriosos não posso conceder a licença que se pede para este drama (...). Louvo-lhe os esforços, aplaudo-lhe os conseguimentos, mas não me é dado sacrificar os princípios e o dever”. A censura seria por razões morais, e o censor assim a justificava: “O dever manda arredar da cena dramática todas aquelas concepções que possam perverter os bons sentimentos e falsear as leis da moral” (Parecer de 8/04/1862).

O censor, no entanto, desejava mais do que arredar todas as concepções perversoras dos bons sentimentos e da moral. Machado de Assis já teria manifestado sua defesa da ampliação das atribuições do Conservatório Dramático Brasileiro, instituição criada em 1843 com o objetivo de observar, nas encenações teatrais, “a veneração à nossa santa religião; o respeito devido aos poderes políticos da Nação e às autoridades constitucionais; a guarda moral e decência pública; a castidade da língua e aquela parte que é relativa à ortoépia” (Gomes, 1958, pp. 11-12). Para o crítico, as ações do Conservatório não deveriam limitar-se à verificação daqueles princípios, pois seria “inútil reunir homens de literatura nesse tribunal”, uma vez que, para isso, “um grupo de

⁷⁷ Esses pareceres, 17 ao todo, foram encontrados na seção de manuscritos da Biblioteca Nacional e publicados e comentados por SOUZA, José Galante, *Revista do Livro*, ns. I, II, III e IV, pp. 178-192 e pp. 83-92. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, 1956. Esses pareceres podem ser encontrados em: [http://www.letraseletras.com.br/home/livros/categorias/autores/machado_de_assis/pareceres-conservat%C3%B3rio-dram%C3%A1tico-\(1862-1864\).pdf](http://www.letraseletras.com.br/home/livros/categorias/autores/machado_de_assis/pareceres-conservat%C3%B3rio-dram%C3%A1tico-(1862-1864).pdf). As transcrições que se seguem foram conferidas com os originais e serão aqui citadas pela data indicada pelo autor.

Disponíveis também em: ASSIS. Machado *Machado de Assis do teatro*. Textos críticos e escritos diversos. Organização, estabelecimento do texto, introdução e notas de João Roberto Faria. São Paulo: Perspectiva, 2008 (pp. 264-275, 297-301 e 317-320).

⁷⁸ Parecer de 8 de abril de 1862, sobre *Um casamento da época*. Tratava-se de um drama de Constantino do Amaral Tavares, colaborador do *Diário do Rio de Janeiro* e funcionário do Ministério da Marinha. É certo que era próximo de Machado de Assis. Em carta datada do dia 25 de novembro de 1866 e endereçada a Quintino Bocaiúva, lê-se o seguinte: “O pacote passado levou-te uma carta minha, onde te dava notícias de mim, e algumas que por aqui haviam (*sic*). Eu continuo no *Diário do Rio* com bem saudades de ti. Espero ainda da decisão do Afonso Celso que, segundo me veio dizer o Amaral Tavares, está decidido a arranjar-me”. Afonso Celso de Assis Figueiredo, além de ser membro do Conselho de Estado, ocupava a pasta da Marinha.

vestais bastava”. Ele pretendia que também fosse discutido “o mérito puramente literário, no pensamento criador, na construção cênica, no desenho dos caracteres, na disposição das figuras, no jogo da língua” (Assis, 2009a, p. 180).

No Conservatório Dramático, Machado de Assis reafirmaria muitas de suas ideias sobre teatro, tanto as que tratavam da função pedagógica e moralizadora quanto as que diziam respeito à defesa de incentivos públicos que possibilitassem seu aperfeiçoamento. Também em relação à literatura dramática, ele se manifestaria contrário aos textos de pura abstração, uma vez que “a arte não deve desvairar-se no doido infinito das concepções ideais, mas identificar-se com o fundo das massas; copiar, acompanhar o povo em seus diversos movimentos, nos vários modos da sua atividade” (idem).

Talvez por conta da responsabilidade institucional, sua atuação de censor foi bem mais rigorosa do que a de crítico, embora seus pareceres fizessem crer que não percebia contradição alguma entre os juízos crítico e censório: “Julgar do valor literário de uma composição é exercer uma função civilizadora, ao mesmo tempo que praticar um direito do espírito; é tomar um caráter menos vassalo, e de mais iniciativa e deliberação”. (Assis, 2009a, p. 180). Assim, embora possa ter-se insurgido, vez por outra, contra os critérios do Conservatório, em outras não poucas oportunidades desconsiderou os interditos literários em favor da lisura moral.

Foi assim, por exemplo, em seu primeiro parecer, de 16 de março de 1862, sobre o drama em três atos, *Clermont ou A mulher do artista*, quando seu juízo crítico avaliou que aquela seria “uma dessas banalidades literárias que constituem por aí o repertório quase exclusivo dos nossos teatros” (Parecer de 16 de março de 1862). Quanto ao censor, não indicou motivo algum para impedir a representação nos palcos.

Sinto deveras ter de dar meu assenso a esta composição porque entendo que contribuo para a perversão do gosto público e para a supressão daquelas regras que devem presidir ao teatro de um país de modo a torná-lo uma força de civilização. Mas como ela não peca contra os preceitos da nossa lei, não embarçarei a exibição de *Clermont ou A mulher do artista*, lavrando-lhe todavia condenação literária e obrigando pelas suas custas autor e tradutor (idem).

O mesmo se deu quando teve de abonar a farsa em um ato *A caixa do marido e a charuteira da mulher*, cujo autor assinava com as iniciais J. P. B. Em seu parecer datado de 13 de janeiro de 1863, novamente a voz do crítico se faz ouvir: “Parece obra de

obscura paternidade, (...) é ela uma péssima tradução do francês, deturpada evidentemente, sem forma portuguesa nem de língua nenhuma”. Em seguida, o censor se declara impotente: “Se estivesse nas minhas obrigações a censura literária, com certeza lhe negaria o meu voto; mas não sendo assim, julgo que pode ser representada em qualquer teatro” (Parecer de 12 de janeiro de 1863).

A mesma impotência, no entanto, não se teria manifestado no dia 20 de março de 1862, quando teve de apreciar a comédia *Finalmente*, de autoria do amigo Antonio Moutinho de Sousa:

[...] o meu escrúpulo leva-me a aconselhar a supressão de uma expressão de Azevedo na 2ª cena. É a seguinte resposta ao criado: “Ela disse que o alecrim havia de me fazer bem à cabeça... amarga zombaria!” A frase isolada nada tem de repreensível; mas se nos lembrarmos que Azevedo está persuadido de que os ramalhetes de Augusto são dirigidos a sua mulher acharemos equívoco na expressão (Parecer de 20 de março de 1863).

O adultério era tema bastante delicado. Sua simples alusão, ainda que com humor (ou por isso mesmo), fez o “escrúpulo” do censor solicitar seu corte. Reação oposta teve o mesmo censor quando do julgamento da comédia *As leoas pobres*, de Emilio Augier e Édouard Fournier. Ao que tudo indica, a liberação para sua encenação ocorreu depois de muita polêmica, uma vez que o “objeto tomado como base de estudo na presente comédia é um fato sobejamente verdadeiro: o adultério venal”. Pedro II teria tido participação ativa para subir ao palco do Teatro Ateneu, pelo menos é o que indicava o crítico de *O Futuro*, em 30 de novembro de 1862:

O Ateneu anuncia uma comédia de *Emile Augier e Ed. Fournier, As leoas pobres*. Esta comédia deve a sua celebridade em Paris a duas coisas: ao seu mérito intrínseco, que é de primeira ordem, e às discussões havidas por ocasião de ser apresentada à comissão de censura. Parece que a comissão saiu um pouco fora dos seus deveres, deixando de fazer censura dramática para fazer censura literária; e a não ser o imperador, ainda hoje a comédia estaria interdita (*OC*, iv, 81).

À análise do crítico, aproximou-se o censor, que, uma semana antes, sentenciara: “A castidade da linguagem, o recato das situações, desafiam ao mais severo espírito, e eu próprio, sempre disposto contra as pinturas contemporâneas do vício na cena, não achei através dos cinco atos um ponto único em que pudesse julgar a peça suscetível de modificação” (Parecer de 24 de novembro de 1862).

Embora tenha sido concebido como instrumento de aferição do mérito literário dos textos teatrais, com o intuito de promover os estudos dramáticos e o melhoramento

da cena brasileira, o Conservatório cedo se colocaria a serviço das autoridades para censurar as peças que subissem à representação nos teatros públicos da Corte, obtendo tal atribuição ainda no ano de sua criação. A partir de então, não foram poucos os conflitos entre o Conservatório e o corpo policial, uma vez que este era o tradicional responsável pelo exame censório, conforme indica o edital de 29 de novembro de 1824, baixado pelo Intendente-Geral da Polícia do Império, Francisco Alberto Teixeira de Aragão:

[...] o espetáculo que se pretenda oferecer ao público, se participará circunstancialmente ao Intendente de Polícia, remetendo-lhe as peças originais, para que antes de qualquer ensaio ou publicação, possa proibi-lo quando seja contrário aos bons costumes e leis do Império (Apud Souza, 2002, p. 140).

O próprio governo imperial, em 1851, tentou em vão mediar os conflitos resultantes dessa concorrência, determinando que:

[...] a censura do Conservatório Dramático tão somente deve ser na parte literária, não sendo nessa parte lícito ao Chefe de Polícia ou seus delegados desfazer as correções feitas pelo Conservatório, ou permitir aquilo que ele tiver suprimido em qualquer peça, mas que nenhum modo fica vedado ao mesmo Chefe de Polícia e a seus delegados o exercício de atribuição que lhe confere (...), devendo para este fim,, não obstante as supressões e emendas ou correções, feitas pelo Conservatório na parte literária, fazer quaisquer outras que sejam reclamadas pelas públicas conveniências, podendo nesse caso negar sua aprovação às peças revistas e até proibir que elas se representem, embora tenham sido aprovadas pelo Conservatório na parte literária (idem, pp. 148-149).

O decreto do governo imperial determinava, portanto, que caberia ao corpo policial a última instância de liberação das encenações teatrais, sendo o conservatório um corpo assessor que deveria intervir, somente, na “parte literária”, fosse lá o que isso podia significar. Nesse sentido, vale indagar até que ponto a concorrência dos homens de letras numa atividade até então exclusiva do corpo policial contribuiu para o abrandamento da violência contra as obras de imaginação ou, ao contrário disso, serviu para fomentar essa violência.

O impasse estaria configurado. De um lado, o homem de letras poderia estar perfilado sob a bandeira dos valores identificados com a civilização. De outro, ele se punha ao lado da autonomia da criação artística. Transpassando uma divisa e outra, sua condição ética exigia engajamento, o que, muitas vezes, podia significar o sacrifício da

imaginação erguida num território de periferia, em favor de valores edificados nos países centrais. Tal impasse acabou por promover muitos daqueles homens de letras à condição de “mosqueteiros intelectuais”, conforme denominação de Nicolau Sevcenko, uma vez que se punham a serviço da “atualização da sociedade com o modo de vida promanado da Europa”, o que podia ser entendido como “modernização das estruturas da nação, com a sua devida integração na grande unidade internacional”, e ainda, como “elevação do nível cultural e material da população” (Sevcenko, 2003, p. 97).

Na experiência de Machado de Assis no Conservatório Dramático, se houve momentos em que, em nome de tais preceitos, seus pareceres ofereciam sustentação teórica para a ação repressora da força policial, a quem cabia a decisão final sobre a interdição do material a ser encenado, houve outros em que, ao contrário, sua apreciação contribuiu para que o interdito fosse derrubado. Exemplo disso foi a defesa enfática do parecer de Machado de Assis em torno da encenação da peça *Leoas pobres* de Augier e *Foussier*, colocando-se em posição contrária não apenas à força policial:

Sempre que o poeta dramático limita-se à pintura singela do vício e da virtude, de maneira a inspirar, esta a simpatia, aquele o horror, sempre que na reprodução dos seus estudos tiver presente a ideia que o teatro é uma escola de costumes e que há na sala ouvidos castos e modestos que o ouvem, sempre que o poeta tiver feito esta observação, as suas obras sairão irrepreensíveis no ponto de vista da moral.

(...) A concepção, o desenvolvimento, as situações, tudo me parece perfeitamente conduzido por essa lógica dramática tantas vezes expulsa da cena em despeito dos protestos e dos clamores. Verdade nos caracteres e naturalidade nas situações, creio eu que são as qualidades principais desta peça para cuja representação assino licença, ou antes aconselho como me compete (Parecer de 24 de novembro de 1862).

No dia 15 de dezembro do mesmo ano, o crítico de *O Futuro* reforçaria seu juízo sobre a comédia em questão e, também, sobre a censura manifestada por parte do público:

Pelo que respeita às *Leoas pobres*, é essa uma comédia que assusta os espíritos menos ousados e faz recuar à primeira vista. Todavia, quem tiver a força de conservar-se alguns momentos diante dela e meditá-la, verá que nem há motivo para terrores, mas que ainda há muito boas razões mais bem acabadas do teatro contemporâneo, todas as reservas de parte, entenda-se (*OC*, iv, 82-83).

Nesse episódio, pode-se argumentar que a ação do Conservatório teria contribuído para a liberação de uma encenação ameaçada pela força policial, embora Machado de Assis tenha conferido maior crédito ao imperador. Houve outros, no

entanto, que a avaliação institucional do mesmo Conservatório serviu como suporte a interdições de temas pouco simpáticos à ordem imperial.

Exemplo disso é o parecer de 30 de julho de 1862 do mesmo Machado de Assis em relação ao drama *Mistérios sociais*, do português Augusto César de Lacerda, que, ainda hoje, é motivo de polêmica. Machado não negou licença à encenação, mas indicou a necessidade de “alteração da condição social do protagonista” (parecer de 30 de julho de 1862). Os textos do autor eram já conhecidos pelo crítico, que o denominara “poeta-operário”, em *O Espelho*, de 18 de dezembro de 1859, justificando:

O elemento democrático é uma proeminência em algumas das composições de Cesar de Lacerda (...). Toda a vantagem fica ao mundo das pobreza honestas. Ultimamente um novo drama, *Os filhos dos Trabalhos* (...), o Sr. Cesar Lacerda, com seu novo drama constitui-se um dos protestos vivos da geração literária contra as fórmulas safadas que levantavam à incompetência dos títulos um culto de guebros⁷⁹ ilegítimos e parvos (Assis, 2009a, p. 150).

Em *Mistérios sociais*, conforme indicação do próprio parecer do censor Machado de Assis, o protagonista fora vendido por seu próprio pai – membro da nobreza portuguesa – como escravo (juntamente com sua mãe) e, uma vez liberto e adulto, viaja para Portugal em busca de seu pai: “No desenlace da peça, Lucena (o protagonista) casa com uma baronesa” (Parecer de 30 de julho de 1862). Confundindo a tarefa de censor com a de crítico, Machado não via verossimilhança nesse desfecho:

A teoria filosófica não reconhece diferença entre dois indivíduos que como aqueles tinham as virtudes no mesmo nível; mas nas condições de uma sociedade como a nossa, este modo de terminar a peça deve ser alterado (idem).

Por essa razão, de início, ele sugere a supressão do casamento. Tal alteração, no entanto, exigiria a eliminação de cenas inteiras e até mesmo a inutilidade da personagem baronesa. O parecerista, então, apontava outra solução: “O visconde, pai de Lucena, teria vendido no México sua amante e seu filho, pessoas livres; este traço tornaria o ato do visconde mais repulsivo” (idem). Machado sugere, ainda, a inclusão de uma cena em que o protagonista apareceria lendo uma carta: “Uma carta de minha mãe dava-me parte de que éramos, perante a lei, livres, e que entre a prostituição e a escravidão ela resolveu guardar silêncio e seguir a escravidão cujos ferros lhe deitara meu pai” (idem).

⁷⁹ Os guebros eram descendentes dos persas derrotados pelos árabes no séc. VII, e que continuaram praticando o zoroastrismo. Aqui empregado no sentido de indivíduo sectário.

A solução talvez fosse mais dramática, mas não convenceu a muitos dos críticos de Machado de Assis. No artigo que escreveu sobre a participação de Machado de Assis no Conservatório Dramático, Eugenio Gomes infere que o “censor decidiu francamente com a sociedade intolerante de sua época” e que sua “linha aristocrática (...) já estava ali perfeitamente definida, acentuando-se com o correr dos anos” (Gomes, 1958, pp. 14-15). Também para Lúcia Miguel-Pereira, o censor Machado de Assis teria se afastado do combativo cronista liberal, “atingindo extremos de conservadorismo” (Miguel-Pereira, 1994, p. 28). Jean-Michel Massa, por sua vez, embora mais cauteloso, acredita que, como cronista em *O Espelho* e do *Diário*, Machado foi “advogado” e, no Conservatório Dramático, agia como “ministério público” (Massa, 1971, p. 338). Mais recentemente, João Roberto Faria, no livro em que reuniu e organizou os escritos de Machado de Assis sobre teatro, também não teve dúvidas ao afirmar que esse parecer revelou “um conservadorismo exagerado e uma visão da escravidão nada condizente com sua postura liberal nos jornais em que escrevia” (Faria, 2008, p. 274, nota 23).⁸⁰

Sem pretender ser advogado, tampouco membro do Ministério Público, penso que o equívoco do crítico foi colocar sua pena a serviço da censura. Sob esse aspecto, minha avaliação sobre a participação de Machado de Assis no Conservatório Dramático se aproxima daquela efetuada por Joel Pontes, que, sem tratar diretamente desse parecer, sustenta que o censor Machado de Assis “virou vestal” (Pontes, 1960, p. 30). Quanto ao parecer sobre *Mistérios Sociais*, seria preciso avaliar até que ponto o casamento de um ex-escravo com uma baronesa – algo, certamente, pouco provável, no Brasil ou em Portugal do século XIX – contribuiria, de fato, para o debate em torno da manutenção do sistema escravista. Vale indagar, ainda, se o tal *Happy End* não seria uma fórmula de mascarar o abismo entre nobreza e servidão. Além disso, a versão original aponta para uma conciliação entre senhor e escravo, o que, em grande medida, contribuía para o arrefecimento das contradições do regime escravista.

Quanto a isso, o desfecho proposto pelo censor nada altera. Machado de Assis estaria mais interessado nos aspectos formais do texto e, nesse sentido, procurou dar sua contribuição, ultrapassando os limites da tarefa de *vestal* vigilante da imoralidade, não vislumbrando, no entanto, qualquer solução cênica que pusesse em debate o sistema escravista que, à época, vigorava no Brasil e ainda não fora totalmente extinto nos

⁸⁰ MACHADO DE ASSIS, J. M. *Machado de Assis do teatro. Textos críticos e escritos diversos*. Organização, estabelecimento do texto, introdução e notas por João Roberto Faria. São Paulo: Perspectiva, 2008, p. 274, nota 23.

domínios portugueses.⁸¹ Releve-se, no entanto, que *o poeta-operário* Cesar de Lacerda e também o crítico e censor Machado de Assis eram homens de letras do século XIX, distantes, portanto, do teatro de Brecht, que, em suas obras, buscou estimular o pensamento crítico do público.

De forma geral, o teatro realista trouxe à cena temas importantes para o público da segunda metade do século XIX. Ele se pretendia espelho da sociedade e, no entendimento de Décio de Almeida Prado, “[...] devia não apenas retratar a realidade cotidiana, mas julgá-la, aprovar ou desaprovar o que estaria acontecendo na camada culta e consciente da sociedade” (PRADO, 1999, p. 80). De forma mais precisa, João Roberto Faria anota que:

[...] os dramaturgos que criaram a comédia realista abordaram de preferência os costumes da burguesia, classe com a qual se identificavam e para qual dirigiam sua produção. Questões relativas à família, ao casamento, ao trabalho, ao dinheiro, à prostituição, entre outras, foram então debatidas no palco, transformado em tribuna consagrada dos valores éticos da burguesia (Faria, 1993, p. 26).

Além disso, para a crítica liberal, que não escondia sua preferência pela Escola Realista, o teatro tinha funções antes moralizantes e, nesse sentido, visava inculcar um conjunto de valores identificados com a moral burguesa, e jamais pretendeu estimular nas multidões qualquer formulação crítica de valores e da ordem imperante.

Nesse sentido, não foram poucas as contradições do intelectual público do século XIX, que, tomando para si a tarefa de crítico imbuído da tarefa de aperfeiçoar a nação brasileira, não poucas vezes tornou-se somente censor. É certo que é possível alegar que toda atividade crítica tem um tanto de censura, uma vez que pode consagrar ou relegar ao esquecimento uma ideia, um projeto, uma obra. Ocorre, no entanto, que, diferente do censor, ao crítico não cabe legislar ou travestir-se de policial ou mosqueteiro do rei, fazer uso da violência para fazer cumprir o que se tornou lei. As diferenças entre a reflexão crítica e a ação legislativa seriam observadas por Machado de Assis em “O Ideal do Crítico”, publicado em 8/10/1865, no *Diário do Rio de Janeiro*, quando, então, percebia as duas atividades a serviço da ordenação das multidões:

⁸¹ Apenas em 1869 a escravidão foi oficialmente abolida nos domínios portugueses.

Exercer a crítica afigura-se a alguns que é uma fácil tarefa, como a outros parece igualmente fácil a tarefa do legislador; mas, para a representação literária, como para a representação política, é preciso ter alguma coisa mais que um simples desejo de falar à multidão (*OC*, iii, 1101).

Machado estava ciente das dificuldades do exercício crítico, “a crítica fecunda, e não a estéril, que nos aborrece e nos mata, que não reflete nem discute, que abate por capricho ou levanta por vaidade; estabeleci a crítica pensadora, sincera, perseverante, elevada” (*OC*, iii, 1102). A crítica legítima deveria basear-se em critérios técnicos e teóricos, bem diferente daquela que, no seu entendimento, vinha sendo praticada por seus pares: “O crítico atualmente aceito não prima pela ciência literária; creio até que uma das condições para desempenhar tão curioso papel, é despreocupar-se de todas as questões que entendem com o domínio da imaginação” (*idem*).

A crítica deveria ser exercida a partir de um saber constituído e de forma isenta: “A ciência e a consciência, eis as duas condições principais para exercer a crítica. A crítica útil e verdadeira será aquela que, em vez de modelar as suas sentenças por um interesse (...) procure produzir unicamente os juízos da sua consciência” (*idem*). Nessa consciência, no entanto, Machado de Assis não inclui a consciência que o crítico possa ter do mundo social. Quanto às questões éticas, políticas ou ideológicas, nenhuma palavra sequer, talvez por supor que cabiam ao legislador.

O crítico ideal seria aquele interessado em contribuir para o desenvolvimento da literatura e, com esse objetivo, ele deveria, tão somente, observar as “leis poéticas – tão confundidas hoje, e tão caprichosas –, as únicas pelas quais se aferisse o merecimento das produções” (*OC*, iii, 1104). A crítica, assim compreendida, deveria ser analítica e sensível, severa e útil, “o conselho substituiria a intolerância, a fórmula urbana entraria no lugar da expressão rústica – a imparcialidade daria leis, no lugar do capricho, da indiferença e da superficialidade” (*idem*).

O “Ideal do Crítico” pode ser lido como um decálogo, um conjunto de regras que definissem uma atividade que, assim como o teatro e o romance, ainda balbuciava, limitando-se o crítico a comentários laudatórios ou de admoestação, não poucas vezes dirigidos ao autor, e não à sua obra. Para Machado de Assis, a tarefa da crítica seria outra e, num país em que também as regras da arte estavam por ser definidas, adquiria enorme importância. Nesse sentido, o crítico deveria contribuir para o aperfeiçoamento da literatura, “tanto à obra concluída como à obra em embrião” (*OC*, iii, 1102). Para isso, a crítica deveria ser exercida com o máximo de isenção, baseada em conhecimento

e compreensão, ou seja, “ciência e consciência”, sem favorecimentos baseados em “simpatias, ou desmerecimentos, frutos de antipatias”. Por outro lado, o crítico não deveria ter preconceitos quanto às orientações literárias do autor; o crítico deveria ser “tolerante, mesmo no terreno das diferenças de escola”. O crítico deve ser analítico e evitar qualquer prescrição. Isso podia significar que o crítico seria um leitor especializado e, portanto, capaz de estabelecer diálogo com o artista, visando orientá-lo na feitura de sua arte, evitando que cometesse deslizos e imperfeições. Essa orientação deveria, no entanto, estar imune às escolas, aos modismos literários às preferências pessoais, garantindo isenção crítica. A impessoalidade da atividade crítica, porém, poderia causar inimizades, situação em que, desde seus comentários no *Diário do Rio de Janeiro*, ele havia provado o gosto. Por conta disso, Machado de Assis tinha clareza de que o crítico deveria ser guiado pela moderação e a urbanidade.

Considerando tal decálogo, haveria, certamente, incompatibilidade entre a atuação do crítico e a do censor, cujo escrúpulo impõe a supressão de uma metáfora, por se referir aos adornos da cabeça de um marido supostamente traído. A fronteira entre censura e crítica pode ser tênue ou sustentar-se em atentas cidadelas éticas que impedem (ou pelo menos, torna improvável) que o crítico se confunda com o policial, com o guardião de uma moral vigente. Machado de Assis, ao pretender estabelecer um padrão de crítica, talvez não tivesse clara essa distinção ou aquela que diferencia o exercício crítico da tarefa do legislador. De alguma forma, ambos desejam falar à multidão, mas, seguindo seu “Ideal de Crítico”, podemos supor que o primeiro teria “unicamente os juízos da sua consciência”, enquanto o segundo, a tarefa de “modelar as suas sentenças por um interesse” pessoal, de grupo, de classe social. Assim, ele estaria interessado em definir um conjunto de regras específicas que deveriam reger o campo da arte, seus critérios de avaliação e de conduta, sobretudo daqueles que teriam a tarefa de orientar o gosto e a consciência do público menos especializado. Assim, o suposto desse debate seria a isenção do julgamento, que, por sua vez, deveria amparar-se num saber, num conhecimento, numa ciência.

Machado de Assis teve inúmeras oportunidades de reafirmar seu ideal de crítica. Em 1866, portanto, não muito depois de seu “Ideal do Crítico”, de outubro de 1865, de forma mais regular, ele escreveria algumas críticas para a “Semana Literária, do *Diário do Rio de Janeiro*. No dia 16 de janeiro, seria a vez de *O culto do dever*, de Joaquim Manuel de Macedo, autor já bastante conhecido do público e que, à época, exercia mandato de deputado pelo Partido Liberal. O prestígio do autor e a afinidade partidária

poderiam sugerir, aos leitores do *Diário*, falta de isenção por parte do crítico e, talvez por isso, sua apreciação é antecedida por uma preleção:

O autor d'A *Nebulosa* e d'A *Moreninha* tem jus ao nosso respeito, já por seus talentos já por sua reputação. Nem a crítica deve destinar-se a derrocar tudo quanto a mão do tempo construiu, e assenta em bases sólidas. Todavia, respeito não quer dizer adoração estrepitosa e intolerante; o respeito neste caso é uma nobre franqueza, que honra tanto a consciência do crítico, como o talento do poeta; a maior injúria que se pode fazer a um autor é ocultar-lhe a verdade, porque faz supor que ele não teria coragem de ouvi-la (*OC*, iii, 1107).

Dito isso, o crítico reafirma o compromisso de expor sua análise sem “rodeios” ou “disfarces”, explicitando sua tarefa:

[...] procuraremos ver se o autor atendeu a todas as regras da forma escolhida, *se fez obra d'arte ou obra de passatempo*, (o grifo é meu) e resumindo a nossa opinião em termos claros e precisos, teremos dado ao autor d' *O Culto do Dever* o culto de uma nobre consideração (idem).

A conclusão do crítico não foi favorável ao autor. O romance em questão teria personagens “pouco aceitáveis da parte de um apreciador consciencioso” e estariam “apenas esboçadas”; “não comovem, o coração do leitor não conserva o menor vestígio de sensação, a menor impressão de dor” (*OC*, iii, 1111). O crítico concluía, ainda, que *O culto do dever* era um “mau livro” (idem). Seria mero passatempo?

A resposta do crítico parece bastante óbvia. Aquela romance não resistiria ao tempo, não trazia qualquer análise mais profunda, nem qualquer originalidade, e, por essa razão, e sabendo que se tratava de um autor que já provara, antes, seu talento, o crítico desejava que “o Sr. Dr. Macedo, nos lazes que lhe deixar a política, escreva uma nova obra, evocando a musa que outras vezes o inspirou; as letras ganharão com isso; o seu nome receberá novo lustre” (idem). A preocupação do crítico iria, portanto, além do autor, apontando para a necessidade de se constituir uma literatura nacional:

Pelo que diz respeito às letras, o nosso intuito é ver cultivado, pelas musas brasileiras, o romance literário, o romance que reúne o estudo das paixões humanas aos toques delicados e originais da poesia, – meio único de fazer com que uma obra de imaginação, zombando do açoite do tempo, chegue, inalterável e pura, aos olhos severos da posteridade (idem).

Nesse sentido, Machado de Assis toma a crítica como uma pedagogia civilizatória, um instrumento a serviço da arte e de combate aos apelos do entretenimento frívolo e do mero passatempo que povoavam os teatros e impresso. A

verdadeira crítica, portanto, estaria a serviço da cultura humanista, dos valores universais, de uma tradição literária que tem por pressuposto dedicação, conhecimento e ciência.

Diante dessas questões, da compreensão de Machado de Assis sobre a obra de arte, da necessidade de um cânone nacional e da contribuição do crítico, tratarei, a seguir, dos primeiros contos que Machado de Assis escreveu para o *Jornal das Famílias*, uma publicação voltada à educação sentimental e, também, ao entretenimento de jovens leitoras. A escrita ficcional não seria uma novidade para o cronista. Além de já ter produzido alguns textos para teatro e alguns contos, como tentei demonstrar, em sua passagem por *O Futuro* ele havia experimentado alguns recursos mais identificados com as obras ficcionais. No *Jornal das Famílias*, no entanto, essa produção passou a ser assídua e com prazos a serem cumpridos. Em que medida o autor de textos ficcionais voltados a jovens leitoras se relacionou com o crítico interessado em estabelecer padrões literários considerados como universais? Quais contradições puderam ser percebidas pelo autor entre seus folhetins novelescos e o gosto do público? Que temas foram por ele abordados, considerando que, ao escritor, cabia educar, moralizar, civilizar o público como forma de consolidar a nação brasileira? Quais seriam as superações necessárias para que o país pudesse aproximar-se de um ideal de civilização e modernidade que tinha os países centrais da Europa como referência?

3.3 Machado de Assis, o anjo das donzelas

Em junho de 1864, Machado de Assis, então com 25 anos, iniciou sua participação na seção “Romances e Novelas”, do *Jornal das Famílias*, publicação mensal voltada ao público feminino. “Frei Simão” (*OC*, ii, 136-142) foi seu primeiro conto naquela publicação e, no mês seguinte, apareceria “Virginius, narrativa de um advogado” (*OC*, ii, 750-761), depois, nos meses de setembro e outubro, “O anjo das donzelas” (*OC*, ii, 761-775) (sob o pseudônimo Max), “Casada e viúva” (*OC*, ii, 775-785) em novembro e “Questão de vaidade” (*OC*, ii, 785-818), de dezembro de 1864 a março de 1865.

Além destes, aborda-se, aqui, o folhetim “Confissões de uma viúva moça” (*OC*, ii, 83-101), que, tão logo veio a público, em abril de 1865, alimentou intensa polêmica nas páginas dos jornais, servindo, por isso, a uma análise das manifestações críticas que

suscitou, confrontado-as com as ideias de Machado sobre a crítica, expressas em artigos e em seus pareceres para o Conservatório Dramático.

Antes disso, contudo, penso que vale destacar dois aspectos da participação de Machado de Assis no *Jornal das Famílias*: pela primeira vez, sua produção ficcional se tornava mais assídua e dirigida a um tipo de leitor mais específico. Um público que se imaginava fosse formado, prioritariamente, por mulheres jovens, filhas de boas famílias preocupadas em lhes dar orientação para a vida social e, principalmente, para o casamento e as obrigações de mãe e esposa.

Não menos relevante para o aparecimento do romancista Machado de Assis seria sua parceria, a partir de então, com o editor francês Baptiste Louis Garnier. Com a morte de Paula Brito, Garnier e Eduard Laemmert praticamente dividiam a edição e o comércio brasileiro de livros. Coisa rara naquele mercado ainda em formação, Garnier tinha como prática o pagamento de direitos autorais, remuneração dos tradutores e revisores e, para os padrões da época, grande investimento em literatura, tanto europeia quanto nacional, publicando, entre outros, Honoré de Balzac, Walter Scott, Charles Dickens, Alexandre Dumas e Oscar Wilde. Dentre os autores nacionais, priorizava os autores já conhecidos do público, como José de Alencar, Joaquim Manuel de Macedo e Gonçalves Dias e, também, Machado de Assis, sobre o qual, quando de sua morte, em 1893, escreveria:

Editar obras jurídicas ou escolares não é mui difícil; a necessidade é grande, a procura certa. Garnier, que fez custosas edições dessas, foi também editor da obras literárias, o primeiro e o maior de todos. Os seus catálogos estão cheios dos nomes principais, entre os nossos homens de letras. Macedo e Alencar, que eram os mais fecundos, sem igualdade de mérito, Bernardo Guimarães, que também produziu muito nos seus últimos anos, figuram ao pé de outros, que entraram já consagrados, ou acharam naquela casa a porta da publicidade e o caminho da reputação (Assis, 1996, p. 312).⁸²

Foi na editora B. L. Garnier que, naquele mesmo ano de 1864, as *Crisálidas* apareceriam impressas em forma de livro, o mesmo ocorrendo com *Contos fluminenses*, em 1870, e *Ressurreição*, em 1872. Nesse sentido, se Machado de Assis já era conhecido do público desde a sua coluna sobre os teatros de *O Espelho* e, principalmente, depois dos “Comentários da Semana” do *Diário do Rio de Janeiro*, foi através da edição de seus livros pela editora de Garnier que trilhou “o caminho da reputação” como poeta, contista e romancista. Antes disso, foi no *Jornal das Famílias*

⁸² Originalmente publicado na coluna “A semana”, da *Gazeta de Notícias*, em 08/10/1893.

que exercitou sua pena de ficcionista, escrevendo regularmente para um público ávido por histórias que falassem de amores possíveis e impossíveis.

No *Jornal das Famílias*, Machado de Assis teria a oportunidade de escrever para um público situado à margem do seletivo grupo de homens letrados que, por sua vez, compunham um ambiente, muitas vezes, descrito por ele como superficial ou, conforme se expressou em “Ideal do Crítico”, um ambiente que mais aborrece do que reflete e discute, que “abate por capricho ou levanta por vaidade” (*OC*, iii, 1102), não cumprindo plenamente, portanto, a tarefa de educar o público e guiar o gosto.

Por outro lado, seu espaço no *Jornal das Famílias* poderia ser um lugar de menor prestígio, já que seria frequentado por leitores, sobretudo leitoras, menos experientes, percebidos como repletos de ímpetos românticos e interessados, somente, em *frivolidades* da vida privada, seus afetos e seus temores; desejos e interdições; romances e novelas. Isso exigiria dele, portanto, tintas bem diferentes daquelas que imprimia a seus comentários da semana, cujos leitores seriam mais próximos do racionalismo ilustrado e interessados nas gravidades e urgências da vida pública, na discussão em torno da política e dos negócios.

Mesmo a arte, matéria à qual vinha se dedicando desde *O Espelho*, persistindo no *Diário do Rio de Janeiro* e em *O Futuro*, era apreciada sob critérios mais pragmáticos do que subjetivos, sua suposta missão educativa, a necessidade de financiamento público, a organização de um campo específico. Apesar disso, em sua seção intitulada “Romances e Novelas” do *Jornal das Famílias*, Machado de Assis experimentou uma escrita que não seria apenas diversão ou educação sentimental de seus jovens leitores, buscando, entre as linhas da imaginação, espaço para seus comentários, sua opinião, suas ideias, seu juízo sobre os acontecimentos do mundo social, suas ambições, arranjos, desarrajos e contradições. Além disso, escrever para as jovens leitoras fazia parte de sua pedagogia civilizatória, uma vez que poderia ter ascendência sobre a formação e a reprodução das relações sociais, a partir de seu poder de influência na subjetividade feminina, ou seja, de um público considerado, em grande medida, importante na criação das novas gerações, do futuro da nação brasileira.

Sendo assim, em “Frei Simão”, os arranjos matrimoniais com seus lances de trapaça e traição adquirem contornos trágicos, vividos por personagens enlouquecidas e enclausuradas pelo amor:

Frei Simão era um frade da ordem dos Beneditinos. Tinha, quando morreu, cinquenta anos em aparência, mas na realidade trinta e oito. A causa desta velhice prematura derivava da que o levou ao claustro na idade de trinta anos e, tanto quanto se pode saber por uns fragmentos de memórias que ele deixou, a causa era justa (*OC*, ii, 136).

Frei Simão não dissera uma palavra sequer durante os cinco dias de enfermidade que antecederam sua morte; somente “quando se aproximava o minuto fatal, sentou-se no leito, fez chamar para mais perto o abade, e disse-lhe ao ouvido com voz sufocada e em tom estranho: – Morro odiando a humanidade! (*OC*, ii, 137). Além dessas informações, logo no primeiro capítulo, o narrador informa que podia “finalmente penetrar alguma coisa no véu misterioso que envolvia o passado de frei Simão”, através de um “um rolo de papéis” que tinha por título “*Memórias que há de escrever frei Simão de Santa Águeda, frade beneditino*” (*idem*). Foi com esse artifício que o narrador procurou revestir-se de autoridade para dar conta às leitoras da justeza da causa de frei Simão e de sua clausura, da velhice precoce e do seu ódio à humanidade. Além disso, existia a promessa de não fatigar a leitora, uma vez que o “autor desta narrativa despreza aquela parte das *Memórias* que não tiver absolutamente importância; mas procura aproveitar a que for menos inútil ou menos obscura” (*idem*).

Simão era filho de um próspero comerciante e crescera junto com uma prima que ficara órfã desde muito cedo. Tal como ocorreria à Helena do romance homônimo, os dois se apaixonaram. O patriarca da família não aceitava aquela união, pois pretendia casar seu herdeiro com uma moça rica e com um bom dote que servisse para aumentar o patrimônio da família. Com a cumplicidade da esposa, o pai de Simão forjou um compromisso comercial e enviou o filho para uma cidade distante da Corte, onde um sócio e amigo o aguardava. O tempo passou e Simão, sempre obediente à ordem patriarcal, não obtinha autorização para voltar para casa. Os dois namorados trocavam cartas apaixonadas que, logo, passaram a ser interceptadas pelo pai. O golpe de misericórdia foi dado quando Simão foi comunicado por seus pais da morte de Helena. Autorizado a voltar para casa, Simão opta pelo serviço religioso. Certo dia, Simão vai pregar numa cidade distante, cujo povo conhecia sua fama de bom orador. Assim que subiu ao púlpito, um casal de agricultores veio sentar-se nos primeiros bancos, para entendê-lo melhor. De repente, um grito é ouvido e a mulher cai desmaiada. Simão reconhece Helena e acaba descobrindo toda a verdade. Helena fora forçada a casar com outro. Helena morre alguns dias depois, para desespero de seu bom marido, que a

amava. Enfim, foi por conta dessa “causa justa” que Simão se enterrou no convento e, por fim, enlouqueceu.

O desenlace trágico que atingiu Simão e sua família pode ser compreendido como consequência de um conjunto de valores que colocavam as diferenças sociais acima da realização do amor e da felicidade dos próprios filhos. Helena é uma jovem perfeitamente de acordo com o ideal romântico: bela, meiga, passiva e obediente, a ponto de se casar com alguém escolhido por seus tios tutores. Por sua vez, Simão segue o mesmo ideal romântico estabelecido para um filho da burguesia. A decisão que tomou diante do fracasso de amor foi internar-se num convento (poderia deixar-se morrer) e, mesmo quando descobre a trapaça de que foi vítima, não se insurge contra aquela moral ou contra os que lhe impuseram. Assim, Machado de Assis teria colocado em questão as amarras sociais inibidoras da subjetividade e do livre-arbítrio dos indivíduos, algo bastante caro aos espíritos liberais de seu tempo.

Da mesma forma, a narrativa seguinte pode ser entendida como uma crítica aos valores da sociedade patriarcal. “Virginius” tinha como narrador um advogado que mantinha “o gosto pelas novelas” e, por isso, sentia-se “feliz por encontrar no meio da prosa judiciária, de que andava cercado, um assunto digno da pena de um escritor” (*OC*, ii, 753). Ele viajara da Corte até uma pequena cidade rural, para defender um ex-escravo que matara a filha, julgando protegê-la da desonra. Seus honorários e todas as demais despesas estavam sendo pagos por um fazendeiro chamado Pio, conhecido como *Pai de todos*.

Julião fora escravo na propriedade de *Pai de todos* – “a justiça e a caridade fundidas em uma só pessoa” (*OC*, ii, 751). Provavelmente para não causar incômodos às “gentis leitoras”, a escravidão é tocada apenas como pano de fundo; mesmo assim, colocando em destaque o tratamento invulgar como eram tratados os escravos do maior proprietário da região, o *Pai de todos*: “parte alguma houve nunca mais brando e cordial tratamento a homens escravizados” (*OC*, ii, 752). Mesmo quando “alguma falta venial que haja, Pio aplica apenas uma repreensão tão cordial e tão amiga que acaba por fazer chorar o delinquente” (idem). A descrição que lhe fora feita por um amigo fez o advogado retrucar: “Bem dizia eu que há romance no fundo!” (*OC*, ii, 751). E mais adiante, completa: “É que me dói sair tantas léguas da Corte, onde esta história encontraria incrédulos, para vir achar neste recanto do mundo aquilo que devia ser comum em toda a parte” (*OC*, ii, 752).

Pai de todos era o próprio bom Senhor, que “estabeleceu entre os seus escravos uma espécie de concurso que permite a um certo número libertar-se todos os anos”. Apesar disso, para os libertos, era “indiferente viver livres ou escravos na fazenda” (idem), e o que seria alforria tornava-se, portanto, submissão consentida, uma vez que continuavam trabalhando sob o domínio do ex-senhor. Tal bondade, no entanto, deve ser considerada uma prática que não seria estranha à estrutura social e à organização política brasileira do império, que conferia ao latifundiário o controle de suas posses e o poder de vida e de morte sobre aqueles que nelas produziam, descortinando as motivações das ações humanas. Assim, a forma de domínio do *Pai de Todos*, menos que nobreza ou bondade, seria privilégio de classe, uma vez que era garantido por sua condição de grande proprietário de meios de produção (terras e trabalho alheio) e usado em prol da manutenção de seus interesses e do seu poder. Dessa forma, ficava evidente a complexidade de um regime de trabalho que, mesmo capaz de remunerar o trabalhador, acaba mantendo-o cativo ao mundo arcaico do latifúndio.

A face cruel do sistema escravista seria evidenciada no único herdeiro de *Pai de Todos*. Carlos tornara-se bacharel, mas, ao contrário do desejo de seu pai, não se interessava por seguir carreira política, administrativa ou judiciária. *Pai de Todos* tinha outra mágoa: “É que o filho bacharel não buscasse os livros, onde pudesse, procurando novos conhecimentos, entreter uma necessidade indispensável para o gênero de vida que ia encetar” (OC, ii, 755). Carlos vivia na ociosidade, “não tinha mais que uma ocupação e uma distração: a caça. Levava dias e dias a correr o mato em busca de animais para matar, e nisso fazia consistir todos os cuidados, todos os pensamentos, todos os estudos” (idem).

A filha de Julião, Elisa, é a heroína da história: “A mulatinha mais formosa daquelas dez léguas em redor” (OC, ii, 754). Seu pai tentava juntar um pecúlio para que, um dia e ao menos em parte, ela fosse independente. Quando crianças, “Carlos e Elisa viviam quase sempre juntos, naquela comunhão da infância que não conhece desigualdades nem condições” (idem). Com o passar do tempo, as coisas mudaram, “uma esponja se passara sobre a vida anterior. Elisa [...] concentrara todos os afetos de sua alma no mais respeitoso amor filial. Carlos [...], desde os primeiros gestos mostrou que abismo separava o filho do protetor da filha do protegido” (idem)

O abismo entre os dois, no entanto, não impediu que o caçador Carlos visse Elisa como caça, e era ela quem narrava o acontecido: “O Sr. Carlos [...] declarou-me

hoje que gostava de mim, que eu devia ser dele, que só ele me poderia dar tudo quanto eu desejasse [...]. Declarei-lhe que não pensasse coisas tais” (*OC*, ii, 755).

Para uma jovem de “boa família”, leitora do *Jornal das Famílias*, aquela declaração de amor poderia ser entendida como confirmação de suas expectativas. Elisa era filha de ex-escravo, um agregado que vivia sob a “proteção” de um senhor. Ela crescera e aprendera sobre desigualdades e abismos sociais e, por isso, estava de acordo com o parecer do censor do Conservatório Dramático, Machado de Assis, quando indicara que, “nas condições de uma sociedade como a nossa”, o casamento de uma baronesa com um ex-escravo é algo inverossímil. Ela não se deixou levar por uma ilusão de classe e nem pôde crer no amor de Carlos. A rejeição acirrou os ânimos e a vocação senhorial de Carlos, que, “tomando um ar carrancudo, saiu, dizendo: “Hás de ser minha!””, contou Elisa a seu pai (*idem*).

Num primeiro momento, Julião tentou dissuadir o caçador de seu intento, mas foi inútil. A narrativa assume seu clímax quando, disposto a cumprir sua promessa e acompanhado de “um indivíduo mal conceituado no lugar, e até conhecido por assalariado nato de todas as violências” (*OC*, ii, 756), Carlos invadiu a casa de Elisa e tentou obter à força o que lhe fora negado. O pai da moça até teve tempo de interferir naquele “triste conflito da inocência com a perversidade” (*idem*) e impedir o estupro, mas se viu dominado pelo filho do senhor e por seu capanga. Derrotado e incapaz de impedir que sua filha fosse transformada em presa do filho do senhor, Julião estava convicto de que só haveria “um protetor para os infelizes: é Deus. Há outro depois dele; mas esse está longe. Oh, Pai de todos, que filho te deu o Senhor!” (*OC*, ii, 757). Com o consentimento da filha, que pretendia permanecer “pura”, Julião feriu-a mortalmente com uma faca de caça.

Para o advogado, embora a condenação fosse certa, havia muitos atenuantes. De fato, “o promotor mostrava-se envergonhado de estar trêmulo e comovido” (*OC*, ii, 760) e, quando a defesa teve a oportunidade de se manifestar, “as mais ruidosas provas de adesão surgiam no meio do silêncio geral” (*idem*). Contou ainda o advogado que, ao terminar a defesa, “dois homens invadiram a sala e abraçaram-me comovidos: o fazendeiro e o meu amigo” (*idem*). Apesar de tanta comoção em favor do réu, ele foi condenado a dez anos de prisão: “Os jurados tinham ouvido a lei, e igualmente, talvez, o coração” (*OC*, ii, 761).

Quanto a seu único herdeiro, *Pai de Todos* – que tinha em si “a justiça e a caridade fundidas em uma só pessoa” – definiu a sentença: “Recebeu um castigo

honroso, ou, por outra, sofre como castigo aquilo que devia receber como honra” (*OC*, ii, 760). Era tempo de guerra e Carlos tornou-se soldado, assentando “praça em um batalhão de linha” (*idem*). De acordo com seu pai, esse seria um imenso castigo, uma vez que os “cômodos da vida que teve, a carta que alcançou pelo estudo, e certa dose de vaidade que todos nós recebemos do berço, e que o berço lhe deu a ele em grande dose, tudo isso é que o castiga neste momento, porque tudo foi desfeito pelo gênero de vida que lhe fiz adotar” (*OC*, ii, 759). Para Pio – “o bom senhor” –, já que seu filho não soube dar bom proveito ao patrimônio que um dia herdaria (incluindo os escravos da fazenda), ir para a linha de frente seria a forma encontrada para que ele, enfim, compreendesse o papel reservado à sua classe: “Sirva à sua pátria, e guarde a fazenda e a honra dos seus concidadãos: é o melhor meio de aprender a guardar a honra própria” (*OC*, ii, 760).

É possível que “Virginus” tenha contribuído para o fortalecimento de uma opinião pública contrária ao regime de trabalho escravista. Aquela “narrativa de um advogado” podia ser entendida como uma denúncia das práticas violentas praticadas pela classe senhorial sobre a população traficada como escrava. Pio (ou *Pai de Todos*) tratava com dignidades seus escravos, mas isso não seria o bastante para resgatar o indivíduo de sua condição de submissão. Carlos era uma demonstração de que mesmo a existência do “Bom Senhor” não interromperia nem amenizaria a violência, uma vez que a condição de proprietário de escravos – a possibilidade de vida ociosa e repleta de privilégios – é uma forma de dominação que traz em si a violência e dela é geradora.

Lembro, ainda, que, no *Memorial de Aires*, o substantivo “pio” é utilizado para nomear o Barão de Santa Pia que, alguns meses antes da abolição de 1888, concedeu “a alforria coletiva e imediata dos escravos” de sua propriedade, justificando: “Quero deixar provado que julgo o ato do governo uma espoliação, por intervir no exercício de um direito que só pertence ao proprietário, e do qual uso com perda minha, porque assim o quero e posso” (*OC*, i, 1248). Diante disso, Aires indagava: “Será a certeza da abolição que impele Santa-Pia a praticar esse ato, anterior de algumas semanas ou meses ao outro?” (*idem*). Gesto semelhante é descrito na crônica da série “Bons Dias”, da *Gazeta de Notícias* do dia 19 de maio de 1888, quando, antes mesmo dos debates em torno da lei, o senhor informa a seu escravo: “És livre, antes que o digam os poderes públicos, sempre retardatários, trôpegos e incapazes de restaurar a justiça na terra, para satisfação do céu” (Assis, 2008 c, p. 111). A justificativa seria a mesma: “Os homens puros, grandes e verdadeiramente políticos, não são os que obedecem à lei, mas os que

se antecipam a ela” (idem).⁸³ Nesse sentido, “Virginius” anteciparia ideias que seriam retomadas na maturidade do autor. Pio ou *Pai de Todos* e também o Barão de Santa-Pia e o Senhor de Pancrácio tomavam para si o direito de ser “Deus” e, portanto, a despeito das leis, exercer sua vontade.

Em “Virginius”, o ainda Machadinho, mais do que simplesmente expor uma opinião que até poderia sensibilizar a mocinha sensível e afetuosa com sua mucama, propõe uma reflexão em torno do regime de produção escravista, apontando suas contradições, mesmo em face de um proprietário de escravos considerado pio, ou seja, piedoso, caridoso. Mais do que isso, na maturidade ele propõe uma indagação sobre a própria abolição e sua insuficiência frente à exploração do trabalho alheio. Pancrácio, tendo aceitado a condição de assalariado, “aceitou até um peteleco que lhe dei no dia seguinte, por me não escovar bem as botas; efeitos da liberdade” (idem, 110). A explicação da violência traduz, em grande medida, a violência cometida pelo filho do *Pai de Todos*: “O peteleco, sendo um impulso natural, não podia anular o direito civil adquirido por um título que lhe dei. Ele continuava livre, eu de mau humor; eram dois estados naturais, quase divinos” (idem).

Da mesma forma, nas palavras do irmão do barão de Santa-Pia, o “ato que ele resolveu fazer exprime apenas a sinceridade das suas convicções e o seu gênio violento. Ele é capaz de propor a todos os senhores a alforria dos escravos já, e no dia seguinte propor a queda do governo que tentar fazê-lo por lei” (*OC*, i, 1248). E o próprio Barão expôs sua convicção de que alguns poucos escravos deixariam a fazenda, mesmo depois de alforriados, “a maior parte ficará comigo, ganhando o salário que lhes vou marcar, e alguns até sem nada, pelo gosto de morrer onde nasceram” (idem).

Por seu turno, o Conselheiro Aires, no dia da Abolição, escrevia em seu diário: “Ainda bem que acabamos com isto. Era tempo. Embora queimemos todas as leis, decretos e avisos, não poderemos acabar com os atos particulares, escrituras e inventários, nem apagar a instituição da história, ou até da poesia” (*OC*, i, 1250). Como é possível perceber, a percepção sobre o peso da herança de uma sociedade escravista que submete o trabalho aos privilégios, prerrogativas e caprichos do capital se faz presente na obra de Machado de Assis até o último romance, emergindo das reflexões do autor certa melancolia decorrente da ambivalência entre os anseios de mudanças e a lentidão com que se operam as transformações, quase sempre precárias e insuficientes.

⁸³ *Bons Dias*. Edição organizada por GLEDSON, John. Campinas/SP: Ed. Unicamp, 2008, pp. 109-111.

Apesar das inúmeras tentativas, não se apagaram da história nem da poesia as marcas da escravidão. Tampouco podem ser apagadas as reflexões propostas em “Virginius”, na crônica de Pancrácio ou em *Memorial de Aires* – só para citar alguns momentos em que o autor, diferente de uma opinião, propõe ao leitor refletir sobre determinadas questões. Escrevendo numa publicação voltada a leitores não tão experientes, o jovem Machado de Assis não se eximiu de tratar de temas considerados delicados. Em “Frei Simão”, a ordem patriarcal se apresenta diante de um casal de enamorados que optam pela submissão, sem ao menos questionar os desígnios determinados por um pai autoritário. Ao perceber até onde a violência poderia ir como forma de impor essa ordem, Simão preferiu internar-se num convento a se insubordinar, terminando por enlouquecer. Por sua vez, a Julião, restou assassinar sua filha, preferindo vê-la morta a tê-la submetida aos serviços de um senhor.

A narrativa seguinte abordava tema mais ameno, mas nem por isso alheio a uma sociedade repleta de valores e práticas escravizantes que violentavam o trabalhador remunerado ou escravo e também as mulheres, ainda que parte delas estivesse alijada das preocupações do mundo do trabalho, até mesmo por conta da submissão que lhes era imposta. Esse seria o caso de Cecília, leitora de novelas românticas, em seus 15 anos de idade: “É a idade das primeiras palpitações, a idade dos sonhos, a idade das ilusões amorosas” (*OC*, ii, 762).

“O Anjo das Donzelas” iniciava com o narrador convidando o leitor a adentrar no quarto da donzela, adiantando, no entanto, que ele era “homem de bons costumes, acata as famílias e preza as leis do decoro público e privado” (*OC*, ii, 761). Assim, de antemão, ficava esclarecido que, naquele “episódio fantástico”, não haveria nada que “levantasse certas teorias e tendências que melhor fora nunca tivessem saído da cabeça de quem as concebeu e proclamou”, concluindo que era “incapaz de cometer uma ação má, que tanto importa delinear uma cena ou aplicar uma teoria contra a qual proteste a moralidade” (*idem*).

Essa intimidade com a heroína permitiria ao leitor perceber melhor uma prática de leitura possível a muitas leitoras do próprio *Jornal das Famílias*: “A moça que ali se acha no leito, com o corpo meio inclinado, um braço nu escapando-se do alvo lençol”. Cecília era uma devoradora de livros. Completara os estudos no colégio há pouco, e era o centésimo livro que lia e, “apesar da hora adiantada, onze e meia, ela parece estar disposta a não dormir sem saber quem casou e quem morreu” (*OC*, ii, 762).

Aquele deixar-se entregue ao mundo dos livros, de maneira intensa e solitária, seria considerado, por muitos, algo nocivo, sobretudo às mulheres ou aos leitores precariamente habilitados que, somente poderiam ler sob tutela de algum leitor mais experiente, um ministro de Deus, por exemplo, quando dos textos religiosos. Quanto aos romances, o risco seria um tanto maior, pois levaria o leitor a ser guiado pela imaginação, afastando-se das ocupações ou contra elas se insurgindo. Nesse sentido, seriam necessários certo controle e vigilância sobre o que estaria sendo lido:

Que lê ela? Daqui depende o presente e o futuro. Pode ser uma página da lição, pode ser uma gota de veneno. Quem sabe? Não há ali à porta um índice onde se indiquem os livros defesos e os lícitos. Tudo entra, bom ou mau, edificante ou corruptor, Paulo e Virgínia ou Fanny⁸⁴. Que lê ela neste momento? Não sei. Todavia deve ser interessante o enredo, vivas as paixões, porque a fisionomia traduz de minuto a minuto as impressões aflitivas ou alegres que a leitura lhe vai produzindo (*OC*, ii, 752).

No caso de Cecília, o risco da leitura seria justificado pelas tais “impressões aflitivas ou alegres” que a leitura lhe proporcionava. Sua prática de leitura sugeria um completo afastamento da realidade, uma absorção do mundo através da leitura, como se os fatos narrados fossem a própria realidade:

Cecília só conhecia o amor pelos livros. Nunca amara. Do colégio saía para casa e de casa não saía para mais parte alguma. O pressentimento natural e as cores sedutoras com que via pintado o amor nos livros, diziam-lhe que devia ser uma coisa divina, mas ao mesmo tempo diziam-lhe também os livros que dos mais auspiciosos amores pode-se chegar aos mais lamentáveis desastres. Não sei que terror se apoderou da moça; apoderou-se dela um terror invencível. O amor, que para as outras mulheres apresenta-se com aspecto risonho e sedutor, afigurou-se a Cecília que era um perigo e uma condenação. A cada novela que lia mais lhe cresciam os sustos, e a pobre menina chegou a determinar em seu espírito que nunca exporia o coração a tais catástrofes (*OC*, ii, 763).

Essas práticas teriam causado grande mal à Cecília, uma vez que ela havia abdicado do lugar determinado às demais jovens de sua classe social. Este mal seria culpa do seu “espírito supersticioso” e “da natureza das novelas que lhe davam para ler” (*OC*, ii, 763). A leitura em si não seria um mal, tampouco os romances. Sua experiência seria outra se fosse orientada a manter um distanciamento crítico em relação ao que lia: “Se nessas obras ela visse, ao lado das más consequências a que os excessos podem

⁸⁴ Fanny Hill, de John Cleland, em 1748, também conhecido como *Memórias de uma Mulher de Prazer*, foi considerado o primeiro romance erótico da modernidade.

levar, a imagem pura e suave da felicidade que o amor dá, não se teria de certo apreendido daquele modo” (idem).

Com esse introito, o autor narrador tentava demonstrar que a literatura romântica, mesmo aquela de teor erótico, não representava nenhuma ameaça à saúde, à felicidade e, muito menos, à moral das leitoras. Isso incluiria, certamente, a leitura de suas novelas no *Jornal das Famílias*. Não haveria motivos, portanto, para censuras, nem mesmo para impor limites às jovens leitoras. Já Platão dizia dos inconvenientes da escrita que rola entre leitores pouco hábeis e sem a proteção de conhecedor, de um guia, de uma autoridade que possa dizer a que serve e a que não serve o escrito, o que diz e o que não diz o texto lido (Platão, 2002, pp. 119-120). A mecanização dos meios de reprodução da escrita não fez mais do que acentuar essas preocupações, especialmente entre os grupos considerados mais inaptos e, por isso mesmo, os que mais podiam atentar contra a ordem social, sobretudo os trabalhadores, os jovens e as mulheres. Por conta disso, ao ver esses novos grupos devoradores de romances florescerem, esses novos leitores podiam ser vistos como fontes de lucros, mas também exigiam certas atenções quanto às suas práticas de leitura. Mulheres como Cecília, que podiam vir a dividir o leito com o burguês. As novelas que pululavam nas sessões a elas destinadas nos jornais e nas publicações femininas similares ao *Jornal das Famílias* podiam até ser instrutivas, reafirmando as conveniências da moral e dos bons hábitos, mas, ao mesmo tempo, podiam contaminar criaturas de capacidade intelectual limitada, frívolas, emotivas e mais afeitas à imaginação do que à razão.

Cecília lia equivocadamente. A evasão não encontrava limites, não podia, em consequência disso, “discernir o que teria de real ou de poético” (idem). A leitura assim praticada teria deixado a jovem em “uma dessas insônias que fazem padecer mais em uma noite do que a febre de um dia inteiro” (idem). Nesse estado de excitação, quase em transe, a leitora semiadormecida “viu entrar uma figura desconhecida, fantástica. [...] Tinha esse aspecto masculino e feminino a um tempo com que os pintores reproduzem as feições dos serafins” (idem).

O Anjo das Donzelas estabeleceu um pacto com Cecília, garantindo-lhe, em vida, “as palmas verdes e viçosas que cabem às que podem atravessar o lodo da vida sem salpicar o vestido branco de pureza que receberam do berço” (OC, ii, 764). Ela estaria livre de todo sofrimento a que estavam expostas as donzelas quando entregues aos desígnios das paixões. Como forma de reafirmar o pacto, ela jamais retiraria um anel que o anjo introduziu em seu dedo: “Este anel, disse o anjo, é o anel de nossa

aliança; doravante és minha esposa ante a eternidade. Deste amor não te resultarão nem tormentos nem catástrofes. Conserva este anel a despeito de tudo. No dia em que o perderes, estás perdida” (idem).

O resultado desse pacto foi que Cecília jamais se casou. Cada novo pretendente que lhe fazia corte “gastava tudo quanto sabia para cativar a menina, mas afinal desistia da empresa com a convicção de que nada podia fazer” (OC, ii, 765). Acreditando poupar seu coração das infelicidades do mundo real, a jovem optou pelo isolamento e pela imaginação, “corria às soltas no campo das criações fantásticas e desenhava com vivas cores essa felicidade que a visão lhe prometera” (OC, ii, 766). Sua relativa tranquilidade foi quebrada quando, aos 25 anos, “inspirou uma paixão violenta a um jovem poeta. Foi uma dessas paixões como só os poetas sabem sentir. Este do meu conto depôs aos pés da bela insensível a vida, o futuro, a vontade” (OC, ii, 767). Os livros que Cecília lera não lhe haviam ensinado a distinguir excessos românticos da realidade dos afetos, as artimanhas do tolo dos sentimentos de um homem de espírito. A consequência disso foi oposta à que sofreu Ema de Bovary, mas não menos danosa. Cecília sacrificara sua juventude e a possibilidade do amor.

Envelhecida, “Cecília gastava horas e horas da noite em evocar a visão dos quinze anos” (OC, ii, 769), desejava ver e ouvir ainda a figura mágica e a voz celeste do anjo das donzelas, mas sua imaginação já não tinha a mesma vitalidade. Ela pôde ouvir somente a voz de um primo que confessou ter sido dele a iniciativa de colocar o anel que ela carregava no dedo: “Descansem, disse Tibúrcio, eu fiz as coisas honestamente. Peitei a mucama para que alta noite, na ocasião em que a prima dormisse depois da costumada leitura... Ah! você lia muito romance! (OC, ii, 774).

Por outro viés, “Casada e viúva” narrava a felicidade no casamento de Eulália Martins e José de Menezes: “As mulheres tinham inveja à mulher feliz, e os homens riam dos sentimentos, um tanto piegas, do apaixonado marido” (OC, ii, 775). Aquela união traduziria o sonho de muitas jovens tementes de engodos sedutores e de pais e mães de família que desejavam que suas filhas fizessem casamento para todo o sempre feliz, encontrando, por marido, um homem dedicado como João Menezes: “Mas cumpre dizer, para inspirar amor a maridos tais como José de Menezes, era preciso mulheres tais como Eulália Martins” (idem). Eulália era “um milagre de beleza carnal, [...]. E, sejamos francos, tanta coisa junta não se encontra a cada passo” (idem). Esse seria um alerta que podia significar que homens como seu marido não seriam encontrados tão facilmente fora dos romances.

De todo modo, a felicidade no casamento dependeria mais dos atributos da mulher, que, além de bela e “um prodígio de doçura, de elevação e de sinceridade de sentimentos” (idem), deveria saber diferenciar, no pretendente, o verdadeiro do falso amor. Foi esta a única falha de Eulália. Tudo corria à perfeição, como nas histórias de amor, até que um casal de amigos, vindo de Minas Gerais, tornou-se vizinho daquele ninho de amor. Cristiana e o capitão Nogueira formavam união movida mais por conveniência do que por amor. Ela ficara órfã cedo, e vir a morar novamente na Corte podia significar “levar uma vida mais própria aos seus anos de moça do que a passada na fazenda mineira na companhia fastidiosa do reumático legitimista”. O legitimista, no caso, era o tio de Cristiana, “homem velho e impertinente, achacado de duas moléstias gravíssimas: um reumatismo crônico e uma saudade do regime colonial” (*OC*, ii, 776).

A trama ganha ares de intriga de amor quando se descobre que, quando solteiros, Cristiana e José de Menezes haviam trocado cartas de amor. José de Menezes, ao reencontrar a antiga namorada, pretendia, também, reencontrar aqueles dias de amor. Cristiana se tornara grande amiga de Eulália, e classificava aquelas juras do passado como “um desses namoros, sem consequência, em que o coração empenha-se menos que a fantasia” (*OC*, ii, 779). Cristiana manteve-se, assim, fiel ao marido, livrando o autor da censura que pudesse sofrer por tratar do adultério feminino.

Ao se dar conta das escapadas extraconjugais do marido, “Eulália teve como impulso separar-se de seu marido” (*OC*, ii, 785). Foi demovida dessa decisão face aos conselhos da sua amiga Cristiana, “que, entre as razões de decoro que apresentou para que Eulália não tornasse pública a história das suas desgraças domésticas, alegou a existência de uma filha do casal, que cumpria educar e proteger” (idem). À mulher, caberiam o decoro e o zelo pela educação da filha, mas, separada e sem recursos para o sustento, restava-lhe, se manter casada e “resignada ao suplício” (idem)

O narrador encerrava sem dar mais detalhes sobre o que então se sucedeu, deixando a conclusão, em grande medida, para a imaginação e para a reflexão das leitoras:

A pobre mãe, viúva da pior viuvez desta vida, que é aquela que anula o casamento conservando o cônjuge, só vivia para sua filha.

Dizer como acabaram ou como vão acabando as coisas não entra no plano deste escrito. O desenlace ainda é mais vulgar que o corpo da ação. Quanto ao que há de vulgar em tudo o que acabo de contar, sou eu o primeiro a reconhecê-lo. Mas que querem? Eu não pretendo senão esboçar quadros ou caracteres, conforme me ocorrem ou vou encontrando. É isto e nada mais (*OC*, ii, 785).

Na mesma linha dos impasses a que estavam sujeitas as mulheres numa sociedade patriarcal que lhe dava como função o casamento, a procriação e a fidelidade conjugal, “Questão de Vaidade” abordava a atração que as mulheres teriam pelos tolos, dando forma ficcional ao ensaio anos antes traduzido, sob o título de *Queda que as mulheres tem pelos tolos*, e aqui já tratado, razão pela qual pouco agora me deterei nesse conto, que trazia o relato das conquistas amorosas de um homem “ vaidoso como um tolo e tolo como um vaidoso” (OC, ii, 789).

Eduardo, “um dos moços mais elegantes da sociedade fluminense” (idem), acreditava amar duas mulheres: uma jovem donzela e uma viúva, ambas belas e jovens. Jovens viúvas e donzelas eram as heroínas mais constantes nas histórias de Machado de Assis. Seriam estas as leitoras mais constantes do *Jornal das Famílias*? Difícil afirmar. Maria Luiza, a “interessante viuvinha”, residia na Corte e desejava um verdadeiro amor, já que o falecido marido “não conhecera nunca o tesouro que possuía e tomara aquela mulher pela razão que fez Abraão ao tomar a escrava Agar” (OC, ii, 791).⁸⁵ Quanto às referências bíblicas, é provável que o autor apostasse em seu pleno conhecimento por parte das gentis leitoras, certamente boas cristãs praticantes. A outra heroína envolvida por Eduardo também seria próxima das leitoras do *Jornal das Famílias*. Tinha o mesmo nome que a esposa de Abraão e era uma jovem leitora de *Paulo e Virgínia*, romance de Bernardin de Saint-Pierre que narra o amor de dois jovens que viviam sob um cenário idílico, em certa medida, uma menção à praia de São Domingos, em Niterói, onde Sara residia com seu pai viúvo.

Destacarei apenas dois aspectos que podem ser entendidos como recursos utilizados para atrair a atenção e alertar as leitoras quanto aos riscos a que estariam expostas ao darem preferência a um tolo. Como parte de sua estratégia didática, a narrativa tem início com o autor estabelecendo um clima de intimidade, o que deixaria sua leitora à vontade diante do texto: “Suponha o leitor que somos conhecidos velhos. Estamos ambos entre as quatro paredes de uma sala; o leitor, sentado em uma cadeira com as pernas sobre a mesa, à moda americana, eu, a fio comprido, em uma rede do Pará” (OC, ii, 785). Assim procedendo, o Machado de Assis convidava a leitora a fazer

⁸⁵ Abrão teve duas mulheres, Sara e a escrava Agar, presente do Faraó egípcio. Sara era estéril e só foi possível dar um filho a Abraão por intervenção divina. Agar, ao contrário, teve um filho com seu amante depois de uma ardente noite de amor.

parte da trama, dialogando com o narrador e com ele trocando suas percepções e conclusões.

Cabe destaque também o recurso epistolar da narrativa, inserindo as cartas trocadas entre Eduardo e seu amigo Pedro Elói. Incorporadas ao texto, elas serviriam de guia de leitura, interrompendo a narrativa para acrescentar alguma informação ou explicitar o comportamento de Eduardo, seus artifícios de sedutor e sua personalidade tola. Assim, depois de receber de Eduardo a notícia de seus dois amores, Pedro Elói replica que tudo não passava de “um simples desejo, uma aspiração toda sensual, comum nos rapazes da tua idade e de tua educação, mas imprópria de quem quer que compreenda a elevação e castidade dos sentimentos” (*OC*, ii, 789).

Nesse sentido, “Questão de vaidade” serviria de alerta às jovens casadoiras entusiasmadas com os primeiros galanteios de um “tolo” sedutor aos moldes de Eduardo: “No papel posso dizer mais facilmente aquilo que convier; tenho a faculdade de rabiscar, alterar, adoçar, enfeitar, como me parecer, as palavras” (*OC*, ii, 809-810). Esse alerta seria recorrente, na medida em que se apostava que aquelas jovens formariam grande parte do público do *Jornal das Famílias* e, desse modo, contribuiria para a educação sentimental das leitoras, o que seria uma garantia de que seus pais não vetariam a leitura daqueles contos, quando não, até mesmo incentivariam.

O *Jornal das Famílias: publicação ilustrada, recreativa, artística, etc.* teve vida longa – janeiro de 1863 a dezembro de 1878 – e tinha por fim atender ao gosto das “gentis leitoras”. Ele vinha substituir a *Revista Popular*, que, também editada por Garnier e lançada em janeiro de 1859, manteve a mesma linha “exclusivamente dedicada aos interesses domésticos da família brasileira”. A família era o foco da publicação e, por isso, os artigos seriam “aqueles que mais importarem ao país, à economia doméstica, à instrução moral e recreativa, à higiene, numa palavra, ao recreio e utilidade das famílias”.⁸⁶ O *JF* conservou boa parte de sua antecessora e acrescentou certo tom religioso e moralizador, a se destacar pelas matérias assinadas pelo padre Francisco Bernardino de Souza⁸⁷ e pela pretensão de educar as leitoras – em grande medida, a mesma tarefa legada à imprensa, ao teatro e à literatura.

Outra colaboradora bastante assídua foi Paulina Philadelphia, que escreveu para as seções “Mosaico” – que, de acordo com a edição de janeiro de 1869, trazia “anedotas

⁸⁶ “Aos nossos leitores”. In *Jornal das Famílias*, janeiro de 1863.

⁸⁷ Padre Francisco Bernardino de Souza foi poeta, memorialista, ensaísta, orador, tradutor, jornalista, professor e membro do Instituto Histórico Brasileiro. Até o ano de 1867, foi nome constante nas páginas do *Jornal das Famílias*, tanto nas seções de “Romances e Novelas” quanto nas de “História”.

espirituosas e morais”, para amenizar as preocupações decorrentes dos afazeres domésticos – e “Economia Doméstica”, com cuidados contra queimaduras ou dor de dente, receitas culinárias e outras tantas informações de interesse das donas de casa e das jovens candidatas à esposa. Além disso, de novembro de 1865 a junho de 1868, Philadelphia publicou no *JF*, em 18 capítulos, uma tradução do romance *Dolores* e, na seção “Romances e Novelas”, “Jovens interessantes” (edição de junho de 1865) e “A vaidade corrigida: conto moral” (abril de 1868). A seção de “Modas” também fez grande sucesso e estava presente em todos os números do *JF*, trazendo moldes de vestidos e outros figurinos para diversas ocasiões que, com as explicações detalhadas, podiam ser confeccionados pelas próprias leitoras e modistas.

Ainda que os números sejam controvertidos, podendo alcançar a marca de 86 contos inéditos,⁸⁸ Machado de Assis foi, sem dúvida, a presença mais assídua nas páginas do *JF*. Durante esses 14 anos, poucos foram os meses em que não havia alguma história por ele assinada na seção “Romances e Novelas”, aparecendo também na seção dedicada à poesia, onde, ainda em 1863, segundo Magalhães Júnior, fez sua primeira aparição naquele jornal, publicando “Tristeza”, em agosto de 1866, “Amor passageiro”, junho de 1869, e, nesse mesmo ano, “Hino do cristão”, em julho e “Em sonhos”, em outubro. Cabe destacar também sua participação na seção “Viagens”, onde, em abril e maio de 1866, saiu impresso o conto “Uma excursão milagrosa” (Magalhães Júnior, 1981, p. 187).

O sucesso de Machado de Assis podia ser medido pela estratégia adotada pelo autor (ou seria solicitação do editor?), no sentido de desmembrar a narrativa em episódios, aumentando, assim, seu suspense, a exemplo dos romances de folhetim que tanto sucesso faziam. Alguns folhetins se alongaram por até quatro números seguidos, mantendo, mês a mês, o interesse das leitoras, o que seria um recurso literário amplamente utilizado por folhetinistas experientes. Dentre os recursos para aumentar a audiência de suas novelas e, por conseguinte, as vendas e as assinaturas do *Jornal das Famílias*, Machado de Assis e seu editor contaram com a imprensa diária, que, na seção de *apedidos*, deu publicidade a uma polêmica em torno de “Confissões de uma viúva moça”, que estreara em abril de 1865.

⁸⁸ José Galante de Souza inclui os pseudônimos J., J. J., Job, Victor de Paula e Lara, totalizando 62 histórias. John Gledson faz referência a 70 contos. Ver: SOUSA, José Galante de. *Bibliografia de Machado de Assis*. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro, 1955. No anexo de sua dissertação, Daniela Magalhães da Silveira listou 86 contos. Ver: SILVEIRA, Daniela Magalhães da, sob orientação de Sidney Chalhoub. *Contos de Machado de Assis: leituras e leitores do Jornal das Famílias*, Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Campinas/ SP, 2005.

Narrada em primeira pessoa, por meio de cartas de uma viúva, sobre sua vida de casada, aquelas *Confissões* serviriam de lição não só à amiga a quem eram endereçadas, mas, sobretudo, às leitoras do *JF*. A trama, por si, já seria polêmica, considerando os valores de uma sociedade patriarcal, em que o adultério, mais que ofensa ao marido, representaria uma ameaça à estrutura social. Assim, em seguida ao primeiro episódio das *Confissões*, veio a público uma reclamação, na seção *apedidos* do *Correio Mercantil*, assinada por “O Caturra”, pseudônimo que apontava para alguém conservador e defensor de hábitos ultrapassados:

No último número desse jornal, que se diz das famílias, e cujo programa já vai se afastando sofrivelmente, enceta-se a publicação de um romancito sob o título *Confissões de uma viúva moça*.

Pela amostra do pano desde já se pode conjeturar de que magnificência será o vestido que trata-se de expor à atenção das jovens, que têm um dia de serem esposas e mães de família, isto é, daquelas que bem deverão compreender qual a verdadeira missão dos filhos, e os legítimos gozos ocorrentes que suavizam os frequentes cuidados da respeitável mãe de família. Para os pais de família, pés de boi, os que têm a esquisitice de verem a realidade deste mundo pelo prisma rococó escrevemos estas ligeiras linhas, pedindo-lhes que façam companhia as suas filhas na apreciação de tão edificantes escritos, tão harmoniosos como os esplendores deste século reformista (Assis, 1965, p. 210).⁸⁹

No dia seguinte, 2 de abril, com o mesmo pseudônimo com que assinara o conto em questão, nas publicações apedido do *Diário do Rio de Janeiro*, aparecia a resposta ao tal Caturra. De pronto, J. – assim assinava o polemista – afirmava ser excelente o *Jornal das Famílias* e, em seguida, sugeria que não seria preciso muito “para ver n’O Caturra algum inimigo pessoal do Sr. Garnier”, concluindo que, no primeiro capítulo do romance, “não há uma só linha em que o vício seja endeusado, ou ainda pintado com cores brilhantes”. Com esse entendimento, protestava “contra a caturrice, e fiquem descansados os pais de família: o autor das *Confissões* respeita, mais que ninguém, a castidade dos costumes” (idem, pp. 210-211).

Fosse pela amizade, fosse pela “curiosidade de mulher”, em sua primeira carta, um preâmbulo do que poderia ser previsto nas seguintes, Eugênia prometia dar satisfação à sua amiga Carlota sobre sua “resolução singular”, ou seja, “residir em Petrópolis em pleno mês de junho” (*OC*, ii, 83), uma vez que não havia ainda explicado a razão pela qual se arredara “da corte, onde as óperas do Teatro Lírico, as tuas (da amiga) partidas e os serões familiares do primo Barros deviam distrair-me da recente

⁸⁹ *Dispersos de Machado de Assis*.

viuvez”. Na mesma carta, ela dava explicações à amiga da razão de antes (quando da visita da amiga) não se ter explicado: “Quero fazê-lo por cartas e não por boca. Talvez corasse de ti”, mas sugere que a amiga estivera perto de descobrir seu segredo: “se, como Édipo, tivesses respondido ao meu enigma a palavra ‘homem’, descobririas o meu segredo, e desfarias o meu encanto” (idem).

A missivista dava mostras de que pretendia manter o controle da narrativa e também certo suspense: “Mas não antecipemos os acontecimentos, como se diz nos romances” (idem). Como num prefácio, anunciava o que estava por vir e em que periodicidade, aumentando, por certo, a curiosidade da(s) leitora(s):

É tempo de contar-te este episódio da minha vida. Deste modo o coração abre-se melhor e a vergonha não vem tolher a palavra nos lábios. [...] minhas cartas irão de oito em oito dias, de maneira que a narrativa pode fazer-te o efeito de um folhetim de periódico semanal (idem).

Não foi esquecida também a intenção daquelas cartas:

Dou-te a minha palavra de que hás de gostar e aprender [...] a lição há de servir-me, como a ti, como às nossas amigas inexperientes. Mostra-lhes estas cartas; são folhas de um roteiro que se eu tivera antes, talvez, não houvesse perdido uma ilusão e dois anos de vida (idem).

Por fim, a pena que assinava aquela carta se antecipava às leituras mais exigentes. “Devo terminar esta. É o prefácio do meu romance, estudo, conto, o que quiseres. Não questiono sobre a designação, nem consulto para isso os mestres d’arte” (OC, ii, 83 e 84).

Lucia Granja destaca que, no *Jornal das Famílias*, a forma epistolar ainda não tivera lugar, embora, em outros romances anteriores,⁹⁰ não fosse estranha e, portanto, as leitoras daquelas *Confissões* estariam à vontade (Granja, 2008, pp. 19-27).⁹¹ Lembro também que, “Em questão de vaidade”, como já mencionei, o recurso epistolar foi utilizado pelo autor. Nesse sentido, é bem provável que Machado de Assis estivesse experimentando uma estratégia narrativa adequada às leitoras do *JF*, sem esquecer, contudo, de orientar as menos avisadas. Dessa forma, já no “prefácio”, a estratégia

⁹⁰ Só para citar alguns: *Pamela* (1740), de Richardson; *Os Sofrimentos do Jovem Werther* (1774), de Goethe; *As Ligações Perigosas* (1782), de Laclós.

⁹¹ GRANJA, Lúcia. “Novas confissões sobre um conto polêmico de Machado de Assis”. In *Machado de Assis em linha: revista eletrônica de estudos machadianos*, Ano 1, n. 1, pp. 19-27. Rio de Janeiro/São Paulo: Fundação Casa de Rui Barbosa/Universidade de São Paulo, junho de 2008. Disponível em 27/03/2012: http://machadodeassis.net/revista/numero01/rev_num01_artigo03.asp

narrativa da personagem é explicitada: “Estudo ou romance, isto é simplesmente um livro de verdades, um episódio singelamente contado, na confabulação íntima dos espíritos, na plena confiança de dois corações que se estimam e se merecem” (*OC*, ii, 84). Ou seja, atendendo às exigências de um folhetim seriado, um conjunto de oito cartas enviadas à amiga daria conta de acontecimentos íntimos da remetente, a narradora daquelas *Confissões*. É provável que o editor Garnier ainda não tivesse definido totalmente por quantos números do *JF* aquelas confabulações se prolongariam, optando, antes, por testar a audiência e a repercussão daquele primeiro episódio que englobava a primeira e a sua carta de Eugênia.

De fato, não havia nada naquela primeira carta que pusesse em risco a moral dos pais de família *pés de boi*, ou a “castidade dos costumes”, mas, na carta seguinte, publicada na mesma edição de abril de 1865, havia indícios de que a castidade, a honra e a fidelidade de Eugênia, jovem casada e muito vaidosa, estavam sob ameaça:

Era no tempo de meu marido. [...] Minha casa era um ponto de reunião de alguns rapazes conversados e algumas moças elegantes. [...] Fora de casa, tínhamos [...] mil outras distrações que davam à minha vida certas alegrias exteriores em falta das íntimas, que são as únicas verdadeiras e fecundas (*OC*, ii, 84).

Ao discorrer sobre sua vida de casada, Eugênia deixava claro à amiga que, apesar das mil “alegrias exteriores”, era uma mulher carente das alegrias íntimas, que, afinal, julgava serem “as únicas verdadeiras e fecundas” (*idem*). Sob esse aspecto, é possível que essa confissão buscasse uma absolvição prévia dos acontecimentos que estavam por vir. Lembro que Machado de Assis, quando censor do Conservatório e tendo de apreciar a peça *Um casamento da época*, “um libelo contra os casamentos de conveniência, sem audiência do coração”, justificaria os tropeços da mulher que é tratada com desdém pelo marido, citando Camilo Castelo-Branco: “A queda de algumas mulheres justificam-na alguns maridos”.⁹²

Dentre mil outras distrações, o Teatro Lírico seria uma das prediletas de Eugênia, acabando por se tornar motivo de desavenças com seu marido, que, em certa noite, alegou razões de trabalho – era “véspera de saída de pacote” (*idem*). Cedendo aos caprichos da esposa – “Eu tinha certa superioridade sobre o espírito de meu marido” –, o casal acabou por assistir a um espetáculo sonolento, com cantores “endefluxados” (*idem*). Em seu camarote, Eugênia avistou um admirador insistente. Ao retornar a casa,

⁹² Parecer de 08/04/1862, sobre o drama *Um casamento da época*, de Constantino do Amaral Tavares.

aquela impertinência só foi esquecida depois de oito dias, apesar de sua resistência à curiosidade e à vaidade de ser desejada, o que a fez decidir “não ir ao teatro durante algum tempo” (idem). A impertinência do suposto admirador, no entanto, não se limitou aos corredores do teatro e, certo dia, Eugênia encontrou, em sua caixa de costuras, uma carta:

Li esta carta com a mão trêmula e os olhos anuviados [...]. Cruzavam-se e confundiam-se mil ideias na minha cabeça, como estes pássaros negros que perpassam em bandos [...]. Seria o amor que movera a mão daquele incógnito? Seria simplesmente aquilo um meio do sedutor calculado? (*OC*, ii, 87)

A dúvida impedia qualquer tentativa de desconsiderar o flerte e, diante disso, Eugênia, por impulso, amassou o papel cor-de-rosa daquele que poderia ter por consequência seu pecado: “Se Eva tivesse feito outro tanto à cabeça da serpente que a tentava não houvera pecado” (idem). A solução, contudo, não teria sido suficiente, pois aquela serpente, que tentava contra sua fidelidade, “podia, como a hidra de Lerna, brotar muitas outras cabeças” (idem). Eugênia, então, tomou uma atitude mais radical: “acendi uma vela e queimei aquela carta que me queimava as mãos e a cabeça” (idem). A cena adquire ares de maior suspense quando Eugênia se vê surpreendida pelo marido: “Atirei-me em seus braços” (idem). Ele, no entanto, manteve-se indiferente: “Entristeceu-me ver aquele homem, que podia e devia salvar-me, não compreender, por instinto ao menos, que se eu o abraçava tão estreitamente era como se me agarrasse à ideia do dever” (*OC*, ii, 88).

O desdém do marido surgia como que para provar a fragilidade de um casamento sem alegrias íntimas – “as únicas verdadeiras e fecundas”. O marido sequer percebeu que as “cinzas da carta ainda estavam no chão, a vela conservava-se acesa em pleno dia”. Ele não a interrogou: “Nem por curiosidade o fez”. Assim, o que era temor de ser descoberta transformou-se em lágrimas: “Não era a primeira lágrima de amargura. Seria a primeira advertência do pecado?” (*OC*, ii, 88).

As duas primeiras cartas de Eugênia à sua amiga Carlota continham material suficiente para provocar a fúria dos leitores “pais de família”, “pés de boi” e defensores da “castidade dos costumes”. Foi preciso vir a público o segundo episódio para que saísse publicada a segunda reclamação assinada pelo Caturra, em 1º de maio de 1865, no *Correio Mercantil*: “Decididamente, parece que este jornal, degenerando no fim a

que se propunha, quer constituir-se o apóstolo do lourerismo, publicando ultimamente um romance dos mais perigosos” (Assis, 1965, pp. 211-212).

Tal introito, longe de afastar as possíveis leitoras, parecia despertar aquelas ainda não de todo informadas. Mais que isso, no prosseguimento das queixas do Caturra, o que seria desconfiança ganha ares de certeza. O título seria, por si só, “despertador de curiosidade em geral, por ser natural avaliar-se o que quererá revelar uma jovem viúva” (idem, 212). Quanto ao autor daquele “romance dos mais perigosos para a juventude” (idem), seria “traçado por mão de mestre na especialidade erótica, retocado e ornado do mais sedutor fraseado” (idem). No prosseguimento, o Caturra acaba por fazer um resumo do episódio já publicado, o que servia tanto para dar conta a quem não havia lido como para recordar ou explicar às leitoras menos hábeis:

[...] abraçando impetuosamente o marido que ela declara ser-lhe inferior em inteligência, e a quem olha com comiseração, quando por acaso dele se lembra; o garbo que se faz da soberania dessa mulher nos salões pela sua beleza e espírito, aparecendo sempre no primeiro plano, sendo o marido, embora cavalheiro para com todos, atirado por assim dizer, em sua própria casa, para fundo, figurado até como o instrumento de aproximação desses dois namorados da elite; uma excitante cena de declaração amorosa a essa mulher casada, que levando vida civilizada recebia a sós esse perigoso mancebo que tanto admirava como temia, cena essa em que o autor parece ter concentrado todos os recursos de uma rica e fogosa imaginação para pintar com as mais vivas cores uma situação suprema de violentas emoções em um rápido e convulso diálogo (idem, 211-212).

E prosseguia a resenha, indagando se aquele escrito seria “digno da apreciação de uma donzela” (idem, 212). Por fim, o Caturra se dizia assinante do *JF*, negava ser inimigo de Garnier e, indagando se as *Confissões* continuariam, concluía: “Aguardemos o próximo número do *Jornal das Famílias* para ver se também continuaremos em nossas observações” (idem).

Depois de tamanha publicidade, não era de se estranhar que, no dia seguinte, no mesmo *Correio Mercantil*, o autor daquelas *Confissões*, que, até então assinava somente J., assumisse a paternidade de sua obra:

Confissões de uma viúva moça.

Sou o autor do romance que, com este título, publica atualmente o *Jornal das Famílias*. Peço ao Sr. Caturra que aguarde o resto do escrito para julgar da sua moralidade, – sem o que, qualquer discussão será inútil.

Machado de Assis (idem, 213).

A partir dessa confissão de autoria, a polêmica ganhou novos atores, dela, no entanto, não mais participando aquele que na seção de apedidos do *Diário do Rio de Janeiro* assinara com a mesma inicial J., que Machado de Assis punha abaixo de seu folhetim.

No dia 3 de maio de 1865, alguém que assinava Sigma também se manifestou, usando como epígrafe para sua nota uns versos que dizia serem de Bocage e que não consegui localizar: “Do vício os quadros a virtude apura”. Também resenhando o episódio findo das *Confissões*, o estreante naquela polêmica argumentava que haveria “mais conveniência em revelar aos navegadores os parciais submarinos do que deixá-los correr descuidados sobre ignotos precipícios e insondáveis abismos”. Nesse sentido, quem escreveu aquelas linhas, embora afirmasse “não morrer de amores pela escola realista”, reconhecia nas *Confissões* “de subida vantagem para as famílias, conselheiras íntimas, roteiros seguros na senda da virtude” (idem, p. 216). Mais que isso, Sigma discordava do Caturra, pois, “além do interesse que inspiram o seu enredo e a amenidade do seu estilo, o romance “tem em si impresso o cunho da mais pura e severa moral” (idem).

Caturra, por sua vez, permaneceu como protagonista da polêmica e, no dia seguinte, respondia ao autor confesso. De saída, explicava-se, negando que o escrito em questão fosse imoral; indignava-se, apenas, por ser veiculado num “folheto especialmente consagrado às famílias”, reiterando que “esse romance, embora bonito, é inconvenientíssimo para entretenimento de meninas” (idem, 213-214). Quatro dias depois, foi a vez de uma nova personagem entrar em cena, também no *Correio Mercantil*, no dia 9 de maio. Esta se assinava “Uma mãe de família” e, declarando-se assinante do *JF* desde o seu primeiro número, insinuava que as críticas do Caturra seriam motivadas pela “má vontade a respeito da empresa do Sr. Garnier”, editor em quem muito confiava, “pois sabemos por diversos autores de diversos artigos que ele rejeita tudo que contém menor alusão inconveniente”. A boa mãe encerrou sua participação na polêmica, asseverando que “zelamos, tanto como qualquer outra, a moralidade de nossas filhas, e que ela não periga com a leitura da supracitada publicação” (idem, pp. 214-215). Em resposta, Caturra retornou à seção de apedidos do *Correio Mercantil* do dia 15 seguinte para reafirmar que não tinha nenhuma “má vontade” com o editor. Essas insinuações seriam meros “sofismas com que se tem procurado deslocar a questão”. Ele já teria exposto sua opinião “simples e moderadamente” e, fazendo crer que falava por um segmento da opinião pública,

esclarecia que não “impomos a ninguém o nosso conceito: os chefes de família (*pés de boi*, está claro)” (idem, p. 215).

Eugênia acabou cedendo às investidas de Emílio, seu admirador: “Era um crime, eu bem o via, bem o sentia; [...] eu achava nas delícias do crime desculpa ao meu erro, e procurava com isso legitimar a minha paixão” (OC, ii, 97). O “adultério”, no entanto, resumiu-se à correspondência da paixão: “Éramos dois namorados discretos ao último ponto” (idem). No desfecho das suas *Confissões*, seu “crime” foi duplamente punido. Primeiro, a viuvez: “Era meu marido, Carlota, e apesar de tudo eu não podia esquecer que ele tinha sido companheiro da minha vida e a ideia salvadora nos desvios do meu espírito” (OC, ii, 99). Seguiu-se que as visitas de Emílio começaram a escassear e, por fim, uma carta:

Menti, Eugênia; vou partir já. Menti ainda, eu não volto. Não volto porque não posso. Uma união contigo seria para mim o ideal da felicidade se eu não fosse homem de hábitos opostos ao casamento. Adeus. Desculpa-me, e reza para que eu faça boa viagem. Adeus.
Emílio (OC, ii, 100).

No último episódio de *Confissões de uma viúva moça*, as leitoras seriam levadas a crer que “o crime não compensa”, como assegurava a própria “criminosa”: “O amor ofendido e o remorso de haver de algum modo traído a confiança de meu esposo fizeram-me doer muito. Mas eu creio que caro paguei o meu crime e acho-me reabilitada perante a minha consciência”. Seria isso que o autor antecipava quando sugeriu ao Caturra que aguardasse o final da história, para, só então, emitir seu juízo. Aquele *pai pé de boi*, no entanto, certamente não teria ficado satisfeito, pois, na resposta a Machado de Assis, já havia adiantado: “Que importa que o autor afinal faça fulgurar a virtude, se esta penosamente fez seu trajeto pelos flóridos vergeis do vício, cujos embriagantes perfumes atordoarão a suscetível imaginação da leitora em sua idade de ilusões?” (Assis, 1965, p. 213)

Por outro lado, haveria leitores satisfeitos com aquele desfecho, pois a amiga Carlota e as demais jovens teriam sido alertadas, como antecipara Sigma, dos “perigos da sedução” que estavam expostas. Também a mãe de família teria ficado satisfeita ao comprovar que “a moralidade de nossas filhas” não estivera exposta ao perigo daquela leitura. De todo modo, depois do último episódio de *Confissões de uma viúva moça*, naquele junho de 1865, não apareceu manifestação alguma nas seções de apedidos.

Tampouco a crítica especializada (os homens de letras) fez qualquer comentário em torno daquele folhetim ou sobre a polêmica por ele gerada.

Para Raimundo Magalhães, que tratou dessa passagem de Machado de Assis, um “exame aberto dessa polêmica levaria qualquer observador medianamente arguto a descobrir que tudo não passava de um simples artifício publicitário” (Magalhães Jr., p. 321). Há algumas razões para se concordar com Magalhães Jr. Havia já uma antiga relação entre o jovem promissor e o editor, que perdurava desde os tempos de Ribeyrolles. Além disso, Machado de Assis vinha escrevendo regularmente para o jornal editado por Garnier. Outro indício seriam os pseudônimos *Caturra* e *Sigma*:

Sigma – lembra o biógrafo (idem, p.324) – é a letra S em grego, que aparece três vezes em Assis, e também Raimundo de Menezes atribuiu a Joaquim Maria Machado de Assis esse pseudônimo (Menezes, 1978, p. 799). Por sua vez, *Caturra* é pessoa apegada a usos e coisas antigas e, além disso, teimosa, de opiniões extravagantes, que gosta de contradizer e de discutir. Sendo assim, haveria razões de sobra para se concordar que a polêmica não passou de uma planejada campanha publicitária que visava aumentar as assinaturas do *Jornal das Famílias*, num momento em que as preocupações na região do Rio da Prata atraíam os leitores para a imprensa noticiosa, o *Diário do Rio de Janeiro*, a *Gazeta Mercantil* e para o rival destes, *Jornal do Commercio*.

Vale mencionar, ainda, que Machado de Assis foi colaborador da revista *Semana Ilustrada* desde a sua fundação, em dezembro de 1860, publicando o poema “Perdição”, mais tarde inserido em *Crisálidas* e, possivelmente, participando da redação coletiva de outros textos, assinados, apenas, pelo personagem Dr. Semana (Massa, 1971, pp. 646-652).⁹³ Há divergência dentre outros biógrafos do autor. Alfredo Pujol, José Galante de Souza e Magalhães Júnior apontam textos diferentes, mas há certo consenso quanto à participação de Machado nos 15 anos de sobrevivência daquela revista, até 1875. O biógrafo francês, do mesmo modo como aponta dificuldades para identificar, dentre os textos não assinados, aqueles que seriam de Machado de Assis, ressalta a qualidade da equipe responsável pelo texto (idem, pp. 620-621), formada por conhecidos escritores e jornalistas da época, a exemplo de Machado de Assis, Pinheiro Guimarães, Joaquim

⁹³ Jean Michel Massa, em *A juventude de Machado de Assis*, anota os seguintes textos da *Semana Ilustrada* que, segundo sua avaliação, foram escritos por Machado de Assis antes da publicação das “Confissões de uma viúva moça” no *Jornal das Famílias*: a poesia “Perdição” (16/12/1860), a crônica “O Dia Dois de Dezembro de 1862” – 7/12/1862 e a tradução de uma canção de G. Nadaud, “O Casamento do Diabo” (29/3/1863).

Manuel de Macedo, Ernesto Cibrão. Essa convivência e mais a experiência acumulada no *Diário do Rio de Janeiro* certamente contribuíram para que Machado desenvolvesse a capacidade de escrever textos em que manifestava opiniões das mais conflitantes e pudesse, portanto, assumir identidades distintas, não apenas em textos ficcionais, mas também naqueles que alimentaram a polêmica.

Não obstante, vale ressaltar que o conto *Confissões de uma viúva moça* se prolongou por três meses, e a polêmica deflagrada pode ser entendida como um importante documento histórico que colocou em discussão ideias, não apenas em relação a valores morais, mas também a práticas de leitura e à recepção das obras literárias. Além disso, embora não se tenham notícias de artigos críticos simpáticos ou não àquelas *Confissões*, os textos publicados nas seções de *apedidos* podem servir de modelo daquilo que Machado de Assis percebia do senso crítico de seus leitores, de suas preferências e censuras. A polêmica serve, ainda, para melhor compreender o tipo ideal de crítica que ele pretendia fosse predominante entre seus pares.

Cotejando a polêmica com “O Ideal do Crítico”, o Caturra, por exemplo, que poderia ser identificado como um leitor conservador, apesar de ser acusado de rixa, insistia em que sua crítica não era movida por qualquer questão pessoal contra o editor Garnier e ainda foi capaz de afirmar que o autor soube obedecer às leis poéticas, ou seja, soube usar sua “rica e fogosa imaginação para pintar com as mais vivas cores uma situação suprema de violentas emoções”. Além disso, aquele “pé de boi” soube usar de “moderação e urbanidade” em sua análise, não apontando apenas “as flores, mas também o áspide que nestas se oculta”. Ou seja, Caturra praticava sua crítica com base em conhecimento e compreensão, “ciência e consciência”, sem favorecimentos calcados em “simpatias, ou desmerecimentos, frutos de antipatias”.

Quanto aos leitores mais “liberais”, uma mãe de família apostava que a moralidade das moças não corria perigo por conta da leitura de folhetins. Sigma, por sua vez, não apreciava a “escola realista”, mas não usou de preconceito em sua avaliação e, da mesma forma, acreditava que os folhetins serviriam para alertar as jovens leitoras quanto aos perigos do mundo real, um mundo sem os “intermináveis idílios de angelical pureza”.

Nesse sentido, a polêmica em torno das *Confissões*, além de promover comercialmente o folhetim, serviria também como um *paratexto*, um dispositivo à margem da obra, entre o texto e o leitor, e que, por isso, medeia o ato interpretativo, chamando a atenção dos leitores jovens ou menos experientes para o texto, seu caráter

ficcional, seu intuito pedagógico e para os perigos de confundi-lo com a própria realidade. Assim entendida, a polêmica em torno das *Confissões* teria a mesma tarefa que, no livro, podem vir a ter um prólogo ou prefácio, epígrafes, notas ou comentários, bibliografias, entre outros.

Pouco importa a autoria dos textos que fizeram parte do debate em torno da moralidade daquela narrativa. O que pretendo destacar é que Machado de Assis fez uso daqueles textos como estratégia de sua narrativa ficcional. Em sentido inverso, tenho a intenção de, no próximo capítulo, observar de que forma Machado de Assis promoveu o diálogo entre seus textos ficcionais e suas crônicas que abordavam temas extraídos da realidade, como estratégia para a melhor apreensão de um sentido que queria ver impresso em seus escritos. Em outros termos, em que medida Machado de Assis fez uso de elementos mais identificados com os textos ficcionais para tecer seus comentários sobre fatos de uma realidade conhecida por seus leitores através do noticiário dos jornais?

Até aqui, procurei destacar Machado de Assis como membro do seletto círculo de homens letrados que tinham como disposição discutir publicamente as questões que julgavam pertinentes para a afirmação da nação brasileira. Teria sido com esta disposição que Machado de Assis se envolveu em discussões que diziam da literatura, do teatro, da circulação dos discursos da arte e também da política e da religião. O cancelamento da sua coluna “Comentários da Semana” no *Diário do Rio de Janeiro* teria soado como um malogro que, por sua vez, teria promovido o desejo de não mais se envolver em polêmicas, desejo manifestado em sua primeira crônica em *O Futuro*, quando o cronista aconselhava sua pena a abrandar o tom de sua crítica, ou seja, escrever em meia-tinta. Teria sido com essa disposição que Machado de Assis emitiu seus pareceres como censor do Conservatório Dramático e produziu seu ideal de crítico. Apesar disso, persistia uma dúvida: “Como dirigir em certos casos o ímpeto e alvoroço?” (Assis, 1961,p. 177). Nesse sentido, procurei demonstrar que, em algumas ocasiões, sua pena ignorou seus conselhos e, diferente de meia-tinta, passou a fazer uso de aspectos do gênero ficcional como estratégia de participar dos debates, ainda que, ao leitor apressado e desatento, pudesse soar como esquiva do pugilato das ideias.

Nesse percurso, a partir de sua colaboração no *Jornal das Famílias*, Machado de Assis teria produzido regularmente textos de ficção. Naquela nova condição, mesmo que seus escritos se destinassem a jovens leitoras mais interessadas em novelas açucaradas, Machado de Assis discutiu temas sensíveis à sociedade brasileira de então:

o sistema escravista, a sociedade patriarcal, o comportamento estroina e superficial de membros da elite, o adultério, a condição de submissão da mulher. Diante disso, no capítulo que se segue, pretendo verificar as estratégias de que fez uso Machado de Assis quando se viu diante de certos casos, o ímpeto e o alvoroço. O que permaneceu do engajado comentarista da semana do *Diário do Rio de Janeiro*? O que se acentua no cronista de sua experiência de autor de textos ficcionais? Para responder a essas questões, num primeiro momento, tratarei, entre outros, de seus escritos em “Ao Acaso”, série de crônicas que escreveu em seu retorno às colunas do mesmo *Diário do Rio de Janeiro*. Em seguida, serão estudados seus textos críticos e, por último, depois de seu afastamento das páginas periódicas, suas crônicas de 1876 a 1878, ou seja, num momento imediatamente anterior à publicação de *Memórias póstumas de Brás Cubas*.

Capítulo 4

Ímpetos, alvoroços e alguma melancolia

Uma coisa é citar versos, outra é crer neles.
Machado de Assis, *Memorial de Aires*

4.1 A escrita ao acaso ou, conforme o caso, a escrita

No capítulo anterior, denominei *processo de ficcionalização do discurso machadiano* ao projeto anunciado na crônica de estreia de Machado de Assis no jornal *O Futuro*. A partir dessa hipótese, tentei demonstrar que o espaço de Machado de Assis naquela publicação foi também campo de experimentações discursivas, mesclando registros da realidade e da imaginação. Nesse sentido, a participação em *O Futuro* teria contribuído, em alguma medida, para a produção ficcional mais regular de Machado de Assis, sobretudo seus contos e novelas publicados no *Jornal das Famílias*. Mais que isso, ao se exercitar em diversos gêneros textuais, Machado de Assis teria desenvolvido uma estratégia capaz de atrair a atenção do leitor, de entretê-lo e também de estimulá-lo a refletir e formular um juízo sobre temas que poderiam ser tanto os temores de uma jovem donzela como o adultério, o sistema escravista, a sociedade patriarcal. Pretendo, agora, observar como essa estratégia, como esse *processo de ficcionalização do discurso*, pôde realizar-se no retorno de Machado de Assis às colunas do *Diário do Rio de Janeiro*, com a série “Ao Acaso”.⁹⁴

Ocupando o pé da página de junho de 1864 a maio do ano seguinte, num lugar tradicionalmente reservado à matéria amena, como sugere o título daquela nova série, seus comentários seriam descompromissados, escritos “ao correr da pena”, à semelhança dos folhetins de José de Alencar, publicados inicialmente no *Correio Mercantil*, a partir de 3 de setembro de 1854 e até julho de 1855, transferindo-se depois, nos meses de outubro e novembro, para o *Diário do Rio de Janeiro*.

⁹⁴ A série “Ao Acaso” contou com 34 folhetins assinados com as iniciais M. A. Sobre essa série, destaco o estudo bastante esclarecedor de GRANJA, Lúcia. *Machado de Assis, escritor em formação (à roda dos jornais)*. Campinas/São Paulo: Mercado das Letras/Fapesp, 2000.

Também na crônica que abria aquela sua nova série, Machado de Assis dava sinais de que apreendera algo de seu antecessor de dez anos antes. Quando de sua estreia, ainda no *Correio Mercantil*, em 3 de setembro de 1854, José de Alencar contava a seus leitores sobre uma fada que “tomou-se de amores por um moço de talento” (Alencar, 2004, p. 6). Esse moço era Francisco Otaviano, considerado por muitos o pioneiro dos folhetins em terras brasileiras e também um dos maiores talentos do gênero. Otaviano se deixara seduzir pela “messalina impura”, expressão criada por ele para fazer referência à política que o afastara da literatura. A responsabilidade era grande, e Alencar, ainda um jovem recém-formado na faculdade de Direito de São Paulo, aceitou o desafio:

[...] no fim de dois anos; e um dia o herói do meu conto, chamado a estudos mais graves, lembrou-se de um amigo obscuro, e deu-lhe a sua pena de ouro. O outro aceitou-a como um depósito sagrado; sabia o que lhe esperava, mas era um sacrifício que devia à amizade, e por conseguinte prestou-se a carregar aquela pena, que já adivinhava havia de ser para ele como uma cruz pesada que levasse ao calvário (Alencar, 2004, p. 7).

Machado de Assis não era mais um principiante, mas, naquele folhetim que iniciava sua nova série, em 5 de junho de 1864, também recorreu à lenda para justificar aos leitores sua presença num lugar que antes pertencera a autores já consagrados: “Suponham os leitores que o folhetim é uma trípode de ouro” (*OC*, iv, 117). Ele foi buscar sua lenda em Diógenes Laércio, provavelmente nas *Vidas e doutrinas dos filósofos ilustres*, que diz de uma trípode de ouro encontrada por pescadores de Mileto que, depois de consultarem o oráculo, entregaram-na a Tales, que, no entanto, declinou da honra, afirmando que havia outros mais sábios que ele. A trípode passou, então, pelos “sete sábios da Grécia”,⁹⁵ sem que nenhum se considerasse digno da oferta. Por fim, Sólon ofereceu a trípode a Apolo, afirmando que era ele o mais sábio. Machado omitiu a decisão de Sólon e preferiu dar ele mesmo a solução:

Se a pítia,⁹⁶ em vez de designar o mais sábio, houvesse designado o menos instruído, o menos apto, o menos capaz, a trípode corria o risco de não pertencer a ninguém, mas com certeza não haveria a guerra iônica.⁹⁷

⁹⁵ Tales, Periandro, Pítaco, Bias, Cleóbulo, Quilon e Sólon.

⁹⁶ Pítia ou Pitonisa (serpente) era a sacerdotisa do templo de Apolo.

⁹⁷ Provavelmente, a passagem se refere às Guerras Greco-Persas, que ocorreram no século V a.C. pela disputa sobre a Jônia.

Não houve guerra no nosso caso, ó leitores, nem a trípode correu o risco de ficar abandonada; aceitou-a o menos apto – sou eu (idem).

Da mesma forma que Alencar, a modéstia servia, antes, para reforçar o lugar de prestígio do folhetim, publicado normalmente aos domingos, ao rés da primeira página, certamente uma trípode de ouro: “Foi nela que se sentaram tantos e tão capazes, uns ceifados pela morte, outros desviados na política, outros finalmente esquecidos de si e das musas no meio dos tédios da vida” (idem). O folhetim, portanto, teria uma tradição, uma aclimação às terras brasileiras, e Machado de Assis tinha ciência da receita que deveria seguir:

O folhetim não é outra coisa mais do que o acaso, o vago, o indeterminado; é o acontecimento que há de haver, o livro que se há de imprimir, o sarau que há de dar; é o dito que escapa, a anedota que circula, o boato que se espalha; é o capricho do tempo, o capricho da pena, o capricho da fantasia, é a chuva e o sol, a alegria e o cântico; o folhetim reside no dia seguinte, vive do futuro, sai do ventre de todas as semanas, – às vezes Minerva armada – às vezes *ridiculus mus* (idem).

Feitas essas considerações, que serviam como uma espécie de prefácio, um programa a ser cumprido, o folhetinista dava provas ao leitor do tom descompromissado daquelas páginas escritas ao acaso: “Desisti do Programa”. Logo depois acrescentava: “Mas eu não quero de modo algum tornar demasiado séria a fisionomia destes escritos. Só farei exceção para os assuntos de política amena” (*OC*, iv, 118). Esse seria o pretexto para iniciar seus comentários, abordando seu assunto predileto, ou seja, intrigas palacianas e o cotidiano do parlamento, com seus decretos muitas vezes considerados inúteis e discursos como aquele pronunciado por Francisco Gonçalves Martins, o barão de São Lourenço,⁹⁸ que dizia da inaptidão dos poetas para o serviço público.

O discurso do barão teve pronta resposta do cronista, que, na oportunidade, usou seu ímpeto e alvoroço para ridicularizar o barão: “S. Ex. ocupou a tribuna durante duas horas quase, e produziu no auditório a mais franca hilaridade” (*OC*, iv, 118). Além disso, o folhetinista pretendeu dar provas de sua superioridade intelectual, em relação ao oponente, formando em Direito em Coimbra: “S. Ex. declara que não vê letra redonda há muitos anos; devo crer que nesse tempo esqueceu o que porventura tivesse lido anteriormente” (idem). Em seguida, destacou a atuação de gestores públicos, de Dante a Chateaubriand e William Gladstone, à época líder do Partido Liberal inglês, que “comentou Homero e ilustrou as letras inglesas” (idem), passando por Lamartine,

⁹⁸ Senador de 1851 a 1872.

Garrett, e o poeta e político liberal espanhol Martinez de La Rosa, por duas vezes chefe de governo.

Para Machado de Assis, a intenção do barão fora apenas criar um factóide: “O discurso fez barulho e creio que nisto está preenchido o fim do ilustre senador” (*OC*, iv, 119). O tom galhofeiro e irônico apontava, ainda, para o provincianismo do autor do discurso e de sua apagada figura:

Meus desejos são tão bons que eu farei votos para que no dia em que o ilustre senador deixar vaga a cadeira que ocupa no senado não haja poeta que se lembre de ir chorar hendecassílabos sobre esse acontecimento. *Basta que o jornal mais próximo da sua fazenda* (grifo do autor) escreva um necrológio em prosa seca e chã (idem).

Além da política amena, as questões que envolviam a igreja católica, então religião oficial do Império, seriam motivo de observação do cronista. Assim, dando por encerrada a polêmica com o Barão de São Lourenço, ele prometeu não se imiscuir na “questão religiosa”, indicando três razões para isso. Ainda não eram os conflitos que ocorreriam alguns anos depois e iriam abalar as relações entre monarquia e clero; eram somente os prenúncios.⁹⁹ Em 1864, Machado de Assis apostava em que a questão já teria sido suficientemente debatida, tanto no parlamento como na imprensa. A segunda razão seria por conta da intolerância de alguns membros do clero, comparados a Louis Veillot, jornalista francês e um dos mais agressivos líderes do movimento ultramontano, que, na primeira metade do século XIX, pretendia recuperar o poder perdido pela igreja católica, em decorrência da Revolução Francesa. Assim, o cronista percebia os riscos a que estava exposto ao opinar sobre um tema tão controverso: “Eu sempre tive medo de replicar a quem entende que ferir os maus instrumentos é atacar os bons princípios” (*OC*, iv, 119).

Machado de Assis teria uma razão mais fundamental para conter seu ânimo e alvoroço: “Não quero dar ao folhetim um ar grave e incompatível com a natureza dele” (*OC*, iv, 119). A promessa de silêncio, no entanto, podia ser entendida como uma denúncia da intolerância do Vaticano, que “ainda no Breve¹⁰⁰ ultimamente publicado, acha-se como no tempo de Galileu” (idem). O folhetim seria espaço de recreio, mas isso

⁹⁹ Em 22 de abril de 1863, D. Pedro II lançou o Decreto n. 3.073, de 22 de abril de 1863, que uniformizaria os estudos nos seminários. O decreto reacendeu a disputa entre os poderes temporal e secular.

¹⁰⁰ A *Bula Sylabbus*, emitida pelo papa Pio IX, em 1864 condenava os princípios maçônicos e proibia qualquer membro do clero de se filiar à Maçonaria.

não seria impedimento para que, ao frívolo, se alternasse o grave e, às amenidades, alguma polêmica, tais eram as lições de José de Alencar:

[...] passar do gracejo ao assunto sério, do riso e do prazer às misérias da sociedade; e isto com a mesma graça e a mesma *nonchalance* com que uma senhora volta as páginas douradas do seu álbum, com toda a finura e delicadeza com que uma mocinha loureira dá sota e basto a três dúzias de adoradores! (Alencar, 2004, pp. 25-26)

Haveria, portanto, uma escola, uma tradição a ser seguida. Essa *nonchalance*, certo ar descompromissado no trato dos assuntos da vida política e social, estaria situada apenas na aparência, mesmo quando do comentário sobre a política amena, daquilo que fosse motivo de riso. A amenidade, a anedota, o gracejo estariam a serviço do entretenimento do leitor e também de uma estratégia para atrair sua atenção e, a partir disso, discutir as misérias da vida social e política do país. Nesse sentido, o folhetim seria também uma tribuna, um lugar de fala do intelectual público, capaz de fazer frente a outras vozes, estivessem estas situadas no púlpito, no parlamento, nos salões, nas confeitarias ou nas esquinas.

Escrevendo regularmente para as páginas de um jornal de prestígio, Machado de Assis tinha consciência de que ocupava lugar de destaque nos debates em que se envolviam as elites políticas e parte da população letrada. Exemplo disso pode ser conferido no folhetim de 12 de junho de 1864, ou seja, uma semana depois daquele que expunha o ridículo do discurso do barão de São Lourenço e a intolerância de parte do clero brasileiro: “Também o folhetim tem cargo de almas. É apóstolo e converte” (*OC*, iv, 119).

Machado de Assis estava certo de seu lugar de poder. O folhetim seria uma conquista da modernidade, um espaço público capaz de se contrapor a outros espaços de poder, sem os riscos das violências do passado. Daquele lugar de fala, ele podia expor uma opinião e, mais que isso, fazer de sua voz uma voz pública, de sua opinião a opinião pública. Com esse intuito, ele convidava os leitores a refletir sobre temas que, embora pudessem parecer amenos, continham material suficiente para expor as contradições de uma sociedade dividida entre práticas arcaicas e modernizantes:

Fácil apostolado, é certo. Não há terras inóspitas ou áridos desertos, aonde levar a palavra da verdade; nem se corre o risco de ser decapitado, como S. Paulo, ou crucificado, como S. Pedro.

É um apostolado garantido pela polícia, feito em plena sociedade urbana. Em vez de pisar areias ardentes ou subir por montanhas escalfadas, tenho debaixo dos pés um assoalho sólido, quatro paredes dos lados e um teto que nos abriga do orvalho da noite e

das pedradas dos garotos. E por cúmulo de garantia ouço os passos da ronda que vela pela tranquilidade do quarteirão (*OC*, iv, 121).

A proteção da lei garantiria certa comodidade ao autor, mas isso não anulava sua liturgia, o folhetim é “cômodo, e nem por isso deixa de ser glorioso”. Haveria, sim, uma diferença das práticas litúrgicas, “o folhetim faz de ânimo alegre o seu apostolado” (*idem*). Esse ânimo garantiria a popularidade daquele tipo de escrita, que era apreciada pelos espíritos graves ou frívolos; pelos membros do parlamento e pelos convivas de uma mesa do café, influenciando e formando opinião. O folhetim tinha sua entrada franqueada em todo o lugar:

por mais grave e sério que fosse. Entra no senado, como S. Paulo entrava no areópago, e aí levanta a voz em nome da verdade, fala em tom ameno e fácil, em frase ligeira e chistosa, e no fim do discurso tem conseguido, também como S. Paulo, uma conversão (*idem*).

O folhetinista justificava sua convicção no discurso do mesmo Barão de São Lourenço, que, da tribuna do Senado, respondia às críticas a ele dirigidas no folhetim da semana anterior. Seu folhetim teria obtido eco e, portanto, teria dado provas de sua inserção no debate público, uma vez que um membro do parlamento, do espaço institucional de poder, “se dignou responder indiretamente aos períodos que lhe consagrei no folhetim de domingo” (*OC*, iv, 122). O barão teria se explicado e alegado que fora mal compreendido, o que, no entendimento do folhetinista, seria o meio encontrado de rever sua opinião, sem, contudo, admitir o erro:

É verdade que o meio, empregado pelo ilustre senador, foi um meio já sedição no parlamento. S. Excia. explicou-se. Não se deu por vencido; achou que o interpretei mal, e veio explicar o sentido das suas palavras (*OC*, iv, 122).

O barão havia acusado o golpe: “O folhetim aplaude-se com a conversão” (*idem*). Para o folhetinista, isso ainda não era o bastante. Seria preciso, ainda, que o folhetinista tivesse a última palavra e, ao mesmo tempo, demonstrar a superioridade da sua palavra frente a do político, uma vez que sua retórica era mais hábil e, por conta disso, mais convincente. O discurso do senador era frágil, tanto nas ideias como na capacidade argumentativa e, além disso, ele estava sempre sujeito a mudar de opinião:

O sentimento de contrição do ilustre senador já se havia revelado antes, por meio de uma correçãozinha feita no discurso que se publicou segunda-feira passada [...] Este meio de corrigir – alterando ou suprimindo – é muito do uso

de alguns oradores. Será útil que a civilização acabe com esse uso de andar de jaqueta diante dos contemporâneos e aparecer de casaca à posteridade (*OC.* iv, 122).

À instabilidade da oralidade do senador, o folhetinista contrapunha sua escrita impressa. Sua voz estava fixada na página, sendo, portanto, mais confiável. Assim, em contraponto à modernidade da imprensa, o senado vitalício seria mais identificado com o passado, fazendo com que as críticas ao senador barão se estendessem a própria instituição. Esse posicionamento se tornava mais evidente na comparação do senador com o “burguês ridículo” de Molière:

A musa, ignorando se S. Excia. está ou não sinceramente convertido, hesitou se devia escrever em prosa ou em verso. Uma terceira forma, que não fosse nem verso nem prosa, resolvia a questão, mas essa só o ilustre barão ou Mr. Jourdain no-la poderia indicar.

O folhetinista recorre à tradição literária para expor a fragilidade, não apenas de seu contentor da vez, mas dos próprios membros do senado, *ficcionalizando* uma de suas sessões, tentando tornar pública a percepção do ridículo, do risível, da fragilidade da própria instituição:

Um Representante da Nação: – Não aceito as proposições que vão de encontro às minhas opiniões... do momento! (Risadas).

Outro Representante: – Confesso que se o governo me demitisse, fazia bem. Eu sou, realmente, um mau funcionário; se não fora o chefe do estado-maior tudo iria por água abaixo! (Hilaridade).

O mesmo Representante: – Seja franco o nobre ministro; deite uma taboinha para cá e verá como eu passo para lá! (Hilaridade). (*OC.* iv, 122)

Em sua crítica, o Barão de São Lourenço, longe de ser uma exceção, atuava como símbolo de uma instituição compreendida como parte daquilo que o sistema político tinha de arcaico. Assim, no embate entre moderno e arcaico, entre imprensa periódica e câmara vitalícia, entre espaço público e esfera do poder, o folhetinista buscava respaldo na opinião pública, contando, para isso, com estratégias textuais que permitissem ao folhetim atrair o interesse do leitor e, ainda, revestir-se da autoridade necessária para interpelar o espaço institucional de poder e tornar pública sua opinião.

Em relação a seus “Comentários da Semana”, de até dois anos antes, não houve mudanças significativas dos entendimentos, ideias e posicionamentos de Machado de Assis. Ele permanecia próximo do setor liberal, que tinha em Francisco Otaviano,

Teófilo Otoni, Saldanha Marinho suas principais lideranças. Mais perceptíveis foram as mudanças em seu estilo, com o uso recorrente de recursos literários mais identificados com os textos ficcionais. A referência aos cânones literários e filosóficos não serviam apenas para demonstrar sua erudição. Mais que isso, o folhetinista montava um mosaico com elementos da tradição literária e parodiava-os, pretendendo, com isso, alcançar maior capacidade retórica e argumentativa. Nesse sentido, o *processo de ficcionalização do discurso*, ensaiado ainda nas crônicas de *O Futuro*, acentuava-se em “Ao Acaso”, incorporando ao texto elementos mais próximos do teatro e da literatura de ficção, como diálogos e fragmentos de textos de diversas procedências, inclusive da memória e da imaginação.

Quanto às estratégias do cronista, Lucia Granja observa, ainda, que, “ao escorarse na tradição para elaborar o comentário miúdo” Machado de Assis estaria utilizando um recurso “bastante moderno”, uma vez que “cria simultaneidade para registros linguísticos e literários diferentes”, recurso que acaba por se constituir numa “chave do estilo próprio que o escritor irá desenvolver” nas *Memórias póstumas de Brás Cubas*, onde, no primeiro capítulo, o narrador tenta comparar seu texto ao de Moisés (Granja, 2000, pp. 76-77).

Esses arranjos permitem supor que, escrevendo ao acaso, a despeito das turbulências políticas, Machado de Assis experimentava respostas possíveis para a indagação que lhe perseguia desde, pelo menos, seu exílio em *O Futuro*: “Como dirigir em certos casos o ímpeto e alvoroço?” (Assis, 1961, p. 177). Assim, vale observar, também, a correspondência de Machado de Assis para a *Revista da Imprensa Acadêmica* e que dava notícias da agonia do gabinete liberal de Zacarias de Góis e Vasconcelos.

A *Revista da Imprensa Acadêmica* era uma publicação dirigida pelos estudantes da Faculdade de Direito de São Paulo. Machado de Assis tornou-se seu correspondente, a convite de Luis Ramos Figueira, fundador e redator-chefe da revista. Cabe lembrar que, no Brasil do século XIX, os cursos superiores serviam de passaporte de ingresso ao fechado círculo da elite intelectual e política, valendo como credencial, inclusive, para ocupar uma cadeira no parlamento. O próprio Luis Ramos foi deputado provincial no Rio de Janeiro e no Paraná, além de autor de obras literárias, dentre as quais, *Mistérios da Noite*, de 1863, que, quando de seu lançamento, Machado de Assis, em *O Futuro*, comentou elogiosamente. Escrever para a *Revista da Imprensa Acadêmica* seria escrever, portanto, para os futuros condutores dos desígnios do país. Machado de Assis

tinha consciência disso e, em sua “Correspondência”, mantinha os estudantes informados sobre os acontecimentos da corte e também sobre o que diziam da política e dos políticos.

Em sua “Correspondência da Imprensa Acadêmica”, datada do dia 16 de agosto, ele informava que “o fato mais importante da quinzena é o rompimento de hostilidade por parte do Sr. Saldanha Marinho, deputado e redator do *Diário do Rio*” (OC, iii, 1081). Em seguida, acrescentava que, além de Saldanha Marinho, outros deputados haviam passado para a oposição. Entre uma notícia e outra, o correspondente deixava transparecer a inação e o isolamento do governo:

Sabem o que fez o Presidente do Conselho? Apresentou no Senado emendas ao orçamento, caso naturalmente virgem, sobretudo, quando o governo marcha de acordo com a maioria da Câmara. E a maioria? Essa até parece abandoná-lo; pelo menos, alguns chefes já se tem retirado da luta (OC, iii, 1082).

Colocando-se como alguém que testemunhava os acontecimentos da Corte, o correspondente não era propriamente um folhetinista que escrevia ao acaso. Na revista dos estudantes paulistas, Machado de Assis estaria mais preocupado em atualizar as informações sobre o mundo dos palcos, da política, dos negócios e da administração pública. Sob esse aspecto, haveria diferenças entre sua colaboração para a *Revista Acadêmica* e as tintas que imprimia em sua coluna do *Diário do Rio de Janeiro*.

Isso porque os leitores de “Ao Acaso” seriam mais diversificados, tanto em suas práticas e preferências de leituras como em suas percepções e visões de mundo. Muitos dos leitores do *Diário* podiam até ser identificados com aqueles estudantes, mas outros tantos fariam parte de um público disperso a ser conquistado. Na capital do Império, havia outras publicações, outros vários articulistas, outras vozes, com poder de influência. Em “Ao Acaso”, era possível encontrar leitores tanto de *O Futuro* como do *Jornal das Famílias*, tanto leitores graves como frívolos, leitores de espírito e leitores tolos. Era preciso, então, entreter a todos, atrair as atenções, para, em seguida, saltar da matéria frívola ao assunto grave, tentando formar uma opinião, um juízo, um gosto, um comportamento.

Machado de Assis havia aprendido com seus antecessores a boa receita dos folhetins de fatos diversos, escritos ao correr da pena e com demonstrações de destreza e erudição, saltando de um assunto a outro, da realidade para a imaginação; das notícias da semana para os fatos da história, dos temas locais para aqueles mais universais, da

ciência, da arte, da literatura. Ele não era mais um jovem iniciante e havia acumulado alguma experiência. No hiato temporal entre seus “Comentários da Semana” e os folhetins de “Ao Acaso”, ele exercitara sua pena em publicações voltadas a públicos bem distintos. Os leitores de *O Futuro* seriam mais experientes, com interesses mais universais e eruditos, enquanto, no *Jornal das Famílias*, suas novelas se destinavam a jovens leitoras apreciadoras de dramalhões açucarados. O escritor havia aprendido a medir as tintas de sua pena de acordo com o público, com o leitor para quem supunha escrever.

Assim, no folhetim de “Ao Acaso” do dia 22 de agosto de 1864, Machado de Assis dizia da agonia do Gabinete Zacarias, sem, contudo, precisar os fatos, uma vez que, supostamente, seriam do conhecimento dos leitores, também leitores da parte noticiosa do jornal:

S. Excia. vive atualmente sob a influência de dois grandes desejos – espécie de Prometeu, roído por dois abutres – um no fígado, como o antigo, outro no cérebro, abaixo da parte posterior e superior do osso parietal. Segundo a doutrina de Gall e Spurzheim,¹⁰¹ é neste último ponto que reside o órgão da vaidade.

Deseja o ilustre estadista: uma retirada e uma chegada; a retirada das câmaras e a chegada dos augustos noivos. S. Excia. vê que, no alto posto em que se acha colocado, não pode deixar de obter o sacramento da confirmação, e S. Excia. é muito bom católico para não ir em procura dele (*OC*, iv, 171).

A pena afiada do cronista estaria mais interessada em mostrar a fragilidade do presidente do Conselho de Ministros, que se esforçava para se manter à frente do governo, contando, para isso, com a dissolução da Câmara dos Deputados e com a confirmação de seu nome pelo imperador. As expectativas de Zacarias Góis de Vasconcelos, no entanto, não renderam frutos e, em 30 de agosto, caiu o gabinete, dando lugar ao também liberal Francisco José Furtado, que, do mesmo modo, não permaneceria muito mais tempo que seu antecessor, sendo substituído, em maio de 1865, por Pedro de Araújo Lima, o Marquês de Olinda, que deu prosseguimento ao ciclo liberal, encerrado com um novo gabinete liderado por Zacarias de Góis e Vasconcelos, que, dessa vez, sobreviveria de agosto de 1866 a julho de 1868.

¹⁰¹ Machado se refere aos médicos Franz Joseph Gall (1758-1828) e Johann Gaspar Spurzheim (1776-1832), que, no início do século XIX, desenvolveram estudos que afirmavam a possibilidade de se determinar o caráter, a personalidade e o grau de criminalidade de um indivíduo pela forma da cabeça, uma vez que certas características poderiam ser identificadas através de sua forma.

Em sua crônica, Machado ironizava a instabilidade dos sucessivos gabinetes, acrescentando que, “uma vez alcançado o sacramento, S. Ex. que pode viver independente, mesmo das leis do dever constitucional, passará tranquilamente a vara a outros, recitando o célebre verso de Sylla: *J'ai gouverné sans peur, et j'abdique sans crainte*” (OC, iv, 171).¹⁰²

Também a crise financeira promovida pela quebra do Banco Souto foi comentada pelo cronista de “Ao Acaso” e pelo correspondente *da Imprensa Acadêmica*. Conhecido pela historiografia brasileira como a “Crise do Souto”, o fechamento, em 11 de setembro de 1864, de uma das maiores casas bancárias do Rio de Janeiro, de propriedade de Antônio José Alves Souto, desencadeou verdadeiro pânico e uma crise comercial e bancária, com o fechamento de outras casas bancárias, forçando o governo a intervir na situação. Para se ter uma ideia da importância do Banco Souto, nos dias que precederam a crise, suas atividades chegaram a movimentar recursos superiores ao orçamento proposto para o exército brasileiro, em tempos de eminente conflito bélico na região do rio da Prata. O tumulto na cidade foi de tal ordem que tropas policiais ficaram em prontidão, a fim de impedir saques aos estabelecimentos bancários e à residência de banqueiros, em retaliação ao fechamento das agências.

Pois bem, na sua “Correspondência da Imprensa Acadêmica” datada do mesmo dia em que se deflagrou a crise, Machado de Assis declarava desconhecer “os fatos que motivaram a suspensão de pagamentos na Casa Souto” (OC, iii, 1087). Sua “Correspondência” mencionava reuniões havidas no Ministério da Fazenda e no Banco do Brasil, mas desconhecia os detalhes. A ignorância não seria apenas do correspondente e se estendia aos investidores e, diante da gravidade da crise, Machado de Assis captou uma cena aparentemente de menor importância. Seria a forma encontrada para narrar o estado de pânico e de desinformação geral que agitava a Corte para os estudantes, alguns deles, provavelmente, filhos de famílias com depósitos nos bancos:

Jogava-se ontem à noite no Club. Como era natural, a crise foi objeto das conversações. Mas entre os frequentadores havia um que nada sabia. Estava jogando quando lhe disseram que o Souto suspendera os pagamentos. O homem deixou cair as cartas, e exclamou dolorosamente: Estou pobre! Tinha lá oito contos.

Que triste começo de noite para quem ia procurar lá uma diversão ao espírito. Pois esta foi a impressão geral de quantos tinham capitais na Casa Souto (OC,

¹⁰² “Eu governarei sem medo, e eu abdicarei sem temor”. Referência à *Sylla*, tragédia em cinco atos de Victor Joseph Etienne (1764-1846), encenada em 1821, em Paris.

iii, 1088).

A mesma estratégia foi adotada em crônica “Ao Acaso”, que, no dia 19 de setembro, portanto uma semana depois da “Quebra do Souto”, dizia das providências (ou não providências) do governo em relação à crise:

Um homem achava-se encerrado em uma sala. Cai uma vela e comunica o fogo a uma cortina. Ele procura extinguir o fogo, mas não pode; as chamas devoraram em poucos segundos a cortina, começavam a tisonar uma porta, e já lambiam o teto. Vendo a gravidade do perigo, o homem corre à porta da saída, mas desgraçadamente estava fechada; procura a chave sobre as mesas e cadeiras, nos bolsos, na secretária, e nada!

Entretanto, o fogo lavrava com intensidade. Aturdido, e não querendo gastar mais tempo em procurar a chave, o infeliz chega à janela e grita por socorro.

A tempo o fez, porque exatamente passava nessa ocasião um homem que ouviu o grito e subiu.

Quando o infeliz sentiu que o salvador estava do outro lado da porta, gritou:

– Fogo! Fogo!

– Espere um pouco, respondeu o outro.

– Arrombe a porta!

– Não; é preciso ver uma chave. Com chave é que se abre uma porta. Tenho algumas comigo; vou ver uma por uma – vejamos esta; é muito grande. Outra: nada! Bem. Outra: não entra!

– Cresce o fogo, arrombe a porta, por favor!

– Não arrombo! – mais uma chave: esta há de servir. Mau! não dá volta. Ah!

Aqui vai a última: não serve.

– Por favor, arrombe a porta!

– Mas, depois?

– Depois, fica arrombada até que se extinga o fogo; não faz mal; posso daí em diante fechá-la com uma tranca de pau, até que cheguem os ferreiros para concertar a fechadura. Depressa! o fogo está a alguns palmos de mim!

– Meu caro, está salvo.

– Ah!

– Está salvo, fazendo ato de contrição e encomendando a alma a Deus. Eu não abro as portas senão com chaves; quando não tenho chaves não arrombo as portas.

Ora, o homem morreu, e a casa ficou reduzida a um montão de cinzas (*OC*, iv, 187-188).

O recurso à fabulação, ao olhar sobre fatos pouco aparentes, à coisa miúda, ao invisível aos grandes olhos, seria, paulatinamente, utilizado por Machado de Assis em sua escrita periódica. Houve, no entanto, momentos em que seu ímpeto e alvoroço não se traduziram em pilhérias. Certas urgências ainda exigiam do folhetinista certo pudor e tintas mais graves. Esse foi o caso dos desentendimentos com os países vizinhos, primeiro com o Uruguai, que teve seu território invadido por tropas brasileiras, em setembro de 1864. Em seguida e no desdobramento desses acontecimentos, o Paraguai, depois de aprisionar o vapor brasileiro *Marquês de Olinda*, declarou guerra ao Brasil,

invadindo o estado de Mato Grosso em 13 de dezembro, dando início ao mais longo conflito bélico envolvendo países da América Latina, a Guerra do Paraguai.

Quando da invasão do México pela França, Machado de Assis havia dirigido seu ímpeto e alvoroço contra a ação da potência europeia. No caso dos países vizinhos, ele não condenou a ação bélica brasileira. Ao contrário, suas tintas se voltaram contra a imprensa estrangeira, que afirmava haver, por parte do Brasil, interesse de reconquistar sua antiga Província Cisplatina.¹⁰³ O folhetinista apostava que não seria esse o desejo do governo brasileiro, que teria preferido resolver diplomaticamente os desacordos com o país vizinho. A invasão do Uruguai, portanto, não seria uma guerra de conquista, como fora a invasão do México. De todo modo, os conflitos na região platina podem ser entendidos como decorrentes das definições territoriais e fronteiriças dos jovens Estados, que, ao se tornarem independentes, buscavam garantir sua supremacia nacional e também sua influência na região.¹⁰⁴

No caso do Paraguai, Machado de Assis não tinha dúvidas. O presidente Solano Lopes “nutria pretensões monárquicas e preparava o terreno para cingir um dia a coroa Paraguaia” (*OC*, iv, 208). Fosse isso certo ou não, no folhetim de 24 de outubro Machado de Assis armou-se de ironia, para fazer valer sua opinião aos leitores: “S. Excia. é, antes de tudo, democrata americano; onde quer que ouça gemer a democracia americana – não hesita: – pede a sua espada de Toledo, cinge o capacete de guerra e dispõe-se a ir verter o sangue em defesa da mãe comum” (*OC*, iv, 208 e 209). Em seguida, explicava a ironia:

¹⁰³ Os desentendimentos entre Brasil e Uruguai datam, pelo menos, de 1680, sendo motivo de vários tratados entre Portugal e Espanha. Ainda durante o período joanino, em 1816, tropas portuguesas ocuparam o território vizinho, que foi, então, nomeado como Província da Cisplatina. Em 1825, um novo conflito, dessa vez envolvendo também a Argentina, punha em xeque o domínio imperial brasileiro sobre aquela província, resultando em acordo patrocinado pela Inglaterra, em 1828, reconhecendo a independência do Uruguai. Isso, no entanto, não resolveria as disputas envolvendo os países da região e, em 1851-1852, a Guerra do Prata pôs novamente em lados opostos o Império Brasileiro e seus vizinhos. Com a ascensão de Juan Manuel de Rosas ao poder na Argentina, ganha novo impulso o desejo de recriar o antigo Vice-Reinado do Prata, integrando territórios de Uruguai, Paraguai, Bolívia. Em seu intuito, o governo de Rosas ficou ao lado de Manoel Oribe na tentativa de controlar o Uruguai e também dos revoltosos da Farrroupilha (1835-1845), no Rio Grande do Sul. Finalmente, em 1852, com o fracasso das missões diplomáticas, o Brasil invadiu o Uruguai e a Argentina, depondo os governos de Oribe e Rosas.

¹⁰⁴ Só para citar alguns, foi na década de 1860 que as Províncias Unidas do Prata se consolidaram como Estado-Nação, com Bartolomeu Mitre eleito presidente da República Unida da Argentina. No Peru, em 1865, Mariano Ignacio Prado Ochoa liderou uma revolta contra as pretensões espanholas de reconquista de sua antiga colônia. Na Venezuela, em 1864, entrou em vigor a Constituição que transformou as antigas províncias em estados independentes. Quanto ao México, em 1866, as tropas francesas bateram em retirada de sua aventura, deixando para trás o imperador Maximiliano, que acabou fuzilado pelas tropas leais ao presidente Benito Juárez.

Democracia americana – naqueles climas – quer dizer: companhia de exploração dos direitos do povo e da paciência dos vizinhos. Déspotas com os seus, turbulentos com os estranhos, sem grandeza moral, sem dignidade política, incapazes, presumidos, gritadores, tais são os pretendidos democratas de Montevidéu e de Assunção (OC. iv, 209).

Essa opinião, manifestada naqueles primeiros dias de combate, em grande medida, coincide com uma historiografia oficial que perdurou até, pelo menos, a década de 1960. O conflito teria decorrido da megalomania de um ditador que pretendia impor uma hegemonia na região platina, o que incluía a ocupação de territórios vizinhos, no Brasil, na Argentina e no Uruguai. A partir da década de 1970, Solano López passa a ser compreendido como republicano que pretendia pôr em prática uma política de desenvolvimento econômico e social com elevado grau de autossuficiência, contrariando, por isso, os interesses do imperialismo britânico. Segundo essa versão, a tríplice aliança seria um arranjo da Inglaterra para frear a autonomia paraguaia.¹⁰⁵ Contra essa submissão, alguns autores lembram que, desde a *Questão Christie* e no início da guerra, as relações diplomáticas entre Brasil e Inglaterra estavam suspensas. Acrescente-se a isso que, desde meados de 1980, uma nova corrente historiográfica vem buscando as causas da Guerra do Paraguai no próprio processo histórico dos países platinos, argumentando que o Paraguai não constituía exemplo de modernidade econômica e social no período que antecedeu o conflito.¹⁰⁶

De todo modo, não é aqui o lugar de se deter neste debate. Importa, sim, a narrativa de “Ao Acaso”, face às notícias sobre a guerra que chegavam à capital do império brasileiro, e as estratégias do folhetinista para convencer seus leitores de uma opinião, de um entendimento. Nesse sentido, o folhetim de 24 de outubro servia-se de uma fonte que parecia incontestável – o *Semanário* de Assunção, conforme indicava em nota o folhetinista:

[...] o cavaleiro paraguaio convoca as multidões, prepara as manifestações públicas, fala-lhes a linguagem da liberdade e do valor. Tudo se extasia, tudo aplaude; corre uma fâsca elétrica por todos os peitos; uma centelha basta para inflamá-los; ninguém mais hesita; todos vão depor no altar da pátria o óbolo do seu dever – os homens o seu sangue, as mulheres a sua honra (OC, iv, 209).

¹⁰⁵ Essa versão foi razoavelmente popularizada por: CHIAVENATTO, Julio José. *Genocídio americano: a Guerra do Paraguai*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1983.

¹⁰⁶ Sobre isso, ver, entre outros: MOTA, Carlos Guilherme. *História de um silêncio: a Guerra do Paraguai 130 anos depois in Estudos Avançados*. São Paulo: USP, v. 9, n. 24, pp. 243-254, mai/ago. 1995. Ver também: DORATIOTO, Francisco. “História e Ideologia: a produção brasileira sobre a Guerra do Paraguai”, *Nuevo Mundo Mundos Nuevos*, Coloquios, 2009, [En línea], Puesto en línea el 13 enero 2009. URL : <http://nuevomundo.revues.org/49012>. Consultado el 07 mayo 2012.).

A intenção era clara. Aquela seria uma guerra entre civilização e barbárie. Essa ideia era partilhada pela intelectualidade contemporânea àqueles acontecimentos e que iria se tornar predominante na historiografia tradicional. O Brasil seria um país democrático, uma “democracia, sinceramente praticada” (idem), por um governo liberal e que desejava a paz entre as jovens nações americanas, enquanto o Paraguai tinha à frente “seus Quixotes e os seus Panças, Quixotes no sentido da bravata, Panças no sentido do grotesco” (idem). Para o cronista, Lopez teria armado um espetáculo com o objetivo de único de mobilizar o povo para uma guerra justificável, somente, pelo delírio:

Arreia-se então a mula de um e o rocinante de outro. Cinco palmos de seda, meia dúzia de vivas, uma fila de tambores, – e quanto basta então para levar o povo atrás de um fanfarrão ao ataque de um moinho ou à defesa de uma donzela (idem).

Ideia semelhante teria, entre outros, o Senador Nabuco de Araújo, pelo menos segundo o testemunho de seu filho, em *Um estadista do Império*: “A política internacional do Brasil, [...], consistia então, como ainda hoje (1875), em manter a independência dos dois Estados ameaçados pela ambição Argentina, o Paraguai e o Uruguai”, enquanto o Paraguai “vivia sequestrado no obscurantismo de uma tirania cujo principal inimigo figurava-se-lhe ser o alfabeto” (Nabuco, s. d., t. 2, p. 152).¹⁰⁷ Na esteira desse entendimento, a Argentina teria pretensões expansionistas e, no comando do governo paraguaio, haveria um homem despreparado (louco e ignorante) e, por conta disso, era necessário garantir a integridade do território uruguaio, como forma de manter a estabilidade na região.

Assim, ao eclodir no Uruguai a insurreição chefiada por Venâncio Flores, o governo brasileiro teria se mantido neutro. A situação, no entanto, agravou-se quando fazendeiros gaúchos, que tinham propriedades nos dois lados da fronteira, decidiram apoiar o movimento, sob a alegação de que sofriam violências e arbitrariedades por parte de membros do governo uruguaio de Anastásio Aguirre, o que incluía assassinatos, roubos de gado e recrutamento forçado de peões brasileiros para o serviço militar. Diante disso, em maio de 1864, o governo imperial resolveu enviar ao Uruguai

¹⁰⁷ Para Joaquim Nabuco, a Argentina ainda nutriria, em 1875, suas aspirações “de refazerem um dia, senão integralmente, pelo menos na bacia do Rio Prata o antigo Vice-Reinado, reunindo “Bolívia, o Paraguai, o Uruguai e a República Argentina, unidos em uma confederação e formando uma poderosa republica na América do Sul”.

uma missão diplomática chefiada pelo Conselheiro José Antônio Saraiva, a fim de resolver o imbróglio. Acompanhava essa missão uma esquadra comandada pelo vice-almirante Tamandaré, que, diferente de Saraiva, defendia a intervenção armada para impor o respeito aos direitos dos brasileiros. Aguirre, que contava com o apoio diplomático e militar do Paraguai, não cedeu à pressão brasileira e, em 16 de outubro, o Brasil interveio militarmente, atacando as cidades de Salto, Paissandu e Cerro Largo. Em represália, o Paraguai declarou guerra ao Brasil.

No curso desses acontecimentos, o folhetim do dia 3 de janeiro de 1865 trazia uma avaliação do ano recém-encerrado, destacando que, apesar de terem ocorrido “fenômenos de toda a casta”, a guerra na região do Rio da Prata seria de tal gravidade que não haveria ocasião para haver opiniões divididas:

O folhetim precisa dizer o que pensa, o que sente, o que julga a respeito das últimas ocorrências naquela parte da América? Haverá acaso duas opiniões e dois sentimentos nesta questão nacional? Não há um só ponto de vista na apreciação das arlequinadas de Lopez e Aguirre?

O enunciado contém a resposta.

Vinga-se atualmente no campo da ação a honra nacional. O valor do exército brasileiro não está fazendo as suas provas; já as fez, já foi consagrado naquelas mesmas regiões. Nem a tarefa pode assoberbá-lo desta vez: para aquelas crianças traquinas, constituídas em nações, bastam a vergasta e a palmatória (*OC*, iv, 236).

Na semana seguinte, em 10 de janeiro, a preocupação do folhetinista com a evolução dos acontecimentos no sul do país podia ser medida por sua concordância com um ato do governo que, em tempos menos graves, mereceriam a indignação de sua pena: “O *Diário Oficial* veio pôr termo às dúvidas, declarando peremptoriamente que o governo não fez nem pretende fazer contrato sobre o Teatro Lírico concedendo subvenção ou loterias” (*OC*, iv, 239). Como aqui reiteradamente se disse, Machado de Assis se colocava como militante da causa do patrocínio público das atividades teatrais. Naquela oportunidade, no entanto, o cancelamento de subvenções punha em uma única trincheira governo e folhetinista: “Repartir os dinheiros públicos entre os defensores do país e as gargantas mais ou menos afinadas dos rouxinóis transatlânticos, era uma coisa que nenhum governo se devia lembrar, e eu folgo muito de ver que este se não lembrou” (*idem*). Em seguida, contando que sua opinião deveria ser a de todos, acrescentava que “os amigos de Euterpe não podem deixar de aplaudir esta resolução. É doloroso ter de presenciar situações tais, e qualquer de nós preferia que elas se não produzissem” (*OC*,

iv, 240). Por fim, dava mostras de sua resignação e otimismo: “Ouviremos cantar depois” (idem).

Apesar de todo o seu entusiasmo e convicção na ação armada para pôr termo às “arlequinadas de Lopez e Aguirre”, o folhetinista julgava colocar limites aos espíritos belicosos. Ele não tinha dúvida quanto à inevitabilidade das guerras: “Enquanto a segurança precisar de uma fechadura, e a boa fé precisar de um tabelião – os homens lutarão de reino a reino, como de pessoa a pessoa” (OC. iv, 240). Isso não seria motivo, no entanto, para que o espírito militar fosse inculcado desde a educação infantil. Aqueles eram tempos em que se justificavam o fechamento dos teatros e a ausência de música, “todavia, é agradável ver que, apesar de todos os obstáculos, o sentimento patriótico levanta as coragens e anima o valor dos cidadãos” (idem), concluía.

Novamente, em 24 de janeiro de 1865, o folhetim dava novas mostras de que as opiniões não estavam unificadas e que, embora não estimulasse os espíritos belicosos, naquela oportunidade estava ao lado dos que defendiam o conflito armado face à ineficiência da diplomática. Assim, comentando as duas guerras em que o Brasil estava envolvido, contra o Uruguai e contra o Paraguai, Machado de Assis dizia do ataque brasileiro à cidade uruguaia de Paissandu, no dia 2 daquele mês, e da ofensiva paraguaia no estado do Mato Grosso, tomando o forte de Coimbra,¹⁰⁸ em 27 de dezembro do ano findo:

Quereis que vos fale de Coimbra e Paissandu? Foram dois famosos feitos de armas; um ataque de heróis e uma defesa de heróis. Não houve menor bravura nos que se defendiam dos paraguaios, do que nos que atacavam os orientais. E se a sorte das armas fez plantar em Paissandu a bandeira nacional, coube aos valentes de Coimbra a vitória dos vencidos (OC. iv, 243).

Àquela altura dos acontecimentos, os conflitos ainda não haviam assumido as proporções de chacina e holocausto que depois se soube. A guerra parecia que se resolveria rapidamente, pelo menos era essa a certeza do folhetinista ao reproduzir “um epigrama publicado no último número da *Semana Ilustrada*”, publicação de cunho humorístico, na qual também colaborava o próprio Machado de Assis: “Joga-se agora no Prata / Um jogo dos menos maus / O Lopez é o rei de copas, / O Aguirre é o dois de paus” (idem).

¹⁰⁸ Durante dois dias, cerca de 200 homens, entre oficiais e soldados, teriam resistido ao ataque paraguaio ao forte de Coimbra, tomado por de 3.200 soldados e dez embarcações de guerra, entre as quais, o vapor brasileiro recém-capturado.

No que se referia ao Uruguai, o folhetinista discorria sobre os fracassos da diplomacia brasileira e, assumindo a mesma postura combatente dos tempos de seus “Comentários da Semana”, concluía que “alguns dias de combate fizeram mais do que longos anos de polêmica diplomática. Bem podia ter-se poupado o papel que se gastou em notas e relatórios: eram mais algumas libras de pólvora” (idem). Ponderava, no entanto, que, diante da gravidade da situação, seria necessário que, antes das ações bélicas, fosse dada uma chance aos entendimentos, apresentando dois motivos para isso:

[...] o primeiro era mostrar que os sentimentos do império não eram hostis à liberdade interna da república, o segundo era dar expansões ao próprio espírito da diplomacia, que, de ordinário, faz menos no gabinete do que o soldado no campo (OC. iv, 243).

Em seguida, retomando a *nonchalance*, lembrava que “Balzac, notando um dia que os marinheiros quando andam em terra bordejam sempre, encontrou nisso a razão de se irem empregando alguns homens do mar na arte diplomática” (OC, iv, 244). A crítica contra a falta de objetividade da diplomacia adquiria ares burlescos quando o folhetinista comparava uma nota diplomática com uma mulher vestida de acordo com a moda de então:

Só depois de se despojar uma elegante de todas as fitas, rendas, jóias, saias e corpetes, é que se encontra o exemplar não correto nem aumentado da edição da mulher, conforme saiu do prelo da natureza. É preciso desataviar uma nota diplomática de todas as frases, circunlocuções, desvios, adjetivos e advérbios, para tocar a ideia capital e a intenção que lhe dá origem (idem).

Ao dizer da inutilidade da retórica diplomática, igualando-a aos adornos das vestes femininas, o folhetinista se juntava a Tamandaré e àqueles que julgavam inúteis à Missão Saraiva, entendendo que a ação armada seria a única solução para resolver as diferenças com o Uruguai. Assim, como argumento de sua tese, o folhetinista transcreve uma improvável nota diplomática enviada pelo soberano da Abissínia ao seu colega do Egito:

Filho do Erro!

Os teus antecessores, por surpresa e por traição, roubaram aos meus antepassados as ricas províncias do Soudan. Restitua-as, seremos amigos. Se recusares, é a guerra. Mas o sangue de tantos bravos deve correr por causa da nossa pendência? Ouve e reflete. Provoco-te a um combate singular. Revestido de todas as tuas armas, e eu das do meu país, vem: entre nós dois, Deus nos julgará. Um combate à morte; ao vencedor, o universo. Espero! (idem)

A passagem que poderia figurar numa ópera bufa funcionaria como argumento da tese sobre a inutilidade da retórica diplomática, repleta de circunloqu岸ões, desvios, adjetivos e advérbios. O folhetinista se imiscuia nos debates em torno das ações militares e diplomáticas, mas dava provas de que estava disposto a exercitar sua pena com as tintas da paródia, da sátira. O uso de elementos chistosos, da pilhéria e da galhofa serviria também para diferenciar a escrita do folhetim daquela reservada às notícias, ao editorial e aos artigos políticos. Ao folhetim, cabia distrair o leitor já enfasiado com as “as revoluções astronômicas, as crises comerciais e as patacoadas e empalmações políticas” (OC, iv, 235).

No início de março de 1865, a população da corte do Rio de Janeiro recebia a notícia da capitulação de Montevideu e que Venâncio Flores havia assumido o governo, pondo fim aos combates. Passada a euforia, soube-se que, na realidade, a capitulação fora negociada por José Maria da Silva Paranhos, enviado extraordinário e ministro plenipotenciário junto à República Argentina, resultando no convênio de 20 de fevereiro. As opiniões se dividiam, já que, se, por um lado, as tropas estacionadas no Uruguai podiam deslocar-se para enfrentar o exército paraguaio, por outro, não havia exigências de punições pelas ofensas ao Brasil. À frente das críticas ao acordo, estava Tamandaré, o comandante em chefe das operações militares que se sentia posto de lado por Paranhos. Houve insatisfação popular à tolerância de Paranhos, e o futuro Visconde do Rio Branco acabou sendo demitido.

O folhetinista via confirmada sua tese de que a diplomacia brasileira não satisfazia aos anseios da nação: “Tarde se reconheceu que o convênio de paz não atendera, nem para a honra, nem para os interesses do Brasil” (OC, iv, 263). Apesar de se sentir respaldado pela opinião pública, ele não insistia no tema: “É matéria exclusiva das colunas editoriais” (idem). Cabe lembrar que Paranhos era membro do Partido Conservador e, portanto, é possível que a defesa às posições de Tamandaré fosse motivada, também, pelas disputas no interior do governo de coalizão comandado pelo liberal Francisco José Furtado. Nesse sentido, é possível, ainda, que fosse uma determinação da direção do *Diário do Rio de Janeiro* para que tal questão fosse tratada no editorial. Machado de Assis, no entanto, não deixou de se manifestar. Para ele, a “opinião do folhetim acerca desse documento não pode ser duvidosa” (idem). Ele não seria o mais sábio para discutir a matéria, mas a *trípode coube ao menos apto*, e contava que tinha a seu lado a opinião pública: “O povo deve entristecer-se, vendo que a

diplomacia inutiliza os seus esforços, e que o papel e a pena, armas fáceis de brandir, desfazem a obra produzida com o fuzil e a espada” (OC, iv, 264).

Infelizmente, como admite Eric Hobsbawm, “nada estimula melhor o nacionalismo, em ambos os lados, que um conflito internacional” (1990, p. 112). O folhetinista estava prenhe de sentimento nacionalista. Completados poucos meses do conflito com o Paraguai, em maio de 1865 Machado de Assis teve uma poesia de sua autoria lida no Teatro Ginásio, numa sessão promovida pela companhia de Furtado Coelho, em benefício da Sociedade Perseverança, uma das muitas criadas para angariar fundos para a guerra. Inicialmente intitulado “O acordar do Império”, foi depois publicado, no mesmo mês, no *Diário do Rio de Janeiro* como “A cólera do Império”: “De pé! – Quando o inimigo o solo invade / Ergue-se o povo inteiro;/ e a espada em punho/ É como um raio vingador dos livres!” (OC, iii, 768-769)

Além desse poema, no dia 7 de fevereiro de 1865, o folhetinista alimentava os fervores nacionalistas, dedicando aquele folhetim às mulheres, mas esclarecia que não “entraís hoje neste folhetim, minhas senhoras, como Julietas ou Desdêmonas: entraís como espartanas, como Filipas de Vilhena ¹⁰⁹, como irmãs de caridade” (OC, iv, 250). O motivo da homenagem seria uma senhora de Minas Gerais que, conforme noticiara os jornais, ao ver seu filho partir para a guerra repetira as palavras de Filipas de Vilhena: “Toma esse escudo; volta com ele ou volta sobre ele” (Apud MAGALHÃES JR., 1981, p. 332). Também podia ser uma referência a Rosa Maria Paulina da Fonseca, que oferecera seus sete filhos como voluntários da pátria, um deles que viria a ser o Marechal Deodoro. Seria de autoria de Machado de Assis um soneto publicado na *Semana Ilustrada* e atribuído àquela mãe, ao se despedir do primogênito, o alferes Afonso Aurélio, que acabou morrendo em combate, assim como outros dois irmãos (Peregrino, 1969, p. 23):

Cala-te, amor de mãe! Quando o inimigo
Pisa da nossa terra o chão sagrado
Amor da pátria, vivido, elevado
Só tu na solidão serás comigo!

O dever é maior que o perigo
Pede-te a pátria, cidadão honrado;
Vai, meu filho, e nas lides do soldado

¹⁰⁹ Heroína da restauração portuguesa de 1640 por ter enviado seus dois filhos para a luta contra os espanhóis. Diferente da adaptação escrita por Almeida Garrett em uma peça que tem seu nome, seu filho mais novo, Jerônimo de Ataíde, não era uma criança, mas um adulto que foi nomeado, mais tarde, vice-rei do Brasil, de 1654 a 1657.

Minha lembrança viverá contigo!

És o sétimo, o último. Minh'alma
Vai toda aí, convosco repartida,
E eu dou-a de olhos secos, fria e calma

Oh! Não te assuste o horror da marcial lida
Colhe no vasto campo a melhor palma
Ou morte honrada ou gloriosa vida (*OC*, iii, 771).

Para Machado de Assis, aquele seria um momento que justificava o sacrifício de todos, até mesmo das mulheres: “Agora, mais que nunca, apela-se para o patriotismo de todos. A gravidade vai crescendo; as últimas notícias da expedição dos paraguaios provocaram um grito de geral indignação” (*OC*, iv, 251).

A indignação do folhetinista se voltava, também, contra a imprensa europeia, que, em sua percepção, não conhecia as especificidades das novas nações americanas. Ele insistia na tese de que se tratava de uma guerra da civilização contra a barbárie e, para ressaltá-la, citava um acontecimento que presumia ser do conhecimento dos leitores: “Se depois do espetáculo das orelhas enfiadas numa corda e expostas à galhofa dos garotos de Assunção, houver um país no mundo que simpatize com o Paraguai, não precisa mais nada – esse país está fora da civilização” (*idem*). Havia dúvidas quanto à posição das potências europeias. Desconfiava-se do apoio da Itália e da França ao Uruguai e, por conseguinte, aos interesses do Paraguai e da Argentina, esta, até então, fora dos combates.

As notícias que chegavam eram desencontradas, mas Machado de Assis não se eximia de expor sua opinião: “Ora, a Itália, em vez de intrometer-se nos negócios alheios, tinha outra coisa a fazer muito mais sensata e útil para si: era cuidar de afirmar a sua existência e desarmar as últimas antipatias que ainda tem no mundo” (*OC*, iv, 251). Apenas recentemente unificado, aquele país deveria tratar de seus assuntos internos. Quanto à França, ele lamentava que fosse reconhecido o governo que Napoleão havia imposto ao México, mas acrescentava que isso não significava concordar com a intervenção de uma potência no país. Ele mantinha sua posição já manifestada anteriormente na crônica de *O Futuro*, citada no capítulo anterior. Também em “Ao Acaso”, ele manifestara a respeito, no folhetim de 20 de junho de 1864: “O que o resto do mundo pensa, é que o México é apenas uma conquista francesa, tanto em vista dos fatos anteriores, como dos fatos atuais, conquista feita pelas armas e apoiada no interior por um partido parricida” (*OC*, iv, 126).

Novamente, no dia 27 de fevereiro, em pleno carnaval de 1865, o folhetinista desculpava-se com o deus Momo por não dizer dos festejos que o louvavam. Ao contrário, era a bravura das mulheres – mães e esposas – que seria mais uma vez destacada pelo folhetinista. Não só elas, no entanto, seriam motivo de suas louvações. Antes, dizia o folhetinista dos voluntários da pátria que ofereciam uma festa toda singular: “A imagem da morte aparecia a todos os espíritos, coroada de mirtos e louros; em que as lágrimas do cidadão afogavam as lágrimas do homem; em que uma leve sombra de saudade mal misturava ao fogo sagrado do entusiasmo” (OC, iv, 258).

A narrativa sobre a movimentação das tropas a caminho do teatro de guerra prosseguia repleta de imagens que ilustravam a objetividade das matérias noticiosas. Assim, se a ironia, o humor e a galhofa eram as tintas utilizadas para dizer da retórica das notas diplomáticas, o melodrama pintava o quadro da marcha dos combatentes, rumo ao campo de batalha:

Não há como negá-lo, a alma do povo levanta-se do sono em que jazia; os ânimos mais desencantados não podem deixar de sentir palpitar o coração desta terra. As dedicações que de todos os pontos afluem são um eloquente sintoma de vitalidade nacional.

Ao grito da pátria agravada acodem todos; os mancebos deixam a família; os pais e as mães mandam os filhos para a guerra; as esposas, doendo-se mais da viuvez da pátria que da própria viuvez, não hesitam em separar-se dos esposos. É a grande leva das almas generosas (OC, iv, 258).

Em 1865, Machado de Assis continuava escrevendo para o *Jornal das Famílias*. Suas novelas não se ocupavam dos acontecimentos da guerra. A única menção seria a novela aqui já comentada, “Virginius”, publicada em julho de 1865, portanto ainda nos primeiros dias de desavenças na fronteira com o Uruguai. A referência, no entanto, foi bastante tênue. Um pai que, para punir um mau ato do filho, o envia para a região de litígio. No fim daquele ano, um texto escrito para o teatro veio a público em um dos muitos saraus que, então, Machado de Assis frequentava. Depois publicado em livro, no ano seguinte, *Os deuses de casaca* abordava questões políticas e econômicas da sociedade fluminense, tendo como ambientação um Olímpo habitado por deuses desfigurados. Júpiter era o primeiro a lamentar seu destino: “Hoje, como um mortal, de revés em revés / Busco por conquistar o posto soberano” (OC, iii, 970). Marte também se dava conta de sua perda de prestígio, já que “[...] A guerra, o meu ofício,/ É o último caso; antes vem o artifício. / Diplomacia é o nome; a coisa é o mútuo engano./ [...] / A tolice no caso é falar claro e franco (OC, iii, 972).

Em sua ficção, tanto dos palcos como das páginas do *Jornal das Famílias*, a guerra servia, quando muito, de cenário distante. Foi em “Ao Acaso” que o escritor romaneava a guerra, explorando os lances dramáticos e as personagens trágicas que chegavam a sua escrivaninha, através das páginas dos jornais:

As folhas narram o encontro no mar dos dois vapores, um que levava o contingente para o sul, outro que conduzia voluntários para a corte. Quando as duas multidões se avistaram romperam em aclamações. Que há aí de mais belo? Que olhos se podem conservar enxutos ante esse espetáculo de fraternal animação? (*OC*. iv, 258)

Em seguida, entre os inúmeros atos de patriotismo noticiados na imprensa, o folhetinista escolheu dois. Um deles seria um senhor que “apresenta seus dois filhos para o serviço da pátria” (*OC*. iv, 259), mas o clímax dramático seria alcançado nas “enérgicas palavras” de uma mãe que “no ato da partida dos voluntários, vai de olhos enxutos abençoar o filho: *Vai, meu filho, vai não chores, se voltares, traz a tua camisa tinta no sangue desses malvados, que eu terei muito gosto em a lavar*” (idem).

A Guerra do Paraguai marcou profundamente a história da América Latina e foi, sem dúvida, seu maior conflito armado. Mais do que suas causas, importam seus desdobramentos, que ainda estão por ser mais bem determinados. Fossem quais fossem as pretensões de seus governantes, a população paraguaia se viu dizimada. Fala-se em dois terços da população masculina morta durante a guerra, fora tantos outros – homens, mulheres e crianças – vítimas de fome e epidemias que, mesmo após os combates, se alastraram pelo país. Ao Brasil, além da antipatia dos países vizinhos, restaram inflação e uma imensa dívida junto aos bancos ingleses, elevando o custo de vida, a inflação e o empobrecimento dos já empobrecidos. A Guerra do Paraguai exigiu, ainda, a organização do exército e da marinha, que, ao fim dos combates, viram aumentar seu prestígio junto à população. Assim, se a vitória nos campos de batalha representou uma vitória da Monarquia, foi também o início de sua derrocada, uma vez que o corpo de oficiais, mais do que fidelidade ao monarca, passou a reivindicar maior poder na estrutura sociopolítica do país, o que, em grande medida, contribuiu para o movimento que instalou a República, em 1889.

Sonetos, novelas, relatos de heroísmo e também indignações, ódios, xenofobias, chauvinismos: tudo se justificava em tempos de guerra. Criações da imprensa ou notícias sobre manifestações espontâneas, a imprensa participou ativamente da propaganda de guerra e o folhetim não esteve isento desta tarefa. Machado de Assis

tinha consciência do poder de influência daquele espaço. Coube-lhe distrair o leitor e, além disso, manter aceso “o fogo sagrado do entusiasmo” (*OC*, iv, 258). Ele já havia usado o folhetim de 20 de junho de 1864 para fazer propaganda da livraria Garnier e de uma loja que, dentre outros artigos, comercializava óculos:

A casa Garnier vai abrindo deste modo a esfera das publicações literárias e animando os esforços dos escritores. É justo confessar que as suas primeiras edições não vinham expurgadas de erros, e era esse um argumento contra as impressões feitas em Paris. Agora esse inconveniente desapareceu; acha-se em Paris, à testa da revisão das obras portuguesas, por conta da casa Garnier, um dos melhores revisores que a nossa imprensa diária tem possuído. Já as últimas edições têm revelado um grande melhoramento (*OC*, iv, 129).

E mais adiante:

É ao estabelecimento do Sr. Reis, à Rua do Hospício, que eu me refiro. Como as folhas anunciaram, e eu tive ocasião de ver com meus próprios olhos, acabam de sair das oficinas daquele estabelecimento excelentes trabalhos em ouro, de labor perfeito e apurado gosto. Em óculos e lunetas, quaisquer que sejam as formas e as fantasias, não vi ainda nada melhor ou até comparável. A casa do Sr. Reis é bastante conhecida. Dedicando-se ao aperfeiçoamento dos objetos próprios de um estabelecimento daqueles, o Sr. Reis tem procurado e conseguido reunir os artistas mais aptos, os instrumentos mais capazes, e com eles tem levado a casa ao pé das primeiras da Europa (*idem*).

Livros e óculos, Machado de Assis era usuário de ambos, mas foi seu sentimento nacionalista que usou para justificar o reclame:

Não é só o caráter individual deste fato, que impõe à imprensa uma menção especial, é igualmente porque este fato tende a fazer apreciar a aptidão que há no nosso país, e liberta-nos, como vai acontecendo em outras classes, da exclusiva importação estrangeira (*idem*).

Ao iniciar os combates contra o Uruguai e, em seguida, contra o Paraguai, o Partido Liberal estava à frente do governo brasileiro. Além disso, é sabido que o imperador se orgulhava de suas ideias liberais e que se mantinha atualizado com as novidades vindas da Europa. A ideia de nação era uma delas, e a guerra serviu para fortalecer tanto o sentimento de nação como o de nacionalismo. Para Eric Hobsbawm, o liberalismo burguês soube bem inculcar a ideia de que um mundo de nações viria a ser um mundo liberal e, por conseguinte, um mundo liberal seria feito de nações. “O futuro viria a mostrar que a relação entre os dois não era tão simples assim” (Hobsbawm, 1996, p. 145), conclui.

De todo modo, o período de vigência da Guerra do Paraguai foi de grandes transformações na vida social e política do país. É possível que, para isso, tenha contribuído, ao menos em parte, a campanha nacionalista sustentada pela imprensa, convidando o povo a participar da história. De fato, num primeiro momento, diante da necessidade de reagir aos ataques paraguaios em território brasileiro, muitos foram aqueles que, incentivados pelo chamado da imprensa, inscreveram-se como Voluntários da Pátria. O prolongamento dos combates, no entanto, frustrou as expectativas de uma rápida vitória sobre o inimigo, arrefecendo os ânimos da população e daqueles que se colocavam na condição de formadores da opinião pública. Em face disso e dos insuficientes efetivos do exército, ainda que reforçados por contingentes da polícia e da Guarda Nacional das províncias, o governo imperial promoveu o alistamento forçado, transformando em piada o termo *Voluntários da Pátria*. À população pobre restava a resignação ou a fuga. Os mais endinheirados, contudo, dispunham de outros meios para provar seu nacionalismo.

Em *Iaiá Garcia*, de 1878, Valéria Gomes, viúva de um desembargador, mostra-se preocupada com os rumos da guerra e diz a seu interlocutor, Luis Garcia:

Eu creio que é chegado o momento de fazerem todas as mães um grande esforço e darem exemplos de valor, que não serão perdidos. Pela minha parte trabalho com o meu Jorge para que vá alistar-se como voluntário; podemos arranjar-lhe um posto de alferes ou tenente; voltará major ou coronel (*OC. i, 515*).

Outra prova de nacionalismo seria a doação de escravos para integrarem as tropas, lutando no lugar de seus senhores e de seus familiares e protegidos. Tais arranjos, se não transformaram o povo em artífices de sua história, serviram para, de um lado, ascender o corpo militar na esfera política e, de outro, colocar lenha nos debates em torno do sistema escravista, uma vez que o governo prometera alforria aos escravos que retornassem da guerra. Digna de nota foi a exigência, ao fim dos combates, de libertação dos escravos no Paraguai, enquanto o Brasil mantinha os seus.

No mesmo período, também a vida de Machado de Assis passaria por grandes mudanças. A série “Ao Acaso” deixou de ser publicada em maio de 1865. A partir de então, suas matérias assinadas se voltaram para a crítica literária, o que não significou, entretanto, um afastamento das disputas políticas que tinham o *Diário do Rio de Janeiro* como tribuna. Em fins daquele ano, Saldanha Marinho assumiu a presidência da província de Minas Gerais, com sede em Ouro Preto, levando, como seu secretário de

governo, Henrique Múzio. Também Quintino Bocaiúva não tardou a se afastar do jornal, partindo para os Estados Unidos em setembro de 1866. Ficou Machado de Assis e, ao que indicam as cartas a ele endereçadas por Henrique Múzio, tornando-se editor responsável, ainda que sob a orientação política de Saldanha Marinho, que, através de seu secretário, enviava apontamentos e artigos para publicação.¹¹⁰

A série “Ao acaso” foi uma importante etapa no processo de amadurecimento literário de Machado de Assis. Ele podia não dominar ainda o estilo leve e ameno dos folhetins, “o parto curioso e singular do sério, consorciado com o frívolo”, conforme sua própria definição, ainda em 1859 (Assis, 2009a, p. 55). É certo, no entanto, que ele experimentou tintas mais próximas da escrita ficcional, incorporando a seus comentários diálogos, paródias da tradição, citações de origem duvidosa. Nesse sentido, “Ao Acaso” foi também um importante espaço de experimentações e aprendizado de um estilo que iria marcar suas crônicas futuras.

Em 1867, Machado de Assis encerrou sua participação no *Diário do Rio de Janeiro*. Naquele ano, com a ajuda de seus amigos liberais, iniciava sua carreira de funcionário público, no modesto cargo de ajudante do diretor do *Diário Oficial*. Ele conseguiria sobreviver no posto mesmo depois de os conservadores voltarem ao governo, provavelmente com o apoio do então ministro da Justiça, José de Alencar. Machado de Assis seguia assim o roteiro dos homens de letras seus contemporâneos. O emprego público talvez lhe tenha proporcionado alguma estabilidade financeira e também deve ter contribuído para seu afastamento da crônica periódica. É certo que continuou colaborando na *Semana Ilustrada*, mas aqueles eram textos de autoria coletiva, sendo, ainda hoje, difícil definir a medida de sua participação, razão pela qual não me ocuparei desses textos. Fora isso e excetuando alguns poucos artigos esparsos, de 1867 a 1876 o nome de Machado de Assis ou qualquer um de seus pseudônimos estiveram ausentes das colunas periódicas. Teria ele sido acometido pelo “cansaço que se apodera dos escritores, na luta entre a vocação e a indiferença” (OC, iii, 1.105)? A seguir, retornarei a este texto de janeiro de 1866 e a alguns outros que podem oferecer pistas de como o intelectual público Machado de Assis percebia a condição do homem de letras de seu tempo e do lugar a ele reservado.

¹¹⁰ Sobre isso, ver correspondência de Henrique Muzio a Machado de Assis, entre os dias 30/11/1866 e 10/03/1867. *Correspondência de Machado de Assis*, tomo I. Coordenação e orientação de ROUANET, Sérgio Paulo. Rio de Janeiro, ABL/ FBN, 2008 (pp. 194-200, 216- 217). Doravante citado no corpo do texto apenas *Correspondência*.

4.2 O incerto instinto do autor

Em sua última crônica da série “Ao Acaso”, no dia 16 de maio de 1865, Machado de Assis explicava-se aos leitores. Seu folhetim hebdomadário não fora publicado na semana anterior. Ele teria sido atacado pessoalmente, através de um artigo anônimo, publicado no *Correio Mercantil* do dia 3 corrente:

No último folhetim (dia 02 de maio) fizemos algumas considerações sobre o que seria o discurso da coroa, e acrescentamos à parte política uns versos em mau francês, alusivos à situação do ministério do Sr. Furtado (*OC*, iv, 296).

Machado de Assis teve a intenção de responder aos ataques que, supunha, teriam os membros do Gabinete como autores. A resposta seria publicada naquele mesmo dia 16 de maio. A queda do ministério Furtado no dia 12 de maio,¹¹¹ contudo, teria abortado a impressão do folhetim: “Importava-nos, sobretudo, não parecer que mostrávamos uma fácil coragem agredindo homens caídos do poder” (*idem*). Ainda assim, o cronista julgou necessário não deixar dúvidas, esclarecendo os motivos de seu silêncio:

1º. - Os leitores benévolos e simpáticos, desses que chegam a identificar-se com o escritor e a interessar-se por ele, ficam sabendo que o nosso silêncio não deve ser atribuído a um sentimento menos confessável.

2º - Ficam avisados todos os arlequins políticos de que nos achamos na boa disposição de não admitir facécias e insultos anônimos, sob pretexto de defender um ministério. Se uma circunstância estranha à nossa vontade privou os leitores do *Diário* de alguns versos aguçados, fica-nos o caso por emenda, a fim de que em outra ocasião empregemos uma útil celeridade (*idem*).

É provável que, na ocasião, o cronista cultivasse certa exaustão para com a política. Digo das intrigas palacianas, dos arranjos partidários e de grupos, das disputas por cargos no governo, da rotina parlamentar, dos boatos, dos interesses mesquinhos, entre outros. Fosse ou não cansaço, estivesse ou não disposto a responder aos ataques à sua pessoa, encerradas as explicações, o folhetim saltou para outros caules, os assuntos literários: “Suponham os leitores que há depois disto uma linha de reticências” (*idem*).

De fato, findo aquele seu último folhetim da série “Ao Acaso”, Machado de Assis inseriu reticências à sua atividade jornalística, saltando dos caules da política para os da literatura. Foi assim que, no dia 24 do mês seguinte, seu nome aparecia nas

¹¹¹ Francisco José Furtado foi presidente do Conselho de Ministros, de 31 de agosto de 1864 a 12 de maio de 1865.

páginas do *Diário do Rio de Janeiro*, assinando uma resenha do livro *Cenas do Interior*, romance de Luis José Pereira da Silva.

Para o crítico, “a estreia de um jovem de talento é sempre um motivo de satisfação” (*OC*, iii, 1.093). Pereira da Silva já seria conhecido dos leitores, uma vez que publicava artigos esparsos nos jornais, hábito comum a todos que se entendiam como homens de letras. A publicação de um livro, no entanto, é o que permitiria alcançar a distinção, pelo menos foi esse o entendimento do crítico: “Os escritos ligeiros, as páginas fugitivas, não puderam até hoje criar para o Sr. Pereira da Silva um nome, como lhe deve caber pela publicação do seu primeiro livro” (*idem*). Apesar disso e ainda de acordo com o crítico, ao apresentar “os quadros de costumes, a vida do interior do país” (*idem*), *Cenas do Interior* se inseria numa tradição que já contava com “mais de uma pena brasileira” (*idem*). O crítico dizia não poder citar a todos, mas destacava “o chorado Dr. Manoel Antonio de Almeida” e seu *Memórias de um Sargento de Milícias*, “que é um modelo do gênero”, e também José de Alencar e Joaquim Manoel de Macedo, que “escreveram obras dignas de ser estudadas, especialmente o primeiro, autor do *Guarani*”. Sem reconhecer os mesmos méritos, não se esqueceu de seu amigo Pinheiro Guimarães, que “publicou há anos *O Comendador*, narrativa interessante e digna de muito apreço”. Para Machado de Assis, tais livros seriam “páginas valiosas e estudos sérios sobre os costumes do país, debaixo da forma popular do romance” (*idem*).

Machado se mostrava à vontade na condição de crítico, de comentador dos assuntos literários, esboçando ideias que, mais tarde, em 1873, em “Instinto de Nacionalidade”, iria melhor definir. Naquele ensaio, ele destacaria, inclusive, a importância de se narrarem usos e costumes nacionais: “Interrogando a vida brasileira e a natureza americana, prosadores e poetas acharão ali farto manancial de inspiração e irão dando fisionomia própria ao pensamento nacional” (*OC*, iii, 1203). Tal percepção seria resultado da própria condição dos homens de letras do século XIX brasileiro e, sobretudo, daqueles voltados para a produção literária e que se viam imbuídos da tarefa de pensar o país a partir de sua história, de suas paisagens geográficas, sua fauna e flora, seu idioma, sua especificidade linguística e filológica, em relação a Portugal e suas questões sociológicas, incluindo as manifestações populares e religiosas.

Daí a ênfase que Machado de Assis dava ao mapeamento geográfico do Brasil realizado por José de Alencar em seus romances regionalistas e aos usos, costumes e

tradições populares da Corte dos “tempos do rei”, que Manuel Antônio de Almeida registrara nas *Memórias de um Sargento de Milícias*.

Antes disso, no entanto, no artigo crítico de 31 de agosto de 1865, Machado de Assis retomaria a questão da literatura e da nacionalidade, dessa vez escrevendo sobre o livro de poesias de Bernardo Guimarães. Na oportunidade, o crítico ressaltaria que à literatura não bastava o atendimento aos temas nacionais:

É o Sr. Bernardo Guimarães um poeta verdadeiramente nacional; a sua musa é brasileira legítima, essa nacionalidade, porém, não se traduz por um alinhavo de nomes próprios, nem por uma descrição secas de costumes (*OC*, iii, 1097).

Mais adiante, esclarecia que “o autor pode colher as suas inspirações em diversas fontes, pode esclarecer o espírito com estudos diversos, mas quando lhe chega a hora de reproduzir as suas impressões, a língua que fala é uma e própria”, acrescentando: “Ideias, imagens e forma! Aí temos um poeta” (*idem*). Para o crítico, ideias, imagens e forma seriam inseparáveis na composição literária e, nesse sentido, a verdadeira poesia seria aquela que “está longe de partilhar o culto exclusivo da forma, que parece ser a nova religião, cujo dogma é arquitetar palavras, e dispensar ideias, substituir a energia do sentido pelo inchado da expressão, e transformar a arte em ofício” (*idem*).

A “nova religião” a que se referia Machado de Assis seria o byronismo, uma das muitas febres europeias que contagiaram o solo brasileiro. José de Alencar, embora logo se curasse, foi um dos muitos que, quando dos estudos jurídicos em São Paulo, deixou-se contaminar por essa febre:

Em 1845, voltou-me o prurido de escritor, mas esse ano foi consagrado à mania, que então grassava, de *baironizar*. Todo estudante de alguma imaginação queria ser um Byron; e tinha pôr destino inexorável copiar ou traduzir o bardo inglês (Alencar, 1951, v. I, t. I, p. 62).

Ler Byron tornou-se moda, uma mania que, entre muitos, contagiou ainda Álvares de Azevedo, embora o poeta da *Lira dos Vinte Anos* (1853) cultivasse também outras influências. George Gordon Byron, mais conhecido como Lorde Byron, foi uma das figuras mais influentes de nossa segunda geração romântica, não só na literatura, mas também em sua maneira de se vestir, sempre de preto, e em sua rebeldia. Sua melancolia, seu ceticismo e seus arroubos retóricos tornaram-no a própria representação da alma romântica. Machado de Assis disse também dessa doença: “Houve um dia em

que a poesia brasileira adoeceu do mal *byrônico*; foi a grande sedução das imaginações juvenis pelo poeta inglês; tudo concorria nele para essa influência dominadora” (*OC*, iii, 1121). As razões de tal doença, no entanto, não estariam no poeta inglês, e sim nos modismos e na mania de se seguirem “modelos poéticos”:

Quis a fatalidade dos poetas, ou antes o privilégio dos gênios criadores, que este espírito tão original, tão próprio de si, aparecesse um dia às imaginações de alguns como um modelo poético. Exaltou-se-lhes a imaginação, e adoeceram, não da moléstia do cantor de *D. Juan*, mas de outra diversa, que não procedia, nem das disposições morais, nem das circunstâncias da vida. A consequência era natural esse desespero do poeta inglês, (...), não existia realmente nos seus imitadores; assim, enquanto ele operava o milagre de fazer do cepticismo um elemento poético, os seus imitadores apenas vazavam em formas elegantes um tema invariável e uniforme. Tomaram-se de uns ares, que nem eram melancólicos, nem alegres, mas que exprimiam certo estado da imaginação, nocivo aos interesses da própria originalidade (*OC*, iii, 1.121).

Esse comentário se deu na por ocasião da apreciação de *Cantos e Fantasias*, de Fagundes Varela, na “Semana literária” do *Diário do Rio de Janeiro*, onde sua disposição de crítico dos “assuntos literários” prosseguiria. Nessa nova série de artigos, da qual apreciarei alguns artigos, Machado de Assis empreendeu um balanço das condições da vida intelectual brasileira, especialmente a produção literária e, como de hábito, o teatro. Logo em seu primeiro artigo, o crítico faria um diagnóstico: “A temperatura literária está abaixo de zero” (*OC*, iii, 1.105).

O otimismo manifestado na estreia de Pereira da Silva e o entusiasmo para com o livro de Bernardo Guimarães haviam arrefecido, e o motivo era o “clima tropical, que tanto aquece as imaginações e faz brotar flores, por um fenômeno, aliás explicável, torna preguiçosos os espíritos, e nulo o movimento intelectual” (*idem*). As causas da “preguiça”, no entanto, não estavam no calor do verão tropical. Fosse isso, bastaria o refúgio de Petrópolis, de temperatura bem mais amena, embora longe do zero.

Para Machado de Assis, o que fazia a vida intelectual preguiçosa era a “ausência de uma opinião” (*idem*), ou seja, um grupo suficientemente numeroso de leitores, uma elite letrada. Em seu entendimento, haveria duas causas para isso, “uma de ordem material, outra de ordem intelectual”. A primeira seria o alto custo do livro e, em decorrência disso, a segunda seria a “falta de gosto formado no espírito público”. Com efeito, “há um “círculo limitado de leitores, a concorrência é quase nula, e os livros aparecem e morrem nas livrarias” (*OC*, iii, 1.105).

De fato, o alto custo do papel e de impressão – o editor Garnier, por exemplo, enviava os originais para serem impressos em Paris – tornava os livros inacessíveis à

grande parte da população. A ausência “de gosto”, por sua vez, seria de ordem mais subjetiva, algo difícil de ser aferido. As lamentações do crítico se referiam, ainda, à ausência de um “bom gosto” ou, melhor dizendo, à ausência de um conjunto de indivíduos que partilham certas preferências estéticas identificadas com valores universais, o que, em grande medida, se constituiria em instância, e não a única, de consagração das obras de arte e do artista. Ressalte-se, ainda, que, até o aparecimento das Universidades de São Paulo (1934) e do Rio de Janeiro (1935), coube exclusivamente ao Colégio Pedro II, criado em 1837, a formação dos bacharéis em Letras, uma vez que, apesar de curso secundário,¹¹² seu currículo enfatizava estudos literários e de línguas clássicas e modernas (francês, inglês e alemão), incluindo história, filosofia, retórica, matemática e ciências físicas e naturais.¹¹³

De todo modo, Machado de Assis identificava um mal ainda maior do que aquele que havia diagnosticado: “O cansaço que se apodera dos escritores, na luta entre a vocação e a indiferença” (*OC*. iii, 1105). No entendimento do crítico, haveria exceções. Uma delas era José de Alencar, que acabara de publicar *Iracema*, mas sua recepção pela imprensa fora “reduzida a uma opinião isolada, não foi suficiente para encaminhar a opinião e promover as palmas a que o autor tinha incontestável direito”. Alencar seria incansável, e *Iracema* seria uma obra destinada ao futuro, pois “temos fé de que será lida e apreciada, mesmo quando muitas das obras que estão hoje em voga servirem apenas para a crônica bibliográfica de algum antiquário paciente” (*OC*, iii, 1.105 e 1.106).

Não apenas no futuro, no entanto, estavam as expectativas de Machado de Assis. Em 15 de setembro de 1865, ele foi um dos fundadores da Arcádia Fluminense, ao lado de Antonio Feliciano Castilho. Nesse mesmo artigo, ele explicava os objetivos daquela associação de homens de letras: “Não cremos que ela se propusesse a dirigir o gosto, mas o seu fim de certo que foi estabelecer a convivência literária, como trabalho de maior extensão” (*OC*. iii, 1106). Em seguida, reafirmava sua antiga crença de que “a convivência de homens de letras, levados por nobres estímulos, pode promover ativamente o movimento intelectual” (*idem*). Nesse sentido, Machado de Assis pode ter experimentado o desgosto pela política, no que dizia respeito às disputas partidárias, mas se colocava disposto a militar por outras causas, dentre estas, a literatura nacional e,

¹¹² Ao término do curso, além do diploma de bacharel em Letras, era garantida a matrícula nos cursos superiores do Império.

¹¹³ Sobre o Colégio Pedro II, ver AZEVEDO, Fernando. *A cultura no Brasil*. Brasília: Editora UnB, 1963, pp. 570–572, 587-593.

com esta disposição, prescrevia o remédio para combater o que havia diagnosticado como preguiça intelectual.

O remédio seria a crítica ou, de acordo com seu ideal de crítica, uma instância situada entre o “o poeta e o leitor”, promovendo uma “reflexão madura”, encarregada de aprofundar as concepções do poeta para as comunicar ao espírito do leitor”; (...), guiando, “a um tempo, a musa no seu trabalho, e o leitor na sua escolha” (*OC*. iii, 1106). Para Machado de Assis, esta seria a receita para reavivar a vida intelectual, uma vez que “a opinião começará a formar-se, e o amor das letras virá naturalmente com a opinião” (*idem*). Na utopia machadiana, uma vez constituída essa instância, formada por especialistas que atuam a partir de regras definidas, seria possível a existência de uma literatura, uma arte autônoma que, da mesma forma, possui regras de consagração, ou seja, um cânone.

Em outros termos e nas palavras de Machado de Assis:

os cometimentos ilegítimos não serão tão fáceis; as obras medíocres não poderão resistir por muito tempo; o poeta, em vez de acompanhar o gosto mal formado, olhará mais seriamente para sua arte; a arte não será uma distração, mas uma profissão, alta, séria, nobre, guiada por vivos estímulos; finalmente, o que é hoje exceção, será amanhã uma regra geral (*OC*, iii, 1106).

Em sua militância pela causa de uma literatura nacional, o autor daquelas semanas literárias tinha consciência de que a tarefa não seria nada fácil. Ele mesmo não se considerava capaz de cumprir sozinho tamanha empreitada. Mais do que esforços diletantes, seria preciso um conjunto de indivíduos que abraçassem a mesma causa e se empenhassem para torná-la realidade. Seria preciso criar um ambiente intelectual; mais que isso, um campo intelectual, com suas próprias instituições, associações, grêmios, academias, universidades.

o lugar vago da crítica não se preenche facilmente, não basta ter mostrado algum amor pelas letras para exercer a tarefa difícil de guiar a opinião e as musas, nem essa tarefa pode ser desempenhada por um só homem; e as eminentes e raras qualidades do crítico são de si tão difíceis de encontrar, que eu não sei se temos no Império meia dúzia de pensadores próprios para esse mister (*idem*).

Embora tivesse consciência das limitações e dificuldades, Machado de Assis acreditava que, em alguma medida, podia contribuir para que, um dia, seu ideal, o aquecimento da literatura nacional, do movimento intelectual, se tornasse realidade. Consciente também das carências que, naquele momento, marcavam a vida intelectual

brasileira, ele apresentava, por fim, o programa que estava disposto a cumprir em sua “Semana Literária”:

[...] estas semanas literárias não passam de revistas bibliográficas; seguramente que nos não limitaremos a noticiar livros, sem exame, sem estudo; mas daí a exercer influência no gosto, e a pôr em ação os elementos da arte, vai uma distância infinita. Se os livros, porém, são poucos, se raro aparecem as vocações legítimas, como, preencher esta tarefa? A esta pergunta dos nossos leitores temos uma resposta fácil. Se as publicações não são frequentes, há obras na estante nacional, que podem nos dias de carência ocupar a atenção do cronista; e é assim, por exemplo, que uma das primeiras obras de que nos ocuparemos será a *Iracema* do Sr. José de Alencar (*OC*, iii, 1.106).

O livro de José Alencar teria servido para que o crítico expusesse seu programa e, além dele, suas preocupações e esperanças em relação à literatura e à vida intelectual do país. A saga de *Iracema*, por sua vez, mereceu a atenção do crítico no dia 23 de janeiro de 1866. Sua apreciação não resultara apenas em elogios: “Há, sem dúvida, superabundância de imagens, e o autor com uma rara consciência literária, é o primeiro a reconhecer esse defeito” (*OC*, iii, 1.116). Todavia, o crítico não escondia seu entusiasmo para com aquele romance:

Tal é o livro do Sr. José de Alencar, fruto do estudo, e da meditação, escrito com sentimento e consciência. Quem o ler uma vez, voltará muitas mais a ele, para ouvir em linguagem animada e sentida, a história melancólica da *virgem dos lábios de mel*. Há de viver este livro, tem em si as forças que resistem ao tempo, e dão plena fiança do futuro (*OC*, iii, 1.116).

Mais que isso, a crítica de *Iracema* revelou que Machado de Assis havia revisto algumas de suas ideias expostas, oito anos antes, em “O passado, o presente e o futuro da literatura”, pelo menos aquelas que envolviam o indianismo, presente na literatura nativa, desde os tempos coloniais. Lembro que, naquele artigo de 1858, ao tratar da poesia de Basílio da Gama, o jovem Machado de Assis decretava: “Não era nacional, porque era indígena e a poesia indígena, bárbara, a poesia do boré e do tupã, não é a poesia nacional” (*OC*, iii, 1.003). Em seguida, indagava: “O que temos nós com essa raça, com esses primitivos habitantes do país, se os seus costumes não são a face característica da nossa sociedade”? (idem)

Em 1866, seu parecer era outro, e *Iracema* seria “um modelo para o cultivo da poesia americana, que, mercê de Deus há de avigorar-se com obras de tão superior quilate” (*OC*, iii, 1.016). De fato, o indianismo suscitou grande polêmica e, ciente disso, ao iniciar seu artigo sobre o livro de Alencar, Machado de Assis dizia desta polêmica:

A escola poética, chamada escola americana, teve sempre adversários, o que não importa dizer que houvesse controvérsia pública. A discussão literária no nosso país é uma espécie de *steeple-chase*, que se organiza de quando em quando; fora disso a discussão trava-se no gabinete, na rua, e nas salas. Não passa daí. Nem nos parece que se deva chamar escola ao movimento que atraiu as musas nacionais para o tesouro das tradições indígenas. Escola ou não, a verdade é que muita gente viu na poesia americana uma aberração selvagem, uma distração sem graça, nem gravidade. Até certo ponto tinha razão: muitos poetas, entendendo mal a musa de Gonçalves Dias, e não podendo entrar no fundo do sentimento e das ideias, limitaram-se a tirar os seus elementos poéticos do vocabulário indígena; rimaram as palavras, e não passaram adiante; os adversários, assustados com a poesia desses tais, confundiram no mesmo desdém os criadores e os imitadores, e cuidaram desacreditar a ideia fulminando os intérpretes incapazes (OC, iii, 1.111).

Assim, ao menos em parte, ele explicava seu posicionamento de alguns anos antes. As conclusões apressadas, decorrentes de debates acalorados e distantes de um ambiente institucionalizado, teriam gerado certo preconceito, fundado, também, numa proliferação de obras também apressadas e distantes de critérios institucionais de avaliação. A despeito disso, no entendimento do crítico de 1866, as ideias, com o tempo, amadureceram:

Felizmente, o tempo vai esclarecendo os ânimos; *a poesia dos caboclos* está completamente nobilitada; os rimadores de palavras já não podem conseguir o descrédito da ideia, que venceu com o autor de *I-Juca-Pirama*, e acaba de vencer com o autor de *Iracema* (OC, iii, 1.112).

Em sua “Semana Literária”, onde se empenhava em fazer um estudo sobre a produção literária brasileira, Machado de Assis teve tempo, ainda, de expor seu juízo sobre o poema épico *Colombo*, de Araújo Porto-Alegre, e a poesia de Álvares de Azevedo. O livro de Porto Alegre, impresso em Berlim e publicado naquele mesmo ano pela Livraria Garnier, foi recebido com entusiasmo pelo crítico: “O talento do Sr. Porto Alegre acomoda-se perfeitamente ao assunto do poema; tem as energias, os arrojados, os movimentos que requer a história de Cristóvão Colombo, e o feito grandioso da descoberta de um continente” (OC, iii, 1.158). Trazer ao público os temas em torno do continente americano era, para o crítico, algo da maior importância: “Nenhum assunto oferece mais vasto campo à invenção poética” (idem). Além disso, ao dar forma épica a sua narrativa, o autor teria atribuído ares universais à literatura nativa: “Um poema épico, no meio desta prosa atual em que vivemos, e uma fortuna miraculosa” (idem).

Machado de Assis se opunha àqueles que, em nome de uma suposta modernidade, relegavam a tradição clássica, e defendia uma arte em que tradições das

mais distintas se amalgamavam, recurso que, com o tempo, seria recorrente em sua escrita:

Pretendem alguns que o poema épico não é do nosso tempo, e há quem já cavasse uma vasta sepultura para a epopeia e para a tragédia, as duas belas formas da arte antiga. Não fazemos parte do cortejo fúnebre de Eurípedes e Homero. As formas poéticas podem modificar-se com o tempo, e é essa a natureza das manifestações da arte; o tempo, a religião e a índole influem no desenvolvimento das formas poéticas, mas não as aniquilam completamente; a tragédia francesa não é a tragédia grega, nem a tragédia shakespeariana, e todas são a mesma tragédia. Este acordo do moderno com o antigo era o pensamento de Chénier ¹¹⁴, que muitos séculos depois de Ovídio e Catulo ressuscitava o idílio e a alegria da antiguidade (*OC*, iii, 1.158).

Sobre Alvarez de Azevedo, apesar de perceber em sua primeira poesia – *Lira dos Vinte anos* – certa dose de byronismo, reconhecia que o poeta soube encontrar a própria identidade, o que o diferenciava de muitos dos que se limitavam a imitar o lorde inglês:

Álvares de Azevedo era realmente um grande talento: só lhe faltou o tempo, como disse um dos seus necrólogos. Aquela imaginação vivaz, ambiciosa, inquieta, receberia com o tempo as modificações necessárias; discernindo no seu fundo intelectual aquilo que era próprio de si, e aquilo que era apenas reflexo alheio, impressão da juventude, Álvares de Azevedo, acabaria por afirmar a sua individualidade poética (*OC*, iii, 1159 e 1160).

Seus estudos críticos não se esqueceram da dramaturgia nacional e, no dia 13 de fevereiro de 1866, ele deu sua colaboração ao debate cultural, traçando seu diagnóstico das condições do mundo dos palcos no país. Ele apontava para uma situação que se vinha impondo aos poucos, paulatinamente e concomitante com a supremacia da comédia realista, que tinha no Ginásio Dramático seu principal palco. O Alcazar Lírico, desde 1859, oferecia um tipo de espetáculo baseado em esquetes, textos curtos, alguns maliciosos, de duplo sentido, música ligeira e mulheres bonitas. Aos poucos, a preferência do público migrava das montagens de cunho moralizante para aquelas mais voltadas ao divertimento; dos textos mais elaborados para as cenas cômicas e pequenos *vaudevilles* vindos diretamente de Paris. Em função disso, haveria certo desânimo entre os autores ligados ao Ginásio. Acusava-se o Alcazar de contribuir para a decadência do teatro nacional, desconfiança reforçada pelo enorme sucesso da

¹¹⁴ André Marie Chénier (30 de outubro de 1762-25 de julho de 1794). Poeta francês guilhotinado no curso dos acontecimentos da Revolução Francesa. Filho de mãe grega, entusiasmou-se pela poesia clássica, traduzindo vários poetas clássicos.

opereta *Orphée aux Enfers*,¹¹⁵ que, tendo estreado em fevereiro de 1865, ficou em cartaz durante todo o ano. Para seus críticos, aquela seria uma fórmula para se alcançar o lucro fácil e em nada contribuía para o fortalecimento do teatro nacional e, por conseguinte, para a formação do público e de um gosto universal, identificado com os valores burgueses. Nesse contexto, em 13 de fevereiro de 1866, o crítico Machado de Assis escreveu o artigo intitulado “O Teatro Nacional”:

Há uns bons trinta anos o *Misanthropo* e o *Tartufo* faziam as delícias da sociedade fluminense; hoje seria difícil *ressuscitar* as duas imortais comédias. Quererá isto dizer que, abandonando os modelos clássicos, a estima do público favorece a reforma romântica ou a reforma realista? Também não; Molière, Victor Hugo, Dumas Filho, tudo passou de moda; não há preferências nem simpatias. O que há é um resto de hábito que ainda reúne nas plateias alguns espectadores; nada mais; que os poetas dramáticos, já desiludidos da cena, contemplem atentamente este fúnebre espetáculo; não os aconselhamos, mas é talvez agora que tinha cabimento a resolução do autor das *Asas de um Anjo* (José de Alencar) quebrar a pena e fazer dos pedaços uma cruz (*OC*, iii, 1.124).

Providências precisavam ser tomadas e não eram diferentes daquelas que Machado de Assis vinha solicitando, desde, pelo menos, seus artigos em *O Espelho*. O teatro, cada vez mais, “serve apenas para desenfastiar” (*idem*) e, por essa razão, perdia sua missão de educar o público e aperfeiçoar o gosto pela arte. O público não teria “culpa nenhuma, nem do estado da arte, nem da sua indiferença por ela” (*idem*). Para Machado de Assis, a questão seria outra. O teatro brasileiro, de vocação pedagógica e civilizatória, necessitava do apoio do poder público, que, inclusive, já apoiava outras manifestações artísticas:

O Estado, que sustenta uma academia de pintura, arquitetura e estatuária, não achará razão plausível para eximir-se de criar uma academia dramática, uma cena-escola, onde as musas achem terreno digno delas, e que possa servir para a reforma necessária no gosto público (*OC*, iii, 1126).

Ele se referia à Academia Imperial de Belas Artes (AIBA), escola superior de arte fundada, no Rio de Janeiro, por Dom João VI, tornando-se, sob a proteção de Pedro II, um dos principais polos de irradiação do projeto de uma arte nacional.¹¹⁶ Em 1863, Machado de Assis visitou uma de suas exposições e comentou em *O Futuro* do dia 15 de fevereiro daquele ano:

¹¹⁵ Música de Offenbach e texto de Hector Crémieux e Ludovic Halévy.

¹¹⁶ Havia também o Conservatório de Música (atual Escola de Música da UFRJ), com o objetivo de formar novos artistas para as orquestras e coros do Rio de Janeiro. Foi inaugurado em 13 de agosto de 1848, sendo subsidiado pelo governo imperial, que, ainda em 1841, autorizou a Sociedade de Música a extrair duas loterias anuais para sua criação.

Cuidava encontrar ali uma diminuta concorrência, a dessa pouca gente que neste país conhece e preza as artes. Calcule o leitor o meu espanto quando tive de atravessar aquelas salas desertas, onde as telas, as estátuas e os baixo-relevos pareciam olhar-se mutuamente como que desolados por tão cruel abandono (OC, iv, 93).

Na oportunidade, o cronista pôde conhecer a *Primeira Missa no Brasil*, tela de Vitor Meireles, um dos principais artistas formados naquela escola, que teve também como alunos Pedro Américo, e logo após as de Almeida Júnior, em 1869, Rodolfo Bernardelli e Rodolfo Amoedo, em 1874.

As realizações daquela academia seriam motivo para que Machado de Assis aumentasse sua convicção da urgência de se criar uma escola para a formação de autores teatrais e também atores e outros profissionais. Machado lembrava que uma escola normal já teria feito parte das preocupações do governo, referindo-se à comissão formada pelo conselheiro Souza Ramos no final de 1861, a qual, como aqui foi visto no segundo capítulo, ele tivera a oportunidade de incluir em seus “Comentários da Semana”. Machado acreditava ser possível colocar em prática as propostas contidas no parecer assinado por José de Alencar e Cardoso de Meneses, que abordava a construção de “um edifício destinado à cena dramática e à ópera nacional” (OC, iii, 1126), propondo que se chamasse “Comédia Brasileira”, certamente sob a inspiração da *Comédie Française*, teatro estatal francês, fundado por decreto de Luís XIV em 24 de agosto de 1680.

Apesar da gravidade de seu diagnóstico, das dificuldades e das iniciativas frustradas, o crítico parecia manter certa esperança de que algo pudesse ser feito em prol do teatro nacional e anunciava aos leitores que, com essa esperança, empreenderia “um estudo dos nossos principais autores dramáticos (...). Será uma espécie de balanço do passado: a Comédia Brasileira iniciará uma nova era para a literatura” (OC, iii, 1128). A essa promessa, segue-se um conjunto de artigos sobre a dramaturgia de Gonçalves de Magalhães (27 de fevereiro), José de Alencar (6, 13 e 27 de março) e Joaquim Manuel de Macedo (1º e 8 de maio). Com esses estudos, de acordo com o João Roberto Faria, o crítico demonstrara ter adquirido um “conhecimento profundo da matéria, a análise refletida dos aspectos formais, a interpretação arguta das ideias, o julgamento sem condescendência” (Faria, 2004, v. 18, n. 51, pp. 299-333).

Quanto a Gonçalves de Magalhães, Machado de Assis ressaltou seu pioneirismo ao escrever a primeira tragédia de assunto nacional, *Antônio José ou o poeta e a*

inquisição, representada no Rio de Janeiro em 13 de março de 1838. Em seguida, foram numerosas as ressalvas do crítico, que o entendia mais como poeta do que como dramaturgo, indicando um excesso de lirismo, hesitação entre o Romantismo e o Classicismo, além de ausência de paixão. Mesmo em *Antônio José*, apenas o quinto ato mereceria elogios do crítico, por conseguir comover o público (OC, iii, 1.130-1.133).

Também foram muitas as restrições a Joaquim Manuel de Macedo, e seus textos para o teatro não empolgavam o crítico. O cego, de 1845, e *Cobé*, de 1849, teriam “graves defeitos”, apesar de exprimirem “um talento dramático de certo vigor e originalidade” (OC, iii, 1147). Quanto à sua produção mais recente, *Luxo e vaidade*, de 1860, e *Lusbela*, de 1863, o crítico é mais rigoroso. Para ele, quando “parecia que os anos tinham dado ao talento dramático do autor aqueles dotes que se não alcançam sem o tempo e o estudo, apareceram as duas peças do Sr. Dr. Macedo, manifestando, em vez do progresso esperado, um regresso imprevisto” (OC, iii, 1.147). Aquelas duas últimas peças teriam enredos complicados e incongruentes, personagens malconstruídos e excessos de oratória ou, nas palavras do crítico, “uma invenção pobre, situações gastas, lances forçados, caracteres ilógicos e incorretos”. E ainda, “a ação em ambas as peças é laboriosamente complicada, desenvolvendo-se com dificuldade no meio de cenas mal ligadas entre si” (OC, iii, 1.148). Em seu estudo sobre o autor, o crítico chegava a assumir ares professorais:

[...] entende o autor, e não se acha isolado neste conceito, que a correção deve operar-se pelos meios oratórios e não pelos meios dramáticos ou cômicos. A moral do teatro, mesmo admitindo a teoria da correção dos costumes, não é isso: os deveres e as paixões na poesia dramática não se traduzem por demonstração, mas por impressão (OC, iii, 1.148).

Machado não tinha dúvidas ao apontar seu modelo de teatro, e que autor nacional serviria de exemplo:

Quando o Sr. José de Alencar trouxe para a cena o grave assunto da escravidão, não fez inserir, na sua peça, largos e folgados raciocínios contra essa fatalidade social; imaginou uma situação, fazendo atuar nela os elementos poéticos que a natureza humana e o estado social lhe ofereciam; e concluiu esse drama comovente que toda a gente de gosto aplaudiu (OC, iii, 1.148).

Não resta dúvida de que Machado de Assis, entre os três autores escolhidos para seus estudos, tinha preferência por José de Alencar, que, desde suas primeiras produções, manifestava “a sua maneira, o seu estilo, o seu diálogo, tudo quanto

representa a sua personalidade literária, extremamente original, extremamente própria” (OC, iii, 1.135). Alencar teria, ainda, outra virtude que merecia destaque do crítico:

[...] a observação das coisas, que vai até as menores minuciosidades da vida, e a virtude do autor resulta dos esforços que faz por não fazer cair em excesso aquela qualidade preciosa. É sem dúvida necessário que uma obra dramática, para ser do seu tempo e do seu país, reflita uma certa parte dos hábitos externos, e das condições e usos peculiares da sociedade em que nasce; mas além disto, quer a lei dramática que o poeta aplique o valioso dom da observação a uma ordem de ideias mais elevadas (OC, iii, 1.135).

Essas virtudes, no entanto, não significavam que o autor pretendesse dar “às suas comédias um caráter de demonstração”, pois outro seria “o destino da arte” (OC, iii, 1.136). De acordo com Machado de Assis, exemplos disso seriam *O demônio familiar* e *Mãe*, que, em sua apreciação, teriam “um caráter social sem sair das condições da arte, mas pela própria pintura dos sentimentos e dos fatos, seria um protesto contra a instituição do cativo” (OC, iii, 1.136-1.137). O mesmo caso não ocorreria com *As asas de um anjo*. O crítico sabia ser “arriscado estar em desacordo com uma inteligência tão esclarecida”, mas não deixou de expor sua opinião sobre aquela peça que trazia à cena a discussão em torno da “reabilitação da mulher perdida” (OC, iii, 1138).

Sua divergência não seria em relação à qualidade do texto ou de sua realização no palco: “não há dúvida alguma de que a peça é cheia de interesses e de lances dramáticos; a invenção é original, apesar do cansaço do assunto” (idem). Para Machado de Assis, aquele era um tema bastante batido, e o autor não teria resistido “à sedução do momento” (idem). Ele voltaria a criticar os “excessos” de realismo na sua crítica ao *Primo Basílio*, de Eça de Queiroz, como mais adiante será aqui observado, mas, na sua apreciação de *As asas de um anjo*, Machado de Assis já indicava sua discordância em relação à tese de que “pintando os costumes de uma classe parasita e especial, conseguir-se-ia melhorá-la e influir-lhe o sentimento do dever” (OC, iii, 1138) e acrescentava:

Pondo de parte esta questão da correção dos costumes por meio do teatro, coisa duvidosa para muita gente, perguntaremos simplesmente se há quem acredite que as *Mulheres de Mármore*, o *Mundo do Equívoco*, o *Casamento de Olímpia* e *As Asas de um Anjo* chegassem a corrigir uma das Marias e das Paulinas da atualidade. A nossa resposta é negativa; e se as obras não serviam ao fim proposto, serviriam acaso de aviso à sociedade honesta? Também não pela razão simples de que a pintura do vício nessas peças (exceção feita d'*As Asas de um Anjo*) é feita com todas as cores brilhantes, que seduzem, que atenuam, que fazem quase do vício um resvalamento reparável. Isto, no ponto de vista dos chefes da escola, se há escola; mas que diremos nós, prevalecendo

a doutrina contrária, a doutrina da arte pura, que isola o domínio da imaginação, e tira do poeta o caráter de tribuno? (*OC*, iii, 1.149)

Sua “Semana Literária” prosseguiria até o final do ano de 1866, mas, em artigos de menor fôlego, provavelmente por conta dos trabalhos no *Diário do Rio de Janeiro*, multiplicados depois da saída de Quintino Bocaiúva. No ano seguinte, 1867, sua atividade de crítico seria ainda mais reduzida, e haveria apenas o texto “Aerólites”, de 22 de fevereiro (*OC*. iii, 1.161-1.164). Teriam contribuído, para isso, também certo desânimo, uma percepção da fragilidade ou mesmo ausência de uma esfera pública, de um corpo social, o que esvaziaria sua atuação de crítico, fosse literário ou dos assuntos políticos. Por outro lado e numa avaliação mais pragmática, o emprego no *Diário* não lhe proporcionava uma remuneração que lhe garantisse certa independência, uma autonomia que julgava essencial ao exercício crítico. Foi provavelmente por conta desse duplo desânimo que Machado de Assis se empenhou em obter um lugar no serviço público, onde já se encontrava grande parte dos homens de letras seus contemporâneos, em cargos eletivos, na carreira diplomática ou, os menos afortunados, em funções burocráticas.

Assim, em 1868, Machado de Assis já não fazia parte do *Diário do Rio de Janeiro* e, mesmo ocupado no serviço público, não teve como negar o pedido de José de Alencar para que apreciasse o drama *Gonzaga ou a revolução e Minas*, de Castro Alves, em 1º de março. Antes disso, no seu canto do cisne no *Diário do Rio de Janeiro*, ele escreveu as “Cartas Fluminenses”, que, como anunciou, seria o título de uma nova série. Foram, no entanto, somente duas crônicas, e a primeira delas, a do dia 05 de março de 1867, endereçada à opinião pública.

Havia dez anos que Machado de Assis escrevia regularmente para a imprensa fluminense. Nesse período, sua pena havia acumulado um vasto repertório: da apreciação do ambiente cultural ao comentário das ações de governo; da escrita leve e despretensiosa à análise, ao ensaio, à crítica; do apostolado à ficção. Saltando de um assunto a outro, o cronista dizia do cotidiano e das estruturas de uma sociedade em processo de afirmação, comentava os acontecimentos das ruas, das esquinas, dos salões da cidade, emitia sua opinião sobre as modas que vinham de longe e também sobre as guerras próximas e distantes, envolvia-se nos debates que ocupavam o parlamento, as rodas intelectuais e as mesas das confeitarias. Por vezes, sua pena se fez intrépida, por outras ficou em dúvida sobre as tintas que deveria imprimir ao texto, de como dirigir

seu ímpeto e alvoroço. Por conta disso, alternaram-se momentos de entusiasmo e melancolia, de galhofa e meditação, quando a crítica cedia vez à autocrítica.

Assim, naquela sua primeira carta fluminense, sua pena se ocupou da carência de público, matéria sobre a qual tantas vezes já se havia pronunciado. Fosse como crítico literário ou como comentarista político, a fragilidade da sociedade brasileira, a precariedade de suas instituições, o afastamento de grande parte da população da vida pública, por um lado, e a mesquinhez, a superficialidade, a estroinice e a tolice das elites, por outro, seriam empecilho quase insuperáveis para que o homem de letras influísse nos rumos da história, na organização da cultura, na formação na nação brasileira. A arte e a política, sob esse aspecto, seriam refêns de uma sociedade infantilizada, toscamente letrada e que, por conta disso, preferia o tolo ao homem de espírito.

Naquela carta endereçada à opinião pública, o missivista segredava sua intenção de seduzir sua interlocutora, uma mulher repleta de pretendentes que, assim como em *Desencantos*, peça escrita para o teatro e que aqui foi anteriormente observada,¹¹⁷ seria metáfora da opinião pública. Nesse sentido, a ficcionalização de uma entidade do mundo real deixava transparecer que a opinião pública brasileira seria mera ficção.

Dizem alguns que V. Excia. não existe; outros afirmam o contrário. Mas estes são em maior número, e a força do número, que é a suprema razão moderna, resolve as dúvidas que eu porventura possa ter. Creio que V. Excia. existe, em que pese aos mofinos caluniadores de V. Excia. Se não existisse, como se falaria tanto em seu nome, na tribuna, na imprensa, nos meetings, na praça do comércio, na rua do Ouvidor? (*OC*, iii, 1.164).

A despeito disso, o missivista se dizia confiante de sua existência, ao menos no discurso do senso comum e, sobretudo, daqueles que se julgavam seus interlocutores: “Das criações fabulosas não se fala com tanta insistência e generalidade, salvo se houvesse uma conspiração para asseverar aquilo que não é, e isto repugna-me acreditar” (*idem*). Ao admitir sua intenção de cortejá-la, o cronista, no entanto, deixava transparecer sua tinta irônica:

Consinta V. Excia. que eu não lhe faça corte. De todas as pessoas deste mundo é V. Excia. a mais cortejada desde que um italiano escreveu estas celebres palavras: — de *l'opinione, regina del mondo*, talvez para contrabalançar o título que as ladainhas da Igreja dão à Virgem Maria, *regina angelorum*. Não será V. Excia. igual à Virgem Maria, mas creio poder compará-la a Santa Bárbara, e

¹¹⁷ Ver capítulo II, item 02.

realmente é uma Santa Bárbara, que a maior parte da gente invoca na hora do temporal e esquece na hora da bonança¹¹⁸ (*OC*, iii, 1.166).

A ironia se justificaria na percepção do cronista de que não haveria um conjunto de indivíduos socialmente organizados em torno das questões que afetavam a sociedade e que, sobre elas, discutem, informam-se, refletem, criticam e buscam uma ação comum. Sendo assim, a opinião pública a que se referiam os políticos e também o senso comum seria, simplesmente, uma multidão sem identidade, gosto, ideal, juízo ou projeto e que se movia ao sabor dos acontecimentos:

É nisto que ninguém pode vencê-la. O dom de ubiquidade é V. Excia. quem o tem de uma maneira prodigiosa. Agora, por exemplo, não anda V. Excia. de um lado trajando sedas e agitando guizos, alegre e descuidada, pulando uma valsa de Strauss, dando a mão à tísica dos pulmões e à tísica das algibeiras, e de outro lado envergando uma casaca preta, e distribuindo pelos candidatos políticos a palma eleitoral? Ajuizada e louca, grave e risonha, entre uma urna e um cálice de champanhe, na esquerda o tirso da bacante, na direita o estilo do escritor, olhar de Cícero, calva de Anacreonte, eis aí V. Excia., a quem todos adoram, os velhos e os mancebos, os boêmios e os candidatos (*OC*, iii, 1166).

Contrastando com essa multidão, haveria, por certo, alguns indivíduos dotados de faculdade crítica, empenhados na investigação do mundo social – a arte, a política, a ciência – e na, discussão frente aos seus acontecimentos, agindo e interferindo neles a partir de juízos racionalmente formulados e que, por isso, estariam habilitados a se pôr como interlocutores dos demais indivíduos. O cronista, assinando o pseudônimo Job, já havia apresentado a seus leitores suas credenciais:

Se a velhice quer dizer cabelos brancos, se a mocidade quer dizer ilusões fracas, não sou moço, nem velho. (...). Não sou alto, nem baixo; (...). Estou tão longe da infância como da decrepitude (*OC*, iii, 1.165).

Assim, teria maturidade suficiente e estaria distante das rabugices, do apego às convenções, do conservadorismo, da intolerância para com as experiências alheias e com o que é novo. Essas, no entanto, não seriam credenciais suficientes para gozar de legitimidade junto ao leitor. Seria preciso, ainda, que demonstrasse certa independência e, dessa forma, o cronista procurava enfatizar sua falta de vínculos com a esfera do

¹¹⁸ Na tradição católica, Santa Bárbara, virgem mártir no século terceiro, por ser muito bela e rica, não lhe faltavam pretendentes. Em Portugal e no Brasil, tornou-se popular a devoção à Santa Bárbara, como protetora por ocasião de tempestades, raios e trovões.

governo ou das instituições que a ele davam sustentação, fossem partidos políticos ou o clero:

Não sou votante nem eleitor, o que me priva da visita de algumas pessoas de consideração em certos dias, gozando, aliás, da estima deles no resto do ano, o que me é sobremaneira agradável. Ao mesmo tempo poupo-me às lutas da igreja e às corrupções da sacristia (*OC. iii, 1165*).

Da mesma forma, seria fundamental que obtivesse o reconhecimento de seu saber, que fosse dotado de alguma especialização, mas que também tivesse a capacidade de dissertar sobre temas diversos e do interesse público, estando em dia com suas preocupações, emergências e urgências:

Não privo com as musas, mas gosto delas. Leio por instruir-me; às vezes por consolar-me. Creio nos livros e adoro-os. Ao domingo leio as Santas Escrituras; os outros dias são divididos por meia dúzia de poetas e prosadores da minha predileção; consagro a sexta-feira à Constituição do Brasil e o sábado aos manuscritos que me dão para ler. (...). No tempo das câmaras leio com frequência o padre Vieira e o padre Bernardes, dois grandes mestres (*OC, iii, 1165*).

Por fim, evidenciado o lugar do qual emitia seus juízos e opiniões, esclarecia suas posições políticas, reafirmando, contudo, sua individualidade e independência frente aos poderes constituídos:

Quanto às minhas opiniões públicas, tenho duas, uma impossível, outra realizada. A impossível é a republica de Platão. A realizada é o sistema representativo. É sobretudo como brasileiro que me agrada esta última opinião, e eu peço aos deuses (também creio nos deuses) que afastem do Brasil o sistema republicano, porque esse dia seria o do nascimento da mais insolente aristocracia que o sol jamais aluminau. Não frequento o paço, mas gosto do imperador. Tem as duas qualidades essenciais ao chefe de uma nação: é esclarecido e honesto. Ama o seu país e acha que ele merece todos os sacrifícios (*OC. iii, 1.164-1.165*).

Num momento identificado como de transição na vida política e social, conforme apontaria, mais tarde, em “O velho Senado”, Machado de Assis apostava que o sistema republicano favoreceria uma elite sedenta por privilégios, razão pela qual optava por uma monarquia representativa. O cronista tinha também consciência de que sua tarefa se restringia aos assuntos públicos e, portanto, pouco importavam certas particularidades de sua vida privada: “Não direi a V. Excia. se tomo sorvetes nem se fumo charutos de Havana; são ridiclezas que não devem entrar no espírito da opinião pública” (*OC. iii, 1166*). Naquela oportunidade, o interesse do cronista tinha como alvo

as eleições para câmara dos deputados que se realizariam no dia seguinte. Em sua avaliação, havia muitos interessados em ocupar esse posto: “Políticos por vocação, políticos por interesse, políticos por desfastio, políticos por não terem nada que fazer” (OC, iii, 1.167). Por conta disso, ele ansiava que os eleitores desconsiderassem as “ridiculezas” e fizessem suas escolhas a partir dos interesses públicos e das necessidades do país:

Mande-nos V. Excia. uma câmara inteligente, generosa, honesta, sinceramente dedicada aos interesses públicos, uma câmara que ponha de parte as subtilezas e os sofismas, e entre de frente nas magnas questões do dia, que são as grandes necessidades do futuro, de que depende a grandeza, ia quase dizer a existência do corpo social (OC, iii, 1.167).

Por fim, Job, ou Machado de Assis, reafirmava sua condição de homem de letras afinado com seu tempo e que, diferente dos antigos eruditos, estava interessado nos assuntos terrenos:

Consagro o dia de hoje a S. Francisco de Salles, apropriado à estação de penitência que começa amanhã. Preparo assim o meu espírito à meditação. Além de que, o bom do Santo é um dos melhores amigos que a gente pode ter: não fala mal nem dá conselhos inúteis. Se V. Excia. cuida que é um homem de carne e osso, engana-se; é um maço de folhas de papel metidos numa capa de couro; mas dentro do couro e do papel fulge e palpita uma bela alma (OC, iii, 1.167).

A segunda e última de suas “Cartas Fluminenses”, de 12 de março de 1867, ao menos na indicação do título, seria endereçada “à Hetaira”, vocábulo grego que, de acordo com o dicionário *Aurélio*, designa *mulher dissoluta, cortesã*, assim como, em português, *hetera*, seria *prostituta elegante e distinta*, segundo o cronista, uma símbolo daqueles novos tempos, e explicava-se:

A senhora não tem obrigação de saber grego, nem latim; ninguém lhe pede mesmo que saiba a sua língua, que nada vale ao pé de uma das línguas universais, como o dinheiro, que a senhora conhece profundamente, como a música, de que às vezes conhece apenas a gramática, e já é demais (OC, iii, 1.168).

Dessa vez, sua correspondência não teria o mesmo tom irônico com que escreveu à “opinião pública”. Havia certo desânimo, algum pessimismo, pitadas de amargura e boa dose de moralismo: “a comparar somente o vestuário, é difícil distinguir hoje uma mulher pública de uma mulher honesta” (idem) e, a partir disso, o missivista

justificava a razão de sua carta: “Se a opinião domina os costumes políticos, a senhora domina os costumes sociais. É rainha por graça do diabo e unânime aclamação da vaidade humana” (idem).

O pessimismo, por sua vez, manifestava-se na constatação de que a sociedade se havia mercantilizado e que tudo se reduzia à condição de mercadoria, sendo o dinheiro a única medida de todas as coisas. Para o crítico, no passado, na Atenas da antiga Grécia, mesmo a prostituição “não havia também assumido o caráter puramente mercantil deste tempo. Era uma espécie de voluptuosidade misturada ao amor da plástica e à adoração da forma” (idem). Lembrava, ainda, que o “sábio Sócrates, que a senhora mandaria hoje expelir por dois lacaios, não se pejava de penetrar nesses santuários de Vênus, e conversar com a sacerdotisa” (idem). A hetaira moderna, por sua vez, herdara de sua antecedente clássica apenas “a fome de ouro” (OC, iii, 1.169).

Ainda que fosse apenas intuição, as queixas do crítico se relacionavam com o desenvolvimento das atividades econômicas, que, na mesma medida que se urbanizavam, se intensificavam e se diversificavam, transformando hábitos e valores. O cronista percebia que, cada vez mais a arte perdia força e, com ela, perdiam o poder de influência junto ao público o artista, o homem de letras, o crítico, o cronista e o comentador dos fatos sociais. A tarefa civilizatória que, acreditara, fora delegada à escrita impressa, à literatura e, sobretudo, ao teatro estava na iminência de passar para as mãos do comerciante, do financista, do capitalista.

O que mais o amargava, no entanto, era a notícia de que na *Comédia Francesa* de Paris teria estreado a Senhora Cora Pearl, conhecida *demi-mondaine*, amante de alguns notáveis membros da aristocracia europeia, entre outros um primo de Napoleão III:

Para ir admirar os alexandrinos de Corneille ou a prosa lírica de V. Hugo, na boca dos consumados atores da Comédia Francesa, paga-se o preço comum; para ouvi-la a coisa foi diversa: os camarotes orçaram por cem mil réis, as cadeiras por cinquenta. E que auditório! Os príncipes, os marqueses, os embaixadores, um filho de Murat, um descendente de Turenne, um primo de Bonaparte, um paxá, todas as religiões, todas as famílias (OC, iii, 1169).

O mau humor do cronista teria origem, de um lado, na condição de artista dada à vedete, e, por outro, na relação mercantil imposta às obras de artes. Nesse sentido, o crítico se mostrava saudosos, não apenas em relação às hetairas clássicas que funcionariam como “um centro natural, onde se tratava de tudo; da última comédia de

Aristófanes, da recente resolução de Cleon, de uma vitória na Ásia, de um cometa, de uma novidade filosófica, tudo isso de envolta com as coisas do amor” (idem). Mais ainda, a falta de humor decorria da certeza de que se findara o tempo em que brilhavam Corneille e Vitor Hugo, ou seja, no seu entendimento, a verdadeira arte cedia lugar ao vedetismo, ao canção, ao vaudeville. Não tardaria, em “Instinto de Nacionalidade”, de 1873, e seria este o diagnóstico que faria do teatro brasileiro:

Esta parte pode reduzir-se a uma linha de reticência. Não há atualmente teatro brasileiro, nenhuma peça nacional se escreve, raríssima peça nacional se representa. As cenas teatrais deste país viveram sempre de traduções, o que não quer dizer que não admitissem alguma obra nacional quando aparecia. Hoje, que o gosto público tocou o último grau da decadência e perversão, nenhuma esperança teria quem se sentisse com vocação para compor obras severas de arte. Quem lhas receberia, se o que domina é a cantiga burlesca ou obscena, o canção, a mágica aparatosa, tudo o que fala aos sentidos e aos instintos inferiores? (*OC*, iii, 1.203)

A carta “À Hetaira” podia ter muito de moralismo. O cronista mostrava-se, de fato, preocupado com a transformação que se operava e responsabilizava, por isso, a hetaira moderna: “O desprendimento dos laços da família, o abatimento dos costumes, a transformação das sociedades despojadas do ideal, que é o farol do futuro, e da tradição que é o do passado” (*OC*, iii, 1.170). Havia também um tanto de autocomiseração: “Perdoe-me se lhe interrompi o opulento almoço; mas console-se com a ideia de que eu vou tomar apenas um pouco de trigo amassado e uma infusão de folha chinesa, – admirável sobriedade que só pode mostrar um homem pobre, como eu” (*OC*, iii, 1.171).

Esse texto marcou o encerramento da colaboração regular de Machado de Assis no *Diário do Rio de Janeiro* e pode ser entendido como um desabafo, um desencanto com sua própria atividade de escritor, num importante jornal da capital do Império. Isso talvez explique o longo intervalo que perdeu até 1876, quando, então, voltaria a escrever crônicas para a imprensa periódica.

É possível que, naquele momento, ele tenha percebido que sua voz, sua escrita, sua atuação como intelectual público tinham pouca ou nenhuma influência junto aos leitores. No tocante aos assuntos políticos, na carta endereçada à opinião pública, ele já havia manifestado sua descrença na existência de um corpo social capaz de interferir nos rumos do país. Naquela que foi sua última carta, a decepção era em relação aos valores, aos costumes e à arte, mas, sobretudo, em relação ao gosto público. Também nesses aspectos, ele pouco poderia fazer, pois, frente à hetaira moderna, frente à força dos interesses mercantis, sua escrita, sua voz, valiam menos que os atrativos de uma

vedete, uma celebridade, “menos que o seu braço torneado e a sua perfumada alcova” (*OC*, iii, 1.169).

Machado de Assis, no entanto, já havia alcançado algum reconhecimento, principalmente como crítico militante e, em decorrência disso, no dia 22 de fevereiro de 1868, saiu publicada, no *Correio Mercantil*, uma carta aberta de José de Alencar endereçada a Machado de Assis, recomendando-lhe o jovem Castro Alves. O poeta visitara Alencar em sua casa na Tijuca e lhe apresentara a peça *Gonzaga ou a revolução de Minas*, recitando também algumas poesias. Na consideração do autor de *Iracema*, Machado de Assis fazia parte de uma “plêiade rica de jovens escritores” (Assis, 2008c, tomo I, p. 225).

Alencar apontava outros, como Pinheiro Guimarães, Quintino Bocaiúva, Henrique Muzio, Joaquim Serra, Fagundes Varela, mas “a todos o vento da contrariedade os tem desfolhado por aí como flores de uma breve primavera” (*idem*). Alencar percebia que a intelectualidade abandonava a literatura, fosse em nome da militância político-partidária, fosse por puro desânimo: “Um fez da pena espada para defender a pátria. Alguns têm as asas cristadas (*sic*) pela indiferença; outros, como douradas borboletas, presas da teia de aranha, se debatem contra a realidade de uma profissão que lhes tolhe os voos” (*idem*). Isso certamente pesou na escolha de Machado de Assis em apreciar e orientar a obra do jovem poeta. Não só por isso, Alencar elegera Machado de Assis como o primeiro crítico brasileiro, como indicava sua carta:

Para Virgílio do jovem Dante, nesse ínvio caminho da vida literária, lembrei-me do senhor. Nenhum tem os mesmos títulos. Para apresentar ao público fluminense o poeta baiano, e necessário não só ter foro de cidade na imprensa da corte, como haver nascido neste belo vale do Guanabara (*sic*), que ainda espera seu cantor.

Seu melhor título, porém, é outro. O Senhor foi o único de nossos modernos escritores, que se dedicou à cultura dessa difícil ciência que se chama a crítica. Uma porção do talento que recebeu da natureza, em vez de aproveitá-la em criações próprias, não duvidou aplicá-lo a formar o gosto e desenvolver a literatura pátria.

Do Senhor, pois, do primeiro crítico brasileiro, confio a brilhante vocação literária, que se revelou, com tanto vigor (Assis, 2008c, tomo I, p. 229-230).

A resposta de Machado de Assis, datada de uma semana depois, não podia ser outra e, vinda de José de Alencar, aquele convite valia um diploma (Assis, 2008c, tomo I, p. 232). Distante das colunas dos jornais, Machado de Assis admitia que a carta lhe servira “para reavivar as forças exaustas e reerguer o ânimo abatido” (*idem*). Assim, sua resposta ao mestre seguia com “as impressões que recebi com a leitura dos escritos do

poeta” (idem, p. 235), não sem antes refletir criticamente sobre sua própria atividade de crítico.

Ele se havia interessado pela crítica literária “movido pela ideia de contribuir com alguma coisa para a reforma do gosto que se ia perdendo, e efetivamente se perdeu” (idem, p. 233). Isso, ao menos em parte, justificaria seu desânimo e seu afastamento das colunas dos jornais. Seus esforços pouco podiam contra um concorrente muito mais poderoso, um tipo de literatura que invadia o território nacional, moldando as preferências do público: “Como impedi-lo se, por influência irresistível, o mal vinha de fora, e se impunha ao espírito literário do país, ainda mal formado e quase sem consciência de si?” (idem)

Em uma nação ainda em formação, o público seria presa fácil das influências estrangeiras que se impunham aos próprios autores, que, por sua vez, acabavam por produzir uma “sombra de literatura, sem alento nem ideal, falseada e frívola, mal imitada e mal copiada” (idem). Contra isso, nada podia a tradição herdada ou os esforços de se produzir uma legítima literatura nativa: “Nem os esforços dos que, como Vossa Excelência, sabem exprimir sentimentos e ideias na língua que nos legaram os mestres clássicos, nem esses puderam opor um dique à torrente invasora” (idem).

Haveria outra questão que incomodava Machado de Assis, desde a interrupção de sua coluna “Comentários da Semana”. Ele dizia de falta de civilidade no círculo dos homens de letras, uma ausência de regras que transformava o debate de ideias numa luta pessoal. Como escrevera em sua crônica inaugural em *O Futuro*, o “pugilato das ideias seria muito mais violento que o das ruas, neste caso, “já não era a inteligência que se expunha, era o caráter” (idem). No frágil ambiente intelectual brasileiro, haveria um alto custo pessoal a ser pago pela crítica que não fosse meramente notícia de um novo livro ou estreia dos palcos, quando não, simples troca de comentários elogiosos:

(...) onde a crítica não é instituição formada e assentada, a análise literária tem de lutar contra esse entranhado amor paternal que faz dos nossos filhos as mais belas crianças do mundo. Não raro se originam ódios onde era natural travarem-se afetos. Desfiguram-se os intentos da crítica; atribui-se à inveja o que vem da imparcialidade; chama-se antipatia o que é consciência (idem).

Machado não considerava esse o principal motivo de seu desânimo: “Estou convencido que ele não pesaria no ânimo de quem põe acima do interesse pessoal o interesse perpétuo da sociedade” (idem). Talvez não fosse esse o caso, afinal ele não interrompera sua atividade crítica, embora não mais com a mesma assiduidade

empreendida em sua “Semana Literária”, de 1866. Na carta a Alencar, Machado de Assis alegava certo cansaço com um tipo de literatura que – conforme denunciara na carta endereçada “à Hetaira” – ocupava o lugar de Corneille e Vitor Hugo, ou seja, de uma literatura que julgava ter valor universal. O crítico sentia-se incomodado com uma literatura pouco respeitosa à tradição, com apelos mais aos sentidos do que ao intelecto:

O elemento poético é hoje um tropeço ao sucesso de uma obra. Aposentaram a imaginação. As musas, que já estavam apeadas dos templos, foram também apeadas dos livros. A poesia dos sentidos veio sentar-se no santuário, e assim generalizou-se uma crise funesta às letras (idem).

Assim, para dar a dimensão do enorme esforço que a crítica teria de desempenhar, Machado fez uso da erudição clássica: “Que enorme Alfeu não seria preciso desviar do seu curso para limpar este presepe de Áugias?” (idem) Ele se referia a um dos 12 trabalhos de Hercules. Áugias – rei da Élide, no Poloponeso – herdara um rebanho de aproximadamente três mil bois. Os estábulos onde eles estavam alojados, no entanto, jamais haviam sido limpos e acumulavam grande quantidade de esterco. Para limpar aquela enorme sujeira em um único dia, Hércules desviou o curso do rio Alfeu e, com a força da correnteza, realizou seu quinto trabalho.

Machado estaria disposto a desviar seu curso e retornar à crítica literária? Em sua carta, ele afirmava que ainda era possível “limpar” o mundo das letras do país: “sempre há de triunfar a vida inteligente”, mas “estava e está acima de minhas poses semelhante papel” e lembrava a trajetória de seu próprio correspondente:

Tive um antecessor ilustre, apto para este árduo mister, erudito e profundo, que teria prosseguido no caminho das suas estreias, se a imaginação possante e viva não lhe estivesse exigindo as criações que depois nos deu. Será preciso acrescentar que aludo a Vossa Excelência? (idem, p. 234)

É possível, no entanto, que pensasse em outras trincheiras e, naquele momento, estivesse mais interessado em dedicar seus esforços a “criações próprias”, dando prosseguimento a uma atividade que jamais negligenciou. Vale lembrar que Machado de Assis continuava publicando seus contos no *Jornal das Famílias* desde 1864 e, muito provavelmente, já estivesse empenhado em seu primeiro romance, *Ressurreição*, que viria à luz em 1872.

O crítico, no entanto, não deixou de manifestar seu juízo em torno dos versos do poeta baiano: “Achei uma vocação literária, cheia de vida e robustez, deixando antever nas magnificências do presente promessas do futuro” (idem, p. 235). Em sua opinião,

Castro Alves seria um poeta original, uma rara exceção, uma vez que o “mal da nossa poesia contemporânea é ser copista, no dizer, nas ideias e nas imagens” (idem). Apesar dessa originalidade, Machado percebia naqueles primeiros versos do jovem poeta forte influência de Victor Hugo e completava:

Como o poeta que tomou por mestre, o *Senhor* Castro Alves canta simultaneamente o que é grandioso e o que é delicado, mas com igual inspiração e método idêntico; a pompa das figuras, a sonoridade do vocábulo, uma forma esculpida com arte, sentindo-se por baixo desses louvores o estro, a espontaneidade, o ímpeto (idem).

A troca de cartas públicas entre Alencar e Machado teve alguma repercussão e, se não consagrou o poeta Castro Alves, o que ocorreria anos mais tarde, serviu à consagração do crítico e também a certo quiproquó no ambiente literário da Corte. Outra carta pública endereçada a Machado de Assis apareceria em abril daquele mesmo ano, no *Jornal do Commercio*, e viria reafirmar o prestígio alcançado pelo crítico, agora assinada por seu amigo Faustino Xavier de Novais: “Entro tímido neste perigosíssimo campo! Assusta-me o burburinho imenso que soa ao longe nos arraias da crítica” (idem, p. 242). Faustino talvez se referisse ao cargo que Machado de Assis ocupava no serviço público: “Tu que, no remanso da paz, descansava à sombra dos louros que ceifastes, por esforço próprio, sem auxílio estranho, foste obrigado a empunhar armas” (idem).

Difícil saber quais eram as atividades de Machado de Assis em seu novo emprego, o *Diário Oficial*. Certo é que, nesse posto, ele não assinava matérias, mantendo-se distante de polêmicas. A carta de Alencar, no entanto, teria trazido o crítico de volta ao *front* e provocado a inveja de alguns homens de letras que se consideravam mais experientes. Faustino veio em defesa do amigo:

Chamou-te o general-em-chefe, restava-te obedecer, ainda que mesmo que te não agradasse o terreno em que havias de caminhar. Foi te dado, por distinção, um posto superior, e essa homenagem ao mérito ofendeu a antiguidade dos cabos-de-esquadra que não querem ver-te tal alto (idem).

Mais especificamente, Faustino se referia a um folheto anônimo que parodiava as missivas de Alencar e Machado e, em clara alusão ao crítico, dizia de sua falta de méritos: “Se aquele que não tem conhecimento da língua para estudar e analisar os clássicos; que tem apenas habilidade de ler e escrever folhetins, mereceu foros de cidade no jornalismo e título pomposo de primeiro crítico brasileiro [...]” (idem). Faustino dizia não endossar os ataques do autor anônimo e, como prova disso, solicitava a apreciação

de Machado em relação ao poema épico *Riachuelo*, de Luis José Pereira da Silva, mesmo autor do romance *Cenas do Interior*, já comentado pelo crítico.

A solicitação do amigo e futuro cunhado foi atendida: “Se o plano apresenta imperfeições, derramam-se pelo livro belezas dignas de nota” (idem, p. 252-253). Antes disso, no entanto, Machado fez algumas ponderações em torno do debate desencadeado pela carta de Alencar. Ele dizia não pretender para si “o papel de juiz” (idem, p. 250) e se confessava envaidecido com as deferências do autor de *Iracema*, mas fez questão de frisar que conhecia suas próprias limitações e que o título de primeiro crítico que lhe fora conferido servia-lhe apenas como estímulo:

Animações merecê-las-ia talvez, nada mais. Creio que as merece quem fez algumas tentativas num gênero de literatura tão difícil, sem presunção de possuir todos os elementos necessários para ela, mas com firme resolução de os procurar correndo o tempo e mediante o estudo” (idem, p. 251).

Apesar da modéstia, Machado fez questão de reafirmar a independência e a isenção com que sempre exercera sua crítica: “Alheio ao fetichismo e aos rancores literários, nem aplaudi por culto, nem censurei por ódio” (idem). De sua carta pública, são mais dignas de notas as reflexões em torno do lugar da crítica no ambiente literário, tornando evidente que, diferente dos pareceres no Conservatório Dramático, Machado percebia a distinção entre o crítico e o censor. Assim, na condição de crítico, não haveria “nenhum caráter solene; ninguém me atribuía a intenção de aferidor de mérito, mas só, mas unicamente, um espectador da plateia literária, usando do duplo direito de aplaudir e de reprovar” (idem). O crítico seria apenas alguém que emite um juízo. Nessa condição, sua palavra não poderia ser a última, tampouco a única. Todo juízo que pudesse fazer deveria inserir-se num debate público. Seu papel de crítico seria o de se debruçar sobre uma realidade, abrir um livro, lê-lo, analisá-lo, e emitir um juízo, sem a pompa de um tribunal. Como crítico, ele se colocava na condição de cidadão, com alguma especialização, uma vez que sua palavra era precedida por estudos, mas isso não lhe conferia nenhum poder instituído, salvo aquele condicionado pela argumentação, pela adesão, pelo convencimento. Desse modo, o poder de influência do crítico seria bastante reduzido, e o cidadão, por sua vez, “tem o poder de aplaudir ou de censurar um ato público” independente do crítico, que “não influirá, nem decidirá, mas expõe a sua opinião” (idem, pp. 251-252).

Machado de Assis não se afastaria do pugilato das ideias. Como antes mencionado, esteve, sim, afastado da imprensa periódica, da crítica literária, política e social, retornando, contudo, alguns anos mais tarde. Talvez a impossibilidade de influenciar os acontecimentos públicos tenha causado algum desânimo, uma vez que sabia que sua crítica literária não teria como influir no gosto público ou na produção dos autores. Como comentarista político, também não influiria na opinião pública – algo, talvez, inexistente – e, menos ainda, nos atos dos governantes e dos legisladores. Esse desânimo pode ter sido o motivo que levou Machado de Assis a trocar o *Diário do Rio de Janeiro* pelo abrigo de um emprego público, substituindo a insegurança da atividade intelectual pela calma de uma repartição pública.

Ainda em 1866, quando a equipe do jornal estava desfeita – depois da saída de Saldanha Marinho, Henrique Múzio e Quintino Bocaiúva –, uma carta endereçada a este último, datada de 29 de outubro, indicava seu empenho em obter uma colocação no serviço público: “Agradeço-te outra vez a recomendação que me fizeste ao Afonso Celso. Achei-o nas melhores disposições a meu respeito, e segundo me afirmou ainda ontem, estarei empregado até janeiro, e com bom emprego” (idem, p. 170). À época, Afonso Celso ocupava a pasta do Ministério da Marinha e, com sua interferência, Machado seria nomeado ajudante do diretor de publicação do *Diário Oficial*.

Também data da mesma época, setembro e outubro, um conto publicado no *Jornal das Famílias*, e sua leitura pode bem sugerir outras motivações para a troca de uma atividade que, embora lhe trouxesse prestígio como crítico, não o credenciaria como uma voz capaz de reverter um quadro em que o patriarcalismo, a sujeição aos interesses das classes superiores e a um passado colonial apoiado no latifúndio e no escravismo ditavam a vida social, ditando hierarquias, valores e comportamentos.

Em “A pianista”, Malvina é uma professora de piano, e era “esse o único recurso que tinha para sustentar-se e a sua mãe” (OC, ii, 862). Malvina era reconhecida como “mulher honesta acima de toda a insinuação” (idem) e, com frequência, era convidada para saraus e jantares, pois sabia pagar esses convites com “a mais perfeita distinção” (idem). Dentre as “boas” famílias que frequentava, havia a de Tibério Valença, homem sisudo, que herdara do pai nenhum título de conde ou barão, mas alguma fortuna e, sobretudo, o fascínio pelos estudos nobiliários. Seu filho não acompanhava as ideias do pai, corria o ano de 1850, e Tomás Valença “recebia a influência de outras ideias e de outros tempos” (OC, ii, 864). Malvina dava aulas para Elisa, irmã de Tomás, e, como é possível prever, os dois se apaixonaram. Previsível também a oposição do patriarca, que

não admitia para seus filhos um casamento com alguém que estivesse abaixo de suas posses. Com a insistência dos enamorados, o patriarca, além de dispensar as aulas que Malvina ministrava à sua filha Elisa, tratou logo de esclarecer ao filho as consequências daquela união:

Possuo uma fortuna redonda que pretendo deixar aos meus dois filhos, se eles forem dignos de mim e da minha fortuna. Tenho um nome que, se se não recomenda por uma linha ininterrompida de avós preclaros, todavia pertence a um homem que mereceu a confiança do rei dos tempos coloniais e foi tratado sempre com distinção pelos fidalgos do seu tempo. Tudo isto impõe aos meus filhos uma discricção e um respeito de si mesmo, única tábuca de salvação da honra e da fortuna (*OC*, ii, 865).

Depois de alguma hesitação entre a obediência filial e o amor por Malvina, Tomás optou pelo casamento, consciente de que podia dispensar a dependência do pai, uma vez que “contava com algum dinheiro que possuía e tinha esperanças de arranjar dentro de pouco tempo um emprego público” (*OC*, ii, 873).

Esse conto não foi aproveitado na antologia organizada pelo autor em 1870, *Contos fluminenses*, indicando que não estava entre seus preferidos. “A Pianista” indica, no entanto, dois aspectos que pretendo destacar. O primeiro é mais óbvio. Apesar de possuir valores diversos do pai, Tomás só pôde decidir seu próprio destino e o de sua amada por conta do emprego público que acabou por conseguir. Por sua vez, Malvina, embora sobrevivesse de seu trabalho como professora de piano e fosse estimada pelo público, frequentando, inclusive, a casa das boas famílias que promoviam saraus e jantares, não teve força suficiente para enfrentar a fúria do patriarca, que, tão logo se viu contrariado em suas pretensões, “deu o ensino de Elisa por acabado e mandava-lhe o saldo de contas” (*OC*, ii, 867).

É nesse segundo aspecto que, no meu entender, o narrador evidencia seu desânimo para com o lugar que, até então, ocupava na vida social da corte. Ou seja, ainda que em 1850 estivesse extinto o tráfico de escravos vindos da África e houvesse a influência de outras ideias e de outros tempos, era o patriarcalismo saudoso dos tempos coloniais que impunha suas vontades. Mesmo o trabalhador livre e aceito nos salões pouco podia decidir sobre seus atos privados e, menos ainda, sobre os atos públicos. Sem poder contar com bens patrimoniais e vendo ameaçado o exercício de seu ofício, restava o abrigo do emprego público, para a realização de seu projeto.

Talvez eu tenha especulado demais em minha interpretação. Afinal, impossível saber das intenções do autor. Impossível e desnecessário. Fiel ao gosto das leitoras do

Jornal das Famílias, “A Pianista” tem um final feliz. Após uma enfermidade, quando recebera os cuidados de Malvina, o patriarca aceita o casal. De todo modo, ao se tornar funcionário público, muita coisa mudou na trajetória intelectual de Machado de Assis, e não apenas o fato de se ter casado com Carolina em 1869.

Ao lado de suas atividades como funcionário do *Diário Oficial*, Machado de Assis se dedicou mais intensamente às páginas de ficção: assinando seu próprio nome ou fazendo uso de pseudônimos, foram cerca de 60 contos (aqui incluídos os de autoria duvidosa) publicados no *Jornal das Famílias*, de 1868 até o fim daquela revista, em 1878. Somam-se a isso as antologias em livro de alguns desses escritos, *Contos fluminenses* (1870) e *Histórias da meia-noite* (1873) e, ainda, os romances *Ressurreição* (1872), *A Mão e a luva* (1874), *Helena* (1876) e *Iaiá Garcia* (1878). Isso sem citar as “Badaladas” (1871-1873), textos de autoria coletiva publicados na *Ilustração brasileira*. Nesse sentido, cabe indagar se Machado de Assis pretendeu, com isso, afastar-se do pugilato das ideias, da crítica cultural e política. Em outro sentido, pode-se supor que, em vez de afastamento ou mesmo de abrandamento, o autor experimentava tintas das mais diversas, aproveitando a “porção do talento que recebeu da natureza”, à qual se referiu José de Alencar, para realizar suas criações próprias e, a partir delas, participar do pugilato das ideias, da crítica cultural e política, sem, contudo, abrir mão de sua condição de escritor, de artista, tampouco da autonomia que desejava para sua arte. Alguma resposta a essas questões podem ser identificadas em “Notícia da atual literatura brasileira – Instinto de Nacionalidade”.

Passados cinco anos da carta pública de José de Alencar que o elegera primeiro crítico brasileiro, Machado de Assis se via diante de uma solicitação que não pôde recusar. Numa carta de 22 de setembro de 1872, José Carlos Rodrigues¹¹⁹ parabenizava o autor de *Ressurreição* e prometia, para breve, uma resenha, no jornal que havia fundado, em 1870, em Nova Iorque. *O Novo Mundo – Periódico Ilustrado do Progresso da Idade*, apesar de impresso nos Estados Unidos, era escrito em português e destinado ao leitor brasileiro, abordando temas variados. Na carta a Machado de Assis, seu editor dizia precisar “de um bom estudo sobre o caráter geral da literatura brasileira

¹¹⁹ Nascido em 1844, era filho da aristocracia cafeeira, com propriedades no município de Cantagalo, Rio de Janeiro. Estudou no Colégio Pedro II, no Rio de Janeiro, e, em 1864, formou-se em Direito, na Faculdade de São Paulo, onde colaborou em vários jornais acadêmicos. De volta ao Rio de Janeiro, trabalhou com Zacarias de Góis e Vasconcelos e, 1866, como oficial de gabinete do ministro da Fazenda João da Silva Carrão. Com a queda do Ministério, um processo criminal foi instaurado contra ele, mas, àquela altura, já havia embarcado para os Estados Unidos, de onde só retornaria em 1887. Com o processo prescrito, tornou-se proprietário e diretor do *Jornal do Commercio* do Rio de Janeiro, posição que ocupou até 1915, vindo a falecer em 1922.

contemporânea, criticando suas boas ou más tendências, no aspecto literário e moral: um estudo que [...] dê ideia da qualidade da fazenda literária que lá fabricamos, e da escola ou escolas do processo de fabricação” (Assis, 2008c, tomo II, p. 78). A resenha sobre *Ressurreição* não tardou. Em 23 de dezembro do mesmo ano, saía nas páginas de *O Novo Mundo* algum comentário, um tanto elogioso, mas algo dúbio:

Uma dos melhores amostras de ficção em prosa que nos tem dado ultimamente o Rio de Janeiro é a *Ressurreição* do Sr. Machado de Assis. Sem o gênio brilhante do Sr. Alencar e sem a admirável fluência e naturalidade do Sr. J. M. De Macedo, o Sr. Machado de Assis, todavia, não se deixa sacrificar pelas extravagâncias do primeiro, nem pela monotonia do segundo. Ele é mais artista do que qualquer deles, sem que, contudo, se possa dizer que seja de sua força. A *Ressurreição* pretende ser, não um romance de costumes, mas somente o esboço de uma situação. O livro, porém, não é senão um romance de costumes.

[...]

Tudo, na *Ressurreição*, até seus mesmos defeitos, anima-nos a pedir que o autor prossiga nos seus estudos de “contrastes,” como ele chama a estes, na sua modéstia. Para realçar a virtude, porém, é provável que ele se convença que não é necessário pintar tão viva e demoradamente certas cenas, que agora nos pesa ver n’um livrinho tão excelente, como o seu (Apud Machado, Ubiratan, 2003, pp. 89-92).¹²⁰

Agradecido, em 25 de janeiro de 1873, Machado escreveria ao editor do *Novo Mundo*, prometendo enviar o estudo solicitado no vapor seguinte: “O nosso artigo está pronto há um mês. Guardei-me para dar-lhe hoje uma última demão; mas tão complicado e cheio foi o dia para mim, que prefiro demorá-lo para o seguinte vapor”. Fica, assim, a dúvida se, de fato, a encomenda estava pronta ou se, por força dos elogios ao seu primeiro romance, viu-se obrigado a colocar mãos à obra. De todo modo, “Notícia da atual literatura brasileira – Instinto de Nacionalidade” viria a público em 24 de março de 1873 e, em suas primeiras linhas, o autor procurava esclarecer:

Quem examina a atual literatura brasileira reconhece-lhe logo, como primeiro traço, certo *instinto de nacionalidade*. Poesia, romance, todas as formas literárias do pensamento buscam vestir-se com as *cores do país*, e não há como negar que semelhante preocupação é sintoma de vitalidade e abono de futuro. As tradições de Gonçalves Dias, Porto Alegre e Magalhães são assim continuadas pela geração já feita e pela que ainda agora madrugava, como aqueles continuaram as de José Basílio da Gama e Santa Rita Durão. Escusado é dizer a vantagem deste universal acordo. Interrogando a vida brasileira e a *natureza americana*, prosadores e poetas acharão ali farto manancial de inspiração e irão dando *fisionomia própria ao pensamento nacional*. Esta *outra independência* não tem Sete de Setembro nem campo de Ipiranga; não se fará num dia, mas pausadamente, para sair mais duradoura; não será obra de uma geração nem

¹²⁰ Embora sem assinatura, a resenha de *Ressurreição* provavelmente foi escrita pelo próprio José Carlos Rodrigues, em *O Novo Mundo* de 23 de dezembro de 1872.

duas; muitas trabalharão para ela até perfazê-la de todo (*OC*, iii, 1203. os grifos são meus).

Dito isso, é possível concluir que, no entendimento de Machado de Assis, haveria uma tradição literária marcada por aquilo que ele denominou de *instinto de nacionalidade*, que, por sua vez, teria dois aspectos: busca das *cores do país* e tentativa de dar *fisionomia própria ao pensamento nacional*. Com esse fim, caberia ao escritor refletir sobre *a vida brasileira e a natureza americana*. Vida e natureza; cores e pensamento teriam, portanto, certas especificidades que deveriam ser identificadas pelo autor nacional engajado no projeto dessa *outra independência*, ou seja, uma literatura nacional autônoma e independente. Haveria uma missão a ser cumprida e, nesse sentido, a escrita literária não seria lugar somente para o exercício de beletristas ou a distração de leitores. Poesia e prosa ficcional tampouco seriam lugar de conforto, abrigo ou fuga. Diferente disso, a literatura seria espaço de reflexão e de expressão da realidade.

Assim, por um lado, Machado de Assis não teria dúvidas quanto à tarefa da literatura na construção de uma nacionalidade, de uma identidade, de uma *fisionomia própria*. Ele, no entanto, compreendia também que a afirmação de uma realidade específica não se situava, apenas, na exuberância de uma natureza tantas vezes cantada por poetas e narrada por prosadores. Por outro lado, embora tenha amenizado sua oposição ao *indianismo*, ele indicava outras fontes a serviço da criação poética e da imaginação dos prosadores:

Compreendendo que não está na vida indiana todo o patrimônio da literatura brasileira, mas apenas um legado, tão brasileiro como universal, não se limitam os nossos escritores a essa só fonte de inspiração. Os costumes civilizados, ou já do tempo colonial, ou já do tempo de hoje, igualmente oferecem à imaginação boa e larga matéria de estudo. Não menos que eles, os convida a natureza americana cuja magnificência e esplendor naturalmente desafiam a poetas e prosadores. O romance, sobretudo, apoderou-se de todos esses elementos de invenção, a que devemos, entre outros, os livros dos Srs. Bernardo Guimarães, que brilhante e ingenuamente nos pinta os costumes da região em que nasceu, J. de Alencar, Macedo, Sílvio Dinarte (Escragnolle Taunay), Franklin Távora, e alguns mais (*OC*, iii, 1205).

Além disso, o crítico fez questão de enfatizar que, no seu entender, a expressão de uma identidade nacional, de um *pensamento nacional*, não estaria situada somente numa literatura de *cores locais*. Em função disso, seria equivocada a crítica que “só reconhece espírito nacional nas obras que tratam de assunto local, doutrina que, a ser exata, limitaria muito os cabedais da nossa literatura” (*idem*), uma vez que a expressão

de temas universais não eliminaria, necessariamente, o caráter local do escritor, suas origens, seus sentimentos, estes sim, fundamentais à literatura: “O que se deve exigir do escritor, antes de tudo, é certo sentimento íntimo, que o torne homem do seu tempo e do seu país, ainda quando trate de assuntos remotos no tempo e no espaço” (idem).

Não resta dúvida, portanto, que o crítico, embora tivesse revisto algumas de suas posições quanto a uma verdadeira literatura nacional, estava disposto a encontrar uma dicção própria para a sua escrita. Desde que Machado de Assis começara a escrever regularmente para o *Jornal das Famílias*, a ficção ocupava a maior parte de seus esforços. Ao se desligar da imprensa periódica no *Diário do Rio de Janeiro* e se transformar em funcionário do governo, a escrita declaradamente ficcional, que poderia ter sido apenas uma atividade paralela, um complemento à sua parca remuneração de jornalista, tornara-se, com o tempo, sua principal forma de expressão pública. Prova disso pode ser encontrada no prólogo da edição em livro de *Ressurreição*, 1872, onde o autor manifestava esta intenção: “Venho apresentar-lhe um ensaio em gênero novo para mim, e desejo saber se alguma qualidade me chama para ele, ou se todas me faltam, em cujo caso, como em outro campo já tenho trabalhado com alguma aprovação, a ele volverei cuidados e esforços” (OC, i, 235).

Por outro lado, a opção pelo romance poderia ser justificada, ainda, no próprio ensaio “Notícia da atual literatura brasileira – Instinto de Nacionalidade”, de 1873:

Não se fazem aqui (falo sempre genericamente) livros de filosofia, de linguística, de crítica histórica, de alta política, e outros assim, que em alheios países acham fácil acolhimento e boa extração; raras são aqui essas obras e escasso o mercado delas. O romance pode-se dizer que domina quase exclusivamente. Não há nisto motivo de admiração nem de censura, tratando-se de um país que apenas entra na primeira mocidade, e esta ainda não nutrida de sólidos estudos. Isto não é desmerecer o romance, obra d'arte como qualquer outra, e que exige da parte do escritor qualidades de boa nota (OC, iii, 1206).

De fato, no século XIX, período que pode ser definido como o de constituição da intelectualidade brasileira, a elaboração de um pensamento próprio ou, nos termos utilizados por Machado de Assis em seu ensaio de 1873, de uma fisionomia própria ao pensamento nacional, é possível perceber que os homens de letras se mantiveram distantes de qualquer especialização científica ou filosófica, coisa que, na Europa, desde, pelo menos, o século anterior, seria uma exigência. Mais que isso, no Brasil coube ao romance nacional – destacando-se as obras de Alencar, Macedo e Manuel Antonio de Almeida – a tarefa de recuperar a história do país e reafirmar suas

especificidades, tanto as gramaticais e linguísticas em relação a Portugal como as de seu território geográfico, seus usos, seus costumes e suas tradições.

O ensaio de Machado de Assis, por sua vez, indicava outras possibilidades que, a seu ver, seriam ainda pouco exploradas pelos autores nacionais: “Do romance puramente de análise, raríssimo exemplar temos, ou porque a nossa índole não nos chame para aí, ou porque seja esta casta de obras ainda incompatível com a nossa adolescência literária” (*OC*, iii, 1.206). Mais adiante, ele explicitaria melhor o que seria “romance puramente de análise”, ou seja, “análise de paixões e caracteres” (*OC*, iii, 1.207). Talvez tenha sido essa forma de romance que tenha buscado em sua *Ressurreição*, como teria escrito em seu prólogo: “Não quis fazer romance de costumes; tentei o esboço de uma situação e o contraste de dois caracteres; com esses simples elementos busquei o interesse do livro” (*OC*, iii, 236).

O mesmo teria perseguido em seu segundo romance, *A Mão e a luva*, originalmente publicado em *O Globo*, entre os meses de setembro e novembro de 1874, e impresso em livro naquele mesmo ano: “Convém dizer que o desenho de tais caracteres – o de Guiomar, sobretudo – foi o meu objeto principal, se não exclusivo, servindo-me a ação apenas de tela em que lancei os contornos dos perfis” (*OC*, i, 317).

Nesse sentido, é possível admitir que, ao iniciar seu percurso de romancista, Machado de Assis tinha um projeto estético, uma linha de abordagem, um “Instinto de Nacionalidade” que, em grande medida, se distanciava do projeto empreendido pelos autores românticos seus antecessores. A análise de seus romances, verificando até que ponto ele teria realizado tal projeto, fugiria em muito ao escopo destes meus estudos. Pretendo, sim, observar a realização deste projeto quando do retorno de Machado de Assis à crônica periódica. Isso e também sua atuação como funcionário público, sua voz e sua ação públicas em torno das urgências do mundo social e político do país serão abordados no próximo tópico

4.3 Entre histórias e a história

Em 1876, Machado de Assis foi convidado a fazer parte da equipe do magazine *Ilustração Brasileira*, tornando-se seu principal cronista, com a série “História de Quinze Dias”,¹²¹ assinada por Manasses. Nesse retorno às páginas periódicas, as tintas

¹²¹ Para o estudo desta série, optei pela edição organizada por PEREIRA, Leonardo Affonso de Miranda. *Machado de Assis: história de quinze dias*. Capinas/SP: Ed. Unicamp, 2009.

de sua pena apresentavam outras cores, e o que poderia ser simplesmente uma tendência assumia feições mais definitivas. O esquema seria bem semelhante ao de suas colunas anteriores, seguindo o modelo consagrado pelos *Feuilletons* franceses reproduzidos em cores locais na imprensa carioca por Francisco Otaviano e adquirindo um formato mais definitivo em “Ao correr da pena”, de José de Alencar. Assim, o cronista tratava de assuntos diversos, muitos já conhecidos por seus leitores: política e vida social, acontecimentos locais e de regiões distantes, murmúrios das ruas e encenações dos palcos, mensagens do telégrafo e notícias dos jornais.

O que diferia de suas séries anteriores eram os disfarces do autor, que iam além da adoção de pseudônimo. No período em que esteve afastado do espaço do folhetim, Machado de Assis teria adquirido novo ânimo para as polêmicas. Ao mesmo tempo, já com dois livros de romances publicados e os contos do *Jornal das Famílias*, tinha maior experiência na escrita de textos mais identificados com a imaginação. De tal forma, seus recortes da realidade, dos acontecimentos, das práticas sociais dialogavam com personagens imaginados ou reconstruídos a partir da memória, mais reinventados do que reanimados. Talvez por isso, a dificuldade de seus editores futuros de classificar muitos daqueles escritos. Seriam contos? Seriam crítica literária ou de costumes? Na dúvida, foram incluídos entre as miscelâneas – segundo os dicionários, mistura de várias compilações literárias e, também, confusão, amontoado, salganhada.

Além disso, seus folhetins buscavam maior proximidade com os leitores, utilizando, para isso, um trato mais informal, com ares de uma conversa que, se era interessada nos acontecimentos, pretendia ser também interessante, um entretenimento para o leitor grave das páginas de economia, dos negócios, da contabilidade do Império, das notícias sobre política. Sobre essa sua renovada forma de dizer as coisas da realidade, sobre sua narrativa, ao menos na aparência, descompromissada, o historiador de 15 dias escreveria no dia 1º de novembro de 1877:

Não posso dizer positivamente em que ano nasceu a crônica; mas há toda a probabilidade de crer que foi coetânea das primeiras duas vizinhas. Essas vizinhas, entre o jantar e a merenda, sentaram-se à porta, para debicar os sucessos do dia. Provavelmente começaram a lastimar-se do calor. Uma dizia que não pudera comer ao jantar, outra que tinha a camisa mais ensopada do que as ervas que comera. Passar das ervas às plantações do morador fronteiro, e logo às tropelias amatórias do dito morador, e ao resto, era a coisa mais fácil, natural e possível do mundo. Eis a origem da crônica (Assis, 2009, pp. 253-254).

A *Ilustração brasileira* tinha à frente os mesmos editores da *Semana Ilustrada*, os irmãos Carlos e Henrique Fleiuss, mas, embora tivesse ênfase em gravuras e desenhos, tal qual sua antecessora, a nova publicação tinha propósitos mais ambiciosos e se destinava a leitores mais experientes. Para seus editores, o termo *Ilustração* tinha outros propósitos, como o de fazer crer que o país podia oferecer mais do que a magnificência de sua natureza. Como sua esmerada apresentação gráfica, fazia parte do projeto da *Ilustração brasileira* mostrar aos leitores os sucessos do governo Pedro II e promover o país no exterior, fazendo crer que havia uma ilustração brasileira identificada com a modernidade. Por essa razão, ao lado de páginas de eterna beleza das paisagens brasileiras – dizia o editorial de apresentação –, seriam impressas outras que atestassem o progresso e a civilização do país, através de desenhos e gravuras de seus prédios públicos, suas estradas de ferro e também de seus *homens notáveis* (Azevedo, 2010, pp. 38-39).¹²²

Muitos daqueles *notáveis* seriam, por certo, leitores da *Ilustração brasileira*, homens ilustrados, frequentadores da Rua do Ouvidor, atualizados em relação à arte e aos costumes vindos da Europa. Por conta disso, na crônica de 1º de agosto de 1876, ao comentar o anúncio de uma temporada, no Rio de Janeiro, da companhia lírica do Teatro Solis, Manasses apostava na erudição de seus distintos leitores, temperando, contudo, com boa dose de ironia:

Hoje posso expectorar meia dúzia de bernardices sem que o leitor dê por elas. A razão não é outra senão a de ser o leitor um homem que se respeita, ama o belo, possui costumes elegantes, conseqüentemente, não tem orelhas para crônicas, nem outras coisas ínfimas (Assis, 2009b, p. 75).

Desde que se desligara do *Diário do Rio de Janeiro*, a assinatura de Machado de Assis andara distante das páginas periódicas, encarregadas de comentar os assuntos diversos, os acontecimentos da cidade, do país e do mundo. Sua pena de cronista, no entanto, não havia ficado esquecida na gaveta. Até pouco tempo atrás, entre 1869 e aquele ano de 1876, ele colaborava na *Semana Ilustrada* com uma coluna intitulada “Badaladas”. Uma participação um tanto discreta, é verdade, pois os textos eram de autoria coletiva, assinados pelo Dr. Semana, personagem criado pelos editores da publicação. Dessa experiência, se não é possível identificar com certeza as tintas deixadas pela pena de Machado de Assis, é possível supor que tenha servido a

¹²² Para melhor descrição do magazine *Ilustração brasileira*, ver, na mesma obra citada, principalmente as páginas 25 a 63.

experimentações que imprimiam tintas ficcionais à sua crônica. Além disso, se as obrigações de funcionário público lhe impunham a gravidade da burocracia e dos gabinetes, sua imaginação se mantinha ativa, produzindo inúmeras páginas de puro romance. Ou seja, quando de seu retorno ao comentário dos assuntos diversos, Machado de Assis teria acumulado experiência suficiente para que seu *processo de ficcionalização* adquirisse maior maturidade e constância.

A atribuição de autoria a *Manassés* para sua “História de Quinze Dias” seria um recurso a mais e, provavelmente, o mais perceptível desse processo e, em grande medida, pode ter sido fruto de sua participação na escrita daquelas “Badaladas”. Não se tratava de mero pseudônimo, coisa que já havia feito, desde seus primeiros “Comentários da Semana”, em 1861, assinando Gil. *Manassés* seria uma personagem, por vezes podendo funcionar como um alter-ego do autor; outras, contudo, como contraponto de um juízo do qual ele pretendia convencer o leitor. Também não teria sido um nome escolhido ao acaso. Lembra Leonardo Afonso de Miranda Pereira (Assis, 2009b, p. 20) que *Manasses* é um nome bíblico, de origem hebraica, descrito no *Gênesis* como filho primogênito de José do Egito e que, juntamente com seu irmão Efraim, tornou-se precursor de duas das 12 tribos de Israel. Ainda segundo o *Gênesis*, seu pai lhe deu esse nome porque Deus o fez esquecer-se de seu trabalho e de sua família. Assim, etimologicamente, *Manasses* significa “aquele que faz esquecer” ou “fazendo esquecer” (Pereira, 2009, p. 20).

Essas sutilezas talvez não fossem do conhecimento da maioria dos leitores brasileiros do século XIX, que poderiam, no entanto, lembrar que, no ano anterior (1875), o mesmo *Manasses* demonstrara ter alguma habilidade para inventar histórias, uma vez que havia assinado os contos “A chinela turca” e “O Sainete”, na revista literária *A Época*, dos dias 14 de novembro e 1º de dezembro, respectivamente. Assim, ao assinar sua “História de Quinze Dias” com um nome que podia ser identificado como *aquele que faz esquecer*, o cronista encarregado de comentar os acontecimentos não escondia a possibilidade de se esquecer daquilo que não convinha ao texto ou, em sentido inverso, de se lembrar apenas do que convinha à sua trama textual.

Manasses poderia ser também Constantino Manasses (1130-1187), cronista bizantino que alcançou alguma popularidade, ainda no século XIV, tendo escrito uma narrativa dos eventos desde a criação do mundo. Desse modo, seu nome seria um artifício de Machado de Assis, para dar estatuto historiográfico à sua crônica. A referência a certa tradição que concedia aos cronistas a tarefa de escrever a história seria

mencionada de forma mais explícita na segunda crônica da série, em 15 de julho de 1876. Naquela oportunidade, ele lembraria o nome de alguns cronistas portugueses do século XVI – João de Barros, chamado Tito Lívio Português (1496-1570), Damiano de Góis (1502-1574), Diogo de Couto (1542 -1616) e João de Castro (1500-1548), este mais conhecido como cartógrafo e governador de Goa.

Manasses seria, ainda, leitor de Tito Lívio, pelo menos é o que se pode deduzir nessa mesma crônica de 15 de julho de 1876, mais precisamente em seu comentário sobre o centenário da Independência dos Estados Unidos: “O maior dos milagres desta grande nação é ter sufocado, durante o longo espaço de quatro anos, a maior guerra civil dos tempos modernos, e com ela extirpado uma detestável instituição social. Que há em Tito Lívio maior do que isso?” (Assis, 2009b, p. 73). Para o cronista, a guerra civil americana – 1861 a 1865 – que pôs um fim definitivo à escravidão naquele país teria sido um feito mais grandioso do que todas as conquistas narradas pelo historiador da antiga Roma. Tito Lívio voltaria à crônica no dia 15 de março do ano seguinte, dessa vez identificado como autor erudito, diferente do historiador de 15 dias, mais afeito à imaginação do que aos fatos:

Mais dia menos dia, demito-me deste lugar. Um historiador de quinzena, que passa os dias no fundo de um gabinete escuro e solitário, que não vai às touradas, às câmaras, à Rua do Ouvidor, um historiador assim é um puro contador de histórias.

E repare o leitor como a língua portuguesa é engenhosa. Um contador de histórias é justamente o contrário de um historiador, não sendo um historiador, afinal de contas, mais do que um contador de histórias. Por que essa diferença? Simples, leitor, nada mais simples. O historiador foi inventado por ti, homem culto, letrado, humanista; o contador de histórias foi inventado pelo povo, que nunca leu Tito Lívio, e entende que contar o que se passou é só fantasiar (Assis, 2009b, p. 175).

Sobre as diferenças entre o historiador e o contador de histórias, discorrerei mais adiante. Por ora, atendo-me à preferência de Manasses pela fantasia, manifestada já no primeiro folhetim daquela série, de 1º/7/1876, quando o cronista comentava o golpe de Estado que depusera o sultão do Império Otomano (Turquia), Abdul-Azzis: “Dou começo à crônica no momento em que o Oriente se esboroa e a poesia parece expirar às mãos grossas do vulgacho. Pobre Oriente! Mísera poesia!” (Assis, 2009b, p. 59).

Abdul-Azzis não seria de todo estranho aos leitores brasileiros. Em 1866, ele enviara emissários ao Brasil, sendo essa a primeira expedição otomana que, desde a abertura dos portos de 1808, aportara no Rio de Janeiro. Abdul-Azzis subira ao trono

em 1861 e, a partir de então, vinha se aproximando das nações europeias, visitando, em 1867, suas principais capitais. Essa aproximação fazia parte do processo de modernização, que, entre outras medidas, instaurava a liberdade religiosa e a igualdade dos cidadãos perante a lei. Se, de um lado, tais reformas teriam desagradado às aristocracias políticas e religiosas de Constantinopla, por outro, na ironia do cronista, desmanchava um Oriente imaginado:

Um profeta surgiu em uma tribo árabe, fundou uma religião, e lançou as bases de um império; império e religião têm uma só doutrina, uma só, mas forte como o granito, implacável como a cimitarra, infalível como o Alcorão. Passam os séculos, os homens, as repúblicas, as paixões; a história faz-se dia por dia, folha a folha; as obras humanas alteram-se, corrompem-se, modificam-se, transformam-se. Toda a superfície civilizada da terra é um vasto renascer de coisas e ideias. Só a ideia muçulmana estava de pé; a política do Alcorão vivia com os paxás, o harém, a cimitarra e o resto (Assis, 2009b, p. 59).

Para o cronista, a ideia de Oriente (*a ideia muçulmana*) seria uma fantasia, pura poesia, e teria desabado sob a força das novas ideias vindas do Ocidente, mais especificamente das ideias que já teriam varrido as aristocracias absolutistas da Europa e alcançado o continente americano:

Um dia, meia dúzia de rapazes libertinos iscados de João Jacques e de Benjamim Constant, ainda quentes do último discurso de Gladstone ou do mais recente artigo do *Courier de l'Europe*; meia dúzia de rapazes, digo eu, resolveram dar com o monumento bizantino em terra, abrir o ventre ao fatalismo e arrancar de lá uma carta constitucional (Assis, 2009b, p. 59).

A essa sua versão sobre as ocorrências do distante Império Otomano, o cronista sugeria, ainda, a chegada de Abdul-Azzis “à porta das delícias eternas” e seu encontro com Maomé:

— Cala-te! És mais do que isso, és o destruidor da lei, o inimigo do Islã. Tu fizeste possível o gérmen corruptor das minhas grandes instituições, pior que a fê de Cristo, pior que a inveja dos russos, pior que a neve dos tempos; tu fizeste o gérmen constitucional. A Turquia vai ter uma câmara, um ministério responsável, uma eleição, uma tribuna, interpelações, crises, orçamentos, discussões, a lepra toda do parlamentarismo e do constitucionalismo (Assis, 2009b, p. 60).

Na imaginação do cronista, Abdul-Azzis teria levado um pontapé do profeta e retornado à face da Terra – “Talvez aqui na cidade”, especulava, para acrescentar em seguida: “Se cá viesse, é possível que a vista de alguns becos e certa quantidade de cães

lhe fizessem crer que voltara a Constantinopla; ilusão que aumentaria se ouvisse falar no *divã* em que estou sentado e em várias mesquitas do meu conhecimento” (idem).

O folhetinista também fazia uso das notícias que lhe chegavam pelo telégrafo, um recurso da modernidade que lhe permitia saber dos acontecimentos distantes. Ele permanece em seu gabinete, escrevendo, sentado em seu *divã*. Aquela modernidade lhe oferecia meios para saber do Oriente, sem que, para isso, tivesse de se deslocar, como faziam os antigos cronistas. Seu folhetim seria contemporâneo, portanto, de uma modernidade que dera fim ao cronista testemunha da história e que, naquele momento, punha fim a outra tradição:

Mas o que eu apuro de tudo o que nos vem pelo cabo submarino e vapores transatlânticos é que o Oriente acabou e com ele a poesia.

Só a abolição do serralho é uma das revoluções maiores do século.

Aquele bazar de belezas de toda a casta e origem, umas baixinhas, outras altas, as loiras ao pé das morenas, os olhos negros a conversar os olhos azuis, e os cetins, os damascos, as escumilhas, os narguilés, os eunucos...

Oh! sobretudo os eunucos! Tudo isso é poesia que o vento do parlamentarismo dissolveu em um minuto de cólera e num acesso de eloquência.

Vão-se os deuses e com eles as instituições. Dá vontade de exclamar com certo cardeal: *Il mondo casca!* (ASSIS, 2009 B, p. 61)

Dessa forma, embora não apresentasse, como de costume, um programa para sua “História de Quinze Dias”, Manasses oferecia indicações que permitiam ao leitor concluir que sua escrita seria feita de lembranças e esquecimentos. Manasses não se furtava a comentar os acontecimentos da quinzena que haviam sido noticiados nos jornais. Ao fazê-lo, contudo, o contador de histórias não abria mão de mencionar um passado, imaginado ou suposto, que podia tanto servir à distração do leitor como à formulação de uma opinião, de um juízo.

O recurso à ficção ficaria mais evidente aos leitores ainda no folhetim de 15 de setembro de 1876, quando Manasses comentava os festejos em torno da Independência de 1822.

Grito do Ipiranga? Isso era bom antes de um nobre amigo, que veio reclamar pela *Gazeta de Notícias* contra essa lenda de meio século.

Segundo o ilustrado paulista não houve nem grito nem Ipiranga. Houve algumas palavras, entre elas a Independência ou Morte, as quais todas foram proferidas em lugar diferente das margens do Ipiranga. Pondera o meu amigo que não convém, a tão curta distância, desnaturar a verdade dos fatos.

Ninguém ignora a que estado reduziram a História Romana alguns autores alemães, cuja pena, semelhante a uma picareta, desbastou os inventos de dezoito séculos, não nos deixando mais que uma certa porção de sucessos exatos. Vá feito! O tempo decorrido era longo e a tradição estava arraigada

como uma ideia fixa. Demais, que Numa Pompílio houvesse ou não existido é coisa que não altera sensivelmente a moderna civilização. Certamente é belo que Lucrecia haja dado um exemplo de castidade às senhoras de todos os tempos; mas se os escavadores modernos me provarem que Lucrecia é uma ficção e Tarquínio uma hipótese, nem por isso deixa de haver castidade... e pretendentes.

Mas isso é história antiga. O caso do Ipiranga data de ontem. Durante cinquenta e quatro anos temos vindo a repetir uma coisa que o dito meu amigo declara não ter existido. Houve resolução do Príncipe D. Pedro, independência e o mais; mas não foi positivamente um grito, nem ele se deu nas margens do célebre ribeiro. Lá se vão as páginas dos historiadores; e isso é o menos. Emendam-se as futuras edições. Mas os versos? Os versos emendam-se com muito menos facilidade.

Minha opinião é que a lenda é melhor do que a história autêntica. A lenda resumia todo o fato da independência nacional, ao passo que a versão exata o reduz a uma coisa vaga e anônima. Tenha paciência o meu ilustrado amigo. Eu prefiro o grito do Ipiranga; é mais sumário, mais bonito e mais genérico (Assis, 2009b, pp. 99- 100).

Para aquele historiador de 15 dias, portanto, pouco importava a versão exata dos acontecimentos passados, fosse de um passado remoto, fosse de uma quinzena. Importavam mais os versos. Importavam à narrativa as articulações que pudessem ser feitas a partir dos elementos da realidade ou da fantasia. A arqueologia dos testemunhos, das evidências, dos vestígios dos acontecimentos, poderia pretender mais exatidão, mais veracidade. Isso, no entanto, não reduziria o poder de convencimento dos vestígios da memória e da imaginação. Nesse sentido, ciência e fantasia não estariam em conflito. Em vez disso, historiador e contador de histórias estariam consorciados na tarefa de dar sentido à realidade.

Seria a esse consórcio que Capistrano de Abreu se referiria, em carta datada de 10 de janeiro de 1881 e endereçada ao autor das *Memórias póstumas de Brás Cubas*. O historiador não escondia que o prazer da leitura daquele romance viera acompanhado de certa estranheza: “A impressão foi deliciosa, e triste também, posso acrescentar”. Logo em seguida, explicava o porquê da tristeza, explicitando as indagações dele e do amigo Valentim Magalhães: “O que é *Brás Cubas* em última análise? Romance? Dissertação moral? Desfastio humorístico?” (Assis, 2008c, tomo II, p. 188).

Fosse historiador ou contador de histórias, Manasses não teria maiores preocupações em ocultar o fato de que, por trás de suas crônicas, havia a pena de Machado de Assis. Não seria difícil para a restrita roda de leitores da *Ilustração brasileira* perceber o disfarce do autor, que, ainda em sua estreia, dizia de sua amizade com Guilherme Blest Gana, embaixador do Chile no Brasil e frequentador do mesmo círculo literário de Machado de Assis.

As ligações entre criador e criatura poderiam também ser percebidas na crônica de 1º de outubro de 1876, que dizia do número de escravos libertos pelo Fundo de Emancipação: “De interesse geral é o fundo da emancipação, pelo qual se acham libertados em alguns municípios 230 escravos. Só em alguns municípios! Esperemos que o número será grande quando a libertação estiver feita em todo o império” (Assis, 2009b, p. 111). Talvez aqueles números não fossem tão exatos, mas não eram pura fantasia, uma vez que a fonte do cronista era a melhor possível.

Machado de Assis, desde 1873, na vigência do Gabinete comandado por José Maria da Silva Paranhos, à época visconde do Rio Branco, cumpria expediente no Ministério da Agricultura, Comércio e Obras Públicas e, em 1876, tornou-se chefe da segunda seção, já no governo de Luís Alves de Lima e Silva, também do Partido Conservador. Nesse posto, o funcionário Joaquim Maria Machado de Assis estava incumbido de acompanhar a execução da Lei n. 2.040, de 28 de setembro de 1871, mais conhecida como *Lei do Ventre Livre*, uma vez que seu artigo primeiro determinava: “Os filhos de mulher escrava que nascerem no Império desde a data desta lei serão considerados de condição livre”. Esse dispositivo legal, no entanto, não beneficiava apenas os nascidos em cativeiro. Em seus desdobramentos, a *Lei do Ventre Livre* previa, ainda, em seu artigo terceiro, um fundo destinado à liberdade de “tantos escravos quantos corresponderem à quota anualmente disponível do fundo destinado para a emancipação”. Além disso, o artigo oitavo indicava que o “governo mandará proceder à matrícula especial de todos os escravos existentes do Império, com declaração do nome, sexo, estado, aptidão para o trabalho e filiação de cada um, se for conhecida”.¹²³

O Brasil tornara-se a última nação em que sobrevivia o regime escravista. À parte as pressões estrangeiras, aquela era uma situação vexatória para as elites, que se pretendiam ilustradas e atualizadas com as ideias vindas da Europa. Por outro lado, a resistência da classe senhorial cedeu apenas ao limite da emancipação gradual e, ainda assim, com o pagamento de indenizações aos proprietários de escravos. Nesse sentido, para os apreciadores da *Ilustração brasileira*, o reduzido número de escravos libertos através de um fundo criado especificamente para o pagamento das alforrias podia ser uma galhofa. Manasses reconhecia os avanços trazidos pela lei, mas lamentava que tivesse acontecido com muitos anos de atraso:

¹²³ Fonte: <http://www.brasil.gov.br/linhadotempo/epocas/1871/lei-do-ventre-livre> Em 07/10/2012.

A lei de 28 de setembro fez agora cinco anos. Deus lhe dê vida e saúde! Esta lei foi um grande passo na nossa vida. Se tivesse vindo uns trinta anos antes estávamos em outras condições. Mas há 30 anos, não veio a lei, mas vinham ainda escravos, por contrabando, e vendiam-se às escancaras no Valongo. Além da venda, havia o calabouço (Assis, 2009b, p. 111).

Apesar desse atraso e da tentativa de conciliar os interesses dos proprietários de escravos com o desejo de colocar o país nos trilhos da modernidade, do assalariamento e da impessoalidade nas relações de trabalho, a Lei do Ventre Livre não impedira a reação dos setores ligados ao latifúndio. Para estes, a intromissão do Estado em seus negócios teria por consequência a desorganização das atividades produtivas. Manasses tratava desse conflito, oferecendo, aos leitores da *Ilustração brasileira*, seu testemunho das dificuldades a serem superadas para que se pudesse alcançar, no país, a almejada ilustração.

Um homem do meu conhecimento suspira pelo azorrague.

— Hoje os escravos estão altanados, costuma ele dizer. Se a gente dá uma sova num, há logo quem intervenha e até chame a polícia. Bons tempos os que lá vão! Eu ainda me lembro quando a gente via passar um preto escorrendo em sangue, e dizia: "Anda diabo, não estás assim pelo que eu fiz!" — Hoje...

E o homem solta um suspiro, tão de dentro, tão do coração... que faz cortar o dito. *Le pauvre homme!* (Assis, 2009b, p. 111)

Por sua vez, na condição de funcionário público, Joaquim Maria Machado de Assis, em inúmeras oportunidades, atuou como mediador das disputas que se estabeleceram entre senhores e escravos, em função das exigências da legislação. O historiador de 15 dias, portanto, tinha informações privilegiadas da segunda seção do Ministério da Agricultura, Comércio e Obras Públicas. Por exemplo, no segundo semestre daquele mesmo ano de 1876, foram expedidas 41 circulares e outras orientações, com o objetivo de facilitar o processo de liberação dos recursos do Fundo de Emancipação (Chaloub, 2003, pp. 230-312, nota 154). Seria por essa razão que Manasses tornava público que em alguns municípios se achavam libertados 230 escravos?

Talvez o funcionário público e o cronista não estivessem tão entusiasmados assim. A Lei do Ventre Livre podia ser considerada um avanço, uma vez que os nascidos após sua promulgação seriam considerados livres aos 21 anos e, com a morte do último escravo nascido antes daquela data, tornaria extinto o cativo. Isso, no entanto, era pouco, lembrando que, algumas quinzenas antes, no dia 15 de julho, ele

dizia que o “maior dos milagres” havia sido o fato de os Estados Unidos “terem sufocado, durante o longo espaço de quatro anos, a maior guerra civil dos tempos modernos, e com ela extirpado uma detestável instituição social” (Assis, 2009b, p. 72). Enquanto isso, no Brasil, uma lei que já completara cinco anos havia alforriado apenas 230 trabalhadores, e o país teria de esperar ainda muitos anos para que uma *detestável instituição social* fosse totalmente extirpada.

Como atesta Sidney Chaloub, a partir de ampla pesquisa realizada no Arquivo Nacional, não foram poucas as falcatruas para que a classe senhorial obtivesse vantagens a partir do texto da lei (Chaloub, 2003, pp. 222-240). Não seria de se estranhar que os processos de alforria que dependiam de inúmeros procedimentos e da anuência de autoridades de diversas instâncias, muitas delas longe do alcance de qualquer fiscalização pública, estivessem sujeitos às mais diversas manobras que visavam, não à liberação do maior número de mão de obra escrava, mas, ao contrário disso, às indenizações indevidas pagas àqueles que a haviam explorado durante séculos.

Sabendo desses expedientes, Manasses, em sua “História de Quinze Dias”, de 15 de junho de 1877, comentava a notícia de um indivíduo que havia doado à Santa Casa da Misericórdia a quantia de 20 mil contos a fim de que fosse dividida entre as vinte órfãs entregue aos cuidados daquela instituição. Sobre esse acontecimento, escrevia o historiador: “O anônimo da Santa Casa é o homem do Evangelho” (Assis, 2009b, p. 210). Para o historiador, aquele benfeitor possuía “o espírito de caridade, que deve ser e é anônimo, e um certo desdém para com os clarins da fama, os rufos de tambor, os pífanos da publicidade” (idem). Em seguida, Manasses dava conta aos leitores de um ato bonito praticado por um amigo seu:

Tinha ele uma escrava de 65 anos, *que já lhe havia dado a ganhar sete ou oito vezes o custo*. Fez anos e lembrou-se de libertar a escrava... de graça. De graça! Já isto é gentil. Ora, como só a mão direita soube do caso (a esquerda ignorou-o), travou da pena, molhou-a no tinteiro e escreveu uma notícia singela para os jornais indicando o fato, o nome da preta, o seu nome, o motivo do benefício, e este único comentário: “Ações desta merecem todo o louvor das almas bem formadas” (Assis, 2009b, p. 210).

Nesse caso, teria sido possível ao experiente leitor da *Ilustração brasileira* perceber a ironia do cronista, uma vez que o *ato bonito* era resultado, tão somente, de fatores econômicos. Ao “libertar” a escrava, seu proprietário se liberava de dar amparo à velhice daquela que lhe servira por muitos anos e que, além disso, *já lhe dera a ganhar sete ou oito vezes o custo*. Assim, o gesto de seu amigo teria sido puro

oportunismo. Em seguida, Manasses explica que, influenciado pelo anônimo da Santa Casa, seu amigo desistira de enviar nota às gazetas. Isso, no entanto, não teria significado renúncia à publicidade:

Somente, a cada conhecido que encontra acha ocasião de dizer que já não tem a Clarimunda.
 — Morreu?
 — Oh! Não!
 — Libertaste-a?
 — Falemos de outra coisa, interrompe ele vivamente, vais hoje ao teatro?
 Exigir mais seria cruel (Assis, 2009b, p. 210).

A crueldade da ironia de Manasses decorria dos artificios engendrados pela classe senhorial, que pretendia obter indenizações do governo, em troca da alforria de escravos por eles considerados inválidos para o trabalho. Um dos artificios para antecipar o recebimento de indenizações, sobretudo nas regiões de menor atividade econômica, era promover o casamento de escravos considerados inválidos. A esse respeito, no dia 18 de agosto de 1877, o chefe da segunda seção do Ministério da Agricultura faria um relatório:

Não concluirei sem recordar que por ocasião de começar a classificação de escravos em Codó foi o governo informado de que o coletor, para obter a alforria de um escravo inválido, o casara com outra escrava, igualmente inválida, de outro senhor. Outros senhores fizeram o mesmo. O governo ordenou toda cautela na avaliação. O escândalo da avaliação deu de si as irregularidades das alforrias. [...] (Assis apud Chaloub, 2003, p. 234).

Essa dupla atividade, a de cronista e a de funcionário, permitia ao intelectual Machado de Assis observar a realidade a partir de dois pontos de vista distintos. De um lado, o historiador de 15 dias podia dar a seus leitores a própria versão dos acontecimentos, recorrendo, para isso, a suas lembranças e imaginações. De outro, o chefe da segunda seção do Ministério da Agricultura, Comércio e Obras Públicas relatava os eventos com base no testemunho de documentos e números, para, em seguida, emitir um parecer.

Ou seja, o discurso do funcionário – e, por extensão, a própria instituição, enquanto lugar de organização dos discursos – solicitava, para si, a pressuposição de verdade. Diferente disso e do espaço reservado às matérias noticiosas, o cronista, o lugar da crônica, estaria mais interessado na imaginação, uma narrativa que não requer, para si, abono da realidade. Sob esse aspecto, vale retornar à crônica de 15 de março de

1877, a mesma em que Manasses abordava as diferenças entre o historiador e o contador de histórias:

Por que essa diferença? Simples, leitor, nada mais simples. O historiador foi inventado por ti, homem culto, letrado, humanista; o contador de histórias foi inventado pelo povo, que nunca leu Tito Lívio, e entende que contar o que se passou é só fantasiar (Assis, 2009b, p. 175).

O espaço da crônica, do folhetim de variedades, seria, portanto, algo como um ponto de encontro, uma esquina, uma dobra, entre o leitor erudito e o leitor popular. Sua crônica até poderia ser destinada à distração, ao entretenimento, ao desfastio do leitor, mas o cronista pretendia ou presumia ser lido pelo *leitor culto, letrado, humanista*. Desse modo, não seria de se estranhar que, naquela “História de Quinze Dias”, estivessem lado a lado o historiador e o contador de histórias, o funcionário e o cronista, permitindo, com isso, que os acontecimentos – por exemplo, as questões relativas à *lei do ventre livre* – fossem abordados a partir de lugares distintos, com regras de produção de discursos distintas e que definem o historiador e o contador de histórias, o funcionário e o cronista.

De um lado, o funcionário produz um discurso que se define como representação da realidade e, como tal, apresenta como seu fiador a própria realidade, passível de ser conferida, observada, verificada. De outro, o cronista tem por preferência a lenda, o mito, a imaginação, as lembranças e os esquecimentos e, a partir disso, produz não uma representação da verdade, mas um objeto estético. Assim, a uma tradição que conferia ao cronista a tarefa de escrever a história, impunham-se o ficcionista, o cronista moderno, o artista que também diz de uma realidade, mas não pretende reproduzi-la e nem nela se abonar.¹²⁴

Nesse contexto, a partir de registros retóricos distintos, de recursos que obedeciam a regras distintas, o intelectual Machado de Assis podia manifestar-se publicamente acerca das questões de interesse público. Certamente, como funcionário, ele estava sujeito a procedimentos mais rígidos, e seus pareceres, como bem observa Sidney Chaloub, seguia o “o estilo barnabé” (Chaloub, 2003, p. 233). Veja-se, por exemplo, o parecer de 21 de julho de 1876, que serve, ainda, para se perceber a compreensão que Machado de Assis tinha da *lei do ventre livre*:

¹²⁴ Sobre o debate em torno das distinções entre historiografia e escrita ficcional, ver: CHARTIER: Roger. *A história ou a leitura do tempo*. Belo Horizonte/ MG: Ed. Autêntica, 2009, pp. 12-31.

Outrossim, convém não esquecer o espírito da lei. Cautelosa, equitativa, correta, em relação à propriedade dos senhores, ela é, não obstante, uma lei de liberdade, cujo interesse ampara em todas as partes e disposições. É ocioso apontar o que está no ânimo de quantos a tem folheado; desde o direito e facilidades da alforria até a disposição máxima, sua alma e fundamento, a lei de 28 de setembro quis, primeiro de tudo, proclamar, promover e resguardar o interesse da liberdade. Sendo este o espírito da lei, é para mim manifesto que num caso como o do art. 19 do regulamento, em que, como ficou dito, o objeto superior e essencial é a liberdade do escravo, não podia o legislador consentir que esta percesse sem aplicar em seu favor a preciosa garantia indicada no art. 7º da lei (Assis apud Chaloub, 2003, p.).

Ao cronista da ilustração brasileira, no entanto, não se impunham a escrita precisa, os *outrossins*, os fundamentos, os artigos da lei, as vênias e as loas. Assim, sua história de 15 dias se valia não somente de fatos, mas do factível, do verossímil. Houve momentos, sim, em que a concretude do fato esmagou a capacidade de fantasiar. A morte de José de Alencar, lamentada no folhetim de dezembro de 1877, trouxe de volta a onipresença de um autor. A assinatura de Manasses no folhetim de 1º de janeiro do ano seguinte também não foi suficiente para disfarçar a presença de Machado de Assis, ao abordar a morte de outra figura de sua admiração, Zacarias de Góis e Vasconcelos.

Resguardadas as exceções, Manasses não poupou metáforas e alusões, lançou mão de diálogos, de personagens do mundo real e das lendas. Esses seriam recursos que serviam tanto à observação dos acontecimentos a partir de pontos de vista distintos quanto para se imiscuir em assuntos que poderiam causar polêmica ou trazer embaraços para o funcionário Joaquim Maria Machado de Assis. Foi assim, por exemplo, no dia 15 de agosto de 1876, quando, em seu comentário sobre a festa da Glória, certamente uma das mais antigas festas religiosas da cidade, realizada no mesmo dia em que sua crônica viria a público: “No momento em que escrevo estas linhas, espreito cá de longe a leitora a preparar-se para a festa da Glória” (Assis, 2009b, p. 83).

Pois bem, naquele dia 15 de agosto de 1876, além da invocação à Nossa Senhora da Glória, a Secretaria de Estado dos Negócios Estrangeiros promoveria um baile com a presença de autoridades do país e do exterior.¹²⁵ Sem ter como escrever sobre suas impressões acerca de ambas as festas, o cronista se deteve nas supostas personagens:

Há duas sortes de leitoras: a que vai ao outeiro, toma água benta, vê o fogo de artifício, e vai a pé para casa, se não pilha um bond; e a que vai de casa às nove horas para ir ao baile da Secretaria de Estrangeiros.

Uma e outra preparam-se neste instante; sonham com a festa, pedem a Nossa Senhora que não mande chuva.

¹²⁵ O *Diário do Rio de Janeiro* de 16 de agosto de 1876 noticiou o evento.

A segunda espera que a Clemence lhe apronte o vestido a tempo e hora oportuna; a primeira dá os últimos pontos na saia do que há de estrear hoje de tarde (Assis, 2009b, p. 83).

Na avaliação do cronista, suas leitoras estariam socialmente situadas entre os setores médios da população, aqueles que andavam de bonde e costuravam a própria roupa, e os setores mais abastados, que frequentavam os bailes oficiais e recorriam aos serviços de Mme. Clemence.¹²⁶ O cronista lembrava, ainda, os frequentadores da Festa da Penha, estes mais identificados com as camadas empobrecidas da população: “Esta festa da Glória é a Penha elegante, do vestido escorrido, da comenda e do claque (tipo de Chapéu); a Penha é a Glória da rosca no chapéu, garrafão ao lado, ramo verde na carruagem e turca no cérebro (bêbado)” (Assis, 2009b, p. 83). Essa hierarquização de lugares e indivíduos, contudo, servia para que o cronista desse destaque a outro personagem, um suposto amigo convidado para o baile promovido pelo governo:

Um amigo meu recusa dançar há seis semanas, com o plausível motivo de que não quer gastar as pernas. Só fala em francês para conversar com os diplomatas, estuda a questão do Oriente para dizer alguma coisa ao ministro da Inglaterra. Traz de cor a frase com que há de cortejar o ministro da Itália e o chefe da legação pontifícia. Ao primeiro dirá – *Itália farà da sè*. Ao segundo – *Super hanc petram...*

Não é um amigo, é um manual de conversação (Assis, 2009b, pp. 83-84).

Em seguida, saltando de um caule a outro, entre assuntos apenas na aparência desconexos, o cronista diz de sua falta de gosto pelas corridas de cavalo e também por aquele animal:

Eu não gosto do cavalo. Não gosto? Detesto-o; acho-o o mais intolerável dos quadrúpedes. É um fâtu, é um pérfido, é um animal corrupto. Sob pretexto de que os poetas o têm cantado de um modo épico ou de um modo lírico; de que é nobre; amigo do homem; de que vai à guerra; de que conduz moças bonitas; de que puxa coches; sob o pretexto de uma infinidade de complacências que temos para com ele, o cavalo parece esmagar-nos com sua superioridade. Ele olha para nós com desprezo, relincha, prega-nos sustos, faz Hipólito em estilhas. É um elegante perverso, um tratante bem educado; nada mais.

Vejam o burro. Que mansidão! Que filantropia! Esse puxa a carroça que nos traz água, faz andar a nora, e muitas vezes o genro, carrega fruta, carvão e hortaliças, puxa o bonde, coisas todas úteis e necessárias. No meio de tudo isso apanha e não se volta contra quem lhe dá. Dizem que é teimoso. Pode ser; algum defeito é natural que tenha um animal de tantos e tão variados méritos. Mas ser teimoso é algum pecado mortal? Além de teimoso, escoiceia alguma

¹²⁶ Clemence deve ser entendida como símbolo de status, uma vez que a modista viveu na cidade do Rio de Janeiro entre 1822 e 1831, com seu ateliê instalado na Rua do Ouvidor. Clémence Saisset também ficou famosa por ser amante de D. Pedro I.

vez; mas o coice, que no cavalo é uma perversidade, no burro é um argumento, *ultima ratio* (Assis, 2009b, pp. 84-85).

Desde que, em 22 de maio de 1867, na abertura dos trabalhos legislativos,¹²⁷ Pedro II deu início efetivo ao processo que visava à lenta e gradual extinção do trabalho escravo no Brasil, as preocupações com os possíveis levantes da população cativa tomaram conta do latifúndio e dos discursos de ilustres membros do parlamento. Em alguma medida, a fala do trono seria uma resposta à carta enviada ao imperador pela Junta Francesa de Emancipação.¹²⁸ Para os mais empedernidos, no entanto, a alforria concedida por lei, e não pela vontade do proprietário, poria em risco a ordem social. Na defesa da manutenção do cativo, destacavam-se pérolas que diziam da *inviolabilidade da propriedade*, da promoção do *antagonismo entre senhor e o escravo*, da *desorganização do trabalho*, do *comprometimento da produção e da riqueza pública*, do *risco à segurança individual e à ordem pública*.¹²⁹

Assim, se o funcionário Joaquim Maria Machado de Assis, por ofício, tinha de manter certa imparcialidade na execução de seus pareceres, bem como no acompanhamento, fiscalização e observação do cumprimento da Lei do Ventre Livre, em sua “História de Quinze Dias”, Manasses estava livre para dizer de suas preferências. Não seria difícil ao ilustrado leitor, frequentador da festa da Glória e do baile da Secretaria de Estrangeiros, perceber que o recurso ao reino animal não era somente uma questão de preferência pela lenda. O antropomorfismo, que trata do prestígio social do cavalo, de sua superioridade, que *parece esmagar-nos*, e da condição subalterna do burro, que executa *coisas todas úteis e necessárias* e que *apanha e não se volta contra quem lhe dá*, emprestava ares de lenda à sua crônica e, assim procedendo, *resumia todo o fato*, ou seja, ainda sobrevivia uma sociedade profundamente hierarquizada, uma sociedade apartada que se amparava na tradição para justificar as relações de domínio e dependência. Por outro lado, a suposta mansidão do burro não impedia sua teimosia e, portanto, o coice, a violência, *que no cavalo é uma*

¹²⁷ “[...] O elemento servil no Império não pode deixar de merecer oportunamente a vossa consideração, provendo-se de modo que, respeitada a propriedade atual, e sem abalo profundo em nossa primeira indústria – a agricultura – sejam atendidos os altos interesses que se ligam à emancipação” [...] (Apud Gerson, 1975, p. 85).

¹²⁸ “[...] Desejamos a V. M., já ilustre pelas armas, pelas letras, pela arte de governar, uma glória mais bela a mais pura, e podemos esperar que o Brasil não será por mais tempo a única terra cristã afetada pela servidão” (idem, p. 87).

¹²⁹ Sobre isso ver: GERSON, Brasil. *A Escravidão no Império*. Rio de Janeiro: Editora Palas, 1975, pp. 192-216.

perversidade, naquele que se encontra subjugado é um argumento, *ultima ratio*, um ato legítimo.

Em seu prosseguimento, o folhetim se voltou para o censo de 1872, que teve seus resultados publicados naquele agosto de 1876, indicando que, entre a população livre, apenas 24,43% dos homens e 13,43% das mulheres sabiam ler e escrever. Ao tratar de tais questões, Manasses imaginava um diálogo com o algarismo e explicava: “Gosto dos algarismos porque não são de meias medidas nem de metáforas. Eles dizem as coisas pelo seu nome, às vezes um nome feio, mas não havendo outro, não o escolhem. São sinceros, francos, ingênuos” (Assis, 2009b, p. 85).

Assim, diante da afirmação de que o país tinha uma Constituição e que a “opinião pública deste país é o magistrado último, o supremo tribunal dos homens e das coisas” (idem), o algarismo, sem meia medida, indicava uma imagem bem distinta daquela que a *Ilustração brasileira* pretendia estampar:

— A nação não sabe ler. Há só 30% dos indivíduos residentes neste país que podem ler; desses uns 9% não lêem letra de mão. 70% jazem em profunda ignorância. Não saber ler é ignorar o Sr. Meireles Queles; é não saber o que ele vale, o que ele pensa, o que ele quer; nem se realmente pode querer ou pensar. 70% dos cidadãos votam do mesmo modo que respiram: sem saber porque nem o quê. Votam como vão à festa da Penha, por divertimento. A Constituição é para eles uma coisa inteiramente desconhecida. Estão prontos para tudo: uma revolução ou um golpe de Estado.

Replico eu:

— Mas, Sr. Algarismo, creio que as instituições...

— As instituições existem, mas por e para 30% dos cidadãos. Proponho uma reforma no estilo político. Não se deve dizer: "consultar a nação, representantes da nação, os poderes da nação"; mas — "consultar os 30%, representantes dos 30%, poderes dos 30%". A opinião pública é uma metáfora sem base; há só a opinião dos 30%. Um deputado que disser na Câmara: "Sr. Presidente, falo deste modo porque os 30% nos ouvem..." dirá uma coisa extremamente sensata. E eu não sei que se possa dizer ao algarismo, se ele falar desse modo, porque nós não temos base segura para os nossos discursos e ele tem o recenseamento (Assis, 2009b, pp. 85-86).

Havia algo de troça para com o homem culto, letrado, leitor de Tito Lívio, que não acreditava na lenda ou que achava que a percepção nunca era suficiente se não se fizesse acompanhar do testemunho dos algarismos, da objetividade dos documentos, dos censos, da realidade transcrita até os *fios de que se compõe um lenço de cambraia ou um esfregão de cozinha*. Mais adiante, retornarei a essa passagem grifada; por ora, aponto que, no diálogo exposto pelo cronista, ficava evidente que, para o Senhor Algarismo, alfabetização e cidadania seriam indissociáveis e atributos fundamentais

para a moralização da vida política do país. Mais que isso, é possível supor que, a partir desse entendimento, a nação estaria ameaçada, não por conta das medidas que promoviam lenta e gradualmente a alforria nos cativeiros, mas em decorrência da fragilidade ou da quase inexistência de uma opinião pública capaz de exercer seu papel de *supremo tribunal dos homens e das coisas*. Assim, ao trazer para o espaço da crônica uma multiplicidade de personagens, inclusive o próprio Manasses, a crônica machadiana afasta-se da objetividade necessária não apenas aos pareceres do funcionário público, mas também aos relatos do cronista encarregado de informar e comentar os acontecimentos. No lugar destes, surge uma narrativa decorrente de múltiplas vozes e da observação da mesma cena a partir de lugares distintos e que, por isso, é capaz de narrar as tensões de uma sociedade que carrega tanto as contradições inerentes a um passado escravista que se mantém como as de uma modernidade, de uma ilustração que, se ainda não se realizou, tem sua existência percebida como algo desejado.

A série “História de Quinze Dias” nem sempre tratou de questões tão polêmicas, preferindo, na maioria das vezes, temas mais triviais. Depois de fevereiro de 1878, passou a se intitular “História de trinta dias”. Talvez por já saber do fim próximo da *Ilustração brasileira*, o que de fato ocorreria em abril do mesmo ano, Manasses lamentava por ter de abordar assuntos já esquecidos pelos leitores:

Houve no princípio do mês uma mudança ministerial, uma completa alteração na política do governo. Que virei eu dizer de novo trinta dias depois? Quinze dias, vá; ainda parece que a gente vê o sucesso; os acontecimentos não são de primeira frescura, mas ainda estão frescos. Um fato de trinta dias pertence à história, não à crônica (Assis, 2009b, p. 281).

Quanto ao funcionário da segunda seção do Ministério da Agricultura, Comércio e Obras Públicas, continuou lidando cotidianamente com as questões que envolviam o fundo de emancipação e outros aspectos da Lei do Ventre Livre. Algumas vezes, o funcionário foi conseguiu fazer valer os seus posicionamentos na aplicação daquela lei de 28 de setembro de 1871 e seus regulamentos. Outras, viu serem derrotados os seus argumentos. Também a escrita do funcionário não foi suficiente para que a mesma lei servisse aos interesses de proprietários de escravos, que, assim, recebiam vantajosas indenizações do governo. Às vezes, ganhava o burro; outras, o cavalo.

Naquele ano de 1878, assinando o próprio nome ou sob pseudônimo, Machado de Assis publicou seus últimos textos no *Jornal das Famílias*, que, naquele ano, deixou

de circular. Além destes, no primeiro dia do ano, inaugurando o jornal *O Cruzeiro*, teve início a publicação de *Iaiá Garcia*, que se estenderia, diariamente, até o início de março, para só depois aparecer em livro.

O Cruzeiro foi um jornal diário de oito páginas, divididas em seis colunas e com o rodapé da primeira reservado ao folhetim. No dia de seu primeiro número, Manasses, em sua “História de Quinze Dias”, saudava a nova publicação e, de tabela, ajudava a divulgar o romance de Machado de Assis: “Apareceu mais um campeão na imprensa diária, *O Cruzeiro*, jornal anunciado há algumas semanas. Desejamos longa vida ao nosso novo e brilhante colega” (Assis, 2009b, p. 278). Na crônica de fevereiro, quando sua coluna já se intitulava “História de trinta dias”, Manasses também comunicava o desaparecimento do decano entre os jornais diários da cidade:

Não me lembro sem saudades desse velho lidador. Não lhe tem valido talento nem perseverança, nem sacrifício. A morte vem lentamente infiltrar-se nele, até que um dia, uma manhã, quando ninguém espera, anuncia-se que o *Diário do Rio (de Janeiro)* deixa de existir (Assis, 2009b, p. 284).

A partir de então, *O Cruzeiro* surgia para disputar a preferência dos leitores, mantendo o preço de sua assinatura anual, 20\$000, num valor intermediário entre os 30\$000 do *Jornal do Comércio* e os 12\$000 da *Gazeta de Notícias* (fundada em 1875), conforme indicava o cabeçalho das respectivas publicações.

A página microfilmada pela Biblioteca Nacional está bastante danificada, mas é possível ler que, segundo o programa apresentado por seus editores em seu número de estreia, *O Cruzeiro* trataria das ideias de seu tempo, visando cooperar com o melhor funcionamento da sociedade e que seus artigos seriam objetivos e imparciais, uma vez que aquele jornal *não é instrumento de nenhuma especulação mercantil, não representa uma classe, nem um grupo ou um partido político, não possui qualquer aspiração vulgar e não ambiciona o poder.*

Foi intensa a colaboração de Machado de Assis em *O Cruzeiro*, embora por um curto período de nove meses. Depois de *Iaiá Garcia*, entre 26 de março e 28 de maio de 1878, e assinando Eleazar, ali ele ocupou semanalmente, nas terças-feiras, o espaço reservado ao folhetim, produzindo textos que podem ser considerados parte de um processo criativo que culminou com as *Memórias Póstumas de Brás Cubas*. Isso porque havia certo interesse experimental nos textos de Eleazar, o que, de certa forma, explica a dificuldade dos editores das obras completas de Machado de Assis de os classificarem, incluindo-os em categorias um tanto vagas, como “fantasia”, “miscelânea”, “vária”.

Talvez por isso, à exceção de “Na arca – três capítulos (inéditos) do Gênesis”, incluído em *Papéis avulsos*, de 1882, ficaram praticamente esquecidos “O Bote de Rapé”, “A Sonâmbula”, “Um Cão de Lata ao Rabo”, “Filosofia de um Par de Botas”, “Elogio da Vaidade”, “O Califa de Platina”, “Antes da Missa: conversa de duas damas”, “O Caso Ferrari”.

Um exemplo daquele processo criativo pode ser percebido em “Um Cão de Lata ao Rabo”, publicado em *O Cruzeiro* em 2 de abril de 1878. Eleazar dizia de um mestre-escola, residente em Chapéu d’Uvas, que se “lembrou de abrir entre os alunos um torneio de composição e de estilo; ideia útil, que não somente afiou e desafiou as mais diversas ambições literárias, como produziu páginas de verdadeiro e raro merecimento” (*OC*, iii, 1.228). O tema escolhido foi justamente “Um Cão de Lata ao Rabo” e, dos concorrentes:

Três mereceram a palma e encheram de pasmo o júri e o mestre, tais eram neste o arrojo do pensamento e a novidade do estilo, naquele a pureza da linguagem e a solenidade acadêmica, naquele outro a erudição rebuscada e técnica, tudo novidade, ao menos em Chapéu d’Uvas (*OC*, iii, 1.228 e 1.229).

Em seguida, Eleazar, que teria sido um dos jurados daquele concurso, transcreveu as três composições selecionadas, e, já pelo exórdio, é possível perceber o ambiente provinciano e pretensioso da fictícia Chapéu d’Uvas e a preocupação dos concorrentes em seguir modismos literários que podiam variar entre o cientificismo, o apelo à tradição clássica e a retórica rebuscada:

O cão atirou-se com ímpeto. Fisicamente, o cão tem pés, quatro; moralmente, tem asas, duas. Pés: ligeireza na linha reta. Asas: ligeireza na linha ascensional. Duas forças, duas funções. Espádua de anjo no dorso de uma locomotiva. Um menino atara a lata ao rabo do cão. Que é rabo? Um prolongamento e um deslumbramento. Esse apêndice, que é carne, é também um clarão. Di-lo a filosofia? Não; di-lo a etimologia. Rabo, rabino: duas ideias e uma só raiz (*OC*, iii, 1.229).

[...]

Um cão saiu de lata ao rabo. Vejamos primeiramente o que é o cão, o barbante e a lata; e vejamos se é possível saber a origem do uso de pôr uma lata ao rabo do cão. O cão nasceu no sexto dia. Com efeito, achamos no Gênesis, cap. I, v. 24 e 25, que, tendo criado na véspera os peixes e as aves, Deus criou naqueles dias as bestas da terra e os animais domésticos, entre os quais figura o de que ora trato (*OC*, iii, 1.230).

[...]

Larga messe de louros se oferece às inteligências altíloquas, que, no prêmio agora encetado, têm de terçar armas temperadas e finais, ante o ilustre mestre e guia de nossos trabalhos; e porquanto os apoucamentos do meu espírito me não permitem justar com glória, e quiçá me condenam a pronto desbaratamento,

contento-me em seguir de longe a trilha dos vencedores, dando-lhes as palmas da admiração (*OC*, iii, 1.231).

De 9 de abril de 1878, “O Califa de Platina”, por sua vez, pode ter sido escrito sob a inspiração de um Oriente imaginado; afinal, os jornais estavam repletos de notícias da guerra entre turcos e russos (1877-1878). Era possível perceber, ainda, como lenda, uma narrativa que resumia o Segundo Reinado. Schacabac, o califa da imaginária Platina, seria um governante estimado por seus súditos:

Ele iniciara e fundara a política de conciliação entre as facções do Estado, animava as artes e as letras, protegia a indústria e o comércio. Se havia alguma rebelião, tratava de vencer os rebeldes; em seguida perdoava-lhes. Finalmente, era moço, crente, empreendedor e patriota (*Assis*, 1961, v. xv, p. 241).

Havia, no entanto, um grave problema em seu califado e, assim, numa noite de sono, surgiu em seus sonhos um anão amarelo, que sentenciou: “Comendador dos crentes, teu califado tem sido um modelo de príncipes; falta-lhe, porém, originalidade” (*idem*). Dito isso, o anão concedeu o prazo de um ano para que Schacabac fizesse alguma coisa original, caso contrário, “voltarei e irás comigo a um abismo, que há no centro da Tartária, no qual morrerás de fome, sede, desespero e solidão” (*idem*, pp. 241-242).

Havia algo de profético naquelas palavras? Talvez nem tanto, mas o abismo já rondava o Império, uma vez que, desde 1870, já existia o Partido Republicano. De todo, o soberano reuniu seus conselheiros, para que cada um sugerisse alguma originalidade. Primeiro, deram-lhe a ideia de “cortar o nariz a todos os vossos súditos, adultos ou menores, e ordenai que a mesma operação seja feita a todos os que nascerem de hoje em diante” (*idem*, p. 244). Tal originalidade foi abandonada, pois podia causar prejuízos à indústria de lenços. Aos leitores mais atentos, essa recusa poderia ser entendida como uma troça aos argumentos que diziam respeito aos prejuízos à lavoura causados pela Lei do Ventre Livre. Dentre outras ideias, o Vizir sugeriu que o monarca mandasse fechar as fronteiras do país a “todas as caravanas que vierem de Brasilina; que nenhum camelo, se ali recebeu mercadoria ou somente bebeu água, que nenhum camelo, digo eu, possa penetrar as portas da nossa cidade” (*idem*, p. 246).

Isso podia significar o fechamento do califado às ideias estrangeiras, ideias que seriam consideradas inadequadas, da mesma forma que, no Brasil do Segundo Reinado, propostas modernizantes como a própria abolição eram muitas vezes vistas como

imposição estrangeira, ou ideias *fora de lugar*. O jogo de palavras Brasil/Brazilina era notório e, além disso, havia uma clara referência às discussões em torno dos caixeiros que reivindicavam o fechamento de algumas casas de comércio aos domingos e nos dias santos. Mais que isso, ao justificar sua proposta, o Vizir de Schacabac justificativa que, fechando o comércio a uma nação estrangeira, seria possível, ainda, influir nas relações trabalhistas daquele país, em vez de, simplesmente, deixar-se influenciar por suas exigências estrangeiras:

Logo que a notícia de semelhante medida chegar a Brazilina, haverá grande reboliço e estupefação. Os mercadores ficarão pesarosos com o ato, porque são os que mais perdem. Nenhuma caravana, nem ainda as que vêm de Meca, quererá mais parar naquela cidade maldita, a qual (permita-me o conselho uma figura de retórica) ficará bloqueada pelo vácuo. Que acontece? Condenados os mercadores a não mercar para cá, serão obrigados a fechar as portas, ao menos aos domingos. Ora, como há em Brazilina uma classe caixeiral, que suspira pelo fechamento das portas aos domingos, para ir fazer suas orações nas mesquitas, acontecerá isto: o fechamento das portas de cá produzirá o fechamento das portas de lá, e Vossa Grandeza terá assim a glória de inaugurar o *calembour* nas relações internacionais (idem, p. 247).

Fechar o comércio com Brazilina não surtiu o menor efeito, e “o vizir chegou a desconfiar de si, e a persuadir-se que aventara aquela ideia, levado do único desejo de desbancar os outros oficiais” (idem, p. 250). Ainda assim, o tal anão amarelo aceitou aquela medida como original, livrando Schacabac de um trágico futuro.

Para Eleazar, no entanto, o literato que fosse “simples copista” não teria perdão. Nesse caso, “o dever da crítica era deixá-lo, sem defesa, nas mãos do entusiasmo cego” (ou do anão amarelo) “que acabaria por matá-lo”. No artigo “Literatura Realista”, publicado em *O Cruzeiro* de 16 de abril de 1878, Eleazar havia tomado emprestada a pena do crítico Machado de Assis e retomava a questão da originalidade, indicando que não seria garantia de êxito, podendo, inclusive, tornar-se prejudicial:

Que o Sr. Eça de Queirós é discípulo do autor do *Assommoir*, ninguém há que o não conheça. O próprio *O Crime do Padre Amaro* é imitação do romance de Zola, *La Faute de l'Abbé Mouret*. [...] Quem os leu a ambos, não contestou decerto a originalidade do Sr. Eça de Queirós, porque ele tinha, e tem, e a manifesta de modo afirmativo; creio até que essa mesma originalidade deu motivo ao maior defeito na concepção d' *O Crime do Padre Amaro* (OC, iii, 1.233).

Obviamente, não se tratava de nenhum ataque à originalidade, tampouco ao realismo de Émile Zola. A questão apontada pelo crítico era bem outra e já havia sido

colocada no torneio de composição e de estilo do mestre-escola de Chapéu d’Uvas, ou seja, a imposição de novidades e a obediência a estilos e a escolas literárias que, num ambiente cultural periférico, eram muitas vezes, mal compreendidas e levadas a exageros.

Eleazar não disfarçava sua antipatia para com os excessos descritivos com “aquela reprodução fotográfica e servil das coisas mínimas [...], em que o escuso e o torpe eram tratados com um carinho minucioso e relacionados com uma exaçaõ de inventário” (OC, iii, 1.233-1.234). Houve (e é possível que ainda sobreviva) uma ideia de que os senões a *O Primo Basílio* se devessem aos espasmos moralistas do crítico. Uma observação mais atenta permitiria, no entanto, que se percebesse que os incômodos de Eleazar se deviam aos exageros, aos excessos de realismo ou à “fidelidade de um autor, que não esquece nada, e não oculta nada” e que acredita que “chegará à perfeição no dia em que nos disser o número exato dos fios de que se compõe um lenço de cambraia ou um esfregão de cozinha” (OC, iii, 1234).

Essa não seria uma novidade na crítica de Machado de Assis. Lembro que, quando da apreciação d’*As Asas de um Anjo*, de José de Alencar, ele já escrevera que “a pintura do vício [...] feita com todas as cores brilhantes [...] fazem quase do vício um resvalamento reparável” (OC, iii, 1.149). É possível que, naquele momento e também em 1878, houvesse doses de moralismo, mas as questões levantadas por Eleazar em sua resenha sobre o *Primo Basílio* apontam para um “realismo sem condescendência”, fazendo crer que aquele tipo de narrativa pretende provocar no leitor a “sensação física”, uma reprodução tal qual a da realidade (OC, iii, 1.149). Machado de Assis estaria mais interessado numa narrativa que menos esclarece e chega mesmo a fazer com que o leitor duvide do que lhe narrado. De qualquer forma, ao que tudo indica, longe da confortável posição de sumo sacerdote, de sucessor de José de Alencar no posto de principal nome da literatura nacional, Machado de Assis estava disposto à experimentação e vivia um surto criativo, uma “viravolta” – para usar o termo proposto por Roberto Schwarz num artigo de 2003 (Schwarz, 2012) – e estava disposto a discutir publicamente os aspectos estéticos que envolviam a criação literária.

Em 1878, sua crítica à submissão cega aos modismos e às escolas literárias e também ao culto à originalidade ainda não havia imaginado o emplasto anti-hipocondríaco de *Brás Cubas*, mas nela é possível perceber certa inquietação, presente, depois, nas *Memórias póstumas*, num capítulo que, explícita e ironicamente, muito diz de sua ideia de realismo:

Soluços, lágrimas, casa armada, veludo preto nos portais, um homem que veio vestir o cadáver, outro que tomou a medida do caixão, caixão, essa, tocheiros, convites, convidados que entravam. Lentamente, a passo surdo, e apertavam a mão à família, alguns tristes, todos sérios e calados, padre e sacristão, rezas, aspersões d'água benta, o fechar do caixão a prego e martelo, seis pessoas que o tomam da essa, e o levantam, e o descem a custo pela escada, não obstante os gritos, soluços e novas lágrimas da família, e vão até o coche fúnebre, e o colocam em cima e traspassam e apertam as correias, o rodar do coche, o rodar dos carros, um a um... Isto que parece um simples inventário eram notas que eu havia tomado para um capítulo triste e vulgar que não escrevo (*OC*, I, 675).

Da mesma forma, o conjunto de textos de Eleazar escritos para *O Cruzeiro* pode ser entendido como notas para o romance que encetava escrever. Assim, a série “Notas Semanais” também poderia ser um exercício de experimentações em busca de uma escrita que se pretendia mais do que “puro romance”, mais do que simples entretenimento. Questão mais delicada, no entanto, é identificar em que medida o caráter ficcional daquelas “Notas Semanais”, regularmente publicadas aos domingos, permitia que o intelectual Machado de Assis escrevesse para um público mais amplo do que o da restrita comunidade de homens de letras, de leitores pesadões.

Acrescente-se a isso que o fato de manter a assinatura Eleazar sugeria certa unidade entre aquelas “Notas” e os textos que vinha publicando em *O Cruzeiro* e, por conta disso, ao iniciar a nova série, deslocando-se para um espaço de maior destaque no jornal, o folhetim dominical, o autor dizia da responsabilidade de substituir o antecessor:

Há heranças onerosas. ELEAZAR substituiu SIC,¹³⁰ cuja pena, aliás, lhe não deram, e conseqüentemente não lhe deram os labores de estilo, a graça ática, e aquele pico e sabor, que são a alma da crônica. A crônica não se contenta da boa vontade; não se contenta sequer do talento; é-lhe precisa uma aptidão especial e rara, que ninguém melhor possui, nem em maior grau, do que o meu eminente antecessor. Onerosa e perigosa é a herança; mas eu cedo à necessidade da ocasião. Resta que me torne digno, não direi do aplauso, mas da tolerância dos leitores (Assis, 2008b, p. 87).

Em seguida, o cronista fornecia evidências de que pretendia manter, naquelas “Notas Semanais”, mesmo nos fatos verificáveis na realidade, o mesmo estatuto ficcional com que seus leitores, ele supunha, já estavam familiarizados. No caso, tratava-se da notícia de que as autoridades sanitárias da cidade haviam multado diversos

¹³⁰ Pseudônimo de Carlos Laet, professor do Colégio Pedro II e jornalista. Em *O Cruzeiro* de 07/4/1878, em sua coluna “Crônicas da Semana”, ele deu indicações de que Machado de Assis e Eleazar eram a mesma pessoa, escrevendo: “A comédia intitula-se ‘Um cão de lata ao rabo’ e devemos-la á pena de Eleazar d’ Assis”.

estabelecimentos da Travessa do Ouvidor por não afixarem no rótulo das garrafas de água a expressão “artificial”, distinguindo-as daquelas de fonte reconhecidamente mineral:

Descobriu uma de tais comissões que certa casa da rua tal, número tantos, vende água de Vidago e de Vichy, sem que as ditas águas venham efetivamente dos pontos designados nos anúncios e nos rótulos. As águas são fabricadas cá mesmo. A comissão entendeu obrigar a casa a dar um rótulo às garrafas, indicando o que as águas eram; e, não sendo obedecida, multou-a (Assis, 2008b, p. 88).

Para o cronista, havia naquela punição “ingenuidade e injustiça” (idem), afinal a falsificação seria pactuada entre as partes envolvidas. Por esse motivo, a obrigação de revelar a fraude, informando que as mercadorias “não são de Vidago, são do Beco dos Aflitos” (idem), seria exigir demais da espécie humana e destruir a originalidade de um belo plano:

Supondo que a população do Rio de Janeiro morre por lebre, e que eu, não tendo lebre para lhe dar, lanço mão do gato, qual é o meu empenho? Um somente: dar-lhe gato por lebre. Ora, obrigar-me a pôr na vianda o próprio nome da vianda; ou, quando menos, a escrever-lhe em cima esta pergunta: onde está o gato? é supor-me uma simplicidade que exclui a beleza original do meu plano; é fechar-me a porta (Assis, 2008b, p. 88).

Além disso, a punição seria uma medida inócua, pois os fraudadores acrescentariam o valor da multa ao preço da água, o que tornaria a água mais cara, mas, nem por isso, verdadeira. Para o cronista, a punição seria ainda mais injustificável porque estaria baseada numa presunção infundada, ou seja, a comissão sanitária supunha a “existência de fontes minerais em Vidago e em Vichy, quando é sabido que uma e outra das águas assim chamadas são puras combinações artificiais” (idem). Eleazar acrescentava que tudo não passava de uma espécie de brincadeira de faz de conta, que consistia em ir buscar água na fonte e voltar com as garrafas vazias. A comissão sanitária não teria entendido, portanto, que tudo não passava de “um jogo, um puro recreio, uma inocente diversão” cujos parceiros eram “todos eles sócios do Clube dos Misanthropos Reunidos” (idem).

Ora, o leitor não teria por que duvidar da existência das fontes de água mineral em Vidago, Portugal, e Vichy, na França. É provável, também, que muitos dos leitores saciassem sua sede com a água do Beco dos Aflitos. Ficava evidente, portanto, que Eleazar pretendia realçar um jogo, um pacto, do qual comerciantes e consumidores

estariam acordados que a água da fonte do Beco dos Aflitos teria por origem as fontes europeias. A partir desse acordo, tornar-se-ia irrelevante a verdadeira origem da água, bastando, para saciar a sede, apenas a verossimilhança que “é muita vez toda a verdade” – se conformaria certo casmurro (*OC*, i, 941). Assim, aceito o acordo que, afinal, é simplesmente “um jogo, um puro recreio, uma inocente diversão” (Assis, 2008b, p. 87), a obrigação de estampar no rótulo a artificialidade da água seria uma simplicidade que exclui a beleza original da ficção, que, muitas vezes, traduz ou sintetiza toda uma realidade.

Certamente, ainda estava distante a aparição de *Dom Casmurro*, mas é certo também que, em sua defesa da autonomia da obra de arte, da autonomia da ficção face à realidade, Eleazar voltava sua ironia ao Clube dos Misanthropos Reunidos ou àqueles que exigiam das obras ficcionais uma reprodução fotográfica e servil das coisas mínimas a tal ponto que pudesse *dar conta do número exato dos fios de que se compõe um lenço de cambraia ou um esfregão de cozinha*.

Nem sempre o folhetinista hebdomanário se manifestava em tom tão irônico e de forma tão alegórica. No dia 6 de julho, novamente ficava evidenciada sua oposição aos exageros do realismo. Para ser mais preciso, seus ataques se voltavam contra as influências que, então, Spencer e Conte exerciam sobre a literatura, promovendo uma espécie de realismo científico ou aquilo que se denominou Naturalismo. Assim, a pretexto de adaptar para o teatro *O Primo Basílio*, Eleazar voltava às críticas que já fizera ao romance de Eça de Queiroz, dessa vez referindo-se a uma “nova geração” que, de acordo com seu entendimento, sucumbira ao modismo, à “nova igreja”:

os realistas podem continuar na doce convicção de que a última palavra da estética é suprimi-la. Outra convicção, igualmente doce, é que todo o movimento literário do mundo está contido nos nossos livros; daí resulta a forte persuasão em que se acham de que o realismo triunfa no universo inteiro; e que toda a gente jura por Zola e Baudelaire. Este último nome é um dos feitiços da nova e nossa igreja e, entretanto, sem desconhecer o belo talento do poeta, ninguém em França o colocou ao pé dos grandes poetas; e toda a gente continua a deliciar-se nas estrofes de Musset (Assis, 2008b, p. 150).

No ano seguinte, em 1879, no artigo “A Nova Geração”, que escreveria para a *Revista Brasileira*, Machado de Assis, em tom mais sereno, esclareceria melhor suas opiniões sobre o “bando de ideias novas” que motivavam a chamada geração de 1870 e, embora fosse a poesia o alvo de suas reflexões, elas nos dizem muito de sua percepção do ambiente cultural brasileiro de então:

A atual geração, quaisquer que sejam os seus talentos, não pode esquivar-se às condições do meio; afirmar-se-á pela inspiração pessoal, pela caracterização do produto, mas o influxo externo é que determina a direção do movimento; não há por ora no nosso ambiente a força necessária à invenção de doutrinas novas (OC, iii, 1.262).

[...]

A nova geração frequenta os escritores da ciência; não há aí poeta digno desse nome que não converse um pouco, ao menos, com os naturalistas e filósofos modernos. Devem, todavia, acautelarem-se de um mal: o pedantismo. Geralmente, a mocidade, sobretudo a mocidade de um tempo de renovação científica e literária, não tem outra preocupação mais do que mostrar às outras gentes que há uma porção de coisas que estas ignoram; e daí vem que os nomes ainda frescos na memória, a terminologia apanhada pela rama, são logo transferidos ao papel, e quanto mais crespos forem os nomes e as palavras, tanto melhor. Digo aos moços que a verdadeira ciência não é a que se incrusta para ornato, mas a que se assimila para nutrição; e que o modo eficaz de mostrar que se possui um processo científico, não é proclamá-lo a todos os instantes, mas aplicá-lo oportunamente. Nisto o melhor exemplo são os luminares da ciência: releiam os moços o seu Spencer e seu Darwin. Fugam também a outro perigo: o espírito de seita, mais próprio das gerações feitas e das instituições petrificadas (OC, iii, 1.285).

A influência que exercia o “bando de ideias novas” sobre a nova geração de escritores foi também motivo da segunda crônica da série “Notas Semanais”. Na oportunidade, a notícia do suicídio de um jovem serviu para que o cronista apontasse os riscos da adesão às novidades sem prévia reflexão crítica. Informavam os jornais que João Coelho Gomes, de 24 anos, teria deixado uma carta explicando as razões para colocar fim à sua vida: “Partidário que sou de Buchner, autor de *Força e Matéria*, por conseguinte materialista, mato-me. E por quê? Por desejar mais breve do que se passa lá por cima. Quem terá razão? O panteísta ou o materialista? Vamos ver” (Assis, 2008b, p. 105, ver nota 1).

Ludwig Buchner alcançou alguma notoriedade como propagador de ideias materialistas, mas o motivo da crônica não seria o livro de sua autoria, *Força e matéria*, de 1876, que defendia a tese da indestrutibilidade da matéria. Preocupação maior seria com a imaturidade intelectual de muitos jovens que, sem maiores estudos, abraçavam certas ideias de forma superficial. O desfecho trágico do “pobre Gomes” não seria “mais do que produto fatal do retalho de ciência” (Assis, 2008b, p. 97). A imaturidade de Gomes, sob esse aspecto, equivaleria à própria imaturidade de um ambiente intelectual que se deixava seduzir facilmente por novidades importadas: “Retalho de ciência, retalho de arte, retalho de literatura, retalho de política, eis os perigos de uma juventude, mais cobiçosa de devassar do que paciente em discernir. O pouco mais ou menos é um triste mal” (idem).

A fragilidade do ambiente cultural da capital do Império motivaria também a crônica seguinte, de 16 de junho, dessa vez retomando o tom humorístico e irônico:

A Providência, em seus inescrutáveis desígnios, tinha assentado dar a esta cidade um benefício grande; e nenhum lhe pareceu maior nem melhor do que certo gozo superfino, espiritual e grave, que patenteasse a brandura dos nossos costumes e a graça das nossas maneiras: deu-nos os touros (Assis, 2008b, p. 112).

Mesmo para os leitores mais desatentos, não seria difícil perceber a ironia do cronista. Ele se referia a uma tourada que havia acontecido no domingo anterior. Como era possível ler no prosseguimento do texto, a implicância maior não seria com o próprio espetáculo, cujo desgosto, sob o manto de Manasses, a pena de Machado de Assis já havia manifestado: “Não gosto de ver correr cavalos nem touros. Eu gosto de ver correr o tempo e as coisas; só isso” (Assis, 2008b, p. 84). Em vez disso, intensificando sua tinta irônica, Eleazar preferia chamar a atenção para outro incômodo que também não era estranho ao crítico Machado de Assis:

Na verdade, os prazeres intelectuais hão de sempre dominar nesta geração. Atualmente, sabido que o teatro, copioso, elevado, profundo, puro Sófocles, tem enriquecido quarenta e tantas empresas, ao passo que só quebram as que recorrem às mágicas. Ninguém ainda esqueceu os ferimentos, as rusgas, os apertões que houve por ocasião da primeira récita do *Jesuíta*, cuja concorrência de espectadores foi tamanha, que o empresário do teatro comprou, um ano depois, o palácio Friburgo (Assis, 2008b, p. 112).

Obviamente, era pura pilhéria. A montagem de *O Jesuíta*, de José de Alencar, levada aos palcos em setembro de 1875, fora um verdadeiro fracasso de público que, anos mais tarde, Machado de Assis recordaria: “Pois nem o nome do autor, se faltasse outra excitação, conseguiu encher o teatro, na primeira, e creio que única, representação da peça” (*OC*, iii, 1.312). Na crônica de 1878, no entanto, a referência ao desinteresse do público pelo teatro de Alencar servia de preâmbulo para anunciar algo que julgava um absurdo: “Faltavam-nos os touros. Os touros vieram, e com eles toda a fraseologia, a nova, a elegante, a longa fraseologia tauromáquica” (Assis, 2008b, p. 112).

Embora não escondesse seu desconforto com as touradas, seu incômodo maior era com o que considerava uma inversão de valores que punha num mesmo patamar a *verdadeira arte* e o espetáculo de tauromáquica. Isso porque os jornais vinham chamando os toureiros, os bandarilheiros, de artistas o que seria o mesmo que equiparar um trabalhador braçal a Michelangelo:

Mas as línguas e os costumes modificam-se com as instituições. Num *regímen* menos exclusivo, essencialmente democrático, a arte teve de vulgarizar-se: é a subdivisão da moeda de Licurgo. Cada um possui com que beber um trago. Daí vem que farpear um touro ou esculpir o Moisés é o mesmo fato intelectual: só difere a matéria e o instrumento. Intrinsecamente, é a mesma coisa. Tempo virá em que um artista nos sirva a sopa de legumes, e outro artista nos leve, em tálburi, à fábrica do gás (Assis, 2008b, p. 113).

Assim, se para o leitor podia ser evidente o elo que ligava Eleazar ao crítico Machado de Assis, as relações entre o cronista e o funcionário público Joaquim Maria se manifestariam em outro momento. No prosseguimento da crônica de 16 de junho, o folhetim anunciava a realização do Congresso Agrícola, do qual participariam produtores do Rio de Janeiro, São Paulo, Espírito Santo e Minas Gerais. Eleazar provavelmente estava muito bem informado sobre aquele acontecimento, que, entre outros temas, trataria da escassez de mão de obra: “Anuncia-se um congresso agrícola, um congresso oficial, presidido pelo Ministro da Agricultura, reunião que não tratará de coronéis, nem de eleições, mas de lavoura, de máquinas e de braços” (ASSIS, 2008b, p. 115).

Em 1878, o Partido Liberal voltou a comandar o governo, com João Lins Cansanção de Sinimbu, que também estava à frente do Ministério da Agricultura, o mesmo em que servia Joaquim Maria. Assim, além de informar sobre o congresso, Eleazar elogiava a iniciativa: “A administração não perde nunca, antes ganha, quando entra em contato com as forças vivas da nação; ouvir diretamente uma classe é o melhor caminho para conhecer as necessidades dela e provê-la de modo útil” (idem). Do mesmo modo, funcionário e cronista manifestavam confiança de que os proprietários colocariam de lado as disputas políticas e se concentrariam na busca de soluções de problemas: “Venhamos à política prática, útil, progressiva; metamos na alcofa os trechos de retórica, as frases feitas, todos os fardões da grande gala eleitoral” (idem).

Numa economia essencialmente agrária, latifundiária e, ainda, com manutenção do trabalho escravo, era recorrente que se atribuisse à Lei do Ventre Livre a responsabilidade pelas dificuldades do setor produtivo. Eleazar, certamente, não concordava com isso e dava a entender que, ao menos no que dizia respeito às lavouras fluminenses, se havia problemas, era por causa dos “homens que as dirigem são mais sedentários” (idem). De todo modo, no dia 14 de julho, o cronista retornou à matéria, fazendo supor que o congresso não fora tão prático, útil e progressivo, e que os

participantes teriam preferido aproveitar a estada na corte para se entregar às compras e discutir questões menos importantes:

Antes e depois das sessões, viam-se na rua os fazendeiros, atirando lentamente os pés, a comparar as vidraças das lojas com a várzea das suas terras, e talvez a pedir um Capanema, que dê mate à saúva do luxo. Um Capanema ou um cônego Brito; porque o agricultor deste nome declarou, em pleno congresso, que há já muitos anos sabe fabricar um formicida, e que privilégio dado ao formicida Capanema é nada menos que uma iniquidade. Nada menos (Assis, 2008b, p. 155).

Capanema seria Guilherme Schuch, que mudou de nome para Guilherme Capanema e fabricava um tipo de formicida. Embora afirmasse que não assistira a nenhuma das sessões, o cronista dizia da participação do Padre Joaquim Camilo de Brito: “Não sendo a saúva a principal causa da decadência da lavoura, o congresso tratou de outros formicidas menos contestados” (Assis, 2008b, p. 156).

Participante ou não do Congresso, Eleazar registrava que “apenas uma voz se manifestou a favor da introdução de novos africanos” (idem). Tal fato teria sido suficiente para que o funcionário Joaquim Maria comemorasse o sucesso do evento, uma vez que, atuando junto ao fundo de emancipação, tinha por tarefa conceder alforria ao maior número possível de cativos. Por outro lado, acompanhando ou não as sessões do Congresso agrícola, o cronista Eleazar dava sinais de que tinha consciência do lugar que lhe era reservado no corpo do jornal. “Venhamos à boa prosa, que é o meu domínio” (Assis, 2008b, p. 110) – escrevera em outra oportunidade, no folhetim de 16 de junho. Assim, tal como Machado de Assis faria em tantas outras oportunidades, dizia Eleazar sobre aquele seu domínio:

Não pude assistir a nenhuma das sessões; não posso dar, portanto, uma ideia da fisionomia da sala, o que incumbe especialmente à crônica, aonde ninguém desce a buscar ideias graves nem observações de peso. A crônica é como a poesia: *ça ne tire pás à conséquence* (não tem importância alguma). Quem passa por uma igreja, descobre-se; quem passa por um botequim não se dá a esse trabalho; entra a beber uma xícara de café ou um *grog*; pede duas lérias aos amigos, quer ouvir morder na pele do próximo; exige cócegas, pelo menos. É assim a crônica. Que sabes tu, frívola dama, dos problemas sociais, das teses políticas, do *regimen* das coisas deste mundo? Nada; e tanto pior se soubesses alguma coisa, porque tu não és, não fostes, nunca serás o jantar suculento e farto; tu és a castanha gelada, a laranja, o cálix de *chartreuse*, uma coisa leve, para adoçar a boca e rebater o jantar (Assis, 2008b, p. 156).

Ainda que fossem apenas duas lérias, coisa de quem tem o domínio da prosa, da lábia, tudo com alguma dose de humor, o cronista não se furtava a se imiscuir nos

assuntos públicos, dentre os quais o sistema eleitoral, que era motivo de longos debates, desembocando na *Lei Saraiva*, de 1881, que, entre outras medidas, acabou com a eleição em dois turnos. Eleazar julgava que mudanças no processo eleitoral não representariam toda a solução para o sistema representativo do Império. Ainda em sua crônica de estreia em *O Cruzeiro*, ele teria anotado que “a ciência política acha um limite na testa do capanga” (Assis, 2008b, p. 89). No dia 28 de julho, às vésperas das eleições, Eleazar acrescentava:

Esta agora é a semana em que se armam os cavaleiros, afiam as espadas, e juram por Santiago de Compostela ou São Jorge, que hão de prostrar o adversário. Sábado que vem, todos se recolhem às tendas, para saírem, na madrugada de domingo, lança em riste, fogo no cérebro e esperança no coração (Assis, 2008b, p. 185).

A lembrança dos santos guerreiros se associava aos lugares de votação, que, em muitos casos, funcionavam no interior das igrejas, não sendo, nem por isso, poupados das ações de capangas a serviço dos candidatos. Por conta disso, em 11 de agosto ele sugeria “retirar as eleições das matrizes, pois que inteiramente falhou o pensamento de as tornar pacíficas pela só influência do lugar” (Assis, 2008b, p. 202).

Ainda nesse mesmo folhetim, ele concluía que era um equívoco atribuir os males do país ao sistema monárquico brasileiro. Para fazer valer sua opinião, ele dizia que “havia em Teerã um rapaz, grande gamenho e maior vadio, a quem o pai disse uma noite que era preciso escolher um ofício qualquer” (Assis, 2008b, p. 202). O rapaz, então, com a anuência do pai, viajou por toda a Pérsia, “a fim de ver as diferentes profissões, compará-las e escolher a que lhe parecesse mais própria e lucrativa” (Assis, 2008b, p. 203). Ao fim de um ano, ele retornou convencido de que deveria cultivar limas, as não menos famosas limas da Pérsia. O rapaz comprou terra, sementes, e iniciou seu ofício de lavrador. Os arbustos, no entanto, apesar de todos os esforços, não se desenvolviam, para a estupefação do jovem lavrador, que não compreendia a razão do insucesso. O jovem tentou de tudo, até mesmo “mandou enfeitiçá-la por um mago, com as mais obscuras palavras dos livros santos” (idem). Nada adiantou, e o jovem lavrador, querendo conhecer a causa do mal, sequer cogitou que pudesse ser “a falta de alguns sais no adubo, ares pouco lavados, certa disposição do terreno, pouca prática de plantador” (idem) e atribuiu o “acanhamento das plantas ao sol; porque o sol, dizia ele, era ardente e requeimava as plantas. A ele, pois, cabia a culpa original; era ele o culpado visível, o sol” (idem, 204). Convencido disso, o rapaz “arrancou todas as plantas,

vendeu a terra, meteu o dinheiro no bolso, e voltou a passear as ruas de Teerã; ficou sem ofício” (idem). Ao fim de sua narrativa, Eleazar concluiu: “Se soubéssemos um pouco mais de química social” (idem).

Eleazar pouco ou nada apostava nas ideias que diziam das determinações do clima, da raça, da própria natureza. Para ele, o insucesso da lavoura do jovem de Teerã poderia estar na própria juventude do lavrador. Da mesma forma, em sua segunda crônica daquela série, ele discorria acerca de uma meninice social. Para Eleazar, “os bons desejos de alguns ou de muitos não chegarão jamais a criar ou aviventar uma instituição, se esta não corresponder exatamente às condições morais e mentais da sociedade” (Assis, 2008b, p. 236), tal como se havia manifestado no domingo, 1^o de setembro.

Naquela ocasião, ainda que tivesse afirmado que seus comentários eram como sobremesa de um farto jantar ou uma conversa de botequim, ele admitia que, “assim como a vida é entremeada de reflexões e pilhérias, também o folhetim pode, uma vez ou outra, sacudir a sua tosse parlamentar e deitar ao mundo uma ou duas observações de calibre sessenta” (Assis, 2008b, p. 235). O folhetim tratava da proposta do Conselheiro Municipal Saldanha Marinho de ampliar os poderes daquela Câmara Legislativa, por achar que o governo era muito centralizado. Aquela era uma ambição de muitos dos membros do Partido Liberal e seduzia muitos dos republicanos. Sobre ela, retrucava Eleazar:

Não há muito quem brade contra a centralização política e administrativa? É uma flor de retórica de todo o discurso de estreia; um velho bordão; uma perpétua chapa. Raros vêem que a centralização não se operou ao sabor de alguns iniciadores, mas porque era um efeito inevitável de causas preexistentes. Supõe-se que ela matou a vida local, quando a falta de vida local foi um dos produtores da centralização (Assis, 2008b, p. 236).

No prosseguimento, Eleazar manifestaria, mais uma vez, sua descrença quanto às possibilidades de aprimoramento do processo eleitoral, através, simplesmente, de alterações na legislação:

a reforma que reduzir a eleição a um grau será um melhoramento no processo e por isso desejável; mas dará todas as vantagens políticas e morais que dela esperamos? Há uma série de fatores, que a lei não substitui, e esses são o estado mental da nação, os seus costumes, a sua infância constitucional (Assis, 2008b, p. 236).

Aquelas foram suas últimas “Notas Semanais”¹³¹ e, muito embora não tenha especificado melhor o que seria meninice social ou infância constitucional, tampouco imaturidade intelectual, suas observações sobre a química social, sobre a vida política e cultural, e também sobre suas experiências narrativas, suas reflexões em torno da criação literária, serviriam para compor seus futuros romances. Examinar toda a extensão da presença do cronista na pena do romancista de *Memórias póstumas de Brás Cubas* ultrapassaria em muito minhas intenções, que se restringem às crônicas de Machado de Assis anteriores a 1879, data em que vieram a público aquelas *memórias*. Assim, retomando o artigo em que Roberto Schwarz nos diz da “Viravolta Machadiana”, nessas últimas crônicas, as que foram escritas para a *Ilustração Brasileira* e, mais ainda, as assinadas por Eleazar, já seria possível perceber o que nos diz Schwartz do criador de Brás Cubas: “Um, narrador que, humorística e agressivamente arbitrário, funcionando como um princípio formal, que sujeita as personagens, a convenção literária e o próprio leitor, sem falar na autoridade da função narrativa, a desplantes periódicos” (Schwarz, 2012, p. 248).

Em outros termos, pode-se admitir que, às vésperas da publicação do livro que o colocaria na condição de “sumo sacerdote” da literatura brasileira oitocentista, Machado de Assis teria experimentado uma escrita que, ao mesmo tempo, expunha o caráter provinciano de uma sociedade que insistia numa “política de conciliação”, numa aliança perversa entre o arcaico, e os retalhos do que acreditava ser “novidade”, convivendo ainda com o escravismo, com práticas paternalistas, com um sistema eleitoral que excluía grande parte da população. Assim, ainda nas palavras de Schwarz, Machado se teria permitido “uma reflexão social própria, ciente das especificidades pátrias e dos lados duvidosos do nacionalismo” (idem, p. 250). Foi também a partir das crônicas de Manasses que se acentuaram os contornos do bruxo alusivo e zombeteiro, mesclando ficção e realidade, memória e esquecimento, apostolado e puro romance. Foi ainda no espaço da crônica que Machado de Assis experimentou uma escrita de tintas ora oblíqua e dissimulada, ora interessante e interessada.

¹³¹ Há algumas versões para a saída de Machado de Assis de *O Cruzeiro*. Magalhães Junior fala da mudança de orientação do jornal, que teria passado a defender ideias escravocratas, por conta da sociedade com Martinho de Campos, deputado do Partido Liberal e “escravocrata da gema”, como ele mesmo se denominava. De fato, a posição do jornal não se ajustava ao perfil intelectual do escritor Machado de Assis, além de colidir de frente com as responsabilidades do funcionário público, encarregado de agilizar o maior número possível de alforrias. Deve-se levar em conta também a doença que quase cegou Machado de Assis, em fins de 1878.

Quanto ao intelectual Machado de Assis, ao longo daqueles vinte anos em que ocupou o espaço do folhetim, também houve nítidas transformações em sua estratégia de falar ao público, destacando fragmentos da realidade para, a partir deles, formular um juízo. A crônica continuaria sendo sua especialidade, afastando-se apenas no fim da década seguinte. Ao discurso exaltado, sobreveio a conversa amistosa, às vezes risível, repleta de disparates; reticências e dúvidas que serviam como convite à crônica, à imaginação e à reflexão de histórias e da história, um convite ao texto e ao tempo.

Conclusão

Grande coisa é haver recebido do céu uma partícula da sabedoria, o dom de achar as relações das coisas, a faculdade de as comparar e o talento de concluir! (*Memórias póstumas de Brás Cubas*, cap. cxxvii)

Este estudo teve como propósito examinar a atuação de Machado de Assis na imprensa fluminense, no período que tem início com suas primeiras colaborações para o jornal de Paula Brito, em 1858, e que se estende até 1878, às vésperas da publicação das *Memórias póstumas de Brás Cubas*. Sobretudo interessavam-me seus folhetins de fatos diversos, seus comentários sobre os acontecimentos, seu olhar sobre aquilo que podia haver escapado dos redatores do noticiário, da informação que se quer precisa, confiável e abonada pela realidade. Em vista disso, embora possam ter recebido alguma atenção seus textos ficcionais, suas peças escritas para encenação, seus contos e romances, não tiveram aqui maior destaque. Dessa forma, minha atenção esteve voltada para o comentarista da semana, para o polemista, o crítico, para o pugilista das ideias, o homem de letras, o intelectual que se imiscuiu nas questões de seu tempo.

Essa perspectiva, contudo, não anula o fato de que Machado de Assis foi um artista, um artista da escrita que solicitou para sua arte a autonomia necessária à imaginação. O tempo foi matéria de seu texto, mas a imaginação de muito lhe serviu para achar as relações entre os fatos e acontecimentos, compará-los e encontrar alguma conclusão, se não verdadeira, verossímil, quando a verossimilhança era tudo que podia ter. Talvez por isso, ao iniciar minhas pesquisas, tinha em mente um Machado de Assis oblíquo e dissimulado. Pensava num título que revelasse essa minha expectativa. Chegada a hora de concluir, percebo que obliquidade e dissimulação seriam apenas alguns dos muitos disfarces do escritor, do literato, do cronista, do homem de imprensa, do intelectual Machado de Assis. Sem dúvida, há muito de olhos de Capitu em sua escrita. Há também galhofa, melancolia, ímpeto, alvoroço. Isso, no entanto, não é tudo.

No percurso de seus vinte primeiros anos de atividade, escrevendo para publicações das mais diversas, Machado de Assis pôde exercitar sua pena, saltando da análise ao comentário ligeiro, da crítica ao folhetim, do apostolado ao puro romance. Propus-me a estudar esse processo, na tentativa de melhor compreender a inserção de

Machado de Assis no restrito círculo de homens de letras interessados no debate sobre temas às vezes graves; outras, frívolos; alguns, controversos, outros, nem tanto.

Por conta disso, no primeiro capítulo meu olhar se voltou para o ingresso de Joaquim Maria Machado de Assis numa comunidade literária. Mais especificamente, tinha como questão o ambiente intelectual da capital do Império e as alianças que, naquele momento, puderam ser estabelecidas por um jovem que cresceu distante do convívio letrado e os membros de uma comunidade interessada em discutir temas que podiam referir-se ao mundo dos teatros, da política ou, simplesmente, da sociedade elegante. Em 1858, Machado de Assis ou, simplesmente, Machadinho, tinha ainda vagas ideias e versos repletos de romantismo. Suas primeiras colaborações em *Marmota* não deixam dúvidas sobre isso. Mesmo assim e admitindo suas fragilidades, foi no jornal dirigido por Paula Brito que ele se credenciou ao pugilato das ideias.

Minha pesquisa não teve maiores preocupações com a biografia de Machado de Assis, embora, aqui e ali, tenha me valido de seus biógrafos, com destaque para Jean Michel Massa. Apesar de esforços, permanecem ainda obscuros seus primeiros anos de estudos, suas leituras, sua escolaridade. Com alguma precisão, é possível afirmar, no entanto, que há muito de autodidatismo na formação intelectual de Machado de Assis e que tão ou mais importante que as bibliotecas que frequentava foi sua participação na Sociedade Petalógica, que funcionava nos fundos da loja de Paula Brito. Foi ali que assistiu ou mesmo participou dos acalorados debates em torno da vida cultural fluminense, lances representados no palco, no parlamento e nas páginas dos jornais. O resultado mais imediato desse convívio foi o artigo de 1859, “O passado, o presente e o futuro da literatura”, indicando algumas questões que serviriam de baliza para seus escritos críticos posteriores e que seriam mais bem-definidos no ensaio “Notícia da atual literatura brasileira: instinto de nacionalidade”, de 1873.

Em 1859, o jovem Machado de Assis já estava inserido numa comunidade de homens de letras preocupados com a constituição de um conjunto de textos que pudessem dar vida a uma literatura nacional. Era preciso estabelecer os parâmetros, os temas, os aspectos de uma narrativa capaz de dar sentido à recém-criada nação brasileira. “Após o *fiat* político, devia vir o *fiat* literário, a emancipação do mundo intelectual, vacilante sob a ação influente de uma literatura ultramarina”, diria em “O passado, o presente e o futuro da literatura” (*OC*, iii, 1.004).

O engajamento teria levado Machado de Assis ao pugilato das ideias, em posição contrária a alguns ilustres membros do Instituto Histórico Geográfico e ao

próprio imperador Pedro II, que defendiam a herança indígena como mitologia fundadora do povo brasileiro. O jovem Machado de Assis não estava sozinho. Seus artigos não seriam fruto apenas dos entusiasmos da juventude. Ele estava inserido numa comunidade letrada e estabelecia relações pessoais e políticas com um segmento mais identificado com os ventos liberais e que apostavam na literatura, no teatro e no jornalismo, como motores transformadores de uma sociedade ainda em formação. Assim, se, por um lado, ele defendia uma literatura que pudesse fazer frente à invasão de folhetins novelescos importados diretamente das páginas da imprensa europeia, por outro, ele cobrava dos autores e dos empresários brasileiros encenações mais identificadas com a escola realista, “por mais sensata, mais natural e de mais iniciativa moralizadora e civilizadora” (Assis, 2009a, p. 89).

Também o jornalismo motivaria suas reflexões que cobravam do homem de letras uma atuação mais efetiva na organização da cultura, da sociedade e, ainda, da organização do Estado. Isso porque também o jornal teria uma missão civilizadora, uma vez que a “primeira propriedade do jornal é a reprodução amiudada, é o derramamento fácil em todos os membros do corpo social” (Assis, 2009a, p. 60). Sobre esse aspecto, Machado de Assis seria herdeiro de uma tradição fundada com os primeiros jornalistas dos pasquins dos anos em torno da Independência de 1822 e que se estenderam até o fim do período da Regência. Os jornais tomaram para si a condição de esfera pública, procurando fazer frente às decisões do governo e do parlamento, imiscuindo-se nos assuntos públicos, em nome de uma suposta opinião pública.

Ao longo do Segundo Reinado, os jornais mantiveram essa mesma pretensão, mas perderam o tanto de artesanal que tinham aqueles pioneiros da imprensa brasileira. Desde a década de 1850, as páginas dos jornais seriam mais diversificadas, atendendo ao gosto de um público mais variado, incluindo seções de política, comércio e finanças, além do espaço reservado ao folhetim, normalmente dedicado às amenidades da vida social, saraus, bailes, festividades e, também, um novo livro de versos, estreias teatrais, alguma companhia lírica chegada da Europa e concertos musicais. Essas transformações teriam contribuído para que a atividade jornalística se tornasse também um meio de sustento para profissionais da escrita. Em face disso, o jovem Machado de Assis supunha que o jornal “tem ainda a vantagem de dar uma posição ao homem de letras” (*OC*, iii, 1.011).

Machado de Assis teria, portanto, uma dupla expectativa em relação ao jornal. De um lado, aquele seria um lugar de onde sua voz podia transformar-se em voz

pública, capaz de influir no gosto, na opinião, no comportamento do leitor, do corpo social. De outro, a profissionalização da atividade jornalística permitiria ao escritor, ao homem de letras, ao intelectual maior autonomia, uma vez que seu talento, sua especialização, se haviam tornado de interesse do público, e não mais a serviço de um mecenas, de um patrocinador, de um protetor endinheirado. Movido por essas expectativas, o jovem Machado de Assis envolveu-se no pugilato das ideias, que tanto podia referir-se aos temas políticos como às questões da arte.

Sua proximidade com os homens de letras identificados com os ideais liberais o levariam a ter uma participação mais regular nos jornais, alguns de vida efêmera, como *O Paraíba*, onde o artigo “A Odisseia Econômica do Senhor Ministro da Fazenda” (Assis, 1957, pp. 103-106) era uma declaração de fé para com a liberdade do comércio e das transações financeiras. Quanto ao teatro, que se tornara o principal alvo de suas reflexões, ele pôde melhor explicitar suas ideias em *O Espelho*. Por sua vez, sem abandonar o interesse pelos palcos, a política ocuparia a maior parte de sua coluna “Comentários da Semana”, no *Diário do Rio de Janeiro*, jornal dirigido pela fração oposicionista do Partido Liberal e onde ingressou a convite de Quintino Bocaiúva. A partir de então, Machado de Assis tornou-se profissional, escrevendo regularmente e sobrevivendo de seu ofício.

Assim, no segundo capítulo de meus estudos, tratei da experiência de Machado de Assis como escritor profissional. Nessa condição, ele viria a descobrir também as contradições da atividade jornalística e os limites da autonomia do escritor, certamente uma limitação à missão do homem de letras, à tarefa de formar uma opinião pública e influir no rumo dos acontecimentos. Escrevendo em *O Espelho*, uma publicação de vida efêmera, ele não encontraria maiores embaraços. Seus artigos se dedicavam mais às encenações teatrais e seu pugilato seria em defesa da nacionalização e da adequação dos palcos à estética realista. Com esse fim, em posição contrária à de alguns defensores do liberalismo em voga, ele defendia uma ação estatal, incentivando e patrocinando os autores nacionais comprometidos com a *missão histórica* de educar e formar o gosto do público com ações que demonstrassem “aos iniciados as verdades e as concepções da arte” e, do mesmo modo, conduzissem “os espíritos flutuantes e contraídos da plateia à esfera dessas concepções e dessas verdades” (Assis, 2009a, p. 82).

Seu entusiasmo para com a imprensa, em especial com os jornais, motivou um conjunto de artigos em que atacava a postura meramente comercial de alguns profissionais, identificados por ele como fanqueiros literários. O jovem escritor

pretendia que o jornal fosse uma tribuna capaz de impulsionar a sociedade no sentido de uma modernização na esfera política, econômica e da arte. Também na imprensa, o escritor teria a *missão histórica* de conduzir os *espíritos flutuantes e contraídos* em direção a certas *verdades*. Seria necessário, portanto, que também o jornalista, o folhetinista, se aclimatasse ao país, abordando temas de interesse público.

Machado de Assis iniciou sua colaboração em *O Espelho* ainda em 1859. A leitura daqueles artigos permite perceber que ele se teria colocado na condição de organizador da cultura, uma condição que julgava reservada ao homem de letras. Aquela seria uma *missão histórica* e, portanto, ele teria a tarefa de promover a modernização dos valores da civilização contra os resquícios de um passado de submissão, sendo necessário, para isso, contribuir para o aprimoramento do corpo social.

Ainda naqueles primeiros anos de atividade, ele já teria percebido que sua missão não seria tão fácil. Contra sua disposição e as possibilidades surgidas com a modernização dos prelos e dos palcos, havia certo *indiferentismo* do público. Teria sido esse o motivo do insucesso de *O Espelho*. Além disso, conspirava contra o homem de letras uma elite descomprometida, de retórica superficial, interesses fúteis, movida apenas pela vaidade e pelo desejo de manter e acumular privilégios. Seria essa fração da elite letrada o alvo de dois textos de Machado de Assis.

O primeiro foi a tradução de um panfleto, *Queda que as mulheres têm para os tolos*, publicado pelo editor Paula Brito. Os tolos seriam superficiais, estroinas, teriam sentimentos dúbios e opiniões que variavam conforme a situação e seus interesses. A figura do *Medalhão*, sempre disposto à cooptação, seria retomada por Machado de Assis reiteradas vezes. Naquele ano de 1860, apareceria novamente em *Desencantos* (*OC*, iii, 875-897), texto escrito para subir aos palcos e que, além do triângulo tolo-mulher-homem de espírito, trazia a crítica à política de conciliação, idealizada pelo conservador Honório Hermeto Carneiro Leão, mas que acabou se tornando marca do Segundo Reinado, alternando conservadores e liberais no comando de sucessivos gabinetes.

Machado de Assis mantinha laços cada vez mais estreitos com a liderança liberal, que, em 1860, repudiava a prática que preservava a hegemonia dos grupos interessados em retardar a modernização da sociedade brasileira. Em *Desencantos*, a mulher estava no centro de uma disputa que envolvia o homem de letras e o Medalhão.

Em sua coluna do *Diário do Rio de Janeiro*, Machado de Assis disputava a preferência dos leitores, dos eleitores, de uma suposta opinião pública.

Seus “Comentários da Semana” podiam tratar de literatura, ciência, crítica teatral, mas foi a política que mais consumiu as tintas de sua pena. Apesar disso, Machado de Assis tentou dar ares de folhetim a seus comentários, alternando assuntos graves e frívolos, sem perder o fluxo da narrativa. Isso, no entanto, acabou se realizando apenas em parte, uma vez que, embora o debate político fosse da responsabilidade de redatores mais experientes, o comentarista se engajou na causa liberal, fazendo de sua coluna uma trincheira contra o Gabinete Conservador do futuro Duque de Caxias.

Desse modo, a leitura daqueles comentários produzidos nos anos de 1860 e 1861 é suficiente para demonstrar que, pelo menos naquele momento, o jovem Machado de Assis estava envolvido num pugilato que incluía ideias sobre a política do Império. Além disso, ele já havia acumulado certa habilidade no manejo de sua pena, o que lhe permitia saltar da crítica ao discurso de algum Senador no parlamento, para a encenação no palco do Teatro Ginásio, reduto da escola realista.

Por outro lado, se o jovem comentarista político e crítico literário possuía habilidade suficiente no arranjo de seu texto, não tinha adquirido, ainda, a mesma habilidade em relação aos arranjos políticos. Fosse, então, por conta de seu entusiasmo para com o pugilato das ideias, fosse por não compreender as alianças, cooptações e outras artimanhas das disputas em torno do poder, sua coluna chegou ao fim, antes mesmo de completar o primeiro ano. Certamente, ele não contava com isso, ao menos é o que se pode deduzir da leitura de seu último comentário semanal: “Não será por falta de matéria que eu deixe de comunicar todas as segundas-feiras ao meu leitor a opinião que formar acerca das ocorrências da semana anterior” (Assis, 2008a, p. 203).

Permanecem as incertezas quanto às verdadeiras razões do fim de sua coluna “Comentários da Semana”. De todo modo, aquele foi um duro golpe, não o suficiente para que abandonasse o pugilato das ideias, e mais importante do que as motivações do golpe são seus desdobramentos. Os dias que se sucederam foram de autocrítica, de repensar seu ofício de escritor, de cronista. Foram também dias de indagações sobre o ambiente cultural, sobre as regras a que estava sujeito, sobre seu lugar de cronista, de homem de letras inserido num debate público, num pugilato das ideias. Ao menos é o que sugere a leitura de sua crônica de estreia em *O Futuro*: “Que tens aprendido desde que te encafuei entre os meus esboços de prosa e de verso?” (OC, iv, 75).

Machado de Assis não se afastou de todo do *Diário do Rio de Janeiro*. Ele continuava em seus quadros e, dois anos depois, retomaria seu espaço de cronista. Antes disso, perambulou por páginas diversas, saltando pelos mesmos caules a que estava acostumado, o teatro, os livros, a política e os políticos, a discussão pública através da imprensa. Os textos produzidos nesse período serviram de material de pesquisa para meus estudos. São textos bastante diversificados, e alguns me permitiram concluir que Machado de Assis experimentava novas tintas, tanto na crítica literária como no debate sobre temas da política. As regras talvez não lhe fossem suficientemente claras, mas ele teria se convencido de que havia muito de intolerância no debate público das ideias, uma atividade que seria própria ao homem de letras, ao intelectual: “O pugilato das ideias é muito pior que o das ruas” (idem).

Isso teria contribuído para tornar sua pena mais hábil, na esquivada e nos ataques, experimentando tintas das mais diversas para compor seu texto. O resultado seria mais visível na década seguinte, quando suas experimentações se tornaram mais recorrentes e audaciosas. O estudo dos textos produzidos entre os anos de 1862 e 1864 já permite identificar, no entanto, maior interesse de Machado de Assis pela escrita ficcional. Trabalhei com a hipótese de que, em Machado de Assis, a escrita ficcional teria se tornado mais frequente, em decorrência de suas reflexões desencadeadas pela crise que pôs fim aos “Comentários da Semana”.

Essa opção não se limitaria à produção de contos e peças teatrais, coisa que já havia feito, embora sem muita regularidade. Alguns indícios apontam na direção de que o cronista da realidade tomava maior apreço pela ficção, pela sátira, pelo fantástico, pelo maravilhoso. Na crônica de *O Futuro* do dia 30 de novembro de 1862, ao comentar a cerimônia de exumação dos ossos de Estácio de Sá, ele dizia quanto pode haver de ficção nas narrativas, mesmo quando buscam ser uma reprodução da realidade: “os restos achados eram de véspera preparados de modo a parecer que datavam de longe, [...] o Museu de Londres esta cheio destas tais antiguidades” (OC, iv, p. 80)

Em direção inversa, na crônica de 15 de abril do ano seguinte, comentando uma nova edição das *Cartas Chilenas*, de Tomás Antônio Gonzaga, ele dizia quanto a ficção podia revelar a realidade “e mandar à posteridade mui preciosos documentos” (OC, iv, 102). Nesse sentido, é provável que, em alguma medida, ele considerasse a ficção uma estratégia para se esquivar dos violentos golpes a que estava exposto, por conta das polêmicas sustentadas através da imprensa.

O Futuro foi uma publicação voltada às discussões literárias, mas nem por isso Machado de Assis se esquivou das matérias sobre a política do Império. Suas críticas, no entanto, eram bem mais amenas. Talvez isso fosse por conta da postura que, ainda em sua crônica de estreia, aconselhara sua pena: “Comenta os fatos com reserva, louva ou censura, como te ditar a consciência, sem cair na exageração dos extremos (*OC*, iv, 75). Havia outras razões, no entanto. Os liberais estavam à frente do governo, e Machado de Assis se mantinha próximo a muitos dos políticos daquele partido, assim como outros colaboradores de *O Futuro* que, ao que parece, contavam obter algum subsídio. Evidência disso é a biografia do imperador escrita por Joaquim Pinto de Campos e publicada nos oito primeiros números de *O Futuro*. De todo modo, o cronista parecia não estar muito satisfeito com o aspecto moderado de sua crônica, a seu ver, “tão desalinhada e sensaborona se houve nestas páginas” (*OC*, iv, 78).

Em alguma medida, essa insatisfação teria contribuído para que “O país das quimeras” aparecesse algumas quinzenas depois nas páginas de *O Futuro*. Esse conto foi depois reescrito e publicado, com o título “Uma excursão milagrosa (*OC*, ii, 837-849), no *Jornal das Famílias* de abril e maio de 1866, o que reforçaria a ideia de que o espaço da crônica em *O Futuro* já teria caráter experimental, algo que se tornaria mais recorrente nas crônicas da década seguinte. De todo modo, “O país das quimeras” pode ser lido como uma crítica aguda às práticas e aos costumes da política e do mundo letrado, do ambiente intelectual, sem poupar, inclusive, os rituais da monarquia. Isso me levou a concluir que, em vez de comentar os fatos com reserva, evitando a exageração dos extremos, Machado de Assis considerava a possibilidade de fazer uso da escrita ficcional como estratégia de combate ou, como se teria referido às *Cartas Chilenas*, de Tomás Antônio Gonzaga, um disfarce capaz de mandar à posteridade sua visão de mundo, afinal, um documento de seu tempo.

Nesse sentido, Machado de Assis estaria disposto a permanecer no pugilato das ideias, estaria disposto a se imiscuir nas questões públicas e, dentre todas, naquele momento, o ambiente cultural de seu tempo era o que mais solicitava sua atenção. Teria sido com essa disposição que aceitou o encargo de censor do Conservatório Dramático. Por conta disso, observei a seguir, na segunda seção do terceiro capítulo, seus pareceres, que, sob muitos aspectos, traduzem as ideias sobre o teatro que vinha defendendo, mesmo antes de ocupar o lugar da crítica teatral nas páginas de *O Espelho*.

O ambiente cultural brasileiro sempre ocupou as reflexões de Machado de Assis, que o percebia como um ambiente de penúria. A razão para isso seria a invasão da

produção estrangeira, muitas vezes em traduções toscas que se materializavam nos folhetins das páginas dos jornais e nos palcos da cidade. Como havia escrito em 1858, essa invasão resultava em “tentativas dramáticas naufragam diante deste czariato de bastidores, imoral e vergonhoso, pois que tende a obstruir os progressos da arte” (*OC*, iii, 1.006). Para combater esse mal, boa parte da crítica defendia o subsídio à escrita nacional, e Machado de Assis acreditava que o caminho seria o Conservatório Nacional eleger um grupo de letrados, em especial aqueles interessados em formar o gosto de uma sociedade ainda em formação, a fim de avaliar a produção nacional, concedendo ou não o direito de subir aos palcos e que, ao mesmo tempo, orientasse o processo criativo dos autores. Teria sido, portanto, com essa disposição que, em 1864, Machado de Assis assumiu o posto de censor do Conservatório.

Sua militância, no entanto, não se resumiu a isso, exercendo também a crítica nas páginas dos jornais, inclusive colocando-se em posição contrária aos rigores da polícia – afinal, a instância última de liberação das montagens teatrais. Assim, também nos debates em torno da vida intelectual, da criação artística, do exercício crítico, Machado de Assis teria percebido a violência do pugilato das ideias, muitas vezes maior que a das ruas. Por conta disso, em 1865 ele teria publicado “O Ideal do Crítico”, expondo suas reflexões em torno da atividade do crítico: “Estabelecei a crítica pensadora, sincera, perseverante, elevada” (*OC*, iii, 1.102).

Machado de Assis percebia que a crítica estava resumida a um jogo de ataques e defesas que em nada contribuía para a elevação da arte nacional, prevalecendo uma crítica “estéril, que nos aborrece e nos mata, que não reflete nem discute, que abate por capricho ou levanta por vaidade” (*idem*). Desse modo, pela análise de seu “O Ideal do Crítico” e de outros textos abordados no segundo capítulo, é possível concluir que ele estava disposto a estabelecer regras que pudessem dar novo ânimo a um ambiente cultural marcado por favorecimentos ou ataques a partir de critérios alheios à arte.

É possível ainda que, naquele momento, Machado de Assis percebesse que a fragilidade do ambiente artístico e intelectual não decorria apenas de uma invasão estrangeira, da falta de gosto ou mesmo da escassez de público. Mais que isso, as razões poderiam estar na própria fragilidade do homem de letras, do intelectual, do escritor, da elite letrada, faltando-lhes maior compromisso para com sua missão de educar e guiar as multidões rumo às conquistas da civilização.

Quando escreveu “O Ideal do Crítico”, Machado de Assis estava envolvido em um novo projeto. Além da atividade crítica, ele passou a se dedicar regularmente à

escrita de ficção. Ele havia experimentado escrever para o teatro, sem, no entanto, alcançar maior êxito. Assim é possível que, ao se voltar para jovens leitores, leitores menos experientes (melhor seria dizer leitoras), ele estivesse interessado em influenciar o gosto e o juízo de um público um tanto diferente daquele que acompanhava seus comentários sobre a política do Império, no *Diário do Rio de Janeiro* ou em suas crônicas de *O Futuro*, uma publicação repleta de pretensões eruditas. Por seu turno, o *Jornal das Famílias* era mais voltado ao entretenimento e, além disso, à educação doméstica, a modelos de vestuário, truques culinários, conselhos para um feliz casamento, entre outros.

Ainda assim, Machado de Assis não deixou de abordar alguns temas controversos, como o sistema escravista, a sociedade patriarcal, o adultério e outros não menos polêmicos, o gosto literário e as frivolidades sociais. Não resta dúvida de que, em 1864, ele era ainda um principiante na escrita ficcional, tanto que muito do que escreveu no *Jornal das Famílias* não foi aproveitado na seleção que organizou dos *Contos fluminenses*, publicados em livro pelo mesmo Garnier, em 1870. Apesar disso, a leitura daqueles primeiros “Contos e Romances” permite concluir que Machado de Assis não se teria afastado do pugilato das ideias.

Escrevendo para uma revista feminina, seus golpes não tinham na mira os demais homens de letras e, de fato, aqueles escritos teriam passado despercebidos dos críticos da época, e até mesmo um experiente romancista, anos mais tarde, louvava o escritor dedicado à crítica, *ao invés de aproveitar seu talento em criações próprias* (Assis, 2008c, tomo I, pp. 229-230). José de Alencar esquecera que, em 1868, Machado de Assis já havia produzido inúmeras criações próprias para o *Jornal das Famílias*. Talvez por conta desse esquecimento, sua seção “Romances e Novelas” pode ser entendida como um lugar de estudo, de experiências e aperfeiçoamentos, de sua escrita ficcional em comunhão com sua pena de cronista.

Dentre aqueles primeiros contos aqui abordados, “Confissões de uma viúva moça”, de 1865, seria o mais exemplar, não tanto por tratar da confissão de um quase adultério, seguido de arrependimento. Aquela foi uma experiência de narrativa epistolar e eu procurei destacar a polêmica que aquelas “Confissões” suscitaram na imprensa, através de uma série de cartas, provavelmente alimentadas pelo próprio autor da novela. Pouco importa se aquelas cartas foram enviadas por leitores reais ou imaginários. O que importa é que a polêmica teve estatuto de realidade, com o próprio Machado de Assis

assinando algumas das cartas. Desse modo, ficção e realidade teriam mantido um diálogo que completava o próprio sentido das narrativas, o conto e a polêmica.

Nesse sentido, a experiência de Machado de Assis no *Jornal das Famílias* pode ser entendida como um exercício a partir do qual se tornou mais hábil a pena do cronista da realidade e do ficcionista, que, a partir da década seguinte, estariam amalgamados, podendo, assim, deslizar, no mesmo texto, de um gênero a outro, saltando da realidade para a imaginação, entretendo e convidando o leitor para uma reflexão do tempo e do texto. A partir dessa compreensão, no quarto e último capítulo de meus estudos, tratei das crônicas escritas nos anos imediatamente anteriores à publicação das *Memórias póstumas de Brás Cubas*. Antes disso, no curso de minha pesquisa, foram observados os impasses e as expectativas do autor, quando de seu retorno a uma coluna assinada no *Diário do Rio de Janeiro*, com a série “Ao Acaso”.

O tempo era outro e o texto do autor não seria mais o mesmo daqueles seus “Comentários da Semana”. Como foi visto, no intervalo entre uma coluna e outra, de maio de 1862 a junho de 1864, a pena de Machado de Assis esteve bastante ocupada, exercitando-se com tintas voltadas a públicos dos mais diversos. Também suas relações no interior da comunidade letrada se haviam expandido, embora se mantivesse próximo ao grupo do *Diário*. A leitura de “Ao Acaso” permite perceber que ele procurava dar ares de folhetim à sua crônica, ou seja, “a fusão admirável do útil e do fútil, o parto curioso e singular do sério, consorciado com o frívolo”, conforme, ainda em 1859, teria definido aquele tipo de escrita (Assis, 2009a, p. 55). Para isso, ele se lembrou de José de Alencar, que, com “Ao correr da pena”, ocupara aquele mesmo posto em 1855, portanto antes de Machado de Assis iniciar sua colaboração nos jornais fluminenses.

Apesar da similitude do título daquela sua nova coluna com o dos folhetins de Alencar, Machado de Assis não teria a mesma graça nem a mesma *nonchalance*, que, de acordo com aquele seu antecessor, seriam próprios ao folhetim. É verdade que soube ser irônico e galhofeiro, sobretudo em referência aos políticos. Em algumas oportunidades, o humor despontou sobre a gravidade das notícias. A crise financeira promovida pelo fechamento do Banco Souto, por exemplo, foi comentada com recurso à anedota. A emergência da guerra contra o Paraguai, no entanto, fez o cronista disparar suas tintas contra o inimigo, dispensando as tintas folhetinescas, cedendo a vez ao melodrama. De todo modo, cronista dos acontecimentos ou folhetinista do acaso, Machado de Assis não se esquivou do pugilato das ideias. Ele defendeu a invasão de um país vizinho pelas tropas brasileiras, da mesma forma que atacou a invasão do México pela França, uma

potência europeia. Ele criticou a diplomacia do governo imperial por retardar os combates contra o ditador uruguaio, com graça e *nonchalance*. Ao mesmo tempo, lacrimejava ao comentar os voluntários da pátria a caminho da guerra.

Por tudo isso, a série “Ao Acaso” foi aqui compreendida como a busca de uma linguagem possível, considerando que, de um lado, havia seus ímpetos e alvoroços, sua condição de homem de letras, suas ideias, sua percepção do tempo; de outro, suas indagações, suas expectativas e limites, suas dúvidas quanto ao próprio sentido de escrever crônicas. Ao que parece, ele não tinha mais o mesmo entusiasmo de seus vinte anos, mas se percebia mais apto ao pugilato das ideias, disposto mesmo a enfrentar suas violências: “Ficam avisados todos os arlequins políticos de que nos achamos na boa disposição de não admitir facécias e insultos anônimos, sob pretexto de defender um ministério” (*OC*, iv, 296)

Essa foi sua última crônica da série “Ao Acaso”. Depois disso, no mesmo *Diário do Rio de Janeiro*, Machado de Assis produziu uma série de artigos de crítica literária, indicando que não desistira de contribuir para o estabelecimento de regras e critérios éticos e estéticos que contribuíssem para a formação de uma literatura nacional: “O poeta [...] olhará mais seriamente para sua arte; a arte não será uma distração, mas uma profissão, alta, séria, nobre, guiada por vivos estímulos (*OC*, iii, 1.106). Tal empenho, porém, não escondia certo desânimo, decorrente das insuficiências, da preguiça que acometia a elite letrada, e “nulo o movimento intelectual” (*OC*, iii, 1.105). Uma rara exceção seria José de Alencar, “uma rara consciência literária” (*OC*, iii, 1.116).

O diagnóstico de Machado de Assis apontava ainda o “círculo limitado de leitores” (*OC*, iii, 1.105), que, se contribuía para a mediocridade do meio literário, agravava também o quadro de enfermidade da vida política do país. Por conta disso, em 1867, ele poria em dúvida a existência de uma esfera pública, de uma *Opinião Pública*, entidade a quem endereçaria a primeira de suas “Cartas Fluminenses”: “Dizem alguns que V. Excia. não existe; outros afirmam o contrário. Mas estes são em maior número, e a força do número, que é a suprema razão moderna, resolve as dúvidas que eu porventura possa ter” (*OC*, iii, 1.164).

Mais uma vez em que a *Opinião Pública* seria comparada à mulher dividida entre a preferência do amor de um homem de espírito e o de um tolo. A missiva seguinte trazia sinais mais melancólicos. Sua carta tinha como destinatária certa senhora elegante dedicada ao comércio do amor. Dessa vez, o *gosto do público* estaria entre a arte empenhada em sua missão civilizadora e a outra com objetivos meramente

mercantis. Nesse pugilato, o homem de letras – o artista que entende que sua arte não é distração, o intelectual engajado – teria poucas chances de sucesso. Ao opulento almoço que remuneraria os serviços da elegante senhora, restariam “um pouco de trigo amassado e uma infusão de folha chinesa – admirável sobriedade que só pode mostrar um homem pobre, como eu” (*OC*, iii, 1.171).

Isso explicaria o “cansaço que se apodera dos escritores, na luta entre a vocação e a indiferença” (*OC*, iii, 1.105). Isso explicaria, em alguma medida, a opção de muitos intelectuais e poetas por um emprego público. Machado de Assis não foi exceção. Em 1867, ele trocou o *Diário do Rio de Janeiro* pelo *Diário Oficial*, afastando-se das páginas de crônicas por quase dez anos. Além da estabilidade, é possível que dispusesse de mais tempo para se dedicar à escrita ficcional. Ele continuava a escrever para o *Jornal das Famílias* e ainda publicou seus primeiros romances. Além disso, colaborava com a equipe de redatores da *Semana Ilustrada*. Certamente, intensificou seus estudos e leituras, e o artigo que lhe foi solicitado por José de Alencar seria uma demonstração do prestígio que Machado de Assis havia alcançado como crítico literário.

Mais significativo foi seu ensaio, “Notícia da atual literatura brasileira – Instinto de Nacionalidade”, de 1873, reafirmando seu entendimento da tarefa da literatura na construção de uma nacionalidade, de uma *fisionomia própria*, ressaltando, no entanto, que essa literatura não deveria ser somente a descrição da natureza, da história, dos costumes e da geografia do país. O exame desse ensaio e também sua crítica literária, sobretudo aquela produzida depois de 1865, permitem supor que Machado de Assis tinha um projeto estético que, em grande medida, se distanciava do projeto romântico. Apesar disso, ele não estaria afastado de uma tradição que conferia ao homem de letras de seu tempo a tarefa de se imiscuir nas questões públicas.

Ao se afastar da crônica cotidiana, Machado de Assis não se teria afastado do pugilato das ideias. Em vez disso, buscava tintas que dessem conta de sua opção pela imaginação, pelo romance, pela arte e, ao mesmo tempo, por sua condição de homem de letras e sua missão, seu engajamento, seu ímpeto e alvoroço. A publicação de seus *Contos fluminenses*, em 1870, e de *Ressurreição*, em 1872, teria conferido certa reputação a Machado de Assis. Quanto ao primeiro livro, tratava-se de uma seleção de textos originalmente publicados no *Jornal das Famílias*. *Ressurreição*, no entanto, seria sua primeira incursão no romance, algo de que ainda não se sentia seguro, pelo menos é o que se pode deduzir do prólogo da primeira edição: “Venho apresentar-lhe um ensaio em gênero novo para mim” e na citação à Shakespeare: “Nossas dúvidas são traidoras /

E nos fazem perder o bem que muitas vezes poderíamos conquistar, / Por medo de tentar”¹³² (*OC*, i, 235-236). É possível supor, portanto, que, durante seu afastamento da crônica periódica, Machado de Assis se tenha dedicado ao estudo daquele novo gênero para ele e o que poderia significar um realinhamento de suas forças para o pugilato das ideias. Nesse sentido, na última etapa desta minha pesquisa, procurei observar essa possibilidade, através da análise de suas crônicas produzidas de 1876 a 1878.

Foram duas séries de crônicas: a primeira, “História de Quinze Dias”, publicada na *Ilustração Brasileira* e assinada por Manasses; e a segunda, “Notas Semanais”, do jornal *O Cruzeiro*, assinada por Eleazar. Procurei demonstrar que, a despeito das particularidades de cada uma dessas séries, Machado de Assis trazia para o espaço da crônica sua experiência de ficcionista e, ao mesmo tempo, ensaiava linhas que, depois, seriam aproveitadas em seus romances futuros. O comentarista dos acontecimentos cedia lugar ao historiador que prefere a versão ao fato. Da mesma forma, as notas de Eleazar podiam ter como origem tanto a informação precisa do funcionário público como a imaginação de um contador de histórias. A crônica seria, portanto, uma esquina, uma dobra, cruzamento de discursos das mais diversas procedências, recortes da realidade e da imaginação, o novo e a tradição, o tempo vivido, lembrado ou esquecido.

Assim procedendo, o cronista fazia uso de disfarces que iam muito além de pseudônimo. No lugar do comentarista bem-informado e que, por isso, solicita a atenção de uma suposta opinião pública, emerge um narrador que desperta a dúvida, seja em sua própria narrativa, seja naquilo que está impresso nos livros, nos documentos, na história e nas histórias e nas páginas dos jornais. Nesse sentido, o espaço da crônica não seria mais uma tribuna, mas uma conversa que mais indaga do que esclarece, um ponto de encontro, para “debicar os sucessos do dia” (Assis, 2009b, p. 253). Anos mais tarde, Machado de Assis melhor definiria sua crônica: “Eu é que não quero fazer um sermão sobre tal assunto; diria muita coisa longa e aborrecida, e é meu desejo ser, se não interessante, suportável” (*OC*, iv, 1.006).¹³³

Os assuntos do dia, por seu turno, seriam os mesmos que sempre ocuparam a pena do cronista, o que significa dizer que ele não abandonou o pugilato das ideias. Sua crônica se mantinha interessada nos acontecimentos, mas estava interessada também em ser interessante. Podia ser mero entretenimento para o leitor de Tito Lívio, o leitor

¹³² No original, “Our doubts are traitors / And make us lose the good we oft might win / By fearing to attempt”. *Medida por medida*, ato I, cena IV.

¹³³ “A Semana”, 13/08/1893.

grave, pesado, erudito, ilustrado. Podia ser também puro romance, uma boa prosa, “uma coisa leve, para adoçar a boca e rebater o jantar” (Assis, 2008b, p. 156).

Fossem os assuntos graves ou frívolos, através de múltiplos artifícios e disfarces, Machado de Assis estava mais interessado em expor as contradições de uma sociedade submissa aos modismos e à convivência cínica ou envergonhada com o ultrapassado. Uma sociedade sedenta pelas novidades da Rua do Ouvidor, comparando “as vidraças das lojas com a várzea das suas terras” (Assis, 2008b, p. 155). Uma sociedade que postergava seu divórcio com o passado, com o patriarcalismo, com o latifúndio e com as relações de dependência.

Assim compreendido, Machado de Assis foi um escritor, um artista repleto de ímpetos e alvoroços, mas também um intelectual moderno que, através de sua escrita, de sua arte, imiscuiu-se ativamente na vida prática, como construtor, organizador de seu tempo, contador de histórias e agente da história, persuasor permanente no texto e no tempo, “unindo uma técnica, da qual é um especialista, à “concepção humanista histórica” (Gramsci, 1982, p. 8). Em outros termos, Machado de Assis foi esgrimista e combatente.

Em vista disso, como intelectual, como escritor combatente, não haveria grandes distanciamentos entre o Machadinho do jornal de Paula de Brito e o autor de *Memórias póstumas de Brás Cubas*: o menino foi o pai do homem. A fragilidade do ambiente cultural, o descompromisso das elites, o estado de dependência de grande parte dos indivíduos, a lentidão com que se operavam as transformações, sempre adiadas ou incompletas em nome de arranjos conciliadores, o leite derramado, moviam seu ímpeto e alvoroço. De Machadinho a Machado de Assis, o cronista trilhou uma ponte lançada entre duas margens de um rio, experimentando variadas tintas, exercitando o dom de encontrar as relações das coisas e a faculdade de compará-las. A conclusão, ele deixaria para certo defunto autor, mas, ainda menino de ideias vagas, ele se imiscuiu nas questões de seu tempo, no pugilato das ideias. E, mesmo que não tenha dissolvido todos, apontou muitos enigmas, no tempo e no texto, onde o diabo joga dama com o destino.

Referências bibliográficas

Obras de Machado de Assis

- A Semana*. Edição organizada por GLEDSON, John. São Paulo: HUCITEC, 1996.
- Bons Dias*. Edição organizada por GLEDSON, John. Campinas/SP: Ed. Unicamp, 2008c.
- Comentários da semana*. Edição organizada por Lucia Granja e Jefferson Cano. Campinas/SP: Ed. Unicamp, 2008a.
- Contos e crônicas*. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1958.
- Correspondência, tomo I – 1860 – 1869*. Coordenação e orientação de Sérgio Paulo Rouanet. Rio de Janeiro: Academia Brasileira de Letras/Fundação Biblioteca Nacional, 2008c.
- Crisálidas*. Rio de Janeiro: Livraria B. L. Garnier, 1864.
- Dispersos de Machado de Assis*. Edição coligida e anotada por Jean Michel Massa. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro, 1965.
- Dom Casmurro*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira/ Brasília: INL, 1975.
- História de quinze dias, história de trinta dias: crônicas de Machado de Assis, Manassés*. Organização de Silvia Maria Azevedo. São Paulo: Editora UNESP, 2011.
- História de quinze dias*. Organização, introdução e notas de Leonardo Affonso de Miranda Pereira. Campinas/SP: Ed. Unicamp, 2009b.
- Machado de Assis do teatro*. Textos críticos e escritos diversos. Organização, estabelecimento do texto, introdução e notas por João Roberto Faria. São Paulo: Perspectiva, 2008.
- Notas semanais*. Organização, introdução e notas de John Gledson e Lucia Granja. Campinas/SP: Ed. Unicamp, 2008b.
- O Espelho*. Organização, introdução e notas de João Roberto Faria. Campinas/SP: Editora Unicamp, 2009a.
- Obra completa*. Rio de Janeiro: Ed. Aguilar, 1962, 3v.
- Obras completas*. Rio de Janeiro, Editora W. M. Jackson, 1961, 31v.
- Obras completas*. Organização de Aluizio Leite Neto, Ana Lima Cecílio, Heloísa Jahn. 2 ed. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 2008, 4v.

Poesia e prosa. Organização de J. Galante de Souza. São Paulo: Civilização Brasileira, 1957.

Outras obras consultadas

ALENCAR, José de. “Cartas sobre a confederação dos tamoios”. In *Obra completa*. Rio de Janeiro: José Aguilar, 1960.

_____. “Como e por que me tornei romancista”. In *Obras completas*. Rio de Janeiro: José Olímpio Editora, 1960, v. I, tomo I.

_____. “Ao Correr da Pena”. Edição preparada por João Roberto Faria. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

ANDERSON, Benedict. *Comunidades imaginadas*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

ARMITAGE, John. *História do Brasil: desde a chegada da família de Bragança, em 1808, até a abdicação de D. Pedro I, em 1831*. Belo Horizonte: Editora Itatiaia/ São Paulo: EdUSP, 1981.

AZEVEDO, Fernando. *A cultura no Brasil*. Brasília: Editora UnB, 1963.

AZEVEDO, Silvia Maria. *Brasil em imagens – um estudo da revista Ilustração Brasileira (1876-1878)*. São Paulo: Editora UNESP, 2010.

BAPTISTA, Abel Barros. *Autobiografias: a solicitação do livro na ficção de Machado de Assis*. Campinas: Editora da Unicamp, 2003.

BARBOSA, Marialva. *História cultural da imprensa*. Rio de Janeiro: Mauad, 2010.

BASILE, Marcelo Otávio N. de. “O Império Brasileiro: Panorama Político”. In LINHARES, Maria Yeda (org.). *História geral do Brasil*. Rio de Janeiro: Editora Elsevier, 1990.

BELIEIRO, Thiago Granja. *Índios e poetas: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e a invenção do Indianismo Literário 1808-1860*. Dissertação apresentada à Faculdade de Ciências e Letras da Universidade Estadual Paulista. Assis/SP: UNESP, 2007.

BENDA, Julien. *A traição dos intelectuais*. São Paulo: Ed. Peixoto Neto, 2007.

BOBBIO, Norberto. *Os intelectuais e o poder*. São Paulo: Ed. UNESP, 1997.

BOURDIEU, Pierre. *As regras da arte*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

- BRAGA, Marcio Bobik. “Resenha”, *Cadernos do Programa de Pós-Graduação em Integração da América Latina da Universidade de São Paulo*, PROLAM/USP, Ano 8, n. 15, v. 2, jul./dez. 2009.
- BROCA, Brito. *Machado de Assis e a política – mais outros ensaios*. São Paulo: Livraria e Editora Polis Ltda., 1983.
- CANCLINI, Nestor Garcia. *Consumidores e cidadãos: conflitos multiculturais da globalização*. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 1999.
- CANDIDO, Antonio. *Formação da literatura brasileira: momentos decisivos*. Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul, 2007.
- _____. *Literatura e sociedade*. Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul, 2006.
- CARVALHO, José Murilo. *Cidadania no Brasil: o longo caminho*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.
- CASTELO, José Aderaldo. *A polêmica sobre “A Confederação dos Tamoios”*. São Paulo: Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo, 1953.
- CHALOUB, Sidney. *Machado de Assis: historiador*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.
- _____, NEVES, Margarida de Souza e PEREIRA, Leonardo Afonso de Miranda (orgs.). *História das coisas miúdas: capítulos de história social da crônica no Brasil*. Campinas: Editora da Unicamp, 2005.
- CHARTIER, Roger. *A história ou a leitura do tempo*. Belo Horizonte: Ed. Autêntica, 2009.
- CHERNAVSKY, Anália. *A construção dos mitos e heróis do Brasil nos hinos esquecidos da Biblioteca Nacional*. Rio de Janeiro: Programa Nacional de Apoio à Pesquisa/ Fundação Biblioteca Nacional/ MinC, 2009.
- CHIAVENATTO, Julio José. *Genocídio americano: a Guerra do Paraguai*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1983.
- COSTA, Francisco Felix Pereira da. *História da guerra do Brasil contra as Republicas do Uruguay e Paraguay*. Rio de Janeiro: Livraria A. G. Guimarães & C., 1870, v. 2.
- CRUZ Júnior, Dílson Ferreira da. *Estratégias e máscaras de um fingidor: a crônica de Machado de Assis*. São Paulo: Nankin Editorial: Humanitas FFLCH/USP, 2002.
- DORATIOTO, Francisco. “História e Ideologia: a produção brasileira sobre a Guerra do Paraguai”. *Nuevo Mundo, Mundos Nuevos*, Colóquios 2009, 13 jan. 2009.
- FAGUNDES VARELA, Luís Nicolau. *O estandarte auriverde*. São Paulo: Tipografia Imparcial, 1863.

FARIA, João Roberto. “Machado de Assis, leitor e crítico de teatro”. *Estudos Avançados*, São Paulo: USP, 2004, v. 18, pp. 299-333.

FARIA, João Roberto. *O teatro realista no Brasil: 1855-1865*. São Paulo: Edusp/Perspectiva, 1993.

FIGUEIREDO, Vera Lucia Follain de. *Da Profecia ao Labirinto: imagens da história na ficção latino-americana contemporânea*. Rio de Janeiro: Imago/ UERJ, 1994.

_____. *Narrativas migrantes: literatura, roteiro e cinema*. Rio de Janeiro: PUC-RIO/ 7 Letras, 2010.

_____. “O legado de Machado de Assis”. In FANTINI, Marli (org.). *Machado e Rosa: leituras críticas*. São Paulo: Ateliê Editorial, 2010.

_____. “Creating the national imaginary”. In VALDES, Mario J. e KADIR, Djelal (orgs.). *Literary cultures of Latin America: a comparative history*. Oxford: Oxford University Press, 2004, v. III.

FOUCAULT, Michel. *A ordem dos discursos*. São Paulo: Edições Loyola, 2004.

GERSON, Brasil. *A escravidão no Império*. Rio de Janeiro: Editora Palas, 1975.

GIRON, Luis Antonio. *Minoridade crítica: a ópera e os folhetins na Corte*. São Paulo: Edusp/ Rio de Janeiro: Ediouro, 2004.

GLEDSON, John. *Machado de Assis: Ficção e história*. São Paulo: Paz e Terra, 2003.

GOMES, Eugenio. “Machado de Assis censor dramático”. In ____ *Machado de Assis*. Rio de Janeiro: Livraria São José, 1958.

GONDIM, Eunice Ribeiro. *Vida e obra de Paula Brito*. Rio de Janeiro: Livraria Brasileira Editora, 1965.

GRAMSCI, Antonio. *Os intelectuais e a organização da cultura*. Tradução de Carlos Nelson Coutinho. 4 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1982.

GRANJA, Lúcia. “Novas confissões sobre um conto polêmico de Machado de Assis”. In *Machado de Assis em linha: revista eletrônica de estudos machadianos*, Ano 01, número 1, pp. 19 a 27. Rio de Janeiro/ São Paulo: Fundação Casa de Rui Barbosa/ Universidade de São Paulo, junho de 2008.

_____. *Machado de Assis, escritor em formação (à roda dos jornais)*. Campinas: Mercado das Letras, 2000.

GUIMARÃES, Hélio Seixas. *Os leitores de Machado de Assis: o romance machadiano e o público de literatura no século XIX*. São Paulo: Nankin Editorial/ EdUSP, 2004.

GUIMARÃES, Lucia Maria Paschoal. *Ação, reação e transação: a pena de aluguel e a historiografia*. ANPUH – XXIII SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA. Londrina, 2005.

GUIMARÃES, Manoel Luis Salgado. *Historiografia e nação no Brasil (1838- 1857)*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2011.

HOBBSAWM, Eric. *A era do capital (1848-1875)*. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

_____. *Nações e nacionalismo desde 1780*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.

HOLANDA, Sérgio Buarque. *Raízes do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

JANUZZI, Eliana Petrillo. *A contribuição de Faustino Xavier Novais na Revista popular: um projeto de edição*. Belo Horizonte/ MG, 2005.

LAJOLO, Marisa e ZILBERMAN, Regina. *A leitura rarefeita: leitura e livro no Brasil*. São Paulo: Ática, 2002.

LIMA, Luís Costa, “Machado: Mestre de Capoeira”. In *Machado de Assis: uma revisão*. Rio de Janeiro: Ed. In-fólio, 1990.

LUSTOSA, Izabel. *Insultos impressos: a guerra dos jornalistas na Independência (1821-1823)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

MACEDO, Joaquim Manuel de. *Memórias da Rua do Ouvidor*. Brasília: Senado Federal, 2005.

MACHADO, Ubiratan (org.). *Machado de Assis: roteiro da consagração*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2003.

MAGALHÃES JÚNIOR, Raimundo. *Três panfletários do segundo reinado*. Rio de Janeiro: Academia Brasileira de Letras, 2009. (Coleção Afrânio Peixoto.)
_____. *Vida e obra de Machado de Assis*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira/ Brasília: INL, 1981.

MASSA, Jean-Michel. *A juventude de Machado de Assis*. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1971.

MENEZES, Raimundo. *Dicionário literário brasileiro*. Rio de Janeiro: LTC, 1978.

MEYER, Augusto. “De Machadinho a Brás Cubas”, *Revista do Livro da Fundação Biblioteca Nacional*, nº 44, Ano 14, janeiro de 2002, pp. 19-29.

MEYER, Marlise. *Folhetim: uma história*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

MIGUEL PEREIRA, Lucia. *Machado de Assis: Estudo crítico e biográfico*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1939.

_____. “Colcha de retalhos”. In *Escritos da maturidade*. Rio de Janeiro: Graphia, 1994.

MORAES, Rubens Borba. “A Impressão Régia do Rio de Janeiro: origens e produção”. In CAMARGO, Ana Maria de Almeida e MORAES, Rubem Borba. *Bibliografia da Impressão Régia do Rio de Janeiro*. São Paulo: EdUSP e Kosmos, 1993.

MOREIRA, Vânia. “O ofício do historiador e os índios: sobre uma querela no Império” pp. 53-72. *Revista Brasileira de História*. São Paulo: v. 30, nº 59, pp. 53-72, junho, 2010. Associação Nacional de História, 2010.

MOREL, Marco. *As transformações dos espaços públicos – imprensa, atores políticos e sociabilidades na cidade imperial (1820-1840)*. São Paulo: Hucitec, 2005.

MOTA, Carlos Guilherme. “História de um silêncio: a Guerra do Paraguai 130 anos depois”, *Estudos Avançados*. São Paulo: USP, v. 9, n. 24, pp. 243-254, mai/ag. 1995.

NABUCO, Joaquim. *Um Estadista no Império – Nabuco de Araújo, sua vida, suas opiniões, sua época*. Tomo segundo (1857-1866). Rio de Janeiro: Garnier editores, s.d.

NITERÓI. *Revista Brasiliense de Ciências, Artes e Letras*, t. I, 1936.

PEREGRINO, Umberto. *A Guerra do Paraguai na obra de Machado de Assis*. João Pessoa/PB: Universidade Federal da Paraíba, 1969.

PEREIRA, Astrojildo. “Romancista do Segundo Reinado”. In _____ *Machado de Assis – ensaios e apontamentos avulsos*. Belo Horizonte: Oficina de Livros, 1991.

PEREIRA, Leonardo Afonso de Miranda. “Introdução” In: ASSIS, Machado. *História de Quinze Dias*. Campinas/SP: Editora Unicamp, 2009.

PINHEIRO GUIMARÃES, Francisco. *História de uma moça rica*. Rio de Janeiro: Tipografia do Diário do Rio de Janeiro, 1861.

PLATÃO. *Fedro*. Tradução de Alex Marins. São Paulo: Editora Martin Claret, 2002.

PONTES, Joel. “Censor e autor”. In: _____ *Machado de Assis e o teatro*. Rio de Janeiro: Ministério de Educação e Cultura, 1960

PRADO JR, Caio. *Evolução política do Brasil e outros estudos*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1957.

PRADO, Décio de Almeida. *História concisa do teatro brasileiro*. São Paulo: Edusp/Imprensa Oficial, 1999.

PUJOL, Alfredo. *Machado de Assis: curso literário em sete conferências*. Rio de Janeiro: Academia Brasileira de Letras/ São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2007.

- PUJOL, Alfredo. *Machado de Assis: curso literário em sete conferências*. Rio de Janeiro: Academia Brasileira de Letras/ São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2007.
- RAMA, Angel. *Literatura, cultura e sociedade na América Latina*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2008.
- RANCIERE, Jacques. *Políticas da escrita*. Tradução de Raquel Ramallete. São Paulo: Editora 34, 1995.
- REVERBERO CONSTITUCIONAL FLUMINENSE (1821-1822)*. Edição fac-similar organizada por Marcelo Ipanema e Cybele Ipanema. Rio de Janeiro, Biblioteca Nacional, 2005.
- RICUPERO, Bernardo. *O romantismo e a ideia de nação no Brasil (1830-1870)*. São Paulo: Martins Fontes, 2004.
- RIBEIRO, Lavina Madeira. *Imprensa e espaço público – a institucionalização do jornalismo no Brasil (1808-1864)*. Rio de Janeiro: Editora E-Paper, 2004.
- RIZZINI, Carlos. *Hipólito da Costa e o Correio Braziliense*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1957.
- ROMERO, Silvío. *História da literatura brasileira*. Rio de Janeiro: Editora José Olímpio, 1960, 5v.
- _____. *Machado de Assis – estudo comparativo de literatura brasileira*. Campinas: Editora da UNICAMP, 1992.
- SARTRE, Jean-Paul. *Que é literatura*. São Paulo: Editora Ática, 2006.
- SCHWARZ, Roberto. “A viravolta machadiana”. In *Martinha versus Lucrecia – ensaios e entrevistas*. São Paulo: Cia das Letras, 2012.
- _____. *Ao vencedor, as batatas*. São Paulo: Editora 34/Duas Cidades, 2000.
- _____. *Um mestre na periferia do capitalismo: Machado de Assis*. São Paulo: Ed. Duas Cidades e Editora 34, 1990.
- SERRA, Tania Rebelo Costa. *Antologia do romance folhetim – 1839 a 1870*. Brasília: Ed. UnB, 1997.
- SEVCENKO, Nicolau. *Literatura como missão – tensões sociais e criação cultural na Primeira República*. São Paulo: Cia das Letras, 2003.
- SILVEIRA, Daniela Magalhães da. Orientação de Sidney Chalhoub. *Contos de Machado de Assis: leituras e leitores do Jornal das Famílias*. Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Campinas, SP, 2005.
- SODRÉ, Nelson Werneck. *História da literatura brasileira*. São Paulo: DIFEL, 1982.

SOUSA, José Galante de. *Bibliografia de Machado de Assis*. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro, 1955.

SOUZA, Silvia Cristina Martins. *As noites do ginásio: teatro e tensões culturais na Corte (1832-1868)*. Campinas/SP: Editora Unicamp, 2002.

SOUZA, Silvia Cristina Martins. “Cultura e política no Rio de Janeiro: os caixeiros e o teatro de São Januário na segunda metade do século XIX”. *Revista de História do Departamento de História (DEHIS)*, Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal de Ouro Preto. Ano 18/n. 18, pp. 1-25. Mariana, MG: Departamento de História do ICHS UFOP, 2008.

VERÍSSIMO, José. *História da literatura brasileira*. Distrito Federal/Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1963.

VIANA, Helio. *Contribuição à história da imprensa brasileira (1812-1869)*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1945.

WERNECK, Maria Helena. *O homem encadernado*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 1996.